

Ana Paula Sena Gomide
Douglas Souza Angeli
Tiago Aparecido da Silva
(Orgs.)

HISTÓRIA e PRÁTICAS SOCIAIS

dimensões da pesquisa e
debates contemporâneos



O presente e-book é fruto da contribuição de muitos pesquisadores, entre graduandos, pós-graduandos e docentes de várias regiões do país. Durante o período de ensino remoto, em decorrência da pandemia de COVID-19, o curso de História sediado na unidade Divinópolis da Universidade do Estado de Minas Gerais realizou sua Semana Acadêmica de História na modalidade online, o que possibilitou o contato dos discentes e docentes do curso com pesquisadores de diversas instituições e etapas da formação. A obra que apresentamos é resultado destes diálogos e encontros. Em formato de coletânea, a maior parte de seus capítulos deriva de trabalhos selecionados dentre os apresentados na IV Semana Acadêmica de História da UEMG-Divinópolis. Nestes capítulos, o leitor vai encontrar investigações a respeito das dinâmicas inquisitoriais no mundo português dos séculos XVI e XVII, do Iluminismo Luso no Setecentos, de aspectos políticos, econômicos e culturais do Brasil Imperial e Republicano, além de estudos sobre a História da África, História Indígena, História da Arte, História do Tempo Presente e Ensino de História. Trata-se de uma gama variada de temas, que expressam a diversidade das discussões levadas a cabo durante a IV Semana Acadêmica de História da UEMG-Divinópolis e no desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão que envolvem discentes e docentes da instituição.



editora *fi*.org



HISTÓRIA E PRÁTICAS SOCIAIS



Historicus

Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

HISTÓRIA E PRÁTICAS SOCIAIS

DIMENSÕES DA PESQUISA E DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Organizadores

Ana Paula Sena Gomide

Douglas Souza Angeli

Tiago Aparecido da Silva



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhável 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GOMIDE, Ana Paula Sena; ANGELI, Douglas Souza; SILVA, Tiago Aparecido da (Orgs.)

História e práticas sociais: dimensões da pesquisa e debates contemporâneos [recurso eletrônico] / Ana Paula Sena Gomide; Douglas Souza Angeli; Tiago Aparecido da Silva (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

631 p.

ISBN: 978-65-5917-651-9

DOI: 10.22350/9786559176519

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Pesquisa; 2. Contemporaneidade; 3. Sociedade; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

13

PARTE I

NOVAS FONTES E ABORDAGENS DA IDADE MODERNA

1

17

ATUAÇÃO INQUISITORIAL NA ÍNDIA PORTUGUESA: O OLHAR SOBRE O “OUTRO” NAS CORRESPONDÊNCIAS DO TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO DE GOA

Isabela Fonseca Magalhães

Ana Paula Sena Gomide

2

40

ALESSANDRO VALIGNANO E O USO DA COMPARAÇÃO CULTURAL E DO CONCEITO DE NATUREZA NO DE MISSIONE (1590)

Higor Geraldo Silva

3

58

EPISTEMOLOGIA ILUSTRADA E O LUGAR DAS CONQUISTAS ATLÂNTICAS NO PROJETO IMPERIAL DE DOMENICO VANDELLI

Tiago Aparecido da Silva

PARTE II

HISTORIOGRAFIA E IMPRESSOS

4

87

CIRCUITO DA COMUNICAÇÃO: UMA REVISÃO NA LITERATURA SOBRE HISTÓRIA DA LEITURA

Jairo Paranhos da Silva

5

110

O BRASIL EM STATIRA E ZOROASTES (1826), DE LUCAS JOSÉ D’ALVARENGA

Larissa Aparecida Ramos

6**122****O CONCEITO DE CLÁSSICO NA EDIÇÃO PRINCEPS DE RAÍZES DO BRASIL***André Augusto Abreu Villela***7****144****“SELVAGENS” OU BRASILEIROS: O DEBATE ENTRE GONÇALVES DE MAGALHÃES E VARNHAGEN SOBRE OS AMERÍNDIOS***Keversson William Silva Moura**Thiago Henrique Oliveira Jardim***PARTE III****HISTÓRIA SOCIAL****8****163****PADRES FAZENDEIROS NA COMARCA DO RIO DAS MORTES: UNIDADES PRODUTIVAS DAS FAMÍLIAS DE CLÉRIGOS (SÉCULO XIX)***Edriana Aparecida Nolasco***9****186****PAPÉIS DA LIBERDADE: OS REGISTROS CARTORIAIS DAS ALFORRIAS E AS FORMAS DE CONCESSÃO – TERMO DE SÃO JOÃO DEL-REI, C.1830 - C1860***Bruno Martins de Castro***10****211****RELATOS DE UMA IMPROVÁVEL Oponente AO COMÉRCIO DE ESCRAVIZADOS E A ESCRAVIDÃO: SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL (1820 – 1888)***David Francisco de Moura Pentead***11****231****MULHERES NEGRAS EM ITAGUAÍ: MATERNIDADE E DINÂMICA FAMILIAR NOS ANOS FINAIS DA ESCRAVIDÃO (1850-1888)***Fernanda Vasconcelos de Andrade***12****254****A ARTE DA CANTARIA NO RECIFE (1837-1850): ASCENSÃO E QUEDA COMO REFLEXO DAS CIRCUNSTÂNCIAS POLÍTICAS***Lécio Cordeiro de Souza***13****269****“UM CRIME MONSTRUOZO”: O OLHAR DO JORNAL PACOTILHA SOBRE O CRIME DA RUA DO PASSEIO (1913)***Paulo Henrique Matos de Jesus*

PARTE IV

HISTÓRIA POLÍTICA

14 **293**

ENTRE DESIGNAÇÕES E ABSTENÇÕES: A ELEIÇÃO AO CONGRESSO CONSTITUINTE DA REPÚBLICA (1890)

Filipe Nicoletti Ribeiro

15 **314**

A QUESTÃO SOCIAL E A ESTRUTURA DO ESTADO (1926–1945): UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Márcio Santos de Santana

16 **329**

O HINO, A BANDEIRA E SEUS USOS PELO GOVERNO VARGAS E PELAS PESSOAS COMUNS

Mayra Coan Lago

André Barbosa Fraga

17 **345**

IMPRENSA E DISPUTAS POLÍTICAS EM DIVINÓPOLIS/MG (1932-1950)

Douglas Souza Angeli

Augusto Souza Tavares

Bruno Felipe Medeiro da Silva

Matheus Silva Milagre

18 **364**

FRANCISCANOS NA DITADURA CIVIL-MILITAR: AÇÕES POLÍTICAS EM DIVINÓPOLIS/MG ENTRE 1974 E 1985

Denise Silva e Souza

19 **381**

A CRUZADA CONTRA O INIMIGO PERDIDO: REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE A REPRESSÃO A MILITARES DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)

Rodrigo Musto Flores

20 **402**

AS VÁRIAS FACES DA VIOLÊNCIA: O GÊNERO E A POLÍTICA NO GOLPE DE 2016

Rafaela Teixeira Nunes

PARTE V

MEMÓRIA E IDENTIDADE

21

417

HISTÓRIA PÚBLICA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM CARMO DO CAJURU: COLIDINDO FONTES E SISTEMATIZANDO DADOS

Flávia Lemos Mota de Azevedo

Isabela Fonseca Magalhaes

Wendy Rabelo Silva

22

433

ITAPAGIPE: RACIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NA CIDADE E AS HISTÓRIAS NÃO ESCRITAS

Maria Rita de Jesus Barbosa

23

450

MEMÓRIAS DE VELHOS, HISTÓRIA ORAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

Andressa Oliveira Boin

Fernando Cordeiro dos Santos

Flávia Lemos Mota de Azevedo

24

469

“LUENA GANGUELA” E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NEGRA POR MEIO DA HISTÓRIA ORAL

Leonam Maxney Carvalho

Isabelle Santos Carvalho Lopes

PARTE VI

DIVERSIDADE CULTURAL, EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

25

499

A TEMPORALIDADE CIRCULAR ENTRE OS GUARANI MBYA: ORIGEM, DESTINO E O GUATA PORÃ

Tatiana Maciel Gontijo de Carvalho

26

512

NARRATIVAS E CAMINHADAS PATAXÓ: OS MAKIAMI E O RELATO DAS AWÁK'A'P

Antônio Augusto Oliveira Gonçalves

27

544

RESISTÊNCIA AFRICANA NA AMAZÔNIA

Géraldine Fifamê Dona Fadairo

28

561

O USO DE FONTES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DO SUJEITO SURDO

Millena Rezende Carmo

PARTE VII

ARTE, HISTÓRIA E PODER

29

577

POLÍTICA E ARTE SE DISCUTEM: CONEXÕES NA SCABI DE PONTA GROSSA/PR

Isabele Fogaça de Almeida

30

590

PARADOXO DE MORTE E CURA: A CONSTRUÇÃO DO PERSONAGEM HANS VERGÉRUS EM O OVO DA SERPENTE (1977) DE INGMAR BERGMAN

Hellen Sílvia Marques Gonçalves

31

613

HINOS PARA O SIGMA: O ROCK NEOFASCISTA BRASILEIRO E A PRESENÇA DO INTEGRALISMO NO BRASIL

Pedro Carvalho Oliveira

APRESENTAÇÃO

O presente e-book é fruto da contribuição de muitos pesquisadores, entre graduandos, pós-graduandos e docentes de várias regiões do país. Durante o período de ensino remoto, em decorrência da pandemia de COVID-19, o curso de História sediado na unidade Divinópolis da Universidade do Estado de Minas Gerais realizou sua Semana Acadêmica de História na modalidade online, o que possibilitou o contato dos discentes e docentes do curso com pesquisadores de diversas instituições e etapas da formação. A obra que apresentamos é resultado destes diálogos e encontros.

Em formato de coletânea, a maior parte de seus capítulos deriva de trabalhos selecionados dentre os apresentados na IV Semana Acadêmica de História da UEMG-Divinópolis, ocorrida entre 07 e 11 de março de 2022. O mote do evento foi “O Brasil em três tempos (1822, 1922 e 2022)”, buscando fomentar reflexões sobre o passado e o presente da vida nacional no contexto das comemorações do Bicentenário da Independência. Após avaliação criteriosa, a comissão organizadora do evento selecionou os melhores textos submetidos pelos participantes, os quais vêm a lume nesta publicação.

Os demais capítulos surgem da contribuição de docentes do curso de História da UEMG-Divinópolis, convidados a apresentarem os resultados de pesquisas em andamento ou recentemente concluídas.

O e-book reúne trinta e quatro capítulos distribuídos em sete seções: *I - Novas fontes e abordagens da Idade Moderna; II - Historiografia*

e impressos; III - História Social; IV - História Política; V - Memória e identidade; VI - Diversidade cultural, Educação e Humanidades; VII - Arte, História e Poder. Abrange, portanto, parte significativa dos canteiros que estão sendo cultivados no âmbito da História e das Ciências Humanas em suas tendências recentes.

Nestes capítulos, o leitor vai encontrar investigações a respeito das dinâmicas inquisitoriais no mundo português dos séculos XVI e XVII, do Iluminismo Luso no Setecentos, de aspectos políticos, econômicos e culturais do Brasil Imperial e Republicano, além de estudos sobre a História da África, História Indígena, História da Arte, História do Tempo Presente e Ensino de História. Trata-se de uma gama variada de temas, que expressam a diversidade das discussões levadas a cabo durante a IV Semana Acadêmica de História da UEMG-Divinópolis e no desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão que envolvem discentes e docentes da instituição.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

PARTE I

NOVAS FONTES E ABORDAGENS DA IDADE MODERNA

1

ATUAÇÃO INQUISITORIAL NA ÍNDIA PORTUGUESA: O OLHAR SOBRE O “OUTRO” NAS CORRESPONDÊNCIAS DO TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO DE GOA

Isabela Fonseca Magalhães¹

Ana Paula Sena Gomide²

INTRODUÇÃO: A FUNDAÇÃO DO TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO DE GOA E AS PRÁTICAS GENTÍLICAS

O Tribunal do Santo Ofício da Idade Moderna foi um dos emblemas mais representativos para o controle de corpos e almas. As transformações da Reforma Católica no estabelecimento da Inquisição moderna foram sentidas não só na Europa, como também na América, África e Ásia.

Na Península Ibérica, a Inquisição foi moldada pelas mãos de seus monarcas católicos, que, adequando-se ao contexto de formação dos Estados Nacionais, passou a ser entendida não só como um tribunal eclesiástico, mas também como um tribunal que servia aos interesses da coroa de Castela e a de Portugal, que passavam a administrar e nomear seus inquisidores, tornando-se a principal diferença em relação aos tribunais medievais.

Em 1478, foi instalada na Espanha a Inquisição, sendo criado em 1480 o Tribunal do Santo Ofício em Sevilha. Em Portugal, as negociações

¹ Graduada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: isabelafm.99@gmail.com.

² Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Docente do curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: ana.gomide@uemg.br.

entre D. João III e a cúria romana para o estabelecimento da Inquisição no reino lusitano se estendeu entre 1536 e 1547, a partir das bulas *Cum ad nihil magis* (1536) e *Meditatio Cordis* (1547)³.

A Inquisição portuguesa teve três tribunais instalados em seus domínios no reino: o Tribunal de Évora, o de Lisboa e o de Coimbra. No ultramar, foi estabelecido o Tribunal da Inquisição de Goa, com jurisdição sobre os domínios portugueses para além do Cabo da Boa Esperança.

Em Goa, a Inquisição foi erguida a partir da justificativa da presença de cristãos-novos judaizantes que estavam “ameaçando” o catolicismo local. A historiadora Ana Cannas da Cunha analisou a extensa emigração de cristãos-novos de Portugal para o Estado da Índia entre os anos de 1530 e 1560. Segundo a autora, os cristãos-novos que fugiram das perseguições de Lisboa para o Estado da Índia utilizaram a rota do Cabo e da Flandres, bem como pelo Mediterrâneo para entrar em território indiano. Uma vez chegando lá, muitos cristãos novos criaram raízes na Índia, criando redes e clientelas econômicas e sociais, além de estabelecerem ligações entre o Estado da Índia e o Império Turco, a partir, principalmente, do comércio das especiarias e das pedras preciosas (CUNHA, 1995, p.38).

Já Célia da Silva Tavares aponta que, para além da justificativa da presença judaica em Goa, deve-se levar em consideração, para melhor entender o motivo do estabelecimento do tribunal no Oriente, a distância geográfica, que levava a necessidade de a coroa portuguesa instituir na cidade de Goa várias de suas instituições e cargos, bem como o dever de rivalizar as grandezas dos templos hindus. Segundo a autora,

³ Sobre a fundação da Inquisição na Península Ibérica ver a obra Francisco Bethencourt. História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália (séculos XV-XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício de Goa demarcou o poder simbólico do poderio português em contraste com os signos religiosos dos muçulmanos e hindus. Os autos de fé, junto com as igrejas, representaram a ostentação da presença política e religiosa de Portugal naqueles espaços (TAVARES, 2000, p.169).

Algumas tentativas de edificação do tribunal religioso em Goa foram desenvolvidas nos anos de 1554 e em 1557, sendo oficialmente erguido no dia 2 de março de 1560 (BAIÃO, 1939-49). Em 1561, a Inquisição teve seu início a partir da chegada dos primeiros inquisidores: Aleixo Dias Falcão e Francisco Marques Botelho.

A estrutura administrativa da Inquisição de Goa seguia os regimentos do reino, apesar de contar com dois inquisidores, enquanto em Portugal os seus tribunais contavam com três. Era do Conselho Geral de Portugal que saía a nomeação dos inquisidores de Goa. Em relação aos funcionários do tribunal goês, muito se assemelhava aos do reino: alcaides, promotores, notários e cirurgiões. Tal corpo de funcionários podia contar com uma rede de colaboradores, como familiares do Santo Ofício, que tinham que comprovar “limpeza de sangue”, bem como de missionários jesuítas.

Nas correspondências inquisitoriais de Goa enviadas para o Conselho Geral de Lisboa entre os anos de 1569 e 1630 é possível identificar, não somente a estrutura administrativa do tribunal goês, mas o seu cotidiano. Inserido em um espaço de intenso trânsito cultural e social, como era a cidade de Goa, o tribunal e seus inquisidores estavam diante de uma sociedade muito distante daquela deixada no reino. Se de início, os “judaizantes” eram os maiores alvos da Inquisição, aspecto este que era o grande diferencial das Inquisições ibéricas, o escopo de atuação do Santo Ofício de Goa foi ampliando

consideravelmente a partir da segunda metade dos séculos XVI e XVII para aqueles acusados de terem praticado “gentilidades”.

É o que indica os estudos feitos por Maria de Jesus dos Mártires Lopes, que identificou que, na primeira metade do século XVII, subiu para 88,3 por cento o número de pessoas acusadas de “gentilidade”, e sendo 74 por cento na segunda metade do século XVII (LOPES, 1993). Examinar a vivência e experiência religiosa das populações locais convertidas e não convertidas ao catolicismo, que viviam nos domínios portugueses se tornou o norte das ações inquisitoriais. As crenças *gentílicas* ganharam força no panorama dos delitos que eram investigados e julgados pelo tribunal goês. De acordo com Luiza Tonon Silva, ao estudar os delitos acusados pela Inquisição de Goa entre 1601 e 1610, cerca de 68 por cento eram pelos crimes de islamismo, judaísmo, bigamia, questões de comportamento e heresias, luteranismo, crimes contra a fé ou ao Santo Ofício e sodomia (SILVA, 2018, p.77-79).

No caso da cristianização das populações asiáticas, é significativo como a atividade inquisitorial mobilizou o impacto cultural/social que o encontro colonial gerou nas estruturas culturais das populações nativas, em específico as de Goa. O desejo de fomentar um completo processo cristianização/ocidentalização dos espaços coloniais no Oriente tornou-se peça fundamental do Estado Moderno português (PALOMO, 1997). Tornar Goa não só o centro da presença política portuguesa no Oriente, mas também da cultura religiosa cristã levou a uma grande mudança de postura em relação às populações goesas, como a destruição de muitos templos existentes em Goa, bem como a proibição de rituais hindus.

Também foram implementadas ações que visassem “beneficiar” os convertidos ao cristianismo. De acordo com Ângela Barreto Xavier, na

década de 1540, uma carta do rei D. João III estendeu os benefícios que os *casados* possuíam para “toda a pessoa asy portuguez, como de qualquer outra nação, geração e calidade que na dita cidade [Goa] casar, que fizer casa de novo, sendo christão” (XAVIER, 2008, p.554). Ainda segundo a autora, as próprias *Ordenações* portuguesas não confirmavam o direito a esses privilégios, como também determinava um certo período de tempo para que os convertidos gozassem de direitos próprios dos portugueses e dos *casados*, tal como concessão de terras, isenção de tributos e de prestação de auxílio em tempos de guerra bem como precedência no acesso à cargos públicos (XAVIER, 2008, p.554).

Entretanto, vale mencionar que, se a conversão religiosa colocava os indianos cristãos em horizontes de possibilidades de privilégios, algumas leis jurídicas criavam barreiras para tais pretensões, como a lei de 4 de março de 1542, que determinava que os ofícios de governança de Goa fossem oferecidos “sempre naqueles casados e moradores dela, que forem portuguezes de nação e geração, e não em outros nenhuns de outra nação, geração, e calidade que sejam” (XAVIER, 2008, p.555). Assim, aquele que não fosse português dificilmente teria uma adesão efetiva à cargos de ofícios no governo imperial.

Por sua vez, vale destacar que a elite indiana, convertida ao catolicismo, buscou se aproximar dos reinóis – portugueses nascidos na Europa – na intenção de indicar uma pureza de sangue, reivindicando para si privilégios e ascensão social. Segundo Xavier, brâmanes e charados passaram a identificar em si um estatuto de nobreza próxima

⁴A categoria “casados” surge pela primeira vez em carta de Afonso de Albuquerque, datada do dia 22 de dezembro de 1510, endereçada ao rei D. Manuel I, ao descrever a conquista da cidade de Goa, e que, por sua vez, oferecia uma série de privilégios aos soldados portugueses que desposassem mulheres asiáticas e o cronista João de Barros relacionou a categoria dos casados como sinônimo de povoadores (DORÉ, 2011).

ao conceito de nobreza que se operava em Portugal. Assim, de acordo com a autora, esses grupos nativos se apresentavam não só como exemplos de cristãos locais, mas também como “semelhantes” aos seus superiores – aqueles que vinham do reino (XAVIER, 2005, p. 26).

Um exemplo dessa “equiparação” social foram as ações missionárias empreendidas pelos oratorianos da Congregação do Oratório da Santa Cruz dos Milagres de Goa. Criada em 1682, por quatro sacerdotes, brâmanes da região de Margão, pertencentes às terras de Salcete, a Congregação do Oratório de Goa destacava, desde a sua fundação, a importância da inserção de clérigos nativos para a expansão da mensagem cristã entre a população local, especialmente por apresentarem “semelhança” na língua e na cor da pele dos asiáticos, sendo por vezes, mais bem preparados do que os missionários europeus (GOMIDE, 2019).

Desse modo, analisar a atuação inquisitorial em Goa é compreender como se desenvolveu o complexo processo de cristianização que ocorria no Oriente, especialmente a partir da política de intolerância religiosa da década de 1540, organizada pelo vigário geral, padre Miguel Vaz.⁵ Ao lado da presença da Companhia de Jesus, a Inquisição de Goa marcou o contexto de controle e vigilância religiosa que a coroa portuguesa buscou implementar em seus domínios orientais.

Buscaremos, assim, analisar o processo de leitura e tradução do *outro* contidas nas correspondências inquisitoriais entre os anos de 1560 e 1630. A projeção dos convertidos ao catolicismo, no contexto de

⁵ Miguel Vaz iniciou, em 1540, uma política de segregação religiosa e extinção de práticas não católicas que indicassem gentilismo. Patrícia Faria (2008, p. 94) menciona também que Miguel Vaz e Diogo Borba, junto com o projeto, mandaram destruir pagodes, e, já em 1550, houve a proibição de cultos gentílicos hindus e a demolição dos demais templos que ainda restavam em Goa (FARIA, 2013).

intensificação de conquista das almas para Cristo, obedecia a uma lógica colonial e de consolidação de modelos cristãos de comportamentos. O elemento da “gentilidade” foi na contramão de um ideal de expansão cristã na época moderna, seja na Ásia, África ou América. Pretendemos assim, refletir sobre como os inquisidores de Goa buscaram descrever as populações nativas e suas práticas religiosas, visando identificar a construção das ações inquisitoriais que legitimem suas ações sobre a realidade local, em um contexto que busca deslegitimar e desqualificar o *outro* no exercício de suas práticas, costumes e religiões.

O OUTRO NAS CORRESPONDÊNCIAS INQUISITORIAIS

A introdução dos códigos culturais europeus, isto é, a “europeização” do mundo nos séculos XVI e XVII, traz uma discussão profunda acerca do conhecimento e contato com o *outro*. Tanto no ocidente, com o contato americano, quanto no oriente, essa interação foi muito curiosa e pôde nos dizer muito sobre a sociedade europeia do período. A primeira ideia que se tem é a do oculto, já que o europeu se vê em novos mundos e novas culturas – por mais que elas não fossem aceitas posteriormente. Novaes trata esse oculto também como um ponto de fascínio e redescobrimto, no qual o homem da Europa deixa de ser visto como universal para ser descoberto como particular e específico (NOVAES, 1999). Ora, por maior repulsa que o *outro* causasse, ele não deixava de ser noviço e despertar curiosidade, fazendo com que o europeu tentasse “penetrar no mundo do Outro” (NOVAES, 1999, p.8) nas mais variadas maneiras, seja religiosa, política ou socialmente como já mencionado antes. A presença portuguesa no oriente não demonstrou diferenças nessa postura.

O homem português, ao longo de seu percurso pelas Índias nos quinhentos e séculos decorrentes, mostrou-se esse mesmo tipo curioso pelo oculto e interventor na cultura alheia. Nomeadamente na parte religiosa, Portugal procurou impor seus costumes como corretos em sociedades amplamente complexas culturalmente, em especial em Goa, como um centro do Império Marítimo Português no Oriente.

A atuação dos Inquisidores e do Tribunal do Santo Ofício de Goa possibilitou ainda mais essa manifestação de controle sobre o *outro* e isso pode ser percebido com as próprias cartas inquisitoriais enviadas ao Tribunal de Lisboa. A perspectiva sobre o *outro* nessas cartas demonstra uma variação conforme a escrita e o inquisidor que a disserta, dando múltiplas descrições e características sobre a sociedade oriental – Goa, sobretudo.

Por exemplo, vê-se o *outro* como um indivíduo fraco e com tendência a retroceder às origens religiosas. Esse é o caso de um dos relatos mencionados por Rui Sodrinho e Frei Thomaz Pinto na correspondência inquisitorial de 02 de dezembro de 1592. Segundo eles, um homem da casta *abexym*⁶ estaria sendo levado a Portugal como justificativa de ter se tornado cristão, mas de “correr perigo de retroceder pelas ocasiões da terra” (BAIÃO, 1945, p.140). Nesse sentido, a “terra” mencionada aqui faz referência aos demais homens e mulheres que ali viviam de acordo com outras práticas religiosas e que, de certa forma, poluíam os pensamentos dos novos cristãos convertidos pela Igreja Católica.

Jorge Ferreira foi um inquisidor que atuou por 12 anos em Goa, e, junto com Gonçalo da Silva, seu companheiro na Inquisição, também

⁶ Não encontramos na documentação maiores referências sobre tal casta e a quais grupo de indianos a ela pertencia.

destacaram algumas questões nas cartas inquisitoriais. Dentre elas, uma chamativa, foi a crítica clara em relação à casta da mulher de João Alueres o veador do cárcere da época. Segundo eles,

sua mulher é de casta dos negros desta ilha e de outras juntas a ela; a que chamamos Canarins, que são os piores de todos, e os que com que corremos ordinariamente e se recolhem no cárcere; e vai cheia a lista de cada ano; e de um passo a que chamam de Naroa; onde quase todos são idolatras que é o judaísmo daqui (BAIÃO, 1945, p. 373).

Podemos, pois, perceber o julgamento de menosprezo dos dois inquisidores sobre a mulher, que além de estar em uma casta “ruim”, é também de pele mais negra, aumentando a depreciação sobre a nativa. Outrossim, há a comparação do judaísmo ibérico (principalmente em território português europeu) com o gentilismo indiano, pela idolatria na religião e pela grandiosidade no número de pessoas que se distanciam do cristianismo ibérico.

Já em carta datada do ano de 1595, durante uma visitação a Ormuz, o inquisidor Antonio de Barros descreve sua ida à cidade, destacando pontos críticos sobre as religiosidades e cultura presentes naquele meio. Além da confissão e pedidos de perdão dos cristãos, inúmeros deles visitaram a mesa com o propósito de denúncia e acusação de delitos de feitiçaria “e outros abusos e erros que o tempo e o costume tem plantado nessa terra com a mística conversão que a gente christã tem com os mouros e gentio dela” (BAIÃO, 1945, p. 232-233). Segundo o inquisidor, os “Arabios” estariam “comendo e consumindo o coração por dentro”, já que suas práticas denotam de erros e enganos e fazem com que nasçam “muitos males com que o Povo simples oje se desculpa.” (BAIÃO, 1945, p.233). No mesmo seguimento, António de Barros destaca que o medo

por si só seria o suficiente para extinguir os erros dos não cristãos e pecadores que se mostravam tão numerosos em Ormuz. Logo, é possível associar essa imagem de fraqueza dos nativos mesmo no aspecto religioso da crença, já que o temor pelo equívoco exhibe a sua fragilidade como crédulo considerando a apreensão pelo *outro* que segue outra religião.

Nas demais informações desse mesmo inquisidor, ele critica os Bangaçalys/Bangacalllis brâmanes, chamando-os de “gente inútil e preuidicial a todo o Povo” (BAIÃO, 1945, p.234), uma vez que são nativos e estrangeiros comerciantes e, alguns, frequentadores de Pagodes gentios. Mais ao final da correspondência, a grande cidade de Ormuz é descrita por Antonio de Barros como “hu matto brauo cheo demil vícios e pecados e com rezão se pode dizer que he o mesmo inferno” (BAIÃO, 1945, p.236-237). Outrossim, ele critica a terra indiana por ter poucos homens sem culpa, pelo fato de a própria terra e suas culturas transformarem com grande facilidade o povo que ali vive. Isto posto, a instalação da Inquisição mostra efeito ao punir homens que tiveram suas estruturas sociais e religiosas modificadas com o alargamento da presença da cristandade em terras asiáticas.

Esse perigo da terra pode ser percebido quando afeta os cristãos convertidos na fé católica que permaneciam no oriente. Em 1592, Rui Sodrinho e Frei Thomaz Pinto escreveram a Portugal informando do envio, na nau da Capitania, de um homem nativo da casta *abexyn* chamado Matheus Pereira, que corria “perigo de retroceder pelas ocasiões da terra” (BAIÃO, 1945, p. 140).

O segundo lapso era tema frequente nas cartas inquisitoriais. Jorge Ferreira e Gonçalo da Silva, em carta de 1608, mostram uma problemática para o tratamento dos cristãos de segundo lapso, para

quando “não eram relaxados”, uma vez que punham em dúvida se seria o mesmo tipo de intervenção que já era feito aos neófitos ao segundo lapso (BAIÃO, 1945, p. 371). A questão surgiu quando Francisco Rangel, um cristão batizado não relaxado e filho de cristãos, cometeu, segundo Jorge Ferreira, o pecado do segundo lapso⁷ e, por não ser nativo, pôs em dúvida sobre o procedimento a ser adotado. Ora, aqui deduzimos a existência de diferença de “respaldo” entre nativos/mestiços e portugueses no quesito inquisitorial, algo que é inclusive mencionado durante as observações do viajante Francisco Pyrard de Laval no tempo em que este se instalou em Goa (1609-1611). Segundo ele,

os gentios e mouros indianos, de qualquer religião que sejam, não são sujeitos à Inquisição, salvo se se houverem feito cristãos; mas assim mesmo não são castigados tão rigorosamente como os portugueses ou cristãos-novos vindos de Portugal, e os outros mais cristãos da Europa. (1862, p. 81).

Tavares (2002) afirma que ao final do século XVI, a Inquisição propunha práticas mais ortodoxas (repressão de ritos, destruição de capelas – pagodes majoritariamente, expulsão à terra de mouros, dentre outras), apesar de que era solicitado aos inquisidores práticas mais brandas para evitar a repulsão dos neófitos convertidos das terras indianas e a aversão ao catolicismo. Célia Tavares afirma que havia uma adaptação relacionada não à tolerância para com a sociedade asiática, mas “um ajuste na perseguição a modalidades diferentes de crimes”, e, portanto, justificando a maior severidade nessas práticas. Nessa perspectiva, Pyrard de Laval menciona que

⁷ Os dois inquisidores não definiram na carta qual teria sido esse pecado de forma mais específica.

a causa porque não tratam estes Índios [além de mouros e gentios] tão rigorosamente é porque entendem que eles não podem ser tão firmes na fé como os cristãos velhos; e também porque assim se impediria a conversão dos outros: de sorte que se lhes deixam ainda algumas pequenas superstições gentias, como não comer carne de porco ou de vaca, ou não beber vinho; e igualmente' o seu antigo modo de vestir e adornos, assim aos homens como às mulheres cristãs.(1862, p. 81-82).

O relapso do cristão a práticas de sua religião antiga fora sempre um problema para o Império português. Patrícia Souza de Faria (2013) disserta sobre os Concílios Provinciais de Goa (que ocorreram nos anos de 1567, 1575, 1585, 1592e1606) e a importância do Concílio de Trento para as abordagens a serem usadas por religiosos, desde as ordens religiosas existentes (como é o caso da Companhia de Jesus) até os Tribunais de Inquisição do Império. Nesse aspecto, podemos ressaltar o procedimento do “disciplinamento social”, analisado por Faria, para identificar as estratégias de cristianização da sociedade e doutrinação e ensinamentos de dogmas e dos sacramentos católicos. A questão da disciplina envolvia a inserção dos ensinamentos dos dogmas católicos, o batizado e principalmente a cobrança da prática da fé católica, ou seja, “a nova fé interior deveria manifestar-se no exterior, com a adoção de novos hábitos” e quaisquer condutas diferentes ou remanescentes indicariam crime contra a fé (FARIA, 2013, p. 109-110).

Em outra carta de Jorge Ferreira e Gonçalo Fernandes, agora de 1611, há uma outra crítica sobre os homens da terra, dizendo que “he de gente de muito pouca ou nenhua consciencia, e em que os mais dos homens, depois de se verem nella, retém só o nome de christãos e deixam tudo o mais” (BAIÃO, 1945, p. 456). Mais uma vez o *outro* é mostrado com uma tendência à fraqueza no qual se importa com a

mudança do exterior, unicamente, e deixando de lado o interior – os hábitos, conforme indicou Patricia Souza de Faria. Por isso a desaprovação dos dois inquisidores quanto à “fala desprovida de pensamento”, já que indicaria uma volta às praxes anteriores à conversão ao catolicismo. Em 1612, Gonçalo da Silva, já sem seu companheiro, que fora autorizado a voltar a Portugal, escreveu sobre um auto da fé que havia ocorrido no mesmo ano no dia 3 de junho. No caso relatado, três homens foram sentenciados por relaxamento e mais outros crimes (diminuto confitente, heresia, nestorianismo, ensino nestoriano aos cristãos da terra e sodomia) (BAIÃO, 1945, p. 489).

A procedência das terras nativas já era uma temática apresentada nas cartas de Bartholameu da Fonseca, que atuou entre os anos de 1569 e 1580, um dos primeiros inquisidores do tribunal do Santo Ofício de Goa. Em sua longa estadia como inquisidor goês, a reclamação de seu posto e cobranças monetárias foram dizeres constantes em suas correspondências enviadas a Portugal. Entretanto, foi possível perceber apontamentos sobre seu trabalho e suas visões próprias acerca da sociedade na qual vivia. Em carta do ano de 1578, o inquisidor fala que:

a terra solapada desta nação de cristãos novos, quieta e descansada, torno a mesa carregada com processos e cárceres assombrados de presos [...] A terra cheia de fogo e cinza de corpos mortos de hereges e apóstatas e eu ficando lhe avido mães por esposo de sangue que de paz aborrecido de todos os que por essa gente enfrentam seus interesses que são muitos e de muitas bocas e de muitas invenções fico avido por pedra de escândalo arriscada a vida a cada bocado e a cada passo que eu oferecia a Sua Alteza sacrificando a per quatro anos e agora acho me com oito (BAIÃO, 1945, p.28).

Nas palavras de Bartholameu da Fonseca, identificamos certa negatividade para com o *outro*; não necessariamente com o indivíduo,

mas sim com a terra dele, social e geograficamente falando. A “terra chea de fogo e cinza” remete ao auto de fé formalizado em 1574 por ele mesmo, o qual Bartholameu afirmou ser um auto “com grão terror e medo”, que teria pegado muitos cristãos novos dos mais relaxados e posto horror em muitas outras pessoas a ponto de irem se confessar o mais logo possível com os prelados (BAIÃO, 1945, p. 13). À vista disso, é possível interpretar que a terra persiste em ter autos da fé, devido ao número de presos em cárcere e os pecados em excesso que se encontram em toda a sociedade atendida pelo inquisidor. Os autos da fé de Goa, tal como os de Portugal, eram atos feitos para mostrar todos os pecados repudiados pela instituição inquisitorial de forma a gerar o pânico e a amenizar a quantidade dos atos não-cristãos. Em outras palavras, tratava-se de mais uma forma de controle social (se é que não podemos acrescentar psicológico) da Inquisição para impor sua cultura religiosa/cultural, ainda que fosse através do castigo público e do medo.

Uma outra crítica de Bartholameu da Fonseca é sobre a sobreposição dos interesses do *outro* sobre o que é ensinado pela Inquisição e a Igreja em Goa. Por assim dizer, o tratamento para com esse *outro* foi considerado um verdadeiro escândalo por Bartolomeu que se diz estar “arriscando a vida e sacrificando-se” (BAIÃO, 1945, p. 55) para ensinar e corrigir situações como essa. Tanto é que, em cartas do período de antes da sua volta a Portugal, o inquisidor menciona que havia cristãos-novos “com ameaças de [o] destruir” após um episódio dramático envolvendo a morte de um criado de Bartholameu. Nessa situação, os cristãos novos o acusavam de ter excedido nos castigos e maus tratos ao criado, enquanto o inquisidor se defendia que este teria falecido por uma doença, então que durante a mesma o criado teria gritado que Bartholameu “o fazia morrer e o destruía e o matava”, sendo

interpretado de forma diferente por quem o ouvia por fora da casa do homem (BAIÃO, 1945, p. 93-94).

Essa justaposição das práticas do *outro* acima mencionada pode ser exemplificada também através dos atos considerados como os “delitos” julgados pela Inquisição. Eles são os atos de feitiçaria, reza por outros deuses, rejeição dos dogmas católicos e sacramentos, bigamia e a permanência de alguns costumes (considerados religiosos pela Inquisição) para o caso do Hinduísmo. Silva (2017) apresenta alguns números sobre pessoas que foram enviadas ou denunciadas ao tribunal que consumaram tais atividades e se envolveram com a Inquisição de Goa. Sabe-se que o período de maior denúncia ao tribunal correspondeu à segunda década do século XVII, com 29% (992 casos), seguido pelos anos de 1601 a 1611, com 24% (829 casos), totalizando, de 1569 a 1623, um número de 3441 processos. Desse total, apenas 8% diziam respeito às “questões de comportamento e heresias”, mas 43% estavam ligados às gentilidades (feitiçarias, adivinhações e sacrifícios) (SILVA, 2017, p. 752-753, 756-757).

Orientações espirituais e educação religiosa eram mecanismos importantes para a conversão católica. No geral, podemos ressaltar que, durante o reinado de João III, a cristandade vai ser demarcada como instrumento de distinção entre os cristãos e aqueles que não eram. Instrumento esse, vale lembrar, que não era somente de diferenciação religiosa, mas também de conformidade política, tal como indicou Ângela Barreto Xavier (XAVIER, 2008, p.720). Converter-se era também se tornar súbdito do rei, e assim, estar sujeito às leis jurídicas portuguesas.

Outro ponto interessante das cartas inquisitoriais é como os inquisidores demarcavam a natureza “diabólica” dos costumes locais.

Em carta escrita no dia 27 de janeiro de 1624, os inquisidores Francisco Borges de Souza e João Fernandes de Almeida relatavam ao Conselho Geral de Lisboa que:

Neste Estado é muito comum e ordinário crime fazerem sacrifícios ao diabo uns pedindo-lhe descubra tesouros, outros que lhe dê saúde, boas novidades, e bens temporais, e parece vista a frequência deste delito se lhe poderá aumentar a pena, para os que ajudarão de veemente pera levarem hábitos penitenciais como refere Roaix. Levam os que abjuram de veemente no Reino de Valença e parecendo isto a V.S.III poder-se-á figurar o tal habito com insígnias mais acomodadas a ignomínia do delito (BAIÃO, 1945, p.610).

O olhar sobre os traços culturais locais pelos inquisidores residia no interesse em reafirmar a ideia de que os indianos viviam na gentilidade, na *idolatria*, necessitando, assim, serem levados para junto da fé católica. Nicola Gasbarro vai definir *idolatria* como uma quebra da relação homem-Deus. Qualquer relação que rompe com essa ordem e tome o seu lugar é considerada, portanto, um “ídolo” (GASBARRO, 2006, p.94). Para o autor, “cultuar um ídolo é considerar algo ou alguém como divindade, rompendo a ordem hierárquica do ritual e do sentido e é, portanto, um excesso imperdoável” (GASBARRO, 2006, p.94). Sobre as histórias das religiões, em especial da religião cristã, diante dos demais sistemas religiosos do mundo moderno o autor ainda afirma que:

A hierarquia de sentido da religião cristã tornar-se paradigma: a *religio* é a verdade da ação e do pensamento e, portanto, a ordem moral do mundo e da história; todo o resto é desvio, excesso de fé, crença e prática supersticiosa, “a causa e o fim de todo o mal” (GASBARRO, 2006, p.96).

Serge Gruzinski, por sua vez, para o contexto do universo indígena no Novo Mundo, definiu que a *idolatria* é formada por um conjunto de

crenças, práticas, palavras e objetos, desde os mais complexos aos mais banais, representando uma realidade não compartilhada com a do clero católico em questão. Estabelecer a realidade e, portanto, o que era sagrado, era de suma importância para uma perspectiva de cristianização das comunidades não cristãs. Segundo Gruzinski, a Igreja logo procurou trazer para si a missão de ditar e discernir o certo do errado, a *idolatria* da verdade cristã, confinando nas mãos dos missionários a difícil empreitada da evangelização (GRUZINSKI, 2003).

Ângela Barreto Xavier nos lembra que no processo de cristianização na Índia, era costume ouvir discursos nos quais se defendia a destruição de todos os signos materiais das religiões não cristãs, por estarem em gravíssimo pecado da *idolatria*, com a argumentação de que Deus mandara que:

[...] em terra de promessa em que aviam de morar, destruísem totalmente os ídolos, templos e lugares em que se dava culto aos falsos Deuses, assim para que a idolatria (que é tanto contra a sua honra) fosse de todo destruída entre os infiéis: como para que lhes não fosse ocasião de idolatrar [...] de maneira que o Demônio por nenhuma via seja venerado nela (XAVIER, 2008, p. 154).

Ao tratar sobre a idolatria local, o Santo Ofício de Goa, assim com os missionários das ordens católicas, que escreviam sobre as mais diversas sociedades asiáticas, delimitavam a tentativa de controle dos espaços coloniais e sobre as tradições e costumes do *outro*. Assim, os processos de cristianização da Índia portuguesa perpassavam, obviamente, pela tarefa de substituir a cultura local indiana, pela cultura ocidental europeia.

É interessante perceber que, na carta de 1588, de Rui Sodrinho e Frei Thomaz Pinto, os inquisidores vêm a relatar que o Tribunal não entendia as práticas dos médicos gentios, ou seja, até que ponto deixavam de atuar do modo tradicional da “profissão” e passavam a utilizar da superstição com a cultura local/religião para o tratamento dos pacientes. O relato na correspondência aponta sobre o desconhecimento sobre o *outro* envolvendo os quesitos profissionais, posto que, no caso de Goa, havia um esforço em influenciar as ordens profissionais, diferenciando-as do costumeiro profissional europeu português (por mais que se assemelhassem).

A inquisição de Goa só passou a condenar esses médicos e curandeiros quando foi publicada a bula *antiqua iudaeorum improbitas* pelo papa Gregório XIII em 1581 (BAIÃO, 1945, p. 125). A bula tornava mandatória a prisão por desacato à fé, blasfêmia, ofensa e outros crimes contra a igreja, especialmente vindos de judeus que passaram a adentrar a jurisdição da Inquisição (CAFFIERO, 2012, p. 3). Com a bula papal, os inquisidores supostamente compreenderam que houve uma abertura para denunciar esse grupo de profissionais que utilizavam de conhecimentos muitas vezes desconhecidos pelos portugueses e/ou católicos, já que poderiam estar diretamente ligados à religião e, portanto, serem crimes contra a Igreja Católica.

Há um outro aspecto de dúvida em como tratar certos casos de pecados em Goa devido ao desconhecimento das práticas – ou de serem extremas por si só. Um exemplo é o relato também de Sodrinho e de Frei Thomaz Pinto no ano de 1589, quando questiona qual conduta o Tribunal deveria tomar ao escrever que:

Há nestas partes muita devassidão e rotura principalmente no tempo que esperam naus desse reino em se mandarem consultar Pagodes a terra firme e é fama pública que e tem o Governador do Estado e sua mulher entram nisso e tentam misticamente com feiticeiros gentios (BAIÃO, 1945, p. 127).

Essa é uma situação singular ao envolver um político estatal português e um nativo gentio com suas práticas recusadas pela Inquisição. Casos envolvendo dúvidas na postura do Tribunal para “crimes” de pessoas de outras religiões – e católicas - não foram incomuns nas correspondências inquisitoriais. A maior parte ocorreu devido ao desconhecimento de como tratar os condenados, considerando que o trabalho do Tribunal Português não lidava com as mesmas situações que na Ásia. Assim sendo, os inquisidores e demais oficiais inquisitoriais demonstravam um desconhecimento e uma série de dúvidas em como lidar com certos casos que eram colocados pela Inquisição em Goa e na região e subjugavam o *outro* da Ásia conforme essa falta de informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura sobre o *outro* na modernidade deve ser compreendida, assim, a partir da construção de uma nova lógica de poder que reorganizava as sociedades europeias e não europeias. Numa época em que a colonização serviu para elaborar um projeto na quais as estruturas socioeconômicas mantinham a ordem metropolitana nos espaços do além-mar, o ideário da doutrina cristã difundiu ainda mais as barreiras entre o “eu” e o “outro”.

Em Goa, sobretudo a partir da segunda metade do século XVI, o catolicismo marcou as vivências religiosas, sociais e políticas das

populações locais, sendo a Inquisição uma das maiores representações dessa presença. Perseguindo e punindo os nativos que, convertidos ao catolicismo, se voltavam para suas raízes “gentílicas”, o Santo Ofício de Goa foi um dos pilares das ações eclesiais no Oriente.

Nas cartas dos inquisidores de Goa, enviadas ao Conselho Geral de Lisboa, foi possível identificar como as estruturas sociais e políticas locais atingiram em cheio as demandas do Santo Ofício. O excesso de consultas, dúvidas e debates realizados entre o tribunal goês e o Conselho Geral de Lisboa indicam como que a realidade de Goa era de difícil compreensão para os religiosos católicos que ali viviam. Em um espaço onde as fronteiras políticas e sociais eram móveis, os inquisidores precisavam estar em constante vigilância acerca das práticas locais.

Contudo, vale mencionar que a incorporação de novos espaços coloniais à monarquia portuguesa acabou por resultar no alargamento das relações entre o Estado e a Igreja. A expansão do catolicismo e a cristianização das populações locais na Índia portuguesa foram centrais para a ocupação, o povoamento e a manutenção do poder régio português e da presença da Santa Sé diante dos grupos asiáticos. Formação de bairros só para católicos, instalação de escolas e seminários que ensinassem a doutrina cristã e a preparação dos locais para o sacerdócio, foram algumas medidas para propagar a fé católica em Goa. Nesse sentido, a instituição inquisitorial serviu como forte base para a construção de uma cultura cristã que desejava se fazer presente no Oriente.

A instalação da Inquisição em Goa representou um momento de maior intolerância religiosa da presença portuguesa em terras orientais. Inserida dentro de um processo de cristianização da

sociedade goesa, o tribunal inquisitorial perseguiu não só os cristãos novos mas, também os indianos acusados de gentilidades. Pautados pela ortodoxia católica, os inquisidores buscaram destacar em suas correspondências as “más” condutas sociais e religiosas dos indianos cristãos recém convertidos.

Desse modo, na busca por tornar a cidade de Goa uma cidadela cristã, os inquisidores buscaram em suas ações construir visões de mundo sobre o *outro*, da sua gentilidade e da necessidade de seguirem firmes no caminho da conversão. Assim, as cartas inquisitoriais de Goa contribuem para o nosso entendimento de como o extenso conjunto de crenças e práticas, que compõem o universo religioso da Índia portuguesa, foi visto, registrado e compreendido pelos agentes da Inquisição.

REFERÊNCIAS

- AMALADASS, Anand, CLOONEY, Francis X. *Preaching wisdom to the wise: Three Treatises by Roberto de Nobili. SJ., Missionary and Scholar in 17th Century India.* St. Louis The Institute of Jesuit Sources, 2000.
- BAIÃO, Antônio. *A Inquisição de Goa: Tentativa de história de sua origem, estabelecimento, evolução e extinção.* Lisboa/ Coimbra, 1939-49.
- _____. *A Inquisição de Goa: Correspondências dos Inquisidores da Índia (1569-1630).* Coimbra: Imprensa da Universidade, v. II, 1945.
- BETHENCOURT, Francisco *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália (séculos XV-XIX).* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CAFFIERO, Marina. *Forced Baptisms: Histories of Jews, Christians, and Converts in Papal Rome.* University of California Press, traduzido por Lydia G. Cochrane, 2012.
- COUTO, Diogo do. *O soldado Prático.* Portugal: Publicações Europa-América, s/d.

CUNHA, Ana Cannas da. *A Inquisição no Estado da Índia: origens (1539-1560)*. Estudos e Documentos. Arquivos Nacionais/Torre do Tombo: Lisboa, 1995.

DORÉ, Andréa. Os casados na Índia portuguesa: a mobilidade social de homens úteis. In: FLORES, Jorge; FEITLER, Bruno; CALAINHO, Daniela Buono; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *Raízes do Privilégio: Mobilidade social no mundo Ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FARIA, Patrícia Souza de. *A Conversão das Almas do Oriente: franciscanos, poder e catolicismo em Goa (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Letras, 2013.

FRANÇOIS Pyrard (De Laval). *Viagem de Francisco Pyrard, de Laval contendo a notícia de sua navegação às Índias Orientais, Ilhas de Maldivas, Maluco e ao Brasil, e os diferentes casos que lhe aconteceram na mesma viagem nos dez anos que andou nestes países (1601 a 1611), com a descrição exata dos costumes, leis, usos, polícia e Governo; do Trato e Comércio que neles há; dos animais, árvores, frutas e outras singularidades que ali se encontram*. Ed. Joaquim Helidoro da Cunha Rivara, Tomo II, Nova Goa, 1862.

GASBARRO, Nicola. A civilização cristã em ação. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006.

GOMIDE, A. P. Um Catolicismo possível. *Faces da História*, v. 6, n. 2, p. 28-51, 2019.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

NOVAES, A. A outra margem do Ocidente. In: NOVAES, A. (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PALOMO, Federico. Disciplina christiana: Apuntes historiográficos en torno a la disciplina y el disciplinamiento social como categorías de la historia religiosa de la alta edad moderna. *Cuadernos de Historia Moderna*. Madrid, n. 18, p.11-138, 1997.

SILVA, Luiza Tonon. O Santo Ofício no Índico: perseguições, processos e a Inquisição de Goa (1561-1623). *Anais da XII Jornada de Estudos Históricos Professor Manuel Salgado PPGHIS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 3, 2017

_____. *Inquisição e mestiçagem cultural no Estado da Índia (1560-1623)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. *A Cristandade Insular (1540-1682): Jesuítas e Inquisidores em Goa*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

XAVIER, Ângela Barreto. *A invenção de Goa: Poder Imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

_____. David contra Golias na Goa seiscentista e setecentista. *Ler História*. Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas Fundação para a Ciência e Tecnologia, n. 49, separata, 2005.

_____. Dissolver a diferença Mestiçagem e conversão no império português. In: CABRAL, Manuel Villaverde *et al. Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

2

ALESSANDRO VALIGNANO E O USO DA COMPARAÇÃO CULTURAL E DO CONCEITO DE NATUREZA NO DE MISSIONE (1590)

Higor Geraldo Silva ¹

INTRODUÇÃO

Esse texto tem o intuito de entender o uso da comparação cultural e do conceito de natureza para a hierarquização discursiva da cultura japonesa no *De Missione Legatorum Japonensium ad Romanam Curiam*, o *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses à Cúria Romana*, escrito pelo jesuíta italiano Alessandro Valignano e publicado no ano de 1590 em Macau².

A análise do discurso foi utilizada como metodologia pois “o interesse específico que rege a análise do discurso é relacionar a estruturação dos textos aos lugares sociais que os tornam possíveis e que eles tornam possíveis” (MAINGUENEAL, 2015, p. 47). Desse modo, para o autor, o objeto da análise do discurso são as relações discursivas entre a comunicação verbal de um autor e a esfera institucional (MAINGUENEAL, 2015). Nesse sentido, nosso objetivo nesse trabalho é pensar o discurso de autor jesuíta que escrevia um diálogo direcionado a seminaristas japoneses enquanto detinha as responsabilidades

¹ Licenciado em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: higorgeraldo@gmail.com.

² Texto baseado nas reflexões do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “*E se considerarmos o plano da natureza*”: O uso do conceito de natureza e da comparação cultural para a inferiorização discursiva da cultura japonesa no *De missione* (1579-1592) defendido na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis em fevereiro de 2022.

institucionais do cargo de Visitador da Companhia de Jesus como a escrita de cartas e a supervisão e a regulamentação das missões, como também, seu passado intelectual de estudante das melhores universidades do século XVI, como abordaremos nas próximas páginas. Nesse artigo utilizaremos a tradução portuguesa realizada por Américo da Costa Ramalho mas também, consultamos as traduções em língua inglesa e italiana do diálogo (SANDE, 2009; MASSARELLA, 2016; RUSSO, 2016).

O objeto de estudo está relacionado a presença lusa no Japão no século XVI. Desse modo resumiremos brevemente a inserção do império Português na Ásia até a chegada lusitana na costa nipônica. O continente asiático tornou-se foco de interesse com a viagem de Vasco da Gama à Índia em 1498. Com as conquistas das cidades de Goa, Malaca e Ormuz, o Império lusitano toma forma no Índico na década de 1510. A ordem jesuítica adentrou esse espaço em 1542, alcançando as terras nipônicas no ano de 1549, no âmbito da atuação conjunta dos poderes eclesiástico e político sobre a égide do padroado (FARIA, 2008; MANSO, 2009; XAVIER, 2003).

Em um ambiente de intensa descentralização política japonesa, os *daimyôs* (líderes locais) lutavam pelo controle do território desde que o governo central enfraqueceu após guerras civis ocorridas na centúria anterior. Como ressalta Bernabé (2018), os inacianos não conseguiram atrair as elites com obras assistenciais e na década de 1970, buscaram arregimentá-los com auxílios bélicos e favorecimentos econômicos (HICHMEH, 2018). Desse modo, foram convertidos os *daimyôs* Arima Hanorobu (Dom Protásio), Ômura Sumitada (Dom Bartolomeu) e Ôtomo Sôrin Yoshishige (Dom Francisco) de Kyûshû, (ilha mais ao sul do arquipélago) até o início da década de 1980. Assim, a missão japonesa

tinha cento e cinquenta mil conversos e duzentas igrejas no ano de 1582 de acordo com Shinzô Kawamura (*apud* Bernabé, 2018).

Filho de uma notável família italiana de Chieti, nascido no ano de 1539, Alessandro Valignano foi figura relevante na atuação da ordem jesuítica e da presença comercial do Império Português no Japão. Em 1557 doutorou-se em Direito pela Universidade de Pádua. Volvidos cinco anos é preso acusado de golpear a face de uma mulher no mesmo local. Quatro anos depois torna-se noviço da Companhia de Jesus. Estuda física e filosofia no Colégio Romano. Enfim, é nomeado Visitador no ano de 1573 (KENICHI, 2014; RUSSO, 2008). Segundo Moran (1993), esse cargo destinava muito poder ao Visitador, pois era hierarquicamente superior aos provinciais locais como uma atuação em grande medida autônoma em relação ao Geral residente em Roma.

Após chegar a Ásia em 1577, Valignano visitou o arquipélago nipônico por três vezes, entre 1579 e 1582, de 1590 a 1592 e, por fim, entre 1598 e 1603. Foi o principal organizador da missão japonesa ao buscar efetivar um método para se adaptar a cultura local de acordo com Bernabé (2018). Além de realizar a primeira embaixada japonesa à Europa, viabilizou reuniões episcopais, implementou o sistema de cartas anuais como escreveu regimentos para os superiores e os seminários (MORAN, 1993; ALVAREZ-TALADRIZ, 1954).

Os componentes dessa embaixada eram alunos do seminário de Arima, aberto no território de Arima Hanorobu no ano de 1580. Os seminaristas estavam submetidos a um rígido controle de conteúdos, horários e pessoas com as quais poderiam entrar em contato (HATTORI, 2020; VALIGNANO, 1954). Os embaixadores principais eram Miguel Chijiwa, sobrinho de Dom Bartolomeu, e também primo de Dom Protásio e Mâncio Itô, parente de Dom Francisco. Seus acompanhantes

eram Martinho Hara e Julião Nakaura. Os quatro foram enviados como uma embaixada dos *daimyôs* ao papa em 1582. No percurso de uma viagem com duração de 8 anos, os seminaristas japoneses visitaram os papas Gregório XIII e Sisto V e o monarca Felipe II até regressarem ao Japão no ano de 1590 (MASSARELLA, 2013; RUSSO, 2016).

De acordo com Massarela (2016), o principal motivo da embaixada era financeiro à medida que Valignano argumentava que a missão japonesa precisava de dez mil ducados para continuar operando como mais trinta ou 40 mil ducados para não depender da renda do inconstante comércio com a cidade de Macau. Outras motivações eram demonstrar que a correspondência jesuítica era verdadeira como a qualidade e veracidade dos neófitos nipônicos aos monarcas europeus. Ademais, a embaixada apresentou-se como evidente projeto para encantar os embaixadores japoneses com uma narrativa idealizada da riqueza e poderio europeu (MASSARELLA, 2016; CORREIA, 2012; BOSCARIOL, 2011; ELISONAS, 2007).

Com a realização da viagem, Alessandro Valignano escreve o *De Missione*, um diálogo imaginário no qual busca convencer os parentes de Miguel e os seminaristas japoneses acerca da superioridade europeia cuja impressão terminou em 1590 (LOUREIRO, 2020). O relato apresenta uma narrativa idealizada e pacífica do continente europeu. É relacionado a tradição de escritos laudatórios das cidades europeias como menciona Massarella (2016). Em seus trinta e quatro colóquios, o escrito descreve a viagem como aborda algumas características japonesas. Quanto a autoria, concordamos com Moran (2011), quando afirma que o escrito é de autoria de Valignano e que foi redigido em espanhol como posteriormente publicado com a tradução latina do jesuíta português Duarte de Sande. Assim, discordamos da afirmação

de Américo da Costa Ramalho (2009), tradutor do *De Missione* para o português, quando afirma que Duarte de Sande teria sido o autor do diálogo (HATTORI, 2020; MORAN, 2001; SANDE, 2009).

Após descrever a viagem do Japão até o porto de Lisboa, o tratado busca discutir as características europeias para contextualizar a estadia na Europa para os leitores japoneses a partir do sétimo colóquio. Desse modo, o jesuíta aborda alguns costumes europeus para rebater a acusação de incivilidade dos portugueses feitas pelos japoneses. Ainda, o Visitador utiliza a comparação cultural e o conceito de natureza para enfatizar a superioridade europeia em relação aos modos de sentar, vestir, alimentar, musicar, dançar e dramatizar entre os colóquios IX e XI. Tal ideia de superioridade e riqueza europeias é ressaltada pelos títulos dos colóquios como o nono “Sobre o requinte de que usam os reis e príncipes europeus no que respeita aos cuidados corporais, ao trato e habitação, e dos seus grandes rendimentos e despesas” (SANDE, 2009, p. 36). Desse modo, analisaremos esse trecho do documento nas próximas páginas após discutir brevemente o uso da comparação cultural e do conceito de natureza no pensamento quinhentista (SANDE, 2009).

A etnologia comparada, denominação de Pagden (1986) para o procedimento de comparação cultural, foi muito mobilizada pelos inicianos nos quinhentos. Para Rubiés (2019, p.123), pode se definir etnologia como “discurso teórico e sistemático sobre a diversidade humana”. Esse processo foi utilizado para comprovar a civilidade dos ameríndios em comparação com gregos, romanos e babilônicos pelo jesuíta Bartolomeu de Las Casas (PAGDEN, 1986). Já José de Acosta e Valginano pensavam os chineses e os japoneses como os povos mais evoluídos fora da cristandade no decorrer da década de 1580 (RUBIÉS, 2019).

A ideia de natureza para os jesuítas é discutida em meio aos debates sobre a lei natural no século XVI. De acordo com Correia (2002), o pensamento jesuítico mobilizou a diferenciação entre o mundo natural e o sobrenatural a partir do conceito de *pura natura*, a natureza pura. Desse modo, os jesuítas conseguiram observar diferenças entre os povos a serem evangelizados e assim, essa ideia foi útil ao método adaptativo de Alessandro Valignano. Notáveis filósofos jesuítas como Luiz de Molina e Francisco Suárez expuseram essa concepção. Neste sistema duplo, existe a natureza humana derivada da razão inata em toda a humanidade e a natureza divina, no qual o com o cristianismo, a fé auxilia que as leis sejam melhores implementadas a partir do poder de Deus (ESPOSITO, 2014; SANDE, 2009).

Por fim, consideramos que o argumento da superioridade europeia de Valignano no *De Missione* é discursivo³ pois, em textos como seu *Sumário do Japão* confessa que os japoneses eram melhores do que os europeus como a cortesia e a resiliência contra adversidades. Tal posicionamento não aparece no *De Missione* destinado ao objeto de alçar a Europa como modelo civilizacional totalmente superior ao Japão. Por conseguinte, no *Sumário*, em que seu destinatário é o líder da ordem jesuítica, o Geral, o Visitador expressa uma visão mais positiva dos japoneses, mesmo que ligada ao seu intuito de valorização da missão japonesa. Já, no *De Missione*, contradiz a si mesmo e coloca a Europa como totalmente superior, para atingir seu auditório de seminaristas

³Tomamos ciência da noção de superioridade discursiva nos textos de Valignano quando apresentamos uma comunicação da pesquisa no 1º Encontro de Pós-Graduação em História da UFRPE em agosto de 2021, a partir das considerações dos professores Daniel Tiago de Vasconcelos e de Angélica Louise de Souza Alencar, ao mencionar que o Visitador expressava considerações mais positivas sobre os japoneses e sua cultura em suas cartas privadas para a ordem jesuítica.

japoneses, mesmo que sua opinião pessoal fosse diferente apenas quatro anos antes (ALVAREZ-TALADRIZ, 1954; SANDE, 2009).

O USO DA COMPARAÇÃO CULTURAL E DO CONCEITO DE NATUREZA NO *DE MISSIONE*

Segundo o Visitador, como para Cicero, os costumes constituem uma segunda natureza. Todavia, essa pode ser alterada, pois os missionários europeus se adaptam a natureza nipônica, sua cultura e sua língua (MASSARELLA 2016; SANDE, 2009). Assim, os seminaristas japoneses e os embaixadores deveriam adquirir uma segunda natureza na visão de Valignano, ao adentrarem na comunidade eclesíastica, percebendo a cristandade europeia como civilização superior segundo Correia (2012) e Marisa di Russo (2016).

Para atingir esse objetivo, o inaciano utiliza o conceito de natureza e a comparação cultural (“comum consenso de todos os povos”) para inferiorizar variados aspectos da cultura nipônica. Desse modo, o jesuíta utiliza o conceito de natureza cinco vezes para inferiorizar os modos de sentar, vestir, alimentar, musicar e teatralizar da cultura japonesa e duas vezes a comparação cultural em relação aos modos de sentar e vestir no trecho analisado (SANDE, 2009).

A problemática do modo de sentar é notável, pois Valignano aborda a questão da opinião dos japoneses de que os europeus e os portugueses desconheciam as normas de etiqueta, à medida que os japoneses sentam-se no chão e fazem referências uns aos outros dessa forma e os europeus não, segundo Russo (2016). Frente a acusação nipônica de que os portugueses seriam bárbaros por entrarem de calçados nos templos e que escarram nestes, o Visitador argumenta que os europeus utilizavam cadeiras e pavimentos de pedra sendo por isso não

descorteses (SANDE,2009). Porém, em vez de apenas assinalar as diferenças de cortesia e do modo de sentar, o jesuíta desqualifica o modo de sentar japonês frente a cadeira europeia utilizando o conceito de natureza:

[...] E se considerarmos o plano da natureza, parece muito mais conveniente a cadeira dos europeus, que exhibe uma certa majestade e não impede o repouso de modo algum, visto que os pés se apoiam ou no chão ou numa travessa colocada na parte inferior da cadeira, e as restantes partes do corpo descansam muito convenientemente (SANDE, 2009, p. 198).

Desse modo, questionado pela realidade de dois costumes diversos que considera válidos, Valignano utiliza o conceito de natureza para alçar o continente europeu como superior. Assim, acredita que racionalmente é muito melhor sentar-se em cadeiras pelo descanso dos pés e o apoio das costas além de ser mais nobre. Continua revelando sua superioridade ao ressaltar a dificuldade dos sacerdotes em sentar-se ao modo japonês como considera “abjeto” (SANDE, 2009).

Em seguida, mobiliza a comparação cultural sobre o modo de sentar para deixar ainda mais claro seu processo de inferiorização:

Se atendermos ao uso das restantes nações, a nossa maneira de sentar será menos aprovada, uma vez que, além dos europeus, só vimos os chineses como homens de mais refinada elegância, e os chineses sentam-se em cadeiras, ao modo dos europeus, ao passo que observámos que todas as restantes nações incultas se estendiam por terra. É certo que entre os nossos o pavimento está recoberto com mais gosto e nós costumamos sentar-nos por terra mais adequadamente [...] (SANDE, 2009, p. 198).

Então Valignano, utiliza-se da comparação cultural para julgar o modo de sentar japonês frente a outras culturas, tendo o modelo

europeu como superior e juiz da disputa. Desse modo, o prestígio civilizacional chinês no Leste Asiático é utilizado para inferiorizar o Japão frente a Europa e também a China nesse trecho. Esse mesmo prestígio é enfatizado no penúltimo colóquio do texto para mobilizar o argumento de que o continente europeu supera até mesmo a cultura chinesa segundo Correia (2012). Por conseguinte, o modo de sentar japonês seria hierarquicamente superior ao restante dos povos africanos, americanos e asiáticos por cobrir o solo ao sentar-se, mas não a China e a Europa que utilizavam cadeiras (SANDE, 2009).

Em seguida, o Visitador utiliza os mesmos artifícios para inferiorizar os utensílios da cerimônia do chá japonês frente ao costume europeu de se utilizar pedras preciosas no vestuário:

[...] Se, todavia, atendendo à natureza das coisas, e não às opiniões de nações e povos, tivermos de fazer um juízo, não há dúvida de que as pedras preciosas devem ser tidas em grande preço, por causa daquele seu esplendor e fulgor, depois, pela sua duração, em seguida, pelo poder variado que contêm dentro de si, útil á vida humana, finalmente, pelo comum consenso de tantas nações, que é difícil que elas estejam enganadas. Ao passo que os nossos objectos de barro ou ferro em parte alguma costumam ser tidos em tanta conta, senão no nosso Japão. Ora o juízo de uma só nação facilmente pode admitir-se que seja erróneo, o de muitas, porém, que está certo (SANDE, 2009, p. 202).

Desse modo, Valignano enfatiza a importância das pedras pelo argumento de que por natureza, elas têm brilho e podem prevenir doenças como outros auxílios aos seres humanos. Assim, cremos que para ele as gemas são racionalmente importantes para os homens. Ainda ressalta o valor destas na Europa, Ásia e África para realçar que os japoneses estão errados em as não valorizar e no julgamento das

nações, os itens da cerimônia do chá japonês não tem valor (SANDE, 2009). De acordo com Igawa Kenji, essa comparação de que os utensílios da cerimônia do chá seriam para os nipônicos como as pedras preciosas na Europa já havia sido feita por Luís de Almeida em outubro de 1565. O visitante revela toda sua superioridade e incompreensão dos utensílios da cerimônia do chá no seu *Sumário do Japão* de 1583, ao dizer que essas seriam coisas para rir entre os europeus e que um famoso recipiente de barro comprado por Ôtomo Sôrin Yoshishige por nove mil taeis de prata ou quatorze mil ducados, 337, 5 quilos de prata segundo Igawa Kenji, serviria apenas como um bebedouro de pássaros engaiolados na Europa e que estipularia um preço ínfimo para esse artefato (KENJI, 2008; ALVAREZ-TALADRIZ, 1954).

O jesuíta volta a utilizar o conceito de natureza para inferiorizar os alimentos japoneses frente aos europeus:

Se todavia, desviarmos os olhos dos costumes, e os voltarmos, para a própria natureza, estou convencido de que os alimentos europeus são muito mais convenientes para sustentar a natureza e mais delicados para satisfazer a gula, visto que são confeccionados ora de diversas carnes de aves de capoeira, de animais selvagens, de aves tomadas na caça, ora de peixes cuidadosamente escolhidos, e todos estes alimentos maravilhosamente condimentados, além de uma admirável variedade de sobremesas.[...](SANDE, 2009, p. 210).

Valignano opera o conceito de natureza em meio ao seu objetivo de provar a civilidade dos portugueses relacionado a sua percepção de que os japoneses não gostavam de carnes de boi e porco e que não se alimentavam tocando os alimentos com as mãos. Desse modo, responde discorrendo que os mercadores não poderiam trazer da Europa os talheres que utilizavam em suas moradias e que tocavam as carnes com

as mãos devido as necessidades da vivência militar. Ademais, argumenta que os alimentos japoneses são fruto de uma terra pobre e os europeus de um solo fecundo (SANDE, 2009).

Igawa Kenji argumenta que na maioria das ocasiões os japoneses não comiam carne bovina ou suína, mas se alimentavam entre outros de guaxinins, gansos, veados, faisão, javalis e patos como carne de cães para usos medicinais. Já a carne de peixe era consumida por toda a população exceto os monges. Quanto ao uso dos talheres pelos europeus, Norbert Elias informa que o uso de garfos era restrito às elites até o século XVII. Já Luís Fróis, missionário contemporâneo do Visitador, é categórico em seu tratado sobre as diferenças entre a Europa e o Japão de que os Europeus utilizavam as mãos para se alimentar e os nipônicos as duas hastes de madeira, os *hashis* (KENJI, 2008; ELIAS, 1994; MASSARELLA, 2016; RUSSO, 2016; FRÓIS, SCHÜTTE, 1955).

O conceito de natureza é utilizado também para afirmar a superioridade europeia sobre a música japonesa:

[...]E se quisermos não considerar o hábito, mas a natureza da coisa em si, descobriremos que o canto europeu é composto de uma arte requintada. Nele, com efeito, ao contrário do que acontece com o nosso, não se conserva perpetuamente o mesmo tom de todas as vozes, mas uns tons são agudos, outros graves, outros intermédios, os quais, emitidos ao mesmo tempo artisticamente, produzem uma admirável harmonia. [...] (SANDE, 2009, p. 232).

Desse modo, para o Visitador pela natureza da arte de musicar, a música europeia é racionalmente melhor pela multiplicidade de tons e sistematização que a seu ver faltavam a música nipônica. Fróis em consonância com Valignano, afirma que o canto japonês é composto por um único tom. Outros missionários além do Visitador como Fróis e

Lourenço Mexia desgostavam das músicas japonesas considerando-as atormentadoras para o ouvido, “horrenda” e “repugnante às orelhas” respectivamente. Ademais, afirmavam que a música europeia não era apreciada no Japão (SANDE, 2009; VALIGNANO, ALVAREZ-TALADRIZ, 1954, p. 34-35; FRÓIS, SCHÜTTE, 1955, p. 244-246; MEXIA, 1598, 2. volume, p. 123). Já o missionário e intérprete e missionário João Rodrigues conseguiu identificar cinco tons e dez notas na música japonesa (COOPER, 2001). Por fim, Malm em seu artigo, explora a complexidade e multiplicidade da música nipônica seiscentista que os europeus não conseguiram perceber, como a multiplicidade de gêneros utilizados pelas elites imperiais, ou locais, pelas classes cidadinas mais baixas e também os gêneros budistas e xintoístas performados com múltiplos instrumentos japoneses como flautas, alaúdes, tambores entre outros (MALM, 1987).

Com relação a dança, Valignano afirma que a japonesa é similar à europeia, e poderia alcançá-la se fossem retirados certos costumes tristes que não existiam na Europa como o uso de máscaras representando um homem ou mulher mortos e a lamentação do público e dos atores. O Visitador revela toda sua incompreensão e etnocentrismo do teatro japonês ao afirmar que o ato de dançar deve ser feliz como acontece no continente europeu: “[...] Estas práticas parecem gerar antes a tristeza e a lamentação do que a satisfação e alegria que são próprias da dança” (SANDE, 2009, p. 234; MASSARELLA, 2016).

Enfim, o jesuíta acredita que o teatro europeu é superior as representações de todas as outras culturas: “Os dramas europeus, em nossa opinião, são superiores aos restantes de todas as nações, pois são vários e múltiplos como diálogos, comédias, tragédias, tragicomédias e

outras acções semelhantes, nas quais há muito que admirar” (SANDE, 2009, p. 234). Desse modo, enfatiza as riquezas dos cenários e dos figurinos, tão bem executados que não seriam só uma representação, mas a coisa representada em si. Ademais, ressalta que a vocalização dos atores é múltipla, não assemelhando-se apenas a uma arte, mas que esses diálogos fossem reais e, portanto, naturais (SANDE, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, concluímos que o conceito de natureza e a comparação cultural foram notáveis artifícios discursivos para Valignano desqualificar diversos costumes da cultura japonesa. Ao operar o conceito de natureza relacionado ao enfoque jesuítico da lei natural e a comparação cultural associada a variados povos africanos e asiáticos, o inaciano conseguiu inferiorizar os modos de sentar, vestir, alimentar, musicar, dançar e teatralizar nipônicos. Assim, como europeu quinhentista revelou seu sentimento de superioridade e incompreensão da cultura japonesa ao realizar esse processo de inferiorização e hierarquização cultural.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ-TALADRIZ, José Luis. Introducción In: ALVAREZ-TALADRIZ, José Luis; VALIGNANO, Alejandro. *Sumario de las cosas de Japon, 1583. Adiciones del Sumario de Japon, 1592*. Editados por José Luis Alvarez-Taladriz. Tomo I. Tóquio: Sophia University, 1954. P. 1*-205*. Disponível em: <https://digital-archives.sophia.ac.jp/repository/view/repository/20190711002> Acesso em: 16. fev. 2021.

ALVAREZ-TALADRIZ, José Luis; VALIGNANO, Alejandro. *Sumario de las cosas de Japon, 1583. Adiciones del Sumario de Japon, 1592*. Editados por José Luis Alvarez-Taladriz. Tomo I. Tóquio: Sophia University, 1954. Disponível em: <https://digital-archives.ac.jp/repository/view/repository/20190711002> Acesso em: 16. fev. 2021

- BERNABÉ, Renata Cabral. *Fé e prática entre os Kirishitan: jesuítas, franciscanos e as reações japonesas ao cristianismo*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01032019-120246/en.php> Acesso em: 16. nov. 2020.
- BOSCARIOL, Mariana Amabile. A embaixada japonesa como parte da metodologia do trabalho missionário no Japão. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH*, São Paulo, 2011. p. 1-14. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300635214__ARQUIVO_MarianaAmabileBoscariol.pdf Acesso em: 22. jan. 2022.
- COOPER, Michael. *João Rodrigues's account of sixteenth-century Japan*. London: The Hakluyt Society, 2001.
- CORREIA, Pedro Lage Reis. Alessandro Valignano attitude towards Jesuit and Franciscan concepts of evangelization in Japan (1587-1597). *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies*. Portugal: Universidade Nova de Lisboa, n. 2, p. 79-108, junho, 2001. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/361/36100205.pdf> Acesso em: 23. jan. 2022.
- CORREIA, Pedro Lage Reis. Conhecimento e experiência: o contacto entre a Europa e o Japão no contexto da missão enviada a Roma pela Companhia de Jesus (1582-1590). *Lusitania Sacra*, n.25, p. 73-82, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/9834> Acesso em: 16. nov. 2020.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Tradução de Ruy Jungman. Revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- ELISONAS, J.S.A. Journey to the West. *Japanese Journal of Religious Studies*, v. 34, n. 1, p. 27-66, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30234174> Acesso em: 15. jun. 2021.
- ESPOSITO, Constantino. Suárez and the Baroque Matrix of Modern Thought. In: SALAS, Victor M. FASTIGGI, Robert L(ed.). *A Companion to Francisco Suárez*. Leiden; Boston: Brill, 2014. p. 124-147.
- FARIA, Patrícia Souza de. *A conquista das almas do Oriente: Franciscanos, catolicismo e poder colonial português em Goa (1540-1740)*. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal, Fluminense, Departamento de História, 2008.

FRÓIS, Luís; SCHÜTTE, Josef Franz. *Kulturgegensätze Europa-Japan (1585)*: Tratado em que se contem muito susinta-e abreviadamente algumas contradições e diferenças de costumes entre a gente de Europa e esta provincia de Japão. Tóquio: Sophia University, 1955. Disponível em: <https://digital-archives.sophia.ac.jp/repository/view/repository/20180226009> Acesso em: 16. fev. 2021.

HATTORI, Paula Hoyos. Una Europa a la medida de Japón: un estudio sobre la construcción del discurso jesuita en la misión japonesa durante la segunda mitad del siglo XVI. *Magallánica: revista de historia moderna*, v. 6, n. 12, p. 167-189, 2020. Disponível em: <http://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/magallanica/article/view/4316> Acesso em: 16. nov. 2020.

HICHMEH, Yuri Socrates Saleh. *O domínio pelos livros: a formação da identidade japonesa como processo de centralização política na era Tokugawa*.2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/57642> Acesso em: 13. jan. 2021.

KAWAMURA, Shinzô. *Making Christian lay communities during the “Christian Century” in Japan: A case study of Takata District in Bungo*, Tese (Doutorado), Georgetown University, History Department, 1999. *apud* BERNABÉ, Renata Cabral. *Fé e prática entre os Kirishitan: jesuítas, franciscanos e as reações japonesas ao cristianismo*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História.2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01032019-120246/en.php> Acesso em: 16. nov. 2020.

KENICHI, Nejime. Alessandro Valignano (1539-1606): between Padua e Japan. *Bulletin of Gakushuin Women's College*, n. 16, p. 43-52, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10959/3376> Acesso em: 22.jan. 2022.

KENJI, Igawa. Descriptions of japanese society in Valignano’s writings. In: TAMBURELLO, Adolfo; ÜÇELER, M. Antoni J; RUSSO, Marisa de. *Alessandro Valignano S.I. Uomo del Rinascimento: Ponte tra Oriente e Occidente*. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 2008. p. 185-200.

LOUREIRO, Rui Manuel. Livros europeus para o Japão: Algumas notas sobre o «De Missione legatorum Iaponensium» (Macau, 1590). In: RODRIGUES, Vítor Gaspar; AVELAR, Ana Paula. *Os Portugueses e a Ásia Marítima: trocas científicas, técnicas e sócio-culturais (séculos XVI_XVIII)*. Lisboa: Academia da Marinha, 2020, p. 339-350. Disponível em: https://www.academia.edu/44366921/Livros_europeus_para_o_

Jap%C3%A3o_Algumas_notas_sobre_o_De_missione_legatorum_Iaponensium_Macau_1590_Acesso em : 16. nov. 2020.

MAINGUENEAL, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MALM, Willian P. Music Cultures of Momoyama Period. In: GEORGE, Elison; SMITH, Bardwell L(edit.). *Warlords, Artists & Commoners: Japan in the Sixteenth Century*. Hononulu: University of Hawaii Press, 1987. p. 163-186.

MANSO, Maria de Deus Beites. *A Companhia de Jesus na Índia (1542-1622): Atividades Religiosas, Poderes e Contactos Culturais*. Macau: Universidade de Évora, Universidade de Macau, 2009.

MASSARELLA, Derek. Introduction. In: MASSARELLA, Derek(ed.). *Japanese travellers in sixteenth century Europe: a dialogue concerning ther mission of japanese ambassadors to the roman curia (1590)*. Tradução de J. F. Moran. London: Routledge, Hakluyt Society, 2016. p. 1-31.

MASSARELLA, Derek(ed.) *Japanese travellers in sixteenth century Europe: a dialogue concerning the mission of japanese ambassadors to the roman curia (1590)*. Tradução de J. F. Moran. London: Routledge, Hakluyt Society, 2016.

MASSARELLA, Derek. The Japanese Embassy to Europe (1582-1590). *The Journal of the Hakluyt Society*, p. 1-12. 2013. Disponível em: https://www.hakluyt.com/downloadable_files/Journal/Massarella.pdf Acesso em: 16. nov. 2020.

MEXIA, Lourenço. Carta que o padre Lourenço Mexia escreveu de Amacao a 6. de Ianeiro de 84 ao padre Miguel de Sousa Rietor do Colégio de Coimbra. In: *Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Iesus escreverão dos Reynos de Iapão & China aos da mesma Companhia da India, & Europa, des do anno de 1549 até o de 1580*. Évora: Manoel de Lyra, 1598, 2. volume, p. 123-126. Disponível em: <http://purl.pt/15229> Acesso em: 08. dez. 2020.

MORAN, J. F. *The Japanese and the Jesuits: Alessandro Valignano in sixteenth- century Japan*. London, New York: Routledge, 1993.

MORAN, J. F. The real author of de missione legatorum Iaponensium ad Romanam curiam.....dialogus: A reconsideration. *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies*, n. 2, p. 7-21, 2001.Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/361/36100201.pdf> Acesso em: 17. nov. 2020.

- PAGDEN, Anthony. *The fall of nature man: the American Indian and the origins of comparative ethnology*. 1^a- edição corrigida e ampliada. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- RAMALHO, Américo da Costa. Prefácio In: SANDE, Duarte de S. I. *Diálogo Sobre a Missão dos embaixadores japoneses à Cúria Romana*. Tomo I (Colóquios I-XVIII). Prefácio, tradução e comentário de Américo da Costa Ramalho. Coimbra: Centro Científico e Cultural de Macau; Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. 2 tomos. (Coleção Portugaliae Monumenta Neolatina, vol. I.). p. 5-15.
- RUBIÉS, Joan-Pau. Comparing Cultures in the Early Modern World: Hierarchies, Genealogies and the Idea of European Modernity. In: GAGNÉ, Renaud; GOLDHILL, Simon; LLOYD, Geoffrey E. R (ed.). *Regimes of Comparatism: Frameworks of Comparison in History, Religion and Anthropology*. Leiden; Boston: Brill, 2019. p. 116-176.
- RUSSO, Marisa de. Cronologia Valignanea. In: TAMBURELLO, Adolfo; ÜÇELER, M. Antoni J; RUSSO, Marisa de. *Alessandro Valignano S.I. Uomo del Rinascimento: Ponte tra Oriente e Occidente*. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 2008. p. 369-383.
- RUSSO, Marisa di(coord.). Cronologia del viaggio ed eventi collegati. In: RUSSO, Marisa di(coord.). VALIGNANO, Alessandro. *Dialogo sulla missione degli ambasciatori giapponesi alla curia romana e sulle cose osservati in Europa e durante tutto il viaggio*. Tradução de Pia Assunta Airoidi. Florença: Casa Editrici Leo S. Olschki, 2016. p. 615-624.
- RUSSO, Marisa di(coord.). VALIGNANO, Alessandro. *Dialogo sulla missione degli ambasciatori giapponesi alla curia romana e sulle cose osservati in Europa e durante tutto il viaggio*. Tradução de Pia Assunta Airoidi. Firenze: Casa Editrici Leo S. Olschki, 2016.
- SANDE, Duarte de S. I. *Diálogo Sobre a Missão dos embaixadores japoneses à Cúria Romana*. Tomo I (Colóquios I-XVIII). Prefácio, tradução e comentário de Américo da Costa Ramalho. Coimbra: Centro Científico e Cultural de Macau; Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. 1 tomo. (Coleção Portugaliae Monumenta Neolatina, vol. I.)
- VALIGNANO, Alejandro. Regimemnto que se ha de guardar nos seminarios. In: ALVAREZ-TALADRIZ, José Luis; VALIGNANO, Alejandro. *Sumario de las cosas de*

Japon, 1583. *Adiciones del Sumario de Japon*, 1592. Editados por José Luis Alvarez-Taladriz. Tomo I. Tóquio: Sophia University, 1954. p. 89*-97*.

XAVIER, Ângela Barreto. *A invenção de Goa: Poder Imperial e Conversões Culturais nos Séculos XVI e XVII*. 2003. Dissertação (Doutorado em História&Civilização) – Instituto Universitário Europeu, Departamento de História e Civilização, Florença, 2003.

3

EPISTEMOLOGIA ILUSTRADA E O LUGAR DAS CONQUISTAS ATLÂNTICAS NO PROJETO IMPERIAL DE DOMENICO VANDELLI

*Tiago Aparecido da Silva*¹

À GUIA DE INTRODUÇÃO, OU BREVÍSSIMO PERFIL DE UM ILUSTRADO ITALIANO A SERVIÇO DA MONARQUIA PORTUGUESA

Domenico Agostino Vandelli nasceu em 1735 na cidade italiana de Pádua. Filho de um renomado professor universitário, cedo abraçou a vocação docente do pai, a qual haveria de marcar o essencial de sua trajetória como homem de letras e de ciências. Vandelli formou-se na faculdade de medicina de sua urbe natal em 1756 e dela obteve, cinco anos depois, o título de doutor na mesma área. Seus primeiros escritos, elaborados ao longo desse período de estudos superiores, versaram sobre temas de fisiologia e águas minerais. Inicia-se pela mesma época sua longa correspondência com o célebre naturalista sueco Carl Von Linné, figura que lhe franqueia o acesso a cultas redes de sociabilidade, torna-o conhecido em diversos círculos *savants* da Europa e reforça seu interesse pela História Natural, disciplina àquela altura englobante dos domínios da botânica, zoologia e mineralogia. Já detentor de certo prestígio, em 1763 Vandelli recebe de Frederico II o convite para se instalar na corte russa, do qual declina. Contudo, no ano seguinte ele desembarca em Lisboa a serviço do soberano José I e de seu ministro plenipotenciário, marquês de Pombal, para lecionar no recém-fundado

¹ Professor de História da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: tiago.silva@uemg.br.

Colégio dos Nobres, instituição vocacionada à instrução dos meninos fidalgos de Portugal, imprimindo-lhe um sentido moderno. Outros professores italianos o acompanhariam nessa jornada, a exemplo de Ponzoni, Tedeschini e Dalla Bella (SERRÃO, 1994: XIV). O afluxo de mestres estrangeiros patrocinado pelo Estado luso visava preencher o vácuo pedagógico gerado pela expulsão dos jesuítas em 1759. Outrossim, tinha por fulcro dar seguimento à reforma do ensino encetada no contexto de descarte dos inicianos, alvos de uma acirrada campanha difamatória que atribuía a eles grande parte dos males do reino (MALERBA, 2020: 37).

Uma vez que a instalação do Colégio dos Nobres não foi acompanhada de seu pronto funcionamento, deixando os professores contratados sem função definida, em 1768 Vandelli recebe a incumbência de coordenar as obras do Jardim Botânico da Ajuda. A tarefa ocupa-o até 1772, ano de sua transferência para a Universidade de Coimbra. Lá o paduano constrói uma notável carreira docente, decisiva na formação de gerações de homens de letras e de ciências portuguesas e luso-brasileiros do último terço do século XVIII. Sua atividade na instituição, fundada somente em 1791, não se resumiu às obrigações do cargo de lente de Química Experimental e de História Natural que possuía. A par delas, o Museu e o Laboratório da Universidade, voltados para investigações naquelas áreas, não apenas foram dirigidos por ele, como contou com seu valioso auxílio durante a montagem e acréscimo de seus acervos (BRIGOLA, 2015: 43-45). Enquanto desempenhava essas tarefas, Vandelli discutia com Luis Antonio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, a criação de um círculo de sábios consagrado a refletir sobre os principais dilemas da realidade portuguesa. A gênese da Academia Real das Ciências de Lisboa,

inaugurada em 1779, vincula-se assim a sua pessoa, ladeada pelo abade Correia da Serra e pelo 2º Duque de Lafões (AYRES, 1927: 482-496). O paduano depressa transforma-se em figura de proa na agremiação que ajudara a fundar, tecendo laços entre ela e a Universidade de Coimbra, contribuindo com a capacitação de seus sócios, orientando viagens filosóficas realizadas em seu âmbito e produzindo inúmeros escritos publicados de maneira avulsa ou incluídos nas coleções organizadas pela Academia. Por tudo isso e demais aspectos que ainda teremos a oportunidade de assinalar, Vandelli foi sem dúvida um dos mais influentes protagonistas e dinamizadores do ambiente cultural desenvolvido em Portugal no último terço do século XVIII (SERRÃO, 1994: XVI).

Após deixar Coimbra em 1791, inicia-se uma nova fase na vida do naturalista, marcada por sua residência em Lisboa e por uma aproximação à área do poder.

A sua actividade reparte-se então pela Academia das Ciências, pelo Real Jardim Botânico da Ajuda, que criara na década de sessenta e cuja direção lhe fora agora formalmente confiada, e pela Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, herdeira mariana da Junta do Comércio pombalina, à qual pertencia até 1788, ano da sua reorganização. (SERRÃO, 1994: 16)

Na segunda metade da década de 1790, a ligação de Vandelli com personagens poderosos do reino aparece claramente reforçada. Destaquem-se, à guisa de ilustração, seu acesso direto ao príncipe-regente, D. João, e o ótimo trânsito que possuía no Palácio Real, onde podia expor suas ideias a detentores de cargos de relevo (FERREIRA, 2017: 154).

Porém, a sorte do autor começa a mudar no ano de 1797, quando o cenário internacional passa a exigir da Coroa portuguesa uma posição cada vez mais decidida em face da série de conflitos deflagrados no rescaldo da Revolução Francesa. Na altura, organiza-se na corte de D. Maria a existência de dois grupos. De um lado, os “anglófilos”, capitaneados por D. Rodrigo de Souza Coutinho, desde 1796 ministro da Marinha e de Ultramar e mais tarde presidente do Real Erário (1801-1803), postulavam uma aliança com a Grã-Bretanha na luta contra os gauleses; de outro, os chamados “francófilos”, entre os quais Antonio Araújo Azevedo e o próprio Vandelli, mostravam-se intransigentes no propósito de evitar a guerra e conservar a neutralidade do reino. Acreditavam eles que a sobrevivência da monarquia lusa dependia da preservação da paz, factível somente mediante a sustentação de uma postura diplomática de não-alinhamento a quaisquer das potências beligerantes. Marcado por esse posicionamento, no contexto das invasões napoleônicas o paduano é acusado de simpatia pelas forças inimigas. Em 1810, ocasião da chamada Setembrizada, ele foi expatriado para o Açores e, em seguida, com a ajuda do naturalista Joseph Banks, transferido para Londres. Seu regresso a Portugal se daria apenas em 1815, onde falece pouco tempo depois aos oitenta anos de idade (KURY, 2015: 297).

Autor profuso, em seus escritos Vandelli privilegia tópicos relacionados às condições gerais do reino e de suas conquistas, indagando sobre suas potencialidades produtivas, as características de suas populações e demais aspectos constituintes de seus territórios. Ele busca, de maneira idêntica, formular uma política reformista para o avanço do Império Luso, em resposta ao diagnóstico decadentista que se fazia dele nas últimas décadas do Século das Luzes. Nas páginas

abaixo, procuramos esmiuçar o modo como tais problemáticas são discutidas pelo autor, depondo ênfase no lugar do Brasil e África Portuguesa em seu projeto imperial.

À LUZ DO MÉTODO ANALÍTICO

Para compreendermos o ideário reformista de Vandelli é necessário reter que ele se inscreve no registro epistemológico da Filosofia das Luzes. O método analítico, embora jamais anunciado de maneira sistemática nas obras do paduano, fornece o pano de fundo das transformações sugeridas por ele, determinando sua natureza, alcance e sentido. O pensamento de conjunto elaborado pelo autor vincula-se, portanto, a uma postura investigativa específica, cujos aspectos formais engendram o conteúdo das políticas que postula para o progresso de Portugal e de suas conquistas. Em termos teóricos, o primeiro passo de uma abordagem como essa consiste na observação pormenorizada do objeto estudado. Em seguida, os dados da experiência são classificados de acordo com seus atributos e apreciados em suas relações recíprocas, buscando revelar nos fatos as leis da realidade empírica. Conforme nos ensina Cassirer (1989: 26), para perscrutá-los com precisão, a razão ilustrada decompõe os fenômenos em partes distintas. “Mas, após esse trabalho dissolvente, impõe-se de novo uma tarefa construtiva”. Ela passa então a erigir o seu próprio edifício, segundo as regras que prescreve para si. Dá-se, assim, a ruptura com a lógica escolástica, travejada pela dedução pura, pelo apriorismo das verdades pré-fabricadas. De inspiração newtoniana, a síntese perseguida pelos filósofos setecentistas é arquitetada de baixo para cima, assumindo o *esprit systématique* em oposição ao *esprit de système*. Importante marcar

que o paradigma em destaque não se limitou a um único campo do saber, como a física-matemática. Sua aplicação foi logo generalizada, abrangendo as mais diversas matérias (CASSIRER, 1989: 30).

No que se refere ao estudo das sociedades, o método analítico ensejou diversas técnicas abrangentes de cada uma de suas etapas. Ele deu origem, por exemplo, ao que pensadores dos séculos XVII e XVIII chamavam de Aritmética Política, saber “cujas operações”, de acordo com as palavras de Diderot na *Encyclopédie* (2015: 32):

[...] têm por finalidade as pesquisas úteis à arte de governar os povos, tais como as do número de homens que habitam um país, da quantidade de alimento que devem consumir, do trabalho que podem fazer, do tempo que têm a viver, da fertilidade das terras, da frequência dos naufrágios, etc. Vê-se facilmente que dessas descobertas e muitas outras da mesma natureza, adquiridas por cálculos fundados em algumas experiências bem constatadas, um ministro hábil tiraria uma grande quantidade de consequências para a perfeição da agricultura, para o comércio tanto interno quanto externo, para as colônias, para o curso e o emprego do dinheiro, etc.

Conforme a passagem em tela, o exato conhecimento do Estado implica a observação minuciosa de seus traços característicos, esquadrihados, se possível, com “precisão geométrica” (DIDEROT, 2015: 32). O inquérito de suas particularidades, de preferência acompanhado das grandezas de “peso, número e medida”, converte-se em diagnóstico ao evidenciar quantidades, tendências, ritmos, comunicando os pontos fortes, as deficiências e as virtualidades do espaço onde se pretende intervir. Suficientemente providas de informações confiáveis, as autoridades podem finalmente identificar certas dinâmicas, o encadeamento dos fatos, e elaborar estratégias

seguras para a administração das coletividades humanas. A Aritmética Política consiste, dessa maneira, na “ciência do cálculo”. “Sem ela”, Charles Davenant (apud ROSANVALON, 2002: 154) assevera no final do século XVII, “não é possível conduzir bem os negócios, seja na paz, seja na guerra”. Eis um exercício que precisa ser contínuo, dada a volatilidade da matéria sobre a qual ele se aplica. “Nesse exame”, Diderot (2015: 34) nos alerta, “não se poderá esquecer que acontecem revoluções, para o bem e para o mal, que mudam por um instante a face dos Estados e modificam e até mesmo aniquilam as suposições, e que os cálculos e seus resultados não são menos variáveis do que os acontecimentos”.

Observar, cruzar os dados, detectar suas correspondências e estabelecer as coordenadas para a boa condução dos povos: a Aritmética Política inspirada no método analítico engendra toda uma arte governar no sentido de direcionar as coisas a um fim adequado, condizente com a maximização da riqueza do Estado, o fortalecimento dos poderes constituídos e o bem-estar dos súditos. Não se trata mais de uma noção clássica de teoria política, derivada de certa tradição renascentista, cujo escopo se traduzia na conservação do poder do príncipe mediante o aperfeiçoamento da dominação pela via da astúcia, da força ou da combinação de ambas. Na perspectiva da Aritmética Política, a prosperidade e a própria preservação do Estado passam a se relacionar com a gestão de um complexo de recursos disponíveis e com o inquérito constante de potencialidades a serem descobertas e aproveitadas. O governante procede aqui à semelhança do piloto de um barco, que para levá-lo ao destino precisa ter em conta a tripulação, os suprimentos e as condições naturais a serem enfrentadas. Nesse registro, a boa condução dos povos pressupõe a consideração das partes integrantes do

meio físico e humano onde a dominação acontece. Como nota Michel Senellart (2006: 58), ela requer o “controle de forças coletivas” atuantes em um determinado território, em vez de resumir-se à mera submissão da vontade dos súditos. A Aritmética Política aparece no discurso ilustrado como resposta a essa necessidade prática.

Outra técnica desenvolvida e bastante utilizada no século XVIII com vistas à realização dos objetivos referidos foi a História Natural. Do ângulo que estamos abordando o problema, pode-se dizer que ela se apresenta como parte integrante da Aritmética Política. Afinal, entre seus atributos sublinhados com frequência pelos contemporâneos da época, destaca-se sua virtude descritiva (PRATT, 1999: 42). Segundo o químico Louis Daubenton, em linhas impressas na *Encyclopédie*, a História Natural compõe o retrato da vida animal e vegetal e fornece imagens geológicas circunstanciadas. Após um primeiro momento de observação e classificação dos dados coletados, ela recomenda cotejá-los, buscando as relações entre eles. “Se o naturalista considera uma coisa, é para compará-la a outras. Observa de preferência os caracteres que as distinguem e faz o que está ao seu alcance para contemplar a marcha da natureza em suas produções” (DAUBETON, 2015: 220). Novamente, é o método analítico que orienta o fazer científico. A obediência às suas etapas viabiliza o conhecimento das dinâmicas do universo, seus mecanismos de funcionamento. De um lado, o saber propiciado pela História Natural conserva no Setecentos contornos eruditos. Porém, no decorrer do período uma outra finalidade vai se sobrepor a esse viés diletante, ligado à mera curiosidade. As investigações em História Natural ganham então um sentido pragmático menos abstrato, acoplado ao interesse econômico, ao voltarem-se para a identificação e mapeamento dos recursos existentes

em um dado território, indicando novos e aperfeiçoando antigos usos. Nos termos de Jurandir Malerba (2020: 59), é sob essa nova orientação que os “museus, jardins botânicos, academias científicas e coleções de história natural que surgem nessa época expressam a atitude utilitária de uma ilustração que usa a ciência como ferramenta para transformar o mundo”.

Em seus escritos, Vandelli sublinha a necessidade de se lançar mão das técnicas da arte de governar supracitadas. Assevera, por exemplo, “que todos os ramos da economia civil, para que esta seja útil ao reino, devem ser regulados por princípios deduzidos de uma boa aritmética política”. Procurando esclarecer o significado dessas palavras, o naturalista pontua:

Sem um exame do actual estado da nação não se pode dar passo seguro, nem seguir sistema algum vantajoso; assim além das notícias, que se vão adquirindo acerca da agricultura, e das fábricas, deve-se ter sempre em vista o estado actual da povoação, indústria, das produções, comércio, e das rendas, e despesas públicas. (VANDELLI, 1789: 185).

Na visão do paduano, quaisquer políticas de adiantamento da realidade lusa deveriam ser pensadas a partir de uma análise rigorosa de seus aspectos produtivo, demográfico e financeiro. Questiona-se, de tal modo, a possibilidade de importação automática de modelos estrangeiros, quiçá muito adequados aos países onde eles foram originalmente imaginados, todavia inaplicáveis sem mediações às circunstâncias portuguesas. Um projeto de transformação da metrópole e de suas colônias tropicais demandaria, portanto, um diagnóstico preciso da situação coeva. Para formulá-lo, fazia-se mister não perder de vista a presença de peculiaridades locais, ainda que os países mais

avançados da Europa fossem capazes de fornecer pistas luminosas sobre os melhores caminhos a serem seguidos. Com efeito, em Vandelli uma política metódica com o fulcro de promover o progresso do Império Luso pressupõe um recorte notadamente nacional. Sua consubstanciação num “sistema” resultaria da apreciação acurada das características próprias ao espaço a ser transformado, repelindo, de antemão, soluções impostas de fora para dentro.

Dentre os ramos englobados pela Aritmética Política, os trabalhos de Vandelli privilegiam a História Natural enquanto técnica capaz de contribuir com o indispensável reconhecimento da realidade metropolitana e ultramarina. Quanto ao modo de encarar a disciplina, retenha-se a aversão do autor àquela aura diletante que por vezes a envolvia. Referindo-se às informações que ela estava apta a fornecer, Vandelli (1791: 101) pontua:

[...] se Portugal não se aproveitar delas será sempre mais sujeito às outras nações, e tão dispendiosos estabelecimentos de nada mais servirão, que de entreter a curiosidade, e de divertir a ociosidade, em ver uma maravilhosa experiência, em saber o nome de uma bonita concha ou de um raro animal, e em admirar as formosas cores das borboletas e de outros bichinhos.

Para o paduano, se apreciada em sua real importância, a História Natural deixaria o campo das divertidas curiosidades para constituir peça fundamental no aproveitamento das possessões ultramarinas e na redução da dependência portuguesa em face das nações estrangeiras. Em suma, resultaria em fator de avanço econômico e de soberania política, benefícios dos quais um governo ilustrado jamais deveria abrir mão.

De acordo com Vandelli, pelo menos no que tange a esse aspecto acadêmico, Portugal havia acertado o passo. Em carta a Lineu datada de maio de 1773, ele tece fortes elogios às reformas pombalinas do ensino superior. Comenta que, por meio delas, “todas as ciências foram adequadamente aprovadas”, introduzindo-se pela primeira vez no reino a cátedra de História Natural, a qual ele próprio havia assumido naquele mesmo ano juntamente com a cadeira de Química da Universidade de Coimbra. Como era de se esperar, na missiva enviada ao pensador sueco, Vandelli (2008: 108) celebra o esboroamento do ensino jesuítico, grande responsável, a seu ver, pelas “antigas trevas”. Por fim, ele coloca Lineu a par de um trecho de seu discurso de posse na referida instituição universitária, onde deixa patente suas expectativas quanto às novidades que se iam implementando. Na ocasião, escreve Vandelli:

Falei sobre a antiguidade do globo terrestre e sobre quão necessária é a ciência das coisas naturais em Portugal. Aqui, excelente Mestre, muito de bom grado e oportunamente fiz uso das tuas palavras: *Bom Deus! Se portugueses e espanhóis conhecerem os bens da sua natureza, quão infelizes serão os outros, que não possuem terras exóticas.* (VANDELLI, 2008: 108).

Como se vê, a Aritmética Política e a História Natural ocupam um lugar de destaque no pensamento de Vandelli. Técnicas caras ao autor, ele as instrumentaliza e delinea a partir delas toda uma estratégia de intervenção na realidade do Império Português nas últimas décadas do século XVIII. Esclarecer como o Brasil e as possessões africanas aparecem em suas reflexões sobre o tema representa o escopo do restante deste trabalho.

ESQUADRINHANDO AS CONQUISTAS

Da maneira introdutória como fora até aqui abordada, pode restar da Aritmética Política a imagem de uma técnica homogênea, sem nuances de lugar para lugar ou de pensador para pensador. Decerto, no século XVIII havia um consenso acerca dos resultados a serem produzidos por ela, concernentes à avaliação mais ou menos global das forças coletivas atuantes em um determinado território e, por conseguinte, à gestão do Estado. Contudo, enquanto instrumento de alcance dos fins almejados, a Aritmética Política conheceu ramificações, normatizou-se em linhas diversas, chegando a constituir escolas concorrentes. Mencione-se, por exemplo, sua vertente inglesa, preconizadora de uma espécie de matemática social dedicada à elaboração de seriações demográficas, financeiras, agrícolas e comerciais. Para ela, os dados de interesse eram sobretudo aqueles inscritos em cadastros populacionais, cadernos de contabilidade mercantil e registros de nascimento e óbito. Depois de passar pelo crivo da análise quantitativa, as informações recolhidas davam origem a tabelas, quadros e gráficos consagrados a exprimir uma dada realidade em termos numéricos. O modelo britânico de diagnóstico carregava, assim, um forte componente de abstração, infenso a um sólido trabalho de campo norteado por inventários exaustivos do espaço. Limitava-se à esfera das cifras disponíveis, por intermédio das quais seus operadores buscavam identificar as dinâmicas do presente com o fito de administrar suas tendências e ritmos. À luz da ordenação estatística que engendrava, o modelo inglês de Aritmética Política fornecia as coordenadas para o governo dos povos (MARTIN, 2001: 13-34).

A par dessa concepção, o Século das Luzes conheceu uma segunda abordagem na qual o espaço é, pelo contrário, o próprio objeto de análise. Florescente no mundo alemão em meados do Seiscentos:

Ao número organizado em séries, esta estatística descritiva prefere o quadro monográfico que tem em conta todos os aspectos de uma situação local e procura reconstruir o sistema de relações que os une. À abstracção aritmética, opõe a fidelidade de uma cópia feita “a partir do real”. Porque tudo pode e deve entrar na descrição explicativa: as condições naturais — um solo, um clima, uma vegetação, um regime de águas — como as condições sociais — o número de homens, o seu “temperamento”, as suas actividades, o seu comportamento e as suas tradições. (REVEL, 1989: 125)

Nessa perspectiva, o inquérito se amplia e se preocupa menos com a tradução numérica da realidade. De acordo com Jacques Revel (1989: 125), o que mais conta para ela é o registro literário dos lugares, a “descrição explicativa” de seus mais diversos aspectos formativos. Para o efeito, a Aritmética Política assim delineada não pode se restringir à coleta e à mera sistematização de dados contábeis, a exemplo daqueles disponibilizados pelas alfândegas ou inscritos nos censos estatais. Ela necessita ir a fundo no território, investigando as características culturais e socioeconômicas de uma população específica, bem como as propriedades físicas dos sítios analisados. Logo, sua exigência disciplinar se pluraliza, pois requer o auxílio de várias ciências no decorrer de seu trabalho de levantamento informacional multifacetado. Diferentemente do modelo inglês de diagnóstico, a vertente alemã da Aritmética Política já não depende unicamente das fórmulas providas pela matemática, mas, por vezes incluindo-as, sente a precisão de evocar outros saberes, tais como a Química, a Filosofia e a História Natural. Ela demanda conhecimentos em todas essas matérias,

intimadas a uma colaboração mútua nas tarefas de promover radiografias circunstanciadas do espaço e, ao cabo, ministrar a visão de conjunto desde o princípio desejada (REVEL, 1989: 127).

Em finais do Setecentos e inícios da centúria seguinte predominou em Portugal o modelo alemão de Aritmética Política. Inúmeros textos redigidos no país ibérico foram inspirados na vertente em comento, sobretudo no tocante a sua ênfase descritiva e sua exigência multidisciplinar vinculada ao propósito de perquirir minuciosamente uma dada realidade (SANTOS, 2009: 144). A nosso ver, no que se refere a Vandelli, tais afirmações são particularmente válidas. Durante o último quartel do século XVIII, ele se dedicou à organização de um inventário detalhado de Portugal e de suas conquistas. Movido por esse propósito, lançou mão da Aritmética Política e de matérias a ela relacionadas, com destaque para a História Natural. No mesmo escopo, coordenou viagens ao interior do reino, à África e ao Brasil, para onde foram remetidos vários discípulos seus da faculdade filosófica da Universidade de Coimbra (RAMINELLI, 2008: 138-148). Outrossim, o paduano buscou informações em uma rede de colaboradores espalhados por diversos pontos do espaço pluricontinental português, da qual participaram autoridades metropolitanas e coloniais e naturalistas de formação. Por fim, na medida em que o trabalho avançava, ele compunha memórias dando conta dos dados coletados. A exemplo da montagem de um quebra-cabeça, por meio delas o autor ia construindo um quadro global do Império Luso, examinado em seus pontos fortes e fracos, de onde procurava deduzir sugestões para o aperfeiçoamento das condições vigentes.

O projeto radiográfico em escala imperial capitaneado por Vandelli decerto exigia preparo de seus participantes, de maneira que os

observadores indicados para as viagens ultramarinas e ao interior do reino eram geralmente egressos da faculdade filosófica da Universidade de Coimbra – pupilos, portanto, do mestre italiano e encarados por ele como os mais aptos para o serviço de reconhecimento dos lugares e “para dar uma perfeita relação do que eles contêm” (VANDELLI, 2008: 95). A predileção de Vandelli por seus alunos não significava, porém, estarem eles completamente prontos para os desafios das expedições. Antes de serem remetidos para províncias distantes do reino e para possessões em além-mar, exigia-se dos naturalistas recém-formados a passagem por uma espécie de estágio preparatório em regiões próximas a Coimbra ou Lisboa, onde podiam exercitar os conhecimentos obtidos na Faculdade de Filosofia e adquirir as primeiras noções do trabalho que os esperava em plagas longínquas (FELISMINO, 2003: 186). Outra preocupação que se tinha em relação às expedições dizia respeito à extensão e à qualidade dos dados a serem levantados. Diante dela, sentiu-se a necessidade de detalhar para os futuros viajantes procedimentos de observação, classificação, registro e envio de espécimes animais, vegetais e minerais reunidos no trabalho de campo. É com esse intuito que Vandelli redige em 1779 uma obra intitulada *Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, em suas peregrinações, deve principalmente observar*, na qual pormenoriza os métodos a serem seguidos pelos expedicionários, instruindo-os sobre a feitura de diários, os objetos mais dignos de consideração, o preparo e o embarcamento de remessas de produtos naturais. No mesmo diapasão, e a contar provavelmente com a colaboração do paduano, a Academia das Ciências de Lisboa publica em 1781 suas *Breves instruções...*, cujo conteúdo é praticamente um resumo

das prescrições impressas no texto precedente de Vandelli, pois igualmente dedicado:

[...] a orientar a remessa científica de animais, vegetais e minerais. O manual entrava também no campo da recolha de objetos de caráter antropológico, como artefatos indígenas, e insistia em que fossem elaborados relatos ou memórias descrevendo os diversos locais estudados pelos correspondentes da academia. (PEREIRA, 2016: 229)

A fase preparatória das viagens e a confecção de manuais consagrados à orientação dos naturalistas são elementos reveladores do fazer científico associado às expedições de reconhecimento realizadas pelos portugueses nas últimas décadas do século XVIII. Indicam, em primeiro lugar, a insuficiência da formação acadêmica para a espécie de investigação que se tinha em mente, fazendo-se mister incrementá-la com um período de estágio prático e apoiá-la em um conjunto de regras escritas destinado a guiar o peregrino durante todo o itinerário. A par disso, ao buscarem atilar a perícia dos viajantes, tais artifícios sinalizam uma preocupação com o controle e fixação dos saberes, visando a um cuidado especial com a preservação dos espécimes recolhidos e à descrição sistemática dos sítios visitados. Os materiais assim produzidos apresentariam diversas vantagens. De um lado, as remessas de artigos naturais poderiam ser transportadas com maior segurança, diminuindo-se os riscos de se perderem no caminho. De outro, as narrativas acerca dos territórios percorridos seriam reduzidas a uma linguagem comum, científica, tornando-se passíveis de tradução e compartilhamento. Eis o tipo de informação privilegiado por Vandelli em seu projeto radiográfico em escala imperial. Ao fornecê-las, seus discípulos facilitavam-lhe a tarefa de decodificação do espaço

pluricontinental português no âmbito das instituições metropolitanas em que estava inserido - nomeadamente, a Universidade de Coimbra, a Academia das Ciências de Lisboa e o Museu e Jardim Botânico da Ajuda. Pode-se afirmar que esses locais, a exemplo de outros círculos europeus semelhantes existentes no Século das Luzes, constituíam o que Bruno Latour (2011: 335-376) chama de “centrais de cálculo”. Equipados com herbários, laboratórios e bibliotecas, neles se realizava a conversão dos dados reunidos no trabalho de campo em conhecimentos metodologicamente refletidos. Concluía-se assim um “ciclo de acumulação” de saberes, iniciado pelo inquérito dos lugares percorridos, passando pela sistematização dos materiais coletados e chegando, por fim, a sua organização em moldes científicos.

O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO, OU O LUGAR DO BRASIL E DA ÁFRICA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

A esta altura deve estar claro que o projeto radiográfico vandelliano ideado à luz da Aritmética Política e da História Natural reclamava notícias advindas de olhares altamente treinados. Pode-se afirmar que, tendo em vista as balizas teóricas que tangenciam as reflexões do paduano, tal pressuposto vincula-se ao método analítico de pendor ilustrado discutido por nós em laudas passadas, cuja etapa inicial consiste na observação rigorosa de uma dada realidade. A construção de uma imagem precisa do Império Português começaria, portanto, por um acúmulo de informações derivado do escrutínio esmerado de suas partes constituintes. De posse dele é que se poderia passar à segunda fase da investigação, destinada a estabelecer relações entre os dados coligidos, identificando seu sentido. Concluído esse estágio, adviria finalmente o momento da síntese, quando o estudioso

estaria autorizado a completar sua obra, patenteando a imagem de conjunto desde o princípio almejada.

Tendo essa ordem em perspectiva, devemos primeiramente apresentar os resultados reunidos por Vandelli a partir do trabalho de observação das colônias atlânticas do Império Português. Ao examinar as informações provenientes de uma rede de colaboradores majoritariamente discípulos seus da Universidade de Coimbra, qual imagem ele tece do Brasil e da África Portuguesa? Para responder a essa pergunta, passamos à análise da *Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais são pouco conhecidas, ou não se aproveitam*, publicada no tomo I das *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa* em 1789. Nela o paduano procura fornecer um panorama detalhado dos três reinos da natureza observado tanto na África como na América Portuguesa, atentando-se, desde o início, para possíveis usos dos objetos descritos.

Debruçando-se, primeiramente, sobre a capitania de Minas Gerais, o autor cita a extração de ouro e destaca a presença de diamantes, topázios, safiras, esmeraldas e ametistas na região. No Piauí, haveria abundância de vidro moscovítico e, assim como no Ceará, ricas fontes de pedra-ume. O Rio de Janeiro, por seu turno, seria rico em cobre, do qual se poderia tirar grandes vantagens na produção de ligas metálicas. Em suma, pelos quatro cantos da América Portuguesa se acharia uma profusão de pedras e metais utilíssimos, à espera apenas de exploração efetiva. A mesma afirmação valeria para o Continente Africano, onde, segundo Vandelli, a diversidade mineral não era menor. Ele fala então do enxofre angolano, do betume de Cabo Verde e da incidência de ouro na região da Guiné. Refere ainda uma série de outros artigos, a exemplo

das argilas, do ferro, nitro, almagre e pedra-pomes, muitos dos quais igualmente observados no Brasil (VANDELLI, 1789: 153-155).

Quanto ao reino vegetal, o paduano não economiza apontamentos. Das madeiras de tinturaria provenientes do Novo Mundo, diz ter analisado “muitas delas”, “as quais o excelentíssimo Senhor Martinho de Mello, mandou ao Real Laboratório Químico da Ajuda para examinar, de todas as quais se extraíram lacas de diferentes cores, e entre elas uma de cor encarnada, mais fixa que a do pau-Brasil” (VANDELLI, 1789: 147). daquelas úteis para a construção, Vandelli relaciona a sucupira, o pau d’arco, o jequitibá, o jacarandá, a maçaranduba, entre outras noticiadas pelos “coronéis” Antônio de Brito Freire e Cristiano Frederico Weinholtz em suas andanças pela capitania da Bahia (VANDELLI, 1789: 148). Continuando, elenca demais espécies da flora brasileira, como o anil, o cânhamo, o pastel, o urucu e a arapabaca, “célebre antelmíntico” (VANDELLI, 1789: 151). Do outro lado do Atlântico, em plagas africanas, a fortuna botânica se faria igualmente sentir. Gengibre, bálsamo e palmeiras do tipo gravatá e coroá cresciam na Ilha de São Tomé. De lá se tinham ainda informações de uma espécie de hibisco do qual “se podem tirar fios para fiar-se como o linho” (VANDELLI, 1789: 150). Por sua vez, “de Cabo Verde, e de algumas das Ilhas dos Açores, se pode tirar em grande quantidade o sangue de drago” (VANDELLI, 1789: 152).

No que se refere à fauna brasileira e africana, Vandelli lista uma gama variada de espécies. Onças de peles esplêndidas, abelhas melíferas, proteicos porcos taiacu, capivaras e algumas raças bovinas se encontrariam com fartura na América Portuguesa. Dentre os animais exóticos, merecem destaque em sua *Memória...* a aranha aviculária e as “aves coloridas” que sobrevoavam a colônia, portadoras de penas belíssimas que poderiam ser utilizadas na ornamentação de chapéus.

Também ganham relevo vários tipos de cobra, tartaruga e a cochonilha, de cujas teias se faz “finíssimas sedas” (VANDELLI, 1789: 146). O autor chega inclusive a remeter à “classe dos vermes”, individuando os “pequenos múrices”, “que subministram a púrpura tão estimada dos antigos” (VANDELLI, 1789: 147). Ele não se alonga demasiadamente sobre o Continente Africano. Limita-se à indicação de poucas espécies e sugere a domesticação de alguns animais selvagens, como deveria ser experimentado com as zebras de Angola a fim de empregá-las “no uso das seges, e para fazer mais um ramo de comércio” (VANDELLI, 1789: 147).

Como se vê, estamos diante de uma verdadeira história natural das conquistas atlânticas portuguesas. Embora tenhamos evitado uma listagem exaustiva dos artigos arrolados por Vandelli, o resumo apresentado não deixa dúvida em relação à extensão de seu olhar sobre o espaço pluricontinental luso, algo viabilizado por uma miríade de colaboradores empenhada na tarefa de enviar-lhe amostras de espécimes minerais, botânicos e zoológicos, além de remeter-lhe notícias pormenorizadas dos lugares visitados. Uma importante conclusão pode ser deduzida dessa primeira etapa do enorme esforço inventarial coordenado pelo paduano.

Ao listar uma profusão de produtos dos três reinos da natureza presentes tanto no Brasil como na África, Vandelli realça a benevolência dos territórios sob o domínio dos Bragança. Aqui, é preciso reter que a imagem de abundância afirmada em sua obra não se fecha em si mesma, como algo a ser simplesmente contemplado. Produzida sob um viés pragmático, a *Memória...* elaborada pelo autor sinaliza oportunidades de ordem econômica, uma vez que, para cada produto arrolado, ela indica uma ou mais utilidades, associando-as a possibilidades de

desenvolvimento das áreas alimentícia, têxtil, metalúrgica, farmacêutica, entre outras. Em face desses apontamentos, uma questão se impõe: de acordo com Vandelli, qual função esse rico complexo de recursos naturais poderia cumprir no âmbito do Império Português?

Nesse ponto, o paduano migra para a segunda etapa de seu método analítico, passando do trabalho de descrição das conquistas atlânticas ao esforço de relacionar os dados obtidos com o contexto mais amplo do reino ibérico, sobretudo no que tange a sua economia política. Indica, então, que o Portugal setecentista era um país economicamente dependente e cada vez menos relevante no tabuleiro das nações europeias. Como enfrentar esse diagnóstico negativo? De acordo com Vandelli, os recursos coloniais poderiam exercer um papel decisivo na superação desse quadro, uma vez que, se bem aproveitados, eles teriam o condão de “diminuir a importação de muitos géneros de fora, e suprir os que faltam, e estender mais o comércio” (VANDELLI, 1789: 155). A *Memória...* aqui analisada revela assim o lugar das conquistas atlânticas no Império Português, qual seja, o de fornecer matérias-primas para a execução de um projeto de diversificação da estrutura produtiva metropolitana. Em última instância, os inventários coordenados pelo paduano visavam impulsionar uma política estruturada de substituição de importações - propósito, segundo ele, absolutamente plausível mediante a mobilização dos recursos disponibilizados pelos três reinos da natureza colonial (CARDOSO, 2003: 03). Com isso, o reino veria diminuir sua dependência em face das nações estrangeiras, de quem era obrigado a comprar bens essenciais. Ademais, passaria a reunir condições para se colocar mais favoravelmente no jogo de poder na Europa.

Posto isso, a grande questão a ser enfrentada na visão do paduano relacionava-se aos modos de operacionalizar a fruição efetiva das copiosas dádivas presentes nas possessões do ultramar. Aqui, há um ponto decisivo a ser considerado: visto que o espaço pluricontinental português era concebido à luz de uma exuberância pródiga, a resposta para o problema colocado por Vandelli só podia ser de ordem política. Afinal, se um ambiente é repleto de potencialidades, as razões de seu negligenciamento devem residir na postura de seus governantes. Com efeito, o autor convida as autoridades lusas a promoverem uma série de medidas com vistas à fruição das riquezas subaproveitadas. A primeira delas refere-se à necessidade de se conceder incentivos a toda gente implicada na exploração dos artigos inventariados. Para o sucesso da diversificação econômica que imaginava, Vandelli (1989: 127) sugere a implementação de uma “particular legislação bem executada para que tire os fortes impedimentos e anime com prêmios e honras os lavradores”. Eis a maneira de se gerar interesse pelos recursos que se “iam dando a conhecer”. Do contrário, eles não sairiam do papel. Em segundo lugar, seria preciso evitar uma abordagem predatória das “naturais produções”. Nesse ponto, ele cita um exemplo a ser evitado, pois afora acarretar o rápido esgotamento das terras, sua adoção poderia provocar o desaparecimento de espécies ainda ignoradas, inviabilizando “as possibilidades de uso futuro do que hoje chamaríamos de biodiversidade” (PÁDUA, 2006: 310). Trata-se precisamente da prática da coivara, disseminada por toda a América Portuguesa:

Entre as plantas das conquistas existem muitas desconhecidas dos botânicos, e principalmente árvores de muita utilidade, ou para construção de navios, casas, e trastes; ou para a tinturaria. Porém no Brasil muitas

delas com o tempo se farão raras, e dificultoso o seu transporte, não as havendo pelo costume introduzido de queimar grandes bosques nas bordas dos rios para cultivar a maior parte do milho [*Zea mays*], ou mandioca [*Jatropha manibot*]; e acabando-se a fertilidade deste terreno em poucos anos passam a fazer novas queimas, deixando inulto o que antes foi cultivado; e assim se destroem imensas árvores úteis, e de fácil condução. (VANDELLI, 1789: 146).

Finalmente, o aproveitamento efetivo das riquezas levantadas no trabalho de reconhecimento dos territórios exigiria, na opinião de Vandelli, a intensificação das trocas em âmbito pluricontinental. Para o efeito, cumpriria aproximar a metrópole de suas conquistas atlânticas, removendo certos empecilhos à circulação de mercadorias, melhorando a navegação e fortalecendo a comunicação entre essas regiões do Império. Em suma, o progresso produtivo vislumbrado pelo paduano passaria pela concatenação do saber científico apoiado na História Natural com o papel indutor do Estado, fundamental na mobilização de recursos materiais e humanos para a realização dos objetivos perseguidos.

Fecha-se, assim, a imagem de conjunto construída a partir do método analítico ilustrado mobilizado por Vandelli. Depois de um rigoroso trabalho de observação e do cruzamento dos dados obtidos com a situação política e econômica do Portugal Setecentista, ele apresenta sua síntese do contexto imperial, na qual indica possibilidades de avanço e os obstáculos a serem removidos para destravar o progresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do que precede, podemos concluir que Vandelli lança mão de reflexões ilustradas em sua avaliação do Império Português no último

terço do Setecentos. Tangenciado pela Aritmética Política inspirada no método analítico da Filosofia das Luzes, ele procura realizar uma radiografia acurada das conquistas lusas, chamando a atenção para as suas potencialidades e lamentando o subaproveitamento que delas se fazia. Ao mesmo passo, salienta que esse quadro podia ser revertido, desde que uma ação estatal baseada em sólidos conhecimentos científicos fosse levada adiante no espaço pluricontinental em domínio da monarquia dos Bragança. Quanto ao objetivo precípua de um projeto dessa natureza, o paduano não deixa dá margem a dúvidas: o desenvolvimento produtivo das possessões ultramarinas é proposto por ele com o fito de promover a diversificação econômica do Império e contribuir com a soberania política da metrópole. Destarte, os estabelecimentos da África e da América ocupam um lugar preciso em sua argumentação, qual seja, o de concorrerem para o esplendor de Portugal. Eis o sentido da colonização no pensamento do mestre italiano.

REFERÊNCIAS

FONTES

VANDELLI, Domenico. “Memória sobre a faculdade filosófica da Universidade de Coimbra”. In: SERRÃO, José Vicente. *Domingos Vandelli: aritmética política, economia e finanças*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994.

VANDELLI, Domenico. “Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais são pouco conhecidas, ou não se aproveitam”. In: *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa: para o adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal, e suas conquistas*. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, vol I, 1789.

VANDELLI, Domenico. Carta de Domenico Vandelli ao Marquês de Angeja. In: KURY, Lorelai. *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. São Paulo: Dantes Editora, 2008.

BIBLIOGRAFIA

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas: SP, Editora da UNICAMP, 1992.

DIDEROT, Denis & D’ALEMBERT, Jean. *Enciclopédia, ou dicionário razoado das ciências, das artes dos ofícios*. São Paulo: UNESP, vol III, 2015.

FELISMINO, David. “O estudo do mundo natural de Portugal, da Madeira e dos Açores em finais do século XVIII”. In: PEREIRA, Magnus & CRUZ, Ana Lúcia, R, B. *Os naturalistas do Império: O conhecimento científico de Portugal e suas colônias (1768-1822)*. Rio de Janeiro: Versal, 2016.

FERREIRA, Gustavo Nogueira. “A ciência como estratégia social: as atividades científicas de Domingos Vandelli nas redes clientelares de Portugal (1764-1788)”. In: ARAÚJO, Ana Cristina & FONSECA, Fernando Taveira da (Orgs). *A universidade pombalina: ciência, território e coleções científicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

KURY, Lorelai. “A filosofia das viagens: Vandelli e a História Natural”. In: idem (Org.). *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. São Paulo: Dantes Editora, 2008.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2011.

MALERBA, Jurandir. *Brasil em projetos: história dos sucessos políticos e planos de melhoramento do reino: da ilustração portuguesa à Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

MARTIN, Olivier. “Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol 21, n° 41, 2015.

PEREIRA, Magnus. “A natureza do Nordeste brasileiro do período colonial: investigação e esquecimento”. In: PEREIRA, Magnus & CRUZ, Ana Lúcia, R, B. *Os naturalistas do Império: O conhecimento científico de Portugal e suas colônias (1768-1822)*. Rio de Janeiro: Versal, 2016.

- PRATT, Marie-Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru - SP: EDUSC, 1999.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- ROSANVALLON, Pierre. *Liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Bauru - SP: EDUSC, 2002.
- SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. "Aritmética política e a administração do estado português na segunda metade do século XVIII". In: DORÉ, Andréa & Idem (Orgs.) *Temas setecentistas: governos e populações no Império Português*. Curitiba: UFPR-SCHLA; Fundação Araucária, 2009.
- SERRÃO, José Vicente. "Introdução". In: idem (Org.). *Domingos Vandelli: aritmética política, economia e finanças*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994.

PARTE II

HISTORIOGRAFIA E IMPRESSOS

4

CIRCUITO DA COMUNICAÇÃO: UMA REVISÃO NA LITERATURA SOBRE HISTÓRIA DA LEITURA

Jairo Paranhos da Silva ¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

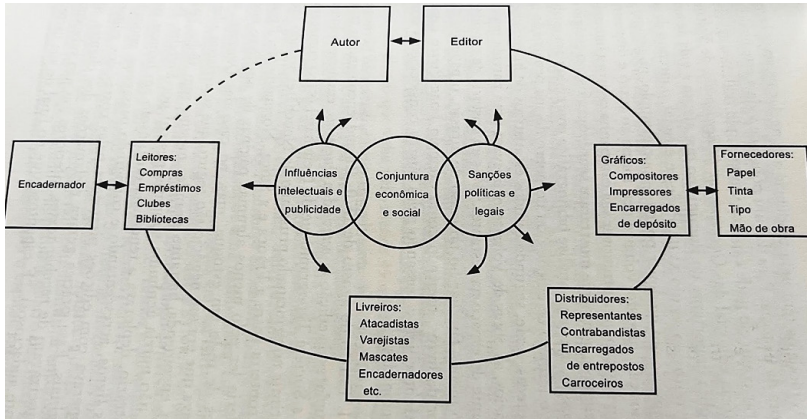
Nesse artigo propomos uma reflexão historiográfica sobre a História da Leitura, abordando as nuances envolvidas o ato de ler. Propomos discutir que práticas e relações sociais interferem no percurso entre a produção do texto e a leitura, individual ou coletiva. Para isso, propomos dialogar com alguns autores e com os recortes metodológicos que eles deram as dimensões envolvidas no ato de ler.

A própria ideia da leitura, como algo não *natural*, é apresentada por Darnton (2010) ao propor dois artigos, sobre os passos para uma *História da Leitura*, e a apresentação das linhas mestras para uma pesquisa que se proponha estudar a *História dos Livros*. É influenciado por essas ideias então que a proposta desse texto se desenrola, levando em consideração três nuances envolvidas na prática da leitura. A seguir se discutirá sobre o papel dos autores, a questão da materialidade do dispositivo que abriga o texto e a historicidade da leitura como prática cultural.

Para ilustrar didaticamente o percurso dos textos até se tornarem livros ou outros dispositivos de leitura, Darnton (2010) produziu um diagrama, reproduzido aqui, onde sinaliza os outros envolvidos na produção de um texto. O autor chama esse movimento de *Circuito das*

¹ Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis; doutorando em História na Universidade Federal de Pelotas. E-mail: jairo.silva@uemg.br.

Comunicações e nele estão presentes os autores, editores, os responsáveis pela impressão e diagramação dos textos, livreiros e leitores.



Circuito das comunicações (DARNTON, 2010, p.127)

As questões econômicas, políticas, culturais e sociais atravessam cada uma dessas dimensões do circuito modificando os papéis desempenhados e as consequências destes, e tendo por isso um papel central nas transformações do circuito. Isso posto, é salutar evidenciar que a nossa proposta diverge um pouco em relação ao circuito proposto por Darnton e reproduzido aqui.

O circuito das comunicações seria um esquema metodológico importante ao historiador que se propõe a fazer a *História dos Livros*. A nossa proposta diverge, por ser uma revisão historiográfica e não se restringir a uma análise aprofundada sobre o “ciclo” de produção – divulgação – recepção de um livro em si. O que propomos nesse artigo é usar o formato circuito para discutir alguns dos intermediários da

leitura² e seu papel na formatação que a prática da leitura adquire no devir temporal.

Nosso artigo se apropria da ideia cíclica, mas aborda menos personagens. Aqui levamos em consideração os autores, as distintas materialidades dos textos e a historicidade das práticas de leitura. Assim como o circuito da comunicação possibilita ver de modo mais amplo a historicidade dos livros, acreditamos que o olhar sobre os elementos aqui listados pode possibilitar o enriquecimento das investigações sobre a leitura em si.

AUTORES

Permito-me iniciar essa sessão reproduzindo uma questão feita por Michel Foucault em uma conferência de 1969, e depois reproduzida numa coletânea de textos editada como livro *Estética v. 2* (FOUCAULT, 2015). *Qu'est-ce qu'un auteur?* O que é um autor? Outro pesquisador francês o Roger Chartier (2014) faz a mesma pergunta a si mesmo – possivelmente também influenciado por Foucault – e obtém uma resposta distinta de seu precursor. Em Foucault o autor é pensando do ponto de vista da racionalidade empregada em sua definição, em Chartier a historicidade da relação do autor com o texto é sublinhada e evidenciada.

Para revelar a dificuldade presente na própria ideia de *autor* Foucault faz um interessante questionamento,

Quando se pretende publicar, por exemplo, as obras de Nietzsche, onde é preciso parar? É preciso publicar tudo, certamente, mas o que quer dizer

² Intermediários da Leitura é um conceito usado por Darnton para se referir a editores, livreiros, pessoas envolvidas no transporte e comercialização dos livros no século XVIII.

esse “tudo”? Tudo o que o próprio Nietzsche publicou, certamente. Os rascunhos de suas obras? Evidentemente. Os projetos dos aforismos? Sim. Da mesma forma as rasuras, as notas nas cadernetas? Sim. Mas quando, no interior de uma caderneta repleta de aforismos, encontra-se uma referência, a indicação de um encontro ou de um endereço, uma nota de lavanderia: obra ou não? Mas por que não? E isso indefinidamente. Dentre os milhões de traços deixados por alguém após sua morte, como se pode definir uma obra? (FOUCAULT, 2015, p. 274)

Ao perguntar-se sobre o que seria um autor, imediatamente a questão sobre a definição da obra surge, uma vez que autor/obra parecem formar um binômio inescapável. Essa parece ser uma questão relevante também para Chartier que evidencia o mesmo questionamento a partir de outros exemplos históricos,

Outro exemplo da manipulação textual possibilitada pela existência de arquivos literários autorais é dado por Borges, que em diversas ocasiões estabeleceu os limites para suas “obras”. Ele excluiu de suas *Obras Completas*, publicadas pela Emecé em 1974, três livros que havia publicado entre 1925 e 1928 – *Outras inquisições*, *O tamanho de minha esperança* e *O idioma dos argentinos* – e proibiu qualquer edição dessas três obras banidas. Elas só foram reeditadas em 1993 e 1994 por sua viúva, María Kodama, sete anos após a morte de Borges – e não sem uma feroz controvérsia. (CHARTIER, 2014, p. 148) [grifos do autor]

Ambas as citações parecem nos confrontar sobre o limite da autoria em relação àquilo produzido pelo autor. Seja no caso de Nietzsche ou de Borges parece que o autor nem sempre é aquele que decide sobre a vastidão de sua *Obra*.

Pode-se depreender da reflexão dos autores que nem sempre aquilo que o escritor idealizou como “obra” torna-se aquilo que a sociedade lhe lega como *Obra*. Conclui-se que a *obra* em muitos casos

está para além do autor, sendo elaborada socialmente. Outro desdobramento dessa conclusão é que os critérios para ser ou não obra, também parecem advir de acordos sociais.

Isso nos coloca diante da constatação que nem a autoria e a obra, são produções alheias a historicidade e suas práticas culturais. Afirmamos isso com certa rapidez nesse artigo mas sempre convém lembrar que “A palavra ‘obra’ e a unidade que ela designa são provavelmente tão problemáticas como quanto a individualidade do autor.” (FOUCAULT, 2015 p. 275). Definir obra e autoria, mesmo tendo em consideração seu status como discurso/representação social, continua sendo algo problemático, já que faltariam aspectos objetivos para caracterizar uma coisa ou outra.

Ao pensar *obra* como escrita, Foucault sinaliza a origem de certas representações com as quais, em geral, interpretamos as características do texto. Por exemplo, a ideia quase sacralizada do autor, como alguém importante, genial, criativo e em alguns casos até excêntrico, vem da própria percepção sobre o que seria o texto/escrito. Este carregaria uma visão teológica e sagrada, de alguma forma associada ao seu autor.

Esse poder que a sociedade conjurou ao texto possibilitaria também ao autor certa primazia ou valor. Esse valor seria algo que lhe autorizaria a excentricidade ou justificaria sua genialidade criatividade etc. Parte do status social do autor está na obra, independente do seu conteúdo em si, mas dependente da *aura* (divina, sagrada e edificante) em torno da obra.

Foucault ainda afirma em sua reflexão que a ideia de autor foi substituindo a identidade/individualidade do escritor. Nuna sessão onde diferencia nome do autor e nome próprio, (FOUCAULT, 2015, p. 275-277) indica como, à medida que o status social se forma em torno da

obra, o personagem autor vai se separando do indivíduo em si. Para ficar nos exemplos já apresentados no início dessa sessão, pouco sabemos sobre Borges ou Nietzsche com indivíduos, seus gostos e interesses, sua personalidade, mas reconhecemos ambos como grandes autores da contemporaneidade.

É como se as pessoas tivessem desaparecido e dado lugar a “títulos” ou “etiquetas”. Falar/ler sobre Nietzsche é caracterizar um tipo de filosofia, uma percepção sobre o mundo ou uma metodologia de compreensão sobre a humanidade. Borges *significaria* literatura latino-americana e a prosa argentina do começo do século XX. Em ambos os casos, a autoria fez desaparecer o indivíduo – personalidade, gostos, interesses afetivos ou outras preferências – fazendo surgir, em seu lugar, a etiqueta classificatória. “O nome do autor não é, pois, exatamente um nome próprio como os outros” (FOUCAULT, 2015, p. 277).

Sintetiza a discussão proposta pelo intelectual francês a seguinte citação, que inclusive nos ajuda a atravessar para a discussão de Chartier sobre autoria, diz Foucault,

[...] a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém determina, articula o universo dos discursos; ela não exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar. (2015, p. 283-284)

Temos mais uma vez a apresentação da autoria (e porque não dizer da obra?) como ligada a diversos universos discursivos. Sua abrangência ou autoridade não estaria limitada ao desejo espontâneo do autor, mas outros conjuntos de operações muitas vezes alheios ao indivíduo real.

Somado a isso, a autoria visibiliza outros *egos* (etiquetas) diferentes do indivíduo real, e diferentes do mero escritor de fato. Se podemos depreender o papel que a sociedade exerce na ideia de autoria, é possível inferir que esta se transformou no devir temporal, o que quer dizer que a relação autor/obra/texto não era a mesma em outros locais e períodos da história humana.

A partir desse ponto entram as contribuições a ideia de autor apresentadas por Chartier (2014). Seu interesse no papel da autoria advinha da estrutura de arquivos visitados pelo historiador. Este se preocupava por um fenômeno específico, o aparecimento de arquivos literários “nacionais” e quase todas as obras neles catalogadas serem de no máximo segunda metade do século XVIII (caso alemão). Para ingleses e franceses a “literatura nacional” seria quase que exclusivamente a partir do século XIX.

Obviamente sabe-se que haviam *autores* nesses países antes do setecentos e oitocentos, mas é interessante no discurso de Chartier, perceber o percurso que esse conceito fez no tempo. A ideia moderna de autoria e obra não fazia parte dos repertórios culturais alemães, franceses e ingleses nos séculos XVI, XVII, e por uma parte do XVIII.

Para produção de textos, que posteriormente seriam lidos, haviam três representantes que desempenhavam um importante papel. Os impressores, os escribas e aqueles a quem as ideias pertenciam, que contemporaneamente chamamos de autores. Ao contrário da sociedade do oitocentos e novecentos, segundo Chartier (2014, p. 137), os copistas

são responsáveis pelo status que um texto pode adquirir já que o trabalho deles transformava “papéis ilícitos” em “cópias justas”.

Houve no século XVI uma constante tensão entre *manuscritos autoriais* e *cópias justas* que representavam, basicamente as possibilidades de escrita na Europa do século XV, XVI e XVII. Sendo que nesses casos, o valor estava nas cópias de escribas/copistas e paradoxalmente distantes da ideia mais moderna de autoria. Para essa região e período, o próprio conceito de *escritor* é impreciso. Talvez Shakespeare seja um dos exemplos mais convincentes (CHARTIER, 2014, p. 142-143) uma vez que este foi escriba de uma pequena parte de suas peças teatrais.

Além disso, havia, no início do século XVIII, um “mercado” de “trechos inéditos” de textos de artistas já falecidos, comercializados por vultuosos valores para que o comprador pudesse ter trechos inéditos supostamente pertencentes seja ao próprio Shakespeare (CHARTIER, 2014, p. 144) seja a outros artistas importantes. Essa prática ao longo do século XVIII seria um indicativo do surgimento da moderna ideia de autoria, associada ao fetichismo no papel do artista/ autor.

A forte relação entre manuscritos assinados e autenticidade da obra foi internacionalizada por escritores que se tornariam arquivistas de si mesmos e, antes de Hugo ou Flaubert, criaram seus arquivos literários. Rousseau manteve o rascunho, quatro cópias assinadas, provas corrigidas e cópias impressas anotadas de três diferentes edições de *A nova Heloísa*, uma coleção que constitui um “dossiê” de várias centenas de páginas da gênese daquela obra. (CHARTIER, 2014, p. 145) [grifos do autor]

Essa citação nos indica diversos autores que preservavam seus próprios manuscritos na ideia que se tornem “provas” de seu trabalho autoral e *souvenirs* de grande valor cultural e econômico. Nesse papel de

valorização de si e de seus textos, a própria ideia de arquivo literário cumpre uma importante função e parece responder à questão feita pelo Chartier, no início de seu texto, sobre a relação entre os arquivos literários e os séculos XVIII e XIX.

Pode-se dizer que, essa ideia de autoria, estabelece uma relação de pertencimento e materialidade entre o escritor e o produto de seu trabalho. O manuscrito (materialidade) e a ideia desenvolvida na mente e que posteriormente se torna escrito (pertencimento) são do autor e por isso este seria duplamente afortunado. Logo após isso, a sociedade através de suas instituições seleciona aquilo digno ou de não de *ser obra*, e impõe ao autor e a obra certo status social, que lhe mitiga a identidade fazendo-o desaparecer sob o texto, ao mesmo tempo que emerge a etiqueta, categoria que rotula autor e obra.

MATERIALIDADE DOS TEXTOS

Se voltarmos a citação do Chartier, utilizada ao fim do item anterior, vemos que ela descreve diferentes formatos pelos quais o texto passou ao longo da história. São descritas algumas modalidades de materialidade dos textos: rascunhos, cópias assinadas, provas corrigidas e cópias impressas. Esses dispositivos de abrigo do texto contam um segundo tipo de história, diferente da história dos autores, mas que também evidencia outro tipo de transformação histórica no universo das práticas de leitura. As transformações na materialidade dos textos.

Os rascunhos eram uma modalidade de produção de textos feitos a mão, e em um contexto que Chartier (2014, p. 104) caracteriza como *cultura escrital*. Esta teria como características diversas relações com a

prática da leitura baseadas no texto produzido manualmente. Integravam essa cultura a ideia que o texto manuscrito, tinha a difusão controlada mais facilmente. Segundo Chartier,

Ao menos por um motivo, o manuscrito permitia uma difusão controlada e limitada de textos que evitavam censura prévia e que podiam circular clandestinamente com mais facilidade de que obras impressas, ao mesmo tempo que corriam menos risco de cair nas mãos de leitores incapazes de compreendê-los. (2014, p. 111)

O excerto em questão refere-se a Espanha do século de ouro (século XVI) mas revela uma história da leitura anterior ao livro como materialidade e dispositivo de leitura, já que práticas e circuitos da leitura, funcionavam, mesmo que de modo diverso, anteriormente a hegemonia da imprensa de Gutemberg e mesmo antes do livro como dispositivo com o formato que conhecemos hoje.

Os rascunhos também compunham um importante instrumento de diferenciação num embate recorrente no período, entre escritores e impressores. Havia uma crença que os impressores eram contraventores da difusão dos textos ao fazerem cópias proibidas e comercializar os textos antes dos próprios autores. Somado a isso, o impressor era “culpado” (algumas vezes com razão) de adulterar os textos, recortando ou inserindo parágrafos a partir de seus interesses.

A manuscrito seria o *texto ideal* ao ser aquilo que o artista havia pensado. Como discutido na sessão anterior sobre autoria, muitas vezes o escritor era diferente do autor, e o escriba era um profissional que gozava de certo status social no período. Ao assinar o manuscrito, o idealizador do texto somava sua posição de “mente por trás do texto”, a credibilidade do escrevente e a *aura* do texto estava conferida.

Em termos de materialidade, por séculos, rascunho assinado e texto impresso conviveram, demandando dos leitores práticas distintas. As *provas corrigidas*, terceira materialidade indicada no início dessa sessão, marcava a transição entre essas práticas de leitura. A prova corrigida correspondia a primeira versão impressa de um texto, que era lida e revisada pelo seu autor, seja para autorizar a impressão de outros exemplares, seja para sinalizar a necessidade de revisão.

Essa terceira materialidade quase sempre disponível apenas a autores e impressores, demonstrava um tipo de transição entre culturas, já que a prova corrigida e assinada, muitas vezes era guardada pelo impressor e posteriormente exposta, como “garantia” ao leitor que o texto impresso era tão fidedigno como se tivesse sido transcrito por escribas ou pelo próprio autor.

É preciso ter em mente essas especificidades de cada uma dessas materialidades para a leitura pois elas têm influência direta no tipo de prática de leitura a ser desenvolvida em determinado período histórico. Assim sendo, pensar num circuito a leitura, demanda pensar no status da *autoria* à época, mas também em qual dispositivo esse texto circulava, e a partir disso se aproximar das práticas de leitura do período estudado.

É durante o século de XIX que a materialidade que predominou em bibliotecas e universidades se consolidou como principal formato de difusão da leitura. É possível falar de livros impressos desde o século XVIII mas é no oitocentos que esse dispositivo se tornou hegemônico. Mas do que isso, toda uma sociabilidade em torno da leitura (melhor desenvolvida na sessão seguinte) também se consolidou a partir dos textos impressos – em substituição ao manuscrito – e a encadernação/diagramação dos textos no formato livro.

Ainda discutindo sobre o “surgimento do livro” Chartier (2001) assinala diversas vezes como o século XVIII pode ser compreendido como um período revolucionário para a leitura, tal qual fora para a política. Se no parágrafo anterior afirmamos que o oitocentos foi a consolidação do livro como materialidade associada a leitura, isso só é possível por que ao longo do setecentos, a impressão e sua encadernação no formato livro também se popularizaram.

Essa popularidade segundo o autor, provocou um discurso sobre os prejuízos da nova materialidade em muito similares, as críticas as leituras extensivas no século XVI e XVII. Mesmo a leitura da Bíblia, agora livro sagrado, se repetida e por várias horas poderia causar náuseas, fraquezas e até mesmo loucura (CHARTIER, 2001, p. 113). Apesar disso, as críticas não foram suficientes para dirimir a influência da nova prática de leitura, o que deu ao livro a predominância até o século XXI, chegada dos dispositivos tecnológicos de abrigo/preservação dos textos e as novas modalidades de leitura.

Sobre esses dois momentos paradigmáticos em relação a leitura e seus dispositivos Chartier (2001) responde o questionamento: É possível traçar paralelos entre a “revolução” da leitura do século XVIII que entroniza o livro como principal materialidade de abrigo do texto, com a atualidade e o papel da tecnologia na preservação/transmissão dos textos?

Para responder isso Chartier chama a atenção a um ponto, que é o que se diz acerca dos dois processos. Parte da ideia de “revolução” no século XVIII estava associada às novas ideologias acerca do texto e da leitura, advindas do iluminismo. Graças a este, além dos textos do catecismo e da bíblia, textos iluministas puderam ser alçados ao papel de “leitura edificante”. O século XVIII seria um período no qual o “saber

supremo e útil” poderia ser dividido entre o discurso religioso e o discurso sobre a política e as ciências.

Em outras palavras naquele período, ser pego envolvido na leitura de Voltaire ou da bíblia, dariam ao leitor quase o mesmo nível de distinção. Para o autor, tal associação ainda não ocorre na atualidade. Logo, ler um texto na internet, um livro no *kindle* ou no formato PDF não conferem o mesmo status que a leitura de textos causava no setecentos. Na atualidade certas leituras têm valor social em detrimento de outras, e a distinção social viria a partir do contato com os textos elitizados. Essa diferença seria um dos pontos que inviabilizaria o paralelo, já que socialmente, o discurso associado a tais “leituras revolucionárias” – quer no oitocentos quer no século XXI - foi diferente.

A segunda questão que Chartier se coloca, para contrapor esse “paralelo revolucionário” é sobre as materialidades decorrentes desses momentos de transformação da leitura. A noção contemporânea de biblioteca tem relação direta com a materialidade dos textos (livros) oriunda do fim do século XVIII. As bibliotecas tornam-se espaços sagrados de preservação e disponibilização dos textos mais importantes da humanidade sobre determinados temas.

Ajuda a reforçar essa percepção sobre as bibliotecas um trecho de um discurso de José de Alencar (ABREU, 1999, p. 282) no qual o escritor brasileiro caracteriza as virtudes que o bibliotecário deveria ter. Segundo Alencar,

...sem desconhecer as qualidades e talentos do nomeado, entendo que o lugar do bibliotecário público deve ser reservado para um homem reconhecido pela sua vasta erudição, para uma reputação firmada, para uma ilustração que possa receber dignamente, os sábios estrangeiros que

transitem pelo nosso paiz, a dar-lhes a ideia mais elevada de nossa civilização. Não é lugar para moços se habilitarem, mas para se remunerar os talentos feitos³

O leitor pode estar se perguntando, qual a relação entre características idealizadas para um profissional (bibliotecários) e o livro e sua materialidade institucionalizada nas bibliotecas? Respondo, o bibliotecário deveria ser, por excelência, aquele que conhece e administra o espaço biblioteca.

Esta seria um espaço de saber, tanto para seus futuros frequentadores como para seu gestor. Logo, a administrador do espaço deveria ser tão erudito como aquilo a que o espaço representava. O trecho do discurso de José de Alencar se refere ao bibliotecário exemplar da biblioteca nacional. Faz referência ao espaço mais importante de abrigo dos livros e da *civilização*, ao menos nas palavras de Alencar. Depreende-se que, a materialidade decorrente desses livros, em fins do século XIX no Brasil, é a materialidade que representaria a reunião do saber, da cultura da civilização e daquilo que seria mais representativo da pátria.

Logo, para receber em condição de igualdade intelectuais e sábios ávidos por conhecer a cultura e história brasileira, nada melhor que alguém que representasse a mesma estirpe do espaço. A biblioteca seria uma representação do Brasil, tão importante quanto sua natureza e seus intelectuais. Os livros, seriam capazes de oferecer ao estrangeiro uma límpida visão sobre aquele povo e território. E a simbiose entre bibliotecário e biblioteca deveria ser o corolário dessa representação.

³ ALENCAR, José de. "Discurso proferido na sessão de 11/07/1871". In: *Discursos proferidos na sessão de 1871 da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança 1871 p. 55.

No século XXI existe algum espaço que abrigue textos e livros digitais e que tenham a mesma aura que as bibliotecas? Possivelmente que não. Chega-se aqui ao segundo argumento do Chartier, para refutar a ideia do paralelismo entre as transformações ocorridas após a hegemonia do formato livro e a predominância atual dos textos em formatos digitais. Obviamente que, não é porque os textos digitais não suscitam as mesmas representações e sociabilidades que os livros e bibliotecas ao longo do oitocentos, que isso faz sua materialidade menos importante.

Concordamos com a ideia defendida pelo autor (CHARTIER, 2001) que é possível compreender a transição do século XVIII para o XIX como revolucionária para leitura, tal qual as novas tecnologias têm sido revolucionárias na atualidade permitindo outras práticas inovadoras da leitura. Mas tal qual Chartier, acreditamos que os paralelos se encerram aí, e a materialidade dos textos decorrente de cada um desses períodos suscitou consequências distintas, o que faria ambos períodos revolucionários, mas sem paralelos entre si.

Para concluir esse item do artigo gostaríamos de sinalizar uma outra questão, relativa a materialidade dos textos que pode nos dar importantes lições a respeito da pesquisa na História da Leitura. É o caso da literatura mexicana no século XIX,

[ANAYA:] Claro ..., mas apenas na década passada se teve a compilação das obras completas de um escritor fundamental para o México, Ignacio Manuel Altamirano, e agora é preciso revisar esses 22 volumes. E por fim, temos as obras de Guillermo Prieto em 28 volumes até o momento, e as de Manuel Gutiérrez Nájera editadas pela Universidade Nacional, e de outros mais.

[SABORIT:] Nenhum deles, salvo exceções, conseguiu publicar fora das revistas e dos jornais. Praticamente, toda a literatura mexicana do século

XIX descansa nos periódicos. E se fez a história literária do México a partir das obras editadas como livros, o que é perder a metade da literatura. (CHARTIER, 2001, p. 132)

Anaya e Saborit são pesquisadores da História da Leitura que participaram em interlocução com Chartier da coletânea de textos nomeada como *Cultura escrita, literatura e História*. Em um desses diálogos os autores apresentam algumas especificidades sobre a materialidade dos textos relativos a História da Leitura no México do oitocentos, e como muitos dos autores da literatura daquele país tiveram nos periódicos (jornais ou revistas) o único espaço para veiculação de seus trabalhos.

Em geral quando pensamos em literatura nacional, associa-se os textos a livros clássicos e grandes romances que de alguma forma debatem questões sociais ou estéticas que encontram eco na tradição cultural de determinada localidade. Como falamos de materialidade dos textos nessa sessão, se o pesquisador buscar a literatura mexicana apenas nos livros – como de acordo com Saborit foi feito por muitos pesquisadores dessa literatura (CHARTIER, 2001, p. 131-132), perde-se boa parte das grandes obras da escrita mexicana.

Ao buscar a leitura, os leitores ou os textos no seu devir histórico, é preciso levar em consideração a materialidade na qual esses textos circulavam. Essa dimensão (materialidade dos textos) e seus desdobramentos já permite conhecer e divulgar importantes informações sobre as práticas envolvidas no ato de ler, naquele período e local. Outro ponto igualmente importante em termos de reflexão sobre a História da Leitura é pensar a historicidade da própria prática. No item anterior pensamos a historicidade da autoria, nesse a

historicidade das materialidades do texto e no seguinte como o ritual de ler se transformou no devir histórico.

HISTORICIDADE DAS PRÁTICAS DE LEITURA

Como se lê? Essa é uma pergunta que certamente promove diferentes respostas. Como os intelectuais leem? E como se lê nos espaços religiosos? E a leitura nas clínicas ou nos salões de beleza? A prática da leitura se modifica no espaço como se modificou no tempo? Quando começamos a praticar a leitura? Certamente que no século XXI as práticas de leitura começam nos espaços escolares. Ali as crianças adquirem os saberes que as tornaram leitores no/do mundo. Não obstante, mesmo as práticas para aquisição de leitura também têm uma historicidade que será abordada nesse terceiro item do artigo.

Ao abordar os leitores comuns Darnton (2010) apresenta leitores da Inglaterra do século XVII e as distinções entre a aquisição de leitura naquele período em relação a atualidade. Segundo o autor “Na escola, as crianças inglesas aprendiam a ler antes de escrever, ao invés de aprender as duas coisas juntas no início de sua instrução, como fazem hoje” (DARNTON, 2010, p. 188). Elas logo entravam na força de trabalho, por isso naquele período era comum trabalhadores leitores e não escritores.

Isso não era um fenômeno exclusivo dos ingleses, o texto ainda apresenta dados aproximados: 80% dos suecos sabiam ler, mas apenas 20% deles lia e escrevia em 1770. Desse modo o processo de aquisição da leitura era relativamente comum, ao contrário que o senso comum histórico sobre a Era Moderna faz parecer. Ao menos entre os europeus,

esse era um período no qual as pessoas, mesmo pobres, eram capazes de ler.

Na França do mesmo período (DARNTON, 2010) a lógica para a alfabetização era bastante parecida. Mas o autor apresenta outra questão importante, sobre o tipo de texto utilizado no processo de aprendizado da leitura. Na Inglaterra e na França os textos sagrados do cristianismo eram os textos com os quais os pobres eram introduzidos no mundo das letras.

No caso, francês era comum que, até o século XVII, um francês médio fosse capaz de ler textos em latim mas tivesse severas dificuldades em conhecer seu próprio vernáculo. O conteúdo religioso era mais que mera questão de fé, mas também um instrumento para que as pessoas fossem inseridas no mundo das letras. Os textos religiosos não eram a única referência de escritos utilizados no processo de letramento,

Und bricht die Abdenzeit herein,

E chega o fim da tarde

So trink ich halt mein schöpple Wein

assim bebo pois meu copo de vinho

Da liest der Herr Schulmeister mir

Então o senhor professor lê pra mim

Was Neus aus der Zeitung für

A notícia que tiver no jornal⁴

Tomando como verdadeiros tais versos vê-se que os jornais impressos também serviram como instrumento para ensinar crianças e adultos a lerem. Bíblia, textos do catecismo, jornais todos escritos, a

⁴ Versos atribuídos a Christian Schubart, camponês que vivia numa estalagem rural alemã em 1786. (DARNTON, 2010, p. 182)

maior parte deles impressos estavam a serviço também dos processos de alfabetização. Mas o que liam os leitores comuns brasileiros?

Em um estudo sobre as práticas de leitura de agricultores do interior do Rio Grande do Sul, Manke (2013) aponta para o acervo de escritos que aqueles indivíduos possuíam e que fora utilizado por eles, seja para aquisição, seja para desenvolvimento da leitura.

No caso dos leitores analisados, pode-se observar que vários livros foram presenteados por amigos e familiares, fato que reforça a representação desses enquanto leitores assíduos entre as pessoas com quem convivem, por serem “merecedores” de tal presente. (MANKE, 2013, p. 1058)

Esses brasileiros liam cartilhas didáticas, jornais impressos, literatura religiosa e a partir de tais escritos construía suas representações sobre aquilo que liam, bem como sobre a realidade ao seu redor.

Entre seus acervos, também constavam títulos em língua alemã (MANKE, 2013) o que revela que a leitura também foi uma prática cultural que serviu para esses homens e mulheres mantivessem algum tipo de ligação com o país do qual seus pais eram cidadãos. A ligação com a língua poderia simbolizar algum nível de relação identitária entre estes e a terra da qual descendiam.

Outro ponto interessante é que a leitura é uma prática cultural que transcende a relação individual leitor - texto. A citação demonstra que muitos desses agricultores eram presenteados por amigos e parentes com livros, por serem “merecedores”. A leitura tornou-se também um marcador social que foi útil na seleção dos regalos mais indicados para aquelas mulheres e homens.

Ao longo dos dois últimos séculos a prática de leitura se associou ao conhecimento e a erudição, seja pelo papel desempenhado pelas universidades e o ensino laico, ou pelas bibliotecas como espaços “aglutinadores da cultura” e da identidade de um local. Essa mesma relação com os livros e a leitura pareceu se estender para os leitores agricultores gaúchos. Alguns deles obtiveram distinção entre os familiares e conhecidos por suas práticas de leitura, e seus repositórios de livros (bibliotecas privadas) pareceram revelar aspectos das identidades que os indivíduos desejam tornar conhecidos e possivelmente pelos quais gostariam de ser lembrados.

A maior parte dos leitores analisados no artigo possuíam a instrução formal para aquisição da leitura. Frequentaram as escolas e ali foram instruídos no mundo das letras. Não obstante, a o caso do leitor de nome Ismael, (MANKE, 2013, p. 1064) que considerava-se analfabeto por não ter tido instrução formal, apesar de ser capaz de ler e de possuir vários livros. Ismael possuía em seu acervo obras desde História até a agricultura.

Mesmo leitor, esse senhor não frequentava os espaços das letras (a biblioteca pública estava a poucos quilômetros de sua casa mesmo assim afirmou nunca ter ido) nem tinha assinatura de revistas e jornais, modalidades de textos mais comuns entre os outros agricultores entrevistados. Seu comportamento, quando comparado ao dos demais leitores analisados no artigo de Manke, parece corroborar as práticas culturais da leitura e as interdições impostas discursivamente àqueles considerados “não instruídos”.

Até agora vimos que o processo de letramento tem distinções em relação ao local e ao período histórico que ocorria. Também comentamos sobre alguns agricultores do sul do Brasil e suas

especificidades no letramento e na relação com os livros. A partir desse ponto vamos abordar as questões ligadas aos rituais de sociabilidade para a leitura e como eles podem ser itens interessantes para investigar na História da Leitura.

Existiram no tempo e espaço vários tipos de leitura. Darnton (2010) se refere a *leitura extensiva* e *intensiva* e cada uma delas gerando processos de sociabilidade distintos. No primeiro caso, a leitura extensiva seria a leitura mais próxima de nosso tempo. Hoje lemos muito e sobre várias coisas diferentes. Lê-se sobre política, entretenimento, conhecimento acadêmico/científico, postagens e comentários em redes sociais, no trânsito, na literatura. Quase tudo é legível e pouca coisa se repete em termos de leitura.

Uma das consequências das leituras extensivas é que elas tornaram a leitura como uma prática cada vez mais solitária. Como vimos na sessão anterior, a materialidade pode ser distinta: jornal impresso, livro, smartphone, letreiro no centro da cidade, mas o leitor quase sempre pratica a leitura e interpretação individualmente. Poucas (ou nenhuma vez) vezes o texto lido é analisado novamente. Os conteúdos são efêmeros e logo substituídos por outras leituras “imprescindíveis”.

Quando o autor se referiu a leitura intensiva ele se referia a uma outra prática de leitura, a leitura de poucos textos, mas que carregavam algum nível de simbolismo que tornava necessário a repetição da leitura e em alguns casos até a ritualização. O cristianismo pode ser um feliz exemplo de tal prática, incentiva a leitura reiterada e meditativa da bíblia, e em muitos espaços essa é lida coletivamente.

Engana-se quem pensa que a leitura intensiva ficou presa as práticas de leitura coletivas do início do século XVIII ou aos espaços

religiosos. Atualmente a casos de obras de fantasia da cultura pop⁵ que são relidas e discutidas por influenciadores digitais e o público de modo intensivo suscitando intenso debate e troca de contatos sobre temáticas presentes na obra. Nesse caso a literatura vai gerando um tipo de leitura e sociabilidade que remete as leituras coletivas da França do século XVIII e a leitura dos autores iluministas ou o mesmo país no oitocentos e as leituras coletivas dos relatos de viagens por exemplo.

Há ainda o caso dos jornais, citados por Chartier (2001). Segundo o autor, ele foi convidado algumas vezes para escrever colunas em periódicos gálicos, mas não possui um catálogo com anotações das colunas escritas nem outro tipo de registro quantitativo. Apesar disso, o autor afirma que sua estante possui espaço destinado aos livros que publicou, organizados de modo a “preservar” a memória sobre seus escritos.

O exemplo nos revela como a leitura e as práticas sociais dela decorrente dependem de vários fatores. Somado a esse ponto, os repertórios culturais e sociais aos quais os indivíduos estão inseridos. Depreende-se também que se existe uma historicidade da prática da leitura, também há uma intencionalidade do autor para a forma pela qual seu texto deve ser lido.

Em outras palavras os próprios textos em suas intencionalidades têm idealizações sobre como os leitores devem proceder a interpretação das obras e se os escritos devem ser consumidos extensiva ou

⁵ Aqui cito o caso das Crônicas de Gelo e Fogo escrita por George R. R. Martin que possuem os livros publicados no Brasil pelas editoras Leya e Suma. Além disso, alguns *podcasts* gravaram diversos episódios relendo e discutindo os capítulos dos livros (*Hodor Cavalo* e *Podcasteros* são exemplos desses podcasts). Além disso existe uma espécie de enciclopédia sobre termos das obras, sites com teorias sobre personagens. Nessas mídias a obra é relida e ressignificada em um trabalho feito exclusivamente pelos leitores das crônicas.

intensivamente. Por trás do folhear de uma página ou de uma leitura diante de uma tela de computador ou celular vários elementos influenciam o modo como lemos e os sentidos que produzimos a partir de nossas leituras.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. *Leitura, História e História da leitura* São Paulo: FAPESP, 1999.

CHARTIER, R. : *A mão do autor a mente do editor*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

_____: *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DARNTON, R. *O beijo de Lamourette*. mídia, cultura e revolução .São Paulo: Companhia das letras, 2010.

FOUCAULT, M. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense, Universitária, 2015.

MANKE, L. S. Práticas rurais de leitura: dos acervos aos modos de ler (artigo). *Cadernos de pesquisa* v. 43 n. 150 p. 1054-1075 set/dez 2013.

5

O BRASIL EM STATIRA E ZOROASTES (1826), DE LUCAS JOSÉ D'ALVARENGA

*Larissa Aparecida Ramos*¹

Nascido em Sarabá (MG) em 1768, Lucas José d'Alvarenga foi poeta, romancista, advogado, governador de Macau e tenente das milícias. Escreveu ao longo de sua vida três livros de memória, publicados em 1828 e 1830, tratando-se da administração em Macau (1809 a 1810); a novela “Statira, e Zoroastes”, publicada pela tipografia de Plancher em 1826, e o primeiro volume de um livro de poemas denominado “Poezias”, em 1830. Dessa forma, enfatizando a boa educação que tivera em sua infância, logo jovem o mesmo é aprovado na Universidade de Coimbra no curso de Direito, e após, se dedica ao estudo de história.

Pode-se observar a importância da História na vida do autor, através da tese de doutorado de Gracinea Oliveira, intitulada “Edição e estudo da novela Statira, e Zoroastes, de Lucas José D'Alvarenga” quando ela afirma, “[...] segundo ele, a História mostra que a ambição e o egoísmo são a causa da ruína dos impérios. [...] É um tribunal infalível a que todo homem, independentemente de sua posição social e de seu nascimento, é submetido.” (OLIVEIRA, 2016, p. 144). Percebemos, portanto, que é possível haver elementos de sua convicção expostos através das proclamações da Rainha da Lícia, personagem de destaque em “Statira, e

¹ Graduanda do 4º ano de História do Centro Universitário do Sagrado Coração em Bauru-SP. Projeto de pesquisa desenvolvido no curso de Teoria da História, na qual a graduanda realizou na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), na categoria aluno especial, com orientação da Professora Bruna Schulte Moura. E-mail: lari.ap_ramos@hotmail.com.

Zoroastes”.Apresentando uma descrição detalhada quanto às suas qualidades, feitos, e reflexões, “Statira e Zoroastes” é, para além da primeira história de ficção do período anterior ao do romance nacional e da primeira história brasileira à *clef*², um conto sobre as mulheres. Vale destacar também aquela que a narrativa homenageia, a S. M. Maria Leopoldina, de Áustria (1797-1826), Imperatriz do Brasil, que como cônjuge de D. Pedro I do Brasil (1798-1834), representa para o autor Lucas José de Alvarenga (1768-1831) “o particular motivo de imprimir-se essa Novela, o seu contexto, e objeto, a analogia, que tem com as de V. M. as mais sublimes virtudes da princesa heroína; tudo isto me inspirou a lembrança de a Dedicar a V.M.I.” (ALVERENGA, 2013: n.p.)

Segundo Guilherme Samiento da Silva (2009, p.40)³,

Não quis Alvarenga descer dos degraus sobre os quais poderia chegar muito próximo dos ouvidos da rainha e sussurrar conselhos em forma de fábula, conduzindo sua imaginação a um matriarcado utópico nos confins do planeta, reino de mulheres aferradas heroicamente aos princípios da ilustração. Provavelmente intentava com isso conseguir o comprometimento definitivo da esposa de D. Pedro I aos princípios constitucionais, já que a volubilidade emocional do Imperador, que em 1823 dissolvera o parlamento e acabara com a liberdade de imprensa, poderia interromper novamente os percursos do Brasil até uma segura porção de liberalismo político.

Com relação à narrativa e às personagens femininas melhor elaboradas pelo autor, primeiramente, é indiscutível o destaque oferecido à Princesa da Pérsia, que mesmo não sendo nomeada, demonstra para além de todas as qualidades a ela designadas, uma

² *Roman à clef*, ou *roman a cle* é expressão francesa cuja tradução aproximada é “romance com chave”, e designa a forma narrativa na qual o autor trata de pessoas reais por meio de personagens fictícios.

³ SILVA, Guilherme Samiento da. Dinâmica das almas. Fantasmagoria romântica no Brasil (1830-1850). 2009. 336 f. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

considerável autoridade sobre seu destino, inclusive quanto a seu esposo, que adere aos seus objetivos de viajar pelo mundo a fim de encontrar as coisas notáveis de diversos países. Conforme aponta Oliveira (2016, p. 183), “é importante, também, registrar que a mulher é quem desencadeia a narrativa – tanto a primeira quanto a segunda, visto que é ela o sujeito da história, aquela que faz as escolhas. [...]”

Depois dela, retrata-se Statira por meio da narrativa de Zoroastes. Esta é descrita à primeira vista como uma criatura tão superior a seus olhos que nem um príncipe como ele se atreveria a chegar aos seus pés. No início da narrativa, Statira juntamente com seu pai, “um velho Brâmane⁴” situam-se entre as Vestais⁵, disfarçando sua verdadeira identidade como nobres pertencentes ao reino da Lícia. O motivo do disfarce, será abordado por Zoroastes apenas ao decorrer da narrativa.

Quanto a mãe de Statira, a Rainha, são muitas as considerações que devem ser ressaltadas, mas inicialmente, voltemos à maneira pela qual ela chegou a determinado posto. Zoroastes afirma que, muito tempo atrás, os Lícios (ainda governados por homens), tiveram uma surpresa ao observar que muitos deles acabaram por se tornar “afeminados”. Neste mesmo tempo, declara-se guerra à Lícia, e os homens, “[...] pelos seus costumes afeminados se tinham tornado excessivamente cobardes (sic), não foram já capazes de defender a sua Pátria [...]” (ALVARENGA, 2013: n.p). E assim, acostumadas às fadigas da escravidão, como diz o autor, as mulheres tomam as armas e repelem valentemente o inimigo, tornando-se assim administradoras daquele Estado.

⁴ Membro da casta sacerdotal, a primeira do Varṇāśrama dharma ou Varṇa vyavastha, a tradicional divisão em quatro castas da sociedade hinduísta.

⁵ As vestais (em latim virgo vestalis), na Roma Antiga, eram sacerdotisas que cultuavam a deusa romana Vesta.

Por conseguinte, à líder daquelas mulheres (mãe de Statira), que possuía os maiores talentos, tanto militares, quanto civis e políticos, fora dado o título de Rainha. Por meio disso, ela imediatamente elabora a formação de uma Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa, julgadas indispensáveis por ela para a constituição de um novo governo. Deve-se atentar à sua Proclamação, que assim como Statira faria posteriormente, demonstrou ora valores retóricos, ora históricos, possuindo extensos argumentos robustos cercados de críticas, especialmente quando relacionados aos homens.

Nós, pois — continua ela —, não deveremos sofrer que esses homens imbecis, cobertos de opróbrio, [...], venham amparar-se agora da melhor parte dos saborosos frutos de nossos trabalhos gloriosos. Se nós lhes confiarmos ainda agora as mais pequenas honras e empregos, eles se prevalecerão desta oportunidade e serão os primeiros a minar a nossa reputação, a caluniar o nosso valor e a nossa glória. É preciso que estejamos altamente persuadidas que, se os homens amam as mulheres, é só pela sua própria necessidade e vantagens, pelos seus particulares interesses, e tanto quanto possam servir aos prazeres que disso lhes resulta. É, sem dúvida, que não pende mesmo da sua livre vontade o deixar de nos amar: eles o teriam já feito, se isso lhes fora possível. [...] É também uma verdade eterna, que a nossa recíproca união com os homens é da primeira necessidade para aumento e perpetuidade da Nação. Vivamos, pois, com eles, porém vivamos em guarda; [...] / **Interrogai a História: ela é a representação do passado para a instrução do futuro. O prever é o mais precioso dom de uma razão apurada, é a mais sublime parte da Política; a sua vida é o futuro; o presente é o meio de prepará-lo. [...]** (ALVARENGA., 2013: n.p, grifo nosso)

No entanto, há a formação de uma tensão naquela sociedade, que entre as diferentes opiniões sobre as alterações governamentais, destacavam-se aqueles homens, “[...] os mais ociosos e afeminados, [...]

não podiam levar à paciência que os negócios públicos [...] se arranjassem por mulheres com total independência deles— quanto maior era a sua ignorância e incapacidade o que, como vós sabeis, é tão frequente entre eles.” (ALVARENGA, 2013: n.p). Dessa maneira, a Rainha ordenou uma nova Magistratura por meio de Deusas e Protetoras do Reino, destacando a Deusa Polícia como a primeira Sentinela do Estado. E assim, tomando consigo a total responsabilidade da Nação, a mãe de Statira destaca novamente a importância da História para com os futuros feitos de seu reinado, e de como isso deve ser praticado constantemente, visando a glorificação ora dos Impérios que já ocorreram, com seus magníficos feitos, ora do seu próprio, em que a própria tece a história.

Brevemente, um dos primeiros pontos a serem destacados do romance pode caracterizar-se por meio da ideia que Alvarenga possuía da disciplina da História, influenciado pelas ideias que permearam essa disciplina no século XIX. Denise Rollemberg e Ronaldo Vaifas (2020), ao falar do fazer historiográfico no Ocidente, desde Heródoto⁶ e Tucídides⁷ na Grécia ateniense, dissertam sobre a ideia da história como *mestra da vida*, que segundo os autores, baseia-se na “narrativa histórica de um reinado, de uma guerra ou mesmo de um período como exemplo para orientar o devir. Culto à exemplaridade que a história poderia oferecer, nem tanto como conhecimento do passado, senão como guia do futuro.” (ROLLEMBERG; VAIFAS, 2020: 18). Por meio disso, observa-se que o autor além de aderir a esses princípios, fazia com que os mesmos fossem seguidos por seus personagens de destaque, neste caso, a rainha da Lícia.

⁶ Geógrafo e historiador grego, continuador de Hecateu de Mileto, nascido no século V a.C. em Halicarnasso.

⁷ Continuador de Heródoto e igualmente historiador da Grécia Antiga, escreveu a História da Guerra do Peloponeso, da qual foi testemunha e participante.

Ainda na introdução de sua obra, Alvarenga define a Independência do Brasil, ocorrida em 1822, como uma ruptura brusca, “depois da revolução do Brasil, todos neste vasto império [...] falam de Direitos Sociais, Segurança individual, Liberdade de Imprensa, Constituições, Governos representativos, etc, etc.” (ALVARENGA:, 2013). Ressaltando o fato de que, desde a vinda da Família Real em 1808, há uma defesa do constitucionalismo pela elite que aderiu à uma monarquia constitucional, não é coincidência que “Statira e Zoroastes” é, para além dos seus aspectos literários mais específicos, uma obra também de natureza política, a qual, segundo Oliveira (2016), demonstrava a importância de instruir a opinião pública para um melhor proveito e desenvolvimento em prol da Pátria.

Inclusive, a própria decisão do Príncipe Regente de convocar uma Assembleia em 1822, se torna “[...] um dos fatores que motivou a escrita da primeira versão da novela, ainda sob o nome de *A revolução*. A qual [...] pretendia ser útil à pátria e já prevenir alguns inconvenientes da atitude do Príncipe Regente ao convocar a Assembleia Constituinte.”(OLIVEIRA, 2016: 2014). Segundo Oliveira (2016), é de se destacar também que, para conseguir maior comprometimento de D. Pedro a seu novo reino e morada, alguns brasileiros como Brigadeiro Domingos Alves Branco Moniz Barreto, decidiram fazê-lo não só regente, mas Defensor Perpétuo do Brasil, o que pode ser relacionado diretamente com a mãe de Statira, que pelos seus grandes feitos, intitulou-se Defensora Perpétua do povo, convocando também uma Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa.

No entanto, para Lilia M. Schwartz e Heloísa M. Starling (2015:224), diferente das glórias da Rainha, apesar deste título, “Dom Pedro abdicou melhor do que reinou”. Ativo, afirmou que a decisão estava tomada e

encerrou o episódio: “Entre mim e o Brasil tudo está acabado e para sempre”. (SCHWARCZ; STARLING, 2015: 242).

Por fim, para além de uma boa política fundada na moral, Oliveira (2016) apresenta que “interpretar a competição e a discórdia entre homens e mulheres como metáfora dos embates entre portugueses e brasileiros à época da Independência é muito complexo, mas há pistas dessa possível relação.” (OLIVEIRA, 2013: 222), pois para a autora, D. Pedro I assim como muitos portugueses que participaram do governo no Primeiro Reinado, por vezes, manifestaram uma relação tensa com alguns brasileiros na véspera e nos primeiros anos da Independência, podendo ser este conflito representado na novela por meio do embate entre os homens e as mulheres.

Com relação a situação das mulheres no século XIX, Cunha (2014: n.p) em *As Mulheres Brasileiras do Século XIX*, apresenta uma versão – utilizada por outros autores ao falar da condição feminina neste século – bem diferente do que se observa com relação as personagens femininas do romance. Ao invés de lideranças políticas (como Statira e sua mãe, rainha da Lícia), as mulheres das classes altas deste contexto no Brasil só foram possuir o direito ao acesso à educação formal em 1827, ainda com ênfase nos estudos orientadas primordialmente às atividades domésticas. Além disso,

[...] Havia uma grande insistência desses pensamentos de que em seu cotidiano, a mulher deveria manter-se afastada da vida social e considerar a reclusão no lar como seu único e devido espaço. Dessa forma, muitas delas, principalmente das classes com mais condições financeiras, inicialmente não tinham interesse de instrução e nem de participação política na sociedade, e se por acaso houvesse, essas seriam tidas como mulheres desprezíveis, pois não enquadravam-se nos moldes conservadores que a

Igreja e muitos juristas recomendavam e faziam grandes esforços para evitar qualquer alteração na ordem social, qual queriam consolidar cada vez mais no país.⁸

Portanto, ao observar as características femininas brasileiras do século XIX apresentadas anteriormente e compará-las com as personagens de Alvarenga, observa-se uma dificuldade em achar características em comum, dado que as personagens de Alvarenga se apresentam como líderes políticas, enquanto a maior parte da população feminina do período brasileiro não se insere nesse âmbito ou sequer possuía algum tipo de representação. Portanto, para além do recorte das temáticas, ampliando a análise para os conflitos políticos propriamente, deve-se primeiramente refletir quanto a maneira de analisar essa novela como fonte histórica, assim como suas especificidades internas e externas.

Segundo o artigo *História e Literatura: Algumas considerações (2010)*, de Valdeci Rezende Borges, a relação entre essas duas disciplinas mostra-se entrelaçada a partir do momento em que o historiador utiliza, por meio da história cultural, a literatura como fonte documental capaz de expressar sentimentos e relações de força inseridos no contexto de quem a escreve. Seu diálogo com a realidade também pode visar a aceitação do autor sobre um fato que está ocorrendo, ou uma proposta implícita ou explícita de outra maneira de se realizar aquele feito, bem como observa-se nas considerações de Alvarenga com relação à monarquia constitucionalista de Dom Pedro I, assim como de vários grupos da elite. Para Borges,

⁸ CUNHA, Karolina Dias da. As Mulheres Brasileiras do Século XIX. ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DO GT – GÊNERO/ANPUH, 2014.

No universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico. [...] ela – a literatura – dialoga com a realidade a que se refere de modos múltiplos, como a confirmar o que existe ou propor algo novo, a negar o real ou reafirmá-lo, a ultrapassar o que há ou mantê-lo. Ela é uma reflexão sobre o que existe e projeção do que poderá vir a existir; [...] (BORGES, 2010: 98-99)

A maneira como a sociedade brasileira é refletida no conto “Statira e Zoroastes” apresenta, no mínimo, uma forma singular de abordar as questões reais por meio da ficção. Segundo Oliveira, citando Souza⁹, para além deste conflito em específico, outras temáticas do contexto foram evocadas por Alvarenga. É de se destacar, no contexto em que o romance foi escrito, o caráter contraditório de D. Pedro I na política, que mesmo se mostrando condizente a um governo constitucional e liberal, praticava por vezes medidas autoritárias e despóticas, como “prisões, deportações, cerceamento à crítica da imprensa, vigilância ou espionagem policial [...]”. Para além, Silva (2009)¹⁰, retoma algumas questões cruciais para o autor, como a influência das ideias iluministas que estavam em voga no período,

Por seu comprometimento com as luzes, o princípio norteador de Statira e Zoroastes, o eixo central da novela, habitou, sobretudo, a primeira metade do livro, na qual se desenvolveram todas as idéias de Alvarenga sobre o

⁹ (SOUZA, 1972, t. II, p. 98 *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 218)

¹⁰ SILVA, Guilherme Samiento da. Dinâmica das almas. Fantasmagoria romântica no Brasil (1830-1850). 2009. 336 f. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

governo constitucional. Ali, na sociedade de coloratura utópica governada pela amazona Statira, teve a oportunidade de construir uma dinastia de mulheres comprometidas com o liberalismo político – a Lícia. Tudo nesta novela aspirava ao melodrama, e se um resumo do enredo fosse tentado, a impressão seria de que a obra realmente fosse algo do gênero. Acessando os detalhes da trama, entretanto, as peripécias e os sentimentos das personagens acabaram refreados na racionalidade ilustrada do escritor. (SILVA, 2009:42)

De acordo com Lilia M. Schwarcz e Heloísa M. Starling (2015) há uma série de conflitos acumulados desde 1830, representando uma onda revolucionária em solo europeu, despertando os liberais brasileiros contra o caráter absolutista do governo, e do outro, o assassinato do jornalista Libero Badaró, o que “acirrou mais os humores da imprensa e da população”. (SCHWARCZ; STARLING, 2015: 240). E assim como a realidade, o mundo ficcional da Lícia através de um decreto publicado pela Rainha, também optava por restringir alguns direitos e liberdades individuais caso a segurança geral estivesse em risco, e através disso, exigia o sacrifício individual de cada cidadão em prol à um objetivo maior.

Ainda com relação à imprensa, é deveras importante destacar a pouca simpatia por parte de D. Pedro I a esse veículo, conflito que também serve como tema à novela através de alguns jornalistas que resolveram tecer críticas aos procedimentos do Magistrado e da Deusa Polícia. Ainda em prol a liberdade de imprensa, a Rainha da Lícia, todavia, apresenta uma única restrição caso haja excessos no uso dessa liberdade, fazendo com que o mesmo seja considerado um crime e, por conseguinte, penalizado. (ALVARENGA *apud* OLIVEIRA, 2013). No romance, o autor expõe essa questão da seguinte maneira,

Os Periodistas, Jornalistas, que apareceram, como em aluvião, em consequência da Liberdade de Imprensa, que a rainha ultimamente concedera, cuidavam, que fariam fortuna com a franqueza de poder intrigar à sua vontade, e confundir tudo com seus escritos; e estavam contentíssimos com a lisonjeira esperança de por este meio ganhar sua causa. [...] Ela, pelo contrário conhecia evidentemente, e dizia que a liberdade da Imprensa não é senão a publicidade garantida; que esta liberdade é o único apoio infalível de tal publicidade. [...] Foi debaixo destes, e outros muitos princípios, que a Rainha permitiu francamente a liberdade da imprensa com a única restrição de responsabilidade pelos excessos, especificando casos, e declarando o Juízo competente, que criou de propósito, para se verificar ali o crime, e impor-se a pena. (ALVARENGA, 2016: n.p)

Dessa forma, a partir dos exemplos citados, mostra-se a importância da pesquisa e estudo sobre as questões abordadas anteriormente, assim como, oferece margem para mais estudos sobre as terras tupiniquins de Dom Pedro I no século XIX por meio dos literatos, que a observavam e expressavam suas ideias por meio da ficção. Sobre isso, Borges (2010) também ressalta a importância da problemática da distinção entre história e ficção, que a partir dos teatros do século XVI e XVII, e do romance do século XIX, fora ofuscada por meio da apropriação do passado, dos documentos e das técnicas da disciplina histórica por meio da literatura. Como diz ela (2010:100), “cabe à investigação histórica realizar uma historicização da especificidade da literatura, reconhecer as fronteiras diversas, conforme as épocas e lugares, entre o que é literatura e o que não é; [...]”

Após essa breve exposição, observa-se duas questões fundamentais na obra de Alvarenga: o destaque e a independência de suas personagens femininas, demonstrados principalmente por meio de sua autoridade

política; e o engajamento do próprio autor na política do início do século XIX, que utilizava de sua narrativa possivelmente para expressar sua opinião. Logo, este trabalho discute como o autor projeta nestas personagens femininas uma série de características que não pertenciam às mulheres naquele período e sociedade, e também, que talvez, a ação dessas personagens represente uma alegoria sobre as questões políticas de seu tempo.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Lucas José de. *Statira, e Zoroastes. Classicos da Hiperliteratura Livro 73. OBLIQ*, 2013.
- CUNHA, Karolina Dias da. *As Mulheres Brasileiras do Século XIX. ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DO GT – GÊNERO/ANPUH*, 2014.
- OLIVEIRA, G. I. (2013). Edição e estudo da novela *Statira, e Zoroastes*, de Lucas José D'Alvarenga. (Tese de Doutorado). Acessado no Repositório UFMG. (Acesso em <http://hdl.handle.net/1843/LETR-AHXM9W>)
- ROLLEMBERG, D.; VAINFAS, R. Juízo e verdade histórica no discurso historiográfico. *rth* |, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 13–44, 2020. DOI: 10.5216/rth.v23i1.64710. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/64710>. Acesso em: 7 abr. 2021.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Biografia como gênero e problema”. In: *História Social*, n. 24, primeiro semestre de 2013, p. 51-73.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Brasil: uma biografia*. [S.l.: s.n.], 2015.
- SILVA, Guilherme Samiento da. *Dinâmica das almas. Fantasmagoria romântica no Brasil (1830-1850)*. 2009. 336 f. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

6

O CONCEITO DE CLÁSSICO NA EDIÇÃO PRINCEPS DE *RAÍZES DO BRASIL*

André Augusto Abreu Villela ¹

INTRODUÇÃO

Passado mais de 80 anos desde seu lançamento, a pergunta que se faz é, *Raízes do Brasil* é um clássico de nascença, ou veio a se tornar com o passar dos anos? Esse questionamento ainda gera discussões no campo historiográfico, mas é quase consenso no campo dos especialistas em historiografia brasileira que o livro lançado em 1936, veio a se tornar um clássico após várias edições, e várias “mutações” sofrida ao longo dos anos. Vindo a se firmar como tal, somente na quinta e última edição, com o famoso prefácio de Antonio Candido, lançado no ano de 1969, dando solidez e um maior significado a obra. Segundo Lilia Schwarcz, esse foi um livro que sempre “assombrou” Sérgio Buarque, tendo o mesmo, predileção por *Visão do Paraíso*. A recepção da primeira edição não foi engajada ou festejada, pelo contrário, sofreu duras críticas, desconstruindo a ideia de Candido de ser um clássico de nascença, sendo inclusive mal interpretada, e sendo celebrada por entusiastas e intelectuais do Estado Novo de Vargas, como Cassiano Ricardo por exemplo. Dessa forma, Candido acabou construindo uma narrativa, ou até mesmo um “cânone” em torno de *Casa Grande e*

¹ Graduado em História e Ciências Sociais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH. E-mail: andrevillela2000@hotmail.com.

Senzala, Raízes do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo de Caio Prado Júnior.

Segundo Fábio Franzini, é também sintomático que o próprio Antonio Candido tenha se manifestado nos últimos tempos contra o estabelecimento desse paradigma, ou pior, de um cânone, a partir de suas palavras. Segundo ele, isso ocorreu a sua revelia e em função da incompreensão de seu texto, pois como declarou ao jornal *Folha de São Paulo* por ocasião dos 70 anos de *Raízes do Brasil*, nunca negou tratar-se “de um relato pessoal de influências”, muito menos haver “livros tão importantes antes e depois dessa tríade nascida sob o governo de Getúlio Vargas”. Algo óbvio sem dúvida, mas que não o impediu de “ter sido cobrado até por pessoas de responsabilidade pela ausência deste ou daquele livro no suposto panteão do pensamento social brasileiro. (FRANZINI, 2011). Abaixo o aclamado prefácio de Antonio Candido, publicado na versão definitiva de *Raízes do Brasil*, como brincou o próprio Sérgio Buarque, dizendo que o prefácio trouxe “sorte” ao livro.

Os homens que estão hoje um pouco pra cá ou um pouco pra lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado e em função de três livros: *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo. (CANDIDO, 2011, p.9).

CASA GRANDE E SENZALA E RAÍZES DO BRASIL, SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Muitos se discute se *Raízes do Brasil* fosse uma resposta a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, lançado no ano de 1933, composto por cinco capítulos que, estendendo-se na edição original por 517 páginas, onde o autor irá tecer elogios a colonização portuguesa nos trópicos, “romantizando” a escravidão, criando assim um mito que perduraria por muitos anos, o da *Democracia Racial*, tese essa ferrenhamente combatida pelos sociólogos da USP, principalmente na figura de Florestan Fernandes. Ressaltando que a miscigenação é um tema também recorrente por toda a obra. Freyre nascido em família aristocrática, de linhagem de senhores de engenho, era um otimista em relação a colonização brasileira, olha para trás, sente saudades e nostalgia daquele Brasil colonial, quando em 1888 estabelecia-se uma revolução no Brasil, lenta como diz Sérgio Buarque de Holanda, porém importante na consolidação de uma identidade nacional formada na libertação do Brasil de Portugal.

Se a data da Abolição marca no Brasil o fim do predomínio agrário, o quadro político instituído no ano seguinte quer responder a conveniência de uma forma adequada a nova composição social. Existe um elo secreto estabelecendo entre esses dois acontecimentos e numerosos outros uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que rigorosamente, temos experimentado em toda nossa vida nacional. (HOLANDA, 2011: 171).

O livro de Sérgio Buarque (não a primeira versão, que em si carregava um tom mais conservador e menos democrático) mas a segunda versão de 1948, era exatamente a antítese do de Freyre, via com maus olhos a colonização e criticava duramente a figura do colonizador

português. Porém ambos celebram a vocação colonizadora do português, sua plasticidade para se moldar aos trópicos, seu hibridismo. Segundo Pedro Monteiro, embora *Casa Grande e Senzala* seja o livro mais conhecido de Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, publicado em 1936, é a referência fundamental para a compreensão do processo de urbanização e do declínio do patriarcalismo no Brasil. *Raízes do Brasil* se constrói sob a marca do conflito: entre o indivíduo e a família, a pólis e o sujeito, o cidadão e o Pai, entre Creonte e Antígona. Já *Sobrados e Mucambos* se constrói sob a marca da conciliação, do equilíbrio e da acomodação. São todas questões de ordem política, que entanto não se separam. (MONTEIRO, 2015).

A abertura da primeira edição de *Raízes do Brasil* corrobora com o otimismo de Freyre, dicções diferentes, porém afinadas ao mesmo tom fundamentalmente positivo. Cabe ressaltar que Sérgio Buarque estará escrevendo essa obra sobre forte influência da sociologia weberiana e autores conservadores alemães, enquanto Freyre, inspirado principalmente na Antropologia de Franz Boas. Assim Freyre descreveu seu professor e orientador, enquanto aluno da Universidade de Columbia em Nova York, a separação entre raça e cultura, em um contexto de crescente racismo e teorias eugênicas pelo mundo.

O professor Franz Boas é a figura de mestre de que me ficou até hoje maior impressão(...). Foi o estudo de Antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. (FREYRE, 2002:7).

Sérgio Buarque, já na segunda edição de *Raízes do Brasil*, lançado em 1948, três anos após o lançamento de *Monções*, irá ressaltar logo no prefácio, a mudança radical que se operou em sua obra, doze anos após o lançamento da primeira edição. É quase certo do ponto de vista ideológico, que o autor modificou suas posições políticas ao longo de sua trajetória intelectual. Sua estadia na Alemanha, e leituras de Nietzsche e Carl Schmitt, pressupõe um pensador com ideias antiliberais, e até admirador e entusiasta de um estado autoritário. O próprio Sérgio declararia anos mais tarde: “Naquela época (da juventude) eu tinha uma certa inclinação monarquista”. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 19 DE MAIO DE 1977).

Já na segunda versão, publicado doze anos após a primeira, a visão de Sérgio Buarque parece ser mais republicana e democrática, chegando a afirmar “A democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido”. (HOLANDA, 2011). A partir de então, o autor passa a ser um teórico da democracia, trabalhando muito sobre a questão do público e privado, patrimonialismo, desse ponto em diante o autor passa a adotar o conceito de cordialidade, onde as relações no Brasil segundo Sérgio, são marcadas mais pela esfera afetiva e sentimental do que propriamente pela racionalidade, o próprio intelectual assim definiu, “o homem cordial é a expressão de um fundo emotivo, extremamente rico e transbordante”.

Sérgio Buarque não faz apologia a esse homem cordial, e nem o coloca no melhor dos mundos, pelo contrário, ele previne que “a vida em sociedade para o brasileiro, é de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente de viver consigo mesmo”. E continua seu raciocínio: “Ele é antes um viver nos outros”, e parafraseia Nietzsche citando Assim Falava Zaratustra quando diz: “Vosso mau amor

de vós mesmos vos faz do isolamento um cativoiro”. Em carta a Cassiano Ricardo, em um gesto extremo, Sérgio Buarque faz questão de “matar” o homem cordial, sugerindo que a industrialização e a urbanização martelariam o último prego no caixão daquele pobre defunto. Segundo Renato Ortiz, Sérgio Buarque de Holanda, juntamente com Caio Prado Júnior, eram representantes dessa nova sociedade brasileira que se descortinava a partir dos anos de 1930 no Brasil, eram a antítese do pensamento conservador e reacionário de Gilberto Freyre.

A meu ver, Sérgio Buarque e Caio Prado Júnior estão na origem de uma instituição recente da sociedade brasileira, a universidade. Neste sentido eles são fundadores de uma nova linhagem, que busca no universo acadêmico uma compreensão distinta da realidade nacional. Não é por acaso que a USP é fundada nos anos 1930; ela corresponde a criação de um espaço institucional onde se ensinam técnicas e regras específicas ao universo acadêmico. Gilberto Freyre representa o ápice de uma outra estirpe, que se inicia no século anterior, mas que se prolongou até hoje como discurso ideológico. Sérgio Buarque e Caio Prado Júnior significam rupturas não tanto pela qualidade de pensamento que produzem, mas sobretudo pelo espaço social que criam e que dá suporte as suas produções. Gilberto Freyre representa continuidade, permanência de uma tradição, e não é por acaso que ele vai produzir seus escritos fora desta instituição “moderna” que é a universidade, trabalhando numa organização que segue os moldes dos antigos Institutos Históricos e Geográficos. (ORTIZ, 1985: 40,41).

Cabe ressaltar que durante o período de reescrita de *Raízes do Brasil*, Sérgio também já estava trabalhando na escrita de outro livro fundamental em sua bibliografia, *Caminhos e Fronteiras*, publicado originalmente em 1957. É certo que no final dos anos 40, e começo dos anos 50, Sérgio estava em várias frentes de trabalho como citado acima, inclusive sendo convidado a integrar um projeto varguista, de criação

de várias cátedras de ensino de História brasileira ao redor do mundo, com a chamada crise das potências europeias no pós-guerra, essa chamada “fase italiana” de Sérgio irá durar de 1952 a 1954, como professor da Universidade de Roma.

Segundo Thiago Lima Nicodemo, Lucien Febvre conhecia Sérgio Buarque de Holanda desde os finais dos anos de 1940. Em uma carta de 15 de dezembro de 1948, o historiador francês convidou-o para ministrar um trimestre de curso na Universidade de Sorbonne, em Paris. O convite ocorreu por indicação de Fernand Braudel, líder da segunda geração dos *Annales*, que já vinha se comunicando com o historiador nos meses anteriores, e que conhecera durante o período em que havia lecionado na recém fundada Universidade de São Paulo, que viera junto a outros historiadores e antropólogos franceses, na chamada “Missão Francesa”, principalmente na fundação da USP e da Universidade do Distrito Federal, no qual Sérgio Buarque fora professor junto a outros jovens intelectuais, sendo extinta durante o Estado Novo Vargasista. Braudel reagia, provavelmente, a uma tentativa de aproximação, pois na carta o historiador francês agradecia pelo envio da segunda edição de *Raízes do Brasil*, que havia sido publicado no início de 1948, comentava uma indicação de pesquisa em arquivos e o convidava para o congresso de história da colonização. Segundo a cronologia escrita por sua esposa, Sérgio Buarque voltou a Paris ainda no mesmo ano para participar de outras três reuniões de comitês da Unesco. (NICODEMO, 2014: 134).

Segundo Joao Kennedy Eugênio, foram inseridos cerca de 116 novos parágrafos de uma edição para a outra, o que corresponde a um acréscimo da ordem de um terço do texto, que no geral, podem se relacionar como uma insatisfação com generalidades e um desejo de se

aproximar do discurso de um historiador profissional. Sobretudo, há uma mudança de tom do livro, a mudança que só se completa com a terceira edição da obra. (EUGÊNIO, 2011). Importante salientar que, Sérgio Buarque de Holanda era formado em Direito, tendo exercido sua profissão somente uma única vez, no ano de 1927, *Raízes do Brasil*, irá representar uma mudança significativa na vida de Sérgio Buarque, de um crítico literário e cronista, irá se converter em um historiador profissional, principalmente em seus anos de estadia na Alemanha, onde irá entrar em contato com autores como Meinecke, Simmel, Nietzsche, Weber entre outros, mudando assim completamente sua escrita, interpretação dos fatos, e o modo de se fazer história. Maria Odila definiu bem essa mudança no paradigma de escrita de Sérgio, “As inovações de estilo narrativo são óbvias(...). O historiador jogou com a contextualização das palavras em diferentes épocas e contrastou a movimentação da narrativa com ritmos de tempo que pretendia decifrar no passado”. (DIAS, 2002).

Sérgio Milliet em 1964 afirmava que Sérgio Buarque representava uma ponte entre duas gerações, o primeiro o ensaísta das crônicas nos jornais e revistas e colaborador das revistas modernistas *Klaxon* e *Estética* nos anos de 1920. O segundo o que escreve *Raízes do Brasil* já na década seguinte, passando de escritor a historiador profissional, ainda que o livro não representasse ainda toda maturidade de um Sérgio Buarque de Holanda, como já na sua terceira fase, nos anos de 1950, como escritor de clássicos para a historiografia brasileira como *Caminhos e Fronteiras* e *Visão do Paraíso*. Maria Odila novamente de forma assertiva, assim como Milliet, irá dizer que Sérgio Buarque foi um homem ponte entre os intelectuais da “rua” e os das “instituições”. Ela afirma: “Pesquisador solitário em grande parte de sua vida, quis a todo

custo acreditar que a universidade era o meio profícuo para institucionalizar as condições necessárias para o estímulo à pesquisa. (DIAS, 1994: 274).

Em 1936, quando publica *Raízes do Brasil*, cujo teor político denunciava as permanências das raízes ibéricas e era uma verdadeira provocação, na ante-sala do Estado Novo ao conservadorismo e ao totalitarismo das elites brasileiras naquele momento. (COSTA, 2004). Já na segunda edição lançado em 1948, parece evidente que a revisão do tom político da obra tem relação com a conjuntura posta em seu presente, no contexto do pós-Segunda Guerra e pós-Estado Novo. Assim Sérgio Buarque fez prevalecer os vieses democráticos e antifascistas do livro. (EUGÊNIO, 2011). O ponto central e nevrálgico do livro, era denunciar a permanência da oligarquia na república.

O CONTEXTO E A CONSTRUÇÃO DO LIVRO

Segundo o próprio Sérgio Buarque, *Raízes do Brasil* começou a ser escrito nos dois anos em que permaneceu na Alemanha, como corresponde dos Diários Associados de Chateaubriand. Antonio Candido sempre afirmou que era um livro “meio alemão”, e que foi escrito na perspectiva de se explicar as raízes da concepção do Brasil a um estrangeiro. Sérgio nutria um projeto de escrever um ensaio histórico-sociológico intitulado *Teoria da América*, que na Alemanha, começou a ganhar forma e corpo. Quando voltou ao Brasil, trouxe um calhamaço de 400 páginas de manuscritos, que anos mais tarde já lapidado se tornaria *Raízes do Brasil*.

Importante salientar o contexto dos anos em que Sérgio viveu em Berlim. Era um período entre guerras, ascensão de movimentos

totalitários pela Europa, como o nazifascismo, que propunha uma ruptura profunda com o passado, acompanhando ainda os agitados anos da República de Weimar, e um clima pesado de revanchismo entre as nações europeias. Em artigo publicado pelo *O Jornal*, em 1930, intitulado *Nacionalismo e Monarquismo na Alemanha (Hitler, o nacionalismo Prussiano e o fascismo de Mussolini – Sul contra o Norte – Como se fez o partido Nacional Socialista)*, Sérgio Buarque traz uma reportagem mostrando a escalada vertiginosa do nazifascismo, e como o partido Nacional Socialista de Hitler estava angariando cada vez mais uma quantidade enorme de votos, mostrando como os teóricos racistas, tiveram um peso importante na chegada dos nazistas ao poder, assim descreveu Sérgio ainda em 1930, em reportagem enviada ao Brasil.

Tudo nesse país depende principalmente de uma base ideológica, de uma visão de mundo, ele não era certamente um teórico, mas não era difícil encontrar um pensador de acordo com os princípios que se propunha conduzir a vitória. Assim como os marxistas tinham Marx, os nacionalistas adotariam Alfred Rosenberg com seu livro *Das Dritte Reich* (O Terceiro Império), além disso, obras de alguns pensadores políticos ou não, de brochuras populares sobre o antissemitismo, a Igreja Católica, e a livre Maçonaria, completam a biblioteca indispensável, de um adepto de Hitler. O indiscutível é que a facção de Hitler, constitui a única agremiação partidária nacionalista em um progresso crescente na Alemanha atual, as próximas eleições do Reichstag, dirão até que ponto os últimos acontecimentos, tem contribuído para esse progresso. (O JORNAL, 1930)

Antes da publicação original de *Raízes do Brasil*, ele foi publicado como um esboço, na revista *Espelho*, em março de 1935, em um extenso artigo chamado *Corpo e Alma do Brasil: ensaio da psicologia social*, o que serviu como uma síntese para a obra completa que viria a ser publicado um ano depois. Sérgio Buarque começa o artigo discorrendo sobre

Ribeiro Couto e a famosa tese do Homem Cordial, por ele formulada, em um artigo publicado em 1932, na revista *Monterrey: Correio Literário de Alfonso Reyes*, chamado “*El hombre cordial, producto americano*”. Sérgio começa o artigo dizendo: “O sr. Ribeiro Couto teve uma fórmula feliz quando disse que a contribuição para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o homem cordial”. (REVISTA ESPELHO, 1935). E termina o artigo fazendo um elogio a monarquia brasileira e ao poder moderador: “Assim, a monarquia brasileira trazia em si alguns elementos verdadeiramente afirmativos e construtivos, e havia certa grandeza no ideal que se propôs. Hoje somos apenas um povo endomingado. Uma periferia sem o centro”.

Finalmente no ano de 1936 veio a primeira edição de *Raízes do Brasil*, publicado pela coleção “Documentos Brasileiros”, da editora José Olympio, coleção essa coordenada por Gilberto Freyre, que escreveu o prefácio de cinco páginas, assim inaugurando a publicação de *Raízes do Brasil*.

Os organizadores desta coleção foram ainda felizes podendo fazer do trabalho de Sérgio Buarque de Holanda o seu volume número 1. O escritor paulista é uma daquelas inteligências brasileiras em que melhor se exprimem não só o desejo como a capacidade de analisar, o gosto de interpretar, a alegria intelectual de esclarecer. Quando apareceu há dez anos ou doze anos, ao lado de Prudente de Moraes, neto – talvez a vocação mais pura de crítico que já surgiu entre nós – foi logo revelando as qualidades e o gosto, que agora se afirmam vitoriosamente. (FREYRE, 1936).

Observa-se que Gilberto Freyre foi o prefaciador da primeira edição de *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, ao mesmo tempo que pareciam tão antagônicos, ao mesmo tempo tão próximos em se tratando de historiografia brasileira, embora de lados opostos em se

tratando de interpretação do que era o Brasil para ambos. A trilogia de Freyre sobre a interpretação do Brasil se constitui em *Casa Grande e Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936) e por último *Ordem e Progresso* (1959). A respeito dessas obras, já em 1951, Sérgio Buarque irá escrever um artigo no *Jornal Correio da Manhã*, no qual discorre sobre a importância da obra de Freyre para se entender a interpretação do Brasil, mesmo tendo uma visão muitas vezes antagônica, Sérgio nutria uma amizade e respeito pela obra do intelectual e amigo Gilberto Freyre.

Novo e generoso impulso aos estudos interpretativos, com base em amplo material histórico, deu-o o Sr. Gilberto Freyre, a partir de 1933, com a publicação de *Casa Grande e Senzala*. Um conhecimento extenso do passado rural, sobretudo de seu nordeste, orientado pelo estímulo que lhe forneceram os métodos difusionistas desenvolvidos por Franz Boas e seus discípulos norte-americanos, e por numerosos estudos norte-americanos e europeus sobre contatos sociais e miscigenação, abriu-lhe perspectivas ideais para abordar nossa formação histórica. Para isso, tomou como ponto de partida o triângulo representado pela família patriarcal, a grande lavoura e o trabalho escravo, analisando suas repercussões sociais em uma série de estudos cujo último volume ainda se encontra em preparo. (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 15 de julho de 1951).

Hermano Vianna, em seu livro intitulado *O Mistério do Samba*, onde o autor de forma brilhante, resgata esse encontro acontecido na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1926. Onde se encontraram Freyre, Sérgio Buarque, Prudente de Moraes, neto, Donga, Pixinguinha e Villa-Lobos. Encontro esse articulado por Manuel Bandeira, outro pernambucano, um dos lumiares da cultura de Recife assim como Freyre, foi o responsável por fazer essa “ponte” entre os intelectuais cariocas. Sendo a primeira vez que Freyre conhecia a capital da república. O próprio Freyre anos mais tarde relataria esse encontro ainda na sua mocidade:

“Mais de uma vez amanhecemos, bebendo chope, em bares tradicionalmente cariocas, ouvindo os para nós brasileiríssimos e como que mestres, além de amigos, da cultura brasileira, Donga, Patrício e Pixinguinha”. (FREYRE, 1987). Para Freyre, Sérgio Buarque, seu amigo, “não seria apenas um erudito de gabinete, mas permaneceria sensível ao que lhe chegasse aos ouvidos pela música popular brasileira ou pela memória de infância”.

O encontro juntava dois grupos bastante distintos da sociedade brasileira da época. De um lado, representantes da intelectualidade e da arte erudita, todos provenientes de “boas famílias brancas” (incluindo Prudente de Moraes Neto, que tinha um avô presidente da república). Do outro lado, músicos negros ou mestiços, saídos das camadas mais pobres do Rio de Janeiro. De um lado dois jovens escritores Freyre e Sérgio, que iniciavam suas pesquisas que resultaram nos livros *Casa Grande e Senzala* e *Raízes do Brasil*, obras fundamentais na definição do que seria o brasileiro no Brasil. A frente deles, os músicos Pixinguinha, Donga e Patrício Teixeira, definiam a música que seria, também a partir dos anos 30, considerada como o que no Brasil existe de mais brasileiro. (VIANNA, 1995:20).

O certo é que a primeira edição de *Raízes do Brasil* não engrenou como esperado, gerando mais dúvidas do que propriamente respostas como pretendia o livro. Segundo Conrado Pires de Castro, o jornalista Múcio Leão (1898-1969), diz que Sérgio parecia incorrer em contradições ao “sustentar, sem nenhum propósito possível de paradoxo”, apreciações deliberadamente reticentes e ambíguas, atendo-se apenas aos “lineamentos essenciais” dos “modos de pensar republicano”, “liberal-democrata” e das “tirantias”. Já na percepção de Oscar Mendes, o caráter inconclusivo do ensaio conferia ao trabalho de Sérgio Buarque um aspecto mais negativista, mais céptico, mais dubitativo, que

restaurador e construtivo. Não diz o que quer e o que acha conveniente e aconselhável, obrigando a gente a formular uma grande interrogação. Será o sr. Sérgio Buarque um daqueles intelectuais “que se alimentam, ao mesmo tempo, de doutrinas dos mais variados matizes”, sustentando, “simultaneamente, as convicções mais díspares”? Ou terá alguma “raiz” mais vigorosa para sustentar a árvore, ou pretende revigorá-la, infundindo seiva nova, com “um galho” estrangeiro, prudente ou violentamente enxertado? (CASTRO, 2016). Assim escreveu Múcio Leão ao *Jornal do Brasil*, logo ao lançamento do livro.

[...] Seu pensamento, em tal campo, me parece cheio de contradições. Em uma das páginas do livro, faz ele observar que o brasileiro tem a tendência a aceitar as ideias mais díspares, associando, em seu espírito, convicções e preceitos que, no espírito de qualquer outro povo, serão os inimigos mais ferrenhos. Parece-me que o Sr. Sérgio Buarque de Holanda incorre um pouco em sua própria observação. Assim é que o vemos, num trabalho que aparece em apêndice no livro, combater vivamente o integralismo, a propósito do Sr. Otávio de Faria. E, entretanto, na página 158 do volume o vemos sustentar sem nenhum propósito possível de paradoxo, a vantagem das tiranias. Ouçamo-lo: “É claro que um amor humano que se asfixia e morre fora do seu circuito restrito, não pode servir de cimento a nenhuma organização humana concebida em escala mais ampla. Com a cordialidade, a bondade, não se criam os bons princípios. É necessário um elemento normativo, sólido, inato na alma do povo ou implantado pela tirania para que possa haver cristalização social. A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas invenções fraudulentas da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar”. Aí está uma maneira de falar clara e sem rebuscos. Será isso o modo de pensar de um republicano? de um liberal-democrata? Ou será, antes, a maneira de doutrinar de um discípulo de Hitler? [...] (JORNAL DO BRASIL, 1936).

A bem da verdade é que o livro demorou a deslanchar, sua consagração viria apenas em algumas edições posteriores, segundo João Eugênio Kennedy, alguns fatores foram preponderantes para que isso acontecesse. Por exemplo, a complexidade de *Raízes do Brasil* atrapalhou em muito o entendimento dos leitores, que só foram realmente entender do que se tratava o texto praticamente na quinta edição, prefaciada pelo amigo Antonio Candido; O embate com *Casa Grande e Senzala*, que desde o lançamento em 1933 já foi um sucesso arrebatador, havendo apenas um hiato de três anos de separação entre as duas obras, que praticamente versavam sobre o mesmo tema; Gilberto Freyre, em *Casa-grande & Senzala*, o faz preferencialmente através de inúmeros prefácios que acompanham as muitas edições. Mas *Sobrados e Mucambos*, cuja primeira edição é de 1936, foi refundido com acréscimo de cinco capítulos, inúmeras notas e uma importante introdução para a segunda edição, como constata Elide Rugai Bastos (2012). O longo processo de revisão e atualização da obra, que demorou praticamente entre a primeira e quinta edição cerca de trinta e três anos até se chegar ao produto final. São esses alguns dos fatores determinantes para a não alavancada da obra.

A mudança significativa vem com o crescente envolvimento de Sérgio Buarque de Holanda com a pesquisa histórica, ficando claro essa preocupação na sua obra *Monções* de 1945, muito na verdade incentivada pelos professores Henri Hauser e Henri Troughon, durante os anos em que Sérgio foi professor e assistente na Universidade do Distrito Federal. O próprio Sérgio declararia anos mais tarde que seu contato com esses professores o levou a ampliar seus conhecimentos; Os acréscimos, as supressões, a ampliação e a reformulação do livro também foram chave importante na consagração da obra, fato esse já

bem notado na versão de 1948, onde o mundo vivia um clima menos hostil do pós-guerra, com o fim do nazismo e do fascismo na Europa.

O Brasil vivia a partir de então um governo democrático, o que de certa forma foi algo interessante para uma nova abordagem do livro e talvez por último a carta a Cassiano Ricardo, que enriqueceu muito a terceira edição da obra. “Variações sobre o Homem Cordial”. Publicado originalmente no segundo número da revista Colégio, em 1948, e a resposta de Sérgio Buarque, “Carta a Cassiano Ricardo”, saída no número seguinte da mesma revista, também em 1948, fator preponderante para que o livro ganhasse uma feição mais acadêmica do que ensaística, traço definidor da primeira edição, onde o autor estava mudando de um crítico literário para um historiador profissional. (EUGÊNIO, 2016). Já no prefácio a segunda edição, o próprio Sérgio Buarque tenta mostrar de forma clara a mudança significativa da versão de 1936 para a de 1948.

Publicado pela primeira vez em 1936, este livro sai consideravelmente modificado na presente versão. Reproduzi-lo em sua forma originária, sem qualquer retoque, seria reeditar opiniões e pensamentos que em muitos pontos deixaram de satisfazer-me. Se por vezes tive o receio de ousar uma revisão verdadeiramente radical do texto — mais valeria, nesse caso, escrever um livro novo — não hesitei, contudo, em alterá-lo abundantemente onde pareceu necessário retificar, precisar ou ampliar sua substância. Entretanto, fugi deliberadamente à tentação de examinar, na parte final da obra, alguns problemas específicos sugeridos pelos sucessos deste último decênio. Em particular aqueles que se relacionam com a circunstância da implantação, entre nós, de um regime de ditadura pessoal de inspiração totalitária. Seria indispensável, para isso, desprezar de modo arbitrário a situação histórica que presidiu e de algum modo provocou a elaboração da obra, e isso não me pareceu possível, nem desejável. Por outro lado, tenho a pretensão de julgar que a análise aqui esboçada de nossa vida

social e política do passado e do presente não necessitaria ser reformada à luz dos aludidos sucessos. Sobre as mudanças simplesmente exteriores ou formais agora introduzidas no livro, cabem ainda algumas palavras. Dois capítulos, o 3 e o 4, que na primeira edição traziam um título comum — “O passado agrário” —, passaram a chamar-se, respectivamente, “Herança rural” e “O sementeiro e o ladrilhador”, denominações estas que melhor se ajustam aos conteúdos, pelo menos aos conteúdos atuais, dos mesmos capítulos. As notas complementares, ou destinadas a esclarecimento de passagem do texto, foram dispostas, de preferência, no pé das respectivas páginas. Somente as mais extensas, e que, de algum modo, podem ser lidas independentemente, ficaram para o fim dos capítulos correspondentes. Para o fim do volume foram todas as simples referências bibliográficas. (HOLANDA, 1947).

A quarta edição da obra viria a ser publicada no ano de 1963, pela Editora da Universidade de Brasília, mais uma vez é revista, mas não ampliada, e possui o acréscimo de um prefácio de três páginas de Antonio Candido. Por fim, em janeiro de 1969, é publicado a quinta e definitiva edição, novamente pela editora José Olympio, novamente na mesma coleção de 1936, “Documentos Brasileiros”, porém agora dirigida por Afonso Arinos de Melo Franco. Cabe ressaltar que *Raízes do Brasil* recebeu versões em italiano, em 1954, e para o espanhol em 1955, em japonês a primeira versão remonta ao ano de 1971, em alemão em 1995, e finalmente em francês no ano de 1988. (ROCHA, 2011).

CONCLUSÃO

Segundo João Kennedy, *Raízes do Brasil* não pode ser considerada uma obra uníssona, e que geralmente costuma fugir das definições rígidas do campo historiográfico. Mas não se pode perder de vista que o que está em jogo é a percepção do processo de adaptação do europeu e

sua conversão em algo novo. Esse novo segundo ele, são a nacionalidade, a cultura e a sociedade brasileira. *Raízes* não só tende para pensar esse produto como positivo, mas sobretudo para encará-lo como acabado, no sentido em que a nacionalidade brasileira está relativamente construída, pronta. Se não pronta, determinada organicamente por suas forças e potencialidades históricas. Portando pode-se dizer, que *Monções e Caminhos e Fronteiras* aprofundam um dos temas centrais de *Raízes do Brasil*, que é de compreender o resultado da história de adaptação do europeu ao novo mundo. Sendo assim, as versões subsequentes da obra, como a edição de 1948, parece evidente que a revisão do tom político da obra tem relação com a conjuntura posta em seu presente, no contexto do pós-guerra e pós-Estado Novo. (EUGÊNIO, 2011).

Segundo Francisco Iglésias, o melhor da crítica a respeito, é o notável ensaio de Antonio Candido, “O significado de *Raízes do Brasil*”, usado como prefácio em todas as edições desde então. Como cita Candido “No tom geral, uma parcimoniosa elegância, um vigor de composição escondido pelo ritmo despreocupado e às vezes sutilmente digressivo, o que faz lembrar Simmel e nos parecia um corretivo a abundância nacional”. O ensaio assinala com justeza, no período anterior, as matrizes desse pensamento: “O seu respaldo teórico prendia-se a nova história social dos franceses, a sociologia da cultura dos alemães, a certos elementos de teoria sociológica e etnológica também inéditos entre nós”. (IGLESIAS, 1992).

Ao que parece, Sérgio Buarque ao longo dos anos, reconsiderou suas posições políticas. Se na juventude se declarava um jovem com inclinações monarquistas, conservador, e adepto de um estado forte, já no pós-guerra, e pós Estado Novo, Holanda adota posições muito

distintas daquelas de anos atrás. Alguns fatos chamam a atenção, como praticamente reescrevendo novamente *Raízes do Brasil*, adotando um tom mais democrático, e um viés menos conservador, inclusive como supracitado, limando e suprimindo parágrafos, e expurgando alguns autores e acrescentando outros. Nota-se então, uma mudança significativa nas identidades historiográficas do autor. Sérgio também foi militante do Centro Brasil Democrático desde sua fundação em 1978, juntamente com Oscar Niemeyer entre outros. Anteriormente já tinha participado também de outro partido, o PSB, fundado logo após a queda do Estado Novo, juntamente com outros intelectuais. Assim escreveu Sérgio Buarque ao Jornal do ABC em 1980 sobre a fundação do PSB: “A linguagem do partido não atingiu a grande massa. Era a chamada esquerda democrática, era um partido cheio de intelectuais. Talvez, fosse organizado hoje, teria maior sucesso”. (Jornal Diário do Grande ABC, 1980). Para José Carlos Reis, Sérgio Buarque era um “liberal democrata”, muito inspirado inclusive na burguesia norte-americana.

Sérgio se revelava, portanto, um liberal-democrata, inspirando-se nas burguesias revolucionárias francesa e americana. Acredita nos valores de cidadania e do individualismo norte americano-capitalista, quer para o Brasil uma constituição que de estabilidade as relações sociais, que as discipline e organize de forma universal, abstrata, racional, neutra e impessoal. (REIS, 2007:138).

E finalmente na década de 1980, participa também da fundação do Partido dos Trabalhadores, admitindo que suas experiências políticas contribuíssem para romper o caráter oligárquico da nação brasileira. Nota-se uma guinada, e uma mudança significativa nas concepções políticas de Sérgio Buarque de Holanda, de um entusiasta da monarquia

e Conservador da primeira edição de *Raízes do Brasil*, a um liberal democrata a posteriori, muito inspirado no modelo capitalista norte-americano e nos escritos do sociólogo alemão Max Weber, e talvez já no final da vida, principalmente com a fundação do PT, Sérgio Buarque tenha se tornado o Socialista Democrata, que seu amigo Candido sempre se esforçou por erigi-lo.

ÍNDICE CRONOLÓGICO DAS EDIÇÕES DE RAÍZES DO BRASIL

1º edição: outubro de 1936. Volume nº 1 da Coleção Documentos Brasileiros (dirigida por Gilberto Freyre). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

2º edição: revista e ampliada: janeiro de 1948. Volume nº 1 da Coleção Documentos Brasileiros

(então dirigida por Otavio Tarquínio de Sousa). Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora.

3º edição: revista: agosto de 1956. Volume nº 1 da Coleção Documentos Brasileiros (ainda dirigida por Otavio Tarquínio de Sousa). Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora.

4º edição: 1963. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. Coleção Biblioteca Básica Brasileira.

5º edição: revista: janeiro de 1969. Volume nº 1 da Coleção Documentos Brasileiros (então dirigida por Afonso Arinos de Melo Franco). Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Elide Rugai. Um livro entre duas constituintes. In: *Raízes do Brasil, Edição Crítica*. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2016.

CANDIDO, Antonio. Prefácio de Raízes do Brasil, 1969. In: *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CASTRO, Conrado Pires de. A Eterna Juventude de um Clássico. In: *Raízes do Brasil*, Edição Crítica. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2016.

COSTA, Marcos. *Para uma Nova História: Textos de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo. Editora: Fundação Perseu Abramo, 2004

DIAS, Maria Odila da Silva. *Sérgio Buarque de Holanda na USP*. Estudos Avançados, vol. 8, nº 22, 1994.

EUGÊNIO, João Kennedy. *Ritmo Espontâneo: Organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Teresina: Editora da UFPI, 2011.

_____. Entre Totem e Tabu: O Processo de Raízes do Brasil. In: *Raízes do Brasil*, Edição Crítica. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2016.

FRANZINI, Fábio. A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia brasileira. In: *Estudos de Historiografia Brasileira*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. França: Allca, Université de Paris, 2002.

_____. “Documentos Brasileiros”, in: Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Prefácio, 1936.

_____. *Sérgio, mestre dos mestres*. Revista do Brasil, nº 6, p. 117, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Prefácio a Segunda Edição, in: *Raízes do Brasil*, 1948.

_____. *Nacionalismo e Monarquismo na Alemanha (Hitler, o nacionalismo Prussiano e o fascismo de Mussolini – Sul contra o Norte – Como se fez o partido Nacional Socialista)*. O Jornal, 1930.

_____. *Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia social*. Revista Espelho. Rio de Janeiro, 1935.

_____. *No PSB os Intelectuais*. Jornal Diário Grande ABC, Santo André, 13 de abril de 1980.

- _____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Raízes do Brasil Edição Crítica 80 anos*. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2016,
- IGLÉSIAS, Francisco. *Sérgio Buarque de Holanda, Historiador*. UERJ, Rio de Janeiro, 1992.
- LEÃO, Múcio Carneiro. *Registro Literário*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1936.
- MONTEIRO, Pedro Meira. *Signo e Desterro: Sérgio Buarque de Holanda e a Imaginação do Brasil*. Editora Hucitec. São Paulo, 2015.
- NICODEMO, Thiago Lima. *Alegoria Moderna: Crítica Literária e História da Literatura na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Editora: FAP-UNIFESP, São Paulo, 2014.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.
- REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC, vol.1*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- ROCHA, João Cezar de Castro. Biografia de um livro-problema. In: *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. Edusp, 2011.
- VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

7

“SELVAGENS” OU BRASILEIROS: O DEBATE ENTRE GONÇALVES DE MAGALHÃES E VARNHAGEN SOBRE OS AMERÍNDIOS

*Keversson William Silva Moura*¹

*Thiago Henrique Oliveira Jardim*²

Em 2009, Chimamanda Ngozi Adichie proferiu uma palestra no TED Talk em que ela destrincha aquilo que nomeia como “o perigo de uma história única”. Chimamanda inicia a sua fala dizendo que passou a infância em um campus universitário da Nigéria e começou a ler e a escrever todo tipo de história bem cedo. Seus personagens, como ela mesmo destaca (2019), possuíam olhos azuis, eram brancos e loiros, viviam em lugares onde a neve estava sempre presente, comiam maçã e bebiam cerveja de gengibre. Todas essas características advinham da literatura britânica que ela consumiu na sua infância e, mesmo que a pequena autora nunca tivesse visto a neve ou bebido a tal cerveja de gengibre, ou, ainda, mesmo que grande parte das pessoas ao seu redor não fossem brancas, ela pensou que todas as histórias eram assim e escreveu se inspirando nesses livros, reproduzindo aquelas características da escrita europeia.

Tal fato veio a se alterar quando ela se deparou com obras do seu país natal e percebeu que pessoas pretas com cabelos crespos também podiam existir na literatura. Dessa forma, por mais que ela amasse

¹ Graduando em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: keverssonwsm86@gmail.com.

² Graduando em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: Th24345@gmail.com.

livros ingleses e estadunidenses, eles a impediram de perceber que pessoas como ela – mulheres nigerianas pretas com cabelos crespos – também podiam existir na literatura e, a descoberta de autores africanos a salvou da história única acerca dos livros. Assim sendo, uma das principais problemáticas da história única advém do fato de que se engendra certos estereótipos e certas concepções acerca das identidades étnicas oprimidas, simplificando, reduzindo e deslegitimando outras histórias. Logo, “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2019, p. 26).

Considerando a perspectiva de Chimamanda, torna-se evidente a produção de uma historiografia brasileira única e canônica que marginalizou, apagou e denegou o protagonismo e agência de outros sujeitos históricos na construção da História do Brasil e da identidade nacional violentamente forjada. Tal produção de uma historiografia nacional excludente está estreitamente relacionada à forma pela qual se constituiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, já que, como mostra Manoel Salgado Guimarães (1988), esta instituição, a única epistemologicamente e oficialmente autorizada a produzir e a escrever a História Nacional, foi forjada a partir do projeto da monarquia constitucional de centralização e de construção de uma unidade nacional, buscando escrever a História do Brasil, isto é, a gênese da nação brasileira, a partir da continuidade do legado da colonização lusitana de civilização e progresso. Nesse sentido, a produção historiográfica do IHGB foi centrada na homogeneização da interpretação das elites brasileiras acerca da História nacional, delimitando o colonizador europeu como o único agente histórico

importante para a construção da nação e da história do país, visando, assim, a centralização política, a coesão social e a constituição de uma identidade nacional (GUIMARÃES, 1988).

No entanto, embora Manoel Salgado Guimarães tenha apontado assertivamente o vínculo entre o IHGB, o Estado Nacional e a produção de uma historiografia oficial, o historiador desconsiderou as dissidências, dissonâncias e disputas em torno desta mesma historiografia, ao generalizar e homogeneizar as diferentes escritas e interpretações dos dirigentes do Império do Brasil, considerando a existência de um substrato teórico monolítico e comum às elites advindo da formação destas em Coimbra³. Tais dissidências de interpretações acerca da História do Brasil podem ser evidenciadas na obra *Os indígenas do Brasil perante a história* (1859) de Gonçalves de Magalhães, já que o escritor romântico se contrapõe à historiografia produzida por Francisco Adolfo de Varnhagen em sua obra *História Geral do Brasil* (1854), que considera somente o colonizador europeu importante para o processo de formação do Brasil e de uma nacionalidade brasileira, criticando a análise parcial e acrítica das fontes, o acesso imediato à verdade e as suas considerações preconceituosas sobre os povos indígenas.

Considerando que a História sempre foi um campo de disputas entre vencedores e vencidos e que a História do Brasil produzida pelo

³ Saliente-se que embora Manoel Salgado Guimarães, seguindo e complexificando a tese de José Murilo de Carvalho acerca da formação das elites brasileiras na Universidade de Coimbra, tenha matizado as escritas da história do Brasil produzidas pelos membros do IHGB, concluiu que tais escritas convergiam para algo em comum: a compreensão de que somente o colonizador português é responsável pela construção da História do Brasil e da identidade e unidade nacionais, bem como a compreensão da história brasileira como uma continuidade da colonização portuguesa. Neste sentido, o historiador desconsiderou historiografias dissidentes como a de Magalhães, que evidenciam o protagonismo dos povos indígenas na constituição da História e da identidade nacionais e criticam a continuidade de certa ordem colonial.

IHGB, na figura de Varnhagen, legitima a história dos vencedores, Gonçalves de Magalhães irá criticar os protocolos e métodos historiográficos utilizados por esse historiador na escrita de *História Geral do Brasil*. Para o escritor, não é possível estabelecer o acesso imediato da verdade pelas fontes escritas pelos vencedores, já que:

Quando no estudo da historia, religião, usos e costumes de um povo vencido e subjugado outros documentos não temos além das chronicas e relações dos conquistadores, sempre empenhados em todos os tempos a glorificar seus actos com apparencias de justiça, e a denegrir as suas victimas com imputações de todos os gêneros, *engano fora si cuidássemos achar a verdade e os factos expostos com sincera imparcialidade, e devidamente interpretados* (MAGALHÃES, 1859, p. 157, grifo nosso).

Nesses sentido, Gonçalves de Magalhães evidencia que as fontes e os documentos, escritos pelos vencedores, são incapazes por si só de produzirem uma história, sendo necessário um trato crítico com as fontes e um método imparcial, comparativo e analítico: “Quando pois se nos apresentam documentos vários, provenientes de um só lado, cumpre-nos procurar a verdade pela critica, e por um methodo indirecto, notando sempre as contradicções, como fazem os juizes no acareamento das testemunhas” (MAGALHÃES, 1859, p. 159). Tal perspectiva vai ao encontro do que defende Benzaquen (1998) ao afirmar que os historiadores historicistas do século XIX, visando escrever uma história fidedigna e verossímil, engendraram um método crítico, baseado na autenticidade, integridade e correção do documento, com o intuito de dar sentido à singularidade dos acontecimentos históricos.

Dessa forma, levando em conta as características inerentes das fontes que impossibilitam por si só a escrita e produção da história, Gonçalves de Magalhães irá tecer críticas a Varnhagen no sentido de

escrever uma suposta história imparcial do Brasil a partir da leitura e análise acríicas das fontes documentais, sobretudo aquelas relacionadas aos povos indígenas e à contribuição destes para a formação do país e da identidade nacional, já que, como afirma o escritor romântico⁴, as páginas de *História Geral* do historiador paulista estão repletas de acusações inverídicas aos povos ameríndios e que reforçam estereótipos acerca da suposta selvageria e estado de barbárie no qual estão imersos.

Nesse sentido, buscando refutar a tese de Varnhagen acerca da incivilidade, selvageria e, conseqüentemente, da a-historicidade dos indígenas brasileiros, Magalhães se propõe a reabilitar o “elemento indígena” na filosofia e na história, ou como afirma Helena de Almeida (2020, p. 361), se propõe a fazer a defesa do indígena a partir do movimento romântico e da positivação centrada na pesquisa histórica, uma vez que não há uma história dos vencidos e a história dos vencedores, isto é, do “elemento europeu”, já se encontra vastamente estudada e revisada, não sendo necessário ser reabilitada. Diferentemente do que ocorre com o indígena,

[...] a quem muitos negam não só a sua importância na população, colonização e prosperidade do país, como também as noções de Deus e de justiça, e alguns nobres sentimentos, que naturaes julgamos no homem, e não o producto da cultura, e do artificio social (MAGALHÃES, 1859, p. 161).

Assim, por meio das próprias fontes oficiais, como a Carta de Caminha e as cartas do padre Aspilcueta, utilizadas por Varnhagen para

⁴ Um livro recente e notável [História Geral do Brasil] de auctor brasileiro que estimamos, e cuja attenta leitura nos suggerio estas reflexões, reúne e abona todas quantas accusações andam espalhadas por paginas diversas contra os nossos selvagens, concedendo-lhes apenas insignificantes virtudes, como penhor de imparcialidade (MAGALHÃES, 1859, p. 162).

justificar a sua tese acerca da selvageria dos ameríndios brasileiros e a superioridade do colonizador europeu, Gonçalves de Magalhães evidenciará a existência das noções de justiça, religião e ordem social entre os povos indígenas brasileiros, fato esse completamente ignorado e denegado por aquele considerado como o “pai da historiografia brasileira”, já que segundo este historiador o único princípio norteador dos povos indígenas era a vingança contra aqueles que atacavam qualquer um de sua “alcatéa”⁵, tendo em vista que não viviam em um estado social.

Magalhães problematiza e refuta esse argumento ao mostrar, por meio da documentação produzida pelo padre Aspilcueta, a existência de um senso de justiça e fraternidade entre os povos ameríndios que os levam a vingar-se contra qualquer indivíduo que ataque um membro do coletivo. E a partir disso, o escritor romântico estabelece uma diferença entre o “espírito de vingança”, no qual um indivíduo se sentindo ofendido ataca outro indivíduo, e a justiça advinda de um estado social civilizado, no qual todos de uma mesma tribo, partindo de um senso de fraternidade, se vingam daquele que atacou um dos seus. Desse modo, Magalhães reafirma a noção de justiça e de estado social entre os povos originários:

Si pois todos os de uma mesma taba se reúnem para castigar o agressor de um de seus membros, ao espirito de justiça, e não ao de vingança, havemos de attribuir esse procedimento. E porque converteremos em crime nos selvagens o que é virtude nos povos civilizados? Tem a moral universal

⁵ A este respeito, Magalhães questiona Varnhagen e o cita: “Não concordo pois com o Sr. Varnhagen quando diz: a única crença forte e radicada que tinham esses selvagens era a obrigação de se vingarem dos estranhos que offendiam qualquer da sua alcatéa” (MAGALHÃES, 1859, p. 170).

princípios opostos, applicaveis segundo o nosso gosto ás diversas condições dos homens? (MAGALHÃES, 1859, p.172)⁶.

Continuando o seu argumento, Gonçalves de Magalhães estabelece uma relação entre o direito consuetudinário indígena e o direito consuetudinário dos antigos gregos lacedemônios, demarcando, assim, a civilidade dos povos ameríndios:

Consignemos pois como uma primeira verdade que os indígenas viviam em um regular estado social; e si bem não tivessem leis escriptas, como também as não tinham os Lacedemonios, com quem em algumas cousas se parecem, comprehendiam que deve a sociedade prestar apoio e protecção a qualquer de seus membros (MAGALHÃES, 1859, p. 172).

Buscando, por fim, questionar a concepção de Varnhagen de que os povos indígenas não contribuíram efetivamente para a construção do Estado Nacional, para a História do Brasil e para a consolidação da unidade nacional, Magalhães destaca as agências dos povos ameríndios, aliados aos colonizadores portugueses, na defesa do território brasileiro

⁶ Como mostra Bernardo Ricupero, em *A Confederação dos Tamoios*, poema épico escrito dois anos antes de *Os indígenas do Brasil perante a história* que narra a resistência dos indígenas tamoios, aliados dos franceses, contra os colonizadores portugueses, Gonçalves de Magalhães, em reação ao anti-indianismo de Varnhagen, também defende que os indígenas possuíam um senso de justiça e viviam em um estado social. Tal posicionamento torna-se evidente na fala do ameríndio tamoio Jagonharo, em resposta ao seu tio Tibiriçá, ameríndio, este segundo que passou por um processo de aculturação e que defendia que os povos ameríndios não possuíam leis e nem ordem. Jagonharo, por sua vez, diz que os povos indígenas possuíam sim justiça e viviam em um estado social: “não teremos nós leis porque vivemos /Em perfeita igualdade; e outras seguimos/ Diversas dessas leis que tu segues” (MAGALHÃES apud RICUPERO, 2004, p. 161).

Além disso, como pontua Ricupero, em seu poema épico, Magalhães não define um posicionamento nem em relação aos indígenas e nem aos colonizadores, como é esperado e é próprio ao gênero da epopéia que é a defesa de uma perspectiva, mas mantém uma dubiedade, deixando aos povos originários decidirem se resistem por meio da força ou pelo processo de aculturação, o que vai ao encontro da ideia defendida aqui de que ao mesmo tempo em que serve ao projeto da monarquia constitucional, o poeta romântico é também crítico à moralidade escravista e colonial oitocentista brasileira. Assim, Magalhães evidencia as agências e interesses dos povos indígenas, já que tanto o uso da força, como no caso de Jagonharo, quanto a aceitação do processo de aculturação, como no caso de Tibiriçá, também podem ser consideradas formas de resistência.

e na conformação de seus contornos e limites, atrelando ainda o processo de independência às ações dos ameríndios brasileiros:

Em que estado estaria hoje o Brasil, qual seria a sua população, as suas riquezas, a sua prosperidade e unidade, e por conseguinte a sua importância como nação, sem o adjutorio immenso dessa multidão de braços indigenas, que impêdiram a sua divisão, expulsando os Francezes e Hollandezes do Rio de Janeiro, da Bahia, de Pernambuco, e do Maranhão? [...] Si o Brasil é hoje uma nação independente; si uma só lingua se falla em seu vasto território, em grande parte o devemos ao valor dos nossos indigenas, que aos Portuguezes se ligaram (MAGALHÃES, 1859, p. 215).

Nesse sentido, indo ao encontro da tese de Marcelo Rangel (2011) acerca da ambivalência do Romantismo brasileiro, que afirma que o movimento é, a um só tempo, constitutivo da identidade nacional e crítico à modernidade e a moralidade egoísta da sociedade brasileira, Magalhães serve ao projeto monárquico de construção da unidade nacional, ao mesmo tempo, em que critica tal projeto calcado no *ethos* da *boa sociedade*, isto é, de homens e mulheres comprometidos com ideais escravistas e coloniais (MATTOS, 1987, RANGEL, 2011), evidenciando que o colonizador não foi o único responsável pela formação do Império do Brasil, como afirmava Varnhagen ao colocar o português colonizador como o único ator-protagonista da História do Brasil e o único responsável pela coesão nacional. E para além disso sob o ponto de vista ético-político, reafirma a importância dos povos indígenas para a formação do Império e as suas agências, resistências e interesses, evidenciando a historicidade dos ameríndios brasileiros.

E, a partir disso, servindo à monarquia constitucional, Magalhães elabora o seu projeto de civilização dos povos originários, centrado na negação das tradições indígenas e na diferenciação entre os povos

indígenas do século XIX e os povos indígenas do período pré-colonial, uma vez que aqueles não possuiriam as mesmas tradições e não seriam como o “índio” original, não podendo conviver na nascente nação brasileira (ALMEIDA, 2020, p. 359). Assim, tais ameríndios devem ser incorporados à população brasileira, por meio de um processo de aldeamento, aculturação e civilização, de modo a aumentarem a densidade demográfica e serem mão de obra para a agricultura e para a marinha, desenvolvendo, assim, o Estado Nacional (MOREIRA, 2010). Ou nas palavras de Vânia Moreira (2010, p.68), de forma ontológica, o indígena deveria morrer culturalmente para que pudesse nascer como brasileiro.

Dessa forma, como aponta Moreira (2010), a tese defendida por Magalhães acerca dos indígenas sobrepuja a de Varnhagen, que defendia a extinção destes por serem selvagens, engendrando, assim, uma política indigenista de aculturação e aldeamento que será implementada pelo Império e irá vigor, resguardadas as diferenças e alterações, até à promulgação da Constituição de 1988, que irá reconhecer e garantir o direito à expressão e manutenção das tradições e culturas indígenas, bem como o direito dos povos originários à terra. No entanto, a despeito de servir ao projeto da monarquia constitucional de construção de uma identidade e unidade nacionais a partir do processo de aculturação dos povos indígenas, Gonçalves de Magalhães faz críticas à historiografia de Varnhagen e propõe uma historiografia que considere a historicidade e as agências dos povos ameríndios brasileiros, bem como a importância destes para a construção da nação brasileira, para a História do Brasil e para a identidade nacional.

Por fim, fica evidente que a historiografia produzida por Varnhagen, canonizada pelo IHGB como a única interpretação possível

acerca da História do Brasil, saiu vencedora e constituiu o projeto em torno da identidade nacional brasileira, projeto esse que marginalizou, apagou, denegou e silenciou os povos ameríndios brasileiros e os povos africanos escravizados, na medida em que dava continuidade ao legado da colonização europeia de civilização e progresso. Entretanto, em que pese esta tentativa de escrita de uma história única brasileira, houve dissidências e dissonâncias no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que a criticaram e propuseram outras histórias possíveis, como é possível perceber através da escrita de Gonçalves de Magalhães que tenta reabilitar o “elemento indígena” e pensar a contribuição dos povos indígenas para a formação do Brasil e de sua história. Todavia, não se pode negar que Magalhães também contribuiu para o apagamento e silenciamento cultural dos povos ameríndios ao defender, através do processo de aculturação e aldeamento, a integração desses povos à sociedade brasileira. Nesse sentido, a violência é o fator que aproxima os projetos de Varnhagen e Magalhães, sendo, todavia, necessário diferenciá-los, já que, enquanto o historiador paulista defende um projeto de extermínio por meio do retorno das expedições bandeirantistas, o escritor romântico defende um projeto de apagamento cultural, social e identitário por meio da integração dos povos indígenas à emergente nação brasileira.

Assim sendo, apesar das diversas tentativas de apagamento promovidas pela historiografia canônica e pela política indigenista, os povos indígenas brasileiros sobreviveram, sobrevivem e resistem até os dias atuais ao projeto colonial e às suas continuidades, ou como afirma o filósofo ameríndio Ailton Krenak:

Os povos originários ainda estão presentes neste mundo não porque foram excluídos, mas porque escaparam, é interessante lembrar isso. Em várias regiões do planeta, resistiram com toda força e coragem para não serem completamente engolfados por esse mundo utilitário. Os povos nativos resistem a essa investida do branco porque sabem que ele está enganado, e, na maioria das vezes, são tratados como loucos (KRENAK, 2020, p. 111-112).

A figura de Krenak é impressionante. Ele continua apontando para uma postura crítica da realidade em contraposição a toda violência e barbárie a que os povos ameríndios foram e são submetidos diariamente por pecuaristas/fazendeiros do agronegócio e garimpeiros ilegais, a despeito dos direitos garantidos e resguardados pela Constituição Federal de 1988. Todos os dias, surgem mais e mais notícias de indígenas assassinados por garimpeiros, grileiros e donos de latifúndios de formas cada vez mais perversas e brutais. Em 2021, por exemplo, duas crianças Yanomami foram sugadas por uma draga referente a um garimpo ilegal e morreram afogadas. Já no início de 2022, três crianças Yanomami foram embriagadas, estupradas e mortas por garimpeiros que ofereciam comida em troca de relações sexuais. Em caso semelhante, uma aldeia inteira desapareceu do dia para a noite após terem denunciado estupros por parte dos garimpeiros. Eles tiveram suas casas queimadas e foram obrigados a se refugiarem em uma região longínqua em busca de proteção e segurança. Nem mesmo ambientalistas e indigenistas estão providos de segurança na luta pelos direitos e pela sobrevivência dos povos indígenas. O caso de Bruno Pereira e Dom Phillips demonstra claramente o grau de violência e desumanidade com que os indígenas e indigenistas são confrontados todos os dias e, mais do que isso, mostra a total inação e desqualificação do atual governante do país e de sua equipe no trato com as questões

indígenas. Vale lembrar que essa mesma gestão colocou (e ainda coloca) a culpa do desmatamento e das queimadas na Amazônia nos povos ameríndios e cumpriu a promessa de não demarcar terras e territórios indígenas durante o seu mandato.

Também é válido ressaltar que, além de serem violentamente assassinados fisicamente cotidianamente, os povos ameríndios também são mortos epistemológica e historiograficamente, o que evidencia uma continuidade com o projeto historiográfico nacional de Varnhagen⁷. Segundo Vânia Moreira (2001), existe um não estudo (ou um estudo muito precoce) sobre os povos ameríndios em diversos âmbitos da educação pública, como explicitado no seguinte trecho:

[...] Os povos indígenas estão, de fato, sub-representados ou até mesmo não representados na historiografia, tanto naquela dirigida à formação básica dos cidadãos brasileiros, ensinada nas redes de ensino médio e fundamental, quanto na mais acadêmica, ministrada pelas universidades nacionais (MOREIRA, 2001, p 269).

Ademais, ainda consoante Vânia (2001), essa não representação dos povos ameríndios na historiografia revela um outro aspecto: o da não presença dos mesmos nos ambientes em que a “escrita da história” é realizada e consumada. Conforme a autora:

[...] Se o índio é pouco visível nas obras de caráter historiográfico, especialmente naquelas que tratam do período pós-colonial, é porque, em grande medida, também teve pouca visibilidade no ambiente social que

⁷ Como mostra Pedro Puntoni, o projeto historiográfico nacional de Varnhagen, assim como a sua política indigenista anti-indianista, repousava sobre a violenta ideia de que sendo os povos indígenas seres selvagens, deveriam ter suas terras espoliadas e, posteriormente, deveriam ser apesados, escravizados e exterminados por milícias bandeirantistas, à semelhança das expedições bandeirantistas do século XVII, mas que, diferentemente destas, que eram financiadas pelo governo geral da colônia, tais milícias oitocentistas deveriam ser financiadas pela iniciativa privada.

originou aquelas obras. Formou-se um ciclo vicioso: a subalternidade social gera uma espécie de invisibilidade histórica e esta, por sua vez, ajuda a reproduzir a subalternidade e invisibilidade social (MOREIRA, 2001, p 269).

Apesar de ser um texto de 2001, é no mínimo simbólico que as tentativas de apagamento e subalternidade estejam cada vez maiores e que falas como da ex-senadora Sandra Cavalcanti de que “O Brasil nunca pertenceu aos índios”⁸, muito próximas das falas de Varnhagen⁹, continuem tão atuais mesmo depois de duas décadas. No entanto, não se pode desconsiderar que esse ciclo entre invisibilidade e subalternidade, assim como Vânia coloca (2001), precisa ser quebrado e não há faltas de tentativas para que isso ocorra. É extremamente potente que autores como Krenak e Kopenawa estejam utilizando da escrita para se comunicarem e se fazerem suas vozes serem ouvidas e ecoarem por toda a sociedade branca quando a oralidade é um dos traços primordiais dos povos ameríndios. Também não se pode esquecer de figuras como Sônia Guajajara que adentraram o espaço político institucional para lutar e defender os seus e barrar os avanços do agronegócio e do projeto político de manutenção do poder das elites por meio da posse da terra, fruto direto do projeto anti-indianista de Varnhagen. É ainda mais simbólico e potente que, em pleno governo que mais comete atos de genocídios contra as populações originárias (seja

⁸ A senadora diz que os lusitanos “ensinaram aos índios a plantar e a colher, a cantar e a escrever e que não se deve fazer churrasco de seus semelhantes” (MOREIRA, 2001, p. 270).

⁹ Consoante Pedro Puntoni, no segundo volume de *História Geral do Brasil*, Varnhagen, em reação incisiva ao projeto historiográfico indianista, cujo cerne repousava na assertiva de que os ameríndios, habitantes originários desta terra e anteriores à “chegada” dos colonizadores portugueses, tinham direitos sobre a posse das terras brasileiras, passou a defender que os povos indígenas seriam os verdadeiros invasores do território brasileiro, posto que teriam chegado ao litoral após a “chegada” dos portugueses, sendo estes os defensores da integridade do território brasileiro, e aqueles os invasores. Assim, os indígenas tupis teriam, “com inauditas crueldades, invadido uma grande parte do lado oriental deste continente” (VARNHAGEN apud PUNTONI, 2003, p.669), não sendo, pois, donos legítimos destas terras.

devido a não demarcação de terras, aos maus tratos com essas populações frente a pandemia da COVID-19, as constantes tentativas de desregulamentação da posse de terras ameríndias e ao altíssimo grau de desmatamento e incêndios florestais), os povos ameríndios terem se unido várias vezes em Brasília marchando pelos seus direitos e pela sobrevivência da humanidade. Diversos protestos e contestações foram realizadas para lembrar que o Brasil sempre foi terra indígena e, como diria Krenak: “[...] Nós, Krenak, decidimos que estamos dentro do desastre, ninguém precisa vir tirar a gente daqui, vamos atravessar o deserto, temos que atravessar ou toda vez que você vê um deserto você sai correndo. Quando aparecer um deserto, o atravesse” (KRENAK, 2020. p.116).

Em suma, é através da resistência e das constantes lutas dos povos ameríndios contra a sociedade branca e utilitária que outras possibilidades de mundo e de projetos de futuro são criadas, ou, traçando um paralelo com Chimamanda, é por meio da resistência ameríndia que outras histórias podem ser escritas e utilizadas para trazer à tona vozes e escritas antes silenciadas e denegadas, já que: “as histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser utilizadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada”. (ADICHIE, 2019, p.32).

FONTE

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história [1859]. In: Idem. Opúsculos históricos e literários. Rio de Janeiro: Livraria Garnier,

1865, p. 157-237. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4163/1/010884_COMPLETO.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Tradução: Julia Romeu -1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Helena Azevedo Paulo de. Gonçalves de Magalhães em Defesa dos Povos Indígenas: uma querela contra Varnhagen em “Os indígenas do Brasil perante a História”. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. Uberlândia, v.32, n.2, p. 354-371, 2020.
- BENZAQUEN, Ricardo. História e narrativa. In: Ilmar Rohloff de Mattos. (Org.). *Ler & Escrever para Contar: Documentação, Historiografia e Formação do Historiador*. 1ed. Rio de Janeiro: Access Editora, v. 1, p. 221-258, 1998.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*, v.1, p. 5-27, 1988.
- KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história [1859]. In: Idem. *Opúsculos históricos e literários*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1865, p. 157-237. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4163/1/010884_COMPLETO.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec/ INL, 1987.
- MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.30, n.59, p.53-72, 2010.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios e a historiografia. *DIMENSÕES: REVISTA DE HISTÓRIA DA UFES*, v. 13, p. 268-278, 2001.
- PUNTONI, Pedro. “O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira”. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. Ijuí, SP, Hucitec, 2003, p. 633-675.

RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói*. Tese (Doutorado em História). PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011.

RICUPERO, Bernardo. O indianismo como mito nacional. In: Idem. *O Romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 153-178.

PARTE III

HISTÓRIA SOCIAL

8

PADRES FAZENDEIROS NA COMARCA DO RIO DAS MORTES: UNIDADES PRODUTIVAS DAS FAMÍLIAS DE CLÉRIGOS (SÉCULO XIX)

*Edriana Aparecida Nolasco*¹

Os elementos materiais presentes em inventários, a despeito de indicarem a duplicidade vivida por alguns clérigos mineiros, também denotam as atividades econômicas desenvolvidas, ao longo da vida. Ao tratar dessas atividades, propõe-se considerar o empreendimento familiar, afinal, alguns clérigos atuaram, economicamente, contando com a participação da família. Conforme Sheila Faria, desde o período colonial, os filhos eram peças fundamentais no funcionamento das unidades produtivas (FARIA, 1998). Partindo-se dessa assertiva, pretende-se perceber a continuidade das atividades iniciadas por esses sacerdotes, convergindo para a importância da família, no desenvolvimento da economia mineira do século XIX, marcadamente diversa.

O trabalho desenvolvido por membros de uma mesma família tinha como objetivo central, em alguns casos, a ampliação do patrimônio familiar e a manutenção da riqueza. Nesse sentido, fazia-se necessário o engajamento de herdeiros e coerdeiros como chave desse processo. Buscavam-se, sobretudo, a sobrevivência material, a preservação do nome da família e a ampliação das redes de sociabilidade. No aspecto econômico, o trabalho coletivo desenvolvido por pais, filhos e/ou genros

¹ Doutora em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Email: drinasco2013@gmail.com.

promovia o sucesso e ampliação dos negócios familiares, tornando-se imprescindível para o funcionamento das unidades produtivas, que envolviam produções destinadas à subsistência ou ao comércio (ANDRADE, 2008).

Essas atividades econômicas, conforme a historiografia da família, caracterizaram as uniões formadas pelo sacramento do matrimônio cristão, bem como àquelas firmadas pelas relações consensuais. Da mesma forma, essas atitudes também puderam ser visualizadas em lares chefiados por mães e/ou pais solteiros. Quanto às famílias clericais, defende-se que o padre, inserido em seu domicílio, na posse e uso dos bens materiais, viveu como sacerdote e pai, atuando em várias frentes e, em alguns casos, consolidou sua unidade produtiva, tal como o exemplo dos padres fazendeiros Francisco Ferreira da Silva e Antônio Gomes Nogueira Freire.

Como proprietário da Fazenda do Tanque, desde as primeiras décadas do século XIX, o clérigo Francisco Ferreira da Silva, atuava na propriedade, aspirando ao seu desenvolvimento. Essa informação tornou-se possível graças ao censo do Barão de Eschwege, o qual se deparou com o padre Francisco Ferreira, trabalhando no local com 38 escravizados e minerando lavras, nas margens do Rio das Mortes, em 1814. De acordo com o Barão, esse padre foi considerado o último grande minerador da época, em vista do arrefecimento do ouro, na região da comarca do Rio das Mortes. Além da atividade de mineração, dois engenhos de cana, um movido à água e outro de bois, foram considerados a principal fonte de renda daquela propriedade (PROJETO COMPARTILHAR, 2017).

Outra referência à Fazenda do Tanque diz respeito a uma visita realizada por Saint-Hilaire. O viajante disse ter sido informado que ali

residia a autoridade local e para lá se dirigiu. Presume-se que o padre Francisco Ferreira, por ser investido das ordens sacras, fosse considerado autoridade, a julgar pelo *status* conferido ao sacerdócio naquela sociedade.² Saint-Hilaire descreveu o caminho que o levou à fazenda da seguinte forma: “depois de seguir uma estrada que percorre um vale coberto de mata, cheguei, afinal, ao Tanque. Pedi hospitalidade a um moço que me disse estar o dono da casa ausente”, o qual, seguramente, era o padre Francisco Ferreira da Silva. Conforme a impressão do viajante: “A fazenda do Tanque parece ter tido outrora alguma importância, mas tornou-se a propriedade de alguns mulatos que parecem pobres e cai atualmente em ruínas” (SAINT-HILAIRE, 2011: 36-37). No contexto da passagem de Saint-Hilaire, a família do padre já estava residindo na Fazenda e, possivelmente, o acolheu.

É importante analisar algumas questões diante das impressões do viajante. A primeira delas, em relação à Fazenda: “cai atualmente em ruínas”. Essa avaliação sobre o estado da Fazenda deve ser relativizada, já que, nesse período, a propriedade estava sendo administrada por Eugênio, genro do padre Francisco Ferreira. Em 1825, Eugênio já era administrador dos bens de seu sogro, conforme o processo de habilitação do padre João Pedro dos Santos. Convocado por testemunha, Eugênio declarou: “ser pardo, casado, natural e morador na Freguesia de São João del-Rei. Disse que vivia de ser administrador da Fazenda do

² Nas palavras de Marcela Milagre: “a carreira sacerdotal proporcionava *status*, outorgava confiabilidade, autoridade, e, principalmente, oferecia rendimentos ao eclesiástico que a seguia, possibilitando a esta sua inserção numa atividade econômica bem-sucedida. Nesse sentido, concluímos que a carreira sacerdotal ao destacar o agente na comunidade e conferir a ele uma remuneração (seja a cônica, o salário dos capelães, a concessão e outros emolumentos), abria caminhos para que ele se tornasse um homem de negócios” (MILAGRE, 2011: 125).

padre Francisco Ferreira da Silva e que na época tinha trinta e um anos”.³

No mesmo processo, também figurou como testemunha o padre Francisco Ferreira, o qual declarou ser: “presbítero secular, branco, natural e morador nesta Freguesia de São João del-Rei; vive do uso de suas ordens e da sua Fazenda, de idade de cinquenta e seis anos”. O padre em questão declarou-se fazendeiro, e seu genro, portanto, era administrador da fazenda, no ano de 1825, três anos depois da passagem de Saint-Hilaire. Todavia, voltando-se para a avaliação do Barão de Eschwege, realizada em 1814, oito anos antes da visita de Saint-Hilaire, o padre Francisco Ferreira da Silva foi identificado trabalhando e minerando, naquela área, por isso, considerado como um grande minerador. Sendo assim, em 1814, a Fazenda do Tanque já possuía fonte de renda, advinda da mineração e da produção de derivados da cana, atestados pela presença de engenho de bois e águas. Seria possível, a partir dessas evidências, que, no intervalo entre 1814 e 1822, a Fazenda tivesse sucumbido, encontrando-se à beira da ruína? Ademais, a presença de um administrador, em 1825, teria sido uma estratégia do sacerdote para salvar a propriedade? Ou essa impressão estaria vinculada ao preconceito do olhar europeu?

Retomando as questões a serem pensadas nas impressões de Saint-Hilaire, em segundo lugar, destaca-se à descrição relacionada aos anfitriões, também carregada de preconceito: “mulatos que parecem pobres”. Trata-se de comentário feito em referência à “qualidade” dos filhos e netos do padre Francisco Ferreira da Silva, que ali residiam. É importante mencionar que as visitas sem cerimônia eram uma prática

³ AEAM. *De Genere* do padre de João Pedro dos Santos. 1825. armário. 13. pasta. 721.

naquele contexto, desde o período colonial. Segundo Leila Algranti, as pessoas chegavam, simplesmente, sem avisar com antecedência e, muitas vezes, encontravam: “os moradores despreparados para recebê-las, o que levou, já no século XIX, a comentários indignados dos viajantes estrangeiros sobre a “forma desmazelada das senhoras ilustres andarem vestidas em suas casas e os homens permanecerem em mangas de camisa” (ALGRANTI, 1997: 116). Certamente, essa visão causou espanto a Saint-Hilaire, somando-se ainda o fato de os herdeiros do padre não serem brancos. Obviamente, eram pardos, em vista da qualidade supracitada de Eugênio e de sua mulher Joaquina, esta última, também parda. As informações que atestam a qualidade dessa herdeira têm por base os dados da lista nominativa de 1840, na qual a herdeira foi classificada como parda.⁴ Do mesmo modo, os estudos de Maria Silva, reiteraram essa informação, da seguinte maneira: “o padre Francisco Ferreira da Silva não omitiu ter tido duas filhas de uma mulher parda, liberta e solteira, de nome Tomásia Maria” (SILVA, 2017: 139).

Retomando as informações sobre a Fazenda do Tanque, percebeu-se que o padre Francisco Ferreira atuava nela muito antes da visita de Saint-Hilaire, o que corrobora com a ideia de ter sido, pelo menos, um de seus proprietários. Tratando-se das atividades econômicas levadas a cabo por alguns sacerdotes, Maria Araújo destacou: “durante um bom tempo, grande parte do clero viveu como homens comuns, distinguindo-se uns dos outros pelos seus costumes, ilustração, hierarquia e pela posse ou não de propriedades e escravos”. Para a autora, a proibição da instalação de ordens religiosas no século XVIII contribuiu para a constituição de um clero, predominantemente,

⁴ LISTA NOMINATIVA. 1840. Conceição da Barra. Quarteirão 01. Fogo 01. Disponível em: <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>. Acesso em 19 janeiro de 2013.

secular. Sendo assim, como funcionários régios não conseguiam sobreviver com as “magras cômputas reais e dos direitos paroquiais cobrados aos seus fregueses”. Nessa situação, seus membros dedicavam-se a atividades diversas, que incluíam a produção agrícola, mineração e o comércio. Entre outras posses, “também possuíam fazendas de gado, engenhos de açúcar ‘e numerosas minerações próximas de Vila Rica, Ribeirão do Carmo, São João del-Rei e, sobretudo, em Sabará” (ARAÚJO, 2007: 101).

Retomando a abordagem sobre a propriedade da Fazenda do Tanque, o padre Francisco Ferreira da Silva, seguramente, não a obteve por herança paterna ou materna, conforme os dados dos inventários de seus pais. No inventário paterno, absteve-se da herança. No caso do seu pai, José Ferreira da Silva, falecido em 1810, consta ter sido morador e proprietário da Fazenda do Ribeirão da Paciência na Aplicação de São Gonçalo, a qual se dividia com terras do sacerdote.⁵ Além dele, sua mãe, Dona Maria Cleofa Buena, falecida em 1825, possuía uma pequena parte de terras na paragem do Tanque,⁶ adjudicadas a uma dívida do seu filho sacerdote.

Em 1797, Francisco Ferreira da Silva adquiriu, por compra que fez ao padre José da Silva Pacheco, terras de cultura, das quais formou seu patrimônio eclesiástico, atitude indicadora de que o candidato possuía recursos para esse negócio. As terras foram descritas, no seu processo de habilitação, da seguinte forma:

⁵ AHETII/IPHAN. Inventário de José Ferreira da Silva. 1810. cx. 489.

⁶ “Diz o Alferes Rafael Ferreira da Silva, testamenteiro e inventariante dos bens de sua mãe, D. Maria Cleofa Buena, que, tendo-se procedido a inventário pelo juiz de órfãos, ficou por inventariar uma porção de terras que tinha ficado adjudicado a uma dívida do padre Francisco Ferreira da Silva, sem que lhe fosse entregue, em vida da testadora e bem assim outro pedacinho de terras, na paragem chamada do Tanque”. AHETII/IPHAN. Inventário de Maria Cleofa Buena. 1825. cx. 538, p. 15.

Terras de culturas sitas no Engenho do Ribeirão da Paciência, que principiam logo da outra banda do Ribeirão e por ele abaixo até o Rio das Mortes, acima até o pasto do defunto Sargento-Mor Manoel Martins e pelo espigão, parte com uma vertentezinha, que é do Tenente Bonifácio Gonçalves, procurando o pasto velho do defunto Coelho e torna a seguir Rio das Mortes acima, até o sítio de Ana Maria e divisando com ela por um valo, que vai até o Ribeirão das Antas e por ele acima, divisando com Manoel Ferreira da Silva, por um espigão, até o valo, que vem afixar as ditas terras no mesmo Ribeirão onde principiou, as quais terras constam de campos matos e capoeiras.⁷

Com base no trecho descritivo, as terras se limitavam com a Fazenda do Ribeirão da Paciência, propriedade de seus pais. E, considerando-se a descrição da Fazenda do Tanque, essas terras foram incorporadas ao seu território. Em seu inventário, a Fazenda em questão foi descrita da seguinte forma:

Uma Fazenda denominada do Tanque sita na Aplicação de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Termo da cidade de São João del-Rei, que se compõe de terras de cultura, campos de criar, casas de vivenda, dois engenhos de cana, um de moer com bois e outro com água, moinho, paiol e senzalas, tudo coberto de telhas, com rego de água, currais, quintal, com cafés e outros muitos arvoredos, de diversas qualidades, tudo cercado de muros de pedra e que divide principiando da porteira, que vai para o Arraial da Conceição da Barra, voltando para o Rio das Mortes Grande, divisa até o Rio, com as terras denominadas o Canjica, pertencendo ao Corgo Fino e, do outro lado do Rio, divide com a Fazenda do Corgo Fino até o Rio do Peixe e, por este acima, a divisa com terras de José Pedro de Oliveira por um muro e por valor até o valo, que divisa com o Patrimônio do Padre José Mendes dos Santos e, depois, com as terras do Sítio da Palmeira e divisa da Fazenda

⁷ AEAM. *De Genere* do padre Francisco Ferreira da Silva. 1797. armário. 4. pasta. 545, fl. 35.

do Ribeirão, por valo até ao Rio, em rumo direito a um valo, que está do lado de cá, divisando com a Fazenda de Santa Rosa.⁸

Depreende-se, a partir dessas informações, que a Fazenda do Tanque tenha sido construída pelo padre Francisco Ferreira da Silva, que, ao longo do tempo, ampliou-a consideravelmente. Já foi mencionado que uma das preocupações das famílias tradicionais, desde o período colonial, era a ampliação da riqueza e, para esse fim, lançava-se mão de diversas estratégias, inclusive dos contratos matrimoniais. Importa destacar que Eugênio, genro do sacerdote e administrador da Fazenda do Tanque, era proprietário da Fazenda de Santa Rosa, limítrofe com a propriedade do Tanque.

Ressalvando o ano do procedimento do inventário, 1843, as ruínas da Fazenda do Tanque, observadas por Saint-Hilaire, alteraram-se radicalmente, uma vez que ela se tornou majestosa e opulenta, sopesando a descrição acima. Avaliada em dezesseis contos e cento e quarenta e um mil réis (16:141\$000), as terras de culturas justificavam-se nas plantações existentes, as quais foram constatadas pela produção, listadas no inventário, são elas: quatrocentos e trinta alqueires de feijão, cento e quarenta carros de milho, setenta e nove alqueires de arroz, vinte e duas arrobas de açúcar, trinta arrobas de algodão, quarenta libras de fios de algodão, vinte alqueires de mamona, quarenta e quatro alqueires de café e canaviais novos e velhos.⁹ Marcos Andrade, em seus estudos voltados para o Sul de Minas, comprovou que o milho, feijão e arroz, foram os produtos mais encontrados nos inventários. Nas palavras do autor: “faziam parte da dieta básica da população, além de

⁸ AHETII/IPHAN. Inventário do padre Francisco Ferreira da Silva. 1843. cx. 452, f. 37v.

⁹ AHETII/IPHAN. Inventário do padre Francisco Ferreira da Silva. 1843. cx. 452.

o milho servir para o trato de animais, como porcos e galinhas” (ANDRADE, 2008: 44). Desde o período colonial, Cláudia Chaves já havia constatado que o arroz e feijão faziam parte da alimentação básica dos mineiros. Tratando-se do milho, afirmou a autora, “era largamente empregado na culinária mineira (pão, bolo, biscoitos etc). Além disso, seu farelo era utilizado para a engorda de galinhas e porcos” (CHAVES, 1999: 92). E, nesse particular, a excessiva quantidade desses produtos indica a inserção dessa família no abastecimento interno e da Corte.

Os campos de criar sustentavam centenas de animais, os quais são: dois marroazes, 41 novilhas, 131 bois de carro,¹⁰ onze garrotes, 18 éguas, 22 bestas, nove poldros e 92 vacas; entre estas últimas, várias forneciam o leite necessário para a fabricação de 300 queijos arrolados. Dentre os animais, figuravam 70 suínos, entre capados e porcos de terreiro, os quais produziam o toucinho, comercializado por tropas, conduzidas pelos muares.¹¹ Os animais de carga também evidenciam, segundo Marcos Andrade, que os gêneros produzidos se voltavam para o abastecimento. As bestas “eram utilizadas para o comércio de produtos que interligava a província de Minas ao Rio de Janeiro, e vice-versa” (ANDRADE, 2008: 44). Por seu lado, o queijo era comercializado internamente.

Os engenhos de cana ainda prevaleciam na fazenda, desde o censo do Barão de Eschwege, em 1814. Eram movidos por água e bois e concorriam para a produção de açúcar e cachaça, atestada pela presença

¹⁰ Segundo Sheila Faria: “o ‘boi de carro’, fundamental para moendas (quase todas eram movidas à força animal) e transporte, foi amplamente utilizado nos engenhos” (FARIA, 1998: 247).

¹¹ AHETII/IPHAN. Inventário do padre Francisco Ferreira da Silva. 1843. cx. 452.

de elementos como: um alambique,¹² com capelo de destilar aguardente, dois funis de folha, dois coxos de garapa doce, quatro escumadeiras, 17 tachos, entre grandes e pequenos, quatro pipas e quatro banguês de azedar garapa. Constavam, ainda, mais cinco tachos de fazer açúcar, 207 formas de apurar açúcar, os quais necessitavam de suportes, como: oito caixões e 26 barris.¹³

Toda essa produção demandava intensa mão de obra, para a qual 114 cativos contribuíram diretamente. Do mesmo modo, a família do padre Francisco Ferreira da Silva empenhava-se para a ampliação dessa fortuna. Conforme já mencionado, o envolvimento da família nas unidades produtivas era fundamental para o sucesso dos negócios. A atividade agrícola, conforme Sheila de Castro Faria, “pressupõe uma unidade doméstica mais complexa do que a necessária em áreas urbanas e os laços consanguíneos e rituais têm um papel de destaque na organização econômico-social do mundo agrário, principalmente em relação à criação de filhos” (FARIA, 1998: 156).

A diversidade da produção,¹⁴ somada aos elementos materiais presentes no inventário, indica a participação dessa família, voltada para o mercado interno e da Corte. Esta hipótese é confirmada a partir da declaração do próprio testamenteiro, da seguinte forma: “os efeitos produzidos da lavoura da cana e fabrico de açúcar aguardente e

¹² Desde o período colonial, era comum a posse de alambique, que favorecia a produção de açúcar e cachaça, como atestou Marcela Milagre em Pitangui, ao pesquisar os ativos do padre Manoel Velho de Leão. (MILAGRE, 2011: 116).

¹³ AHETII/IPHAN. Inventário do padre Francisco Ferreira da Silva. 1843. cx. 452. Os estudos de Cláudia Chaves para o período colonial chamam a atenção para os lucros advindos da produção da cachaça e a necessidade de barris para o seu transporte (CHAVES, 1999).

¹⁴ Marcos Andrade constatou, que no Sul de Minas, diversos proprietários também se dedicavam ao cultivo de cana, à produção de derivados, como açúcar e cachaça, atividades que não eram marcadas pelo isolamento. De modo geral, os donos de engenhos criavam animais – “gados, muares, porcos e ovelhas” – e produziam mantimentos (ANDRADE, 2008: 48).

semelhantes são todos destinados para a venda, [havendo] a reserva dos necessários para o consumo diário da casa comum”.¹⁵ Ratifica-se, portanto, a atividade comercial empreendida, com a produção de diversos gêneros, em parte usada para o consumo e subsistência da família.

O padre Francisco Ferreira da Silva reconheceu quatro filhos em testamento¹⁶ e, como proprietário da exuberante Fazenda do Tanque, trabalhava com a sua família. Seus filhos e genros, especialmente Eugênio, como administrador, tomaram parte nos negócios com anuência do próprio padre, cuidaram de sua terra, animais e escravaria, tratando de sua produção demandada pelas atividades agropecuárias.

Entre os anos de 1833 e 1840, Ferreira da Silva foi pároco no arraial de Conceição da Barra de Minas (GAIO SOBRINHO, 1990). Por conseguinte, exerceu naquele local, funções relacionadas ao sacerdócio e à paternidade, ocupando-se também como fazendeiro. Sua trajetória de vida revelou uma pluralidade de funções e o consórcio dessas atividades. O padre Francisco Ferreira da Silva viveu como sacerdote por, aproximadamente, 46 anos, e presume-se que trabalhou por toda a vida como fazendeiro, não obstante o cumprimento das suas obrigações relativas às ordens sacras. Os herdeiros estavam presentes na residência do sacerdote confirmando a coabitação da família, pelo menos, naquele período. A existência das mulheres, no interior da casa, reforça-se, entre outras razões, pela existência de dois teares

¹⁵ AHETII/IPHAN. Inventário do padre Francisco Ferreira da Silva. 1843. cx. 452, fl. 8.

¹⁶ “Reconheço meus filhos pela minha fragilidade; a Joaquim Ferreira, que algum tempo existiu em minha companhia e se ausentou para o sertão, onde me consta estar casado, e a Paschoa Xavier Ferreira, casada com Simão Antônio de Siqueira, e a Joaquina da Silva Xavier, casada com Eugenio Martins Ferreira, e a Maria Madalena, que foi da família de Domingas Leme, todos de mulheres solteiras”. AHETII/IPHAN. Testamento do padre Francisco Ferreira da Silva, 1837. cx. 151, fl. 6.

aparelhados e quatro rodas de fiar. A produção de algodão, certamente, facilitaria a confecção de roupas para os membros da família e dos cativos.

Conforme já mencionado, em 1825, Eugênio Martins atuava na administração da Fazenda do Tanque. No entanto, a sociedade firmada com seu sogro, o padre Francisco Ferreira, ocorreu somente em 1839. É importante destacar que a sociedade versava sobre a prática da “agricultura, engenho de cana¹⁷ e negociações”. O fato de o sacerdote ter integrado a sociedade com a maioria dos bens, incluindo a Fazenda do Tanque, dava-lhe direito à metade dos lucros. Por sua vez, o genro Eugênio Martins participou com as partes que possuía nas Fazendas de Santa Rosa e Lagoa Verde, tendo direito à outra metade, contanto que assumisse a administração. No que se referia às despesas, elas deveriam ser pagas à custa da sociedade, e todas as mudanças, acertadas em comum acordo, sob a denominação da firma: “Eugênio Martins Ferreira e Companhia”.

Tratando-se dos interesses e participação dos outros membros da família, determinavam as seguintes cláusulas: “a sociedade é obrigada a conservar a João Nepomuceno de Siqueira, para trabalhar em toda e qualquer ocupação que se oferecer e, desde já, fica ganhando sessenta mil réis por cada um ano”. O supracitado João Nepomuceno era neto do padre Francisco Ferreira da Silva, filho da herdeira Paschoa Ferreira e de Simão Antônio de Siqueira, os quais também eram pais de Francisco Simão de Siqueira. Da mesma forma, manifestou-se em relação a outro

¹⁷ Ao destacar as atividades econômicas do clero de Pitangui, Marcela Milagre atribuiu ao engenho, pelo menos no período colonial, um meio de ascender-se economicamente. Para a autora, a produção de açúcar era uma obra dispendiosa por demandar escravizados, ferramentas, animais, entre outros (MILAGRE, 2011).

herdeiro: “Francisco Simão de Siqueira será empregado da mesma forma e fica ganhando desde já cinquenta mil réis enquanto convier aos sócios e lhes ficam obrigados a prestar os seus bons serviços e tudo quanto for mister a sociedade”. Referindo-se à herdeira Paschoa Maria Ferreira, determinou: “enquanto quiser morar na Fazenda do Tanque vencerá a porção de sessenta mil réis por cada um ano e que principiam desde hoje, entrando no serviço sua escrava Isabel, crioula, com ela, enquanto convier aos sócios e fica obrigado a prestar seus bons serviços, tudo quanto for mister à sociedade”.¹⁸

Ao registrar-se esse contrato de sociedade, assinaram como testemunhas as herdeiras, Paschoa Maria Ferreira e Maria Madalena, afora os sócios, o padre Francisco Ferreira, seu genro Eugênio Martins e Joaquina da Silva, entre outros presentes, como o padre João Pedro dos Santos, seu vizinho. Na efetivação da sociedade, constatou-se, portanto, a presença da família, denotando seu interesse e engajamento com os rumos do patrimônio material do padre Francisco Ferreira.

Percebeu-se que, na ocasião do registro da sociedade, em 1839, Eugênio Martins e sua esposa já se achavam na posse e administração de todos os bens, o que já foi mencionado. A legitimação da sociedade deu-se por uma proposta feita pelo próprio padre Francisco Ferreira da Silva.¹⁹ Nota-se, a partir disso, que houve interesse, por parte do sacerdote, em efetuar legalmente essa sociedade. Teria o sacerdote pensado nesse contrato para ampliar os bens de seu patrimônio? Afinal, Eugênio Martins, possuía, entre seus bens, partes na Fazenda de Santa

¹⁸ AHETII/IPHAN. Inventário do padre Francisco Ferreira da Silva. 1843. cx. 452, fl. 16.

¹⁹ “O Reverendo Vigário Francisco Ferreira da Silva disse que ele foi quem propôs esta sociedade ao segundo sócio Eugenio Martins Ferreira e sua mulher Joaquina Maria Ferreira”. AHETII/IPHAN. Inventário do padre Francisco Ferreira da Silva. 1843. cx. 452, fl. 19.

Rosa, propriedade fronteira à Fazenda do Tanque. É possível que o padre Francisco Ferreira da Silva considerasse vantajoso firmar sociedade com seu genro, a fim de conservar e/ou ampliar sua fortuna, por meio da sua administração e, ainda, expandir o patrimônio familiar. Sendo contíguas, as terras que pertenciam às fazendas do Tanque e Santa Rosa, uma vez unificadas, favoreceriam o aumento e a ampliação da riqueza, permitindo a exploração conjunta, o que já vinha sendo feito há alguns anos. Por seu lado, Eugênio Martins também teria interesse em administrar a Fazenda do padre Francisco Ferreira, que unida a seu patrimônio, concorreria para aumentar, consideravelmente, sua fortuna.²⁰

Tendo por base as informações acima, evidenciou-se que todos os membros da família do padre Francisco Ferreira da Silva se engajaram na produção e comércio de açúcar, cachaça, toucinho, queijos, entre outros. A solidariedade familiar contribuiu para que a abastada Fazenda do Tanque se destacasse nas atividades agropecuárias. Conclui-se, enfim, que o Padre Francisco Ferreira da Silva, vivendo das ordens sacras, não conseguiria conduzir os negócios sem a ajuda de seus familiares. Por isso, tratou de firmar sociedade e trabalhou em conjunto com os seus. Se, em outros tempos, contava com alguns cativos, na prática da mineração e inicialização dos engenhos, conforme atestado pelo Barão de Eschwege, na iminência da morte, presenciou o sucesso

²⁰ Na concepção de Sheila de Castro Faria: "constituir uma família era fundamental para manter unidade agrárias, principalmente para os mais pobres. Para os mais ricos, era uma das únicas formas de se ter acesso a elas, em áreas nobres. Aspirantes ao título de senhores de engenho tinham que contar com alianças matrimoniais vantajosas, estando as melhores terras já apropriadas. Casar-se-iam, então, com pessoas que lhes tornasse possível adquiri-las. Mesmo sendo filhos de donos de engenho, proprietários ou não de terras, ou comerciantes enriquecidos (ou aparentando sê-lo), interessa o acesso a bens já constituídos ou próximos a eles" (FARIA, 1998: 256).

dos negócios, decorrentes do trabalho familiar.²¹ A trajetória do padre Francisco Ferreira da Silva demonstrou, que os negócios entre famílias eram fundamentais. Por meio deles, a classificação “ruínas”, feita por Saint-Hilaire, contrasta com a suntuosidade da Fazenda do Tanque, ao menos, naquele tempo.²²

Conforme já mencionado, os inventários permitem observar por meio dos elementos materiais, o consórcio das atividades desenvolvidas por esses sacerdotes. Na Fazenda do Vale Formoso, também foi possível constatar o trabalho coletivo conduzido pelos membros da família do padre Antônio Gomes. Assim sendo, “um altar de dizer missas com cortinas, um oratório, um missal com cálice dourado, uma caldeirinha de prata, duas estolas de pregador, dois sobrepelizes e duas toalhas de altar” faziam parte dos ornamentos do padre Antônio Gomes Nogueira Freire, morador em Baependi. Ao mesmo tempo, entre seus bens, havia uma série de artefatos materiais, que evocava a paternidade e as atividades econômicas, para além das ordens sacras. Pai de dez filhos, o sacerdote em questão admitiu dois, antes de se ordenar e, como presbítero, reconheceu mais oito.²³ Falecido aos 49 anos, Padre Antônio Gomes, demonstrou uma relação de intimidade e confiança com a mãe de seus filhos menores, Ana Silvéria. Ao reconhecer os filhos, deixou claro que tivera os seis primeiros com outra mulher e os demais com

²¹ De acordo com Marcela Milagre, os padres estavam envolvidos constantemente em atividades que lhes auferiam lucros avultosos (MILAGRE, 2011).

²² É importante destacar que os inventários *post-mortem*, segundo Sheila Faria, permitem observar um momento da vida material de determinadas pessoas (FARIA, 1998).

²³ “Declaro que, antes de ordenar “in sacris”, tive dois filhos simplesmente naturais, Severino e Luiz; (...). E, depois de ordenado, tive os seguintes filhos: Antônio, Joaquim, Mariana, Manoel, inteiros irmãos dos dois primeiros; Antônia, casada com José Carlos Nogueira, Maria Madalena, Antônio Deocleciano Nogueira e seu irmão Tibério, estes últimos dois filhos de Ana Silvéria de Souza, que de presente se acha pejada e também reconheço por minha prole, que vier à luz por este dois ou três meses, eu os instituo a todos por meus herdeiros, em igual parte, não só de legítimas, mas como de remanescentes de terça, se quiserem fazer”. ÓBITOS. Testamento do padre Antônio Gomes Nogueira Freire. 1845, fl. 64v.

Ana, que estava grávida ao tempo do seu falecimento. A confiança expressa pelo padre Antônio Gomes é um indicativo de que estavam vivendo juntos e, por isso, lhe doou dinheiro, escravizados e uma casa com terras de cultura²⁴ para que pudesse cultivar e se sustentar, após a sua morte.

No campo econômico, firmou sociedade com seu irmão, durante a vida e investiu na Fazenda do Vale Formoso, na qual desenvolveu diversas atividades, auxiliado pela família constituída. A propriedade possuía moinho, monjolo, paiol e senzalas. Sete casas também faziam parte de seus bens de raiz, estando elas distribuídas pela propriedade do Vale Formoso e nas paragens do Ribeirão e Passagem, sem falar na casa do arraial de Baependi. Os bens arrolados em inventários dão conta da atividade do sacerdote, que, certamente, contou com sua família, ao se envolver no comércio interno e para a Corte. As vinte e duas arrobas de algodão, somada às seis rodas de fiar, vinculavam-se às vestimentas demandadas pela família e pelos 73 escravizados. As atividades empreendidas pelo padre Antônio Gomes e sua família convergiam com o perfil econômico da região. Cento e oitenta e cinco porcos de criar e 22 capados contribuía para o comércio de tropa, facilitada pelos muares existentes e pelas canastras listadas no inventário. As 68 vacas leiteiras, também sustentadas pelas 160 cargas de sal,²⁵ favoreciam a produção de derivados, atestadas pela banca de fazer queijos, com suas

²⁴ "Declaro que dei o usufruto de umas casas, dentro de minha Fazenda, compradas a Gonçalo Manoel Dias, com monjolo, paiol, quintal fechado com valo, à sobredita Ana Silvéria, para sua residência, podendo plantar para si somente e criar enquanto se conservar solteira". ÓBITOS. Testamento do padre Antônio Gomes Nogueira Freire. 1845, fl. 64v.

²⁵ De acordo com Afonso Alencastro, "além de o uso alimentar, os criadores de gado do Sul de Minas eram obrigados a dar sal aos seus animais, devido à inexistência de terras ou águas salitrosas" (GRAÇA FILHO, 2002: 157).

formas. Para o sustento dos porcos e consumo da casa, trinta carros de milho e três roças do mesmo produto foram encontrados.²⁶

Percebeu-se que, além da subsistência, o padre Antônio Gomes e sua família inseriram-se nas redes do mercado interno e da Corte.²⁷ Os estudos de Marcos Andrade chamam a atenção para o dinamismo econômico que marcava as vilas da Comarca do Rio das Mortes. Para o autor, esse dinamismo, na primeira metade do século XIX, se explicava: “pelo crescimento populacional e pela importância de algumas atividades econômicas voltadas para o abastecimento interno e as ligações mercantis com a Corte” (ANDRADE, 2008: 34-36). Corroboram com essa afirmação os argumentos de Sirléia Arantes, ao constatar, por meio dos relatórios dos camaristas, que as atividades produtivas de Baependi se voltavam para o “milho, feijão, arroz, tabaco, trigo, centeio, cana-de-açúcar e pouco café”. Esses produtos, acrescidos do queijo e toucinho, eram transportados pelas bestas muares para a Corte do Rio de Janeiro (ARANTES, 2020: 95).

Alguns recibos presentes no inventário do padre em questão confirmam essa atividade e a diversidade de produtos comercializados. Entre as dívidas, constam: um empréstimo de mais de um conto de réis, para despesas da casa, e uma safra de fumo, para cargas da tropa. Com outras despesas pagas pelo testamenteiro, demonstrou-se a existência de uma casa de fumo, o deslocamento desse produto por Manoel Alves Madeira e a condução da tropa da casa. Entre toucinho e queijos, o fumo também era produzido pela família e transportado por tropa,

²⁶ AHETII/IPHAN. Inventário do padre Antônio Gomes Nogueira Freire. 1845. cx. s/n.

²⁷ “Recebi do Senhor José Carlos Nogueira a quantia de trezentos e vinte e oito mil e quinhentos réis (328\$500) de alugueis e dízimos que paguei de um fumo que levei em minha tropa para o Rio de Janeiro em o mês de abril de 1842”. AHETII/IPHAN. Inventário do padre Antônio Gomes Nogueira Freire. 1845. cx. s/n, fl. 92.

pertencente à casa. Ao tempo do seu falecimento, seu monte-mor perfazia o total de cento e vinte e contos, cinquenta e quatro mil e sessenta e sete réis (120:054\$067).²⁸

No inventário de seu genro, também inventariante e testamenteiro, o tenente José Carlos Nogueira, observou-se a continuidade desse empreendimento econômico, levada a cabo por alguns membros da família. A inventariante, Antônia Leopoldina Nogueira, era filha do padre e esposa do Tenente José Carlos e, em 1859, ambos residiam na Fazenda do Vale Formoso. Ao proceder ao inventário, evidenciou-se a existência de elementos ligados à produção do fumo, tais como: um fumaal, cinco rodas de fazer fumo, uma safra que valia mais de cinco contos de réis em 1860.²⁹ Percebeu-se também que, na Fazenda do Vale Formoso, havia terras de cultura e criar, nas quais o fumo era produzido, bem como setenta e quatro carros de milho e roças do mesmo produto e uma de feijão. Afigurou-se a produção de toucinhos, a julgar pela existência de 221 porcos de criar. A quantidade de gado cavalari (bestas, éguas, entre outros, perfazem o total de setenta), somada ao gado *vacum* (novilhas, bezerras, vacas, garrotes, entre outros), totalizou 428 animais, entres estes, 11 vacas destinadas ao corte.³⁰ Esses dados evidenciam o prosseguimento de atividades voltadas para o abastecimento interno e da Corte, desenvolvidas com a ajuda de 30 escravizados e que funcionavam desde a existência do padre

²⁸ AHETII/IPHAN. Inventário do padre Antônio Gomes Nogueira Freire. 1845. cx. s/n.

²⁹ De acordo com Marcos Andrade, na região do Sul de Minas, os gêneros que se destacavam no abastecimento interno e na comercialização com a Corte, compreendiam gados, porcos e fumos. Tratando-se do fumo, o autor atribui às freguesias de Baependi e Lambari como as principais produtoras (ANDRADE, 2008: 48-51).

³⁰ AHETII/IPHAN. Inventário de José Carlos Nogueira. 1859. cx. 07.

Antônio Gomes Freire Nogueira.³¹ Mais do que isso, esse casal, ao que parece, ampliou a produção da referida Fazenda do Vale Formoso. Para além da produção, aumentaram o patrimônio, com a aquisição das seguintes propriedades: Mato Dentro, Cajuru, Sítio e uma casa, no Arraial de Baependi. Destaca-se que o valor total dos bens inventariados ultrapassou cento e cinquenta contos de réis.

Denota-se, a partir dessa breve análise, que a solidariedade familiar, certamente, influenciou na expansão dos bens, observada no inventário deste casal constituído por José Carlos Nogueira e Antônia Leopoldina Nogueira. A despeito do fato de a documentação encontrada representar somente um dos herdeiros, percebeu-se que, pelo menos, a Fazenda do Vale Formoso expandiu-se após a morte do padre Antônio Gomes. Importa mencionar que a propriedade no Arraial de Baependi pertencia também aos herdeiros, Mariana Esmeria Nogueira e Teodoro Francisco Nogueira. Igualmente, duas partes da casa da Fazenda do Vale Formoso, também pertenciam à sobredita Mariana, de herança paterna e de compra feita a Manoel Gomes Nogueira, todos eles, herdeiros do padre Antônio Gomes.

É impossível presumir o destino dos outros herdeiros e da legítima paterna de cada um deles. Todavia, no que se refere à Fazenda, pode-se afirmar que houve ampliação, graças ao investimento do casal José Carlos e Antônia. Possivelmente, o padre Antônio Gomes conhecia muito bem seu genro, ao ponto de tê-lo nomeado testamentário e tutor de seus órfãos, quiçá tenha contratado esse casamento, utilizando-se dessa estratégia para a ampliação de sua fortuna.

³¹ "A criação de animais e a produção de gêneros voltados para o abastecimento e a comercialização com praças regionais e o Rio de Janeiro garantiram o sucesso dos empreendimentos agropastoris, a que as gerações seguintes puderam dar continuidade". ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. Cit.*, 2008, p. 212.

Tratando-se dos netos do sacerdote, filhos do casal supracitado,³² em 1860, Amaro Carlos Nogueira residia em São Paulo, “estudante do Curso Jurídico”, era devedor do inventário paterno do valor de um conto de réis, por “despesas” feitas com seus estudos. Embora a inventariante Dona Antônia Leopoldina tenha se casado novamente, foi classificada, na justificação de tutela de seus filhos, como pessoa capaz de dar conta de sua educação, pela orientação dada aos filhos, nos seguintes termos: “alguns em colégios e o mais velho na Academia de São Paulo, a fim de formar-se e duas meninas, Maria e Mariana, no Colégio de São João del-Rei, e os demais órfãos já frequentaram o Colégio de Baependi, depois da supressão deste, seguiram para São João del-Rei”.³³ De acordo com essas informações, os netos do padre Antônio Gomes foram orientados para os estudos, graças ao papel desempenhado por seus pais, que, à semelhança dos pais (sacerdotes), preocupavam-se com a formação de seus filhos.

Voltando-se para o padre Antônio Gomes, na Fazenda do Vale Formoso, junto aos familiares, constituiu um patrimônio material considerável. A grandeza dos negócios, certamente, contou com o envolvimento dos filhos e genros. Em 1856, alguns anos depois do falecimento do sacerdote, o tutor dos menores prestou contas da tutela. De modo geral, os filhos homens aprenderam as primeiras letras e contas e, enquanto menores, aplicaram-se no trabalho da cultura e lavoura. As mulheres receberam a “educação própria do seu sexo” e casaram-se. Referindo-se ao filho menor, manifestou-se da seguinte

³² São eles: “Amaro Carlos Nogueira, residente na cidade de São Paulo; José Carlos Nogueira; Tristão Antônio Nogueira; Antônio Gomes Nogueira; Dona Maria Umbelina Nogueira, residente em São João del-Rei; Dona Mariana Leopoldina Nogueira; Joaquim e Dona Elisia”. AHETII/IPHAN. Inventário de José Carlos Nogueira. 1859. cx. 07, fl. 3.

³³ AHETII/IPHAN. Inventário de José Carlos Nogueira. 1859. cx. 07, fl. 44.

forma: “o órfão Tibério acha-se, atualmente, com dezenove anos, sabe ler, escrever e contar, a doutrina cristã e vive, constantemente, empregado no trabalho de cultura, debaixo das vistas e administração dele”. Percebeu-se que todos os filhos do padre Antônio Gomes trabalharam na propriedade, inclusive o menor e, nesse caso, administrado pelo tutor. Conforme os estudos de Marcos Andrade: “os filhos poderiam ser iniciados, ainda bem jovens, na lida agrícola ou na mercantil e, mais tarde, na idade adulta, seguiam os passos dos pais” (ANDRADE, 2008: 215). Com a morte do tutor, nomeou-se outro responsável para administrar o órfão Tibério e seus bens. O juramento realizado pelo novo tutor demonstrou a preocupação com o órfão, de maneira seguinte: “jurou haver de servir de tutor do órfão Tibério, filho legitimado do finado padre Antônio Gomes Nogueira Freire, zelando-o, tratando-o e instruindo-o nos Dogmas religiosos, empenhando-se, quanto lhe for possível, na conservação de sua pessoa e de seus bens”.³⁴.

Com base no exposto, os filhos de clérigos deveriam ser tratados pelos tutores da mesma forma que o seriam por seus pais/sacerdotes, tal como o Padre Antônio Gomes, que cuidara muito bem de sua prole. Tivera filhos antes e depois de tornar-se presbítero e, solidariamente, constituiu com eles uma riqueza considerável. Mais uma vez, destacou-se a importância do vínculo familiar para o sucesso dos negócios. Esses sacerdotes assumiram, plenamente, a paternidade: abasteceram seus domicílios com os elementos materiais necessários ao compartilhamento da família; desenvolveram atividades econômicas juntamente aos herdeiros e, com isso, amealharam considerável fortuna; assumiram suas ordens como padres nas vilas mineiras e

³⁴ AHETII/IPHAN. Inventário do padre Antônio Gomes Nogueira Freire. 1845. cx. s/n, fl. 144.

trataram de educar seus filhos, amando-os, protegendo-os e doutrinando-os. Constituíram suas fazendas: Tanque e Vale Formoso, nas quais consolidaram-se como padres fazendeiros e contribuíram diretamente para a diversidade da economia mineira no século XIX.

REFERÊNCIAS

- AEAM. De Genere do padre Francisco Ferreira da Silva. 1797. armário. 4. pasta. 545.
- AEAM. De Genere do padre de João Pedro dos Santos. 1825. armário. 13. pasta. 721.
- AHETII/IPHAN. Inventário do padre Antônio Gomes Nogueira Freire. 1845. cx. s/n.
- AHETII/IPHAN. Inventário do padre Francisco Ferreira da Silva. 1843. cx. 452.
- AHETII/IPHAN. Inventário de José Carlos Nogueira. 1859. cx. 07.
- AHETII/IPHAN. Inventário de José Ferreira da Silva. 1810. cx. 489.
- AHETII/IPHAN. Inventário de Maria Cleofa Buena. 1825. cx. 538.
- AHETII/IPHAN. Testamento do padre Francisco Ferreira da Silva, 1837. cx. 151.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais Campanha da princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- ARANTES, Sirleia Maria. *No rendilhado do cotidiano: a família dos libertos e seus descendentes em Minas Gerais (C. 1770 – C. 1850)*. Curitiba: Appris, 2020.
- ARAÚJO, Maria Marta. *Com quantos tolos se faz uma república?: Padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- CHAVES, Cláudia Maria G. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GAIO SOBRINHO, Antônio. *Memórias de Conceição da Barra de Minas*. São João del-Rei: Edição do autor, 1990.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

LISTA NOMINATIVA. 1840. Conceição da Barra. Quarteirão 01. Fogo 01. Disponível em: <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>. Acesso em 19 janeiro de 2013.

MILAGRE, Marcela Soares. *Entre a bolsa e púlpito: eclesiásticos e homens do século nas Minas de Pitangui (1745-1793)*. (Dissertação de Mestrado). UFSJ: São João del-Rei, 2011.

ÓBITOS. *Testamento do padre Antônio Gomes Nogueira Freire*. 1845.

PROJETO COMPARTILHAR. *Aportes à Genealogia Paulistana*. Coordenação: Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira. Família de João Gonçalves de Mello. Disponível em: <www.projetocompartilhar.org>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem ao Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo, 1822*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2011.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas mineiras do período colonial*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

9

PAPÉIS DA LIBERDADE: OS REGISTROS CARTORIAIS DAS ALFORRIAS E AS FORMAS DE CONCESSÃO – TERMO DE SÃO JOÃO DEL-REI, C.1830 - C1860

*Bruno Martins de Castro*¹

“PARA A CONSERVAÇÃO DO MEU DIREITO”

São João del-Rei, 19 de maio de 1837. O forro Antônio Pereira da Costa obteve uma nova carta de alforria, conferida agora pelos herdeiros de sua antiga senhora, já falecida, dona Júlia Máxima da Costa. Antônio alegou não ter mais em seu poder o documento original, que, por ter sido entregue a juízes de paz e camaristas, se desencaminhou. Como presumidamente não o havia lançado antes em cartório, o liberto foi bem mais cauteloso com a segunda carta, tratando logo de registrá-la nos livros de notas, no dia seguinte ao de seu recebimento². Poucos anos antes, a 4 de março de 1833, em Volta Redonda, a escrava Inácia Maria recebeu de seus senhores, coronel José Pedro Vieira Ferraz e seu irmão capitão Antônio Carlos Vieira Ferraz, liberdade onerosa. O marido da alforriada, Guilherme, um crioulo forro, desembolsou 150\$000 para o pagamento dos manumissores, que declararam passar novamente uma outra carta de alforria a Inácia, visto ter a primeira sido perdida. Três meses depois, o novo título fora trasladado no tabelionato público de São João del-Rei.³

¹ Professor efetivo da SEE/MG, mestre em História pela UFSJ e integrante do grupo de pesquisa “Escravidismo atlântico: família, riqueza e cultura” (UFMG-CNPq). E-mail: brunomartinsdecastro@gmail.com.

² AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 2º ofício de São João del-Rei. Cx. 2. Liv. 11, fls. 43 v., 44 f.

³ AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 9. Liv. 27, fls. 162 f. v.

Casos como esses são bastante ilustrativos de como os libertos consideravam a importância e necessidade de terem suas cartas de alforrias lavradas em cartório. Tal prática, ainda que não fosse legalmente obrigatória, representava uma forma dos alforriados reforçarem, publicamente, seu status jurídico, evitando que pairassem incertezas sobre sua nova condição. Muito provavelmente, foi esse o motivo que levou Antônio da Costa e Inácia Maria a ratificarem suas novas cartas de liberdade junto ao tabelião. No caso dela, fazer isso talvez fosse ainda mais premente, pois, como fora liberta na província do Rio de Janeiro, pode-se imaginar que tenha migrado para São João del-Rei, onde não devia ser conhecida. É evidente que, em algumas circunstâncias, o simples reconhecimento social e as relações que os ex-escravos estabeleciam em suas comunidades eram suficientes para atestar em favor da afirmação de suas liberdades, dispensando qualquer documentação comprobatória (GUEDES, 2008). Todavia, supomos que grande parte dos títulos de liberdade sanjoanenses outorgados em papéis particulares, fosse como fosse, acabavam sendo lançados nos códices notarias, como uma forma de se dar conhecimento público, legitimidade e segurança às alforrias e aos prováveis termos em que foram ajustadas.

Em um conjunto de 355 alforrias pesquisadas, encontramos apenas dois registros referentes a liberdades dadas no sacramento do batismo. Em um deles, dona Paula Joaquina da Conceição declarou estar com mais de 70 anos e que, para tranquilidade de seu espírito e consciência, esperava que, com sua morte, a liberdade conferida na pia a Ana parda não fosse prejudicada. Por essa razão, a alforriante, viúva de Caetano José Pinto, moradora em Carandaí de Cima, termo da vila de São José,

solicitou que fosse lavrado nas notas do tabelião, em 11 de maio de 1857, o assento de batismo de Ana:

Aos vinte dias do mês maio de mil oitocentos e cinquenta e quatro, na Ermida da Cachoeirinha, com licença batizei solenemente e pus os santos óleos a Ana, nascida aos vinte e dois dias do mês de março de mil oitocentos e cinquenta e quatro, filha natural de Jerônima parda, escrava de Paula Joaquina, que declarou que se batizasse por forra a dita Ana. Foram padrinhos Joaquim Damásio e Francisca Antônia dos Santos, mulher de Caetano José Alves. O padre Pedro Ribeiro de Resende⁴.

A escassez de registros dessa natureza em cartório atesta que, no mais das vezes, o ato de dar a alforria no batismo tornava dispensável qualquer outra forma de validação legal. Chama nossa atenção, contudo, que tanto no caso exposto quanto no outro, as manumissões foram conferidas em paróquias fora dos limites do termo de São João del-Rei. Isso nos sugere que a revalidação das alforrias batismais em cartório poderia ser necessária em situações em que se desejasse dar maior vigor e notoriedade pública à liberdade em um novo ambiente social, onde a condição de forro ainda fosse anônima.

As manumissões dadas em verbas de testamento, possuindo a mesma legitimidade da escrituração notarial, desobrigavam, do mesmo modo, a uma nova autenticação. Mesmo assim, não foi incomum encontrarmos registros cartoriais de liberdades conferidas por algum herdeiro ou testamentário em cumprimento das últimas vontades de um senhor falecido. Localizamos 25 alforrias (7,0 % de nossa amostra) outorgadas nessas circunstâncias. Felisberto Pinto de Almeida e Lara, satisfazendo as determinações do padre Francisco Pinto de Góis e Lara,

⁴AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 37, fls. 39 f. v.

de quem era afilhado e testamenteiro, passou liberdade, em 2 de agosto de 1835, a Antônio moçambique. Este alcançou o benefício, logo que, pagou, em serviços, o importe em que fora coartado⁵. De maneira semelhante, Mariana Vieira da Fonseca estabeleceu, em seu testamento, que se outorgasse, quatro anos após seu falecimento, liberdade a José congo. Como esse tempo já havia se completado, o testamenteiro Bento José Ferreira, no distrito de Conceição da Barra, em 31 de dezembro de 1832, deu ao escravo sua alforria⁶.

Além desses exemplos, não podemos desconsiderar que a morte do senhor, normalmente, provocava certa apreensão entre seus escravos. Esse era um momento de grande insegurança quanto aos destinos de suas vidas e de seus familiares. Nesse contexto, as chances de se obter a liberdade poderiam se concretizar ou desaparecer por completo. Aqueles cativos que tivessem a promessa da alforria ou dispusessem de um pecúlio para adquiri-la saíam na frente daqueles que não tivessem tido recursos suficientes para negociar benefícios e oportunidades com seus falecidos senhores e seus herdeiros. A atuação destes últimos, algumas vezes, poderia dificultar ou mesmo obliterar o acesso à liberdade. Em outros momentos, sua boa vontade e consideração foram decisivas para garanti-la (LARA, 1988; CHALHOUB, 2011). Em 19 de fevereiro de 1855, Barnabé crioulo ganhou sua liberdade graças à interferência de Caetano José Rodrigues e sua mulher, dona Maria José Alves Pamplona, herdeiros do finado padre José Maria Corria Pamplona. Segundo o casal, a alforria de Barnabé poderia ter sido esquecida pelo padre, na hora de sua morte, porém manifestaram a intenção em

⁵ AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 9. Liv. 29, fls. 24 f. v.

⁶ AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 9. Liv. 28, fls. 33 v., 34 f. v.

[...] cumprir o que sem dúvida involuntariamente deixou ele de fazer, isto é, premiar a virtude por tudo isso e pelos excelentes serviços que prestou à casa lhe damos por esta a liberdade para que a goze como que se [de] ventre livre nascesse [...] e quando por ventura o nosso quinhão hereditário não seja igual ao valor do mesmo escravo descrito no inventário nós por caridade e reconhecimento indenizamos o resto a dinheiro ao monte partível⁷.

Não só se lembraram de alforriar o pobre Barnabé, pajem do falecido vigário, como também se dispuseram a inteirar, caso fosse preciso, o valor necessário para sua liberdade.

Entre os forros, o falecimento de seus antigos senhores poderia também provocar, em determinadas situações, insegurança quanto à manutenção de suas liberdades. Herdeiros e legatários ardilosos e avarentos, sequiosos de não se verem prejudicados na partilha do espólio, talvez questionassem, ou mesmo, impugnassem o benefício senhorial concedido, verbalmente, ou por papel particular a um escravo (GRINBERG, 2006). Deve ter sido o receio de que isso pudesse acontecer que levou Bárbara crioula e as mulatas Sabina e Cristina a apresentarem-se, em 5 de junho de 1830, no tabelionato de notas, para dar validade e reconhecimento às suas cartas de alforria. A essa altura, dona Francisca Maria Esperança de Mendonça, ex-senhora das três libertas, já era defunta⁸. Nos registros não constam as datas de concessão das alforrias e, no testamento de dona Francisca, redigido, em 11 de setembro de 1818, não há menção à manumissão de nenhuma das três ou de quaisquer outros escravos⁹. Então, é quase certo que essas

⁷ AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 34, fls. 88 v., 89 f.

⁸ AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 8. Liv. 25, fls. 82 v., 83 f. Livro de Notas do 2º ofício de São João del-Rei. Cx. 2. Liv. 8, fls. 21 f. v., 22 f.

⁹ AHET-II – IPHAN/SJDR. Testamento de dona Francisca Maria Esperança de Mendonça. 1830. Cx. 84.

liberdades tenham sido passadas depois que as últimas vontades da senhora tivessem sido declaradas. De todo modo, a agilidade com que as alforrias foram passadas em cartório impressiona. O curto espaço de tempo entre a morte da senhora, em 30 de maio de 1830, e o traslado das cartas, cinco dias depois, não parece simples acaso. Era esse o meio mais seguro de que os libertos dispunham para preservar, legalmente, sua condição, afastando qualquer provável ameaça que lhes pudesse ser infligida.

As manumissões eram copiadas nos livros de notas sob a designação de “carta de liberdade”, “escritura de liberdade” ou, mais comumente, “título de liberdade”. Os intervalos, entre a data de sua concessão e a de seu registro efetivo pelo escrivão, poderiam variar bastante, dependendo da conveniência em se validar o documento. No levantamento das alforrias, constatamos que em apenas 2,0% dos casos não é informado o período em que a carta foi outorgada. Assim, temos 348 assentos em que foi possível identificar a diferença temporal a partir das duas datações. Os dados apresentados pela tabela 1 mostram-nos que mais de 2/3 das alforrias foram lançadas no mesmo ano de sua concessão. Para se ter uma ideia, somente aquelas registradas dentro do mês em que foram outorgadas correspondem a quase 40,0% do total. Por outro lado, as alforrias cuja intermitência para sua lavratura foi mais dilatada, ultrapassando três anos, perfazem uma cifra bem menor, de apenas 23,0%. Esse comportamento, portanto, revela que o grosso dessas alforrias foram registrados nos cartórios do 1º e 2º ofício de São João del-Rei, em data relativamente próxima a de quando foram conferidas.

Tabela 1 – Intervalo entre a concessão das alforrias e seus registros nos livros de notas – São João del-Rei (1830-1860).

Intervalo	Nº Alforrias	%
Mesmo dia ou 1 dia	44	12,6
De 2 dias a 1 semana	36	10,3
De 1 semana e 1 dia a 1 mês	59	17,0
De 1 mês e 1 dia a 6 meses	56	16,1
De 6 meses e 1 dia a 1 ano	41	11,8
De 1 ano e 1 dia a 3 anos	32	9,2
De 3 anos e 1 dia a 6 anos	23	6,6
Mais de 6 anos e 1 dia	57	16,4
Total	348	100,0

Fonte: AHET-II – IPHAN/SJDR. Livros de Notas do 1º e 2º ofício de São João del-Rei (1830-1860).

Em 2 de julho de 1835, Felício crioulo, de seis anos de idade, filho dos escravos Lourenço benguela e Rita crioula, recebeu sua carta de alforria. A concessão fora feita, gratuitamente, pelo capitão José Alves Garcia, em razão dos bons serviços prestados pelos pais do menino e do “muito amor que lhe tinha”. Nesse mesmo dia, sem nenhuma delonga, sua manumissão foi registrada¹⁰. Já a crioula Eva Joaquina de Magalhães, muito mais tempo levou para ter sua liberdade oficializada. Escrava do tenente Caetano Alves de Magalhães, Eva, então com 5 anos de idade, havia sido doada à dona Francisca Cândida de Magalhães. Porém, como o tenente ainda não a havia entregado, preferiu oferecer um moleque de nome Francisco em seu lugar, pois declarou ter se

¹⁰ AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 9. Liv. 28, fls. 88 v., 89 f.

afeiçoado a ela. Desse modo, em 7 de abril de 1817, passou-lhe alforria gratuita, que somente mais de 38 anos depois, em 20 de agosto de 1855, foi lavrada nos livros notariais¹¹.

A alforria de um dos membros da família poderia representar um ganho substancial para o exercício da política de domínio senhorial. O capitão José Alves Garcia talvez estivesse ciente de que a liberdade concedida a Felício crioulo pudesse atender, duplamente, a seus interesses. Por um lado, mantendo seus pais na escravidão, reforçaria os laços de proximidade e dependência do liberto. Por outro, alimentaria no casal Lourenço e Rita a expectativa de um dia, como o filho, receberem a liberdade, fazendo deles cativos cada vez mais obedientes e leais¹². Já no caso de Eva crioula, é razoável imaginar que, mesmo liberta, tenha continuado, por longos anos, na companhia do tenente Caetano Alves de Magalhães, desfrutando de sua assistência, estima e proteção. Os vínculos tecidos durante essa convivência permitiram-lhe, inclusive, adotar e ostentar, publicamente, o sobrenome senhorial como, aliás, era comum entre alguns alforriados¹³. Decorridos quase quarenta anos de sua liberdade, Eva já devia ter sua condição amplamente reconhecida. Mesmo assim, resolveu registrar sua carta, assegurando a legitimidade de seu direito de forra.

¹¹ AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 34, fls. 94 v., 95 f.

¹² Sobre como as alforrias cindiam algumas famílias escravas entre o cativo e a liberdade e o uso político que os senhores faziam disso, cf. MATTOS (1998) e SOARES (2009).

¹³ De acordo com Perdigão Malheiros (1976, p. 128-129), entre os romanos “o liberto devia considerar-se membro da família do patrono, que a seu respeito era havido por *agnado*; parentesco fictício, donde derivam todos aqueles direitos – *jura patronatus*. – Daqui vinha que os libertos tomavam, ordinariamente, os nomes e prenome dos patronos; se reputavam ligados à casa ou família destes; e neles deviam achar um protetor, um defensor, um pai, que tinha obrigação de alimentar o liberto e valer-lhe quando necessitado”. Márcio Soares (2009) argumenta que, para Perdigão Malheiro, apesar de no Brasil ser habitual alguns libertos adotarem o sobrenome de seus antigos senhores, a alforria não engendrava qualquer espécie de parentesco fictício. Divergindo dessa posição, Soares defende que, em uma sociedade assentada no patriarcalismo, é muito provável que os laços morais que ligavam senhores a seus ex-escravos tenham, sim, alinhavado esse parentesco fictício entre as partes.

CONCESSÃO E TIPOLOGIA DAS ALFORRIAS CARTORIAIS.

No estudo das manumissões, nos deparamos com uma grande variedade de formas pelas quais os escravos adquiriam sua liberdade. Os tipos das alforrias, para além de uma simples variável de análise, são a expressão de um contexto no qual se engendravam as relações e as negociações entre cativos e seus senhores. Considerando isso, buscamos estabelecer uma detalhada tipologia das manumissões praticadas em São João del-Rei, classificando-as como: pagas, gratuitas, condicionais, pagas/condicionais, coartações, coartações/condicionais e substituição. Embora nem sempre haja coincidência entre essas modalidades e as definidas por outros historiadores, o que claramente nos impõe desafios em termos comparativos, acreditamos que, por meio dessa classificação, conseguiremos entender melhor as especificidades e complexidades inerentes aos processos de cada um dos tipos dessas liberdades.

À primeira vista, pelos dados apresentados na tabela 2, evidencia-se a predominância das alforrias gratuitas, seguida pelas condicionais, as pagas e as concedidas sob outras modalidades. Mas, antes de analisarmos mais detidamente essas informações, alguns esclarecimentos fazem-se necessários. São tidas por gratuitas as manumissões em que os escravos não precisavam oferecer nenhuma espécie de pagamento ou cumprir qualquer determinação imposta pelos senhores¹⁴. Isso nos leva a crer que, nesse tipo de alforria, a emancipação ocorria, em geral, de forma imediata, a não ser no caso das

¹⁴ Peter Eisenberg (1989, p. 297) chama a atenção que, “numa outra perspectiva, entretanto, a alforria nunca foi gratuita. Mesmo sem ter de pagar dinheiro ou prestar serviços para receber a alforria, o indivíduo durante sua vida de escravo já entregava valores para o senhor, sem que tivesse havido uma contrapartida de valores iguais entregues ao escravo”.

liberdades testamentárias gratuitas, que impeliam o escravo a esperar pelo falecimento do senhor. As alforrias condicionais, por seu turno, caracterizavam-se por determinadas exigências feitas aos cativos, sendo as mais frequentes servir por um tempo estipulado ou até a morte do senhor. Essas condições tornavam ambíguas a própria posição dos alforriados, situando-os na fronteira entre a escravidão e a efetiva liberdade. Já as alforrias pagas ocorriam quando a quantia necessária para a libertação era satisfeita aos senhores. Para isso, os escravos ou tinham, a duras penas, que acumular um pecúlio ou, simplesmente, contar com a solidariedade daqueles que se dispusesse a ajudá-los monetariamente nessa empreitada.

Tabela 2 – Tipologia das alforrias cartoriais – São João del-Rei (1830-1860).

Tipos das Alforrias	Nº Alforrias	%
Gratuita	173	48,7
Paga	57	16,1
Condicional	110	31,0
Coartação	4	1,1
Paga/Condicional	7	2,0
Coartação/Condicional	3	0,8
Substituição	1	0,3
Total	355	100,0

Fonte: AHET-II – IPHAN/SJDR. Livros de Notas do 1º e 2º ofício de São João del-Rei (1830-1860).

As demais alforrias encontradas, apesar da pequena expressividade, ora podendo ser tomadas como pagas ora como condicionais ou, ainda, uma junção dessas duas, foram classificadas à

parte, por constituírem tipos muito particulares. No caso das coartações, o escravo pagava o valor estipulado por sua liberdade em parcelas, amiúde fixadas pelos senhores dentro de um prazo determinado. Poderia ser um caminho possível para aqueles que não tivessem meios de arcar, integralmente, com seu preço e, porventura, mais rápido do que se ficassem sujeitos a obrigações que se prolongassem por muito tempo. Todavia, assim como os manumitidos sob condição, o coartado situava-se numa zona fluída quanto à sua condição, pois, apenas seria considerado, inteiramente, livre, quando satisfizesse o total de seu preço¹⁵. Foi o que se passou com a escrava Rita parda, cuja senhora, dona Barbara da Conceição, declarou que a “coartei há tempos, em razão de minhas precisões, pela insignificante quantia de 350\$000 que aos poucos foi me satisfazendo até preencher a referida quantia”¹⁶. Talvez esse importe não fosse assim tão insignificante para Rita, mas por ter liquidado o que devia, sabe-se lá mediante a quais esforços e estratégias, seu processo de transição para a liberdade estava terminado.

Não podemos nos esquecer de que sobre as coartações e as alforrias pagas poderiam, ainda, recair, vez por outra, algumas condições específicas. Apenas 2,8% de nossos dados referem-se a situações dessa natureza, como no exemplo de Casemira crioula, que mesmo depois de ter sido coartada por 76\$800, ficou presa pelo resto da vida à sua senhora, obrigada a nunca desemparar nem a ela, nem a seus filhos, aos quais ajudou a criar¹⁷. Por outro lado, as manumissões por substituição

¹⁵ A respeito de dois importantes trabalhos que tratam da prática da coartação, em Minas Gerais, no século XVIII, cf. PAIVA (2009) e SOUZA (1999).

¹⁶ AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 34, fls. 19 v., 20 f.

¹⁷ AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 2º ofício de São João del-Rei. Cx. 2. Liv. 8, fls. 18 f. v.

foram bem mais raras, existindo apenas uma única ocorrência no universo das alforrias investigadas. Nessa modalidade, o próprio escravo ou terceiros ofereciam ao senhor, para que a liberdade pudesse ser concedida, outro cativo em troca. No caso encontrado, Domicina Beralda de Jesus alforriou sua escrava Constança parda por ter Vicente Getúlio de Mendonça e sua mulher, entregado, em seu lugar, um crioulinho de nome Jerônimo¹⁸.

Para facilitar a comparação e tornar nossa análise mais ágil, optamos por reunir todas as alforrias que tiveram algum tipo de ressarcimento em valores, seja por meio do pagamento integral ou da coartação, seja por troca de escravo, em uma mesma categoria. Assim, de acordo com nossos dados, constatamos que as alforrias estritamente gratuitas perfizeram 48,7% dos 355 registros compilados, as conferidas apenas condicionalmente 31,0% e as que tiveram alguma forma de pagamento 20,3%. A maior parte dos trabalhos que abordam o tema, entretanto, tem considerado a gratuidade como uma forma pouco frequente entre as manumissões. Kátia Mattoso (2004) verificou essa tendência analisando 13.127 cartas de liberdade lançadas nos livros dos tabelionatos da Bahia, no período de 1819 a 1888. Por meio desse levantamento, a autora contabilizou que 45% das alforrias foram pagas em dinheiro, 8% passadas a escravos idosos ou enfermos sem valor, 21% impuseram condição aos escravos e os outros 26% restantes outorgadas gratuitamente. Dessa forma, considerando apenas as manumissões outorgadas a título oneroso, em que houve pagamento e/ou alguma condição, chegamos a uma proporção de quase 2/3 de todos os registros baianos.

¹⁸ AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 32, fls. 21 f. v.

Uma situação bastante semelhante foi percebida por Mary Karasch (2000) para o Rio de Janeiro. Em um levantamento de 904 cartas de alforrias concedidas, entre 1807 e 1831, a autora identificou a presença de 39,4% de liberdades compradas e 21,6% conferidas sob condição. Já para a região de Campos dos Goitacazes, Márcio Soares (2009) encontrou um quadro inverso. Dos 389 escravos manumitidos nos livros de notas, no período de 1735 a 1831, 42,8% receberam suas manumissões condicionalmente e 27,6% pagaram por elas. Mas ainda assim, agrupando essas duas modalidades, temos uma cifra de mais de 70% de liberdades em que a gratuidade não esteve presente. Se procedermos também dessa maneira, veremos, em contrapartida, que nossos dados apresentam uma distribuição muito mais equilibrada. As alforrias que tiveram algum tipo de compensação pecuniária e/ou estabeleceram cláusulas condicionais sobrepujaram as gratuitas em ínfimos 1,3%.

Peter Eisenberg (1989) também encontrou uma distribuição, praticamente, igual entre os tipos das alforrias cartoriais de Campinas, registradas de 1798 a 1888. Entre as 2.277 liberdades pesquisadas, 1.135 foram classificadas como gratuitas e 1.142 como onerosas. No entanto, como o autor fez bem questão de advertir, esse perfil, quando analisado, apressadamente, pode encobrir diferenças importantes. Até, pelo menos, meados da década de 1870, as manumissões onerosas predominaram sobre as gratuitas numa razão de 2:1. A partir desse momento, porém, as formas gratuitas começaram, paulatinamente, a apresentar um desempenho ascendente. Tanto que, nos dois últimos anos que antecederam ao da abolição da escravidão, momento em que se verificou uma grande explosão no número das alforrias, as gratuitas atingiram 61,9 % dos casos, enquanto as onerosas apenas 38,1%. Temendo a reação dos segmentos hostis à sobrevivência da escravidão,

os senhores viram na gratuidade das alforrias uma importante saída política em meio à crise social da abolição.

Além da alta incidência das alforrias pagas e condicionais, a historiografia também vem chamando a atenção para determinados grupos sociais que, mais do que outros, conseguiram romper as barreiras do cativeiro. Conforme Jacob Gorender (2010) sinalizou, em uma síntese clássica acerca dos padrões das alforrias no Brasil, as mulheres e os escravos nascidos no Brasil foram, frequentemente, os mais beneficiados com a alforria. No intuito de avaliar com mais propriedade essa generalização, faz-se necessário conhecermos, detalhadamente, as características das manumissões em São João del-Rei por meio do cruzamento de suas modalidades com o gênero e a naturalidade dos libertos. Dessa maneira, esperamos poder traçar o perfil típico dos alforriados diante das formas, a partir das quais suas liberdades eram adquiridas.

Para a leitura da tabela 3, é importante ressaltar que classificamos como africanos todos aqueles alforriados que foram designados como tal; os que tinham seus nomes vinculados aos seus grupos de procedência (mina, cabinda, angola, nagô, moçambique etc.); e aqueles, genericamente, denominados como “de nação”, “da costa” ou “preto”. Ainda que este último termo pudesse servir para caracterizar qualquer escravo, seu emprego era muito mais frequente em relação aos africanos. Quanto aos brasileiros, consideramos os que foram descritos como crioulos, pardos, mulatos e cabras. A designação “crioulo” era, genericamente, utilizada para se referir aos escravos nascidos no Brasil, entretanto, muito ocasionalmente, poderia também ser empregada para se referir aos escravos que tivessem nascido em colônias

portuguesas na África¹⁹. Os alforriados incluídos na categoria de indefinidos não possuíam qualquer termo ou referência que pudessem ser tomados para identificar sua origem.

Tabela 3 – Tipologia das alforrias cartoriais por naturalidade e gênero – São João del-Rei (1830-1860).

Tipos das Alforrias	Africanos		Brasileiros		Indefinidos		Total Gênero			
	M	F	M	F	M	F	M	%	F	%
Gratuita	13	16	44	77	11	12	68	43,9	105	52,5
Paga	12	3	17	22	1	2	30	19,4	27	13,5
Condicional	16	14	34	41	1	4	51	32,9	59	29,5
Coartação		1		3				0,0	4	2,0
Paga/Condicional	2	2	2	1			4	2,6	3	1,5
Coartação/Condicional	1		1	1			2	1,3	1	0,5
Substituição				1				0,0	1	0,5
Total Alforrias	44	36	98	146	13	18	155	100,0	200	100,0
Total Geral	80		244		31		355			

Fonte: AHET-II – IPHAN/SJDR. Livros de Notas do 1º e 2º ofício de São João del-Rei (1830-1860).

As informações reveladas pela tabela acima são inequívocas quanto à preponderância dos cativos brasileiros no conjunto dos manumitidos, correspondendo a 244 registros ou 68,7% de nossa amostragem. Para a comarca de Ouro Preto, entre os anos de 1808 e 1870, Andréa Gonçalves (2011) encontrou uma situação muito semelhante. Os escravos nascidos no Brasil, englobados pela autora na categoria de “crioulos”,

¹⁹ Sobre os usos das designações “preto” e “crioulo” no âmbito da sociedade escravista brasileira, cf. KARASH (2000); SOARES (2000). A palavra “crioulo” aparece no dicionário de Raphael Bluteau, do século XVIII como: “escravo, que nasceu na casa de seu senhor”. Por ser o termo “crioulo” bastante abrangente, podendo se referir tanto aos pardos, mulatos e cabras quanto aos próprios crioulos, optamos por empregar em seu lugar, ao longo do texto, as expressões “nascidos no Brasil”, “brasileiros” ou “nativos”.

corresponderam a 70,8% dos 1.894 alforriados no período. Porém, esse nem sempre foi o padrão verificado para outras regiões brasileiras. Kátia Mattoso (2003), por exemplo, constatou que, em Salvador, na primeira metade do século XIX, o índice dos africanos alforriados chegou perto dos 80%. Nesse mesmo período, no Rio de Janeiro, Sheila Faria (2004) observou um predomínio, embora não tão expressivo, dos nascidos na África entre os manumitidos. Da mesma forma, os dados de Manolo Florentino (2005) indicam que, entre as décadas de 1840 e 1850, a presença dos africanos representava de 49,8% a 52,0% das manumissões cariocas. O recrudescimento do tráfico, nas primeiras décadas do oitocentos e o decorrente impacto demográfico causado pela entrada maciça de novos cativos, nessas cidades portuárias, foram, seguramente, os principais fatores a incidir no maior número de alforrias passadas aos africanos.

Como largamente demonstrado pela historiografia, as áreas mais dinâmicas da província de Minas Gerais também foram grandes importadoras de escravos provenientes do tráfico atlântico negreiro, principalmente nos últimos anos que antecederam ao de sua proibição legal, em 1831. Então, como explicar o elevado número de nascidos no Brasil, entre os alforriados de São João del-Rei? Não obstante tenha a introdução de africanos sido contínua e crescente na região, acreditamos que os dados das manumissões podem ser tomados como razoáveis indicadores da expressiva proporção de brasileiros entre os escravos sanjoanenses. Além disso, não podemos nos esquecer de que os nativos possuíam certas vantagens que concorriam para que saíssem na frente dos africanos, no processo de busca pela liberdade. Falar português; estar já ambientado em sua comunidade; desfrutar de maior proximidade com o senhor e sua família; e ter ligações familiares que

pudessem lhe facultar alguma ajuda: eis alguns dos principais atributos para o seu sucesso.

Em relação ao gênero dos cativos alforriados, tem sido unânime entre os historiadores a constatação de que as mulheres, tanto no período colonial quanto no Império, foram as mais privilegiadas, apesar de terem sido menos numerosas entre os escravos. Kátia Mattoso (2004) estimou que, para Salvador, entre 1819 e 1888, as mulheres representaram quase o dobro dos homens alforriados. Para Campinas, de 1798 a 1888, essa proporção foi mais modesta, cabendo ao gênero feminino 51,9% das manumissões (EISENBERG, 1989). Tendência muito semelhante foi encontrada também por Gabriel Aladrén (2009), entre 1800 e 1835, para a província do Rio Grande de São Pedro, no sul do país. O autor verificou que, dos 771 escravos alforriados, 445 eram mulheres, o que representa, aproximadamente, 58% dos manumitidos.

Nossos dados mostram que São João del-Rei não fugiu à regra. Entre os alforriados, as mulheres foram responsáveis por 200 registros, o que corresponde a 56,3% das manumissões. Mas, essa proporção variou conforme o grupo de origem. Entre os brasileiros, 146 alforrias (59,8%) pertenciam ao gênero feminino. Essa predominância se repete também no pequeno segmento dos alforriados cuja origem não pudemos precisar. Nele, as mulheres foram responsáveis por 18 manumissões (58,1%). Já, entre os africanos, a situação foi outra. A distribuição apresentou-se desfavorável para as mulheres, visto que 36 (45,0%) delas alcançaram suas liberdades. Mesmo que tenha sido esse o caso, os homens apenas as suplantaram em 5,0%, o que nos sugere que essa desproporcionalidade, praticamente, não afeta o padrão geral encontrado. Andréa Gonçalves (2011) identificou um comportamento muito parecido entre os africanos alforriados em Mariana e Ouro Preto,

onde 52,8% eram homens e 47,2% mulheres. Concordamos com ela na assertiva de que essa proporção não é representativa do perfil da população cativa introduzida pelo tráfico, já que, em média, chegavam aos portos brasileiros três africanos para cada uma africana. Portanto, como os mecanismos que conduziam à liberdade não se definiam apenas em função do tráfico, não restam dúvidas quanto ao predomínio feminino no conjunto dos alforriados.

Muitas têm sido as hipóteses aventadas pela historiografia para justificar o alto número de alforrias concedidas às mulheres. Uma primeira explicação para isso, é o fato de as escravas terem conseguido, por meio de inúmeras atividades – atuação no pequeno comércio, realização de trabalhos artesanais, prostituição, amas de leite etc. –, o pecúlio necessário para pagar por sua liberdade. Além disso, por terem um valor inferior ao dos homens, seriam capazes de mais facilmente arcar com seu custo. Em segundo lugar, as cativas gozavam de uma maior proximidade afetiva com seus senhores, muitas vezes convivendo, diretamente, com eles e suas famílias. Ao contrário dos escravos, preferencialmente designados para tarefas que exigiam maior força física, como as lides agropecuárias, as mulheres, mesmo após serem libertas, tenderiam a permanecer perto de seus antigos proprietários, talvez realizando ainda alguns pequenos serviços domésticos. Por fim, outro motivo se refere à intenção, frequentemente, de familiares escravos, de se investir na alforria feminina para se libertar também o ventre, já que, legalmente, o filho seguia a condição jurídica da mãe. Essa seria a forma de se romper com a perpetuação de descendentes que nascessem sob o julgo do cativo (EISENBERG, 1989; FARIA, 2004; GONÇALVES, 2011; MATTOSO, 2004).

No que concerne à tipologia das manumissões, observamos que 52,5% das mulheres adquiriram sua liberdade gratuitamente, 29,5% estritamente de forma condicional e 18,0% realizando algum tipo de pagamento. No tocante aos homens, as alforrias gratuitas responderam por 43,9%, as concedidas apenas condicionalmente por 32,9% e as pagas por 23,3%. De modo geral, as modalidades das manumissões apresentaram, mais ou menos, a mesma distribuição nos dois gêneros. Contudo, quando analisamos também a naturalidade dos manumitidos, algumas desproporcionalidades podem ser mais perceptíveis, o que pode ser importante para nos ajudar a avaliar em que medida as variáveis de gênero e origem poderiam ter influenciado nas formas das alforrias sanjoanenses.

Tomemos por referencial as alforrias gratuitas. Vemos que elas constituíram a maioria absoluta dos tipos de liberdade passadas ao conjunto das mulheres. Esse padrão também foi verificado no caso específico das brasileiras, pois de suas 146 manumissões, 77 (52,7%) foram conferidas sem nenhuma contrapartida indenizatória. Em relação às 36 africanas alforriadas, os títulos gratuitos, apesar de proporcionalmente representativos, não compuseram a maior parte das liberdades, correspondendo a 16 registros (44,4%). Os brasileiros, por seu turno, ombrearam as africanas em termos percentuais, uma vez que, das 98 alforrias obtidas por eles, 44 (44,9%) não tiveram ônus algum. Por outro lado, o grupo dos africanos alforriados, entre todos os demais, foi o que apresentou a menor incidência do tipo gratuito. Apenas 13 (29,5%) de suas 44 manumissões se enquadraram nessa modalidade. Talvez por serem mais necessários no desempenho de certas atividades e disporem de meios mais eficientes para acumular pecúlio, os homens

nascidos na África lograram pouco êxito em conseguir de seus senhores liberdades gratuitas.

Mais uma vez, os dados sobre as alforrias da comarca de Ouro Preto nos servem de contraponto. Ao contrastar, da mesma maneira, o gênero e a origem dos alforriados com a modalidade das manumissões, Andréa Gonçalves (2011) verificou que, entre os homens, os brasileiros foram responsáveis por 25,7% das alforrias incondicionais – isentas de qualquer forma de pagamento ou obrigações impostas aos escravos –, e os africanos por 30,9% dessas liberdades. Já, no caso das mulheres, alcançaram também alforrias de modo incondicional 30,7% das brasileiras e 34,9% das africanas. Em vista disso, a autora conclui que a pequena diferença entre os grupos não era significativa, mostrando que a naturalidade e o gênero não eram determinantes na definição do tipo das alforrias conferidas.

Quanto aos nossos dados, observamos que as mulheres nascidas no Brasil foram as mais bem-sucedidas em alcançar a alforria gratuita. Na esteira delas, vinham os homens brasileiros e, logo em seguida, as mulheres africanas. Os homens nascidos na África, ao que tudo indica, frequentemente tinham de comprar sua liberdade ou cumprir alguma condição determinada por seus senhores, como a de servi-los enquanto fossem vivos. Dessa maneira, é possível acreditar que o gênero e a origem, principalmente levando-se em conta os atributos concernentes a cada grupo, possam ter tido alguma influência sobre a forma das manumissões. Todavia, não podemos desconsiderar que o que contava mesmo eram os recursos, as relações, o empenho, a astúcia e a persuasão de cada escravo em negociar com seu senhor esse ou aquele tipo de alforria.

Para ficarmos em apenas um exemplo, vamos rapidamente à história de Teresa mina e seus três filhos menores, Matias, Lúcia e Clementino, todos, escravos de Maria Francisca de Jesus. Em 21 de outubro de 1842, Matias, de cinco anos de idade, e Lúcia, de três, foram gratuitamente libertados, em razão dos bons serviços de sua mãe e também pelo amor de sua senhora por tê-los “criado em minha cama e mesa, com o mesmo desvelo com que criei meus próprios filhos”²⁰. Em 23 de janeiro de 1844, quando contava com cinco anos de idade, chegou a vez de Clementino receber sua liberdade. Contudo, não teve a mesma sorte de seus outros dois irmãos. Sua mãe teve de desembolsar 200\$000 para pagar o preço de sua alforria, tendo o menino, logo depois, falecido²¹. Finalmente, em 25 de fevereiro de 1844, Teresa mina adquiriu sua liberdade, com a condição de servir sua senhora enquanto esta vivesse²².

Como se pode ver, estamos diante de um caso em que os quatro membros de uma mesma família receberam alforrias de diferentes tipos. Teresa mina, por meio dos recursos de que dispunha e das estratégias que mobilizou, foi bastante competente em ajustar com sua senhora a liberdade para os três filhos e para si própria. O reconhecimento de seus bons serviços somado à intimidade e ao afeto que sua senhora tinha por Matias e Lúcia, renderam-lhes a liberdade gratuita. Clementino, quem sabe por não ter tido uma convivência tão estreita com sua senhora, acabou por não receber o mesmo benefício dos irmãos, tendo sua mãe que pagar por sua alforria. Com os filhos já libertos, Teresa, ao que parece, deve ter se dado por satisfeita em

²⁰ AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 33, fls. 92 f. v.

²¹ AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 33, fls. 92 v., 93 f.

²² AHET-II – IPHAN/SJDR. Livro de Notas do 1º ofício de São João del-Rei. Cx. 10. Liv. 33, fls. 93 f. v.

receber sua liberdade condicional. Mas não nos esqueçamos de que isso foi também bastante proveitoso para a senhora: se por um lado ela manteria a africana atada ao cativeiro por meio da condição imposta, por outro garantiria que os filhos desta, mesmo alforriados, estivessem sempre por perto. Portanto, por meio desse exemplo, como parece ter ficado suficientemente claro, o que determinava, realmente, a forma da alforria não era o gênero ou a origem dos escravos, mas as relações e as negociações que eles foram capazes de estabelecer com seus senhores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao perscrutarmos o conjunto serial das manumissões cartoriais, pudemos constatar que um número expressivo de libertos recorria às notas públicas para registrar sua carta de alforria, como forma de se dar notoriedade, legitimidade e segurança a seu novo status jurídico. A importância atribuída ao lançamento das cartas e títulos de liberdade em cartório pode ser mensurada por meio do lapso temporal entre a outorga e o registro desses documentos, visto que mais de 2/3 deles eram lavrados no mesmo ano de sua concessão.

O levantamento das alforrias cartoriais nos possibilitou identificar uma multiplicidade de formas pelas quais os escravos obtinham sua liberdade. Observou-se que, em números absolutos, as liberdades gratuitas foram as mais preponderantes, mas foram, em conjunto, as outras tipologias aquelas que apresentaram uma ligeira vantagem. Pudemos verificar ainda, ao cruzar as informações das modalidades das manumissões com o gênero e a naturalidade dos alforriados, que foram as mulheres brasileiras as que mais se libertaram, sendo seguidas pelos homens brasileiros, pelas mulheres africanas e pelos homens africanos.

A diferença entre os grupos, contudo, não foi muito significativa, mostrando que naturalidade e gênero não eram assim tão determinantes na definição do tipo das alforrias. O nível das relações e os tipos de negociações que os escravos foram capazes de manter com seus senhores, esses sim, foram elementos decisivos para estabelecer a forma da liberdade que alcançariam.

FONTES

Arquivo Histórico e Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – São João del-Rei, MG:

Livros dos 1º e 2º Ofício do Tabelionato de Notas Públicas de São João del-Rei (1830-1860).

Testamento de dona Francisca Maria Esperança de Mendonça. 1830. Cx. 84.

REFERÊNCIAS

ALADÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do Sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatômico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728. v. 8. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/1>.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. 2. ed. (Edição de Bolso). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

EISENBERG, Peter. “Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX”. In: EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. 2004. Tese (Titular) – Departamento de História da UFF, 2004.

- FLORENTINO, Manolo. “Sobre minas, crioulos e liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”. In: FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, cativo e liberdade*: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade*: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.
- GRINBERG, Keila. Reescravização, direito e justiça no Brasil do século XIX. In: LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Nunes (orgs.). *Direitos e justiças no Brasil*: ensaios de história social. Campinas: Unicamp, 2006.
- GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo*: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2008.
- KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil*: ensaio histórico, jurídico e social. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. “A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão de obra escrava urbana (1819-1888)”. In: MATTOSO, Kátia de Queirós. *Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX*: itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*: estratégias de resistência através dos testamentos. 3. ed. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009.

SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c.1750-c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor*: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e Souza. *Norma e conflito*: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

10

RELATOS DE UMA IMPROVÁVEL Oponente AO COMÉRCIO DE ESCRAVIZADOS E A ESCRAVIDÃO: SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL (1820 – 1888)

*David Francisco de Moura Penteadó*¹

INTRODUÇÃO

Em outubro de 1820, na ocasião do anúncio da primeira exposição de máquinas organizada por Ignácio Alvares Pinto de Almeida (? – 1844) nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, aquele que viria a se tornar o fundador da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1825 – 1904) cinco anos mais tarde, descreveu a escravidão como pouco compatível aos princípios da humanidade cristã,² fazendo a primeira referência a questão da escravidão dentro da trajetória da agremiação. Nos anos que se seguiram, as referências ao comércio transatlântico de escravos e à escravidão em si seriam incomuns; ainda que, por vezes, fossem indiretas. Apesar das suas primeiras atividades remontarem esse período, o estabelecimento oficial da *Auxiliadora* somente ocorreu na segunda metade da década de vinte. Com aprovação dos seus por Dom Pedro I em 1825, a nomeação do seu Conselho Administrativo pelo

¹ Universidade de São Paulo (USP). E-mail: davidmoura95@hotmail.com.

² “[...] em [uma época] que infelizmente os braços dos Escravos são quase as únicas máquinas conhecidas, que se empregam, compradas a tanto custo, e tão precárias, como pouco conformes aos princípios da humanidade cristã”. In: *DIÁRIO do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, ed. 0900012, 1821, p. 92-4.

Governo Imperial em 1827 e sua inauguração no prédio do Museu Nacional em 28 de fevereiro de 1828.

Agremiada por grandes fazendeiros, proprietários, homens de letras e políticos, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional buscava concorrer para o progresso material do Império por meio da aplicação da técnica e da ciência nas atividades produtivas do Império. Para alcançar esse objetivo, trabalhavam pela vulgarização de conhecimentos botânicos, químicos e zootécnicos e pela introdução de maquinários, instrumentos e ferramentas agrícolas, buscando aumentar a produtividade da indústria nacional, particularmente da agricultura, nominada a vocação nacional. Nesse primeiro momento, seria o aspecto tecnológico a prioridade da agremiação fundada por Ignácio. Posteriormente, porém, parte do esforço da entidade estaria na campanha pela abolição do tráfico transatlântico de escravos africanos

À época da inauguração da associação, o problema da decrescente oferta de escravizados africanos e, conseqüentemente, os crescentes preços para adquiri-los, foram reconhecidos por Ignácio Alvares Pinto de Almeida no seu discurso de inauguração da associação, bem como a sua solução para esse problema, que se traduziria na introdução de maquinismos, métodos de produção modernos e a colonização europeia para substituir a mão-de-obra escravizada. Nas palavras do seu fundador, na ocasião da instalação da agremiação, em 19 de outubro de 1827, era declarado que “a introdução do arado por si resolverá o problema do suprimento da falta dos Africanos quando cessar o tráfico, e da aplicação dos homens brancos aos mais ásperos trabalhos de agricultura [...]” (ESTATUTOS..., 1828, p. A1).

Enquanto fazendeiros e determinadas classes políticas argumentavam sobre o impacto econômico da interrupção do comércio

de escravizados e da abolição da escravidão, os Auxiliadores utilizavam a mesma base argumentativa para asseverar o contrário: a escravidão causava um prejuízo econômico para o Império. Na visão dos Auxiliadores, uma das causas para a estagnação econômica do Brasil estava justamente na dependência do trabalho escravo, cujas consequências negativas se relacionavam com a natureza dessa mão-de-obra. Enquanto a enxada era o símbolo do atraso da agricultura, a simbologia se estendia ao seu operador, o braço do escravo (MACHADO, 1860, p. 75). Questionavam, portanto, como seria possível prosperar a lavoura sem que os lavradores tenham os conhecimentos do seu ofício (OUDINOT, 1840, p. 258-264). Enquanto buscavam aumentar a produtividade da indústria nacional, argumentavam que parte da resposta para esse problema estava no emprego mão-de-obra livre.

UM ESFORÇO PEDAGÓGICO E PERIÓDICO

O maior e principal empreendimento da *Sociedade Auxiliadora* foi *O Auxiliador da Indústria Nacional*, um periódico mensal lançado em 15 de janeiro de 1833 e editorado por Januário da Cunha Barbosa (1780 – 1846) nos seus dois primeiros anos. Durante seus sessenta anos de publicação, as temáticas da escravidão e do comércio de escravizados foram lugar comum nas páginas do periódico, apesar de apenas vinte e nove (29) artigos exclusivos sobre a temática terem sido publicados em suas páginas. As primeiras referências a escravidão estiveram presentes logo no primeiro número do periódico. No texto de introdução d’*O Auxiliador da Indústria Nacional*, em janeiro de 1833, Januário da Cunha Barbosa fez referência ao trabalho escravo asseverando que as ciências naturais poderiam levar a luz do conhecimento para “[...] os campos

assombrados pela espessa escuridade de brutais africanos” (BARBOSA, 1833, p. 9-10), em uma tentativa de estabelecer relação de causalidade entre o emprego da mão-de-obra escrava e a falta de ilustração dos lavradores e agricultores brasileiros.

Além do aspecto tecnológico, o preço de escravos africanos estava em alta desde o início do século, especialmente a partir da aprovação do *Slave Trade Act*, em 1807, pelo Reino Unido, legislação responsável por abolir o comércio de escravos no Império Britânico. Os subsequentes bloqueios realizados pela *Royal Navy*, por meio do *West Africa Squadron*, e os tratados celebrados entre o governo britânico e demais governos e, posteriormente, em 1826, com o governo brasileiro,³ objetivando reprimir esse comércio, afetaram significativamente o acesso dos agricultores brasileiros ao mercado internacional de escravos (ELTIS, 1987, p. 260-264). Do mesmo modo, a demanda por trabalhadores escravos crescia mais rapidamente do que as populações escravas nas Américas (Ibidem, p. 14) e esse era um aspecto de significativa importância para os Auxiliadores, destacado por Januário da Cunha Barbosa na primeira edição do periódico da associação:

As forças africanas, de que dispunham os nossos Fazendeiros, tem diminuído pela proibição do tráfico, e a sua diminuição dentro de breves anos será muito maior, porque a reprodução não dá nem a centésima parte do que tirávamos da África; logo é preciso acudir com máquinas a esta falta. [...] Tiramos a seguinte consequência, e é, que a falta de braços no Brasil o obriga ao recurso das máquinas; que o seu bom resultado chamará os Fazendeiros ao melhoramento de suas produções, que a experiencia os fará

³ O governo brasileiro assinou em 1826 um tratado com o governo britânico no qual se comprometia em proibir o comércio de escravos africanos. Embora o governo brasileiro não tenha sido bem-sucedido em efetivá-lo, a *Royal Navy* se encarregou de fazê-lo por meio do *Aberdeen Act* (1845), duas décadas depois. Finalmente, em 1850, a lei Eusébio de Queirós concedeu os meios para se suprimir o comércio internacional de escravos no país (BETHELL, 1969).

melhor conhecer ao melhoramento das suas produções; que a experiência os fará melhor conhecer os seus verdadeiros interesses; e que as luzes se difundirem pelos Lavradores, os seus lucros serão mais rápidos do que a diminuição das forças Africanos, que cegamente empregavam na Lavoura, com empate borroso de fundos, grande risco de perda, e nenhum melhoramento na produção (BARBOSA, 1833, p. 19).

Longe de peculiar ou atípico, o excerto de Cunha Barbosa integrava o discurso dos liberais moderados na oposição ao tráfico e importação de escravos (FERRETTI, 2014). O debate não era contingente. Dois anos antes, a lei de 7 de novembro de 1831, ou Lei Feijó, pela vez primeira proibiu a importação de escravos no Brasil (BRASIL, 1831). Embora a lei tenha se mostrado deficiente em sua aplicação, ela se tornou um ponto de inflexão para antiescravistas brasileiros, com Cunha Barbosa se tornando um importante representante desse movimento (FERRETTI, 2014). A premência do fim do tráfico transatlântico de escravos traria a oportunidade de mais rapidamente substituir o africano escravizado por um trabalhador branco, instruído e munido de ferramentas e instrumentos modernos.

Entre os artigos sobre agricultura e as atas das reuniões dos seus associados, os comentários de diversos autores, associados e não associados da agremiação, acerca da “infeliz condição dos escravos africanos” e dos problemas causados pela redução de sua oferta eram comuns. Apesar de passagens que simpatizavam com o abolicionismo – e, por vezes, o defendiam abertamente – e a condição dos escravizados, porém, a grande maioria dos tratados, dissertações e memórias acerca de temas agrícolas incluíam a escravidão em suas análises tão-somente sob o seu aspecto econômico, isto é, dentro de métodos para se obter melhor produtividade, eficiência e lucros. Qualquer que fosse a opinião

compartilhada pela maioria dos associados da *Auxiliadora* durante esses primeiros anos, ou do seu Conselho Administrativo, a escravidão no Brasil era generalizada, peça fundamental na produção agrícola e importante para diversos setores econômicos (ELTIS, 1987, p. 41-42); em corolário, a análise econômica desses setores necessariamente perpassava a temática da mão-de-obra escrava.

A partir do ano de 1846, com o início da nova série d'*O Auxiliador da Indústria Nacional*, sob a redação de Emílio Joaquim da Silva Maia, a temática da escravidão se tornou mais presente nas páginas do periódico, pela primeira vez publicando artigos cujo objetivo era o de discutir o problema do tráfico de escravos e a escravidão. Essa tendência editorial aparenta ter sido resultado, primeiro, da aprovação do *Aberdenn Act*, que recebeu o *Royal Assent* da Rainha Vitória em 9 de agosto de 1845; e, em segundo lugar, e igualmente em consequência do primeiro (BETHELL, 1969, p. 115-147), das discussões e consensos alcançados entre os associados da *Auxiliadora* e o seu Conselho Administrativo sobre o comércio de escravos e a utilização da mão-de-obra cativa. No relatório dos trabalhos da associação para o período de 1844 e 1848, cuja publicação ocorreu no último, o secretário perpétuo e editor do periódico, Emílio Joaquim da Silva Maia, declarou ter acontecido importantes discussões durante aquele período, mas a questão sobre a qual por mais tempo se debateu foi sobre como “substituir no Brasil os braços escravos pelos livres”. De acordo com o secretário perpétuo, os debates sobre se estenderam por mais de seis meses, mas, ao mesmo tempo, ele fez questão de asseverar que a longevidade dos debates não foi causada pela aceitação dos Auxiliadores da prática:

Em todas estas numerosas sessões, com prazer declaramos, a causa da barbaria, ambição e perversidade por ninguém foi advogada, uma só voz não se levantou, que não dissesse ser a escravidão cancro roedor da prosperidade publica, óbice grandioso do progresso industrial (SILVA MAIA, 1848, p. 79).

O postulado de que a escravidão era um elemento negativo na sociedade brasileira não significava um consenso sobre como e quando extingui-la. Entre esses limitados consensos obtidos, o secretário perpétuo declarou que a maioria dos Auxiliadores se posicionava contra o comércio transatlântico de escravos para o Brasil (Ibidem, p. 80). Em seu relato, no qual almejava por sintetizar a conclusão alcançada pelos Auxiliadores nos seis meses de discussões, a abolição da escravidão viria tão cedo quanto a imigração fosse em quantidade suficiente para atender as demandas por mão-de-obra da economia brasileira, aventando mesmo a possibilidade de a abolição acontecer de maneira espontânea, se o fluxo migratório para o Império fosse em números vultosos. Frequentemente, as discussões sobre a abolição da escravidão eram realizadas simultaneamente às propostas sobre imigração e colonização europeia, pois não concebiam que a primeira poderia ser realizada com sucesso, em sentido econômico e social, sem a concorrência da última. Para alcançar o objetivo de animar a colonização e imigração no Império e, por conseguinte, abolir a escravidão, portanto, era condição necessária o fim do tráfico transatlântico. Com a maioria concordando com essa posição, a decisão do Conselho Administrativo foi a de enviar uma representação para o Governo Imperial, em nome da associação, instando pela proibição efetiva do tráfico de escravos.

[...] diziam ainda estes ilustres membros da sociedade, que era de absoluta necessidade, que a nossa honra e patriotismo exigiam imperiosamente, representar quanto antes aos supremos poderes do estado, e pedir com toda a instancia a execução pratica das leis vigentes que proíbem este detestável comércio. Assim foi opinião da grande maioria dos Sócios, que tomaram parte nesta interessante questão, que o primeiro meio para a substituição dos escravos, ou antes a primeira coisa, que tínhamos a fazer para nós virem abundância colonização europeia, era acabar por uma vez com a introdução de pretos novos (Idem).

Se fosse possível inferir a opinião dos Auxiliadores acerca da problemática da escravidão a partir dos textos publicados n’*O Auxiliador da Indústria Nacional*, diríamos que eles se colocavam contra o comércio transatlântico de escravos africanos e favoráveis a abolição gradual da escravidão no Império; embora houvesse uma importante minoria que abertamente se manifestava contrária a abolição imediata da escravatura. A realidade, porém, é mais complicada do que os textos publicados no periódico. Existem exemplos de proprietários de escravos mesmo entre os membros do Conselho Administrativo, o próprio Emílio Joaquim da Silva Maia era proprietário de, pelo menos, um escravo (GARCIA, 2007, p. 80). A realidade é mais complexa do que o conteúdo das folhas dos jornais, e dentro desse postulado está *O Auxiliador*.

Ainda assim, como aparente consequência daquele momento, artigos versando sobre a temática da escravidão e o seu comércio começaram a ter lugar nas páginas d’*O Auxiliador* a partir de 1846. Dos 29 artigos sobre a temática da escravidão publicados no periódico, 23 foram publicados entre os anos de 1846 e 1851. Nos textos, frequentemente de autoria de filiados da *Auxiliadora*, estavam presentes os argumentos discutidos e asseverados nos debates que os precederam, isto é, como a escravidão era, por sua própria natureza, prejudicial para

a sociedade brasileira e a necessidade da colonização europeia como requisito *sine qua non* para a abolição gradual da primeira. No mais extenso dos textos a esse respeito publicado durante esse período, o advogado, sacerdote católico e conselheiro Caetano Alberto Soares (1790 – 1867) publicou a *Memória para melhorar a sorte dos nossos escravos*, na edição de 1847 do jornal. No artigo, Soares estabelecia a instituição da escravidão como um mal em si mesma, em seu aspecto moral e econômico, e injustificável, cuja abolição absoluta, porém, dependeria da concorrência de outros fatores. Soares asseverava a necessidade de uma transição gradual, de modo a não causar uma crise econômica e social (SOARES, 1847, p. 368).

Foi a economia, porém, o principal argumento utilizado para convencer leitores dos malefícios do trabalho escravo. Entre as materializações desses esforços, um artigo publicado na edição de fevereiro de 1851 d'O *Auxiliador*, possivelmente de autoria do editor Miguel Joaquim Pereira de Sá (? – ?), trouxe um comparativo entre o custo para se manter um escravizado e um trabalhador livre em uma propriedade rural. Em um argumento que aparentou estar direcionado aos proprietários rurais, o autor concluía que os custos para se manter trabalhadores escravizados eram significativamente maiores do que para manter trabalhadores livres e assalariados. O curto artigo concluía "Assim seja e breve, que outra grande obra há a efetuar em nossos dias a —abolição da escravidão—" (COMPARAÇÃO entre..., 1851, p. 326).

Figura 1 – Detalhe do artigo *Comparação entre o custo do trabalho escravo e do trabalho livre* publicado no número de fevereiro d'O *Auxiliador da Indústria Nacional* de 1851.

Custo de um escravo.	600\$000
Interesse de 6 por cento sobre este capital durante 12 annos, vida media attribuida ao Africano escravo	607\$200
Importancia das despezas de sustento, vestuario e medicamentos á razão de 200 rs. diarios ou de 73\$ annuaes *, accumulando os juros respectivos durante o mesmo prazo de 12 annos.	1:305\$326
Custo do trahalho de um escravo durante 12 annos.	2:512\$526
O trabalho de um homem livre é pelo menos duplo do trabalho de um escravo, e consequentemente o serviço escravo equivalente ao de um homem livre durante 12 annos custa.	5:025\$052
O trabalho de um homem livre durante 12 annos, a razão de 800 rs. diarios ou de 240\$000 rs. annuaes, suppondo no anno 300 dias uteis, custa com a accumulção dos juros respectivos de 6 por cento. . .	4:290\$850
Diferença em favor do trabalho livre.	734\$202

Fonte: COMPARAÇÃO entre o custo do trabalho escravo e do trabalho livre. *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de F. M. Ferreira, v. V, 1851, n. 9, p. 325 (Segunda Série).

Do lado de fora dos textos e editoriais redigidos para *O Auxiliador*, mas ainda dentro do ambiente institucional da *Sociedade Auxiliadora*, as opiniões expressadas pelos membros do seu Conselho Administrativo acerca da escravidão eram similares: o progresso material do Império era incompatível com a instituição da escravidão. Na sessão de aniversário da associação, em 9 de julho de 1848, o então vice-presidente Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marquês de Abrantes (1796 – 1865), em seu diagnóstico da agricultura nacional, asseverou que “[...] enquanto a parte mais substancial da nossa indústria for confiada a mãos bárbaras, baldados serão os nossos conselhos, inúteis os nossos esforços: não há

semente que brote e se desenvolva em terreno avesso a vegetação” (ALMEIDA, 1848, p. 41).

Um segundo ponto de inflexão teve lugar com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, em 4 de setembro de 1850. Institucionalmente, a associação se posicionava a favor da abolição do tráfico negreiro. Não foi surpresa, portanto, a *Auxiliadora* ter enviado para o Governo Imperial, quando da aprovação da referida lei, seus votos de agradecimento. Em abril de 1851, o Conselho enviou um voto ao Imperador D. Pedro II na qual descrevia a lei como “um verdadeiro passo na marcha progressiva do país, de incontáveis benefícios para indústria quer agrícola, quer manufatureira e artística”. O júbilo e satisfação pelo fim do tráfico negreiro não furtou dos autores do documento a oportunidade de mencionar que somente “a introdução de braços livres que compensem o desfalque que deve produzir a extinção do tráfico de Africanos”. Para muitos Auxiliadores, bem como o posicionamento oficial da própria associação, o tema da abolição da escravidão e a colonização eram inseparáveis. No mesmo documento enviado para Sua Majestade Imperial, cuja iniciativa havia sido de Miguel Joaquim Pereira de Sá, a introdução de uma mão-de-obra livre era “não só o maior, porém o mais grave e espinhoso, o mais delicado negócio que pesa sobre a Administração do Estado” (SESSÃO do Conselho em 1 de abril..., 1851, p. 437-440).

A extinção do tráfico era para o país uma necessidade indeclinável, que por demais se tornava tardia. O tráfico repugnava com os princípios eternos e imutáveis do justo e do útil; era um contrassenso com a natural bondade dos brasileiros, com sua civilização, com a religião que professam, com suas instituições políticas, e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional só compraz em acreditar que em breve os Brasileiros se acharão totalmente

libertados desse cancro que corroía suas fortunas, envenenava seus sentimentos de moral, e os lançava na ociosidade (Ibidem, p. 439).

As propostas diretas contra a escravidão não eram unânimes, no entanto. Um mês após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, Ezequiel Corrêa dos Santos (1801 – 1864), à época tesoureiro da associação, propôs, na sessão do Conselho Administrativo de 17 de outubro de 1850, que um ofício fosse levado ao governo a fim de se lembrar de que em todos os casos de concessão de privilégios, se impusesse a condição de não poderem os privilegiados empregar mão-de-obra escrava na confecção deles. Houve, contudo, dissidências e as discussões se estenderam até o ano seguinte. Após uma terceira sessão de discussão, em fevereiro de 1851, a proposta foi adiada indefinidamente e não foi encontrado registro de que tenha sido retomada. Na primeira sessão, os sócios Caetano Maria de Paiva Lopes Gama (1795 – 1864), Miguel Joaquim Pereira de Sá e Cândido de Azeredo Coutinho (1818 – 1881) se opuseram à proposta; mas, na segunda sessão, na qual apenas o último não se encontrava presente, somente o Dr. Gama se posicionou contrariamente (SESSÃO do Conselho de 15 de fevereiro..., 1851, p. 434). Apesar da votação favorável, não há notícia de que a proposta tenha obtido sucesso.

As dificuldades em conseguir a aprovação de propostas que efetivamente buscassem suprimir a utilização da mão-de-obra escrava fez do conteúdo publicado nas páginas d'*O Auxiliador* um símbolo do suposto progressismo da associação, ocasionalmente mencionado com orgulho por seus editores. Em um desses exemplos, no editorial de Nicolau Joaquim Moreira (1824 – 1894), publicado em 1869, o então editor e presidente da associação colocou entre as virtudes do periódico

o seu discurso abolicionista e suposto pioneirismo: “E com efeito, além de outros muitos trabalhos de não pequena importância do *Auxiliador* pode ensoberbecer-se de ter sido em suas colunas que primeiro se discutira a necessidade da extinção do elemento servil, da substituição deste pelo elemento colonial [...]” (MOREIRA, 1869, p. II).

Após um extenso hiato nessas discussões, a temática da escravidão foi brevemente retomada durante a década de setenta, no contexto dos debates sobre a Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871 – igualmente conhecida como Lei Rio Branco, em referência ao Presidente do Conselho de Ministros José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco (1819 – 1880), também presidente da *Auxiliadora* entre os anos de 1865 e 1880. Meses antes, em junho de 1871, a Seção de Colonização e Estatística, composta por Inácio da Cunha Galvão (1821 – 1906), Miguel Calmon Menezes de Macedo (? – ?) e Thomaz Deschamps de Montmorency (? – ?), se colocou para responder a questão de “Quais os meios mais apropriados e convenientes para se obter o grande *desideratum* social da extinção da escravatura entre nós, sem prejuízo do direito de propriedade e perturbação em todas as classes da sociedade brasileira?”. Para a comissão, a resposta para essa pergunta estava no suporte ao projeto do ventre livre, o registro mandatório de todos os escravos no Império, a criação de um Montepio, a garantia dos escravos ao pecúlio e à alforria, para que o direito de propriedade não fosse violado (GALVÃO; MACEDO; MONTMORENCY, 1871, p. 299-306). Portanto, assim como observado pelo historiador Edgar Carone (1978, p. 34-37), era a moderação, e não o progressismo, que balizaram as opiniões expressadas pelos Auxiliadores.

Novamente, os debates e conversas se arrefeceram após a aprovação da Lei do Ventre Livre. Nos anos seguintes, apesar d’O

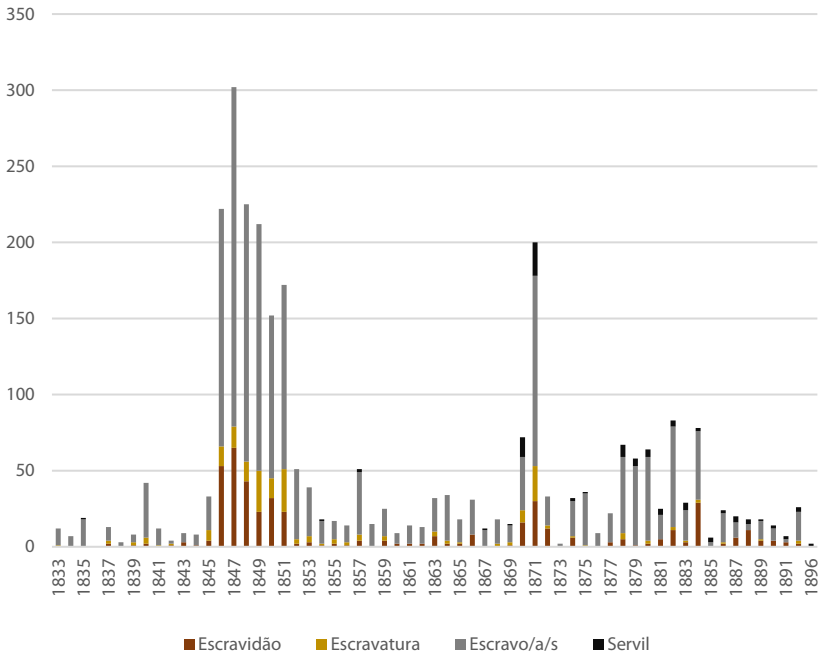
Auxiliador ter continuado a publicar artigos críticos da escravidão e do uso da mão-de-obra escrava, e seus conselheiros ocasionalmente declararem sua oposição àquela instituição, a associação não empreendeu esforços efetivos contra a escravidão. Após esse longo hiato, a maior exposição dada ao tema nas páginas d'O *Auxiliador* foi durante o triunfo do movimento abolicionista, isto é, com a abolição da escravidão em fins da década de oitenta. Em 13 de maio de 1888, na data da aprovação da Lei Áurea pela Princesa Regente, Nicolau Joaquim Moreira fez publicar nas páginas do periódico três folhas comemorando o acontecimento. Dois dias mais tarde, na sessão do Conselho Administrativo em 15 de maio de 1888, foi aprovada a proposta de Camillo de Lellis da Silva Júnior (? - ?) para que *Auxiliadora* enviasse uma comissão para a Princesa Isabel manifestando o júbilo da agremiação pela aprovação da lei (SESSÃO do..., 1888, p. 106).

Anos mais tarde, na edição de 1896, nas lembranças de Domingos Sérgio de Carvalho, o último editor do periódico, sobre a biografia de Nicolau Joaquim Moreira e a história daquela publicação, ele declarou que “nas páginas daquela revista sempre laureada, sustentou ele a necessidade inadiável da abolição do elemento servil, como condição necessária ao povoamento de nosso território [...]” (CARVALHO, 1896, p. 83). Embora se interprete como ceticismo a acuidade do uso do adjetivo inadiável, Moreira foi um reconhecido abolicionista e, assim como aqueles que o precederam na redação d'O *Auxiliador*, utilizou o periódico como um instrumento contra a mão-de-obra escrava e a própria instituição da escravidão.

Ao fim de sessenta anos de publicação do periódico, a intensidade das discussões sobre essas temáticas, fossem expressas em artigos publicados ou nos debates entre seus filiados, cujas atas eram

igualmente publicadas em suas páginas, pareceram flutuar de acordo com as grandes discussões nacionais: primeiro, com a Lei Eusébio de Queirós (1850); em um segundo momento, com a Lei do Ventre Livre (1871); e, por fim, embora em menor escala, nos anos que precederam a Lei dos Sexagenários (1885). Em uma análise da frequência dos termos mais comumente utilizados pelos Auxiliadores para se referir a escravidão, em uma pesquisa realizada em todas as edições anuais, foi possível encontrar evidências dessas continuidades e interrupções com que a temática aparecia em suas páginas (ver Gráfico 1).

Gráfico 1 – Frequência da utilização dos termos *escravidão*, *escravatura*, *escravo*, *escravos*, *escrava*, *escravas* e *servil* no conteúdo d’*O Auxiliador da Indústria Nacional* entre as edições 1833 e 1892, e 1896.



Fonte: Elaborado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dessas contradições, dentro e fora das páginas do seu periódico, a *Sociedade Auxiliadora* se constituiu em um grupo de pressão para a concessão de incentivos para a imigração europeia para o Brasil e contra a instituição da escravidão, participando da campanha contra o tráfico de escravizados no contexto da Lei Feijó de 1831, da Lei Eusébio de Queirós em meados do século (SESSÃO..., 1851, p. 437-440) e a favor da Lei do Ventre Livre em 1871 (GALVÃO; MACEDO; REBELLO, 1871, p. 299-306). E embora os debates tenham se arrefecidos nos anos seguintes, a *Auxiliadora* participou das celebrações da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, que também se tratou da despedida da problemática da escravidão das páginas d'O *Auxiliador* e dos debates entre os Auxiliadores.

De acordo com os princípios da agremiação, enunciados desde os seus primórdios, não somente o modelo escravista era inadequado para propiciar o desenvolvimento econômico do Império, como também as circunstâncias envolvendo o comércio transatlântico de escravos, tal como a pressão diplomática e militar britânica, o fazia insustentável no longo prazo. Em vista desse panorama, os membros da *Auxiliadora* concluíram que a conjunção da premência do abolicionismo e a natureza do trabalho escravo, fosse em sua esfera cultural, por não estimular a inovação; em uma análise econômica, em concluir que aquela instituição era incompatível com o sucesso das bases da economia brasileira; em seu aspecto moral, por não condizer com os valores cristãos; ou meramente na conclusão pragmática de que o esforço internacional pela interrupção do tráfico e da abolição,

inexoravelmente tornaria aquela instituição política e economicamente inviável.

Apesar de menos de trinta artigos sobre a temática da escravidão terem sido publicados n’*O Auxiliador da Indústria Nacional*, um número ínfimo em comparação aos mais de seis mil artigos contabilizados, essa questão era comumente apresentada como um dos elementos centrais que prejudicavam o progresso material do Império dentro dos mais diversos artigos em suas páginas. Não foi somente o tema do comércio ilegal de escravizados merecedor de atenção dos editores do periódico, mas a própria abolição da escravatura foi objeto de discussão nas suas páginas, fossem em memórias ou em textos editoriais. E a posição expressada nesses textos, apesar da diversidade de autores, se mostrou coesa: a escravidão era um mal em termos econômicos e morais. A partir dessas escolhas editoriais, assim como informações biográficas, se pode afirmar que os editores d’*O Auxiliador* foram simpáticos e mesmo apoiadores da causa do abolicionismo (DA SILVA; PENTEADO, 2017).

Em um aparente contrassenso, uma vez que se tratava de uma associação que se propunha a instruir agricultores e industriais, especialmente proprietários rurais, eles utilizaram dessa posição para defender opiniões não necessariamente compartilhadas entre seu público leitor. As contradições desse posicionamento se refletiram na historiografia da associação, com alguns intérpretes destacando as posições abolicionistas moderadas dos Auxiliadores (CARONE, 1978, p. 35), enquanto em outros trabalhos é asseverado que a abolição não pertencia ao seu vocabulário (ANDRADE, 2002, p. 148-149). Ao final de uma trajetória de quase oito décadas de existência formal da *Sociedade Auxiliadora*, entre os anos de 1825 e 1904, porém, os Auxiliadores pareceram reconhecer no uso da mão-de-escrava uma deficiência

fundamental: estruturalmente, a partir uma combinação de uma oferta elástica de mão-de-obra e de baixos custos, em comparação ao fluxo de renda produzido a partir de seu trabalho, o sistema reduzia os incentivos para investimentos no progresso técnico dos métodos de produção (LEFF, 1972). A solução para essa chaga no Império estava em sua gradual abolição e na substituição dos trabalhadores escravizados por uma mão-de-obra livre e assalariada.

FONTES

ALMEIDA, Ignácio Alvares Pinto de Almeida. *Discurso que no faustíssimo dia 19 de outubro de 1827, em que foi instalada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1828.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. Sociedade Auxiliadora. Discurso recitado na sessão publica anniversaria do dia 9 de Julho de 1848, pelo Exm. Sr. Visconde de Abrantes, Vice-Presidente da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, occupando nesta occasião a cadeira da presidência. *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de F. M. Ferreira, v. III, 1848, n. 2, p. 41.

BARBOSA, Januário da Cunha. Introdução. *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Seignot-Plancher, v. I, 1833, n. 1, p. 9-10.

BARBOSA, Januário da Cunha; SAY, Jean-Baptiste. Vantagem do Emprego das Machinas. *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Seignot-Plancher, v. I, 1833, n. 6, p. 19.

BRASIL. *Lei de 7 de novembro de 1831. Declara livres todos os escravos vindos de fôra do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos*. 1831. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-7-11-1831.htm>. Acesso em 05 mar. 2022.

CARVALHO, Domingos Sérgio. Biographia. Dr. Nicolau Joaquim Moreira. *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: [s.n.], v. LXI, 1896, n. 1, p. 83.

COMPARAÇÃO entre o custo do trabalho escravo e do trabalho livre. *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de F. M. Ferreira, v. V,

- 1851, n. 9, p. 326 (Segunda Série). *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário.
- ESTATUTOS da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional – Discurso que a 19 de Outubro de 1827, dia da Instalação da mesma recitou Ignacio Alvares Pinto de Almeida... *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, ano 27, v. IV, n. 282, 15 de Setembro de 1828, p. A1.
- GALVÃO, Inácio da Cunha; MACEDO, Miguel Calmon Menezes de; MONTMORENCY, Thomaz Deschamps de. Parecer da Secção de Colonisação e Estatística. *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, v. XXXIX, 1871, n. 7, p. 299-306.
- MACHADO, Militão de Vilanova. Relatorio dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional durante o anno de 1859. *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia de N. Lobo Vianna & Filhos, v. VIII, 1860, n. 2, p. 75 (Terceira Série).
- MOREIRA, Nicolau Joaquim. *Ao Leitor*. O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Industria Nacional de Cotrim e Campos, v. XXIV, 1869, n. 1, p. II (Terceira Série).
- LOUDINOT, Raynaldo. Observações sobre a agricultura no Brasil... *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, v. VIII, 1840, n. 8, p. 258-264.
- SESSÃO do Conselho Administrativo em 15 de Maio de 1888. *O Auxiliador da Industria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, v. LVI, 1888, n. 5, p. 106.
- SESSÃO do Conselho em 1 de abril. *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de F. M. Ferreira, v. V, 1851, n. 11, p. 437-440 (Segunda Série)
- SESSÃO do Conselho em 15 de fevereiro de 1851. *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de F. M. Ferreira, v. V, 1851, n. 11, p. 434 (Segunda Série)
- SILVA MAIA, Emílio Joaquim da. Relatorio dos trabalhos...desde 21 de Dezembro de 1844 até o fim de Junho de 1848, lido na sessão publica anniversaria do dia 9 de Julho corrente... *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de F. M. Ferreira, v. III, 1848, n. 3, p. 79.

SOARES, Caetano Alberto. Memória para melhorar a sorte dos nossos escravos, pelo Sr. Dr. Caetano Alberto Soares. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de F. M. Ferreira, v. I, 1847, n. 10, p. 368 (Segunda Série).

Referências

ANDRADE, André Luiz Alípio de. *Variações sobre um tema: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)*. 2002. 183f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BETHELL, Leslie. The Independence of Brazil and the Abolition of the Brazilian Slave Trade: Anglo-Brazilian Relations, 1822-1826. *Journal of Latin American Studies*, vol. 1, no. 2, 1969, pp. 115-147.

CARONE, Edgar. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Catédra, 1978.

DA SILVA, César Agenor Fernandes; PENTEADO, David Francisco de Moura. O perfil dos redatores do periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional* (1833-1896). *Revista Diálogos Mediterrânicos*, 2017, (12), 132-153. Disponível em: <<https://doi.org/10.24858/260>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

ELTIS, David. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

FERRETTI, Danilo José Zioni. Entre profecias e prognósticos: Januário da Cunha Barbosa, a escravidão e o futuro da nação (1830-1836). *Tempo*, v. 20, 2014, pp. 1-22.

GARCIA, Lúcia. Emílio Joaquim da Silva Maia: um intelectual no Império do Brasil. *RIHGB*. Rio de Janeiro, a.168 (437), out./dez. 2007.

LEFF, Nathaniel Hyman. Economic Retardation in Nineteenth-Century Brazil. *The Economic History Review*, v. 25, n. 3, ago., 1972, p. 489-507.

11

MULHERES NEGRAS EM ITAGUAÍ: MATERNIDADE E DINÂMICA FAMILIAR NOS ANOS FINAIS DA ESCRAVIDÃO (1850-1888)

*Fernanda Vasconcelos de Andrade*¹

INTRODUÇÃO

São vastos os estudos sobre a História Social da escravidão, incluindo sobre famílias escravizadas, principalmente, no Brasil, após a década de noventa, com trabalhos que focavam em compreender com afinco a realidade desses indivíduos, suas escolhas e formações, como a obra de Robert Slenes (SLENES,1999). Assim, seguiram-se uma série de pesquisas, que estudaram, e estudam, as especificidades dos indivíduos escravizados pelas múltiplas regiões escravistas do país. De fato, todos esses estudos são de extrema importância para compreensão da escravidão no país. No entanto, a formação, existência e importância dos arranjos familiares para esses indivíduos, já é uma realidade dentro da historiografia, e, para as pesquisas seguintes é necessário adentrar em novos aspectos e dinâmicas de análise (FREIRE,2014).

E é nesse aspecto, de desenvolver “novas” abordagens, que esse trabalho busca se inserir. Para isso, será visto como as mulheres possuíam experiências diversas e novas realidades de maternidade e familiares na segunda metade do século XIX. Marcado por uma série de mudanças sociais, políticas e econômicas, podemos adiantar duas

¹ Graduada em História e mestranda do PPHR da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista da CAPES. Email para contato: fernandavhist@outlook.com.

discussões que tiveram consequências diretas nas vidas dessas mulheres. Primeiro, o fim do tráfico a partir da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850. Em segundo plano, a Lei de 28 de Setembro de 1871, mais conhecida como a Lei do Ventre Livre, que, entre muitos debates, formava, em tese, uma família com mãe escravizada e filho “livre”. Os desdobramentos dessas leis para as vivências femininas no interior das escravarias serão vistas e debatidas com mais atenção a seguir, bem como outros fatores, serão observados nos inventários de alguns proprietários de escravizados em Itaguaí.

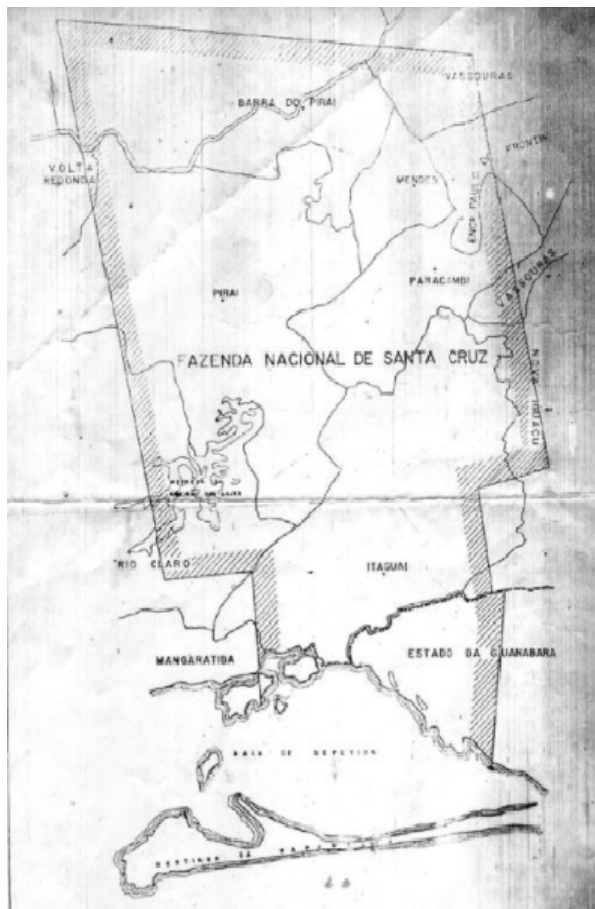
DAS PECULIARIDADES DE UMA REGIÃO - ITAGUAÍ E AS MULHERES ESCRAVIZADAS

Antes de adentrar na análise específica de uma série de famílias e mulheres da localidade de qual se direciona o estudo, é importante fazer algumas considerações sobre a região de objeto de estudo: Itaguaí. Localizada na então Província do Rio de Janeiro, Itaguaí se dividia em três Freguesias: a chamada Freguesia da Vila, correspondente a Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguaí, a de São Pedro e São Paulo de Ribeirão das Lages (atual Paracambi) e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal (atual Seropédica). Em específico nessa temporalidade da segunda metade do século XIX, Itaguaí passava por um momento específico de sua economia. Se nas primeiras décadas do referido século, a sua produção agrária era marcada pela monocultura, através da plantação de café, na segunda metade do XIX, sobretudo após a década de 70, essa realidade se alterou, tendo os produtores agrários encaminhando suas plantações para uma policultura (OLIVEIRA, 2015). Em suma, essa peculiaridade é uma amostra da importância de se entender, e estudar, a região de Itaguaí levando em consideração suas

particularidades. Além disso, demonstra um acréscimo de mudanças e efervescências, já naturais desses anos finais da escravidão, no seu cenário sociopolítico, refletido nessas alternâncias agrárias.

Também é importante frisar, que apesar de não ser uma localidade de economia exportadora e de grande produção, Itaguaí possuía um território estratégico na Província. Se por um lado, estava próxima de regiões pouco voltadas para a produção agrária e de pouco contingente escravista, como Mangaratiba, também era limítrofe às potências agrárias dos municípios do Vale do Paraíba, como Vassouras e Pirai. Além disso, também era vizinha da Corte. Para maior didática sobre a geografia da região, o mapa abaixo assegura maiores explicações acerca do que foi exposto. Apesar de ser um mapa mais recente, ao considerar a integração da região, já informado, de Paracambi como pertencente a Itaguaí no período, essa demonstração pode ser feita.

Figura 1: Mapa da região de Itaguaí e adjacências



Fonte: Planta da Fazenda Nacional de Santa Cruz, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, 1966. In: SILVA, Henrique; OLIVEIRA, Max. Fazenda Jesuítica, Imperial, Nacional de Santa Cruz (1850-1930). Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n 14, 2018, p.169-191.

Como visto, Itaguaí estava circunscrita entre uma localidade de municípios de grande aporte agrário, mas sua realidade econômica, se diferenciava dessas. De acordo com seus estudos, sobre, mais especificamente a Freguesia de São Pedro e São Paulo de Ribeirão das Lages, a maior parte das propriedades possuíam entre 0 a 9 escravizados (ANDRADE, 2007). É conhecido dentro da historiografia, como abordado

por Ricardo Salles, que até mesmo em regiões de grande aporte econômico, como Vassouras, a maior parte das escravarias eram de pequeno porte, por mais que houvesse, nesses casos, uma grande concentração de escravizados em algumas poucas escravarias (SALLES, 2008).

Visto isso, antes de observar com mais atenção os inventários, o Censo de 1872 pode colaborar com alguns dados sobre as mulheres escravizadas do município nesse momento do já dito recorte temporal.² Com 4803 escravizados, sendo esses compreendidos em 34,61% da população total. Dentre os cativos, as mulheres se encontram em uma porcentagem de 45,23%, sendo 2172 em número absoluto, o que se encontra em um certo equilíbrio entre os gêneros.³ Como foi abordado por Florentino e Góes, no longo período de tráfico de escravizados, havia uma predileção por homens para chegarem aos portos brasileiros (FLORENTINO; GOÉS, 1997). Com esse quase equilíbrio, pode-se imaginar uma possibilidade de desdobramentos do fim do tráfico, que culminou em números relativamente bem aproximados entre homens e mulheres cativas.

Porém, colocando nossa análise para observação mais específica das informações das mulheres escravizadas na década de 70 nesta região, alguns pontos se destacam. Ao observar, por exemplo, com mais atenção apenas a chamada Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguaí, é possível ter números e análises mais restritas. Em primeiro ponto,

² Nesse aspecto, torna-se evidente a anulação da análise, no presente artigo, aos anos anteriores, e a década posterior, que também compreendem o eixo temporal em que se propõe a analisar. No entanto, a década de 1870 é escolhida pelo Censo possuir maiores detalhes sobre os residentes do Município. Para observar a demografia escravizada de outros anos em Itaguaí, ver: SALLES, R. . *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX: Senhores e escravos no coração do Império* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

³ IBGE – Recenseamento do Brasil em 1872. Rio de Janeiro, Ed. Typ. G. Leuzinger, 1874.

vemos nesta Freguesia um número de maioria de mulheres em idade reprodutiva, facilitando a construção de famílias. Em demonstrações numéricas eram 80 mulheres na faixa dos 16 a 20 anos, 89 entre 21 a 25 anos, 28 mulheres dos 26 aos 30 anos e por fim, 176 mulheres dos 31 aos 40 anos. De acordo com os já citados Florentino e Goés, por mais que algumas mulheres já começassem suas famílias aos 15 anos, a média de idade para os primeiros filhos era de 20 e 21 anos para as escravizadas nascidas no Brasil, e de 22 para as africanas, que continuavam o padrão africano familiar (FLORENTINO;GOÉS,1997).

Indo mais além nas interpretações familiares dessas mulheres, pode ser compreendido um número elevado de mulheres que não eram casadas, ou, como pode ser dito em palavras mais coerentes, não possuíam um arranjo formal (matrimônio frente à Igreja Católica). Na Freguesia de São Francisco Xavier do Itaguai, a qual está sendo analisada com maiores detalhes, eram 866 mulheres, sendo apenas 14 encontradas como casadas e duas como viúvas. No entanto, é necessário pensar que a falta dessa aparição não exclui a existências de arranjos familiares (REIS, 2007). Mas sim, como dito, uma possibilidade desses números estarem refletidos, como aparece em outras regiões da Província e do país, em apenas alguns, poucos casos, dessas possibilidades de arranjos. O casamento concebido pela Igreja já era de difícil acesso para os libertos, e para os escravizados, a questão financeira e a relação com os proprietários eram fatores a mais de dificuldade. No entanto, se a vivência na escravaria causava impasses para a formalização do matrimônio, uma possível concessão de liberdade, fazia com que muitas mulheres buscassem oficializar essa relação. De acordo com o estudo de Juliana Barreto, observando mais especificamente as mulheres africanas da região central do Rio de Janeiro, ao obter a alforria, um dos

primeiros passos da nova trajetória dessas mulheres era, muitas vezes com companheiros ainda do tempo de escravidão, estava relacionado a busca da oficialização dessa união (BARRETO, 2015). No campo mais específico da demografia de Itaguaí, é possível observar que os caminhos não são tão reversos assim, a se pensar os dados disponíveis no referido Censo de 1872, já que observa-se 29 africanas livres sendo vistas como casadas, enquanto apenas cinco escravizadas da mesma origem se encontram na mesma condição.

POR UMA ANÁLISE APROFUNDADA DA PLURALIDADE FEMININA NAS ESCRAVARIAS: INVENTÁRIOS *POSTMORTEM* E EXPERIÊNCIAS DE MATERNIDADE E FAMÍLIA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS ESCRAVISTAS

As páginas acima buscaram relatar, de forma introdutória, alguns aspectos da sociedade, economia e demografia escravizada de Itaguaí, para que se fosse possível observar as especificidades dessa região, antes de se interpretar alguns caminhos mais específicos que essas mulheres organizavam suas experiências familiares e as maternais. Nesse aspecto, para observar mais atentamente esses objetivos, os inventários *post mortem* são documentações chaves para tais fins, por possuir uma série de informações e detalhes, em completude, sobre as escravarias dos referidos proprietários, questões essas que algumas tipologias de fontes, como por exemplo os registros paroquiais, não são tão eficientes.

Assim, iniciamos essa análise dos inventários na década de 50, com a documentação referida de Maria Josepha da Costa, falecida em 1852, que pode nos encaminhar pensamentos interessantes acerca de agência

feminina e familiar, nesses anos iniciais do nosso eixo temporal.⁴ No momento da descrição de bens, encontra-se a escravizada, de dezenove anos de idade, de nome Genelicia junto a outros dois escravizados. Uma criança de 13 meses, de nome Elias, e outra de cinco anos, uma menina chamada Joana. No entanto, após isso, Genelicia se manifesta contrária à sua listagem no rol de bens de Maria Josepha. Segundo ela, estava vivendo em liberdade desde o dia 31 de março de 1851, com a alforria concedida pela falecida proprietária, que morreu meses depois de libertar a então escravizada. Ainda mais, também reivindicou a liberdade do já referido Elias, que seria seu filho e que nasceu livre por Genelicia já se encontrar como uma mulher livre no momento do nascimento do bebê⁵. Para tal comprovação, é anexado no inventário o registro de batismo do seu filho livre, Elias e a sua carta de liberdade, concedida por Maria Josepha devido aos bons serviços prestados e a relação de “amizade” que tinha pela ex-escravizada. Por fim, a condição de liberdade da mulher, e do seu filho, foi reconhecida, e essa não constou na divisão de bens da falecida.

Esse caso é emblemático por muitos fatores. Em primeiro ponto, por mais que houvesse alforrias nesse momento temporal, tal como no caso de Genelicia, a historiografia compreende, que nos últimos decênios, a concessão aconteceu em maiores números. Em comparação, uma série de pesquisas mostram esse caminho, em diversas partes do país. Em Cachoeira do Sul (RS), no extremo do Brasil, Marina Haack analisou que 48% das alforrias realizadas entre 1850 e 1888 eram de mulheres. Entre as categorias de libertação paga, sem condições de

⁴ MTJRJ - Comarca de Itaguaí, inventário de Maria Josepha da Costa, ano de 1852.

⁵ De acordo com o registro paroquial anexado, Elias nasceu no dia 12 de Maio de 1851.

liberdade e libertação condicional, temos a percentagem de liberdade referidas nos decênios em 1850 (12%), 1860 (13%), 1870 (17%) e 1880 (58%). Nessa localidade, podemos observar uma discrepância entre as décadas, com uma prevalência muito forte nos anos 80 (HAACK, 2020). No caso de Itaguaí, não é possível averiguar com as fontes aqui utilizadas, esses detalhes sobre gênero e incidências pelos anos, mas, bem provável que a lógica que se enquadra nas outras regiões do Brasil, acontecesse nas Freguesias do município em questão.

Essa probabilidade se fortalece quando se vai à análise de outros locais da própria Província do Rio de Janeiro⁶. Camilla Cowling em seu já clássico livro *Concebendo a Liberdade* aborda a dimensão da liberdade feminina e suas dinâmicas de agência frente sua família. Mesmo que focando nas últimas décadas, as considerações da autora colaboram para se aproximar da experiência de Genelicia e do seu posicionamento para reivindicar sua liberdade e a do seu filho Elias. Ainda na introdução do seu trabalho, a autora salienta que grande parte da produção historiográfica sobre buscas de liberdade e demais reivindicações volta-se para a abordagem da população masculina. Entre embates judiciais e redes de apoio, as mulheres as quais Cowling observou seguiam uma trajetória que faz questionar, de fato, o “atraso” de adentrar nos referidos estudos (COWLING,2018). No caso de Itaguaí, não se pode através dessa única fonte, observar as ações e estratégias da liberta para conseguir a concessão de sua alforria, mas os caminhos anteriormente descritos levam a acreditar em passos semelhantes.

Indo mais ao encontro do que foi descrito sobre a fonte, foi informado a provável boa relação da liberta com sua ex-proprietária.

⁶ Na referida obra, a autora também aborda em paralelo, questões semelhantes em Havana, Cuba.

Apesar de ser sempre necessário questionar uma “amizade” em uma relação de soberania como essa. Todavia, a historiografia já relatou a importância de construir, na medida do possível, uma boa interação com os proprietários, por ser essa um meio imprescindível para a sobrevivência na escravaria, além de ser um caminho essencial para a busca da liberdade (CHALHOUB, 1990). No caso, acredita-se que essa construção tenha acontecido entre Genelicia e a proprietária Maria Josepha, possibilitando a concessão de liberdade da mulher aqui estudada, sendo uma forma de agência familiar na trajetória desses indivíduos. Com isso, pode ser analisado, mesmo que em momentos anteriores anos de maiores incidências de alforrias, a região de Itaguaí, mesmo sem pertencer as localidades de maior abrangência econômica, possuía casos como o de Genelicia.

Após breve análise sobre questões de liberdade e reivindicação da mesma, seguiremos para a década de 60, avaliando a propriedade de José Ferreira de Azevedo, que teve seu processo de inventário de bens iniciado no ano de sua morte, ainda no início da década, em 1863.⁷ Sua escravaria possuía 26 indivíduos, além de cinco escravizados libertos em testamentos, entre homens e mulheres, a maioria desses africanos. Dentre os adultos, oito são mulheres, correspondente a 30% de toda a população da escravaria.

É possível verificar através das fontes, que uma grande parte dessas mulheres adultas eram africanas. Entre cassanges, benguelas e rebolas, quatro eram mulheres provenientes do continente africano. Todas elas possuíam uma idade acima dos 40 anos, aumentando a possibilidade de serem provenientes da época da ainda vigência do

⁷ MTJRJ - Comarca de Itaguaí, inventário post mortem - José Ferreira de Azevedo. Ano de 1863

tráfico. Além disso, ao observar com mais atenção sobre as especificidades, percebe-se uma realidade de poucos indivíduos e pouca formação familiar. Além das africanas acima de 40 anos, como já foi mencionado, os homens da escravaria também tinham idade avançada para a construção familiar. Entre os 12 homens adultos, entre 26 e 60 anos⁸, cinco possuíam enfermidades, entre doenças pouco informadas, “problemas no cérebro” e “feridas”, levando a considerar que a baixa condição de saúde também dificultavam a formação familiar.

E essas projeções se confirmam ao analisar mais atentamente as poucas crianças e formações familiares presentes no dito inventário. Apenas Fausta e Luiza Antônia eram mães. A primeira, tinha um filho, de três anos, o pardo Basílio. Se cruzarmos com outras fontes a respeito de Fausta, podemos ter indícios interessantes sobre a propriedade de Azevedo e sobre a própria região de Itaguaí no pós-tráfico. Anos anteriores da morte do proprietário, ainda em 1857, uma notícia, provavelmente sobre essa mulher e os trâmites comerciais do mesmo, era publicada no *Jornal do Comércio* (RJ):

José de Paulo Rodrigues faz sciente que tem uma escrava de nome Fausta, crioula, hipotecada a José Ferreira de Azevedo, morador na villa de Itaguahy, e está a mesma escrava no poder do anunciante, a qual tem alugada na corte [...].⁹

Sabe-se que a hipoteca, no século XIX, era bastante utilizada e inclusive, como visto acima, os escravizados eram bens constantemente

⁸ É importante ressaltar que entre esses 12 homens, quatro não tem a idade informada, logo, não é possível presumir a idade dos mesmos.

⁹ *Jornal do Comércio* (RJ). Edição 00352. Ano de 1857. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pesq=%22Jose%20Ferreira%20de%20Azevedo%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br&pagfis=12281

colocados nessas dinâmicas econômicas e comerciais (RIBEIRO; PENTEADO, 2020). Indo além, observar essas relações, entre um proprietário de Itaguaí com indivíduos da Corte, mesmo que apenas com o exemplo de José Ferreira de Azevedo, possibilita interpretar possibilidades que a região estudada encontrava para as mudanças decorrentes, provavelmente, com o fim do tráfico na região. Como dito, por mais que seja apenas uma escravaria em análise, o acontecimento citado pode presumir a existência de casos como esse, dessa ligação comercial em Itaguaí. Somando essa análise com a interpretação microanalítica, e mais especificamente sobre o *excepcional normal* de que acontecimentos e documentações, que de certa forma, se distanciam do “comum” previsto e observado para aquela localidade, pode ser um ponto chave para a compreensão dos objetivos a serem esmiuçados (GRENDI,1977 apud GINZBURG,1989).

Assim, prosseguindo, se na década de 60 há de modo latente as consequências do fim do tráfico, a partir da década de 70, as alforrias e, ainda mais, discussões políticas e sociais sobre a validação da escravidão, que a esse momento, estavam cada vez mais acaloradas na sociedade brasileira, dão novas nuances as vivências familiares (COWLING,2018). Ao reviver as memórias negras no pós abolição do Vale do Paraíba, por exemplo, Hebe Mattos e Ana Lugão Rios reconhecem que ao fim da escravidão, uma grande parte da população negra no país já se encontrava em liberdade (RIOS; MATTOS, 2005). Nesse sentido, no ínterim desses debates, engloba-se a Lei do Rio Branco, promulgada em 1871 e que contém, além do mais famoso decreto, de liberdade para as crianças nascidas desde então, uma série de movimentações de

encaminhamento para o final do sistema escravista¹⁰. Como para os fins da análise dos inventários a seguir, a relação de maternidade com os filhos libertos, é um dos pontos de observação, a discussão se baseará apenas nesse viés da Lei.

Assim, os debates acerca da liberdade dos ventres escravizados, promoveu uma discussão extensa entre os políticos brasileiros, principalmente acerca da questão da maternidade das mulheres escravizadas, no qual os parlamentares que discutiram ativamente na questão para a construção da Lei, utilizavam para respaldar seus argumentos, quer seja a favor ou contra as regulamentações projetadas (CHALHOUB,2003). De acordo com a Lei, resumidamente, os filhos livres no ventre ficariam sobre o poderio dos proprietários das mães até os oito anos de idade, e após isso, seria decidido se seguiriam com a escravização das crianças até os 21 anos ou se entregariam para a tutela do Estado. De acordo com Camila Cowling, as dimensões da Lei do Ventre Livre não apenas levaram a liberdade para essas crianças, mas também trouxeram mudanças para as famílias as quais essas se inseriam (COWLING,2018). A autora, interpreta que os embates acerca da referida Lei

alteraram a antiga relação existente entre os corpos das mulheres e as leis. Em parte por essa razão, as mulheres, ao que tudo indica, impetraram um número cada vez maior de ações judiciais durante o período de transição, geralmente com embasamentos legais distintos daqueles presentes nas ações impetradas por escravos homens.(COWLING,2018:363).

¹⁰ Dentre esses pontos, pode ser citado a criação do Fundo de Emancipação. Para mais informações, ver: DAUWE, Fabiano. *A libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense,2004

E é nesse meio de mudanças de direcionamentos e usos femininos da lei que inicia-se a análise dos inventários dessas duas últimas décadas. Para isso, há o plantel de Antônio Rodrigues de Azevedo, com o título de Barão de Ivaíhy, vereador de Itaguaí e proprietários de terras na região, possuía, no que é mencionado no inventário,¹¹ 180 escravizados, mas que, só foram possíveis analisar 70 desses, que acredita-se que já facilita a interpretação dessa escravaria. Desses, entre os adultos, 35 eram mulheres, e 23 homens. Dentre esses homens e mulheres, o número de casamentos formais, mesmo sendo em uma escravaria maior, não estavam amplamente difundidos na escravaria de Antônio Rodrigues de Azevedo. Em análise da parte documental observada, só foi constatado a presença de uma mulher casada: Joaquina, casada com o carpinteiro Manoel. De acordo com Robert Slenes, observando os registros de Campinas, era difícil de encontrar casos de escravizados que se casavam com indivíduos de escravarias distintas. Indo além, para o autor, a prevalência de casamentos estava estritamente ligado à razão de masculinidade do plantel, quanto mais homens presentes, maior o número de casamento (SLENES, 1987). De fato, havia mais mulheres do que homens, mesmo que de forma não tão extenuada. No entanto, mesmo assim, a falta de arranjos familiares (ao menos os formalizados frente à Igreja) parecia ser um caminho na região¹². Na dissertação de Ricardo Ruiz, o autor propõe que essa realidade do local era um desdobramento do fim do tráfico e da

¹¹ MTJRJ - Comarca de Itaguaí, inventários post mortem - Antônio Rodrigues de Azevedo, ano de 1879

¹² Além do Censo de 1872, é possível analisar através dos registros de batismos um caminho para essa diminuição de matrimônios em Itaguaí. Se na primeira década do eixo temporal observado havia 70% de incidências de famílias matrifocais, na década de 80, eram 95,5% mulheres encaixadas nesses arranjos. In: Livro 2- Batismos de escravos- 1842-1872, Livro 7 - Batismo de filhos de escravas-1871-1920. Acervo PET História UFRRJ.

mudança comportamental dos proprietários, que acreditavam, em sua visão, que o incentivo ao casamento entre os cativos poderia gerar descontentamento da sociedade após uma possível partilha das famílias (RUIZ,1997).

Indo para uma análise mais aprofundada dessas mulheres, as consequências já abordadas das dimensões sociopolíticas sobre as mulheres podem ser observadas nessa escravaria, sobretudo as concessões de liberdade, já brevemente discutidas. Nesses pontos, a família de Maria nos leva a questões interessantes de abordagem. Liberta, sem maiores informações sobre idade e origem, está no rol das mulheres que conseguiram sua liberdade, por mais que o meio o qual essa foi alcançada não tenha sido declarada no inventário. No entanto, mesmo sem estar mais integrada na escravaria, seu nome estava correspondente à maternidade de dois adultos, homens: Francisco, pardo, 26 anos e Porcianno, solteiro, com idade não identificada e que se destacava entre os escravizados por possuir “muita aptidão para o trabalho”. Nesse último caso, há ainda mais possibilidades de análise. Nas páginas do inventário do Barão de Ivahy, há a alforria de um homem, após oferecimento de pecúlio, de nome Porcianno, que por mais que não possa ser averiguado ser o Porcianno filho de Maria, abre um campo de possibilidade.

No entanto, só de entrar no rol de possibilidades dessa trajetória familiar da ex- escravizada, algumas concepções podem ser pensadas. Primeiro, a vivência, que poderia ser o caso de Maria, que uma vez liberta, tentava conduzir a liberdade também dos seus filhos. E essa projeção não seria uma anormalidade, mas sim uma tendência das mulheres que conseguiam a liberdade. De acordo com Marília Ariza, o processo de liberdade era árduo para ambos os indivíduos, mas entre as

mulheres possuía um ponto ainda pouco estudado, em sua concepção, referente às experiências de maternidade dessas mulheres recém-saídas da escravaria. Ainda de acordo com a autora, não foram poucos os processos em que mulheres, após a concessão da liberdade, e assim com mais recursos, entraram em busca de conseguir também a liberdade dos seus filhos que permaneceram em cativeiro (ARIZA, 2018). Sabendo disso, não se exclui a possibilidade desse ser o caso entre Maria e Porcianno.

No mais, de forma independente da liberdade do seu filho, Maria possuía nesse momento de sua vida uma família de diversas condições jurídicas, sendo liberta, mais ainda possuindo seus filhos, adultos, em cativeiro. De acordo com Isabel Reis, e como pode ser visto nas próprias fontes, nas décadas finais do século XIX, tornava-se gradualmente mais recorrentes famílias com condições jurídicas diversas (REIS, 2007). Nesse quesito, volta-se às consequências da Lei do Rio Branco, que desencadeou, também, essa amplitude de condições jurídicas. Desse modo, o inventário do Barão de Ivaíhy, já realizado após a promulgação da Lei, torna-se um ponto chave de análise. Como estava previsto na própria Lei, estavam inseridas na lista de matrículas sete ingênuos.¹³ E já alinhado com o que foi dito sobre a relação, em uma situação em que o exercício de maternidade dessas mulheres flutuava entre a liberdade e a escravidão.

Visto isso, partindo para a última década do sistema escravista, e considerando esse caminho, de certo ponto, abolicionista, que estava sendo realizado, encontramos parâmetros parecidos com o decênio anterior. Por já ter sido feitas considerações historiográficas

¹³ Parágrafo 4, do artigo 8 da Lei número 2.040 de 28 de Setembro de 1871

condizentes com o que foi encontrado nessa escravaria, temos aqui uma possibilidade de demonstrar essa variedade familiar de forma mais “direta”. O inventário de um proprietário importante na região, José Pinto Tavares, com o processo relativo ao documento tendo se iniciado no ano de 1886, apenas dois anos anteriores ao fim da escravidão. No momento de sua morte, José Pinto já não mais estava morando em Itaguaí, tendo se mudado para Paraíba do Sul, mas possuindo bens, terras e escravizados na Freguesia de São Francisco Xavier do Itaguahy, região que construiu sua fama e reputação.¹⁴ Nesse local, encontram-se 52 escravizados, sendo 19 mulheres adultas. Desse total, encontra-se a filiação materna de 34 indivíduos, por mais que a mãe não esteja presente na lista de matrícula da escravaria, por motivos diversos e que não são possíveis de serem investigados. No entanto, de certo modo, compreende-se que a importância do laço familiar materno se torna presente com essa amostra familiar. Porém, podemos ir além na análise dos escravizados presentes no inventário de Pinto Tavares. Sobre as mães que tinham filhos “libertos no ventre” após a lei do Ventre de 1871, são 11 mulheres, com filhos de idades variadas. Entre esses mais de dez casos, há de ser destacado a família de Firmina, que acredito, ser um arranjo chave para a compreensão das vivências femininas maternas dos últimos anos da escravidão, e também um caso interessante para finalizar a interpretação dos inventários.

Como acima mencionada, a escravizada de nome Firmina, presente na escravaria de José Pinto Tavares, de cor preta, nascida na Província do Rio de Janeiro, trabalhava em lavoura, e de acordo com as fontes eclesiásticas e judiciais, foi mãe de ao menos cinco filhos. A primeira,

¹⁴ MTJRJ - Comarca de Itaguaí, inventário post mortem - José Pinto Tavares, ano de 1886.

Theresa, que consta também no inventário, já adulta, nasceu em 1866. No momento do seu nascimento, no que consta no seu registro de batismo, sua mãe era casada com um homem de outra escravaria, de Ayres Hygino Monteiro, de nome Emiliano e sem mais informações sobre origem, cor ou idade.¹⁵ Nesse caso, além de, mais uma vez se observar peculiar o relacionamento entre plantéis advindas de um escravaria com número de escravizados acima da média (SLENES,1987), observa-se um outro ponto: Emiliano só aparece como pai da dita Theresa, não aparecendo no caso das outras crianças, nem na pia batismal e nem nos vínculos na lista de matrícula. O “sumiço” de Emiliano pode ser uma variável de motivos, como a separação do casal, o falecimento do então marido ou até a separação devido a mudança do plantel pela compra do escravizado por outro proprietário. No entanto, independente de como ocorreu, percebe-se nessa família uma dinâmica, bem possivelmente, realizada devido às múltiplas circunstâncias da escravidão que impulsionaram mudanças na vida familiar de Theresa.

Assim, sem a presença de Emiliano, Theresa teve mais quatro filhos, todos já no eixo temporal da Lei do Ventre Livre, ou seja, eram livres desde o início de suas vidas. Assim, nasceram, sem os pais declarados nos documentos, João (1878), Genelina (1880), Felício (1882) e Bernardina (1885)¹⁶. No inventário, sua primeira filha, Theresa, já possuía um filho, também liberto devido à Lei, Manoel, que nasceu em 1885. Temos, no caso de Firmina, uma família que retrata bem a vivência dessas mulheres nesses “suspiros finais”, com uma família extensa, e

¹⁵ Livro 2 – Batismo de escravizados – 1842-1874. Fonte do acervo do Grupo PET História UFRRJ

¹⁶ Livro 7 – Batismo de Filhos de escravizados – 1871-1920. Itaguaí. Fonte do acervo do Grupo PET História UFRRJ

que teve, ao longo de sua trajetória, mudanças e situações diretamente relacionadas com as questões sociopolíticas do período.

CONCLUSÕES

Através dessa abordagem, foi possível encaminhar, mesmo que de modo breve, algumas considerações acerca da escravidão em Itaguaí e as mulheres que habitavam a região. Em primeiro ponto, perceber as nuances da economia da localidade em destaque, reforça a ideia das diferenciações da Província sobre a demografia da população escravizada, e mais especificamente, das mulheres escravizadas. No entanto, também, apesar das particularidades das Freguesias de Itaguaí, percebe-se que essa estava inserida nos rumos políticos e sociais recorrentes do período analisado, que, como mencionada, engloba principalmente o fim do tráfico de escravizados, as concessões de liberdades, a Lei do Ventre Livre e seus desdobramentos. Através do que foi exposto, é perceptível aferir que mesmo sem o destaque na historiografia, e não sendo um município de produção exportadora, estudar a região confere a caminho duplo e integrante entre a história local, com suas particularidades regionais, e a integração dessas análises com os acontecimentos sociais e políticos regentes na temporalidade circunscrita. Nesse ponto, dimensionar esses parâmetros é um exercício fundamental para a interpretação do que é proposto.

No mais, e em destaque, avaliar com atenção as quatro décadas referidas através dos inventários *post mortem*, de propriedades de dimensões distintas, a forma que as mulheres conduziam seus arranjos familiares, em cada especificidade temporal, colabora para

compreender de modo mais acentuado, em como determinadas situações influenciavam nas trajetórias das escravizadas, sendo possível analisar em cada inventário observado, como as realidades eram distintas em suas vivências. Entre quarenta anos de recorte temporal, a proposta desse artigo se distancia de uma análise numérica mais contundente sobre a escravidão e as mulheres escravizadas de Itaguaí, por mais que o Censo de 1872 entre um pouco nesse ponto. O objetivo maior é, através da região analisada, entender algumas experiências familiares e de maternidade em diversos contextos e trajetórias circunscritas na temporalidade exposta.

Assim, conclui-se através desse trabalho, a necessidade de interpretação das nuances dessas mulheres. Entre mulheres negras, pardas, africanas, libertas e escravizadas, que perpassam as suas vidas e a de seus filhos e filhas em um conturbado momento, com seus anseios de liberdade e dificuldades em estarem em família, cada vez mais, com indivíduos de diversas condições e anseios. Dar visibilidade histórica a esse rol de indivíduos, é, além de um compromisso, avaliar essas variadas formações, buscas e dimensões de família e maternidade dessas mulheres, mesmo que, em certo ponto, no campo das possibilidades. Compreender a liberdade de Genelecia e Maria, e os indícios do modo em que essas se portavam diante seus filhos, a inserção da Lei do Ventre Livre na dinâmica familiar, as consequências do fim do tráfico para a formação dos arranjos familiares, são algumas dos desdobramentos sociais que tais mulheres vivenciaram e foram possíveis perpassar por essas páginas. Mais uma vez, reitera-se o viés investigativo dessa análise, através dos exemplos citados ao longo da construção do texto, possibilita colocar em voga, mesmo que de forma sucinta, as dinâmicas femininas das mulheres escravizadas em Itaguaí.

Visto isso, finaliza-se esse pequeno texto, retornando às palavras de Marcelo Paixão e Flávio Gomes sobre as mulheres que esses recolheram nos seus estudos, que podem perfeitamente se adequar ao que foi dito sobre as de Itaguaí, já que em suas palavras

Essas narrativas entrecortadas, pedaços de vida e experiências da escravidão e liberdade inventadas, apresentam mulheres negras que conheceram a escravidão, algumas talvez na própria África, e a redefiniram na Diáspora. Mais que isso, inventaram escravidão e liberdade. Reorganizaram a própria e a de seus familiares (PAIXÃO; GOMES, 2012: 303)

Assim, reconhecendo a agência dessas mulheres, e considerando, sobretudo, os inventários um ponto de partida para traçar os caminhos desse rol de indivíduos, reitera-se as diversas possibilidades de aprofundamento sobre os estudos a ela referente, considerando, com mesmo enfoque, a diversidade e particularidade em que essas viviam e formavam suas famílias e filhos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rômulo. Aspectos demográficos da escravidão em uma freguesia da Baixada de Sepetiba, na Província do Rio de Janeiro, 1847-1872. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA/8ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2007, Aracaju. VII Congresso Brasileiro de História Econômica/8ª Conferência Internacional de História de Empresas. Aracaju: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2007. v. Único. p. 49-50.

ARIZA, Marília.B. A. Mães Libertas, filhos escravos: desafios femininos nas últimas décadas da escravidão em São Paulo. *Revista Brasileira de História*, vol.38, n 79

BARRETO, Juliana Farias. *Mercado Minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio, 2015.

CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2003.

- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. 1.ed.São Paulo: Companhia das Letras,1990
- COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2018
- DAUWE, Fabiano. *A libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense,2004
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997
- FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na zona da mata mineira oitocentista*.1.ed, São Paulo: Alameda,2014
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.
- HAACK, M. C. (2020). Pensando mulheres escravizadas e libertas: Um olhar interseccional para as cartas de alforria de Cachoeira do Sul/RS. *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais*, 11(22), 332–362.
- SALLES, R. . *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX: Senhores e escravos no coração do Império* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 2008.
- SLENES, Robert. *Escravidão e família: Padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)*. *Estudos econômicos*, São Paulo, 1987, p. 2018
- SLENES, Robert. *Na Senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. *Do café à policultura: Fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí. (1850-1900)*. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão, 1850-1888*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2007

RIBEIRO, M. A. R.; PENTEADO, M. A. A. C. Escravos hipotecados, Campinas, 1865-1874. *Revista de História*, [S. l.], n. 179, p. 01-39, 2020

RIOS, Ana; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

RUIZ, Ricardo Muniz de. *A família escrava no Império do Café. Itaguahy, 1820-1872*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015

RUIZ, Ricardo Muniz. *Sistema agrário, demografia da escravidão e família escrava em Itaguahy – sec. XIX (1820 – 1872)*. Dissertação de mestrado. UFF, 1997.

12

A ARTE DA CANTARIA NO RECIFE (1837-1850): ASCENSÃO E QUEDA COMO REFLEXO DAS CIRCUNSTÂNCIAS POLÍTICAS

*Lécio Cordeiro de Souza*¹

A historiografia registra que os primeiros artífices canteiros, ou cantéis, como também eram chamados os artífices mecânicos que praticavam o ofício da cantaria, chegaram à capitania de Pernambuco em 1535, trazidos por Duarte Coelho (ARAÚJO, 2003), primeiro donatário. A partir daí a pedra lavrada marcou materialmente construções erguidas nas vilas da capitania. Inicialmente, a pedra utilizada foi o calcário, mas diversos fatos contribuíram para a passagem (do século XVI para o XIX) da pedra calcária para a arenítica — proveniente dos arrecifes — e desta para a pedra lioz importada de Portugal (MARTINS, 2013b), considerada, em geral, nobre e de superior qualidade. A historiografia é consensual ao afirmar que, durante o governo de Francisco do Rego Barros como presidente da província (1837-1844), o Recife passou por uma intensa transformação material, cujo objetivo era remodelar seus aspectos físicos e estéticos à imagem das principais cidades europeias, como Paris e Londres. Logicamente, essa transformação se processou sobretudo no campo da construção civil, quando foram implementadas, em outubro de 1839, as Posturas

¹ Mestrando em História pela Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: lecio_cordeiro@yahoo.com.br.

Adicionais, que dispunham sobre a “architectura, regularidade e aformoseamento da cidade”².

A nova lei repercutiu diretamente em diversas obras públicas, como a construção do Teatro Municipal, mais tarde denominado Teatro de Santa Isabel. Nesse contexto, os oficiais mecânicos experimentaram diversas demandas laborais, inclusive concorrendo com os artífices estrangeiros que formavam a Companhia de Operários. Contratados diretamente pelo presidente, esses artífices vieram com dois objetivos principais: morigerar os trabalhadores locais e lhes ensinar os ofícios (CORD, 2012; 2020).

A análise de dados coletados no *Diario de Pernambuco* e no *Diario Novo*, disponibilizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, indica que a importação de pedras era uma prática econômica e política de membros da elite pernambucana. Identificamos, por exemplo, políticos, capitalistas e traficantes de escravos envolvidos com a importação. Ao que parece, essa atividade representou um alargamento comercial, porquanto se mostrou um filão bastante rentável. Partimos da hipótese de que o ofício da cantaria teve seu apogeu no Recife com a campanha modernizadora implementada pelo presidente Francisco do Rego Barros, quando se realizaram diversas obras públicas nas quais se utilizaram pedras de cantaria importadas. A modernização pretendida se processou sobretudo por meio do fortalecimento da Repartição de Obras Públicas, que, a partir de 1839, passou a contar com os 195 artífices estrangeiros, dirigidos inicialmente pelo engenheiro alemão Augusto Kersting, depois pelo engenheiro francês Louis-Léger Vauthier (ALVES,

² HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Pernambuco*. Recife, 31 de outubro de 1839.

2021). Mas, com a saída de Rego Barros do poder e a ascensão do governo liberal em 1845, o jogo virou, e a cantaria entrou em vertiginoso declínio.

Tanto os estrangeiros quanto a Repartição de Obras Públicas foram duramente atacados em artigos críticos publicados principalmente no *Diário Novo*, principal jornal de oposição ao governo. O foco das críticas era, sobretudo, o excesso de estrangeiros empregados nas obras públicas e o exclusivismo que Rego Barros deu nas obras aos comerciantes de grosso trato e grandes empreiteiros simpatizantes dos ideais conservadores (CARVALHO; CÂMARA, 2011; MARSON, 1980). Na prática, essa preferência significava a exclusão dos pequenos empresários e liberais. A partir de 1842³, sob a direção de Vauthier, a Repartição de Obras Públicas passou a ser ainda mais atacada pelos liberais como reduto de corrupção, e em 1845, com a ascensão dos liberais ao governo, sofreu em verdadeiro desmonte, afinal representava o ímpeto modernizador de Rego Barros que se pretendia apagar (ALVES, 2021).

Na nossa análise, vimos que o declínio da cantaria está intimamente relacionado à desaceleração das obras públicas e à atuação dos artífices estrangeiros. Dessa forma, nosso objetivo geral foi compreender como se deu esse percurso de apogeu e queda do ofício entre os anos de 1837 e 1850, quando o Teatro de Santa Isabel foi inaugurado, a última grande obra pública da primeira metade daquele século em que se utilizou largamente pedras de cantaria importadas.

³ Em 1842, os liberais criaram o Partido Nacional Pernambucano para fazer frente aos conservadores. Chamados de *praieiros*, os liberais fundaram o *Diário Novo*, cuja impressão era feita pela Tipografia Imparcial, localizada na Rua da Praia. O apelido *praieiro* remonta, portanto, ao endereço da tipografia. Mas, há fortes indícios de que haveria um sentido pejorativo no nome, considerando que as praias e as margens dos rios eram locais onde se despejava todo tipo de entulho, inclusive as fezes e a urina proveniente das casas (CARVALHO E CÂMARA, 2011).

Para alcançar essa meta, analisamos os registros de importação de pedras feitos na Alfândega e mapeamos a rede que relacionava os consignatários das cargas.

A análise dos registros de importação mostrou que, a partir de 1842⁴, o consignatário dos produtos importados passou a ser identificado. Esse dado foi de grande relevância, pois, ao nos revelar o nome dos importadores, nos permitiu prosseguir na busca pelo “como”, isto é, quem eram, com quem se relacionavam, o que queriam com as pedras, etc. Com esses dados, foi possível compreender de que maneira a importação de pedras de cantaria se associou à atuação de membros da elite econômica recifense.

Ao estudar o ofício da cantaria e os artífices canteiros, um grupo restrito, esta investigação se caracteriza “pela análise extremamente próxima de fenômenos circunscritos” (GINZBURG E PONI, 1989: 172). Assim, sendo a cantaria e os canteiros nosso objeto, empreendemos uma busca por ela nos arquivos do *Diario de Pernambuco* e do *Diario Novo*. A opção por esses periódicos se deve ao fato de serem os principais jornais em circulação no Recife entre 1842 e 1849, período que compreendeu o chamado *Movimento da Praieira*, quando foram utilizados como verdadeiros instrumentos de luta político-partidária. Naquele contexto, liberais e conservadores possuíam tipografias próprias, nas quais imprimiam uma folha principal diária que eventualmente se desdobrava em publicações de menor porte que ora eram suspensas, ora eram reativadas (MARTINS, 2013a). A Tipografia Imparcial, que imprimia o *Diario Novo* (1842-1849), representava o grupo liberal e fazia

⁴ No dia 2 de abril de 1842, foi registrada a importação de duas pedras de cantaria em nome de Victorino José de Souza Travassos. Até então, havia apenas um consignatário para toda a carga da embarcação. Cf. HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Pernambuco*. Recife, 2 de abril de 1842.

forte oposição ao governo conservador de Rego Barros. Já a Tipografia de Manuel Figueiroa de Faria, mais tarde Tipografia União, produzia o *Diario de Pernambuco*, órgão oficial do Partido Conservador.

Os jornais nos mostram os indivíduos enquanto alvos de contendas, principalmente no caso dos artigos de opinião, em geral publicados de maneira anônima. Mostram, também, os indivíduos como vendedores de produtos e serviços, funcionários da administração pública, trabalhadores inseridos nos canteiros de obras, importadores de cargas oriundas do estrangeiro. Uma das grandes questões ao utilizar os jornais como fonte foi não correr o risco de “perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada” (GINZBURG E PONI, 1989: 173).

Ao acessar os arquivos da Hemeroteca Digital, o primeiro passo foi aplicar o recorte temporal (1837-1850). Essa etapa revelou diversos dados importantes, como os registros das importações de pedra feitos na Alfândega. Cercando o objeto para um pouco além do recorte temporal, foi possível fazer uma análise serial dos registros de importação de pedras de 1825 a 1859, o que nos permitiu inferir que os anos de governo de Rego Barros (1837-1844) marcaram o apogeu do emprego da cantaria exótica no Recife, pois foi o período de importação de pedras mais intenso. Ou seja, a aplicação do método onomástico “não fecha necessariamente a porta à indagação serial. Serve-se dela” (GINZBURG E PONI, 1989: 173).

No entanto, considerando que o âmbito desta investigação é bastante circunscrito, “as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos” (GINZBURG E PONI, 1989: 173-174). O ponto de partida é sempre o nome.

Mas o nome não precisa se restringir aos indivíduos. Nesse sentido, o método pode ser estendido para além das fontes puramente demográficas. Assim, a partir dos registros de importação de pedras de cantaria, encontramos o nome dos consignatários das cargas. Aqui, vimos a história “por cima”, na perspectiva da elite. Com esse nome, foi possível encontrar seu inventário, o registro de suas propriedades, seu círculo familiar mais próximo, as estratégias matrimoniais nas quais se envolveu, selando compromissos de diferentes ordens com famílias aliadas ou afins. Nos jornais, os indivíduos que tiveram uma vida publicamente exposta, como políticos, comerciantes de grosso trato, capitalistas, encarregados de obras públicas, revelam-se com facilidade. O nome se destaca, de fato, como uma “bússola preciosa”, e aos poucos revela as biografias e as redes de relações que a circunscrevem (GINZBURG E PONI, 1989: 176). Assim, encontramos Francisco Antônio de Oliveira, o Barão de Beberibe, político influente, ex-cunhado de Angelo Francisco Carneiro, este um conhecido traficante de cativos, um dos homens mais ricos da província naquele tempo. Ambos eram envolvidos com diversas obras públicas, como o Teatro de Santa Isabel, de cuja comissão de obras fizeram parte, juntamente com José Ramos de Oliveira, outro político cuja fortuna vinha do comércio de gente. Ou seja, “encontramos dados seriais (em geral de período curto, mas nem sempre) com os quais é possível reconstruir o entrelaçado de diversas conjunturas” (GINZBURG E PONI, 1989: 174).

Por outro lado, mas neste mesmo contexto, a documentação nos revelou a necessidade de aprofundar a pesquisa em torno dos 195 artífices alemães que foram contratados pelo presidente Rego Barros em 1839. O objetivo: identificar entre eles quem eram os canteiros. Nesse momento, olhamos a história “por baixo”, na perspectiva de dois

artífices mecânicos que, apoiando-nos nas palavras de Edoardo Grendi, foram “excepcionais nomais”.

C. Baumberger e J. Lindemeyer, os dois únicos que se autodenominaram canteiros (ou assim foram indicados na lista de todos os passageiros da galera Creole, a embarcação que os trouxe de Hamburgo). Mas não são eles os excepcionais. Infelizmente, não temos informações sobre sua atuação. Como não há referência a esses agentes nos jornais, é provável que desempenharam trabalhos menos relevantes, no âmbito da administração pública. Os excepcionais são André Zacher e André Wilmer, agentes que, apesar de serem identificados na lista da Companhia de Operários como carpinteiro e pedreiro, respectivamente, desempenharam papel importante no que se refere ao ofício da cantaria. Ambos aparecem em diversas situações às voltas da construção do Teatro de Santa Isabel, citados normalmente em ofícios relativos ao andamento das obras do teatro e em artigos anônimos nos quais tiveram sua atuação criticada. Percebemos aí um novo paradigma, saltando da análise quantitativa — que, modo geral, rotula os artífices mecânicos como grupo subalterno — para a análise qualitativa, investigando dois casos excepcionais.

A análise dos dados indica que, por um lado, Zacher foi um artífice extremamente versátil, sendo referido como mestre carpina do Teatro de Santa Isabel, arquiteto e canteiro. Por outro, um homem ambicioso, ávido pelo desejo de acumular fortuna. Alvo de críticas, arrematava o máximo que podia, realizando diversos serviços simultaneamente para particulares e na Repartição de Obras Públicas. Em agosto de 1844, por exemplo, em artigo publicado no *Diario Novo* assinado anonimamente por W, é criticado por trabalhar, ao mesmo tempo, na repartição “como mestre carpina com o diminuto jornal de 2\$400 rs., sendo ja mestre de

obra do teatro, com vencimento de 2\$ rs. por dia, onde cotidianamente trabalha, e segundo nos parece também mestre do Arsenal da Marinha com 2\$500 rs.!”⁵. E tudo com o consentimento de Vauthier. A crítica segue com a acusação de que, na verdade, tantos serviços simultâneos decorriam do fato de que Zacher os realizava para particulares, mas com pagamento pela tesouraria da fazenda pública, o que, segundo o autor, era uma prática corriqueira entre os artífices da Companhia de Operários⁶. Um mês depois, ele volta a ser atacado no *Diario Novo*. No artigo, “O inimigo da ambição” repete as críticas sobre o acúmulo extraordinário de trabalhos e o acusa de não deixar “escapar o mais ridículo negócio, tracto, ou empreitada [...] deste ou d’aquela artista também habil, atravessa-lhe o ajuste muitas vezes quasi concluído, obrigando-se a fazel-o por menos uma bagatela, tomando até mesmo sob sua responsabilidade empreitadas de obras de pedreiro (do que nada entende) sendo elle carpina”⁷. É nesse contexto que, em dezembro de 1847, Zacher fica encarregado de preparar as pedras de cantaria destinadas às obras da cadeia pública⁸. No entanto, Joaquim Claudio Monteiro, administrador do teatro, refere-se a ele como arquiteto e louva seu zelo e seu interesse pelo serviço público, “mostrando-se não só assiduo no desempenho de suas obrigações, como esmerado em excedê-las pela sua inteligência, dedicação, e muito boa vontade”⁹. Segundo Monteiro, André Zacher iria à Europa no mês seguinte para

⁵ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario Novo*. Recife, 26 de agosto de 1844.

⁶ A incorporação de Zacher na ROP, sua amizade com Vauthier e a boa relação de trabalho tecida com a malha política que cercava os canteiros de obras do Teatro de Santa Isabel possibilitaram-lhe o estabelecimento de uma rede de negócios e sociabilidade bastante significativa (ALVES, 2021: 124).

⁷ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario Novo*. Recife, 24 de setembro de 1844.

⁸ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario Novo*. Recife, 30 de dezembro de 1847.

⁹ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario Novo*. Recife, 25 de maio de 1848.

tratar de um problema de saúde, por isso pediu-lhe que priorizasse ações que necessitavam indispensavelmente do seu acompanhamento. Ainda nessa publicação, o administrador do teatro alega atraso da obra, entre outros motivos, devido às dificuldades de importação das pedras de cantaria.

André Wilmer, por sua vez, também se envolveu em várias obras. Em 1843, com a morte do engenheiro alemão Augusto Kersting, passou a dirigir as obras da Companhia do Beberibe¹⁰, arrematou as obras da Ponte do Bujary em 1846¹¹, participou da “obra gigantesca do melhoramento porto” em 1849, contratado diretamente por Manoel Vieira Tosta, então presidente da província. No relatório do dia 2 de julho, Tosta expõe que pediu ao governo geral a contratação de “um mestre pedreiro sufficientemente pratico e habilitado”, não duvidando “empregar neste lugar o muito conhecido nesta provincia André Wilmer, marcando-lhe uma gratificação mensal de 150,000 rs”¹². O dado mais relevante sobre Wilmer, para esta pesquisa, é o fato de ele ter trabalhando contra a utilização das pedras de cantaria nas construções, sobretudo devido ao seu alto custo. Por esse motivo, teria atuado no sentido de substituí-las em algumas das obras em que participou por um composto artificial que, segundo ele, teria a mesma consistência das pedras naturais¹³. Provavelmente, esses compostos eram produzidos a partir de uma argamassa à base de cimento, matéria-prima importada para a província pelo menos desde 1842¹⁴. O próprio Wilmer chegou a

¹⁰ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Pernambuco*. Recife, 13 de maio de 1843.

¹¹ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario Novo*. Recife, 9 de março de 1846.

¹² HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Pernambuco*. Recife, 15 de julho de 1849.

¹³ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Pernambuco*. Recife, 1 de junho de 1847.

¹⁴ O primeiro registro de importação de cimento que encontramos foi publicado no *Diario de Pernambuco* em 1842 (uma carga de 4 barricas consignadas a N. O. Bieber & C.). Os dados encontrados

importar e vender cimento em 1843, o que sugere certo empenho e protagonismo na utilização desse produto em substituição às pedras lavradas, uma vez que esse produto era uma novidade por aqui¹⁵. A bem da verdade, seus argumentos eram bastante convincentes: as “pedras artificiais” — como ele chamava o tal composto — eram resistentes, práticas e custavam muito menos que as importadas. Sua utilização, de fato, eliminaria incontáveis problemas. Repare bem: quando foi contratado como arquiteto pela Irmandade do Santíssimo Sacramento para gerir as obras do frontispício da Igreja Matriz da Boa Vista em 1841, Wilmer se deparou com diversos obstáculos. O primeiro deles foi transportar as pedras das margens do rio para o canteiro de obras, no fim do aterro. Até então, as pedras estavam armazenadas em um aterro com cais construído pela Irmandade na margem do rio ao lado da Ponte Velha, onde colocaram as máquinas (que deveriam ser pequenos guindastes) “a fim de levantar e retirar de bordo as pesadíssimas pedras” (PIO, 1967: 31)¹⁶. Somente quando os irmãos levantaram o dinheiro necessário para pagar o frete, as pedras foram transportadas de carroças pelo atoleiro até o aterro da Boa Vista. Preocupado com os sucessivos problemas, o mestre alemão escreveu um ofício à Irmandade propondo que o frontispício fosse construído não com pedra de cantaria, mas com tijolos, que seriam rebocados com cal hidráulica, que

no *Diário de Pernambuco* entre 1840 e 1849 revelam que Nicolao Otto Bieber realizava importações de diferentes gêneros oriundos de Lisboa, Nova York, Hamburgo, Cete, Gênova, Gibraltar, Antuérpia, etc.) pelo menos desde 1829. Esses produtos eram leiloados na sua casa, localizada na Rua da Cruz, número 63. Cf. HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 de agosto de 1842.

¹⁵ Em 1843 há o registro de importação de 70 barricas de *simento* ao mestre pedreiro André Wilmer (cf. HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 de novembro de 1843) e um anúncio em que ele oferece o produto para venda (cf. HEMEROTECA DIGITAL. *Diário Novo*. Recife, 28 de novembro de 1843).

¹⁶ Para se ter uma ideia, a densidade aparente do lioz é de 2.700 kg/m³ (cf. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lioz>).

daria resistência à construção e criaria o aspecto de mármore. Segundo ele, a intenção era economizar, pois o plano inicial, com pedras importadas, custaria 137.626\$000, e o seu custaria 38.680\$000, isto é, quase cem contos de réis a menos (PIO, 1967: 32). Para termos uma ideia, apenas o custo com direitos, fretes e transportes das pedras até a obra, pelo plano de Lisboa, somava 80 contos de réis, quantia suficiente para se adquirir, aproximadamente, cem cativos especializados em algum ofício¹⁷. A estratégia não funcionou, pois, como sabemos, o frontispício é composto todo de cantaria de Lisboa.

Mas esses eram apenas alguns entraves ao uso das pedras importadas. Além desses pontos, precisamos considerar diferentes cálculos temporais. O ponto de partida era a criação de um projeto, no qual se especificavam todos os detalhes, como o tipo de entalhe, medidas, formas e, até mesmo, a cor das pedras que seriam utilizadas.

O segundo ponto era a realização da encomenda, que era feita normalmente a emissário ou a algum negociante em Lisboa, como Joaquim Elias Xavier, que, em 1839, estava em Lisboa negociando a primeira encomenda de pedras de cantaria para o novo frontispício da Igreja Matriz da Boa Vista (PIO. 1967: 27) e, em 1847, estava intermediando um dos últimos lotes destinados à fachada do Teatro de Santa Isabel¹⁸. O atravessador, por sua vez, contratava o artífice canteiro que seria responsável pela execução do projeto. Daí em diante, mais cálculos temporais. A encomenda das pedras brutas na pedreira, a

¹⁷ Ao morrer, em 1848, Izabel Maria da Costa Ramos, viúva de José Ramos de Oliveira, deixou para seus dois filhos uma fortuna calculada em 633:695\$972 réis. Na avaliação registrada no inventário, o Engenho Salgado contava com 117 escravos, que contabilizavam um total de 44:060\$000 rs. O escravo de maior valor tinha 30 anos, exercia a função de ferreiro e foi avaliado em 800 mil réis. O engenho, por sua vez, foi calculado em 140:795\$000 réis (cf. IAHGP, Inventário de Izabel Maria da Costa Ramos, 1849).

¹⁸ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Pernambuco*. Recife, 15 de março de 1847.

extração, o transporte delas para a oficina, o desbaste realizado pelos oficiais menos graduados, a escultura e o acabamento feitos pelos mestres (LEITE, 2003). Quando o trabalho estava “pronto”, na verdade não estava. Havia ainda um longo percurso pela frente: era preciso transportar as pedras das oficinas para cais do porto e do cais para a embarcação, que atravessaria o Atlântico. No porto do Recife, o caminho inverso: desembarcá-las e registrá-las na Alfândega. O imposto de importação: 50% do valor da carga, conforme o Decreto nº 376, de 12 de agosto de 1844¹⁹. Da Alfândega, seguiam de carroça para o canteiro de obras, onde finalmente seriam montadas, conforme o projeto, por um artífice experiente.

Como se vê, os custos financeiros e humanos envolvidos em toda a cadeia logística eram vultosos: cada uma dessas etapas tinha preço e prazo, que podiam variar conforme as situações. Essas barreiras eram tão evidentes que em 1846 o empresário inglês José da Maya apresentou à Assembleia Provincial um requerimento no qual pedia o direito de construir e explorar com a exclusividade de seis anos o que seria a solução para todos os problemas: uma máquina de lavar pedras movida a vento²⁰.

Por fim, encerrando essa discussão teórico-metodológica, restava uma questão de ordem subjetiva que passou boa parte da pesquisa sem solução. O ponto é que, já no final de 1839 Câmara Municipal aprovou as Posturas Adicionais nas quais tratava da “Da Architectura, Regularidade, e Aformoseamento da Cidade”. Em linhas gerais, o documento reflete a preocupação do governo em impor normas rígidas

¹⁹ HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 de setembro de 1844.

²⁰ HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 13 de novembro de 1846.

para as novas construções com o objetivo de conter a falta de padrão e regularidade que imperava nas ruas da cidade, dando a impressão de que cada casa foi construída conforme o desejo do dono, sem atender à conveniência pública (WATERTON, 1904). Vários trechos dessas Posturas Adicionais chamam a atenção. No que se refere ao nosso objeto, destacamos o artigo 10, que determinava que “as frentes das cazas serão guarnecidas de cordão na altura das soleiras, e tanto estas, como o cordão, vergas, e ombreiras serão de pedra de cantaria”, e as excessivas punições infligidas aos contraventores (para os mestres, multa e/ou detenção de oito dias; para os proprietários, dependendo da infração, apenas multa de até 30 mil réis, uma quantia relevante para a época).

A análise dos registros de importação, portanto, revelou que, a partir da promulgação dessas posturas, os registros de importação de pedras cresceram vertiginosamente, tendo seu auge entre os anos de 1840 e 1844. No entanto, a partir de 1845 percebemos um movimento de retração nas importações de pedras. Em 1846, como vimos, já se falava da necessidade de se construir uma máquina para lavar pedras, e em 1847 encontramos o mestre pedreiro André Wilmer substituindo as pedras de cantaria pelo que chamava “pedras artificiais”. Nesse sentido, além dos entraves materiais que prejudicavam a cantaria, a instabilidade política que marcou os anos que antecederam a Revolução Praieira inibiu a aplicação das rigorosas punições determinadas nas Posturas Adicionais e atingiu o ofício. Os indícios sugerem que, com a ascensão dos liberais ao poder em 1844 e o conseqüente desmonte da Repartição de Obras Públicas, a fiscalização das normas impostas pelas Posturas Adicionais se tornou inviável e o ofício da cantaria entrou em vertiginoso declínio.

Seguindo os fios e os rastros, percebemos, portanto, que a campanha modernizadora empreendida pelo presidente Francisco do Rego Barros a partir de 1837 representou o auge do ofício da cantaria no Recife, o que ficou evidenciado nos registros de importação de pedras lavradas sobretudo até o final da sua gestão, em 1844, quando ascendeu ao governo o liberal Antônio Pinto Chichorro da Gama. Sob o domínio da *Praia*, a Repartição de Obras Públicas passou por um verdadeiro desmonte, o que representou, na prática, a impossibilidade de se fiscalizar a aplicação das Posturas Adicionais, que, entre outras disposições, determinava a utilização de pedras de cantaria em soleiras, cordões, vergas e ombreiras. Com o afrouxamento da fiscalização e os diversos entraves que dificultavam a utilização das pedras lavradas, elas passaram a ser substituídas, gradativamente por “pedras artificiais”, o que levou ao declínio do ofício a partir de 1845. Desse modo, inaugurado em 1850, o Teatro de Santa Isabel foi o exemplo maior do desejo modernizador, mas foi também a última grande obra pública do Recife em que se utilizou largamente as pedras de cantaria até 1850.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Bruno Adriano Barros. *A Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco: estrutura administrativa, projeto de modernização e canteiros de obras (1837-1850)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco: CFCH, 2021.
- ARAÚJO, Roberto Antônio Dantas de. *O ofício da construção na cidade colonial: organização, materiais e técnicas (o caso pernambucano)*. Tese de doutorado. São Paulo: FAU, USP, 2003.
- CARVALHO, Marcus J. M.; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Rebelião Praieira. In: DANTAS, Monica (org). *Revolutas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 357-389.

CORD, Marcelo Mac. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife Oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CORD, Marcelo Mac. Dois mestres de ofício alemães no Recife oitocentista: mundo do trabalho artesanal e sociabilidades cotidianas. *Almanack*, 1(25), 2020, pp. 1–39. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/1399>. Acesso em: 17 dez. 2021.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. pp. 169–178.

LEITE, Joaquim Cândido da Mota. A pedra e a arte de a bem talhar. A propósito de uma oficina de canteiro tradicional, no lugar de Cortegaça, Freguesia de Pêro Pinheiro, Concelho de Sintra. In: LEITE, Joaquim (Org.), *Cadernos de Patrimônio 2*. Sintra: Câmara Municipal, 2003.

MARSON, Izabel Andrade. *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Moderna, 1980.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013a.

MARTINS, Marina de Miranda. Do mar ao ultramar: a transmigração do lioz português para São Luís do Maranhão. In: *Revista de História da Arte e Arqueologia*. n. 19 Jan/Jun 2013b. pp. 101–115. Campinas: Unicamp. Disponível em: <https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2019%20-%20artigo%206.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2021.

PIO, Fernando. *História da Matriz da Boa Vista e seu monumental frontispício*. Recife, UFPE, 1967.

WATERTON, Charles. In: CARVALHO, Alfredo de. *Charles Waterton em Pernambuco 1816*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Recife, v. XI, n. 64, p. 726–33, dez. 1904.

13

“UM CRIME MONSTRUOSO”: O OLHAR DO JORNAL PACOTILHA SOBRE O CRIME DA RUA DO PASSEIO (1913)

*Paulo Henrique Matos de Jesus*¹

INTRODUÇÃO

Desde os anos de 1980, pesquisadores brasileiros do campo historiográfico ou não, passaram a se debruçar com afinco sobre fontes criminais, judiciais e policiais, esquadrinhando, a princípio, aspectos da realidade política e sociocultural implícitos nesse conteúdo e, em seguida, investigando as circunstâncias, organismos e os indivíduos que as produziram. Ademais, buscou-se também, ao longo desse período compreender qual o papel desempenhado pelo crime na rotina de locais específicos e no todo da sociedade. Assim, tal abordagem, denominada como História Social do Crime, se consolidou como um campo de pesquisa bastante fértil, tem motivado a produção de inúmeras dissertações e teses, passando também a ocupar espaços de discussão em diversos espaços acadêmicos, promovendo a troca de experiências, a construção de redes conectadas de pesquisadores e a difusão das pesquisas nesse campo. Isso permite-nos apontar o crescente aumento do interesse dos historiadores pelo assunto.

Acrescenta-se ainda, e oportunamente que, embora a fonte principal para produção do presente artigo seja o jornal Pacotilha,

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão – PPGHis/UFMA). E-mail: pauloesquizo@gmail.com.

outras fontes também serão utilizadas para robustecer o espectro informativo em relação a este crime e preencher possíveis lacunas deixadas pelo jornal, destacando-se o compilado de documentos que constam do inquérito policial e publicado pela Imprensa Oficial do estado do Maranhão intitulado “O Monstruoso Crime de 10 de novembro” (1913).

HISTÓRIA, IMPRENSA E *FAITS DIVERS*

Mesmo compreendendo que a imprensa se constitui em fonte inestimável para seu trabalho, leva-se em consideração duas temporalidades distintas: a do momento em que o episódio foi narrado pela imprensa e a outra se refere ao momento em que o historiador analisa o episódio ocorrido. O outro aspecto fundamental é que tais narrativas não são documentos autênticos e óbvios, nem portadores da verdade em si. É necessário interagir com essas narrativas, entrecortar com outros dados e notícias, procurando compreender tanto os momentos de reticência quanto os de retirada, visto que as narrativas produzidas pela imprensa são extremamente comprometidas por determinadas orientações econômicas e ideológicas, cabendo ao historiador realizar a análise crítica e dialógica dessas narrativas, levando em consideração suas limitações e parcialidades.

A cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, mudava, se transformava, se alargava, se tornava mais agitada, naquele limiar de século XX. Mas, as mudanças que ocorriam nem de longe representavam os anseios das elites econômicas locais e dos letrados para quem os valores da civilização europeia serviam como padrão para a modernização da capital maranhense. Seu crescimento irregular e

caótico contrariava o padrão europeu e propiciava condições para a ampliação da criminalidade. Assim, a imprensa pode ser colocada como fonte a ser analisada e pela qual é possível ter uma visão ainda que parcial e fragmentada do incômodo que isso causava. Como destaca o jornal *A Imprensa* (1907 *apud* DIAS 2011, p. 77-78):

Chegam-me as oiças os sons da noite, e à proporção que Ella se adianta, negerrima e sombria, mais distintos se os ouve tiros de revolver, berros de embriaguez, atropelias de transeuntes, provocações de insolentes e desatinados... Pelas esquinas vejo brazas acêzas, como a que eu mantenho num stender delicioso, e nas janellas das casas visinhas tambem as descubro... Essas brazas, não há negar, protestam silenciosas, contra o horror da noite, contra essa prisão forçada, a que são obrigados os trabalhadores, que esperam, à noite, divertir o espírito abatido, pagar visitas, refastellar pelas praças, em descontos das horas passadas no terrível ganha-pão... Conversam as das janellas, e conversam as dos cantos. Que dirão estas? Que há naturezas humanas, incorrigíveis, intransigentes em seus hábitos e em seus desejos. Que nada pode contra ellas a falta de carvão no gazometro, e de policiamento na cidade.

Assim, com o alargamento da *urbe* ludovicense, a apreensão em torno do crime e da criminalidade torna-se tema – entre os mais noticiados – das páginas dos periódicos que circulavam na capital maranhense no início do século XX. Tal interesse se justificava pelo fato dos jornais, em meados do XIX, terem assumido a clara intenção de tornar a notícia um produto cujo consumo se daria por meio de suas páginas. Assim, atiçava-se a curiosidade dos leitores construindo narrativas sobre o crime que de certo modo assemelhavam-se a folhetins. Para Lila Caimari os jornais exploram notícias de crimes devido a atração dos leitores pelas

Peripecias de una historia humana, fascinación por las destrezas de la detección, por lo monstruoso [...]. Pero cada crimen es distinto en su potencial, y cada sociedad tiene, en cada momento, su propia agenda de temas latentes. Más allá del horror y la indignación, más allá de la compasión por la víctima y la curiosidad morbosa por el ejecutor del crimen [...]. (CAIMARI, 2021, p. 111).

Como parte desse corpo narrativo destacam-se os *faits divers*, cuja tradução literal do francês é “fatos diversos”, que são notícias inusitadas, que despertam grande interesse público, mas rapidamente são esquecidas e não implicam aparente relevância em sua historicidade, sendo, por vezes, consideradas um não objeto para os historiadores. Entretanto, na passagem do século XIX para o XX, em meio à transformação da imprensa em negócio e as notícias em produtos, ampliar o interesse público pelos *faits divers* demonstrou ser bastante lucrativo e sua narrativa tomou ares de folhetins publicados em capítulos. Comparado ao crime político, cujas explicações são encontradas em situações exteriores ao próprio crime, ou seja, na compreensão de um quadro geral político maior e por isso mesmo fragmentado, os *faits divers* se encontram explicados por si em sua dimensão total. (BARTHES, 2013).

Não há necessidade de dominar as nuances mais profundas do mundo para absorver um *fait divers*; não há nada dele que lhe seja exterior; tudo se inicia, desenvolve e encerra nele mesmo; não há nada nele que seja desconhecido da realidade ao seu redor e de todos os seres humanos. No *fait divers* tudo está posto e nada está incógnito ou velado. Nesse sentido, assemelhando-se a um conto ou novela. (BARTHES, 2013).

UM POUCO DA TRAJETÓRIA DO JORNAL PACOTILHA NO LIMIAR DA MODERNIDADE

O jornal Pacotilha foi fundado em 1880 por Victor Lobato e dirigido durante muitos anos por Agostinho Reis. Sua fundação se deu no momento em que a economia agrário-exportadora maranhense declinava e alguns “empresários” locais partiram para se aventurar na montagem de um incipiente parque fabril. Como não poderia deixar de ser sua fundação teve cunho político posicionando-se como “[...] voz crítica, não só da política e dos políticos maranhenses, mas também dos costumes locais e da posição da igreja frente aos desenvolvimentos científicos e sociais da época”. (MENDONÇA, 2013, p. 348, *apud* MATOS, 2021, p. 399). Tal posicionamento, em defesa da ciência e dos ares civilizacionais respirados em outras paragens, fizeram do Pacotilha uma espécie de “caixa de ressonância” para a sociedade maranhense, sobretudo ludovicense, daquilo que de mais moderno e inovador existia no mundo – leia-se, Europa – e que desembarcava ou fazia-se necessário desembarcar em terras timbiras na passagem do século XIX para o século XX.

O processo de fabrilização desencadeou na capital maranhense o anseio por mais modernidade e a imprensa não poderia ficar de fora, passando a assumir, pelo menos ao seu próprio ver características mais profissionais, os periódicos tornam-se empresas e as notícias, produtos. O profissionalismo jornalístico ensejava a separação entre informação e opinião (MATOS, 2021). No seu exemplar de estreia o Pacotilha se descreve assim (JORGE, 2008, p. 331 *apud* MATOS, 2021, p. 401):

A Pacotilha é para o jornalismo o que são para o comércio os mascates – negociantes ambulantes que levam no espaço de uma caixa portátil tudo

quanto o freguês possa exigir, desde a chita até o botão para a camisa, desde o chapéu até o carrinho de linha. A Pacotilha, pois, não tem programa, nem opinião, nem artigo de fundo – é a imprensa a retalho, miúda, sortida e variada. Não vai esgueirar-se de madrugada pela fresta da porta dos assinantes, a espera que a venha levantar o leitor ávido de ler em jejum as discussões políticas, as denúncias – para Sua Excelência o Senhor Presidente da Província ver e providenciar –, os noticiários de operações cirúrgicas e listas de passageiros, o obituária e o movimento do porto; há de sair à Rua debaixo do braço de um distribuidor esperto, à hora em que estiverem as casas abertas e as Ruas cheias, à disposição de quem tiver tido uns cobsres vadios para assiná-los – se é que o dinheiro é vadio, contendo um pouco de cada coisa para distrair o espírito, sem pretensões a ensinar, sem palmatória de censura, sem especialidade, distribuindo aos pedacinhos, em forma de pílulas, notícias, anedotas, receitas, contos, romances, versos, tudo!

O Pacotilha se apresenta, então, com um perfil que busca se diferenciar das ofensas pessoais e intermináveis debates políticos que até aquele momento eram muito característicos do jornalismo praticado no Maranhão. Em suas páginas poderia ser encontrado de tudo:

[...] assuntos gerais, fazia publicações de notícias de outros jornais, dando-lhes o devido registro e também publicava romances na seção Folhetim, espaço ainda ocupado por '[...] poesias, versos, arte, crítica literária, arte, teatro comentários de livros e outras notícias'. (JORGE, 2008, p. 333 *apud* MATOS, 2021, p. 401).

Através de suas páginas o Pacotilha buscou expressar sua satisfação pela chegada ao Maranhão do que pode ser considerado como símbolos da modernidade e da civilização europeia, sob os mais diversos aspectos: política, economia, tecnologia, filosofia, cinema, literatura,

agitação da vida noturna. Entretanto, ao mesmo tempo, o periódico, lamentava o fato desses símbolos civilizacionais trazerem consigo determinados problemas que se chocavam com o bucolismo típico de uma pequena capital, como o aumento das práticas delituosas, destacando-se os roubos seguidos de morte.

Com isso o Pacotilha passa a dedicar mais espaço em suas páginas para crimes violentos, realizando coberturas que iam desde a informação dos crimes, o acompanhamento das investigações, críticas ou elogios ao trabalho policial e ao comportamento das autoridades políticas em relação aos casos, outorgando para si tanto o papel de divulgador da notícia em seus detalhes, quanto o de construtor e porta-voz das opiniões dos seus leitores e de toda a sociedade ludovicense.

UM CRIME MONSTRUOSO

E assim se sucedeu. Em 10 de novembro de 1913. Antonio Bazano, Henrique Gomez e Antonio Lugo, com a cumplicidade de Manuel Sanchez, assassinaram com 8 punhaladas, José Diniz e Silva (23 anos) e 14 punhaladas, Jorge Ribeiro, de apenas 12 anos. O crime ocorreu nas dependências do Café S. José, situado à Rua Grande, número 121, esquina da Rua do Passeio, em São Luís, e as vítimas eram funcionários do estabelecimento. Poucas horas depois curiosos se aglomeravam à porta do Café, os murmurinhos já tomavam conta dos populares e as versões se multiplicavam. No dia seguinte o duplo assassinato bárbaro estava estampado em vários jornais, chocava e fascinava pela brutalidade. E o jornal Pacotilha já assinalava na primeira página que se tratava de um crime cuja grande motivação era o roubo. (UM CRIME..., 1913a). Chamava atenção a frieza e crueldade dos assassinos, em uma cidade

que evocava ares civilizacionais. Por certo tempo a imprensa deleitou-se com este crime que ocupava tanto as colunas policiais, quanto de opinião. Os fatos que serão narrados e analisados foram extraídos das páginas do jornal Pacotilha ao longo das investigações sobre o crime e algumas notícias divulgadas sobre seus autores entre os anos de 1913 e 1921.

A DESCOBERTA DOS CADÁVERES

Todos os dias invariavelmente o comerciante Thomaz d’Aquino e Silva, sempre cuidadoso e preocupado com a segurança do seu estabelecimento, fechava o Café S. José entre 21h30min e 22h. O S. José era um dos poucos estabelecimentos que vendiam bebidas alcoólicas, no trecho entre a Rua do Passeio, Rua Grande e Praça João Lisboa, próximos aos Cinemas S. Luiz e Ideal – cujas seções encerravam por volta das 23h – que ainda fechavam as portas tão cedo. A outrora tranquila e afável noite de São Luís, naqueles idos de 1913, já não era tão afável. A cidade havia mudado. Pensando nessas mudanças e no crime violento ocorrido no ano anterior, Alcides Pereira, chefe da Polícia do estado do Maranhão, em 1914, escreve relatório cobrando do governo estadual providências no sentido de modernizar as práticas de policiamento locais:

Não há negar. O Maranhão de hoje não é, ninguém dirá, o mesmo de cinco anos passados. As suas condições são outras; progrediu, animou-se. Na capital, então, o fenômeno é de todo palpável, evidente. Não havia entre nós vida noturna: às nove horas da noite as ruas estavam desertas, as casas estavam fechadas e um ou outro transeunte passava apressado pelas nossas avenidas. Hoje, atualmente, assim não se dá. Quatro cinematógrafos aqui funcionam todas as noites [...]; de 3 a 4 botequins e bilhares [...],

multiplicaram-se os hotéis e as casas de pensão. Assim, não se compreende como ainda se possa manter a antiga organização policial, já bem deficiente e falha. (PEREIRA, 1914, p. 14 *apud* BARROS FILHO, 2013, p. 126).

Naquela noite Thomaz d'Aquino e Silva teve de ir embora mais cedo, pouco depois das 18h. Antes de sair, determinou que os empregados do estabelecimento, José Diniz e Silva, seu irmão, e o menino Jorge Ribeiro, fechassem o estabelecimento antes das 21h. Como ambos moravam de favor na residência de Thomaz d'Aquino e Silva, localizada à Rua da Madre Deus, número 38, o corriqueiro era fecharem a quitanda e irem direto para casa. Porém, já eram 22h e os dois ainda não haviam chegado. Thomaz d'Aquino e Silva, já bastante contrariado, convidou seu vizinho, Raymundo Nonato Dutra, para irem juntos verificar se algo havia acontecido. Chegando ao estabelecimento encontraram a casa toda fechada e no escuro, tendo apenas uma banda de porta encostada. Raymundo Dutra acendeu um fósforo e abrindo essa banda de porta encontrou o corpo de José Diniz caído ao chão e pediu que Thomaz d'Aquino e Silva, que estava um pouco atrás, se aproximasse. Vendo seu irmão estirado no chão, Thomaz d'Aquino e Silva chamou Raymundo Dutra para ajudá-lo a prestar socorro. Foi quando verificaram que José Diniz estava morto e banhado em sangue. Thomaz d'Aquino e Silva, muito perturbado com o fato de ter encontrado seu irmão morto esvaído em sangue, ainda teve tempo de verificar que aos pés do balcão do bar estava o cadáver também muito ensanguentado do garoto Jorge Ribeiro. Minimamente recuperado da bárbara cena com a qual havia se deparado, Thomaz d'Aquino e Silva saiu da quitanda em busca do socorro policial, deixando Raymundo Dutra esperando por ele. (UM CRIME..., 1913a).

A CENA DO CRIME

Notou-se no exame da cena do crime que sobre uma das mesas do bar havia um cálice com restos de aguardente e no chão outros dois quebrados, levando a crer que haviam sido servidos aos últimos clientes da noite anterior e que possivelmente seriam os autores do crime e a motivação seria o roubo do estabelecimento, dado ao fato de Thomaz d'Aquino e Silva ter sentido falta de um revólver seu, guardado na prateleira do bar, um queijo e a quantia de 200\$000 (duzentos mil-réis). (UM CRIME..., 1913a).

Àquela época não existia no Maranhão instituto de identificação ou médico-legal. A presença dos médicos legistas nomeados Hermojenes Pinheiro e Raimundo Matos evidencia a importância cada vez maior da medicina como forma de consolidação dos saberes policiais e jurídicos já em uso desde meados do século XIX, tanto na elucidação de mortes misteriosas, visando verificar a possível existência de ato criminoso, quanto ao *modus operandi* do criminoso, sua tipificação penal, imputabilidade (ou não), nível de gravidade das lesões causadas. Tudo isso afim de garantir robustez aos inquéritos policiais e processos e em ato contínuo determinar penas brandas, severas, ou, até mesmo a inocência do réu. (ANTUNES, 1999).

Nesse sentido, após autópsia nos cadáveres de José Diniz da Silva e Jorge Ribeiro os legistas constaram que ambos foram golpeados por objeto perfurocortante em diversas partes do corpo (José Diniz foi golpeado 8 vezes e Jorge Ribeiro, 14 vezes), o que provocou severa perda de sangue resultando em morte. Ressaltou-se também no laudo que houve confronto entre José Diniz e seu assassino, fato este confirmado por suas roupas se encontrarem rasgadas. Jorge Ribeiro, por sua vez, foi

encontrado ao pé do balcão do bar, junto à porta que estava entreaberta, confirmando sua tentativa de fuga que foi impedida por alguém muito maior e mais forte que ele. (UM CRIME..., 1913a).

AS DILIGÊNCIAS, PRISÃO E CONFISSÃO

Durante a realização da autópsia um grande número de curiosos se posicionava em frente ao prédio onde ficava o Café S. José. Depois do exame, já na rua, populares que ali estavam comentavam o estranho acontecimento, dando curso às mais variadas e singulares versões. Todavia, um pequeno grupo de homens comentava que na noite anterior, por volta das 21h30min um militar do Exército adentrou na quitanda e viu lá dentro, bebendo, três estrangeiros desconhecidos. Esse militar era o Sargento Eduardo Pedro Martins que, posteriormente, em seu depoimento, confirmou tais informações. Disse ainda que presenciou algo que lhe chamou atenção: Jorge Ribeiro declinou de continuar vendendo bebida aos estrangeiros por conta de uma vultosa dívida em aberto no caderno de notas. Em seu interrogatório, Thomaz d'Aquino e Silva, declarou que o único estrangeiro a possuir dívidas anotadas em seu caderno era Henrique Gomez, morador e funcionário da Garage Franceza, Rua de Santo Antonio. (UM CRIME..., 1913a).

De posse destas informações o Chefe de Polícia determinou na mesma manhã do dia 11 de novembro busca e apreensão à Garage Franceza com intento de capturar Henrique Gomez, até então, principal suspeito das mortes no Café S. José. Lá Chegando, os policiais depararam-se com dois estrangeiros que se diziam funcionários da Garage: Henrique Gomez (espanhol) e Antonio Bazano (argentino). Fizeram detalhada vistoria e encontraram, por indicação dos suspeitos,

enterrado no quintal um punhal cuja bainha estava molhada d'água, que tinha a lâmina manchada de sangue. Também foram encontrados queijo, maços de cigarro, a quantia roubada da quitanda e uma calça manchada pertencente a Bazano. Diante de tudo isso imediatamente foi dada voz de prisão para Henrique Gomez e Antonio Bazano. (UM CRIME..., 1913a).

Durante as primeiras horas após sua prisão, Antonio Bazano e Henrique Gomez negaram veementemente seu envolvimento no duplo assassinato. Todavia, ao longo do dia confessaram a sua participação no crime e ainda declinaram os nomes de Antonio Lugo (argentino) e Manoel Sanchez (espanhol).

O Pacotilha, com grande desconfiança sobre a veracidade do que era dito, entrevistou os quatro acusados enquanto estavam presos no Quartel Militar de S. João. O primeiro a ser entrevistado foi Henrique Gomez:

[...] tem 22 anos de idade, bôa compleição, de cabelos meio alourados, é natural de Madrid e, na qualidade de engenheiro mecanico, montou a instalação de luz eletrica do vapor 'Cabral', trabalhando atualmente na garage Franceza.

Disse-nos que, entre ele e os companheiros havia a combinação para somente roubarem o botequim onde se deram as mortes de José e Jorge, devendo todos, depois de consumado o delito, ganhar o mato para fugir á punição. Ficou, porisso, bastante surprezo, quando viu que Bazano esfaqueára o caixeiro mais velho. (UM CRIME..., 1913b, p. 1).

Conforme o Pacotilha Henrique Gomez apresentava uma expressão facial que tentava convencer o repórter do periódico de sua concordância com o roubo, mas não com as mortes. (UM CRIME..., 1913b).

Em seguida foi a vez de Antonio Bazano ser entrevistado:

[...], que é, de todos os bandidos o que tem a fisionomia mais antipática. Tem 24 anos, uza bigode raspado, é estrabico, diz-se nacido em Buenos Aires e, como mecanico, que é, também trabalhava na garage Franceza. Veio da Inglaterra à cidade de Parnaíba, há cerca de dois mezes, trazer um vapor. Ficando ali sem trabalho, para cá se dirijiu [...]

Afetando timidez, conta-nos que [...] o seu companheiro Sanchez lhe vinha catequizando para a prática do crime, assegurando que no Maranhão, diferente da Europa, se podia beber cachaça e roubar á vontade, porque não havia policia, ficando sempre os malfeitores impunes. (UM CRIME... 1913b, p. 1).

Note-se que, neste trecho da entrevista, a crítica pejorativa ao bigode raspado e o estrabismo, já denota a antipatia, *a priori*, do repórter por Bazano, levando-o, inclusive a duvidar de sua nacionalidade. Também é digno de nota o suposto comentário que Bazano faz sobre a ausência de polícia e a impunidade diante dos delitos como características que tornavam o Maranhão o paraíso dos criminosos. É possível considerar plausível que este trecho tenha sido introduzido ou deturpado pelo repórter no corpo da entrevista como uma espécie de provocação dirigida à polícia e, principalmente, ao Presidente do estado, Luís Domingues, cuja relação com o Pacotilha, como dito anteriormente, não era das mais amistosas.

Seguindo com a entrevista, Bazano confessa que acabou cedendo às investidas de Manoel Sanchez, depois de ouvi-lo dizer que o proprietário do Café S. José lhe havia dito palavras ofensivas e o que tramava também era uma vingança. (UM CRIME..., 1913b). Às 21h, Bazano, Gomez e Lugo, dirigiram-se ao Café S. José e após algumas doses de aguardente os três decidiram efetuar o crime, mas precisavam

distrair José Diniz que atendia no balcão do bar. Deu-se o crime descrito assim por Bazano ao Pacotilha:

Ao aproximar-se Diniz do balcão, para satisfaze-los, Bazano apunhalou-o brutalmente, ao mesmo tempo que outro companheiro dava a volta á chave [da porta]. Diniz, ao receber a facada, deu alguns passos para traz, caiu, banhado em sangue, voltando Bazano a esfaquea-lo repetidas vezes. O pequeno Jorge, apavorado, prezo pelo braço, implorou a misericórdia de Bazano, que muito o conhecia. Não o queria matar, acrescentou, mas Henrique fez-lhe vêr que estariam perdidos porque a criança tudo denunciaria. Então, para encorajar Bazano, Henrique cobrira a vitima com um pano, e o outro, sem que lhe visse o rosto, cozeu-o de facadas. (UM CRIME..., 1913b, p. 1).

Antonio Lugo, após o crime não foi para a Garage Franceza como fizeram Gomez e Bazano, mas tomou rumo ignorado. Ele foi preso sem oferecer resistência no dia 11 de novembro, dia seguinte ao crime, em uma área de manguezal de São Luís chamada Rio das bicas, por volta das 22h. Ele foi o terceiro dos acusados a ser entrevistado. Conforme o Pacotilha:

O mais robusto, corpo verdadeiramente de atleta, de todos os comparsas desse vandalismo, é o individuo Antonio Lugo, de 23 anos, natural de Corrientes, na Arjentina, marítimo e trabalhador na olaria do sr. Martin Recamonde, a qual deixou, por motivo de moléstia, no dia 21 do mez de outubro ultimo, quando se recolheu ao hospital da Mizericordia.

[...]

O ultimo desses sicários procura convencer de que nada sabia do plano, sendo vitima de uma cilada. Afirma que foi Bazano quem cometeu os assassinatos, e que o mesmo bandido, ameaçando-o com o punhal, obrigara-o a agarrar o menor Jorge. (UM CRIME..., 1913b, p. 1).

Se Bazano era indicado por Gomez e Lugo como o autor das punhaladas em José Diniz e Jorge Ribeiro, o próprio acusava Manuel Sanchez como o idealizador do roubo ao Café S. José. Não à toa Sanchez deixou a Garage Franceza na manhã seguinte ao crime sob pretexto de ter conseguido emprego melhor. Porém, para a polícia, o fato de Sanchez não ter sido encontrado na Garage, já o colocava na lista de possível cúmplice do assassinato. Sua prisão se deu às 14h30min do dia 11 de novembro. Abaixo segue sua entrevista ao Pacotilha:

Ao chegar ao [quartel militar de] S. João declarou que queria falar ao chefe de polícia, confessando que se achava na garage aludida, quando ali chegaram, mais ou menos, às 10 horas da noite, Bazano, Gomes e Lugo, com ares misteriosos. Finjiu, então, que estava dormindo dentro dum automóvel, ouvindo os tres declararem que o maior era cobarde, mas que o menino tivera muita coragem. Depois, suspeitando que Snchez tivesse ouvido a conversa, acrescentaram que o matariam, se isso se desse. Snchez adquirira a certeza que esses individuos haviam cometido um crime.

[...]

Antonio Sanchez tem 19 anos, é branco, corado, natural de Granada, na Espanha, é mecanico e *chauffeur*. Teve uma sapataria em Belem e ia empregar-se, aqui, como motorista de automovel do sr. Joaquim Belchior, segundo nos disse. (UM CRIME..., 1913b, p. 1).

As entrevistas apresentadas acima, de certa forma, indicam por parte do repórter a tentativa do exercício amador, mas que esboça a linha editorial (se assim se pode chamar) modernizadora do Pacotilha, de certa antropologia criminal, em voga em várias partes do mundo e também no Brasil. Nota-se que são destacadas características físicas, fisionômicas e comportamentais cuja intenção ia além da simples tentativa de apresentar os criminosos aos leitores, mas de traçar um perfil criminal dos mesmos.

De fato, desde o final do século XIX já era cada vez mais intensa a aplicação de uma antropologia criminal, cujo princípio norteador era identificar e definir o criminoso como alguém com traços físicos, fisionômicos e comportamentais, próprios e indisfarçáveis, biologicamente definidos. Inclusive, figuras de renome, como o médico maranhense Nina Rodrigues (1862-1906), acompanhavam com certa empolgação o constante incremento deste ramo da medicina-legal. (ANTUNES, 1999).

Nesse sentido, a criminologia, que por muito tempo dedicou-se ao estudo do crime, direciona seu olhar para o criminoso e sua conduta desviante. O criminoso torna-se o foco das atenções; sua índole desprimorosa e sua deformidade poderiam ser apreendidas tanto na dimensão anatômica, quanto fisiológica, permitindo expandir o espaço já ocupado pelos saberes médicos no conjunto do ordenamento da justiça e do conjunto da sociedade. (ANTUNES, 1999). Outra característica apresentada pelos criminosos inatos que passou a ser observada pela antropologia criminal: seu alto grau de religiosidade que por vezes beira o fanatismo. (ANTUNES, 1999). Portanto, conforme esta perspectiva da medicina-legal que circulava pela Europa e já se aperfeiçoava em outras regiões do Brasil, reitera-se a plausibilidade de ter havido nas entrevistas realizadas pelo Pacotilha, com Gomez, Bazano, Lugo e Sanchez, o exercício amador desta antropologia criminal ao insinuar que a boa compleição física e os cabelos alourados seriam indicativos da inocência de Gomez, se não fosse pela sua dissimulação ao tentar convencer o repórter que jamais concordou com os assassinatos e sua profunda religiosidade, demonstrada quando o mesmo foi confrontado com o cadáver de Jorge Ribeiro e aos gritos, com as mãos estendidas para o ar, encomendava a alma da criança aos céus.

Bazano, por sua vez, apresentava todas as características “antipáticas” de um criminoso nato, destacando-se o bigode raspado, seu estrabismo, uma frieza indisfarçável e a compulsividade por mentir. (UM CRIME..., 1913b).

COBERTURA DOS FATOS POLICIAIS CERCADA DE OPINIÕES E CRÍTICAS AO GOVERNO ESTADUAL

Apesar de reconhecer todos os esforços desempenhados pela polícia, o Pacotilha, em suas colunas de opinião, exercendo sua função outorgada de porta-voz da população e baluarte da modernidade, não poupava críticas às deficiências do aparato de segurança público maranhense, afirmando que a polícia moderna não deveria se preocupar exclusivamente em punir os delitos, mas também, preveni-los. Na verdade, as críticas eram extensivas ao Presidente do Maranhão, Luís Domingues, por quem o jornal não alimentava muita simpatia já desde sua posse². O Pacotilha dizia que a ausência de policiamento naquela área da cidade e àquela hora da noite (entre 20h e 22h) não se devia ao fato de ser impossível os policiais se fazerem presentes em todos os cantos da cidade o tempo todo. A ausência da polícia no local e hora do crime em questão se devia à falta total de policiamento na cidade e não porque estivesse em outro local onde ela se fazia igualmente necessária. Sua ausência se dava ao fato de estar permanentemente aquartelada por determinação do atrapalhado Presidente do estado que via nela apenas um instrumento decorativo, cuja função era aparecer em celebrações públicas, escoltá-lo quando em

² Luís Domingues foi eleito Presidente do Maranhão pelo voto livre e direto e governou o estado entre 1º de março de 1910 e 1º de março de 1914.

viagem ou ser passada em revista à beira dos portos quando ele desembarcava. (UM CRIME..., 1913a).

Ao tomar conhecimento da prisão dos assassinos, o Presidente Luís Domingues, imediatamente dirigiu-se ao Quartel Militar de S. João e lá chegando abraçou cabos e soldados, parabenizando-os pela prisão e discursou para a multidão que furiosamente gritava palavrões e ameaças de linchamento aos assassinos. Do mesmo modo o fez na casa das vítimas e no cemitério. (UM CRIME..., 1913b). “Uma verdadeira palhaçada em torno da tragédia da vespera”. (UM CRIME..., 1913b, p. 1).

ERRANTES, CRIMINOSOS E O FINAL DAS CONTAS

O Pacotilha teve acesso, em sua íntegra, aos depoimentos prestados ao Chefe de Polícia, Alcides Pereira, por Bazano, Gomez, Lugo e Sanchez, os quais foram divididos em “capítulos” e distribuídos pelas páginas das edições por quatro dias consecutivos³.

Bazano, entre 1909 e 1913, viveu na Inglaterra por três meses antes de vir para o Brasil, tendo vivido por curto período no Piauí e depois se instalado no Maranhão, onde pretendia ficar por pouco tempo, pois intencionava voltar para Inglaterra ou, caso não conseguisse, ir até o Pará. Gomez, em 1911 veio para o Brasil, aportando primeiro em Pernambuco, onde realizou o roubo de uma joalheria subtraindo certa quantia em dinheiro e joias, juntamente com Manoel Sanchez, que conhecera no Vapor durante a vinda da Espanha para o Brasil e de quem se tornara cúmplice em crimes. Após esse roubo, Gomez fugiu para Paraíba, Pará e Ceará, onde roubou, novamente ao lado de Sanchez, o

³ Os depoimentos foram publicados ao longo das edições dos dias 12, 13, 14 e 15 de novembro. Os números das edições são 267, 268, 269, 270, mas optou-se para este artigo, recorrer aos mesmos interrogatórios contidos no livro “O Monstruoso Crime de 10 de novembro” (1913).

Cinema Polytheama, em Fortaleza, retornando ao Pará e sendo preso e se livrado da cadeia por pequenos furtos, vindo, finalmente para São Luís. (MARANHÃO, 1913).

O Argentino Lugo afirma que em 1911 foi para a Inglaterra e que conhecera Bazano no Piauí, quando trabalhavam na mesma empresa. E que juntos vieram para São Luís, passando a trabalhar e morar na Garage Franceza. Sanchez confirmou que conhecera Gomez no vapor que o trouxera da Espanha para o Brasil e que desembarcaram juntos em Pernambuco, passou pelo Ceará e pelo Pará, tendo sido interrogado nesse estado por suspeita de furto, mas logo foi liberado. Além do que, negou sua participação em qualquer atividade criminosa com Gomez ou quem quer que fosse. (MARANHÃO, 1913).

Apesar das negativas de Sanchez quanto a sua participação em qualquer ação criminosa em Pernambuco, Pará ou Ceará, a Polícia maranhense enviou telegramas buscando esclarecimentos sobre tais crimes e obteve resposta positiva quanto ao estado de Pernambuco e Pará. Porém, o estado do Ceará não respondeu ao telegrama enviado pelo chefe de polícia, Alcides. (MARANHÃO, 1913). Se essa interlocução entre as polícias estaduais não ocorria no limiar do século XX – como em pleno século XXI ainda não ocorre – de forma corriqueira, articulada e sistemática, pelo menos observa-se um esforço nesse sentido, destacando-se o uso da tecnologia telegráfica, que só havia chegado ao Maranhão, ainda muito precariamente, há menos de 30 anos⁴.

O delegado encarregado do caso, nomeado pelo chefe de polícia, Raymundo Publio Bandeira de Mello, concluiu, no dia 04 de dezembro de 1913, o inquérito policial, bem como indiciou e solicitou a prisão

⁴ Somente em 1884, a linha telegráfica chegou a São Luís do Maranhão.

preventiva de Antonio Bazano como executor confesso dos assassinatos de José Diniz e Jorge Ribeiro, pelo crime de latrocínio previsto no art. 359 do Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. E Henrique Gomez e Antonio Lugo e Manoel Sanchez, foram indiciados como coautores, conforme art.18, § 3º do mesmo decreto. No caso específico de Manoel Sanchez, o fato dele não estar presente no momento dos assassinatos não foi levado em consideração como atenuante, pois, o mesmo foi responsável pela receptação e ocultação dos objetos roubados. As imputações foram distribuídas conforme as confissões de cada um, sua atuação no crime e as conclusões feitas ao longo das investigações. (MARANHÃO, 1913).

Após vários adiamentos os autores do *Crime Monstruozo* foram a júri popular e o julgamento se deu no dia 18 de fevereiro de 1915. O juiz Ignacio Xavier de Carvalho sentenciou Antonio Bazano, Henrique Gomez e Antonio Lugo, a 30 anos de prisão e pagamento de multa de 20% sobre o valor dos objetos roubados do Café S, José, pelo crime de latrocínio. Manoel Sanchez foi condenado a 14 anos por cumplicidade na prática do roubo, tendo receptado e ocultado os objetos roubados. A sentença deveria ser cumprida na Penitenciária de São Luís.

Independente da sentença proferida, estes homens já estavam condenados pelo tribunal popular e pelo estrondo que o jornal Pacotilha fez em torno do caso. Em dada reflexão remissiva a Michel Foucault, guardadas todas as diferenças analíticas, Bazano, Gomez, Lugo, Sanchez, Thomaz d'Aquino e Silva, José Diniz e Jorge Ribeiro, são – ou foram – pessoas reais, mas relegados por um certo discurso historiográfico à condição de esquecidos, sem voz, inexistentes. Sem tempo e local. Pessoas sobre quem foram ditas coisas, verdadeiras ou falsas, brandas ou agressivas. (FOUCAULT, 2012).

Pessoas que gritaram, sofreram, imploraram ou lutaram pela própria vida. Pessoas que talvez nem quisessem ter sua vida desvelada ou sua história de morte ou prisão contada. Pessoas verdadeiras. Vítimas ou algozes. Assim também eram as vítimas: o menino Jorge Ribeiro, de aos 12 anos de idade e José Diniz e Silva, de 23 anos. Em sua plenitude de indignância, desprovidas de qualquer galão de nobreza, desterradas ou que moravam de favor na casa de um patrão, igualmente indigente, dormindo provavelmente no chão ou em uma rede estendida num canto qualquer, que se apresentaram, *a priori*, como sujeitos não históricos, mas essenciais para narrativa deste *Crime Monstruozo*.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Unesp, 1999.
- BARROS FILHO, José. *Criminologia e modos de controle social no Maranhão no início do século XX*. Maranhão: FAPEMA-Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão, 2013.
- BARTHES, Roland. A estrutura dos *fait divers* – íntegra. 2013. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/barthes-a-estrutura-dos-fait-divers.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- CAIMARI, Lila. Castruccio: crimen y castigo en la ciudad moderna. In. PALACIO, Juan Manuel. *Desde el banquillo: escenas judiciales de la historia argentina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2021.
- UM CRIME monstruozo. *Pacotilha*, São Luís, ano 23, n. 266, p. 1, 11 nov. 1913a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_02&pagfis=5209. Acesso em: 18 fev. 2022.
- UM CRIME monstruozo: a confissão dos assassinos. *Pacotilha*, São Luís, ano 23, n. 267, p. 1, 12 nov. 1913b. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_02&pagfis=5213. Acesso em: 18 fev. 2022.

DIAS, Adriana Gama de Araújo. *Em nome da cidade vencida: a São Luís republicana na obra de José do Nascimento Moraes (1889-1920)*. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/16960/1/AdrianaGA_DISSERT.pdf. Acesso em: 27 jan. 2022.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (Ditos e escritos; 4). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5738282/mod_resource/content/1/Foucault_Michel._A_vida_dos_homens_infam.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

MARANHÃO. (Estado). O Monstruoso Crime de 10 de novembro: principais peças do inquerito policial. O relatório do Dr. Delegado. Notícias da imprensa. Photographias. São Luís: Imprensa Oficial, 1913.

MATOS, Marcos Fábio Belo. Jornal Pacotilha: uma voz pela modernidade fin-de-siècle em São Luís. *Outros Tempos: pesquisa em Foco-História*, São Luís, v. 18, n. 32, p. 398-407, 2021. ISSN 1808-8031. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/862/915. Acesso em: 25 fev. 2022.

O PLANTÃO. *Pacotilha*, São Luís, ano 23, n. 267, p. 1, 12 nov. 1913, Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_02&pagfis=5213. Acesso em: 18 fev. 2022.

PARTE IV

HISTÓRIA POLÍTICA

14

ENTRE DESIGNAÇÕES E ABSTENÇÕES: A ELEIÇÃO AO CONGRESSO CONSTITUINTE DA REPÚBLICA (1890) ¹

Filipe Nicoletti Ribeiro ²

Uma vez desferido o golpe de Estado de 15 de novembro de 1889, foi instaurado o Governo Provisório da República, encabeçado pelo marechal de campo Manuel Deodoro da Fonseca e composto por uma heterogênea coalizão de ministros civis e militares. Diferentes decretos do governo ditatorial, em seus primeiros meses, extinguíram as instituições representativas do Império nos diversos níveis – a Assembleia Geral, as assembleias legislativas provinciais e as câmaras municipais –, concentrando atribuições discricionárias no Poder Executivo central e nos governadores, seus designados diretos nos estados, que, por sua vez, ganharam a prerrogativa de indicar conselhos de intendência responsáveis pela administração dos municípios. Assim, da mesma maneira que os governadores, não obstante suas vastas atribuições, podiam ser unilateralmente substituídos pela autoridade central, também os intendententes estavam sujeitos às determinações dos Executivos estaduais.³

¹ O texto decorre do capítulo final de minha tese de doutorado, *Da monarquia parlamentar ao regime da ordem: tensões partidárias, conflitos políticos e a ascensão do militarismo na passagem do Império para a República (1880-1891)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, sob orientação da prof.^a dr.^a Monica Duarte Dantas. Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa que viabilizou a pesquisa e elaboração da tese.

² Pós-doutorando no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. E-mail: fnicoletti2@gmail.com.

³ Decreto nº 7, 20 nov. 1889; Decreto nº 12, 23 nov. 1889; Decreto nº 12-A, 25 nov. 1889; Decreto nº 107, 30 dez. 1889.

O contrassenso da concentração inaudita – e sem contrapesos – de poder nas mãos do governo central, em um regime que nasceu hasteando o estandarte da federação, não demorou a ser apontado pela imprensa e por membros das elites políticas, mesmo alguns dos sustentadores de primeira hora da ruptura institucional.⁴ Por outro lado, a heterogeneidade da coalizão republicana, que não esposava um projeto compartilhado, a não ser a derrubada da monarquia, tornou sua política extremamente sinuosa, agravando um quadro de acentuada instabilidade e incerteza, que era marcado também pela ascensão dos militares como atores políticos de primeira ordem, tendo em vista que, em diversas regiões do país, nas quais o republicanismo era pouco organizado (quando não praticamente inexistente), setores do oficialato foram os efetivos implementadores do novo regime. Não por acaso, a maior parte dos governadores designados nos primeiros tempos da república eram oficiais das Forças Armadas.

Diante desse quadro, os crescentes clamores pelo rápido retorno do país à legalidade se tornaram irresistíveis, obrigando o Governo Provisório, ainda no final de 1889, a estabelecer um prazo para a reunião de uma Constituinte, cuja instauração oficial se daria no primeiro aniversário da república, 15 de novembro de 1890, sendo a eleição legislativa marcada para 15 de setembro.⁵ A partir de então, e de modo cada vez mais acentuado, o foco da ditadura se voltou à garantia da eleição de um Congresso dócil a seus desígnios, a começar pela ratificação da legalidade de todos os seus atos, dentre os quais as inúmeras nomeações, promoções e contratos destinados a cooptar

⁴ *A Ordem*, 4 dez. 1889; *Gazeta de Notícias*, 19 dez. 1889.

⁵ Decreto nº 78-B, 21 dez. 1889.

apoio e as restrições às liberdades civis, consignadas, por exemplo, no decreto que impôs lei marcial, baixado, sintomaticamente, dois dias depois do diploma definindo a data da eleição.⁶ Nesse sentido, o oposto complementar da vulnerabilidade do Governo Provisório e da degradação institucional por ele promovida era seu crescente recurso ao autoritarismo e à militarização da política (RIBEIRO, 2022). Obviamente, a organização do mecanismo eleitoral, tema deste capítulo, esteve no cerne desses processos.

Na segunda metade de dezembro de 1889, sob a alçada do então ministro do Interior, Aristides da Silveira Lobo, foi organizada uma comissão destinada a preparar o recenseamento e a estabelecer as bases para o processo eleitoral.⁷ No início de fevereiro de 1890, Lobo promulgou o regulamento para a qualificação e alistamento dos cidadãos aptos a votar na eleição ao Congresso Constituinte.⁸ Ele dispunha, em seu primeiro capítulo, sobre os cidadãos brasileiros, os casos de perda da cidadania e de suspensão dos direitos políticos. No capítulo seguinte, determinava que seriam eleitores, desde que alfabetizados, “os cidadãos brasileiros natos, no gozo de seus direitos civis e políticos” e os estrangeiros naturalizados, não tendo direito de voto os “menores de vinte e um anos, com exceção dos casados, dos oficiais militares, dos bacharéis formados, e dos clérigos de ordens

⁶ Decreto nº 85-A, 23 dez. 1889. Promulgado depois de uma revolta de soldados na Corte, que esteve longe de ser caso isolado (CASTRO, 2004), o decreto determinava que civis suspeitos de conspirar “contra a República e o seu Governo”, aconselhar ou promover, “por palavras, escritos ou atos, a revolta civil ou a indisciplina militar”, aliciar soldados ou oficiais, divulgar nas fileiras das Forças Armadas “noções falsas e subversivas”, seriam julgados militarmente, sendo aplicadas nesses casos as penas militares de sedição. Em decreto posterior, de março, os suspeitos de propagarem “falsas notícias e boatos alarmantes” pela imprensa, telegramas ou qualquer outro meio foram incluídos no rol dos sujeitos a julgamento e penas militares. Decreto nº 295, 29 mar. 1890.

⁷ Decreto nº 70-A, 19 dez. 1890.

⁸ Decreto nº 200-A, 8 fev. 1890.

sacras”, os “filhos-famílias” e os praças do Exército, da Marinha e dos corpos policiais que se encontrassem em serviço ativo.

A qualificação dos eleitores, nos estados e no Distrito Federal (antigo Município Neutro) seria dividida em duas etapas. Sua preparação inicial caberia comissões distritais, sendo definitivamente organizada por comissões municipais. Os locais de reunião das comissões distritais seriam designados previamente pelo presidente da intendência municipal, que também nomearia um de seus membros, dentre os cidadãos “com as qualidades de eleitor” residentes no distrito de paz, sendo os outros dois membros o “juiz de paz mais votado do distrito, o qual será seu presidente”, e o “subdelegado da paróquia”. A estas comissões competiria alistar como eleitores todos os cidadãos que julgassem, segundo os critérios dispostos no regulamento, aptos ao voto. Os cidadãos também poderiam solicitar, textual ou verbalmente, sua inclusão no alistamento. No primeiro caso, a “letra da firma e data lançada” no requerimento seriam reconhecidas “por qualquer escrivão ou tabelião”. No último, os cidadãos deveriam realizar um “rápido” teste de alfabetização. Restando dúvida acerca de sua capacidade de ler e escrever, eles seriam convidados a escrever, perante as comissões, “a data do dia, seguida de sua assinatura”, sendo ainda autorizadas as comissões, caso julgassem conveniente, a proceder a “qualquer outro exame, sempre rápido”.

A ausência de critérios bem definidos para os testes de alfabetização parecia deixar às comissões distritais considerável arbítrio no processo de qualificação dos eleitores. Tal arbítrio era manifesto quando levada em conta a prerrogativa discricionária dos presidentes das intendências municipais na escolha dos edifícios que sediariam seus trabalhos, pois permitia que a seleção de tais recintos

atendesse a interesses partidários, não vetando que fossem escolhidos edifícios privados localizados em áreas de difícil acesso ou controlados por certa parcialidade política.⁹

A segunda etapa do alistamento eleitoral caberia às comissões municipais, que seriam compostas pelo juiz municipal do termo, nas comarcas gerais, ou substituto do juiz de direito, nas comarcas especiais, como seu presidente, e de duas figuras diretamente ligadas aos Executivos estaduais, o presidente da intendência e o delegado de polícia. Tais comissões se reuniriam, após o encerramento dos trabalhos das comissões distritais, nos antigos edifícios das câmaras municipais, provavelmente ocupados pelas recém-criadas intendências na maior parte do país. A elas competiria revisar as listas de qualificação remetidas pelas comissões distritais, eliminando os cidadãos que não atendessem às “qualidades de eleitor” e decidindo sobre “as queixas, denúncias e reclamações que lhe forem apresentadas contra as qualificações distritais”, podendo, para este fim, proceder a “diligências especiais” e “exigir informações” de todos os empregados públicos e “das pessoas que lhe inspirarem confiança”. Os eleitores excluídos do alistamento poderiam, no prazo de dez dias, recorrer ao juiz de direito da comarca, cuja decisão seria final.

A possibilidade de recurso à justiça e algumas outras disposições do regulamento pareciam destinadas a contrabalançar, ao menos parcialmente, a discricionariedade deixada às comissões. O alistamento à revelia possibilitava que o direito de voto alcançasse um número maior de cidadãos, dando um verniz de autenticidade às aspirações

⁹ Este foi o caso, por exemplo, da capital do Rio Grande do Sul, na qual duas das três comissões distritais foram instaladas na própria sede do Partido Republicano, em um contexto em que seus líderes dominavam a burocracia estadual e procuravam suprimir a oposição liberal. *A Federação*. 3 abr. 1890.

“democráticas” que, a nível discursivo, subsidiavam a instauração da república. Na mesma senda, o regulamento determinava a qualificação “ex-officio” dos cidadãos já alistados eleitores sob a Lei Saraiva, de 1881, autorizando que votassem, desde que apresentassem os respectivos títulos eleitorais.¹⁰

A queda de Aristides Lobo, ocorrida em fevereiro de 1890, ainda antes do início do alistamento, deu ensejo, contudo, a que o governo abandonasse tais reservas, passando a atuar decisivamente com base nas prioridades explicitadas, em reunião ministerial de janeiro, pelo ministro da Justiça, Manuel Ferraz de Campos Sales, que destacara a necessidade primordial de sufocar o “elemento monarquista” a partir da intervenção direta do “partido republicano” e do governo nas eleições. As perspectivas de Sales, com efeito, inspiraram as disposições mais arbitrárias do regulamento expedido por Lobo, tendo em vista que, recomendando a rápida dissolução das câmaras municipais e a nomeação dos intendentess, o paulista defendera que a estes delegados diretos dos governadores, junto dos delegados de polícia e dos juizes municipais, coubesse o “recenseamento e alistamento eleitoral” (ABRANCHES, 1998: 55-57). Assim, se alguns dos itens do regulamento baixado por Aristides Lobo poderiam servir como contrapesos à discricionariedade do governo e de seus agentes, sua demissão e a nomeação de um sucessor bem mais afinado às perspectivas de Campos Sales garantiram que a fabricação de um Congresso deferente ao poder ditatorial seria o cerne da atuação do Governo Provisório na normatização e organização das eleições.

¹⁰ Decreto nº 3.029, 9 jan. 1881.

Diferentemente do republicano histórico Aristides Lobo, o mineiro José Cesário de Faria Alvim, nomeado à pasta do Interior no final de fevereiro, era um recém-convertido à causa. Oriundo do Partido Liberal, Cesário Alvim era rival do também mineiro Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, último chefe de gabinete do Império (entre junho e novembro de 1889), e o descontentamento em relação à concentração de poder nas mãos de Ouro Preto, que efetivamente se tornava o principal chefe político de Minas Gerais nos anos finais do regime decaído, fora decisivo para que Alvim mais do que flertasse com o republicanismo no mesmo período em que o rival ocupava a presidência do Conselho. Além disso, como Campos Sales e outros membros da coalizão que dera cabo da monarquia, Alvim representava uma área rural do Centro-Sul anteriormente marcada por forte concentração de população escravizada, a Zona da Mata mineira, e tivera sua candidatura dissidente derrotada na eleição geral de agosto de 1889, na qual o Partido Liberal obtivera triunfo quase absoluto (RIBEIRO, 2021: 258-260, 268-280). Tendo seus principais rivais na política liberal de Minas Gerais sido detidos, exilados ou ostracizados após o golpe de Estado de novembro, Alvim assumiu o governo do estado, nos primeiros dias da república, com a missão de neutralizar o que restava da influência dos velhos chefes e construir uma base de apoio sólida ao novo regime, por meio de uma política de “conciliação” entre republicanos históricos e adesistas (RIBEIRO, 2021: 417-418; WIRTH, 1982: 156-159). Assim, suas expectativas e prioridades eram bem mais parecidas com as explicitadas por Campos Sales do que as de Aristides Lobo, um alagoano de passado liberal radical radicado na cidade do Rio de Janeiro

O chamado Regulamento Alvim, destinado a normatizar o processo eleitoral – da definição das circunscrições eleitorais à distribuição dos assentos congressuais entre os estados – foi baixado no final de junho, um dia depois da promulgação da Constituição provisória, que ao Congresso caberia alterar ou ratificar. Alguns aspectos do diploma se destacavam e explicitavam as prioridades da maioria dos ministros civis – que, de fevereiro em diante, eram, com exceção de Rui Barbosa, todos oriundos do Centro-Sul, em especial das áreas cafeeicultoras –, dentre as quais o predomínio dos maiores estados sulistas e um sistema eleitoral que privilegiasse a neutralização de potenciais candidaturas oposicionistas e independentes.¹¹

Ficou definido, pelo governo, que o Congresso Constituinte se converteria em Congresso ordinário, uma vez promulgada a Constituição e realizada a eleição do primeiro presidente da República, que excepcionalmente caberia ao Legislativo. Assim, o Regulamento Alvim já contava com a instauração de um Congresso bicameral, no qual Câmara dos Deputados e Senado estariam reunidos, compondo uma única assembleia deliberativa, apenas enquanto durasse o mandato especial de seus membros. Trocando em miúdos, a igualdade de assentos senatoriais prevista aos estados e ao Distrito Federal – que teriam direito a três senadores cada, em um total de 63 – ficaria diluída, durante o processo constituinte, pela grande maioria de deputados, cujo número seria muito ampliado em relação ao parlamento imperial (de 125 para 205) e cuja divisão em bancadas deveria ser proporcional à distribuição da população pelos entes federativos, supostamente calculada a partir do recenseamento de 1890, o que de fato não parece

¹¹ Decreto nº 510, 22 jun. 1890; Decreto nº 511, 23 jun. 1890.

ter ocorrido, tendo em vista a disparidade entre os dados nele constantes e a divisão determinada pelo regulamento.¹²

Os ganhos dos maiores estados sulistas, em comparação com a distribuição de cadeiras nas últimas legislaturas imperiais, destoavam significativamente das mudanças demográficas ocorridas no período (JAVARI, 1979). Segundo o constante no censo, a população da Bahia seguia superior à de São Paulo em quase trinta por cento, ao passo que a do Ceará era apenas cerca de oito por cento inferior às do Rio de Janeiro, excluído o Distrito Federal, e do Rio Grande do Sul. Pernambuco, por sua vez, tinha uma população quinze por cento superior às destes dois últimos estados. Não obstante, ao passo que elevava vertiginosamente as representações de São Paulo, de nove a 22 assentos, do Rio Grande do Sul, de seis a dezesseis assentos, do Rio de Janeiro, de nove a dezessete assentos (desconsiderado o antigo Município Neutro), e de Minas Gerais, de vinte a 37 assentos, o regulamento ampliava pouco ou mantinha estagnadas as representações dos diferentes estados nortistas. A Bahia, contando com Rui Barbosa no ministério, teve um aumento de cerca de cinquenta por cento (quatorze a 22 cadeiras), mas a representação de Pernambuco, sem voz no Executivo, teve expansão de apenas um quarto (treze a dezessete cadeiras). O Pará e o Maranhão viram suas deputações aumentarem em apenas um assento, de seis para sete, ao passo que o Ceará teve ampliação de apenas dois assentos (de oito para dez). Assim, quase todos os estados setentrionais sofreram encolhimento proporcional mais ou menos acentuado nas respectivas representações, tendo em vista que houve ampliação de dois terços no número total de

¹² Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

deputados. Em contrapartida, se contabilizadas conjuntamente, as bancadas dos quatro maiores estados do Sul e do Distrito Federal (cuja representação foi elevada de três para dez assentos) ocupariam metade da Câmara, ou 102 dentre 205 cadeiras.

No tocante ao sistema eleitoral, o Regulamento Alvim aboliu o voto distrital uninominal, instaurado pela Lei Saraiva, e, adotando os estados como circunscritões, instituiu o voto em lista completa, no qual os eleitores deveriam sufragar quantos nomes fossem os deputados a que seus estados tivessem direito. Tal modelo abria caminho à formação de chapas “oficiais”, favorecidas pelo governo e pelas situações estaduais, e reduzia, portanto, as perspectivas de candidaturas oposicionistas ou independentes, tendo em vista que, implodidos os partidos nacionais, candidatos individuais com poucos recursos dificilmente seriam capazes de percorrer estados inteiros em campanha ou garantir a lisura do processo eleitoral. Ademais, a divisão do país em zonas de influência sob a supervisão de cada um dos ministros abriu as tratativas eleitorais às maquinações dos membros do Governo Provisório e seus agentes, tornando o processo mais caótico, tendo em vista a natureza movediça e, frequentemente, contraditória do equilíbrio de poder em estados vizinhos que compunham a mesma zona de influência (COLSON, 1978: 332).

Às intendências municipais era atribuído protagonismo na condução da eleição e apuração dos votos, escancarando ainda mais o processo eleitoral à influência governamental. A divisão dos distritos de paz, a numeração das seções eleitorais e a designação dos edifícios – públicos ou, na ausência deles, particulares – em que ocorreria a eleição seriam de responsabilidade dos presidentes das intendências. As mesas eleitorais, instaladas nas localidades “para o recebimento, apuração dos

votos e mais trabalhos da eleição”, seriam, por sua vez, compostas por essas autoridades municipais e seus indicados. No distrito de paz localizado na sede do município, presidiria a mesa o presidente da intendência municipal, ao qual caberia, para completá-la, designar outros dois membros desta corporação e dois eleitores. Nos outros distritos de paz e respectivas seções, seriam designados, também pelo presidente da intendência, cinco cidadãos para comporem as mesas, cabendo a um deles presidir os trabalhos.

Preservava-se o voto secreto, instituído pela Lei Saraiva, mas se abria considerável espaço à interferência das mesas. O eleitor preencheria uma cédula para deputados e outra para senadores, com os três candidatos de sua preferência, depositando-as em uma urna. Aos mesários caberia apurar os votos, seguindo-se a elaboração, pelo secretário da mesa (designado pelo presidente) de uma “lista geral” com “os nomes de todos os cidadãos votados, segundo a ordem do número de votos desde o máximo até o mínimo”, sendo, em seguida, recitados em voz alta os nomes votados e a quantidade de votos. A lista seria posteriormente publicada, ao passo que a ata da eleição seria “assinada pela mesa” e por eleitores que assim desejassem.

Dois aspectos, em particular, contribuía para a pouca transparência do processo de apuração. Em primeiro lugar, às mesas caberia apurar separadamente as cédulas em que encontrassem irregularidades, enviando-as ao Ministério do Interior. Contudo, as outras cédulas, regularmente apuradas, seriam, uma vez lavrada a ata, incineradas. Em segundo lugar, a apuração da votação não poderia ser interrompida, adentrando, se necessário, o dia seguinte. Se esta determinação se apresentava como uma garantia contra possíveis fraudes, o fato de que a apuração ocorreria “em lugar separado, por uma

divisão, do recinto franqueado aos eleitores”,¹³ a discricionariedade do presidente da intendência na seleção dos edifícios onde ocorreriam os trabalhos das mesas, a ausência de fiscais nomeados pelas parcialidades em disputa para acompanhar a apuração (em contraste com a Lei Saraiva) e a incineração da maior parte das cédulas, impedindo que servissem de evidências a possíveis recursos posteriores de eleitores que se sentissem prejudicados, eram elementos que, combinados, davam espaço a irregularidades, bem como à supressão de votos oposicionistas.

Tais vicissitudes se estendiam à apuração geral dos votos “constantes das [atas] autênticas remetidas pelas mesas eleitorais”, que competiria à intendência da capital federal, quanto à eleição no Distrito Federal, e às “Câmaras ou Intendências das capitais dos Estados quanto às eleições neles realizadas”. Trocando em miúdos, um punhado de intendentess seria responsável pela contabilização dos votos de estados inteiros, que poderiam chegar às dezenas de milhares. As intendências das capitais e o ministro do Interior teriam, ainda, a prerrogativa de impor sanções administrativas a possíveis transgressões praticadas por autoridades ou empregados públicos, ao passo que aos juizes de direito caberia a prescrição de multas nos casos de transgressões por parte dos cidadãos.

Assim, se o regulamento de fevereiro ainda deixava considerável espaço à atuação do Poder Judiciário na qualificação do eleitorado, o Regulamento Alvim caminhava desassombradamente no sentido

¹³ O art. 47 determinava que, apesar de funcionarem em lugar reservado, as mesas deveriam ser colocadas de modo que os eleitores pudessem “inspecionar e fiscalizar os trabalhos”, mas também restringia o acesso ao recinto, dispondo que, no espaço em que funcionassem as mesas, só adentrariam “os eleitores à medida que forem chamados para votar”. Havia, portanto, brechas a interpretações interessadas.

contrário à tendência da legislação imperial – e, mais especificamente, da Lei Saraiva – que era o protagonismo da magistratura em todo o processo eleitoral. O esvaziamento do papel da justiça no edifício eleitoral erigido pelo Governo Provisório era um aspecto de sua profunda politização e geral desorganização, decorrentes da atuação de Campos Sales. Nos primeiros meses do regime, o ministro paulista criou ou proveu discricionariamente centenas de comarcas em todo o país, nomeando uma multidão de novos juízes, atendendo a indicações políticas dos governos estaduais e a interesses dos próprios ministros e seus aliados. Além disso, dispondo de poderes ditatoriais, Campos Sales reclassificou as entrâncias de dezenas de comarcas, medida que anteriormente passava pelo crivo do parlamento, transferindo magistrados de uma comarca a outra com significativa liberdade. Sem as proteções legais e contrapartidas institucionais de outrora, o Judiciário se tornou, assim, um instrumento da política ditatorial (RIBEIRO, 2021: 589-592).

Tais vicissitudes eram agravadas pelo fato de que o Regulamento Alvim convidava os membros e agentes do governo a atuarem em causa própria, dado que, também em contramão à tendência do período final do Império (DOLHNIKOFF, 2017), o diploma anulou, no tocante ao pleito de setembro, as incompatibilidades eleitorais previstas na Constituição provisória, avalizando que ministros, governadores, chefes de polícia, delegados e subdelegados, comandantes militares e outras autoridades e empregados públicos se lançassem candidatos enquanto ocupavam os respectivos cargos.

Ante tais disposições, a imprensa oposicionista apontou que o Governo Provisório intentava a formação de um “Congresso dos designados”, cuja função seria a ratificação da legalidade dos atos do

“regime das designações”.¹⁴ Tais empecilhos, contudo, não impediram que a oposição se organizasse, nos diferentes estados, para participar do pleito de setembro. As chapas alternativas ao “oficialismo” foram, em geral, encabeçadas por antigas lideranças partidárias, que tentavam empregar o prestígio e influência de que dispunham como antídotos à atuação compressiva do governo, unindo liberais, conservadores, republicanos históricos e, mesmo, militares desgostosos. Contudo, os obstáculos impostos pelo mecanismo eleitoral foram complementados, em diferentes estados, pelo ambiente crescentemente intimidatório, levando a grande maioria da oposição à abstenção no pleito.

Este foi o caso do Rio Grande do Sul, em que, depois de um grande esforço de concertação de forças políticas heterogêneas, foi fundada, em junho, a União Nacional, em oposição aos republicanos históricos, liderados por Júlio de Castilhos, que circundavam o governador militar e trabalhavam para impor sua ascendência sobre a política do estado meridional.¹⁵ Encabeçada pelo visconde de Pelotas, tenente-general do Exército e ex-senador liberal, e composta de liberais ligados ao também ex-senador Gaspar Silveira Martins (preso e exilado nos primórdios do regime), secundados por alguns conservadores, republicanos históricos dissidentes e militares descontentes, a União Nacional chegou a lançar chapa própria, em que estavam contemplados diversos políticos e oficiais prestigiosos do regime decaído, mas foi obrigada a declarar abstenção às vésperas do pleito.¹⁶

Para além das denunciadas dificuldades que milhares de seus eleitores enfrentaram no processo de alistamento, das demissões e

¹⁴ *A Tribuna*. 5 jul. e 25 ago. 1890.

¹⁵ *A Federação*. 23 e 25 jun. 1890.

¹⁶ *A Tribuna*. 8 set. 1890.

perseguições a seus membros e, mesmo, da prisão de algumas lideranças locais, parece ter sido crucial à decisão da abstenção o crescente facciosismo nos quartéis do estado mais militarizado do país. No próprio documento em que anunciou que não concorreria às urnas, a União destacou como motivação central o manifesto emitido pelo comando de uma das guarnições da fronteira com o Uruguai, que chegou ao extremo de ameaçar intervir no processo eleitoral para garantir “a todo transe” a eleição de Deodoro da Fonseca à presidência da República, no que recebeu apoio de outras unidades do Exército (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, v. 2: 213). Tal ameaça possuía alvo certo, tendo em vista que a primeira eleição presidencial seria obra do Congresso, o que, na prática, significava que parte do Exército se comprometia publicamente a assegurar, mesmo que pela força, o triunfo de candidatos governistas.

Em outras paragens, a interferência militar também foi decisiva. No Ceará, que contava com um coronel do Exército como governador desde o início da república, a montagem da chapa oficial priorizou a distribuição equânime das candidaturas a militares, ex-conservadores e ex-liberais. Contudo, a ala majoritária do Partido Liberal foi excluída e, protestando, acabou impedida de até mesmo participar da eleição, tendo seus principais líderes sido detidos pelas tropas na véspera do pleito.¹⁷ Na Bahia, a infrene luta pela sobrevivência política entre os diferentes agrupamentos políticos e as contínuas iniciativas do recém-fundado clube militar do estado em moldar a composição da chapa eleitoral governista levou um número crescente de descontentes a fundar um “partido nacional”, liderado pelo ex-senador liberal José

¹⁷ *Jornal do Recife*. 19 e 27 set. 1890.

Antônio Saraiva e composto por membros das antigas agremiações monárquicas. A iniciativa, entretanto, também naufragou, dados os obstáculos impostos pelo sistema eleitoral e as interferências do governo e dos militares. O Partido Nacional liberou seus membros a apresentarem candidaturas independentes, mas absteve-se de apresentar chapa própria ao eleitorado.¹⁸

O cenário se repetiu em Pernambuco, em que a chapa governista, composta de uma maioria de conservadores, secundados por militares, alguns republicanos históricos e liberais, saiu plenamente vitoriosa, ante a abstenção da oposição, majoritariamente liberal, que sem sucesso tentou se erigir em “partido nacional” (HOFFNAGEL, 1975: 218-221).¹⁹ No Rio de Janeiro, foi o “partido moderado”, chefiado pelo ex-senador conservador Paulino José Soares de Sousa e composto por ex-conservadores e ex-liberais que, declarando-se incapaz de competir com a “cabala” eleitoral imposta pelo governador, Francisco Portela – que organizou uma chapa que contava, inclusive, com oficiais do Exército indicados diretamente por Deodoro da Fonseca –, também optou pela abstenção (FERREIRA, 1989: 50-52).²⁰

Nesses termos, impedida de participar efetivamente da eleição em todo o país, à oposição restou, após 15 de setembro, ressaltar o “silêncio profundo” que cercou a vitória absoluta das forças governistas, complementado, segundo um jornal oposicionista, pela “eloquência dos números”. Em Porto Alegre, conforme apuração de um órgão de imprensa sul-rio-grandense, reverberada na capital federal, menos de

¹⁸ *Pequeno Jornal*. 25 e 26 jul. 1890.

¹⁹ *A Província*. 12 ago. 1890; SOUSA LEÃO, Luís Filipe de. Carta (cópia) a José Antônio Saraiva. Rio de Janeiro, 24 jul. 1890.

²⁰ *Gazeta de Notícias*. 4 set. 1890.

um terço dos eleitores acorreu às urnas, cenário que se reproduziu em Pelotas e, de forma mais acentuada, em outras regiões do estado: em “Piratini, com 1.235 eleitores, concorreram apenas 96”; em Bagé, com mais de 2.500, “apenas votaram 180 cidadãos”.²¹ Na própria capital federal, foi noticiado que o senador mais votado, em um universo de 28 mil eleitores, angariara apenas a quarta parte dessa cifra. Em Minas Gerais, informava a imprensa, o governo obstou a “eleição em Mariana, Cocais, Cachoeira, Camargos, Serro e outros lugares, privando do direito do voto cerca de dez mil cidadãos”, o que seria posteriormente denunciado por membros do próprio Congresso Constituinte.²² Na Bahia, o correspondente de um jornal oposicionista exclamou: “Abstenção em toda a linha!”, e acrescentou que não seria “de admirar que até ao fim do ano o *sebastianismo*” – em grande parte uma senha usada para se referir a antigos aliados do ministério Ouro Preto, principais alvos da atividade governamental – fosse “um partido mais viável na pátria brasileira do que o *republicanismo*”.²³

Há indícios de que, nos mais relevantes estados, as taxas de abstenção estiveram, com efeito, próximas ou acima da metade do eleitorado alistado. A própria diferença acachapante entre as votações dos candidatos das chapas oficiais e os mais votados dentre os nomes independentes ou que compunham chapas alternativas sugere que o comparecimento do eleitorado governista foi imensamente maior que o de potenciais eleitores oposicionistas. No caso de Minas Gerais, por exemplo, os cinco deputados mais sufragados, dentre os eleitos (todos pertencentes à chapa oficial), receberam entre 43 e 49 mil votos, ao passo

²¹ *A Tribuna*. 18 set. 1890.

²² *A Tribuna*. 19 set. 1890.

²³ *Pequeno Jornal*. 19 set. 1890.

que os cinco mais votados que não foram eleitos, todos com carreira pregressa na política nacional ou provincial, receberam entre 15 e 18 mil votos. No caso dos candidatos ao Senado, o abismo se repetiu. Os três eleitos tiveram entre 36 e 43 mil sufrágios, enquanto os três mais votados não eleitos receberam menos de um terço desses números.²⁴ A disparidade foi ainda mais significativa em São Paulo e Pernambuco. Nesses estados, os mais votados que não faziam parte da chapa oficial alcançaram entre um quinto e um oitavo da votação dos governistas eleitos.²⁵

Há também que se observar que, entre os sufragados não eleitos, nos diversos estados, havia aliados do governo, o que podia sinalizar a confusão do eleitorado – e das próprias forças situacionistas – em relação aos nomes que compunham as chapas oficiais, dadas suas constantes mudanças, em virtude das disputas políticas no seio da sempre cambiante coalizão governista. Na Bahia, uma observação superficial dos números sugeriria uma disparidade menos acentuada do que em outras regiões citadas, tendo em vista que os não eleitos mais votados tiveram mais da metade da votação dos candidatos que constavam na chapa oficial.²⁶ Mas isso se deu pela própria cizânia que reinava entre as forças políticas governistas do estado, que não se entendiam sobre a composição da chapa, tendo inclusive uma alteração de última hora imposta pelo clube militar levado a fraudes tão estrepitosas na apuração, que ocasionaram a primeira anulação de uma eleição na história republicana, durante as sessões preparatórias do Congresso.²⁷

²⁴ *A Ordem*. 29 out. 1890.

²⁵ *Correio Paulistano*. 24 out. 1890; *A Província*. 1 nov. 1890.

²⁶ *Pequeno Jornal*. 27 out. 1890.

²⁷ *Annaes do Congresso Constituinte da Republica. Camara dos Srs. Deputados*. Vol. I. 9, 10, 11, 12 e 18 nov. 1890.

Se tais exemplos demonstram que o Governo Provisório e seus “designados” conseguiram recrutar um eleitorado significativo em todo o país, eles também indicam a importância da supressão do voto para o triunfo absoluto das chapas oficiais e, portanto, a existência de uma oposição difusa e sem representação na assembleia destinada a organizar constitucionalmente o novo regime. Trocando em miúdos, as vicissitudes do primeiro processo eleitoral republicano ocasionaram a exclusão de uma imensa parcela da elite política nacional, representativa de setores relevantes da população do país, da elaboração do novo arranjo institucional. Se, na maior parte dos estados, esse fenômeno não levou as forças políticas ao extremo da guerra civil, como ocorreria no Rio Grande do Sul – em que os membros da União Nacional estariam na base do Partido Federalista, formado pouco depois da exclusão da oposição também da Constituinte estadual –, as constantes exclusões de setores relevantes da elite política e do eleitorado custaram caro à legitimidade do regime que se constituía, devendo estar entre os elementos explicativos de sua endêmica instabilidade.

FONTES PRIMÁRIAS

DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL

BRASIL. 1924. *Annaes do Congresso Constituinte da Republica*. 2. ed. revista. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 1. Disponível em <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bd/camara/6>.

BRASIL. 1882. *Colecção das Leis do Imperio do Brazil de 1881*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>.

BRASIL. 1890. *Decretos do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2 v. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>.

BRASIL. 1898. Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas. Diretoria Geral de Estatistica. Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Officina da Estatistica. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225490>

DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA

SOUSA LEÃO, Luís Filipe de. 1890. Carta (cópia) a José Antônio Saraiva. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1890. AIHGB. Col. Sousa Leão, DL 456.151.

Imprensa – Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A Federação

A Ordem

A Provincia

A Tribuna

Gazeta de Noticias

Jornal do Recife

Pequeno Jornal

PUBLICADAS

ABRANCHES, Dunshee de. 1998. *Actas e actos do governo provisorio*. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal.

JAVARI, Barão de. 1979. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 3. ed. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação.

BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Celso. 2004. Revoltas de soldados contra a República. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV; Bom Texto, p. 301-313.
- COLSON, Roger Frank. 1978. *The destruction of a Revolution: polity, economy and society in Brazil, 1750-1895*. Tese de doutorado, História, Universidade de Princeton.
- DOLHNIKOFF, Miriam. 2017. Governo representativo e eleições no século XIX. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 178 (474): 15-46, maio/ago. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-474/item/108562-governo-representativo-e-eleicoes-no-seculo-xix.html>.
- FERREIRA, Marieta Moraes (coord.); KORNIS, Mônica Almeida et al. 1989. *A República na velha província: oligarquias e crise no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.
- HOFFNAGEL, Marc Jay. 1975. *From Monarchy to Republic in Northeast Brazil: The case of Pernambuco, 1868-1895*. Tese de doutorado, História, Universidade de Indiana.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. 1957. *Deodoro: a espada contra o Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2 v.
- RIBEIRO, Filipe Nicoletti. 2021. *Da monarquia parlamentar ao regime da ordem: tensões partidárias, conflitos políticos e a ascensão do militarismo na passagem do Império para a República (1880-1891)*. Tese de doutorado, História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- RIBEIRO, Filipe Nicoletti. 2022. The rule of force: militarism and the militarization of politics in the early Brazilian Republic (1889-1890). *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, 10(2). Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/128393>.
- WIRTH, John D. 1982. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

15

A QUESTÃO SOCIAL E A ESTRUTURA DO ESTADO (1926–1945): UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Márcio Santos de Santana ¹

INTRODUÇÃO

A pesquisa histórica, integrante do conjunto maior das ciências humanas, tem apresentado alterações expressivas em sua configuração, sendo o ângulo de análise adotado pelos estudiosos o elemento de inovação: a escala de análise reduzida, mais próxima dos sujeitos, tanto no plano objetivo (e.g., ações) quanto no plano subjetivo (e.g., emoções).

A nova dinâmica das ciências humanas conduziu ao primeiro plano três categorias (sujeitos, redes e representações) em razão da centralidade que ocupam nos debates contemporâneos. Dessa maneira, os questionamentos estão direcionados para (i) a escrita da história, (ii) o estatuto epistemológico e (iii) os procedimentos teórico-metodológicos. Tal configuração favorece o diálogo com a filosofia.

O vínculo social, objeto das ciências humanas seria alvo de um novo tipo de questionamento, resultante de uma escala de análise focada nos atores sociais, pois permitem ao pesquisador observar e captar a dinâmica do processo histórico, minimizando anacronismos e perspectivas teleológicas, cujo efeito prático na escrita da história é

¹ Professor Associado no Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: msantana@uel.br .

causar a impressão de que a história é roteirizada por um *deus ex machina*.

Mudanças à parte, um elemento permanece na identidade disciplinar: a história segue sendo vista como a ciência dos homens no tempo. Logo, o tempo continua sendo um dos seus eixos de reflexão. Torna-se imprescindível que a epistemologia da história pense os fenômenos, os processos e os variados conceitos mobilizados, não só pela historiografia, mas também pela literatura especializada de outras áreas das ciências humanas.

O problema a ser explorado neste trabalho pode ser assim alinhavado: de que maneira a questão social contribuiu para a reconfiguração do Estado na transição entre as décadas de 1920 e 1940? Para responder a tal questionamento adota-se a história conceitual koselleckiana, perspectiva teórico-metodológica muito profícua para lidar com a abordagem aqui pretendida sobre a questão social.

Além desta introdução e das considerações finais, o texto está organizado em três seções. A seção inicial trata das perspectivas de trabalho teóricos sobre os conceitos, enfatizando três abordagens em particular. A seção seguinte, aborda a questão social sobre a perspectiva da história conceitual na sua variante koselleckiana. A terceira seção, por sua vez, apresenta reflexões acerca do modelo de Estado, tomando como exemplo os casos norte-americano e alemão.

Destarte, as possibilidades para se estudar a questão social são diversas e considerando que a história da questão social tem sido escrita há muito tempo, ainda que de maneira fragmentada, por se tratar de um problema que tangencia diversas instâncias do real – política, social, econômica e cultural –, torna-se necessário demonstrar a forma de abordagem adotada neste trabalho.

Os diversos problemas que a compõem têm como mote central o combate à pobreza, assim como o enfrentamento das tensões de ordem política dela decorrentes. Trata-se, portanto, de uma abordagem inicial de um problema que demanda estudos posteriores. Por isso, não se tem a pretensão inocente de esgotar o tema...

PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM: HISTÓRIA CONCEITUAL

Uma primeira possibilidade de abordagem, não só historiográfica como também mais circunscrita na temporalidade, corresponde à análise das condições de vida de um dado segmento social, em um recorte temporal e geográfico delimitado (cf. GUZZO DECCA, 1987). Na pesquisa em escrutínio, a pesquisadora delinea dois eixos distintos e bem estruturados.

O primeiro eixo salienta as condições de vida da classe operária, fora dos locais de trabalho, na cidade de São Paulo, entre os anos de 1920 e 1934. Analisa os problemas referentes a alimentação, habitação, higiene e saúde, lazer e educação. O conceito de modernização perpassa a obra em diversos momentos, malgrado não seja utilizado de maneira explícita.

No segundo eixo o foco é direcionado para as avaliações elaboradas sobre o modo de viver dos trabalhadores, juntamente com as possíveis soluções. Um conhecimento de ordem técnica foi sendo acumulado em órgãos especializados, tal como o IDORT, a serviço do Estado, resultando em um maior controle do modo de vida dos trabalhadores, buscando ampliar a sua produtividade (GUZZO DECCA, 1987).

Em uma outra forma de abordagem, a questão social é apresentada sob a perspectiva dos estudos relativos às ciências sociais, em uma

reflexão sobre as ações e projetos do governo que visam combater os problemas sociais, criticando e/ou propondo medidas e ações a serem adotadas. O objetivo é compreender o significado da questão social, assim como os modelos e as estratégias adotadas pela sociedade para seu enfrentamento.

O cerne de sua discussão consiste em compreender a transição entre o modelo de Estado de Bem-estar Social e o Estado Neoliberal, bem como as consequências para a dimensão social. O posicionamento teórico do autor consiste em que o conceito de *terceiro setor*, em substituição ao de *sociedade civil*, cumpre a função estratégica de escamotear do debate político e intelectual uma transformação estrutural de grande envergadura, isto é,

o fenômeno em questão não é, portanto, o desenvolvimento de organizações de um 'setor' em detrimento da crise de outro, mas a alteração de um padrão de resposta social à 'questão social' (típica do Welfare State), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a autorresponsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele) (MONTAÑO, 2007).

Seria a filosofia “a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos”? (DELEUZE; GUATTARI, 1992: 10). Se tal questionamento estiver correto, então refletir sobre o papel dos conceitos na pesquisa ganha importância ainda maior. Tal assertiva é válida também para a Teoria da História. As abordagens conceituais são variadas e o espaço diminuto. Sendo assim, vejamos três delas.

Marrou² (1975 [1954]), em sua obra clássica **Do conhecimento histórico**, distingue *cinco categorias*, a saber:

- i. conceitos de abrangência universal. Ex.: tempo, classe social, ideologia etc.;
- ii. conceitos de alcance espaço-temporal particular. Ex.: demiurgos (trabalhadores livres qualificados, artesãos), na Grécia no período homérico;
- iii. conceitos estabelecidos por analogia ou metáfora. Ex.: escrita barroca do sujeito;
- iv. conceitos de tipo ideal weberiano. Ex.: cidade-Estado;
- v. conceitos periodizadores. Ex.: Antiguidade Clássica, Iluminismo etc.

Com outro enfoque, Barca³ (2000), em **O Pensamento histórico dos jovens**, preocupada com os problemas da didática da história, em razão de sua especialização na área, cuja essência é a organização da progressão do conhecimento do estudante sobre o passado, esquematizou os conceitos em *dois grupos* apenas:

- i. **Substantivos** ou 1ª ordem, que tratam dos objetos da história, ou seja, as noções ligadas aos conteúdos históricos (Revolução Francesa, Iluminismo, Nova República etc.);
- ii. **Metahistóricos** ou 2ª ordem, pois abordam a natureza do conhecimento histórico (explicação, objetividade, evidencia, narrativa etc.).

² Henri-Iréné Marrou (1904-1977), historiador francês. Ensino História Antiga e, a partir de 1945, História do Cristianismo. Atuou na Itália no *Instituto Francês de Nápoles* (1932-1937), seguindo depois para o Egito no biênio 1937-1938, onde lecionou na *Universidade do Cairo*. Já na França, teve passagem por várias instituições: *Universidade de Nancy-II* (1938-1939), *Universidade de Montpellier* (1940-1941), *Universidade de Lyon* (1941-1945) e *Universidade de Paris* (1945-1975).

³ Maria Isabel Gomes Barca de Oliveira, historiadora portuguesa. Professora Associada com Agregação aposentada da Universidade do Minho. Atualmente é investigadora no CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória da Faculdade de Letras da *Universidade do Porto*.

Mais recentemente Barros⁴ (2016) defendeu o papel d’**Os conceitos** na produção do conhecimento histórico, notadamente por cumprir um conjunto de *seis funções*, a saber:

- i. Comunicação;
- ii. Organização;
- iii. Generalização;
- iv. Comparação;
- v. Problematização;
- vi. Aprofundamento.

QUESTÃO SOCIAL: ABORDAGEM CONCEITUAL

De um ponto de vista teórico, para o historiador, o trabalho conceitual significa a compreensão de alguns elementos constitutivos. Vejamos inicialmente os *dois níveis* pelos quais se movimenta a historiografia, isto é, de um lado, “[...] examina fatos já articulados linguisticamente [...]”, de outro, “reconstrói fatos não articulados linguisticamente no passado”, mas passível de recuperação por meio de metodologia adequada (KOSELLECK, 2006: 116).

O historiador, por conseguinte, trabalha em uma perspectiva de *dupla temporalidade*, isto é, (i) a do processo histórico estudado (objeto) e (ii) a do próprio historiador (sujeito). Como diz Koselleck (2006: 116),

no primeiro caso, os conceitos recebidos da tradição servem de acesso heurístico para compreender a realidade passada. No segundo caso, a história [Historie] se serve *ex post* de categorias acabadas e definidas, que são aplicadas sem que possam ser identificadas nas fontes.

⁴ José Costa D’Assunção Barros, historiador brasileiro. Professor Associado no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O conceito *questão social* está exatamente nesse enquadramento. Senão vejamos. Sua origem, em que pese às divergências existentes entre os autores, está associada ao século XIX europeu. A arquitetura do problema está diretamente ligada ao desenvolvimento do pensamento político de esquerda, tanto o de matriz anarquista quanto o de matriz socialista, na Europa daquele século.

Um *fenômeno* ou *processo* deve ser objeto de reflexão intelectual para que se torne uma *questão*, ou seja, somente a *problematização* da instância social da realidade a fez emergir como “a questão social” propriamente dita, de acordo com Castel (1998). Sendo assim, o enfrentamento do Capitalismo pelo Pensamento Político de esquerda gerou uma tradição intelectual acerca disso.

A questão social, portanto, seria um produto da *relação capital/trabalho*, tal como estabelecida a partir da Revolução Industrial inglesa, estando relacionada à forma de enfrentamento do pauperismo por uma dada sociedade. Mas, essa discussão vai além: torna-se central compreender qual o *tipo de abordagem* adotado por uma *ordem política* para um problema oriundo na *dimensão econômica*.

Uma primeira abordagem sustenta que a questão social estaria “inscrita no processo *de constituição das sociedades capitalistas*” (FAUSTO, 1988: 7, grifo meu). Dois aspectos, segundo o autor, seriam essenciais para a compreensão do processo: (i) as especificidades de cada país e a conseqüente variação entre as realidades nacionais; (ii) a via reformista e parlamentar para encaminhamento dos mecanismos de enfrentamento do problema em tela.

Metodologicamente é possível pensar de que maneira a questão social “se concretiza empiricamente nas condições específicas da sociedade brasileira”. Assim sendo, a tessitura de qualquer resposta

implica, obrigatoriamente, na “análise da formação social do país” e também numa “consideração mais estrita das relações entre a classe trabalhadora, a burguesia industrial e o Estado” (FAUSTO, 1988: 8).

Em outra abordagem, no entanto, a questão social não estaria limitada à gênese do capitalismo, constituindo-se em um problema relacionado à *estrutura da sociedade* sob o prisma da *produção de riqueza e dos choques societários* dela decorrentes, posição segundo a qual se deve considerar “as condições de uso das riquezas produzidas socialmente”, assim como considerar “os choques societários decorrentes de visões diferentes sobre essa riqueza produzida” (RANINCHESKI, 2006: 200).

No plano teórico é imperativo ponderar sobre: (i) a necessidade de analisar os problemas sociais de uma perspectiva relacional e histórica; (ii) o posicionamento reducionista sobre a questão social circunscrevendo-a ao problema dos excluídos (sinônimo de pobreza e/ou vitimização social). Destarte, nessa perspectiva, ela é entendida como “uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de uma fratura.” (CASTEL, 2008: 30).

Diante do exposto, algumas possibilidades de ordem metodológica se abrem, sendo possível *duas vias distintas*. Na primeira, caberia uma análise da questão social observando a “condição ocupada pelo indivíduo na escala de sobrevivência”, impondo, por conseguinte, analisar as “soluções de tipo assistencialista” decorrentes. Na segunda via, a análise seria direcionada sobre o mundo do trabalho, implicando em estudar “suas condições e regulamentação”, bem como o problema salarial. Nesse sentido, existe uma possibilidade maior de escapar de uma abordagem assistencialista (RANINCHESKI, 2006: 201).

A relação capital-trabalho tem sido amplamente investigada desde o século XIX, tanto no âmbito político quanto no intelectual, sobretudo com o intuito de constituição de projetos de reforma social e urbana para enfrentamento do problema do pauperismo. Segundo o consenso da época,

O pobre é uma ameaça pelo potencial destrutivo quando se apresenta na forma coletiva, fora do ambiente de trabalho, ou seja, sem a supervisão direta da autoridade disciplinar; é ainda uma ameaça à sua própria saúde e à dos outros habitantes da cidade: seus corpos sujos e fracos seriam vítimas fáceis das doenças; o lugar onde se abrigavam para descansar constituiria o meio ambiente mais propício à produção de miasmas e ao aparecimento de doenças epidêmicas (BRESCIANI, 2002: 27).

O resultado, na *longue durée*, foi à legitimação da questão social e a incorporação desta ao pensamento liberal e ao conservador – originariamente refratários a tal discussão – como bandeira e programa de governo, de tal sorte que a ação e o pensamento opositor fossem neutralizados. Portanto, o que se convencionou chamar de questão social no século XIX, englobava os problemas oriundos da pobreza, mas também das *relações de trabalho*⁵.

A assistência social, campo estratégico para análise, sofreu, no decorrer no século XIX, profunda reformulação estrutural. Gradativamente o *modelo caritativo*, ligado às instituições religiosas, dependente da ação individual fundamentada no discurso cristão, deu margem para a consolidação do *modelo filantrópico*, fundamentado no

⁵ A questão social com o sentido de “questão operária” – conforme expressão usada cotidianamente em diversos meios sociais e fontes históricas distintas – foi corrente entre no século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, quando teve início um processo de mudança sociocultural e política que impactou na sua formulação tanto linguística quanto intelectual (cf. DONZELOT, 1986).

discurso científico. A transformação foi gradual e as influências entre os modelos foram constantes (POLANYI, 2002). O passo seguinte seria a ação do Estado na gestão dessas instituições.

UM NOVO MODELO DE ESTADO?

O Estado pode ser definido como uma “entidade composta por diversas instituições, de caráter político, que comanda um tipo complexo de organização social.” (VANDERLEI SILVA; HENRIQUE SILVA, 2009: 115). Nas primeiras décadas do século XX, o sociólogo Max Weber formulou a tradicional máxima de que o monopólio legítimo da violência física caberia somente ao Estado (WEBER, 1974). Não se pode esquecer, entretanto,

[...] a grande diversidade de formas de Estado, a maioria das quais não se encaixa nos parâmetros do Estado Moderno [...] Nesse contexto, é bastante controverso tentarmos estabelecer uma definição geral para o Estado (VANDERLEI SILVA; HENRIQUE SILVA, 2009: 117-118).

De soluções reformistas às revolucionárias, o problema a ser solucionado se referia aos direitos – tipo e escopo –, a que os trabalhadores fariam jus, reduzindo ou, numa situação ideal, eliminando a exploração do patronato sobre os seus empregados. Tal tendência foi internacional e o contraste entre os Estados Unidos – considerado como um país modelo de liberdade econômica e da livre iniciativa – e o seu antípoda para o caso em foco, a Alemanha – tido como um país antiliberal, haja vista o imenso peso da burocracia estatal na vida econômica – possibilita uma melhor compreensão do processo.

A situação norte-americana é singular no que diz respeito ao desenvolvimento do liberalismo, sobretudo pelo fato de não ter se

desenvolvido neste país “uma estrutura política e ideológica tradicional de proteção aos ‘pobres’, do tipo europeu” (GOMES, 2014: 53). Dessa maneira, a cultura desenvolvida naquela sociedade teve, desde cedo, sólida base individualista, sendo, de tal forma, avessa ao intervencionismo estatal e seu corolário, o protecionismo social.

A política social, portanto, surgiu neste país como uma linha complementar às dinâmicas de mercado, ou seja, o foco era garantir a estabilidade da economia por meio da racionalidade do trabalho e do modelo da linha de produção. Mesmo as *Trade-Unions* criticaram as medidas de política social adotadas pelo governo por considerá-las como uma intervenção injustificada do Estado que ameaçava a autonomia das organizações, assim como a liberdade individual dos trabalhadores (GOMES, 2014).

Na Alemanha, por sua vez, a industrialização foi posterior e com liderança estatal do processo. Estado-Nação de formação tardia, as singularidades de seu processo de unificação impossibilitaram o desenvolvimento do Liberalismo naquelas paragens. A vitória do projeto militarista e expansionista da Prússia, sob a liderança de Bismarck, consolidou o processo de unificação nacional, que contou com o apoio da aristocracia e da burguesia (ANDRADE, 2007).

A modernização conservadora foi marcada por crescimento econômico, desenvolvimento educacional e cultural e aumento do poder político. As organizações sindicais opuseram-se em razão do caráter controlador e desmobilizador da política social bismarckiana, restringindo, dessa maneira,

a possibilidade da classe dirigente alemã, intrinsecamente vinculada a estas sólidas concepções antiliberais ou pelo menos não-liberais, continuar

detendo o poder político e a administração pública dimensiona, mais ainda o volume de dificuldades encontradas pelo liberalismo (GOMES, 2014: 55).

Na transição do século XIX para o XX, mas, sobretudo na primeira metade deste último, a questão social sofreu uma lenta, porém irreversível metamorfose, na qual o alcance de seu campo semântico foi ampliado: nascida inicialmente como um problema eminentemente relacionado a direitos trabalhistas, restrito ao universo industrial, com a conquista de legitimidade política, ainda que em processo marcado por retrocessos e avanços, atingindo não somente outros setores da sociedade, como também incorporando outros problemas a serem enfrentados.

O movimento operário, em um primeiro momento, lutava por alterações na jornada de trabalho, direito a férias remuneradas, proteção à mulher, às crianças, aos adolescentes e, ainda, aos idosos, dentre outras reivindicações. Qual a resposta a esse problema de ordem pública, modo como foi recebido à questão operária – termo inicial como aparece à questão social nos debates?

O campo político conservador tomou para si a gestão do social, de tal modo que, nas relações de forças entre capital e trabalho, o conteúdo e alcance do problema foram ampliados. Destarte, ainda que não se tenha abandonado a pauta inicial, já não se tratava apenas de atender às reivindicações de ordem trabalhista, mas se pensava em propiciar uma melhor qualidade de vida aos trabalhadores, sobretudo no que diz respeito à moradia, educação, saúde, lazer etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito *questão social* é, simultaneamente, objeto de estudo e construção teórica, cuja autoria, em grande medida, deve-se à ação de variadas disciplinas no âmbito das Ciências Humanas, notadamente a Sociologia, a Filosofia, a História e o Serviço Social. Essas ciências têm grande responsabilidade na operação cultural mencionada, especialmente em virtude de sua dimensão interventora na sociedade, por meio das atuações institucionais.

O estudo da questão social impõe um recorte em razão do grande número de abordagens teóricas, consolidadas em apenas *dois campos interpretativos* nesta discussão. No primeiro, a *questão social* é tomada como sendo obrigatoriamente ligada exclusivamente às sociedades capitalistas. No entanto, no outro campo interpretativo, ela se configura como um problema inerente à estrutura da sociedade.

Os argumentos apresentados pelos intelectuais em face da questão social foram singulares, mas com pontos em comum na trajetória de maturação da problemática: as relações trabalhistas são o alvo inicial da discussão, pois havendo trabalho o sujeito poderia prover seu sustento e o de sua família.

Gradativamente, porém, as discussões vão se tornando mais complexas: e nas conjunturas de maior desemprego? Haveria apenas o auxílio das instituições de caridade? O Estado assumiria de alguma maneira tal responsabilidade? Tais questões, nem sempre, estão explícitas no debate.

Ante o exposto, é possível notar certa ambivalência no pensamento teórico com relação à questão social e, por isso, nos perguntamos se é impossível uma síntese sobre ela? De um lado, no *âmbito da política*, a

questão social é apresentada como uma interface da questão trabalhista. De outro, no âmbito da teoria social, a coesão da sociedade é apresentada como o cerne da questão social.

O social, segundo Castel (2008), sociólogo francês, seria a instância oriunda do vácuo entre a política e a economia. Destarte, sendo tomada como um problema inerente à estrutura da sociedade nessa abordagem, a questão social é entendida como uma aporia por meio da qual a sociedade vê sua coesão testada.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Joana El-Jaick. As origens da social-democracia alemã e seu processo de unificação. *Plural*, [S. l.], v. 14, p. 77-102, 2007. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.peso.2007.75462. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75462>. Acesso em: 18 maio. 2022.
- BARCA, Isabel. *O pensamento histórico dos jovens*. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2000.
- BARROS, José D'Assunção de. *Os conceitos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 16-35.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- FAUSTO, Boris. Estado, Classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): uma revisão. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 20, mar./1988, p. 6-37.
- GUZZO DECCA, Maria Auxiliadora. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Coleção Oficinas da história, v. 3).
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* São Paulo: 34, 1992.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986 (Biblioteca de filosofia e história das ciências; n. 9).

ESTADO. In: VANDERLEI SILVA, Kalina; HENRIQUE SILVA, Maciel. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed., 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2009. p. 115-119.

GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. (Coleção Brasil Republicano).

KOSSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.

MARROU, Henri-Irénéé. *Do conhecimento histórico*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1975 [1954].

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2007.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2002 (Contribuições em Ciências Sociais, 7).

RANINCHESKI, Sonia. A questão social, o trabalho e o Estado: visões das elites parlamentares brasileiras. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 199-231, jan./abr. 2006, p. 199-231.

WEBER, Max. *Estudos de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.

16

O HINO, A BANDEIRA E SEUS USOS PELO GOVERNO VARGAS E PELAS PESSOAS COMUNS¹

*Mayra Coan Lago*²

*André Barbosa Fraga*³

INTRODUÇÃO

Os quinze anos que constituíram o primeiro governo Vargas (1930-1945) foram marcados por profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas no país e pela elaboração de um projeto nacionalista, caracterizado pelo forte teor cívico e pelo investimento estatal na valorização da cultura e da identidade nacionais. Em um contexto de intensa disputa de projetos políticos distintos pelos “corações e mentes” das pessoas comuns,⁴ a utilização da noção de pátria serviu estrategicamente ao governo para preservar a ordem e a estabilidade social e potencializar o conjunto de valores, normas e práticas adotados por ele (DUTRA, 2012). Desse modo, a mobilização nessa direção buscou minimizar ou, em alguns casos,

¹ Para ler uma versão ampliada deste texto, ver: Fraga e Lago (2021).

² Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: mcoann@hotmail.com.

³ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: andrebrfraga@yahoo.com.br.

⁴ A compreensão de pessoas comuns adotada por nós é muito similar à de “pessoas extraordinárias” proposta por Eric Hobsbawm (1998) no livro *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz. Homens e mulheres, de distintos grupos sociais e colocações profissionais, usualmente desconhecidos de todos, exceto de suas famílias, vizinhos e amigos. Nos Estados modernos, seus nomes são registrados pelas repartições que atestam nascimentos, casamentos e mortes. Em alguns casos, eles também figuram em registros policiais e jornalísticos. Embora tais pessoas sejam desconhecidas individualmente, este artigo aproxima-se da visão do historiador citado, o qual pondera que coletivamente elas ocupam a posição de principais atores da história, pois, além de constituírem maioria, o que pensam e realizam faz a diferença, podendo influenciar e mudar as ações e a cultura, em distintos tempos e espaços.*

eliminar os sentimentos de desagregação por identificações ideológicas, de partido, de classe, de raça ou de qualquer outra ordem.

A constituição da “unidade nacional”, por meio do estímulo do sentimento de pertencimento à nação e de identificação com os valores do regime e das tradições “genuinamente” brasileiras, demandou o envolvimento de diversos indivíduos, órgãos e ministérios, especialmente os associados à educação e à propaganda política (CAPELATO, 2009; GOMES, 2000; FRAGA, 2015). Referências à “unidade nacional” foram amplamente difundidas em manuais escolares, em propagandas oficiais e em demonstrações patrióticas, como cerimônias, paradas militares, festas e desfiles cívicos (SCHEMES, 2013; CAPELATO, 2009).

Com o intuito de promover a difusão de políticas culturais relacionadas à temática do nacionalismo, Vargas contou, especialmente, com os auxílios de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde (1934-1945), e de Lourival Fontes, diretor do Departamento Nacional de Propaganda (1935-1939) e do Departamento de Imprensa e Propaganda (1939-1942), os quais investiram esforços materiais e simbólicos nessa direção, para a qual os intelectuais de diferentes áreas foram chamados a contribuir e tiveram um papel central em tal projeto (VELLOSO, 2019). Nesse contexto, o governo Vargas passou a mobilizar os símbolos nacionais, principalmente a bandeira e o hino, elementos poderosos de aspirações coletivas, ideais para representar e fazer lembrar a pátria, em suas virtudes e grandezas.

Nosso objetivo nesta pesquisa é analisar tanto o projeto nacionalista estruturado como política de Estado pelo primeiro governo Vargas (1930-1945) quanto a recepção feita a ele por brasileiros comuns. Para lográ-lo, consideraremos tanto as percepções, os usos e as

preocupações com estes símbolos nacionais pelo governo, presentes na produção de decretos, decretos-leis e materiais propagandísticos dirigidos ao povo, quanto as percepções, os usos e as preocupações das pessoas comuns sobre os mesmos símbolos presentes em cartas⁵ que elas enviaram para Vargas durante as décadas de 1930 e de 1940, com especial interesse por aquelas recebidas pelo governante durante o Estado Novo. Com isso, conseguiremos compreender quais os interesses e as motivações, coincidentes ou divergentes, desses diferentes atores sociais ao mobilizarem, em seus cotidianos, o hino e a bandeira. Do mesmo modo, será possível acessar distintas mobilizações dos símbolos nacionais e, conseqüentemente, distinguir percepções particulares sobre a pátria.

A análise da documentação selecionada foi realizada com base nos referenciais teórico-metodológicos da História Política Renovada e da Nova História Cultural. A primeira foi mobilizada por ampliar a noção de “político”, a qual é identificada como domínio privilegiado de articulação do todo social e de sua representação, e por estimular a atenção do historiador para as relações entre o indivíduo e a “sociedade global política”, por meio do estudo de comportamentos, escolhas, convicções e cultura. Além de René Rémond (1988), as historiadoras brasileiras Eliana de Freitas Dutra (2012) e Maria Helena Capelato (2009)

⁵ As cartas selecionadas para serem analisadas neste capítulo estão disponíveis para consulta no Arquivo Nacional, em seu fundo Gabinete Civil da Presidência da República (AN-GCPR), e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Tais missivas foram coletadas e selecionadas por nós em decorrência das suas menções diretas aos símbolos nacionais. Das 125 cartas que têm como base a pátria, 17 tratam especificamente dos símbolos nacionais aqui estudados. As cartas pertencentes ao Arquivo Nacional serão referenciadas como AN-GCPR, título da série, número da lata e do processo, quando houver. As cartas que estão na Fundação Getúlio Vargas serão referenciadas como CPDOC/FGV, nome do arquivo, número do rolo de microfilme e número do fotograma e/ou do processo, quando houver. Nos trechos citados extraídos das cartas, nós optamos por manter a forma e a grafia exatamente como foram empregadas pelos missivistas.

também contribuíram para essa reflexão. Já a Nova História Cultural foi empregada aqui por considerar que as percepções do social produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade, legitimar um projeto em função de outro ou justificar uma escolha. A noção de apropriação cultural, proposta por Roger Chartier (2002), que pode ser entendida como formas particulares de interpretação dos discursos, também auxiliou este estudo na compreensão das percepções e dos usos dos símbolos nacionais.

OS USOS DO HINO E DA BANDEIRA: PERCEPÇÕES E PREOCUPAÇÕES DO GOVERNO VARGAS E DAS PESSOAS COMUNS

Ao longo dos quinze anos do governo Vargas (1930-1945), diversas iniciativas relacionadas ao enaltecimento e ao uso dos símbolos da pátria foram implementadas. Elas revelam as percepções, as preocupações e a importância de alguns dos símbolos nacionais para o governo. No que diz respeito à Bandeira Nacional, é possível afirmar que a sua valorização ocorreu logo após a chamada Revolução de 1930. A Constituição do Brasil, promulgada em 16 de julho de 1934, foi a primeira a incluir referências aos Símbolos Nacionais. O Título VIII, Disposições Gerais, art. 174, informa que “a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais devem ser usados em todo território do país nos termos que a lei determinar”. Já o art. 163, § 1º, acrescenta que “todo brasileiro é obrigado ao juramento à bandeira, na forma e sob penas da lei” (BRANT, 2019, p. 334). Contudo, é a partir da instauração do Estado Novo (1937-1945), no dia 10 de novembro de 1937, que a valorização da bandeira pátria se intensificou e alcançou o seu auge. A nova Constituição, promulgada no mesmo ano do golpe, em seu artigo segundo, proibiu qualquer símbolo estadual: “a bandeira, o hino, o escudo e as armas

nacionais são de uso obrigatório em todo o país. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas” (BRANT, 2019, p. 335).

Dezessete dias após o golpe, o Estado Novo produziu uma grande ação simbólica para sistematizar visualmente as novas diretrizes e fazer a população tomar conhecimento do artigo segundo da Constituição recém-outorgada: a cerimônia de queima das bandeiras estaduais, ocorrida em 27 de novembro, no Campo do Russel na capital da República. O evento reuniu o cardeal D. Sebastião Leme, responsável por presidir a missa campal programada, o presidente Getúlio Vargas e seu conjunto de ministros, integrantes das forças armadas e uma multidão. Em posição central, em um altar armado para o evento, encontrava-se erguida uma enorme bandeira do Brasil, reverenciada como símbolo máximo da pátria. No clímax do espetáculo, uma a uma, as 20 bandeiras estaduais foram sendo cremadas em uma pira, enquanto, em substituição a elas, hastearam-se, em 21 mastros (20 representando os estados e 1 a capital do país), bandeiras do Brasil, instituindo-se com tal ato o culto da bandeira única como representação da nação indivisível (SILVEIRA, 1937; JORNAL DO BRASIL, 1937).

Após essa cerimônia, a ditadura do Estado Novo utilizou a Bandeira Nacional constantemente, como um símbolo a representar não apenas o Brasil, mas o próprio regime. Como demonstrou Maria Helena Rolim Capelato (2009), a bandeira brasileira e a figura de Vargas foram as imagens mais exploradas nas representações visuais do Estado Novo. Alguns órgãos governamentais, como o Departamento Nacional de Propaganda (DNP) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), publicaram folhetos e livros direcionados a tratar desse símbolo pátrio, como por exemplo *Bandeira e Hino Nacional* (DIP, 1940).

A partir de 1942, já no contexto da Segunda Guerra Mundial, o governo começou a demonstrar maiores preocupações com o emprego dos símbolos nacionais, sobretudo os que poderiam estar fora dos padrões. Assim, em 31 de julho de 1942, o governo promulgou o Decreto-Lei n.º. 4.545, que dispunha sobre a forma e a apresentação, definindo os critérios oficiais de sua confecção e uso (BRASIL, 1942).

Outro símbolo nacional que recebeu grande atenção foi o Hino Nacional. Na Constituição de 1934, em seu artigo 174, o governo considerou obrigatório o uso do hino em todo o território nacional. Dois anos depois, no dia 1 de outubro de 1936, foi promulgada a Lei n.º. 259, que tornou obrigatório o canto do Hino Nacional em todos os estabelecimentos de ensino públicos e particulares, dos níveis primário, secundário e técnico-profissional, nas associações desportivas e de radiodifusão. A legislação previa a proibição, por autoridade competente, do funcionamento de toda instituição, previamente intimada, que deixasse de cumprir com essas determinações (BRASIL, 1936).

Na percepção do governo, o Hino Nacional era um dos mais importantes símbolos de integração nacional e de identificação pátria. Desse modo, precisava ser utilizado fiel ao original, tanto na apresentação da melodia quanto na pronúncia correta da letra. Em meados de 1937, constatou-se que isso não estava ocorrendo. Assim, o Ministério da Educação e Saúde instituiu uma *Comissão Nacional do Hino Nacional e dos Hinos Cívicos* com o intuito de estabelecer uma versão oficial de vários hinos: Nacional, da Bandeira, da República e da Independência (CHERÑAVSKY, 2003).

Decorridos alguns meses de trabalho, a Comissão concluiu suas atividades e produziu um relatório esclarecendo como o Hino Nacional

deveria ser cantado. Alguns anos depois, em julho de 1942, no contexto da Segunda Guerra Mundial, foi criado o já citado Decreto-lei n°. 4.545, que dispunha sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais. Nesse decreto ficaram estabelecidos quais eram os símbolos pátrios (Bandeira Nacional, Hino Nacional, Armas Nacionais e Selo Nacional) e suas formas de apresentação e de reprodução (BRASIL, 1942).

De modo similar ao que haviam feito em relação à bandeira, os departamentos de propaganda do governo Vargas também publicaram folhetos e livros sobre o hino, como *Bandeira e Hino Nacional* (DIP, 1940) e *A História do Hino Nacional Brasileiro* (ALBUQUERQUE, 1944). Apesar das particularidades entre as publicações, de modo geral, a ideia era de que, em um contexto de conflito externo contra os países do Eixo, tais obras, que divulgavam elementos da história e da cultura do país, contribuíssem para que os nacionais se tornassem ou se sentissem “mais brasileiros”.

A despeito dos esforços da administração varguista em desenvolver diversas estratégias de divulgação da importância atribuída à Bandeira e ao Hino Nacionais e de seu “uso correto”, a adesão das pessoas comuns a esse projeto não foi incondicional ou realizada de maneira acrítica, como algo imposto de “cima para baixo”. Ao contrário, a análise de algumas das cartas endereçadas ao presidente revela que os símbolos nacionais foram mobilizados e utilizados de maneiras bem distintas das que foram propostas pelo governo.

As cartas analisadas foram enviadas para a Secretaria da Presidência da República, principal órgão associado ao poder Executivo. Tal órgão ficou responsável por todas as correspondências endereçadas ao chefe de Estado, sendo compostas, em sua maioria, de pedidos diversos provenientes tanto das classes mais abastadas quanto das mais

humildes. Assim que recebiam as cartas, os funcionários da Secretaria as transformavam em processos administrativos e, de acordo com o tema e o assunto, enviavam-nas aos órgãos estatais que pudessem dar um parecer sobre o caso. Após o retorno destes, a resposta era mandada ao remetente. Todo esse processo revela a preocupação do governo em demonstrar a eficiência de sua administração (LAGO, 2021).

A análise dessas correspondências permitiu a identificação de uma variedade de interpretações dos missivistas sobre o significado da pátria e suas diferentes características. Por meio dela foi possível observar críticas, projetos e sugestões a respeito dos símbolos nacionais e de seus usos, em especial a Bandeira e o Hino Nacionais. A despeito das especificidades, as ponderações feitas pelos remetentes em suas cartas demonstram a forma encontrada por eles para expressarem patriotismo e apoio ao “novo momento” do Brasil, inaugurado com a chegada de Vargas ao poder. Por outro lado, muitas missivas, embora demonstrem o interesse do povo de colaborar com as ações do governo, apresentam compreensões distintas da população a respeito da forma e do significado que deveriam ter essas representações do Brasil, revelando-se muitas vezes desconexas das versões oficiais adotadas pelo regime e provocando atritos.

Logo no início do Governo Provisório (1930-1934), brasileiros manifestaram preocupação com a utilização dos símbolos nacionais e interesse de que a nova administração federal aproveitasse o “clima revolucionário” para alterá-los. Esse é o caso de José Joaquim Valença, do Rio de Janeiro, que se dirigiu ao Palácio do Catete no dia 25 de outubro de 1930, ou seja, um dia após a deposição de Washington Luís em decorrência da chamada Revolução de 1930. O intuito do missivista era entregar ao general Tasso Fragoso, chefe da Junta Governista

Provisória, o livro Símbolos Nacionais, escrito por Eurico de Góes. Devido à dificuldade em ser recebido pelo general, uma vez que este se encontrava muito ocupado, José decidiu deixar a publicação aos cuidados do secretário Raul Maia, que a entregaria em momento oportuno.⁶

Alguns anos depois, já durante o Estado Novo, outros brasileiros continuaram fazendo propostas originais utilizando-se da Bandeira Nacional, como é o caso de José Camargo, que escreveu para Vargas do Paraná, em 1939, apresentando uma sugestão que ele considerava útil para o Estado, a saber: um capacete com as cores e os dizeres da Bandeira do Brasil. De acordo com o missivista, “um modelo, para V.EXCIA estudar e adotar si convier ao uso das NOSSAS FORÇAS ARMADAS e ao CORPO DE MINISTROS e demais AUTORIDADES DO PAIZ, nos DIAS FERIADOS e de grandes festas da PÁTRIA”.⁷

Para José, o símbolo proposto facilitaria a identificação e a diferenciação entre as autoridades do país e os demais cidadãos, sobretudo nos dias festivos. O missivista justifica a distinção adotando as metáforas políticas do regime e demonstrando o seu reconhecimento e gratidão como brasileiro comum àqueles que “tanto estão fazendo pelo reerguimento e resurgimento de um BRAZIL NOVO, onde as esperanças mais radiosas e promissoras vão desabrochando à vista dos nossos olhos a cada dia e hora que passam”.⁸ A despeito das “boas intenções” de José, não foi possível confirmar na resposta da correspondência se o símbolo foi aceito pelo governo Vargas.

⁶ Carta de José Joaquim Valença a Getúlio Vargas. CPDOC/FGV. Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1930.11.00/2. Microfilme rolo 2, fot. 0225/2 a 0227/3.

⁷ Carta de José Camargo. AN-GCPR, série Chefes de Estado, ministros e representantes, lata 170, processo 30.507.

⁸ *Idem*.

Outros brasileiros enviaram cartas que dialogavam com aspectos da legislação referentes às regras de utilização e reprodução dos símbolos nacionais, muitas vezes questionando-as, como foi o caso de Franklin Belfort, do Rio de Janeiro. Ele se dirigiu ao presidente, em agosto de 1942, para contestar o Decreto-Lei n.º. 4.545, que, conforme mencionamos, alterava o modelo anterior de apresentação da Bandeira Nacional, estabelecido em 1889. O missivista solicitou que o chefe de Estado mandasse restabelecer o padrão da bandeira adotado no ano da Proclamação da República. Em sua argumentação, apresentou uma série de aspectos históricos, técnicos e jurídicos que justificavam a manutenção do modelo da bandeira. Além deles, mais formais, também apelava ao governante por uma questão pessoal: ele tinha produzido dez mil exemplares da “Bandeira do Brasil” com a assinatura de Vargas. Caso não obtivesse autorização para comercializar o material, ainda que este estivesse em desacordo com a nova legislação, ele perderia toda a sua produção e, conseqüentemente, o dinheiro investido:

Bem sei que o interesse individual é sempre secundário. Neste caso, porém, para atende-lo, bastará que V.Excia faça valer, apenas o interesse geral, decretado por V.Excia (...). Fácil é, pois, a V.Excia salvar-me da ruína. E eu lhe suplico, insistentemente, que o faça, atendendo a que sou um simples funcionario municipal, sem economias, com os vencimentos reduzidos à metade por motivos de empréstimos para a organização do referido trabalho e, ainda por causa deste, crivado de dívidas.

Não permita, ademais, Senhor Presidente, que se perca, sem razão, um trabalho de grande utilidade, que é perfeito e tem merecido os aplausos de quantos o examinam.⁹

⁹ Carta de Franklin Belfort. CPDOC/FGV. Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1937.01.05. Microfilme rolo 45, processo 22.027.

Franklin iniciou a carta ponderando compreender que os “fins da servidão à pátria” deveriam visar aos interesses coletivos. Contudo, como ele considerava que o seu trabalho era voltado para o bem comum, sugeriu ao governante que atendesse ao pedido individual anunciado, pois seria uma forma de fazer valer o “interesse geral”. Em um esforço retórico de entrelaçar seus interesses privados aos públicos, o missivista alegava que com tal pedido estaria sendo útil e colaborando com a pátria (LAGO, 2021).

Essas noções de utilidade e colaboração também podem ser notadas nas correspondências de brasileiros que trataram sobre o Hino Nacional. No período imediatamente posterior à publicação da legislação referente ao hino, promulgada em 1936, diversas cartas de autoridades e de pessoas comuns foram enviadas para Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde, e para Getúlio Vargas. As correspondências expressavam a preocupação com a versão do hino que seria utilizada na prática do canto e denunciavam alguns estabelecimentos educativos por não a executarem de forma adequada.¹⁰

As contestações e sugestões a respeito do uso dos símbolos nacionais aparecem de forma mais acentuada no Estado Novo, especialmente a partir de 1939, devido à instalação de uma nova Comissão Interministerial Revisora do Hino Nacional e à divulgação dos trabalhos dela em alguns jornais, como o *Correio da Manhã*. Nesse momento, diversas pessoas voltaram a mandar cartas para Gustavo Capanema e Getúlio Vargas, com sugestões de novas ou antigas versões poéticas do hino.

¹⁰ Carta de Luiz Cândido Figueiredo. CPDOC/FGV. Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1937.01.05. Microfilme rolo 45, processo 23.918.

Finalmente, em algumas cartas é possível notar a solicitação da utilização do Hino Nacional em situações que não estavam previstas na lei e, portanto, não haviam sido consideradas pelo governo, como a de Adelina Sales da Cruz, que escreveu de São Paulo, em agosto de 1942, pedindo a autorização de Vargas para cantar uma versão adaptada do hino. Ela explica que no dia 7 de setembro, daquele mesmo ano, seria realizada a festa de Nossa Senhora Aparecida. Devido a isso, gostaria do consentimento do presidente para cantar, com outras pessoas, na Igreja, o Hino à Rainha do Brasil com a melodia do Hino Nacional brasileiro.

O “dia da santa” coincidia com o “dia da pátria”, dispondo este de ampla repercussão nacional. Contudo, a preocupação maior da missivista era com a comemoração para a santa. Isso revela que, em alguns momentos, outras identificações, como as religiosas, sobressaíram-se às nacionais. Dessa forma, o pedido para ressignificar a melodia do hino, utilizando-a em prol da exaltação de uma santa, reforça a compreensão de que a “consciência nacional” se desenvolvia desigualmente entre os grupos sociais e as regiões do país (LAGO, 2021). Como ponderou Hobsbawm (1990), ao refletir sobre nações e nacionalismos, não era possível presumir que, para a maioria das pessoas, a identificação nacional – quando existe – exclui ou é superior ao restante das identificações que constituem o ser social. Ainda segundo o historiador, as ideologias oficiais dos Estados e seus símbolos não são orientações finais para o que está nas mentes de seus seguidores e cidadãos, mesmo os mais leais entre eles.

Apesar do uso diferenciado e do pedido de consentimento, a parte final da carta, na qual Adelina adota o pronome possessivo “nosso”, revela que ela considera o símbolo pátrio como de todos os nacionais,

sendo, conseqüentemente, seu direito utilizá-lo. A seguir, um trecho da letra, enviada na missiva, adaptada com a melodia do Hino Nacional:

Senhora Aparecida, Mãe Santíssima Protetora da terra brasileira
Os vossos filhos já vos aclamaram Do Brasil a querida Padroeira
Eis porque na Pátria inteira Sereis sempre mui venerada Pois Vois Sois Mãe
verdadeira Desta terra por Jesus abençoada
Virgem querida Aparecida
Salve! Salve! (...).¹¹

Apesar do apelo, a solicitação de Adelina foi negada, em face da expressa proibição presente no já mencionado Decreto-lei n.º. 4.545, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais. Tal legislação não autorizava a execução da melodia do hino para outros fins, que não o de acompanhar a letra de Joaquim Osório Duque Estrada.

É interessante observar que, mesmo em um governo ditatorial, as pessoas comuns reivindicaram um espaço para as suas propostas no âmbito cultural. Isso revela que muitos brasileiros não acompanharam o desenvolvimento do projeto político do governo Vargas de maneira irrefletida, concordando com todos os elementos do discurso nacionalista desenvolvido, principalmente, pelo Ministério da Educação e Saúde e pelo DNP e DIP. Ao contrário, participaram, discutiram e opinaram. Com isso, muitas vezes discordaram de determinados aspectos presentes na utilização dos símbolos nacionais, sempre a partir de ponderações que envolviam interesses individuais e coletivos.

¹¹ Carta de Adelina Sales da Cruz. CPDOC/FGV. Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1937.01.05. Microfilme rolo 45, processo 22.247.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou tanto a produção de um projeto nacionalista do governo Vargas, voltado à valorização e ao uso dos símbolos pátrios, quanto a sua recepção por brasileiros comuns. As ações da administração federal estiveram direcionadas, principalmente, à glorificação da Bandeira e do Hino Nacionais, por intermédio da publicação de folhetos e livros, da criação de leis e da constituição de comissões definidoras das regras de utilização desses elementos representativos da identidade brasileira. As cartas analisadas revelam que, embora os remetentes tenham adotado os símbolos nacionais e mobilizado alguns aspectos do discurso oficial sobre a “construção da pátria”, as ações deles não corresponderam a simples adulações ou reproduções acríticas das ideologias do regime. Ao contrário, por meio das missivas é possível acessar as distintas percepções e aspirações de pessoas comuns, que, inclusive, pleitearam seus espaços, como brasileiros, nas discussões a respeito das modificações realizadas na bandeira e no hino.

As reivindicações, muitas vezes frustradas, reveladas nas cartas, demonstram que as relações diretas e pessoais, construídas ou reforçadas por simples cidadãos em relação aos governantes, eram formadas por desaprovações, discordâncias e decepções. Nesses momentos, evidenciaram-se as distintas percepções do “ser brasileiro” e das formas de trabalhar pelo “bem do país”. Sobre isso, cabe destacar que, em muitas das iniciativas encaminhadas, os missivistas também expuseram interesses particulares, como poder vender produtos cívicos já fora dos padrões legais, ter o nome marcado na história pela criação de uma nova versão do Hino Nacional ou usar a melodia de Francisco

Manoel da Silva para entoar outra letra, dedicada a uma santa. Por isso, para chamar atenção aos seus pedidos, muitos remetentes se esforçaram para entrelaçar seus interesses privados a ações que parecessem contribuir ao “bem comum”. Assim, era possível ser útil e patriota sem ter que renunciar aos seus desejos individuais.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Amarílio de. *A História do Hino Nacional Brasileiro*. Coleção Vultos. Datas. Realizações. Rio de Janeiro: DIP, 1944.
- BRANT, Marcos Henrique Caldeira. Os símbolos nacionais na Constituição. In: PEREZ, Áurea Maria Brasil Santos et al (org.). *Constituição do Brasil: 30 anos 1988-2018*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2019, p. 331-352.
- BRASIL. *Lei n.º 259*, de 1 de outubro de 1936. Torna obrigatório, em todo o país, nos estabelecimentos de ensino e associações de fins educativos, o canto do hino nacional.
- BRASIL. *Decreto-Lei n.º 4.545*, de 31 de julho de 1942. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais, e dá outras providências.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 2009.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 2002.
- CHERÑAVSKY, Analía. Um maestro no Gabinete: música e política no tempo de VillaLobos. 2003. 243 f. *Dissertação (Mestrado)* - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Departamento de História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- DIP. *Bandeira e hino nacional*. Rio de Janeiro: DIP, 1940.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

FRAGA, André Barbosa. *Os Heróis da Pátria: Política Cultural e História do Brasil no Governo Vargas*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

FRAGA, André Barbosa; LAGO, Mayra Coan. As apropriações dos símbolos nacionais pelo governo Vargas e pelas pessoas comuns (1930-1945). *Sillogés*, v.4, n.1, p. 299-327, 2021.

GOMES, Angela de Castro (org). *Capanema: O ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. Trad de Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira.

JORNAL DO BRASIL. Salve, lindo pendão da esperança!. Rio de Janeiro, domingo, 28 de novembro de 1937, p. 7.

LAGO, Mayra Coan. Exmo. Sr. Getúlio Vargas, Mi Querido General Perón: imaginários populares no varguismo e no peronismo. 2021. 305f. *Tese (Doutorado)* – Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. São Paulo: FGV, 1988.

SCHEMES, Claudia. “O controle social e as festas cívicas no Brasil de Getúlio Vargas (1937/1945) e na Argentina de Juan Domingo Perón (1946/1955)”. *Dimensões – Revista de História da Ufes*, Espírito Santo, n. 30, 2013, p. 335-361.

SILVEIRA, A. Porto da. Soldados da bandeira. Soldados do Brasil. *Jornal do Brasil*, domingo, 28 de novembro de 1937, p. 5.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 139-171.

17

IMPRENSA E DISPUTAS POLÍTICAS EM DIVINÓPOLIS/MG (1932-1950) ¹

Douglas Souza Angeli ²

Augusto Souza Tavares ³

Bruno Felipe Medeiro da Silva ⁴

Matheus Silva Milagre ⁵

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O recorte temporal desta pesquisa tem como marcos os códigos eleitorais instituídos em 1932 e em 1950, contemplando, portanto, contextos e regimes políticos diferentes. São estudadas as eleições que ocorreram entre a decretação do Código Eleitoral de 1932 e o fim do governo constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937), bem como os processos eleitorais que se deram entre a deposição de Vargas em 1945 – após o período ditatorial do Estado Novo – e as eleições de 1950, o primeiro pleito sob a vigência do Código Eleitoral promulgado em julho de 1950. Duas experiências de democracia liberal que possuem marcos

¹ Este texto é resultado do projeto de pesquisa “Para uma história social das práticas eleitorais: as eleições no centro-oeste mineiro (1932-1950)”, desenvolvido com bolsa de produtividade PQ UEMG chamada 01/2021.

² Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor efetivo da Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Divinópolis. Bolsista de produtividade PQ UEMG. Coordenador dos projetos de pesquisa “Para uma história social das práticas eleitorais: as eleições no centro-oeste mineiro (1932-1950)” e “Partidos políticos e eleições em Minas Gerais no início da República Democrática (1945-1950)”. douglas.angeli@uemg.br.

³ Graduando em História na Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Divinópolis. Bolsista de iniciação científica PAPq UEMG. tavares.augustosouza@gmail.com.

⁴ Graduando em História na Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Divinópolis. brunof.1009@gmail.com.

⁵ Graduando em História na Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Divinópolis. Bolsista de iniciação científica PAPq UEMG. matheusmilagre477@gmail.com.

legais e contextos políticos distintos, o que permite comparar as práticas eleitorais de cada período e perceber modificações e recorrências.

Além de conter um aumento pouco expressivo do eleitorado alistado, a experiência de democracia liberal dos anos 1930 certamente foi curta demais para instituir grandes rupturas nas práticas sociais relacionadas à disputa eleitoral, embora tenha inaugurado elementos institucionais importantes (ZULINI; RICCI, 2020). Com o golpe de Estado ocorrido em novembro de 1937, os partidos políticos, as casas legislativas e os processos eleitorais foram suspensos até 1945. As eleições de dezembro de 1945 representaram não apenas uma retomada da democracia liberal, mas a inauguração de uma experiência democrática que se deu em novos e mais expressivos marcos (GOMES; FERREIRA, 2018), com a criação de partidos políticos nacionais, a ampliação do eleitorado (SOARES, 1973) e um sistema eleitoral mais competitivo e que proporcionou clivagens políticas mais duradouras e identificação política no eleitorado (LAVAREDA, 1991).

A pesquisa tem como recorte espacial o Centro-Oeste mineiro, onde a cidade de Divinópolis passou, desde o início do século XX, por processos de modernização urbano-industrial, tornando-se um centro industrial importante nas áreas têxtil e siderúrgica (DULCI, 2009). Conforme salientou Batistina Maria de Sousa Corgozinho em sua tese *Nas linhas da modernidade: a passagem do tradicional ao moderno no centro-oeste de Minas Gerais*, o comportamento político tradicional na região, no final do século XIX, se articulava a uma estrutura de poder oligárquica rural, clientelista, baseada em favores e as eleições no arraial do Espírito Santo de Itapecerica, atualmente Divinópolis, marcadas por situações de violência (CORGOZINHO, 2003). Conforme a autora, a chegada da Estrada de Ferro Oeste de Minas, no início do

século XX, proporcionou um processo de ruptura dos modos de vida tradicionais nessa localidade, incluindo a gradual superação das práticas políticas tradicionais (CORGOZINHO, 2003).

IMPrensa EM DIVINÓPOLIS

Tânia Regina de Luca (2008) aponta o período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX como de inflexão na trajetória da imprensa no Brasil, quando o modelo de jornal-tribuna, cuja luta política era o mote principal, passou a dar lugar, cada vez mais, à imprensa comercial representada pelos grandes jornais diários. Observada a diversidade regional, entretanto, percebe-se que a modernização da imprensa conviveu com a sobrevivência de diferentes modelos de imprensa – especialmente a nível local e regional. Em termos numéricos, considerado o *Anuário Estatístico do Brasil* de 1936, compilado na base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na seção chamada *Estatísticas do Século XX*, temos o seguinte:

Tabela 1 – Número de periódicos em circulação em 1933

Estado	Periódicos
São Paulo	312
Minas Gerais	202
Distrito Federal	195
Pernambuco	135
Rio Grande do Sul	93
Bahia	78
Rio de Janeiro	56
Outros estados	197
Total	1.278

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936.

Deste conjunto, 71,7% eram jornais, 22,8% revistas e 5,5% livros. Percebe-se que Minas Gerais se destaca no cenário nacional com 202 periódicos em circulação, perdendo apenas para São Paulo e estando à frente do Distrito Federal. A mesma fonte aponta que 57,3% dos municípios brasileiros não possuíam veículos de imprensa escrita em circulação, índice que em Minas Gerais se reduzia a 43,9%. Os números do anuário de 1938 dizem um pouco mais sobre as características da imprensa em Minas Gerais. Dos 376 periódicos computados, 339 eram jornais (90,1%). Quanto à periodicidade, o panorama era o seguinte:

Tabela 2 – Periódicos em Minas Gerais por periodicidade (1938)

Periodicidade	Número de periódicos
Semanal	171
Mensal	79
Quinzenal	31
Diário	19
Trimestral	13
Bissemanal	7
Anual	5
Não identificada	51
Total	376

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1938. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, 1939.

A predominância da imprensa local e regional, especialmente jornais semanais, se faz perceber pelos diversos registros de jornais no centro-oeste mineiro entre as décadas de 1910 e 1950. Pesquisa na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional identificou alguns periódicos da região disponíveis para consulta: *A Defesa*, de Oliveira (1933-1935), *Gazeta de Minas*, de Oliveira (1932), *Voz do Sertão*, de Bom Despacho

(1937-1938), *Alto São Francisco*, de Piumhy (1933-1936) e *Folha Republicana*, de Divinópolis (1949). O acervo do Centro de Memória Professora Batistina de Sousa Corgozinho, o CEMUD da UEMG Divinópolis, disponibiliza um rico acervo de jornais locais no portal *Em Redes*. A partir do acervo disponibilizado online, chegamos ao seguinte levantamento:

Quadro 1 – Jornais do Centro-oeste mineiro disponíveis no portal *Em Redes* (CEMUD/UEMG)

Nome do periódico	Cidade	Datas-limite do acervo online
<i>Divinopolis</i>	Divinópolis	1916
<i>Folha de Minas</i>	Divinópolis	1916
<i>Divinopolis</i>	Divinópolis	1917-1918
<i>Reformador</i>	Divinópolis	1920
<i>A Estrella do Oeste</i>	Divinópolis	1922-1928
<i>Oeste Mineiro</i>	Divinópolis	1922-1923
<i>O Centro</i>	Divinópolis	1923
<i>O Popular</i>	Divinópolis	1923
<i>O Recreio</i>	Divinópolis	1923
<i>O Clarão</i>	Divinópolis	1923-1924
<i>Pela Vida...</i>	Divinópolis	1925
<i>A Penna</i>	Divinópolis	1924-1934
<i>Gazeta Popular</i>	Divinópolis	1928-1929
<i>A Concentração</i>	Divinópolis	1929
<i>O Acadêmico</i>	Pouso Alegre	1929-1930
<i>Gente Nova</i>	Pouso Alegre	1932-1933
<i>Gazeta Sanitária</i>	Divinópolis	1932-1934
<i>Porta-Voz</i>	Divinópolis	1933-1934
<i>Estrela d'Oeste</i>	Divinópolis	1936
<i>O Ristillo</i>	Divinópolis	1934
<i>O Arauto</i>	Divinópolis	1934-1935
<i>A Flecha</i>	Divinópolis	1937
<i>Divinópolis Jornal</i>	Divinópolis	1939-1948
<i>O Linguarudo</i>	Pouso Alegre	1940
<i>O Grêmio</i>	Divinópolis	1942-1951
<i>A Semana</i>	Divinópolis	1943-1982
<i>A Flama</i>	Uberaba	1946
<i>A Liberdade</i>	Piumhi	1946
<i>Jornal do Oeste</i>	Divinópolis	1946-1953
<i>Vanguardeiro</i>	Divinópolis	1948

<i>Vozes da Vitória</i>	Divinópolis	1948
<i>Folha do Oeste</i>	Ribeirão Vermelho	1948
<i>Voz Democrática</i>	Divinópolis	1951
<i>O Gráfico</i>	Divinópolis	1953
<i>O Sentinela</i>	Divinópolis	1953
<i>Tribuna Livre</i>	Divinópolis	1955
<i>O Municipal</i>	Divinópolis	1959

Fonte: Em Redes. Disponível em: <https://emredes.com.br>.

Conforme Batistina Corgozinho, João Ricardo Ferreira Pires e Leandro Pena Catão (2015, p. 269), o desenvolvimento da imprensa em Divinópolis acompanhou seu processo de modernização urbana:

O dinamismo industrial e comercial estimulou ainda mais o crescimento demográfico, a abertura de novos loteamentos e o aumento do número de construções [...]. É nesse cenário de transformações econômicas, culturais, político-ideológicas atravessadas por contradições e interesses divergentes, em ebulição pelo exercício do livre-pensamento e aberto aos impactos do novo que floresceu a imprensa escrita em Divinópolis.

Na década de 1930 alguns jornais se destacam em Divinópolis, como o *Gazeta Sanitária*, publicação mensal ou bimensal sob direção do médico Mário Augusto de Figueiredo, chefe dos serviços sanitários do município, e do farmacêutico Pedro Xavier Gontijo – que ocupava o cargo de prefeito por nomeação do interventor federal Olegário Maciel. A temática do jornal se centrava na higiene e saúde pública, combate a doenças e regras sanitárias aplicadas na cidade. Além disso, divulgava as ações do governo municipal a respeito desses temas, como na ocasião da realização de um evento para tratar da prevenção à malária – noticiado na edição de março de 1932.

Imagem 1 – Capa do jornal Gazeta Sanitária (Janeiro/fevereiro de 1934)



Acervo do CEMUD/UEMG, disponível no Portal Em Redes.

Ao estudar os movimentos de restauração católica em Divinópolis entre as décadas de 1930 e 1950, Márcia Helena Batista (2002) abordou o papel relevante da imprensa católica, editada pelos franciscanos na cidade e, em suas páginas, as disputas entre a Igreja Católica e aqueles a quem combatia, especialmente comunismo e maçonaria. Havia também os jornais independentes “portadores de um discurso mais inflamado de denúncia e até, de confronto direto com o pensamento católico” (BATISTA, 2002, p. 186).

PEDRO XAVIER GONTIJO

Na história política de Divinópolis, desde sua emancipação em 1912, até as décadas de 1940 e 1950, destaca-se a figura de Pedro Xavier Gontijo, ou Pedro X. Gontijo – como era nomeado na imprensa e em suas demais publicações. O recorte em questão busca apresentar o percurso traçado por Pedro Xavier Gontijo (1886-1965) nos ambientes extraoficiais que lhe garantiram apoio, reconhecimento e suporte em direção a posições de destaque na política institucional de Divinópolis. Por meio dessa análise, objetiva-se compreender a trajetória política de Gontijo para além do período da Primeira República e dos anos 1930, quando representou, face aos nomes tradicionais da cidade, uma nova força com potencial de acirrar e desestabilizar o cenário de disputa política local, sendo um dos principais integrantes do processo de emancipação política da cidade em 1911.

A análise dos jornais e boletins editados por Pedro X. Gontijo permitem compreender os procedimentos por ele utilizados para difundir leituras inovadoras sobre a conjuntura social da cidade, ancoradas em abordagens, linguagens e objetos que fugiam da interpretação e compreensão tradicional da época e relacioná-las com a conduta desenvolvida enquanto agente político direto. Destacam-se para isso as edições do jornal *A pena* publicadas em 1934, quando Gontijo ainda estava à frente da prefeitura municipal, e também o boletim *Conversando com os Divinopolitanos*, veiculado entre os anos de 1947 e 1950, período em que ele esteve como suplente de vereador.

Ao desembarcar no então Arraial do Divino Espírito Santo do Itapecerica, o recém-formado no curso de Farmácia e de posse dos seus conhecimentos iniciou suas atividades em prol da independência

política e administrativa da Vila, que segundo ele, seria a conquista inicial rumo ao desenvolvimento. No entanto, a dificuldade de emplacar um discurso inovador, o obrigou a se aliançar com os nomes tradicionais, de modo que

A criação do município acabou sendo obtida através da liderança política tradicional, representada pelo Major Francisco Machado Gontijo, e pela intervenção de Pedro X. Gontijo, enquanto uma liderança nova, esclarecida, em aliança com outra liderança tradicional e religiosa, representada pelo jovem Padre Matias Lobato (CORGOZINHO, 2015, p. 26).

Sua atuação na cidade se deu por diferentes níveis de socialização, acompanhando o crescimento e consolidação da sua influência na cidade, seja cultural e socialmente com a organização de grupos independentes e aquisição de jornais até a fundação de um partido político próprio, ressaltando assim sua tendência à entrada no espaço político institucional. Para adquirir o chamado capital social e político referido por Pierre Bourdieu (2012), Pedro X. investiu na criação de clubes, como o “Recreativo e Literário 1º de Junho” em 1913 que reunia pessoas com o objetivo de se debater assuntos referentes à cidade e contava com X. Gontijo como principal orador. Aliado à mídia impressa como o jornal *O Divinópolis*, adquirido pelo mesmo no ano de 1916, constituíram os principais canais de difusão dos ideais de liberdade, bases de sustentação da sua nova proposta que acabou lhe conferindo o título de livre-pensador, comportamento que segundo Batistina Corgozinho (2003) foi impulsionado pelo processo de emancipação política da cidade, pregando formas alternativas de organização social que destoavam do modelo tradicional, liderado pelas autoridades com

vínculo católico. Portanto, uma das marcas essenciais de Pedro X. Gontijo para a adesão à sua agenda política era o anticlericalismo.

Anos depois da criação oficial do município, nesse momento, com novas dinâmicas se estabelecendo, sua campanha em defesa de uma ideologia do progresso foi melhor recebida por uma parcela do novo eleitorado, fazendo de 1918 um ano importante para as forças emergentes, pois “foi no pleito de 1º de novembro de 1918 que Pedro X Gontijo venceu o Partido Dominante representado pelo vice-presidente da câmara Sr. Francisco Coelho da Fonseca, por 17 votos” (CORGOZINHO, 2015, p.106). Em 1934, Gontijo também vivenciou em uma nova conjuntura social e política a experiência no executivo municipal. Como interventor municipal e fazendo uso das páginas do jornal *A Pena*, expõe algumas características da sua administração, que indicam também quais as táticas e estratégias foram empregadas na cidade, como consta em uma das edições do folheto: “O governo municipal não deixa de ter algo de patriarcal e algo de avançado. Vive do equilíbrio dessas 2 diretrizes antagônicas, mas unidas e controladas”; “Divinópolis tem vivido na mais completa ordem, dentro da máxima liberdade relativa”. As eleições municipais de 1936, no entanto, evidenciariam acirradas disputas entre os grupos políticos da cidade.

CATÓLICOS E DISPUTAS POLÍTICAS

Outro recorte importante da pesquisa tem como foco embate político entre a Liga Eleitoral Católica de Divinópolis e o candidato Pedro Xavier Gontijo. É neste ambiente de disputas que se analisa os processos e práticas eleitorais realizadas pela Liga Eleitoral Católica como, por exemplo: o uso de confissões utilizadas por frades a fim de

angariar votos para os candidatos apoiados pela Liga, ameaças e agressões realizadas por apoiadores e frades. Também são considerados o período pós-eleições e suas consequências para a Igreja e para Pedro Xavier Gontijo. Selecionamos o jornal *Estrella D'Oeste* (1936), criado por Pedro X. Gontijo, periódico com caráter político e partidário, e o jornal *A Semana* (1945) editado pela paróquia de Divinópolis.

Em 1889 foi proclamada a República no Brasil, como consequência ocorre a separação da Igreja com o Estado. Segundo Mainwaring (2004) a separação da Igreja significou uma libertação da relação de subserviência ao Estado, fazendo a Igreja passar por reformas internas durante os anos de 1890 a 1916, nascendo assim um novo modelo da neocristandade. “A nova missão da Igreja era cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico” (MAINWARING, 2004, p.45). Uma das formas de se conquistar esse espaço foi através da Liga Eleitoral Católica (LEC), tendo como objetivo orientar a sociedade sobre os candidatos apoiados pela Igreja em território nacional. A LEC teve uma grande influência para as eleições da Assembleia Constituinte em 1933 garantindo assim seus interesses.

A Constituição de 1934 incorporou as principais exigências da LEC, incluindo o apoio financeiro do Estado à Igreja, a proibição do divórcio e o reconhecimento do casamento religioso, a educação religiosa durante o período escolar e subsídio do Estado para as escolas católicas (MAINWARING, 2004, p.48).

As eleições de 1936 em Divinópolis se caracterizam por uma disputa entre dois campos políticos, de um lado os candidatos Partido

Progressista (PP) e do Partido Republicano Mineiro (PRM), apoiados pela Liga Eleitoral Católica, e de outro o partido Tudo por Divinópolis (TD), liderado por Pedro X Gontijo conhecido por ser um “livre pensador” e principal opositor ao modelo de neocristandade. A luta de duas forças políticas também esteve presente na imprensa, o mais notável caso é o jornal *Estrela d’ Oeste*⁶, órgão oficial do partido TD e o jornal *A Semana* editado e organizado pelos padres locais. Através do *Estrela d’Oeste* foram identificadas estratégias da LEC para angariar votos, como mostra o fragmento abaixo.

Mais ainda, porque vivem, cercando gente no meio da rua, rogando e suplicando votos para o seu partido? Mais grave ainda, gravissimo mesmo, como é que os snrs. frades usam até da confissão para trabalhar a eleição?(...) A política é uma podridão, todo mundo sabe disso, e a Igreja metida em seu meio, a podrião não demorá a penetrar nos seus próprios tecidos organizados (...) Religião é religião e política é política”⁷.

Neste fragmento retirado do *Estrela d’ Oeste* vemos o novo modelo de neocristandade descrito por Mainwaring “Geralmente estimulava os católicos a votar de maneira conservadora e a promover candidatos que adotavam posições favoráveis às principais questões católicas da época” (MAINWARING, 2004, p. 48).

⁶ Em abril de 1936 esse jornal começou uma nova numeração e passou a ser chamado de “ESTRELA D’ OESRE”, “órgão oficial do partido político Tudo por Divinópolis”, tendo como redatores responsáveis o farmacêutico Pedro X Gontijo e Francisco G. de Azevedo, e o editor era Geraldo Cruz.

⁷ *Estrela d’Oeste*, Divinópolis, n°5, 17/05/1936 [CEMUD UEMG].

dia das eleições, há relatos de agressão ao eleitor do T.D Guerino Antonio Bianchini: “Logo, de um lado, um frade do convento, esfregando gostosamente as mãos sorridente, tartamudeava na sua linguagem gutural: “ Beem! Muito beem! Estaão bateendo nele ... Beem!”¹⁰.

Durante a pesquisa, foi possível analisar as consequências do envolvimento da Igreja com a política conforme a argumentação do *Estrela d’ Oeste*: “Por causa dos NIQUEIS correm agora de casa em casa do nosso povo, dizendo: Olha, gente, deixa disso, volta para a Igreja. Política é política e religião é religião”¹¹. Demonstrando que as eleições de 1936 tiveram um grande impacto social na cidade de Divinópolis, acirrando as disputas entre os grupos católicos e seus adversários.

CONVERSANDO COM OS DIVINOPOLITANOS

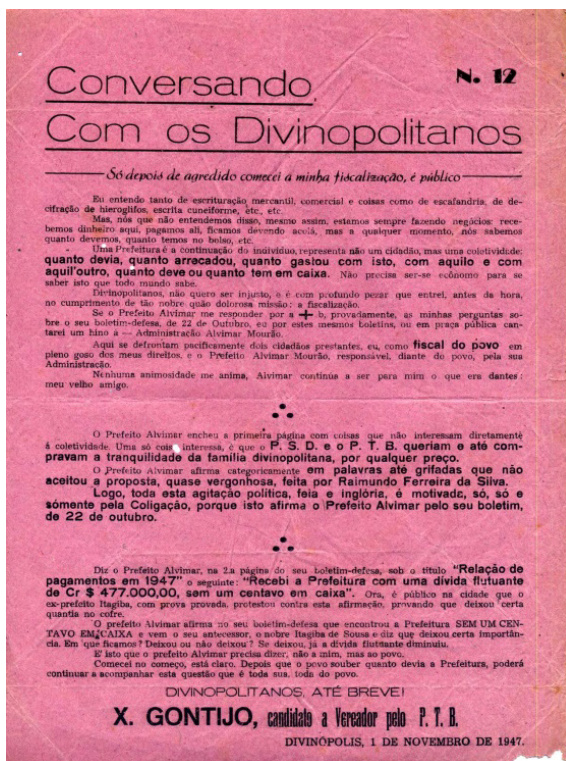
Após ser exonerado do cargo em 1936, o nome de Pedro Xavier Gontijo volta a ganhar destaque nas discussões da cidade, que agora passava pelas agitações de 1947, ano eleitoral. Em meio à nova experiência de democracia liberal inaugurada após a ditadura varguista, esse retorno foi marcado pelo lançamento do seu nome ao cargo de vereador, concorrendo à vaga pelo PTB e também pelas suas tradicionais estratégias de comunicação. À frente do *Conversando com os divinopolitanos*, e agora sob uma nova retórica, Pedro X. Gontijo, que já alçava uma certa maturidade política, tinha o desafio de se ajustar politicamente com as novas mentalidades e transformações ocorridas nesse intervalo, dentre elas o próprio enfraquecimento do seu discurso.

¹⁰ Idem.

¹¹ *Estrela d’Oeste*, Divinópolis, n°9, 19/07/1936 [CEMUD UEMG].

Produzido no formato panfletário, sendo de porte pequeno, contendo na sua maioria uma única folha, o boletim buscava relatar assuntos julgados relevantes e de interesse público, não seguindo assim uma estrutura ou temática básica.

Imagem 3 – Boletim *Conversando com os divinopolitanos* (1947)



Fonte: *Conversando com os divinopolitanos*, Divinópolis, 1º/11/1947, capa [CEMUD UEMG].

Redigido primordialmente em primeira pessoa, Gontijo falava com as pessoas e em nome delas. Cada edição trazia em seu corpo as observações do redator sobre alguma fala discurso, acontecimento ou até mesmo provocações e denúncias, citando diálogos ou rebatendo acusações. Com o intuito de estabelecer um diálogo direto com o

leitor/eleitor, os relatos eram feitos em linguagem simples, manchetes exclamativas e uso de metáforas, o que lhe deu a característica de contestatório e denunciante: “(...) Eu não ataco ninguém primeiro. Estou na defensiva, só ataco quando sou agredido. Agredido, não recuarei um passo, irei até onde forem os meus atacantes”.¹² A “missão” de X. Gontijo consistia em expor para a população as ações do campo político sem moderação, como disse: “Ora, meus amigos, todo mundo sabe que sou braza descoberta, que para me falarem não precisam rodear tôco, é só jogarem os dados na mesa: o jogo é franco” [Grafia do original].¹³ Comprometido com o dever da fiscalização e da representação, Pedro Xavier Gontijo se apresentou nesse contexto como um candidato popular dizendo dias antes do pleito: “Eu não quero nada da politica e não preciso dela para nada, a não ser para o bem da coletividade”. “Se quiserdes que eu vos defenda, falando em vosso nome, é chegado o momento”.¹⁴ Entre esse e outros discursos, os eleitores fizeram suas escolhas e indicaram os nomes que iriam compor a administração municipal. O resultado da disputa, como já era esperado, ocupou um espaço privilegiado no boletim e passou pelo olhar crítico do seu autor, que agora também se dirigia a população como 1º suplente: “(...) Houve que se esforçavam pela minha entrada na câmara. Outros achavam que eu não devia entrar que devia ficar do lado de fora (...) nessas condições resolveram me eleger 1º suplente, isto é, nem de dentro nem fora: puzeram-me na porta da câmara”.¹⁵

¹² *Conversando com os divinopolitanos*, Divinópolis, 23/09/1947. n.08 [CEMUD UEMG].

¹³ *Conversando com os divinopolitanos*, Divinópolis, 16 de outubro de 1947. n.07 [CEMUD UEMG].

¹⁴ *Conversando com os divinopolitanos*, Divinópolis, 20 de novembro de 1947. n.20 [CEMUD UEMG].

¹⁵ *Conversando com os divinopolitanos*, Divinópolis, 01 de dezembro de 1947. n.21 [CEMUD UEMG].

Embora não tenha conquistado o número de votos necessários para tomar posse de uma cadeira oficial na legislatura, o resultado indica que a personalidade de Pedro X. ainda possuía um rastro de confiança na cidade que agora estaria direcionada para outra modalidade que não a de um político direto. Segundo ele próprio, o exercício do novo cargo possibilitaria uma visão *in loco* dos representantes e das suas respectivas atividades, além de fornecer eventualmente um espaço com maior alcance para transmitir suas observações ao público: “(...) quando houver POEIRA na câmara, arredarem um pouco e me deixarem ajudar a – TOPAR A PARADA. Assentada a poeira, arredarei e devolverei a cadeira ao seu legítimo dono (...)”.¹⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa está na fase de sistematização e análise dos jornais da região centro-oeste mineira (principalmente da cidade de Divinópolis) do período de 1932 a 1950 que se encontram disponíveis digitalmente nos sites do Centro de Memória Professora Batistina de Sousa Corgozinho, o CEMUD da UEMG, e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Até o momento foram tabelados os jornais *Gazeta de Minas* (1931,1932 e 1939), *A Defesa* (1932), *Gazeta Sanitária* (1932,1933 e 1934), *Porta Voz* (1933 e 1934), *A Pena* (1934), *O Ristillo* (1934), *O Arauto* (1934 e 1935), *Estrela D' Oeste* (1936), *A Flecha* (1936-1937), *Voz do Sertão* (1937), *A Justiça* (1939) e *Divinópolis Jornal* (1945). Esses foram organizados em uma tabela contendo o nome do jornal, a data de publicação, a página analisada, o tipo de conteúdo (notícias, artigos, anúncios etc), a categoria temática, resumo do

¹⁶ *Conversando com os divinopolitanos*, Divinópolis, 01 de dezembro de 1947. n.21. [CEMUD UEMG].

conteúdo que foi catalogado e um link para o arquivo da página de jornal analisada.

O estudo da imprensa local e das eleições em Divinópolis está evidenciando a centralidade das questões católicas nas disputas políticas. Como resultado parcial sobre as disputas políticas entre os grupos católicos e seus adversários, podemos identificar elementos e práticas utilizados pela Liga Eleitoral Católica, também sendo identificar personagens importantes para o cenário político de Divinópolis, como Pedro X Gontijo, Jovelino Rabelo dentre outros. Destaca-se também o uso da imprensa, como meio de divulgação de ideias políticas em Divinópolis, e a influência que a Igreja tinha sobre a sociedade divinopolitana.

A respeito da atuação de Pedro X. Gontijo no período estudado, podemos identificar quais foram os elementos mais recorrentes empregados na produção do boletim que indicam como foram administradas e manuseadas as práticas sociais de uma nova consciência nascente. Como seu discurso político se organizou face aos contextos da Primeira República, dos anos 1930 e da experiência democrática iniciada em 1945, quais seus reflexos e possíveis mudanças e permanências de posicionamentos. Ademais, de que modo se deu o processo de construção da sua influência e credibilidade na sociedade, quais ferramentas contribuíram para a formação do seu perfil e compuseram sua identidade e trajetória política na cidade.

Da leitura dos jornais emergiram categorias temáticas que permitem cruzar fontes e analisar os temas e práticas mais recorrentes no debate político local, sendo elas: Alistamento, Apuração e resultados, Campanha eleitoral, Demandas políticas, Pedro X Gontijo, Política regional e nacional, Propaganda eleitoral, Religião e Política e Voto. Os passos seguintes serão: completar a sistematização dos jornais e cruzar

com a bibliografia já revisada sobre as eleições no período e com os dados demográficos e eleitorais já obtidos e também sistematizados, possibilitando compreender o quadro sócio-histórico da política na região, em especial no município de Divinópolis entre 1932 e 1950.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Márcia Helena. *A restauração católica no cotidiano da cidade: Círculo Operário, Imprensa e obras sociais em Divinópolis entre os anos de 1930 e 1950*. Dissertação [Mestrado Ciências Sociais]. Belo Horizonte: PUC MG, 2002.
- CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. *Nas linhas da modernidade: a passagem do tradicional ao moderno no centro-oeste de Minas Gerais*. Divinópolis/MG, 2003.
- DULCI, Otávio. Região e história regional: elementos para análise do Centro-Oeste mineiro. In: CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa; CATÃO, Leandro Pena; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *História e memória do Centro-Oeste mineiro: perspectivas*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 17.
- GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação*. *Estudios del Ishir*, v. 8, p. 53-74, 2018.
- LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.
- LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAINWARING, Scott. *A igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense. 2004.
- SOARES, Glaucio Ari Dillon. *Sociedade e política no Brasil (Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
- ZULINI, Jaqueline Porto; RICCI, Paolo. O Código Eleitoral de 1932 e as eleições da Era Vargas: um passo na direção da democracia? *Estudos Históricos*, v. 33, p. 600-623, 2020.

18

FRANCISCANOS NA DITADURA CIVIL-MILITAR: AÇÕES POLÍTICAS EM DIVINÓPOLIS/MG ENTRE 1974 E 1985 ¹

Denise Silva e Souza ²

INTRODUÇÃO

A pesquisa da qual derivou esta comunicação teve como objetivo identificar e analisar as táticas e estratégias³ da atuação franciscana⁴ em Divinópolis, Minas Gerais, frente à Ditadura Civil-Militar durante o processo de abertura política (1974-1985). O recorte temporal da investigação remete a última fase, de acordo com a periodização proposta por Daniel Aarão Reis (2005)⁵, da Ditadura Civil-Militar, regime iniciado em 1964 após um golpe militar, com apoio de setores da sociedade, que derrubou o presidente João Goulart. Nesse contexto, a parcela da Igreja Católica conhecida com *Clero Conservador* apoiou o golpe. Ao longo do regime, porém, devido à violência contra leigos e

¹ Trabalho desenvolvido a partir da pesquisa para trabalho de conclusão de curso sob orientação do professor Douglas Souza Angeli na UEMG – Divinópolis.

² Graduada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Email: denisesouza.historia@gmail.com.

³ Estratégias são “regras” criadas pelos que tem poder de impô-las. Já as táticas são usadas pelos que são oprimidos e se configuram como microrresistências frente àquelas regras, que nem sempre são acatadas da forma como se espera. Tais conceitos são desenvolvidos por Michel de Certeau (1998).

⁴ Franciscano é o nome dado aos membros das ordens religiosas católicas que foram fundadas ainda no século XIII por São Francisco de Assis. Baseados no princípio da pobreza, no espírito fraterno e na evangelização, esses religiosos se espalharam por todo o mundo, chegando ao Brasil ainda em 1500. Inicialmente, foi criada uma ordem para os casados, uma para as mulheres e outra para os homens. Essa última se subdividiu entre Conventuais, Capuchinos e Menores. Os franciscanos de Divinópolis são membros, portanto, da Ordem dos Frades Menores. (Fernandes, 2010: 40-48)

⁵ Para esse autor a ditadura pode ser dividida em três fases principais: os anos iniciais, entre 1964 e 1968; os anos de recrudescimento, de 1968 a 1974; a abertura política, a partir de 1974.

clérigos, o aprofundamento das desigualdades sociais e a influência do papa João XVIII, do Concílio Vaticano II⁶ e da ação leiga, a ala *Progressista* da Igreja se expandiu, fazendo com que essa instituição se tornasse uma das principais vozes de resistência ao regime militar (LÖWY, 2007; MAINWARING, 2004).

Já o recorte espacial – a cidade de Divinópolis (MG) – se justifica no fato de que o município, segundo Renato João de Souza (2015), sofreu com os efeitos do golpe e das medidas ditatoriais, uma vez que já se mostrava como polo do centro-oeste mineiro em 1964. Quanto aos franciscanos, investigar esses religiosos católicos importa porque, além de pertencerem a uma instituição que levantou voz contra a Ditadura a partir de década de 1970, conforme já mencionado, desde 1924 marcam presença e influenciam todas as instâncias da vida divinopolitana.

As ações dos Franciscanos de Divinópolis foram investigadas dentro da lógica do que Michel Löwy (2016: 73-74) denominou como *cristianismo da libertação*. Este conceito diz respeito a um movimento político-religioso amplo, que ultrapassou as proposições teológicas da chamada Teologia da Libertação e teria influenciado movimentos populares e sociais. Dessa forma, os cristãos passaram a interagir mais com as camadas populares e discordarem das injustiças sociais. Portanto, enquanto a Teologia da Libertação seria um movimento social ascendido ainda nos anos de 1960, que influenciou leigos, clérigos e população de forma geral e que gerou uma vasta produção textual após 1970, o cristianismo da libertação é um conceito surgido posteriormente ao movimento, cunhado pelo autor e, na visão dele, mais adequado para

⁶ Concílio convocado pelo Papa João XXIII em 1959 e realizado em Roma, entre 1962 e 1965, trazia uma maior abertura ao diálogo com a “modernidade” e aproximação com questões sociais (Delgado e Passos, 2007).

se referir a toda essa dinâmica referente à Teologia da Libertação, uma vez que a mesma não era composta apenas por teólogos, nem mesmo se resume a parte teórica do movimento, surgido “antes da nova teologia”.

Especificamente, a pesquisa buscou entender como os franciscanos de Divinópolis eram qualificados pelos agentes da Ditadura, além de compreender o perfil desses religiosos frente aos acontecimentos da fase final do regime militar. Para isso, como fontes foram utilizados os relatórios do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão espião da Ditadura, produzidos entre os anos de 1974 e 1985, sobre a cidade de Divinópolis e que mencionavam os membros da Igreja Católica ligados ao município. As informações contidas nesse relatório foram cruzadas com as encontradas em edições do jornal *A Semana*, semanário que esteve sob responsabilidade franciscana entre os anos de 1943 e 1984.

Dessas fontes, três categorias de análise emergiram: *eventos*, *discursos* e *materiais impressos*. Cada uma dessas categorias será, de forma resumida, apresentada ao longo do texto. Antes disso vale discutir acerca de algumas potencialidades de se trabalhar com as fontes utilizadas neste trabalho.

AS FONTES DO SNI E OS JORNAIS A SEMANA: ESPECIFICIDADES E POTENCIALIDADES

O Serviço Nacional de Informações (SNI), conforme apresenta Carlos Fico (2007), surgiu ainda em 1964 com o objetivo de gerar informações para o alto escalão da ditadura. Mais tarde, porém, o órgão teve suas atribuições ampliadas e passou a espionar qualquer cidadão ou grupo social que fosse considerado oposição ao regime militar. De acordo com Ananda Simões Fernandes (2018), a produção da

documentação do SNI, grosso modo, se iniciava na etapa de coleta de dados, realizada por meio de informantes que poderiam tanto ser pessoas especializadas como qualquer pessoa que decidisse colaborar com o regime. Logo em seguida, as informações eram transformadas em informes que mais tarde eram cruzados com outros dados e repassados a superiores. Disso surgiam relatórios ricos em detalhes que poderiam se referir tanto a acontecimentos quanto a vida pessoal daqueles que eram monitorados. Tais registros se encontram no acervo do Arquivo Nacional e podem ser acessados em formato digitalizado através do site do próprio Arquivo.

Para Giovanni Rocha Junior (2021), dentre as potencialidades de se trabalhar com os registros do SNI está a possibilidade de apresentarem vidas em movimento. Isso porque, muitos desses documentos monitoravam determinados grupos ou pessoas por períodos consideráveis de tempo, captando suas dinâmicas. Além disso, o autor destaca que esses relatórios trazem interessantes anexos, ainda pouco explorados pelos pesquisadores. Esses dizem muito não só sobre o SNI - uma vez que evidenciam os temas e matérias que mais preocupavam o órgão - mas também sobre os grupos ou pessoas que estavam sendo espionados. Tais anexos consistem em recortes de jornais, fotografias, boletins, panfletos, artigos acadêmicos, dentre outros, produzidos, muitas vezes, por aqueles que eram considerados opositores ao regime militar. Como ressalta Rocha Junior (2021), há a possibilidade de alguns desses materiais serem conhecidos hoje apenas por constarem nos relatórios do SNI.

Entretanto, para além de potencialidades, existem também cuidados que precisam ser levados em conta ao se utilizar esses documentos como materiais de pesquisa. Obviamente, esses relatórios

não foram produzidos com a função de serem fontes históricas. Por isso, carregam intencionalidades relativas ao seu contexto. Tanto Fernandes (2018) quanto Fico (2007) concordam que dentre essas intencionalidades estava a busca por culpabilizar aqueles que estavam sendo monitorados. Portanto, deve-se estar atento aos possíveis exageros nos elementos que geravam criminalização. Étienne François (1998), em texto sobre a abertura dos arquivos da República Democrática Alemã após a queda do muro de Berlim, também comenta sobre os cuidados que se deve tomar ao se utilizar documentos de arquivos repressivos como fonte histórica e dentre esses cuidados está a necessidade de realizar uma crítica das fontes que permita perceber, por exemplo, a tentativa dos autores de tais documentos de se mostrarem eficientes e obterem vantagens através da produção desses registros.

Tendo isso por base, buscou-se aqui, cruzar as informações obtidas nos documentos do SNI com as coletadas nas edições do jornal *A Semana*. Esse periódico pode ser encontrado no Centro de Memórias Professora Maria Batistina Corgozinho (CEMUD), na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), unidade Divinópolis. Além disso, os mesmos estão digitalizados e disponibilizados no site EmRedes. Surgido entre os franciscanos em 1943, o *A Semana*, que inicialmente tinha circulação interna, ou seja, apenas entre os frades, passou, a partir de 1946, a ser distribuído para um público maior. A responsabilidade sobre o mesmo foi passada adiante em 1984, como já mencionado. Mesmo assim, o jornal manteve a orientação católica. (Pereira; Duarte; Oliveira, 2015).

Assim como os documentos do SNI, o trabalho com periódicos exige alguns cuidados. De acordo com Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007), os veículos de imprensa carregam

visões de mundo que precisam ser observadas pelos pesquisadores. Para isso, faz-se necessário, no caso dos impressos, analisar todo o projeto editorial, podendo-se, dessa forma, compreender o posicionamento de cada periódico.

Quanto às potencialidades de se trabalhar com esses impressos, para esse trabalho em específico pode-se considerar a adequação do semanário *A Semana* como material para cruzamento de informações. De uma maneira geral, ainda de acordo com Cruz e Peixoto (2007), a imprensa é agente de seu tempo. Portanto, pode-se destacar como outra potencialidade o trabalho com fontes que se caracterizam por formar opinião.

AÇÃO FRANCISCANA EM DIVINÓPOLIS, MINAS GERAIS

Um dos conceitos chave para esta pesquisa é o de repertório que, como pode ser observado em Charles Tilly (2010: 137-138), diz respeito a um “conjunto variável de atividades”, de “formas de ação política”. Como mostra Ângela Alonso (2012), essas formas de ação política estão disponíveis para o uso de diferentes atores de uma determinada época, que utilizam dessas mesmas formas de acordo com as circunstâncias. Esse conceito colabora para o entendimento acerca do conjunto de ações que teria sido usado pelos Franciscanos de Divinópolis frente à Ditadura Civil-Militar. Sendo assim, a partir daqui, será apresentado um exemplo dessas ações franciscanas dentro de cada categoria de análise já citadas anteriormente, a iniciar pela categoria *Eventos*, que diz respeito à participação direta ou indireta de frades em eventos monitorados pelo SNI. Considera-se uma participação direta, aquela em que a presença de franciscanos é constatada pelos registros, enquanto que a indireta diz

respeito à abertura de espaços para a realização de debates, encontros, reuniões, palestras, dentre outros, que despertaram o interesse do órgão de informação da ditadura. Tal abertura de espaços foi a forma de ação que mais se destacou nesta categoria.

No dia 10 de julho de 1982, por exemplo, o jornal *A Semana* anunciava em sua capa, local de destaque nos periódicos segundo Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007), a visita de Luís Inácio da Silva, o Lula, à Divinópolis. Naquele momento, Lula, antes presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, se colocava como candidato ao governo do Estado de São Paulo. A visita aconteceria no dia 15 daquele mês de julho, no Salão da Paróquia de Santo Antônio⁷. Essa paróquia, desde sua criação em 1945, recebia os cuidados dos franciscanos. Além da divulgação pela imprensa, essa visita resultou também em um monitoramento por parte do Serviço Nacional de Informações (SNI). No telex, que é parte do relatório do órgão, enviado pela Polícia Militar à Agência de Belo Horizonte do SNI (ABH/SNI), é informado a data e local do evento, o número de aproximadamente 500 participantes e destacados nomes de alguns dos presentes, tratados pelo documento como “líderes locais”. Dentre eles estava Frei Leonardo Lucas Pereira⁸. Quanto à Lula, o registro destaca as críticas que o candidato realizou ao contexto da época, perpassando por questões econômicas e de violência. Além disso, “Disse que somente unindo as forças, através de Partidos, Associações, Sindicatos, Pastorais e todo tipo de entidade que possa promover uma

⁷ LULA em Divinópolis, 5º feira. Jornal *A Semana*, Divinópolis, MG, capa, 10 jul. 1982. CEMUD.

⁸ Frei Leonardo permaneceu na cidade entre 1974 e 2013, atuando como professor, desenvolvendo atividades sociais e estando próximo de manifestações religiosas e culturais como o congado (REIS, 2013).

integração, é que se poderia encontrar uma maneira de derrubar o ‘regime ditador’.”⁹

Em 1981, o Salão da Paróquia de Divinópolis já havia aberto as portas para Dom Cláudio Hummes. Este franciscano, naquele ano atuando como bispo de Santo André, realizou parte de sua formação em Divinópolis, estudando teologia e tornando-se sacerdote em 1958 (FERREIRA, 2021). Apesar de ser um clérigo, a visita de Claudio Hummes à cidade não ocorreu por motivos estritamente religiosos. Segundo o jornal *A Semana*, em edição do dia 02 de maio de 1981, ele foi convidado pelo Núcleo de Direitos Humanos de Divinópolis para palestrar acerca de democracia e direitos humanos. A notícia informa sobre o posicionamento de Dom Cláudio a favor dos trabalhadores do ABC paulista, o que permite associá-lo ao clero progressista. Por fim ressalta que “Os organizadores da promoção estão convidando a todos os cristãos, trabalhadores, estudantes, donas-de-casa, todo o povo, para participar da palestra de D. Cláudio”¹⁰. Em 09 de maio de 1981, em uma nova edição, o jornal reforça o convite para a participação na palestra, confirmando agora que esta aconteceria no Salão da Paróquia de Santo Antônio¹¹. No dia seguinte, o bispo de Santo André palestrou, mas não sem passar despercebido pelos agentes do SNI. Este órgão, através de sua Agência de São Paulo, produziu um relatório sobre diversos religiosos que vinham sendo monitorados em 1981, dentre os quais estava Cláudio Hummes e sua ida à Divinópolis¹².

⁹ SNI. Arquivo Nacional: ABH ACE 7556/1982.

¹⁰ DON Cláudio – Direitos humanos. Jornal *A Semana*, Divinópolis, MG, capa, 02 maio. 1981. CEMUD.

¹¹ D. Cláudio – Direitos humanos. Jornal *A Semana*, Divinópolis, MG, capa, 09 maio 1981. CEMUD.

¹² SNI. Arquivo Nacional: ASP ACE 11200/1982.

O mais interessante da visita de dom Cláudio Hummes, porém, são as declarações que realizou durante a palestra, o que já permite destacar a segunda categoria de análise desta pesquisa - *Discursos*. Essa engloba aqueles eventos monitorados pelo SNI em que alguns franciscanos não só estavam presentes como também utilizaram do recurso da fala para expressar seus posicionamentos. Diante disso, outra forma de ação política desses religiosos seria o próprio uso da fala, colocada em prática durante reuniões, palestras e até mesmo ao longo de missas.

Dito isso, retorna-se à visita de dom Cláudio Hummes à Divinópolis, para analisar o teor da palestra do mesmo. Conforme brevemente comentado, o encontro tinha como tema “Direitos humanos, participação e democracia”¹³. Nesse contexto, esse franciscano teria discursado acerca da questão indígena, do camponês e dos operários e criticou as torturas e demais violências cometidas pela ditadura, bem como a falta de direitos básicos aos cidadãos, temas sensíveis ao regime militar e ligados à lógica do já citado *cristianismo da libertação*.

A respeito do homem do campo, disse que o trabalhador rural “está marginalizado devido à má distribuição de terras, e por não ter sido aprovada a reforma agrária, tendo eles que abandonar suas terras, onde trabalham, e passarem a viver em favelas nos centros urbanos”. Na ocasião conclamou os rurícolas a se “unirem para a defesa de seus direitos”. Finalmente, passou a denunciar a prática de torturas, desaparecimentos, mortes e a existência de operários sem salários justos.¹⁴

¹³ DON Cláudio – Direitos humanos. *Jornal A Semana*, Divinópolis, MG, capa, 02 maio. 1981. CEMUD.

¹⁴ SNI. Arquivo Nacional: ASP ACE 11200/1982. (grifos da fonte)

Teor semelhante possui o texto acadêmico escrito por Frei Cristóvão Pereira. Segundo Ferreira (2021), frei Cristóvão foi professor em Divinópolis, na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade, – que recebeu abrigo do Convento franciscano entre 1965 e 1977 – atual Universidade do Estado de Minas Gerais. Além disso, na década de 1970, o frade foi guardião e cronista do Convento (LUNKES, 2021). Em *O contrapoder popular*, livro escrito pelo religioso em 2005, mais especificamente no espaço dedicado a um breve comentário sobre o autor, é informado que frei Cristóvão ficou exilado entre 1967 e 1969. Além disso, fica evidente que o frade lecionou também na Faculdade de Direito do Oeste de Minas (FADOM) e que o apelido que ganhou - Frei Capeta – estava relacionado à sua personalidade (PEREIRA, 2005).

O texto do frade aparece anexado - daí a importância de se analisar os anexos - no relatório ABH ACE 6605/82. O material tem o nome de *Igreja x Estado* e frei Cristóvão tentou publicá-lo na revista do Diretório Acadêmico da FADOM, antes de sua demissão da faculdade devido a críticas que recebeu do *Jornal de Minas*. O texto não foi divulgado, uma vez que os membros do D.A. ficaram receosos. O trabalho do franciscano teria ainda sido distribuído pelo mesmo.¹⁵

Analisando especificamente o texto, nota-se que o frade o inicia comentando que o tema Igreja x Estado foi demandado pelos seus alunos do INESP e da FADOM, tornando-se tema de aula, e que nele iria explicitar sua visão acerca do assunto. Dessa forma, o franciscano destaca que o embate entre a Igreja e o Estado inicia-se com o embate entre o Estado e o próprio povo. Para ele, os governantes e as elites econômicas teriam apego ao poder e não permitiam voto direto para

¹⁵ SNI. Arquivo Nacional: ABH ACE 6605/1982.

Presidente da República por medo de uma resposta, nas urnas, vinda do “povo sofrido, explorado, alijado por um modelo econômico, centralizador, elitista, dependente e excludente”¹⁶. Assim, a lacuna entre governo e povo, estando esse último mal representado, acabava por gerar um conflito também entre Igreja, cada vez mais próxima das camadas populares, e o Estado. Ao longo do texto, frei Cristóvão faz críticas ao regime militar e ao capitalismo, além de destacar: “O povo tem nome. Tem rosto. São os nossos indígenas, nossos camponeses, nossos subempregados, a multidão dos desempregados, os menores abandonados, os marginalizados, os favelados, os posseiros, os bóias-frias e tantos outros.” (PEREIRA, 1982: 436).

O texto de frei Cristóvão já é um exemplo que se enquadra na última categoria de análise desta pesquisa: *Materiais Impressos*. Essa diz respeito ao uso, divulgação ou produção, pelos franciscanos, de impressos - jornais, textos acadêmicos, panfletos, boletins e etc - considerados suspeitos pelo SNI. Nesse ponto, outro exemplo que não pode deixar de ser mencionado é o próprio jornal *A Semana*. Uma análise mais aprofundada das edições do semanário, entretanto, renderia e demandaria uma pesquisa exclusiva. Por isso, aqui serão apresentadas apenas algumas vezes em que o jornal se mostrou *resistente*¹⁷ a ditadura. Pereira, Souza e Angeli (2020), por exemplo, analisam a resistência do jornal em um caso de desaparecimento de três jovens que estavam sob responsabilidade da Delegacia de Polícia de Divinópolis. O sumiço dos rapazes ocorreu em 1982, mas o semanário cobrou por respostas em

¹⁶ PEREIRA, Élio Pereira (Frei Cristóvão). Igreja x Estado. 1982. In: *SNI*. Arquivo Nacional: ABH ACE 6605/1982.

¹⁷ Utiliza-se o conceito de resistência a partir do trabalho de Denise Rollemberg (2015). Tal conceito se relaciona a mobilizações - inclusive cotidianas e não armadas - contra o abuso de poder estatal, em busca de dignidade humana.

relação ao paradeiro deles, insistentemente, entre os anos de 1982 e 1985, período analisado pelos autores. Nessas cobranças, havia críticas às autoridades policiais, comparações com outros casos de violências ocorridos no Brasil ou em outras ditaduras na América Latina e, mesmo que não houvesse novas informações a respeito do andamento das investigações, o jornal veiculava, quase todas as semanas, frases a respeito dos jovens, não permitindo que a situação caísse no esquecimento.

Além disso, denúncias de desrespeito aos direitos humanos, para além do caso de desaparecimento, também estiveram presentes no semanário. Em 1980, por exemplo, na edição de 25 de outubro, o *A Semana* noticiou um caso de violência contra um clérigo de Teófilo Otoni, situação que, possivelmente, estaria relacionada ao fato do padre Antônio Mamede atuar junto às camadas populares daquela cidade¹⁸. O periódico ainda reproduzia notícias e textos vindos de outras cidades, voltados ao cristianismo da libertação. É o caso do que traz a fala de dom Paulo Evaristo Arns¹⁹, cardeal de São Paulo, acerca da má alimentação dos mais pobres devido à falta de recursos financeiros²⁰, ou do texto que ressalta a justiça social e a prega o abandono da violência, sendo esse de autoria de papa João Paulo II²¹. Chama a atenção também a edição do dia

¹⁸ SACERDOTE ferido: defendia os pobres. *Jornal A Semana*, Divinópolis, MG, capa, 25 out. 1980. CEMUD.

¹⁹ De acordo com Ney de Souza (2016), o franciscano D. Evaristo Arns assumiu o arcebispado de São Paulo em 1970. A partir daí passou a denunciar as violências cometidas pelo Estado e apoiar torturados, presos e familiares de desaparecidos. Segundo o Programa Lugares de Memória (2009), que faz parte de Memorial da Resistência de São Paulo, foi através desse religioso que se criou a Comissão de Justiça e Paz, para dar amparo jurídico aos que vinham sofrendo com a repressão. Outro projeto importante desenvolvido por D. Paulo, juntamente com outros nomes da resistência a ditadura, foi o Brasil: Nunca Mais que pode ser conhecido por meio do site <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/historia.html>. Acesso em: 24 dez. 2021.

²⁰ DOM Arns: Povo alimenta mal. *Jornal A Semana*, Divinópolis, MG, p.2, 02 maio. 1981. CEMUD.

²¹ JOÃO Paulo II. Pensamento da Semana. *Jornal A Semana*, Divinópolis, MG, p.2. 09 jan. 1982. CEMUD.

07 de agosto de 1982 quando na coluna intitulada Palavra Livre, são reproduzidas as palavras do bispo de Uberaba, dom Benedito Ulhoa Vieira, através das quais busca sinalizar ao povo que votem em candidatos praticantes da justiça social e da honestidade e que não atacaram com mentiras a Igreja Católica²².

Com base nos exemplos acima fica evidente o uso recorrente do jornal *A Semana* pelos franciscanos de Divinópolis como mais um recurso para fazer frente ao regime militar, sendo esse periódico instrumento de disseminação de uma visão de mundo e de ideias próprias dos franciscanos, baseadas no cristianismo da libertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa, como já comentado, foi compreender as ações franciscanas em Divinópolis, Minas Gerais, frente à Ditadura civil-militar durante o período de abertura política (1974-1985). Conforme observado, ao analisar os documentos do SNI e cruzar as informações obtidas através deles com as encontradas nas edições do jornal *A Semana*, as ações desses clérigos tinham por base o cristianismo da libertação, movimento que voltava o olhar para os mais pobres, não apenas dando notoriedades as suas mazelas, mas também acreditando no potencial desses para a promoção de transformações sociais.

A presença dos elementos do cristianismo da libertação é observada em todas as categorias de análise apresentadas, uma vez que, seja ao abrir espaços para a realização de palestras ou ao utilizar-se de materiais impressos ou do recurso da fala, temas como as questões econômicas, sociais e de violência por parte do Estado eram comumente

²²PALAVRA livre. Jornal *A Semana*, Divinópolis, MG, p.6, 07 ago. 1982. CEMUD.

abordados. Sendo assim, a atuação dos franciscanos da cidade de Divinópolis, da mesma forma que a da Igreja em um âmbito nacional, ia à contramão do regime militar. Isso porque, enquanto as medidas ditatoriais geravam crises econômicas e violências que afetavam principalmente os menos favorecidos, esses religiosos buscavam defendê-los e conscientizá-los, além de lutar por justiça social.

Vale lembrar que como objetivos específicos buscou-se entender o posicionamento franciscano frente à ditadura, além de identificar como esses religiosos eram classificados pelos agentes do SNI. Nesse sentido, ficou evidente que os frades eram enquadrados por tais agentes no clero progressistas e as atitudes deles vistas como de oposição. Em relação a postura dos mesmos, novamente baseando-se na análise e cruzamento das fontes, pode-se concluir que foi de resistência – sutil, sem o uso de armas - ao regime militar. Isso porque nota-se que a principal estratégia utilizada pelos franciscanos foi a conscientização e disseminação de conhecimentos e ideias. Isso só se tornou possível através do uso do repertório de ações, disponível para tais religiosos, que englobava a abertura de espaços, a participação em eventos, discursos ligados ao cristianismo da libertação e uso de materiais impressos desenvolvidos com base nesses mesmos elementos.

Sendo assim, o que deve ser ressaltado é que a disseminação de conhecimentos como os abordados pelos franciscanos acaba por impactar a imagem coletiva que se tem de um governo, governante ou regime e motivam a busca por transformações. Sendo assim, esses religiosos contribuíram para a formação de uma sociedade mais bem informada acerca dos problemas do país e de seus direitos, não aceitando a opressão, estando mais próxima de valores democráticos e, portanto, sendo resistente ao sistema ditatorial.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Ângela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *sociologia&antropologia*, v.02, nº 03, p.21-41, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/vfhGhRrJCdbfGvvV3GG9wDJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2022.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regimes militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Livro 4. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DE SOUZA, Ney. Disputas e tensões entre a instituição católica em São Paulo e a ditadura militar. *Franciscanum*, n. 166, Vol. LVIII,, p.375-405, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/frcn/v58n166/v58n166a14.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- FERNANDES, Ananda Simões. A História do Tempo Presente e os usos dos arquivos repressivos da ditadura civil-militar brasileira no avanço da democracia. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; Batistella, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. (orgs). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. [Ebook]. São Leopoldo: Oikos, 2018. p.421-440. Disponível em: <https://oikoseditora.com.br/files/Capitulos%20de%20historia%20politica%20-%20EBOOK.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.
- FERNANDES, Maria Tereza. *Frei Bernardino Leers: Educador Social*. Dissertação. Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Fundação Educacional de Divinópolis – FUNEDI. Divinópolis-MG. 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/12321711-Frei-bernardino-leers-educador-social.html>. Acesso em: 24 jan. 2022.

- FERREIRA, Mauro Eustáquio. Divinópolis, muitas histórias desde as suas origens. In: PEREIRA, Leonardo Lucas; LUNKES, Sheila Almeida Nery; FERREIRA, Mauro Eustáquio (Orgs.). *Franciscanos na terra do divino: presença, palavras e ações*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2021.
- FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regimes militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Livro 4. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FRANÇOIS, Étienne. Os “Tesouros” da Stasi ou a Miragem dos Arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (orgs) *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. p.155-162.
- LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 304-320.
- LÖWY, Michael. *O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.
- LUNKES, Sheyla Almeida Nery. Paróquia do Divino Espírito Santo e o Santuário de Santo Antonio. In: PEREIRA, Leonardo Lucas; LUNKES, Sheila Almeida Nery; FERREIRA, Mauro Eustáquio (Orgs.). *Franciscanos na terra do divino: presença, palavras e ações*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2021.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PEREIRA, Frei Cristóvão. *O contrapoder popular*. Belo Horizonte: Perffil Editora, 2005.
- PEREIRA, Leonardo Lucas; DUARTE, Erivelta Diniz; OLIVEIRA, Anderson Cardoso de. Sinos e sirenes se beijaram- ideologias de franciscanos em Divinópolis nos jornais Santuário Santo Antônio, Sino e a Semana (1924-1984). In: CATÃO, Leandro Pena. PIRES, João Ricardo Ferreira. CORGOZINHO, Batistina de Sousa. (Orgs). *Divinópolis: História e Memória - volume 1: Origens e Religião*. Belo Horizonte: Crisálida, 2015.
- PEREIRA, Rafaela Guimarães; SOUZA, Denise Silva e; ANGELI, Douglas Souza. A resistência do jornal A Semana a partir dos caso dos jovens desaparecidos de Divinópolis, Minas Gerais (1982-1985). *Temporalidades*. Belo Horizonte, n. 3, v. 12,

set-dez. 2020, 175-192. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/26384>. Acesso em: 26 maio. 2022.

PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. *Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Assunção de São Paulo - Catedral da Sé. Memorial da Resistência de São Paulo*, São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.memorialdarestenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130834501710665776_FICHA_COMPLETA_CATEDRAL_S E.pdf. Acesso em: 05 fev. 2021.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. Disponível em: <https://lelivros.love/book/baixar-livroditadura-militar-esquerdas-e-sociedade-daniel-aarao-reis-em-pdf-epub-e-mobi-ou-leronline/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

REIS, Paulo. Frei Leonardo deixará Divinópolis depois de mais de 40 anos de trabalhos religiosos prestados a cidade. *Gazeta do Oeste*, Divinópolis (MG), p. 7, 08 jan. 2013. Disponível em: https://issuu.com/portalg37/docs/edi_o_gazeta_do_oeste_-_1983. Acesso em: 23 jan. 2022.

ROCHA JUNIOR, Giovanni. Clero progressista, democracia e desigualdades sociais no acervo do Serviço Nacional de Informações (1974-1985). In: *ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628518107_ARQUIV O_b_994677ff8085bcc03b6665aa827a9d5.pdf. Acesso em: 24 jan. 2022.

ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: QUADRAT, Samantha Viz. ROLLEMBERG, Denise (orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*, v. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 77-95.

SOUZA, Renato João de. Repercussões do golpe Civil Militar de 1964 em Divinópolis. In: Leandro Pena. PIRES, João Ricardo Ferreira. CORGOZINHO, Batistina de Sousa. (Orgs.). *Divinópolis: história e memória – vol. 2: Política e Sociedade*. Belo Horizonte: Crisálida, 2015, p. 115-316.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 3, p. 133-160, janeiro-julho de 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/94145/mod_resource/content/1/Mov.%20Sociais%20como%20pol%C3%ADtica%20-%20Tilly.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.

19

A CRUZADA CONTRA O INIMIGO PERDIDO: REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE A REPRESSÃO A MILITARES DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)

*Rodrigo Musto Flores*¹

INTRODUÇÃO

Segundo as estimativas levantadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), a partir de pesquisas realizadas pelo grupo de trabalho “perseguições a militares”, cerca de 6,5 mil militares foram alvos de perseguições pela ditadura, o que caracteriza este grupo como um dos que, proporcionalmente, foram mais atingidos pelos atos institucionais. As estimativas da CNV corroboram os relatórios do projeto “Brasil: nunca mais”, um dos primeiros esforços de recuperação de uma memória sobre as perseguições políticas ocorridas durante os “anos de chumbo”. Segundo o relatório, “o rompimento da ordem estabelecida (com o golpe de 1964) marca também o êxito de uma cirurgia executada pelos generais de abril, para eliminar qualquer foco de oposição dentro do meio militar” (ARNS, 1985, p. 119). Esses dados invalidam, portanto, uma narrativa de memória que determina um comportamento monolítico, coeso e homogêneo no interior das Instituições Militares às vésperas e, posteriormente, ao golpe civil-militar de 1964.

O principal objetivo deste texto é desenvolver alguns apontamentos relacionados à problemática dos militares atingidos

¹ Doutorando em história pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sob a orientação do Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales. E-mail: rodrigomustoflores89@gmail.com.

pelos atos institucionais durante a ditadura militar brasileira, recuperando, mesmo que brevemente, as trajetórias esquecidas e silenciadas destes personagens, bem como alguns dos aspectos de formação deste grupo e suas motivações. Dessa forma, enquanto pontos de vista acerca de uma memória coletiva, a recuperação destas narrativas se apresenta como um desafio, dado o potencial traumático destas memórias e a luta por direitos e reparações, em vista das perseguições e punições sofridas.

Nesse sentido, cabe destacar que as principais fontes utilizadas neste ensaio fazem parte de um esforço de pesquisa conduzido pela equipe do Memorial da Resistência de São Paulo, colhidos entre os anos de 2013 e 2014. O esforço do memorial, sinaliza uma tentativa de aprofundar o conhecimento sobre os diversos grupos atingidos pela ditadura, ampliando consideravelmente os campos de investigação. Essas narrativas de memória aparecerão ao longo de todo o texto problematizados a partir de suas implicações, silêncios, esquecimentos, subjetividades, “verdades” e, principalmente, de seus usos.

A memória, não deve ser pensada como um mero registro de dados e informações do passado, mas, sobretudo, como um mecanismo de representação social sujeito aos jogos de poder, aos esquecimentos e silenciamentos. Segundo Fernando Catroga (2001), a memória não recolhe todos os acontecimentos vividos pelo indivíduo, mas é “a retenção afetiva e ‘quente’ do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo.” (CATROGA, 2001, p.20). Os testemunhos aqui elencados se apresentam como janelas através das quais, segundo Jean Rodrigues Sales (2019), é possível “examinar a experiência daqueles que foram atingidos pela violência do Estado e a forma como expressaram cada episódio.” (SALES; MORAES, *et all*, 2019, p. 11). Além disso,

iluminam um conjunto de narrativas ainda pouco exploradas dos eventos que levaram ao mais duro dos golpes desfechados contra democracia no Brasil.

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E OS MILITARES ATINGIDOS

Um dos aspectos que se colocam à presente problematização se refere as diversas interpretações sobre a natureza do golpe de 1964, bem como ao ambiente político que se experimentava naquele março de 1964. Nesse sentido, se fortaleceu uma narrativa de memória, que se consolidou enquanto discurso hegemônico, pontuando o passado ditatorial como avesso à uma cultura política democrática, típica do Brasil. Além disso, essa perspectiva ressalta a ditadura como um duro golpe desfechado contra a sociedade brasileira e, no limite, pontua uma oposição entre eles – os militares – e nós – a sociedade civil. Com efeito, essa narrativa não se detém de forma aprofundada sobre as bases sociais que sustentaram o golpe de 1964 e a subsequente ditadura, tomando os militares como um grupo homogêneo, sem se atentar as diversas demandas e posicionamentos políticos que se apresentavam a esses últimos no contexto anterior ao golpe.

Não se trata aqui de insistir ou utilizar de forma deliberada a perspectiva de uma “ditadura civil-militar”, buscando enfatizar o apoio da sociedade ao golpe e a ditadura, utilizada dessa maneira essa perspectiva apresenta mais limites do que possibilidades. Com efeito, é produtivo enfatizar que grupos de civis conferiram base de legitimação ao golpe e a ditadura, todavia é fundamental pontuar, de acordo com as análises de René Dreifuss (1981), que os elementos civis ligados ao regime, e que ocupavam os principais cargos no aparato burocrático,

eram, em suma, ligados aos interesses estrangeiros, multinacionais e ao empresariado (DREIFUSS, 1982, p. 417). Portanto, do ponto de vista das classes sociais e seu apoio político-ideológico à ditadura, o termo civil indica um forte interesse classista na articulação do golpe e na condução do regime ditatorial.

São diversos os casos de militares que pagaram um preço alto por seus posicionamentos políticos, seja com transferências para guarnições distantes ou com a expulsão sumária. Os expurgos nas Forças Armadas, de acordo com Maria Helena Moreira Alves (1989), tinham pelo menos duas funções: eliminar àqueles indivíduos ligados ao governo anterior estabelecendo, portanto, a predominância dos oficiais ligados a Escola Superior de Guerra (ESG), e à extrema-direita, os oficiais democratas e nacionalistas, bem como todos os elementos que pudessem colocar em risco o projeto político de favorecimento dos interesses das corporações multinacionais (ALVES, 1989, p. 64). Dessa forma, após o golpe civil-militar de 1964 a implantação do Estado de Segurança Nacional não tardou em efetivar, primeiramente, seu controle sob as Forças Armadas, assegurando a predominância do ponto de vista dos oficiais detentores do poder.

O número substancial de processos que atingiram militares durante a ditadura é uma consequência direta da tomada do poder político, ou seja, o processo de consolidação do regime, que se seguiria após o golpe, dependia das instituições militares unidas e coesas. A caça às bruxas se iniciou antes mesmo de um militar se sentar na cadeira da presidência. O Ato institucional n. 1, editado no dia 09 de abril pelo autointitulado Comando Supremo da Revolução, marcou com contornos bem nítidos a passagem do golpe à ditadura. O AI-1 em seu Art. 7º determinava a suspensão das garantias constitucionais legais de

vitaliciedade e estabilidade, pontuando que os titulares dessas garantias poderiam, mediante investigação sumária, “ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados².”

Com efeito, nos dias que se seguiram ao decreto do AI-1 cassações de mandatos de parlamentares e suspensão de direitos políticos estavam na ordem do dia. Em relação aos militares, as primeiras listas foram divulgadas já no dia 11 de abril, transferindo sumariamente para a reserva 77 militares do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica (FICO, 2014, p. 105). Após a primeira leva de punições outros expurgos viriam, segundo os dados levantados por Maria Helena Moreira Alves (1989), a partir dos dossiês do Ministério da Aeronáutica, o ano de 1964 marca o auge dos expurgos na burocracia militar, totalizando um número de 1200 militares punidos, dos quais somente o Exército afastou 505 militares de suas fileiras. Contudo, ainda há um agravante simbólico que aprofunda o mecanismo de cassações direcionados ao “público interno”, como afirma a autora, ao ser atingido por qualquer um desses Atos Institucionais ou Atos Complementares o militar era legalmente declarado “morto” e a esposa passava a receber pensão como “viúva”. Essa determinação implicava diretamente na perda de vantagens adquiridas ao longo da carreira, dificultando, inclusive, o processo de reinserção profissional desses indivíduos à vida civil (ALVES, 1989, p. 66).

Cortar na própria carne era o sinal de que não se tolerariam dissidências, o alto número de processos que possuem militares como réus pode ser lido como projeção de uma disputa político-ideológica

² BRASIL. Ato Institucional nº. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em maio de 2022.

pelo controle do Estado. Como evidencia Cláudio Beserra de Vasconcelos (2010), a política repressiva aplicada aos militares pode ser explicada através da combinação de fatores, que vão desde as disputas e contradições internas às Forças Armadas, deflagradas a partir de 1945, até a crise de legitimidade originada com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961. O processo repressivo interno, além de manifestar a resistência de uma ala mais conservadora as mudanças de ordem política e social, possui um viés punitivo e preventivo. Punitivo, pois, os primeiros indivíduos atingidos foram militares nacionalistas envolvidos nas disputas políticas internas ao longo da década de 1950. O aprofundamento deste processo atinge uma oficialidade intermediária que não participou dos conflitos da década de 1950-60, mas por ocupar cargos administrativos, junto a integrantes do primeiro grupo, era suficientemente próxima destes, demarcando a característica preventiva das punições (VASCONCELOS 2010, p. 09). Dessa forma, o mecanismo de repressão que incide sob os militares após o golpe de 1964 é melhor compreendido através das disputas internas às instituições militares, dado a complexidade destas instituições, bem como as relações entre as Forças Armadas e a sociedade, mais precisamente os grupos de empresários e tecnocratas que se beneficiavam com a manutenção do regime.

Com efeito, estancamento das distensões políticas nos quartéis após o 1964 era uma demanda, não só dos militares que articularam o golpe, mas, sobretudo, do grupo de civis ligados às conspirações. É fundamental destacar que o aparato repressor, utilizado de forma geral contra a sociedade, a partir de 1964, foi colocado em funcionamento décadas antes do golpe, primeiramente, para punir os oficiais superiores dissidentes, dado os embates constantes entre as facções

nacionalista e internacionalista no interior da instituição militar. Dessa forma, diferente do que afirmam militares e simpatizantes do regime, a escalada da violência durante a ditadura não é uma resposta a uma radicalização dos grupos opositores. Segundo Shaw. C. Smallman (2004), a criação e o aprimoramento de um sistema repressor capilarizado e eficaz é resultado de um processo lento, no qual participaram oficiais com alto nível de instrução (SMALLMAN, 2004, p. 391). Além disso, a repressão durante a ditadura possui diversas faces e, no caso de pessoas ligadas ao serviço público, a realização de investigações minuciosas faziam com que uma suposta simpatia por ideias de cunho nacionalista e comunista, bem como a presença em uma reunião – mesmo que cumprindo ordens –, e a leitura de um documento fossem motivos substanciais para transferências, demissões e cassações.

Segundo Mariana Joffily (2014), os militares figuraram como um dos setores mais visados nos momentos que se seguiram ao golpe de 1964. A autora pontua que naquele momento a repressão atuou de forma brutal, no entanto, ainda com pouca coordenação e metodologia, principalmente, em se tratando do entendimento dos aspectos ideológicos e organizacionais dos grupos perseguidos (JOFFILY, 2014, p.164). Como pontua Vasconcelos (2010), as cassações cumpriam um objetivo preventivo, cujo argumento principal era “limpar” as Instituições Militares. Dessa forma, muitos de seus integrantes passaram a ser genericamente taxados de esquerdistas, subversivos ou comunistas, que em conluio com oficiais superiores, subvertiam a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas e, por isso, não podiam permanecer servindo à nação (VASCONCELOS, 2010, p. 189).

A política anticomunista das Forças Armadas, que conduziu as cassações de praças e oficiais a partir do golpe civil-militar de 1964, não

é um fenômeno que surge com a posse de João Goulart ou como efeito da política internacional durante a Guerra Fria. Na memória militar, sobre o golpe e a ditadura, é característico o lugar de destaque que é dado a revolta de militares comunistas ocorrida em 1935. Pejorativamente chamada de “Intentona”, o episódio gerou um efeito emocional que se solidificou na memória coletiva dos militares, justificando o discurso maniqueísta de combate a infiltração comunista nas Forças Armadas.

Nos depoimentos coletados por Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (2014), pode-se perceber que o ocorrido em 1935 atua como um dos pilares na constituição de um discurso de memória sobre o golpe e a ditadura. Acentua-se que o grupo de militares entrevistados não ocupava posições centrais de comando em 1964, mas eram jovens e médios oficiais que chegaram aos altos postos da hierarquia militar ao longo do regime. A memória laudatória sobre o golpe, que os entrevistados são agentes, é constituída a partir de uma mescla elementos, tais como: os efeitos da “intentona” de 1935 – ensinados nas academias militares –, a percepção da média oficialidade dos eventos de 1963 e 1964 – em específico a revolta dos sargentos em Brasília e a revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro –, bem como os efeitos negativos que a experiência de poder causou na imagem das Forças Armadas após a abertura política.

Nesse sentido, Gustavo Moraes do Rego Reis, tenente-coronel na época em 1964, pontua a quebra de hierarquia como uma das principais explicações para o golpe. Segundo o militar “o movimento dos sargentos em Brasília, em 1963, foi muito desmoralizante, porque prenderam os oficiais da FAB sem resistência nenhuma. Isso não pode acontecer, quer dizer, é a falta de espírito militar” (D’ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 2014,

p. 44). Com efeito, o ato de prender os oficiais sem resistência e a ausência de um “espírito militar”, ressaltados no depoimento, se assemelham à narrativa mítica cristalizada no imaginário militar sobre 35. Segundo Motta (2014), um dos elementos mais ressaltados sobre a “Intentona” é que este episódio teria sido uma dupla traição. De um lado, a traição ao espírito militar, dado a violação dos conceitos de pátria, honra e companheirismo. Além disso, ressalta-se a traição à própria corporação. Nesse sentido, a característica traidora dos participantes da “Intentona” recebeu o reforço de um argumento forte: as versões sobre assassinatos de oficiais que dormiam durante a eclosão do movimento (MOTTA, 2014, p. 16).

Ao analisar a constituição de um discurso de memória não se pode desconsiderar seu fator preponderante: a construção de lembranças pressupõe uma interação constante do indivíduo com a sociedade e com os grupos os quais pertence. O que se buscou evidenciar com a abordagem da memória militar sobre o golpe são as raízes desse anticomunismo militar, discurso manipulado e operacionalizado no contexto do golpe. Com efeito, o anticomunismo militar foi responsável pela crença arraigada na existência um inimigo duplamente interno, identificado na nação e entre os próprios militares.

Os conflitos internos, característicos das FFAA anteriores ao golpe são resultados dessa visão maniqueísta, herdada do imaginário anticomunista. Segundo Maud Chirio (2012), o anticomunismo militar encontra respaldo na doutrina da guerra revolucionária, importada da França, entre os anos 1960 e 1970. A apropriação dessa doutrina formaliza o olhar sobre o inimigo histórico da instituição: o comunismo. Nesse sentido, a guerra revolucionária e a doutrina de segurança nacional, elementos característicos da guerra fria, ganham corpo com a

memória do anticomunismo militar e, portanto, não podem ser compreendidas sem esse fundamento (CHIRIO, 2012, p. 27).

A primeira parte do presente texto foi dedicada a discussão de alguns elementos referentes à política de cassações, empreendidas no interior das FFAA. Em resumo, essa política fez parte de um acerto de contas referente ao aprofundamento das distensões entre os militares, que remetem à memória da Intentona de 1935, as disputas entre nacionalistas e internacionalistas na década de 1950 e as reivindicações por maior participação política dos militares subalternos, na década de 1960. A caça às bruxas, empreendida internamente, encontrou respaldo nos órgãos repressores e também nas mais altas instâncias jurídicas, por exemplo no Superior Tribunal Militar (SILVA, 2011, p.46). Concluída essa discussão, a segunda parte do texto é dedicada a apreender a trajetória de alguns militares, que foram alvos desse aparato repressor.

NOS QUARTÉIS LHES ENSINAM UMA ANTIGA LIÇÃO: A ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DOS MILITARES ATINGIDOS PELO APARATO REPRESSOR APÓS O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964.

Como já apontado, os depoimentos aqui analisados fazem parte do programa Coleta Regular de Testemunhos (PCRT), desenvolvido pelo núcleo de pesquisa do Memorial da Resistência de São Paulo. O programa, reúne testemunhos de militantes de movimento sociais, expressos e perseguidos políticos, que relatam suas experiências de resistência à ditadura militar (1964-1985). Com efeito, essas iniciativas fazem parte de um processo crescente nas últimas décadas que busca através de iniciativas de memorialização, esforços arquivísticos e museológicos, ações educativas, identificação e sinalização de antigos espaços clandestinos de tortura, bem como o tombamento e

preservação desses espaços. É nessa perspectiva que em 2009 é inaugurado o MRSP uma instituição pública, sem fins lucrativos, sediada no edifício do antigo Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo. A instituição busca através das práticas acima mencionadas celebrar uma memória da resistência à ditadura militar no Brasil, atuando como um dos pilares na reparação simbólica para familiares e vítimas das ditaduras (TRINDADE; DA COSTA, 2017, p. 411).

Os testemunhos relatam a trajetória dos indivíduos, perpassando temas relacionados ao início da atuação política, o contato com a militância de esquerda por intermédio das associações de classe, as cassações e expurgos após o golpe de 1964, a participação em movimentos de luta armada, as prisões e torturas e a luta pela anistia. Os temas acima mencionados são fundamentais para se compreender a singularidade do grupo analisado, dado que o contexto de mobilização social característico, sobretudo de meados de 1950 até o início da década seguinte, foi sentido também no interior das instituições militares. No entanto, devido aos limites deste trabalho, irei abordar somente a temática das mobilizações políticas e os expurgos após o golpe.

Além disso, dos depoimentos mencionados emergem questões fundamentais a respeito da participação dos militares na política, especialmente após o término do Estado Novo, em 1945. Entre os anos de 1945 e 1964, é característico a presença de militares disputando cargos eletivos e sendo eleitos nas diversas instâncias de poder. Segundo Paulo Ribeiro da Cunha (2014), a União Democrática Nacional (UDN), partido de orientação conservadora, chegou a possuir ramificações organizadas dentro das Forças Armadas, a chamada UDN fardada ou UDN militar. No entanto, pontua o autor, que dezenas de oficiais e praças irão concorrer às eleições filiados ao PCB. Nas eleições

realizadas após o término do Estado Novo, o PCB elegeu 15 parlamentares, destes cerca de um terço possuía origem militar, incluindo o Luís Carlos Prestes. (CUNHA, 2014, p. 124).

Nesse sentido, os depoimentos ressaltam a presença articulada de uma militância política no interior destas instituições, principalmente por intermédio das associações de classe, e sindicatos que se colocavam como instâncias representativas dos interesses coletivos dos militares subalternos. Pedro Lobo, um dos depoentes, ressalta que ingressou na Polícia Militar do estado de São Paulo como cabo, encontrando toda a diretoria do Centro Social dos Cabos e Soldados mobilizadas em torno do Partido Comunista e do PCdoB.

Foi a época que eu comecei a acordar politicamente, porque até então eu era alienado também, não sabia nada. Toda a diretoria pertencia – aquele tempo não havia organizações outras – ao Partido Comunista e o PCdoB, que era a cisão do PC. E a gente participava de reuniões e eu era representante do Centro Social – Centro Social era uma espécie de sindicato na polícia – e eu era representante do sindicato na unidade em que eu trabalhava. Havia muita gente de esquerda na então Força Pública [...] E quando eu saí sargento fui transferido pra rádio patrulha. E continuava o trabalho político. Foi à época em que o Jânio era o presidente e posteriormente renunciou.³

No caso de Vicente Silvestre, membro da Guarda Civil, e depois da Polícia Militar, a trajetória é parecida. A militância política ainda jovem por influência de familiares militantes do PCB, o ingresso na carreira militar e a continuação da militância dentro da corporação. Silvestre ressalta que quando ingressou na Guarda Civil, no fim da década de

³ OLIVEIRA, Pedro Lobo de. Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Karina Alves e Marcela Boni em 16/10/2013.

1940, já encontrou grupos de pessoas que defendiam propostas nacionalistas, cuja pauta principal era a campanha “O petróleo é nosso”. Segundo Vicente Silvestre,

Nessa época existia uma associação de guardas chamado 22 de outubro, que era para promover entretenimentos, e que na verdade estava por trás disso já, desde o início, o Partido Comunista. (...) O tempo vai passando e eu localizo dentro da corporação a célula do Partido Comunista. Com essa informação. Me integro nessa célula, e essa célula então vai trabalhando dentro daquelas lutas de classe da corporação. E, eram entidades de classe que reivindicavam os direitos e tal, e aí fomos prosseguindo. Nessa, nessa luta.⁴

As trajetórias citadas até o momento possuem pontos de convergência: a origem social dos depoentes, o significado atribuído ao ingresso na carreira militar e a presença de uma militância política de esquerda dentro das instituições militares. O processo de saneamento interno dessas instituições, após 1964, tinha como objetivo acabar com a influência dessa militância no interior dos quartéis. Os trechos acima, chamam a atenção para a atuação das associações de classe como polos de conscientização dos militares subalternos. Com efeito, a conscientização política implicava na compreensão de que a relação de poder, entre oficiais e praças, extrapolava o ambiente institucional e instrucional das Instituições Militares, se projetando no cotidiano desses militares fora das instituições.

Para se observar a história desses militares atingidos à contrapelo a origem social desses indivíduos não deve ser desconsiderada, dado que

⁴ MEIRELLES, Bolívar Marinho Soares de; COUTINHO, Paulo Novaes; SILVESTRE, Vicente. Coleta Pública de Testemunhos sobre a resistência dos militares à ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Paulo Cunha em 05/04/2014.

é um dos fatores preponderantes no processo de recrutamento desses indivíduos. A percepção dessas corporações como um grupo homogêneo esconde uma dinâmica complexa de relações de poder, que espelha e reforça as diferenças sociais vivenciadas fora das instituições. Assim, com praças sendo recrutados entre as classes subalternas, diferente do que ocorre com os oficiais, José Murilo de Carvalho (2019), argumenta que as instruções das FFAA e a socialização dos princípios de hierarquia e disciplina não são suficientes para superar a consciência de exploração, ou seja, o conflito permanecia latente. A atuação do Partido Comunista, muitas vezes por intermédio das associações de classe, conscientizava esses indivíduos das relações de dominação das quais eram vítimas para a sociedade, “alinhando-se com sua classe de origem e identificando os oficiais como inimigos não só organizacionais como também de classe” (CARVALHO, 2019, p. 105).

Com efeito, os princípios de hierarquia e disciplina, sacralizados pela rigidez dos regulamentos disciplinares não era efetivo para afastar esses indivíduos dos debates políticos. O ambiente de mobilização social, característico do início da década de 1960 no Brasil, traz à tona uma série de insatisfações em relação à estrutura hierárquica, contra a exclusão e a inferioridade social impostas por essa estrutura de poder. O movimento político de praças por direitos políticos não pode ser dissociado do contexto de ampla mobilização social em que ocorre, os militares dos baixos escalões ao recusarem o status de cidadãos de segunda categoria alinham suas demandas por maior representação política com sua classe de origem, aproximando-se de sindicalistas, estudantes e operários. Como aponta Paulo Novaes Coutinho, à época Fuzileiro Naval, “nós não podíamos andar fardados, não podíamos

estudar, não podíamos nos casar e não podíamos votar. Nós éramos cidadãos de segunda categoria ou abaixo disso ainda.”⁵

O processo de politização dos subalternos das Forças Armadas, assim como os movimentos políticos nos anos iniciais da década de 1960, não foi apenas “militar”. O crescimento de uma perspectiva reformista e nacionalista que atendesse às demandas das classes populares e rompesse com as precárias bases daquela estrutura, unindo militares subalternos e camadas populares, atestam o compartilhamento de uma experiência de dominação entre esses grupos. Nesse sentido, seja no plano geral da sociedade, seja no ambiente restrito as instituições militares, havia um ambiente de mobilização social o qual o golpe de classe, desfechado contra a democracia em 1964, se propôs combater. Como aponta Parucker (2009), a mobilização política dos praças ganha uma enorme relevância como problema institucional, dado que a função principal das FFAA é a manutenção da ordem social. Intracorporação, essa função é reforçada pelos manuais militares e pela prática contínua da subordinação. Para a sociedade, essa questão se projeta a partir do aparato coercitivo, exercício que depende da manutenção da estrutura interna as instituições (PARUCKER, 2009, p. 34).

Dessa forma, após o golpe de 1964 o aparato coercitivo em pleno funcionamento irá atuar sobre as dissidências internas, operando um grande número de cassações. Em testemunho já referenciado, Pedro Lobo afirma,

⁵ MEIRELLES, Bolívar Marinho Soares de; COUTINHO, Paulo Novaes; SILVESTRE, Vicente. Coleta Pública de Testemunhos sobre a resistência dos militares à ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Paulo Cunha em 05/04/2014.

um mês e seis dias depois do golpe eu fui atingido pelo Ato Institucional número um. Sem ser ouvido, sem sindicância, sem nada. Eu tava (sic) trabalhando. A “Última Hora”, o jornal na época, publicou a minha exclusão da PM. minha e a do pessoal da diretoria dos Cabos e Soldados e dos Sargentos também. Todo mundo, fomos... chamados excluídos, exonerados, né. A gente não foi ouvido, nenhum de nós, por nada. Alguns foram presos, eu não fui, eu fui simplesmente exonerado.⁶

O aparato repressivo agiu de forma contundente sobre os militares acusados de subversão, cumprindo uma demanda gerada nos altos escalões das FFAA. Paulo Novaes Coutinho, um dos fuzileiros navais envolvidos na Revolta dos Marinheiros, afirma ter sido preso já no dia 04 de abril. Segundo Coutinho, após a decretação do Ato Institucional nº 1 ele e outros companheiros foram retirados do presídio onde estavam e

trazidos para o pátio da guarnição do quartel general dos fuzileiros navais (...) fomos entregues ao camburão da polícia dentro do quartel. (...) Expulso, tirados do carro da polícia fomos entregues. Somos civil, não somos mais nada. Vamo pra onde?” Tinha um navio, o navio Ary Parreiras E nós somos jogados nos porões desse navio. E jogados lá. Lá passamos 30 dias. E todos os dias chegavam cinco, seis, oito, dez marinheiros e fuzileiros jogados lá dentro. Comida uma vez por dia lá. Ficamos lá, de lá saímos presos, de quatro em quatro, em cinco em cinco pra fazer depoimento lá na... Na escola de guerra naval.⁷

A onda inicial de prisões que atingiu em cheio os marujos após o golpe seria, como já apontado, aprofundada ao longo do regime.

⁶ OLIVEIRA, Pedro Lobo de. Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Karina Alves e Marcela Boni em 16/10/2013.

⁷ MEIRELLES, Bolivar Marinho Soares de; COUTINHO, Paulo Novaes; SILVESTRE, Vicente. Coleta Pública de Testemunhos sobre a resistência dos militares à ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Paulo Cunha em 05/04/2014.

Anderson da Silva Almeida (2012), que se dedicou ao entendimento da trajetória dos marinheiros vinculados a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais (AMNFB), aponta que a Auditoria Militar denunciou cerca de 280 subalternos, entre marinheiros, fuzileiros e grumetes. Segundo o autor, todos estes já tinham sido punidos com expulsão ou licenciamento nos meses seguintes após o golpe. Cerca de 800 marujos foram expulsos de forma sumária, sem direito a defesa ou qualquer julgamento (ALMEIDA, 2012, p. 88).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências relacionadas à tomada do poder, após o golpe de 1964, fortaleceram interpretações que atribuem um comportamento homogêneo, monolítico e coeso às Forças Armadas, no entanto, mesmo a disseminação dos princípios de corporativismo e hierarquia, fundamentais à dinâmica interna dessas instituições, se torna pouco efetiva para a superação dessa distância social. De acordo com Wilma Antunes Maciel (2009), essa problematização precisa levar em conta elementos como: a identidade militar, o ser militante de esquerda, bem como as características econômicas, sociais, políticas ou culturais da sociedade em que estão inseridos (MACIEL, 2009, p. 57). Contudo, os diversos movimentos políticos dos militares subalternos, no início da década de 1960, bem como o alto número de militares cassados, após abril de 1964, são exemplos sintomáticos que evidenciam as diversas fissuras existentes no meio militar.

A pesquisa a qual essa comunicação se refere ainda está em andamento e, dessa forma, as fontes, bem como as análises a respeito da memória dos militares cassados, ainda serão aprofundadas. Pode-se

inferir, a partir das leituras realizadas, que a repressão desfechada pelo Estado ditatorial contra os militares, e ocultada por um discurso organizacional de unicidade, pode ser lido como uma disputa acirrada pelo controle das armas, dado que o controle do Estado só seria efetivo se esse objetivo fosse cumprido.

Dessa forma, abordar os mecanismos de constituição de uma memória crítica à ditadura militar, envolve pensar o lugar que a memória dos militares cassados ocupa no arcabouço de reminiscências que a compõem. A memória hegemônica crítica à ditadura, analisada por Marcos Napolitano (2015), construída a partir de uma convergência precária e frágil de valores liberais e de parte da esquerda, convencionou entender a ditadura a partir de uma imagem de Estado autoritário e sociedade vítima (NAPOLITANO, 2015, p. 22). As FFAA, símbolo do autoritarismo do Estado durante a ditadura, mantém um silêncio oficial conivente sobre as violações de direitos humanos ocorridas no período. Esse posicionamento, gera uma zona cinzenta que acaba por ocultar a memória dos militares cassados.

Com efeito, a memória dos militares cassados faz parte de um todo que corresponde a categoria de uma memória social crítica da ditadura. No entanto, o passado do qual essa memória é vetor ainda é pouco explorado pela historiografia. Diante disso, os testemunhos acima apontam para disputas profundas em torno de uma memória da ditadura militar que ainda se encontra silenciada, de um lado pelo aparato repressor e, de outro, pelo esquecimento social. Dessa forma, existe uma lacuna que deve ser preenchida por novos estudos que recuperem a questão dos militares atingidos pelo aparato repressor, os limites impostos pela restrição aos documentos oficiais podem ser contornados a partir da realização de entrevistas com aqueles ainda

dispostos a deixar seu testemunho. Além disso, a análise aprofundada do mecanismo repressor que incidiu sobre esses indivíduos deve ter como horizonte uma agenda de pesquisa que leve em conta, além das questões políticas acima introduzidas, marcadores sociais de diferença como: classe, raça, gênero ou sexualidade de forma a esclarecer em diferentes níveis essa faceta do aparato repressor.

FONTES

ARQUIVO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA – PROGRAMA COLETA REGULAR DE TESTEMUNHOS

ENTREVISTAS

Vicente Silvestre

Bolívar Marinho Soares de Meirelles

Paulo Novaes Coutinho Darcy Rodrigues

Pedro Lobo de Oliveira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Anderson da Silva. Todo o leme a bombordo: marinheiros e a ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984). Bauru: EDUSC, 2005.

ARNS, Paulo Evaristo. Brasil: nunca mais. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório, v.1. Brasília: CNV, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2º ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. COIMBRA: Quarteto, 2001.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. A Comissão Nacional da Verdade e os Militares Perseguidos: desafios de um passado no tempo presente e futuro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27., n. 1., p. 137-156., 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/114783>. Acesso: 22 jul. 2022.

D'ARAÚJO, M.^a. Celina et all (Orgs.). *Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. 3º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

DREYFUS, R. A. 1964: a conquista do Estado. *Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 198, p. 281-416.

FICO, C. O golpe de 1964: *momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 57-121.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo. Patto.Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 158-171.

MACIEL, Wilma Antunes. *Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: Filho, João Roberto Martins. O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8., n.15., p. 09 – 44; nov. 2015. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617/17356>. Acesso em: 17 jul. 2022.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961 – 1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. 1º ed., São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- REIS, D. A. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.
- SALES, Jean Rodrigues; MORAES, Luís Edmundo de Souza; et all (orgs). *História escrita, história vivida: movimentos sociais, memória e repressão política na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2019.
- SILVA, Angela Moreira Domingues da. *Ditadura e justiça militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011.
- SMALLMAN, Shawn C. A profissionalização da violência extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-64). In: CASTRO, Celso et alii (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas / Bom Texto, 2004, p. 389 - 408.
- TRINDADE, Talita de Oliveira; DA COSTA, Alessandra de Sá Mello. Reflexões sobre a produção de espaços de memória em contextos de justiça de transição: o caso do Memorial da Resistência de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, Curitiba, v. 4., n. 2., p. 407-436., dez. 2017. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/105>. Acesso: 22 jul. 2022.
- VASCONCELOS, Claudio Beserra de. *A política repressiva aplicada contra militares no Brasil após o golpe de 1964*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2010.

20

AS VÁRIAS FACES DA VIOLÊNCIA: O GÊNERO E A POLÍTICA NO GOLPE DE 2016

Rafaela Teixeira Nunes ¹

INTRODUÇÃO

Por muito tempo, o conceito de gênero foi retratado erroneamente como sinônimo de mulher. Com os estudos recentes, a ampliação desse termo tem ganhado mais espaço e destaque, alcançando debates importantes para serem discutidos sobre a esfera social e suas relações. Para a historiadora americana Joan Scott, o gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990: p. 14 apud FILHO, 2003: p. 134). Tais relações se organizam a partir do gênero devido a sua capacidade de transformar seres biológicos (machos e fêmeas) em seres sociais (homens e mulheres), e conseqüentemente, papéis pré-estabelecidos socialmente são impostos para aqueles que nascem com determinado órgão genital, limitando-os a seguirem determinados padrões e condutas a partir de suas características físicas. Essas diferenças orgânicas ainda são utilizadas como justificativas para as desigualdades perante homens e mulheres. Não é por acaso que a denominação de “sexo frágil” está relacionada a mulher e até hoje, é disseminada pela sociedade. Vistas como coadjuvantes, as mulheres se encontram em

¹ Graduanda em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: rafatnadm@hotmail.com.

uma condição de inferioridade social e histórica em relação aos homens, que ao deter a voz principal nas narrativas, optam por não demonstrar a efetiva participação feminina em grandes momentos do percurso da humanidade. A História, de certa forma, passou de geração em geração sendo feita por homens e para os homens. Segundo a historiadora Michelle Perrot, “o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem” (PERROT, 2008: p.13), dessa forma, o gênero feminino esteve a parte dos acontecimentos públicos, que ao abrangerem os homens, as deixavam em uma posição de ausência nos relatos históricos.

Através de estruturas de repetição, cada ser humano faz uso da linguagem e executa ações que produzem significados para os gêneros (BUTLER, 2015). Essa articulação que permeia o campo corporal, é resultado de experiências que possuem sentidos esculpidos no decorrer do tempo, fazendo parte da história. A filósofa Judith Butler discorre em seu livro, *Problemas de Gênero*, que:

o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. [...] É precisamente nas relações arbitrárias entre esses atos que se encontram as possibilidades de transformação do gênero, na possibilidade da incapacidade de repetir, numa deformidade, ou numa repetição parodística que denuncie o efeito fantástico da identidade permanente como uma construção politicamente tênue (BUTLER, 2015: p. 242-243).

A doutora em História Social da Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Gêssica Guimarães, analisa a passagem e entende que as ações na prática temporal, transformam-se em normas sociais, acompanhadas de “atos punitivos para os comportamentos desviantes”. (GUIMARÃES, 2021: p. 380). Guimarães também afirma que:

A experiência do gênero como uma estrutura de repetição coloca no tempo tanto os mecanismos de controle e opressão constituintes de uma sociedade patriarcal e de uma cultura de heterossexualidade compulsória, como abre a possibilidade para que comportamentos críticos e marginais irrompam em atos também performáticos, que constituem a maneira como os gêneros são experimentados. (GUIMARÃES, 2021: p. 380).

Seguindo nesse sentido, a historiografia por muito tempo ignorou a participação da mulher na História e quando lhe deu atenção, sempre foi acompanhada pelos valores que se idealizavam, como boas esposas e mães esforçadas, ou no sentido contrário, de histéricas, megeras e raivosas, quase como uma anomalia. Por ser construída e narrada por homens, a mulher ocupava certo destaque apenas quando era conveniente para o “enredo principal”. Ou seja, cabia a mulher exercer um papel de auxiliar para que o homem tornasse o herói de toda a trama. É válido reconhecer que toda essa construção de gênero também afeta os homens, que são ensinados e estimulados a também cumprirem um papel, mas a diferença é que são eles que ocupam a hierarquia mais alta do poder social. Logo,

Outro aspecto próprio de uma sociedade patriarcal é o machismo que fere não somente as mulheres, mas que atinge também os homens, sobretudo nas questões emocionais mediante as relações afetivas. Cabe ainda ressaltar que a cultura do machismo em nosso país continua ofertando manutenção aos relacionamentos abusivos, que por vezes culminam na violência doméstica e nos casos de feminicídio: trata-se de homens que matam mulheres por serem mulheres. (SANTOS, 2020: p.267).

Assim, a História é marcada por uma ausência e violação da figura feminina, devido a construção de um imaginário de que o meio político é um negócio de homens e as mulheres, naturalmente, estão voltadas para

a vida privada, como a esfera doméstica e a maternidade. Sua presença no meio político, é uma ruptura com o que a sociedade espera de uma mulher. Essa quebra de expectativas cria um ambiente instável para o gênero feminino, pois ao romper uma tradição ou um estereótipo, a mulher passa a ser vista como alvo que deve ser silenciado ou até mesmo, aniquilado por não assumir o papel que a sociedade a designou. São nessas circunstâncias que a violência se faz presente, estando ativa em vários âmbitos dentro da sociedade, sendo a contra a mulher uma das mais frequentes e que se manifesta das mais diferentes formas. Esse trabalho tem como foco a violência simbólica, que “para Bourdieu, caracteriza-se como comportamentos quase imperceptíveis para a própria vítima, entretanto, isso não a torna ‘fantasiosa’ ou ‘irreal’, pois ela está inserida em estruturas sociais com bases solidificadas” (BOURDIEU, 2010 apud VIDIGAL e col., 2020: p. 180). E sobretudo, a violência moral é de extrema importância para a reflexão desse estudo, pois ela consiste em qualquer conduta que, segundo a definição de violência contra a mulher exibida no Portal da Mulher do TJSE, importe em calúnia, quando há a afirmação falsa sobre um crime que a mulher não cometeu, difamação, quando o agressor prejudica a reputação da mulher, ou injúria, quando ocorre uma ofensa a sua dignidade.

Somando todos os fatores mencionados e principalmente, tendo em vista que o feminino e o masculino são vistos como opostos, representado por vezes pela anatomia, fenômenos e elementos naturais, o feminino, historicamente, foi enquadrado como inferior e sensível, exercendo funções “humildes” e “naturais”, enquanto o masculino seria representado como o superior e racional, assumindo trabalhos reconhecidos e admirados socialmente (BOURDIEU, 2010).

Esse imaginário apenas reforça o suposto interesse dos homens pela política e a mulher pelo lar.

Uma prova dessa dificuldade de inserção da mulher na política brasileira está no fato de que ela vota há 90 anos em um país que possui 200 anos desde sua independência. Sendo uma conquista ainda muito recente, somente aconteceu devido as lutas e conquistas de movimentos feministas para ampliar o conceito de cidadania e reverter sua situação de exclusão, já que a mulher nunca foi um sujeito passivo da História. O ato de exercer a cidadania através do voto, por muito tempo, fora um privilégio de uma pequena parcela da sociedade, formada em sua maioria por homens brancos, com grande poder aquisitivo e latifundiário, maiores de idade e alfabetizados. As mulheres não eram as únicas excluídas do processo de eleições, apesar que a cada Constituição criada, os direitos dos homens se expandiam aos poucos e englobava cada vez mais integrantes.

Em meados do século XIX, as mulheres começaram a se movimentar para conquistar seu lugar em uma sociedade desigual e excludente. A primeira forma de reivindicação de seus direitos aconteceu através da imprensa e direcionava-se para as questões educacionais e solicitava mais oportunidades no mercado de trabalho. Em 1852, o *Jornal das Senhoras* foi fundado, sendo o primeiro jornal produzido para as mulheres (MOURA; GUNDIM, 2019: p. 141). Dando continuidade à luta que continuava privada de direitos políticos, em 1910, o movimento feminista brasileiro criou o Partido Republicano Feminino, com o objetivo de mobilizar mais mulheres para se unirem a ação. Esse feito é um marco para as reivindicações, em razão que:

Em novembro de 1917, o partido promoveu uma passeata pelo sufrágio feminino com quase cem mulheres no centro do Rio de Janeiro, a qual foi definida, à época, como uma “pequena revolução”, tendo em vista que aquele era um período em que as ruas eram interditadas para mulheres, que, nelas, somente deviam transitar por extrema necessidade e sempre acompanhadas (BUONICORE, 2009 apud MOURA.; GUNDIM, 2019: p.142).

Porém, a participação feminina na política seria garantida quinze anos depois da passeata, em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, que ao criar o código eleitoral, “garantiu às mulheres o direito de votar, de serem votadas, o voto secreto e o alistamento eleitoral a partir de 18 anos” (MOURA; GUNDIM, 2019: p. 140). Tal conquista ao voto fora um dos últimos direitos adquiridos pelas mulheres, visto que elas já podiam estudar em colégios secundários e em universidades, ter propriedade de terra e trabalhar como profissionais. Ou seja, todos os outros poderes simbólicos já haviam sido obtidos. Entretanto, é somente em 1988 que a Constituição Federal do Brasil consolidou os direitos e deveres iguais a todas as pessoas que vivem no país, independente de raça, gênero ou religião.

DESENVOLVIMENTO

Visto que o entardecer da entrada efetiva da mulher no espaço público gerou uma ausência de sua presença no ramo político, quando ela é inserida nesse campo, a bagagem de estereótipos e preconceitos sociais relacionados ao seu gênero não deixam de acompanhá-la. A escassez da diferenciação entre o público e o privado, ocasiona uma mistura incessante e prejudicial entre o seu lado profissional e suas relações familiares/conjugares. Sua conduta e posição política, na maioria das vezes, é associada com seu estado emocional, seu histórico de relacionamentos e sua reputação de acordo com as normas

estabelecidas como “dever” que a mulher precisa manter e zelar, em um padrão extremamente comprometido com a supremacia masculina.

Um dos meios que mais contribuem para o reforço dessa mentalidade é a mídia, que colabora para a reprodução de determinados valores tradicionais e ainda “atualizam representações de gênero nas quais a mulher existe em posição de exterioridade ou de marginalidade em relação ao campo político.” (BIROLI, 2009: p. 286). A mídia brasileira, controlada por um seletivo e minoritário grupo familiar, tem o poder de controlar o que será visto, lido e ouvido pelo público. Assim,

A mídia pode ser pensada como esfera que participa ativamente da reprodução ou da transformação de práticas, valores e instituições que configuram as formas atuais da representação e da participação política nas democracias e legitimam as formas assumidas pelas relações de gênero. [...] O problema central que determina a abordagem [...] é o de que a sub-representação das mulheres nos espaços formais de poder político soma-se sua sub-representação na mídia, especialmente no noticiário político, foco da pesquisa. Essa presença reduzida é, por sua vez, marcada por estereótipos de gênero e vinculada a posições de menor prestígio, reforçando a posição marginal das mulheres na política. (BIROLI, 2009: p. 271 -2).

Colocando em pauta o tema do impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, as grandes mídias brasileiras foram as responsáveis pela divulgação direta do acontecimento. Com isso, os cidadãos foram alvos de diversas cargas de informações do desenvolvimento do processo, porém, as notícias estavam majoritariamente impregnadas por um mesmo ponto de vista que favorecia interesses particulares, além de permeadas por julgamentos sem base do que o evento realmente significava para o Brasil e a sua democracia (CARDOSO e SOUZA, 2016: p.51). Influenciando e conduzindo

o povo a uma única direção que traria a utopia idealizada de “ordem e progresso” para o país, o impeachment ganhou um forte apoio popular, apesar de contar com uma ampla oposição que já estabelecia a tentativa da retirada de uma presidente eleita, com acusações suspeitas, imparciais e ideológicas, como um golpe político cuidadosamente orquestrado.

Compactando o gênero, a violência, o patriarcalismo e o discurso midiático, pode-se afirmar que:

A ideologia é um processo mental, é o espaço onde se constroem as condições subjetivas (intelectuais, espirituais, imateriais) da hegemonia. Para a sociedade capitalista é preciso que se crie um ambiente de naturalização das ideias impostas por ela. A ideologia constrói a partir de ideias e representações a forma adequada de se pensar e agir, por isso que ela não se apresenta como ideologia da classe dominante, ela tem que ser entendida como uma verdade universal. [...] O machismo tornou-se tão natural na sociedade, que o discurso proposto por esta ideologia não é contestado, logo ela cumpre sua função. Isso foi bastante perceptível no modo como os jornais retratam a presidente Dilma durante o processo do impeachment, que, para além das acusações sobre o comportamento político dela, muitas denúncias foram feitas com base em um discurso patriarcal. (CARDOSO e SOUZA, 2016: p.51).

Todos os estereótipos mencionados até o momento, envolvendo a masculinidade e a feminilidade, estiveram presentes tanto nos noticiários que envolviam a política Dilma Rousseff, quanto nos veículos impressos de revistas. Em 2006, antes da sua candidatura, uma reportagem da revista Carta Capital a descreveu como uma “figura complexa”, “é durona, mas é feminina. Sem ser feminista.” (BIROLI, 2009: p. 287). Essa passagem remete a ideia de que sendo uma mulher, a qualidade de “durona” não condizia com o natural do gênero feminino, por isso logo acrescentam o termo “feminina”, como modo de suavizar

esse caráter considerado masculino. É importante ressaltar o trecho “sem ser feminista”, pois demonstra o olhar preconceituoso dos homens, e até mesmo de algumas mulheres que reproduzem esse discurso, acerca do movimento que luta para a maior aquisição de direitos, respeito e dignidade para as mulheres, e que conseqüentemente, representam uma ameaça à hierarquia dos dominantes do gênero masculino. Em 2008, Dilma é representada em algumas notícias como “mãe do PAC” e “Geisel de saias”. As duas denominações remetem respectivamente ao caráter materno (espaço privado) e novamente, a uma figura masculina, que é caracterizada como feminina com a aplicação da palavra “saias”. Ademais, quando Dilma Rousseff lança sua candidatura à presidência, ocorre uma fissura para que comentários relacionados à aparência surjam.

Eleita presidente em 2010 e reeleita em 2014, Dilma Rousseff passou a ser foco de alegações que culpabilizavam os problemas financeiros do país ao fato de ter uma mulher ocupando o cargo de chefe de Estado. Os prejuízos que assolavam o Brasil recaíam sobre ela e se vinculavam ao seu gênero, que por ser feminino, seria naturalmente incompetente para gerir e administrar a pátria. Na visão patriarcal e machista de quem proferia tais discursos, tudo estava acontecendo porque ela era uma mulher. Já no momento do Impeachment, os comentários se intensificam e tornam-se mais misóginos, sendo reproduzidos nas revistas e em charges. A internet também começou a repercutir as informações midiáticas as adaptando para os memes.

Todo esse movimento buscava deslegitimar a sua capacidade intelectual e a representar como desequilibrada emocionalmente. Matérias intituladas como “Uma Presidente Fora de Si”, “As explosões nervosas da presidente”, disseminadas pela revista IstoÉ, retratando-a

como histórica e descontrolada (AMORIM e col. 2017), uniam-se a charges e memes de cunho pejorativo a sua inteligência, muitas vezes referindo-a como uma mulher confusa, perdida e estúpida, que não teria o mínimo de competência para cumprir seu mandato. É imprescindível a análise do fato de que grande parte dessas manifestações, não exemplificavam as causas e razões do seu afastamento. Focavam exclusivamente em seu estado emocional, aparência e julgamento de qualificação para o cargo.

Há uma audiência que dá suporte a essas produções de sentido. Contudo, como personagem ativo do impeachment, vemos que a imprensa, ao atender aos oligopólios interesses das famílias que comandam os meios de comunicação massivos, são também responsáveis pela mudança na política brasileira. Um conjunto de homens, velhos, acusados de corrupção, voltaram ao governo, e não há sinal de que eles vão ser enquadrados como loucos nas revistas semanais, visto que já aparecem como construtores de uma “ponte para o futuro”. (CARDOSO e SOUZA, 2016: p.63).

Por fim, uma das manifestações mais agressivas que exemplificam realmente o ódio e aversão não apenas pela Dilma, mas sim pela figura feminina, foram os adesivos comercializados para o uso na abertura do tanque de gasolina dos carros, onde exibia uma montagem em que a presidente estava em seu centro de pernas abertas, exatamente no local de introdução da bomba de abastecimento (AMORIM e col. 2017). Esse “protesto” nada inocente, que viralizou nas redes sociais como um escárnio à Dilma, é apenas mais uma prova da banalização da violência que as mulheres estão submetidas em uma sociedade que sustenta “brincadeiras” que indicam um ato claro e, contraditoriamente disfarçado, de estupro. Um gesto de violação ao corpo de mulher, que insultava a sua dignidade e procurava degradar sua imagem, foi

aplaudido e adquirido por muitos, reforçando e confirmando a existência da misoginia no século XXI.

CONCLUSÃO

Após os estudos levantados, conclui-se que a conquista da igualdade formal está muito distante da obtenção de uma igualdade real. Além de que, apesar da mulher estar ocupando cada vez mais espaço no campo político, isso “não significa, necessariamente, a incorporação de discursos e práticas feministas ou mesmo um deslocamento mínimo em relação às práticas convencionais” (BIROLI, 2009: p. 271). Assim, embora adquirindo um maior destaque e participação pública, a mulher ainda é vista com todos os estereótipos mencionados, o que favorece a perpetuação de discursos machistas e misóginos, que levam a propagação das várias faces da violência, contribuindo para que a sociedade continue encarando a mulher como um ser frágil, submisso ao homem e que deve ficar silenciada no lar.

É de suma importância pensar que a violência contra a mulher não se inicia no homicídio, este pode ser considerado o último nível que o ódio alcança. A violência começa em discursos e os que foram apresentados nesse presente trabalho, são apenas uma demonstração do que nossa sociedade ainda precisa enfrentar e mudar.

A violência contra a mulher é um problema de saúde pública e o mundo virtual e jornalístico tem um forte poder de penetração nos lares dos brasileiros, o que é uma forma de tais discursos e mentalidades se difundirem. Por isso, a violência não é um fenômeno a parte da sociedade, sem subjetividade, afinal, é uma ação dotada de complexidade que casualmente podem vir a ser intoleradas ou

“toleradas, silenciadas, desculpadas pela dependência das mulheres em relação aos homens ou por explicações psicologizantes inaceitáveis, tais como: os homens são incapazes de controlar seus instintos, os estupradores são doentes mentais, as mulheres gostam de homens agressivos.” (MINAYO, 2005: p.120).

Enquanto existir a normalização desse sistema cruel e violento, que oprime, mascara e desrespeita a mulher, enxergando-a como um objeto inanimado, a sociedade contemporânea estará longe de concretizar a democracia que é almejada e mais, de considerar a raça humana, de fato, humana.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, A. F. CARVALHO, A. SANTOS, M. C. SANTOS D. S dos. *A Face Machista do Impeachment: Postura de Revistas Brasileiras Perante o Processo de Destituição da Presidenta Dilma Rousseff*. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Fortaleza, 2017.
- BIROLI, F. *Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos*. Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso), v. 34, p. 269-299, 2010.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kuhner. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CARDOSO, Y. R. G.; SOUZA, R. B. R. *Dilma, uma “presidente fora de si”: o impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático*. Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 45 – 65, 2016.
- DEFINIÇÃO de Violência contra a Mulher. Portal da Mulher, TJSE. Disponível em.: <https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/definicao-de-violencia-contr-a-mulher#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Conven%C3%A7%C3%A3o,psicol%C3%B3gic o%20C3%A0%20mulher%2C%20tanto%20no>. Acesso em.: 20 de jan. de 2022.

FILHO, A. T. *Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam*. Cadernos Pagu, (trans)formações, v.24, p. 127-152, 2005.

GUIMARÃES, G. *Disciplina e experiência: construindo uma comunidade de escuta na teoria e no ensino de história*. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 373-401, 2021. DOI: 10.15848/hh.v14i36.1710. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1710>. Acesso em: 30 abr. 2022.

ISTOÉ, Revista. *Uma presidente fora de si*. 06/04/2016. Disponível em: http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage. Acesso em: 10/12/2021.

MOURA L., C. .; GUNDIM , W. W. D. *A Participação da Mulher na Política Brasileira e a Efetividade das Cotas Partidárias*. Resenha Eleitoral, Florianópolis, SC, v. 23, n. 1, p. 139-164, 2019. DOI: 10.53323/resenhaeleitoral.v23i1.98. Disponível em: <https://revistaresenha.emnuvens.com.br/revista/article/view/98>. Acesso em: 4 mar. 2022.

MINAYO, M. C. de S. *Violência: um problema para a saúde dos brasileiros*. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília, DF, 2005. p. 9-42

PERROT, M. *Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência*. Cadernos Pagu, [S. l.], n. 4, p. 9-28, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733>. Acesso em: 27 abr. 2022.

SANTOS, L. D. *A Deposição de Dilma Rousseff Através dos Meme: Um Olhar Sobre a Misógina, Machismo e Sexismo*. v. 12 n. 3 (2020): Edição 34 - *Temporalidades*, Belo Horizonte (set./dez. 2020)

VIDIGAL, B. A. A. ; BENTES, M. P. ; VIEIRA, S. N. ; REIS, L. N. . *Os Desafios do Combate à Violência Contra a Mulher Sob a Ótica de Pierre Bourdieu*. Revista Brasileira de Segurança Pública, V. 14, P. 178/2-187, 2020.

PARTE V

MEMÓRIA E IDENTIDADE

21

HISTÓRIA PÚBLICA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM CARMO DO CAJURU: COLIDINDO FONTES E SISTEMATIZANDO DADOS ¹

Flávia Lemos Mota de Azevedo ²

Isabela Fonseca Magalhaes ³

Wendy Rabelo Silva ⁴

INTRODUÇÃO

Dada a necessidade de buscar a identidade social e o conhecimento histórico amplamente difundido nas mais diversas comunidades é que se busca estabelecer um diálogo com o passado e presente, identificando todas as possíveis ramificações da história, memória e patrimônio local e regional. Nesse sentido, deve-se retomar sobre a disponibilidade de produções historiográficas que fazem parte desses meios sociais. Em municípios menores, por exemplo, as narrativas históricas, por vezes, se apresentam de forma marginalizada e isso se deve não pela sua falta de legitimidade, mas sim pelo pouco reconhecimento dado a tais registros, muitas vezes, devido ao acesso precário e/ou falta de divulgação. No entanto, esses preciosos trabalhos, que dizem muito

¹ O presente artigo é resultado de um projeto de pesquisa intitulado *Organização, descrição e digitalização do acervo histórico da Casa de Cultura e do Museu Sacro-Histórico de Carmo do Cajuru*, vinculado ao PAPq/UEMG, edital 05/2020 desenvolvido sob orientação da professora Flávia Lemos Mota de Azevedo.

² Docente pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: flavia.azevedo@uemg.br.

³ Graduada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: isabelafm1999@gmail.com.

⁴ Graduada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: wendysilvahist@gmail.com.

sobre várias comunidades, são parte do que podemos considerar como História Pública. Trata-se de produções realizadas pelas mãos de memorialistas e antiquários que operam pela devoção manifestada em prol de seu lugar de origem ou de uma relação semelhante.

Entende-se que a História Pública é feita para, com e pelo público e não se limita somente ao trabalho das mãos de historiadores, mas vai além, dando voz e ocupação a “colaboradores” que são, por vezes, tomados como amadores. Em determinadas circunstâncias, pode se dar como uma “história encomendada”, alcançando setores privados e familiares, por exemplo. Isso coopera para a compreensão de que há uma ampla demanda historiográfica que se dirige a sujeitos variados, podendo comunicar-se do aluno da disciplina história no ensino fundamental que produz um trabalho sobre sua cidade, ao executivo que preza pela memória de sua organização, não esquecendo-se, é claro, de tantos outros indivíduos que se podem incluir ao construir uma narrativa ou patrimonializar um objeto histórico. Sabendo disso, é que Mauad, Almeida e Santhiago, definem a História Pública, também, como a “possibilidade de compartilhamento de um mundo comum” (2016, p. 13), trazendo à tona a importância da divulgação histórica para que a comunidade num todo se achegue a sua demanda de memória enquanto parte de uma identidade social.

Nesse sentido é que o presente estudo volta sua atenção para o município de Carmo do Cajuru em Minas Gerais que, apesar de não ter nenhuma produção historiográfica especializada, existem diferentes iniciativas para registrar, preservar e comunicar a história da região a que se pode denominar também como uma prática da história pública, conforme afirmam Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2011, p.9):

Busca-se pensar a história pública como possibilidade de difundir o conhecimento histórico - de maneira responsável e integrada - para amplas audiências; por meio de arquivos, centro de memória, museus, televisões, rádios, editoras, jornais, revistas, organizações governamentais e não governamentais, consultoria, entre outros espaços.

Dessa forma, o principal objetivo que aqui se apresenta é identificar e analisar as estratégias de construção da memória e da história no município de Carmo do Cajuru relacionando com as possibilidades e desafios da prática da história pública. Para isso, algumas ações tornam-se necessárias como a análise dos possíveis acervos da cidade, das produções bibliográficas dedicadas ao local, inventários e outras fontes. Semelhantemente, é indispensável observar como a população lida com a memória e identidade social e, sobretudo, como se mostram as práticas de preservação e reconhecimento da história local.

Existem, segundo Santhiago (2016), três setores da História Pública e são eles: o fazer, que concerne na atuação, o pensar, que atua como a reflexão e o campo da mesma, que é a reunião em torno dela. Logo, é de valor tanto local como acadêmico que se reflita sobre esse campo, reconhecendo aqueles que a fazem e como se dá seu exercício em Carmo do Cajuru para que se desenvolva o saber a respeito da história prática. Assim, busca-se criar uma estrutura para delimitar esses desafios que envolvem sua divulgação e discussão.

Por conseguinte, a presente pesquisa realça-se como essencial na medida em que percebe que os laços entre saber histórico e identidade social estão inegavelmente interligados. É, conforme demonstra Corgozinho (2003), de suma importância apresentar o patrimônio histórico-cultural como contribuinte dos múltiplos segmentos e

identidades que se produzem em uma localidade, pois estimula “o sentimento de pertencimento, enraizamento, e o respeito de todos pelo patrimônio construído” (CORGOZINHO, 2003, p. 78). Faz-se necessário então reconhecer esses importantes valores da história e memória local para que, além da melhor compreensão acerca da mesma, também a torne visível para a comunidade acadêmica e, principalmente, para a população em geral.

CARMO DO CAJURU, ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

Em um panorama geral, a História de Carmo do Cajuru foi construída desde o início tendo como base as primeiras fazendas locais⁵, seguidas das instituições religiosas que foram sendo erguidas juntamente às vilas. De forma oficial, o município se desenvolveu a partir do levantamento da Capela Pública (hoje chamada de Antiga Matriz) no antigo distrito do Empanturrado no início do século XIX. O Empanturrado foi a primeira fazenda da história do município, sobre o qual se afirma que o lugar “se tornou o núcleo civilizador de toda esta região” (DIOMAR, 2000, p. 18) após a construção da Capela. A paróquia da cidade surgiu em 1840, recebendo seu primeiro pároco em março do mesmo ano.

É interessante notar que na obra *História de Carmo do Cajuru*, o autor Diomar destaca os incentivos dos párocos e como eles influenciaram de alguma forma o município. As maiores ênfases vão para aqueles que incentivavam a vida religiosa, logicamente, mas

⁵ Segundo Oswaldo Diomar (2000) essas primeiras fazendas da região de Carmo do Cajuru nasceram através das organizações das Sesmarias ainda no século XVIII-XIX logo após o declínio do Ciclo do Ouro nos setecentos. Os primeiros moradores de Cajuru foram, portanto os ex-sesmeiros, seus descendentes ou posseiros sem documentos de posse oficial da terra.

também a vida social da região. Sobre o Padre português Guilherme Nunes de Oliveira, o autor relata que durante seus quatorze anos como pároco em Carmo do Cajuru, ele

Procurou tornar o povo mais social, até ensinando a rapaziada a dançar. Gostava de Teatro e ensaiava pequenas peças com a juventude. Marcava até danças de quadrilha. Não deixava, entretanto, de inspirar respeito e confiança, cumprindo seus deveres de sacerdote e do pároco. Era muito alegre e otimista, apesar de ter sofrido muito. Para a época, foi um Padre moderno e avançado. (DIOMAR, 2000, p. 51)

Além deste pároco, o mais proeminente (e pode-se dizer que presente na maior parte da obra) foi o Padre João Parreiras Villaça, que iniciou suas atividades no município em 1949 e ali permaneceu por 33 anos. Ele foi um grande encorajador do levante de novas obras e festas religiosas que estimularam o turismo na cidade⁶, como o apoio na criação da Comarca de Carmo do Cajuru em 1953, a tentativa de Tombamento para Patrimônio Público da Igreja Nossa Senhora do Rosário e a criação dos templos da Praça Nossa Senhora Aparecida⁷ em 1966 (DIOMAR, 2000, p. 56-58, 71, 73).

⁶ Essas festas religiosas que foram mais propagadas por Padre João Parreiras Vilaça foram trazidas desde a Antiguidade com o hábito cristão de se celebrar o nascimento ou morte dos mártires católicos, em especial os Santos. Há, em Carmo do Cajuru, a associação entre a morte e a memória através dessas festas à medida que o pároco incentiva a celebração religiosa em nome da cidade e ela é difundida regionalmente para reconhecimento da memória do(s) santo(s) na cidade. Le Goff se aproxima muito dessa relação entre memória e cristianismo em sua obra *História e Memória* (LE GOFF, 1990).

⁷ A praça, segundo o autor, tinha o intuito de homenagear a aparição centenária de Nossa Senhora de Lourdes na França no ano de 1858. Nela, existe um memorial do Pe. João Parreiras Vilaça (erguido após sua morte), um Cruzeiro de Madeira, Capela de Nossa Senhora das Dores, o Calvário, as capelas grutas de Nossa Senhora de Lourdes e uma de São José, capelas da via sacra, a capela de São Cristóvão, o Santuário de N. S. Aparecida. As fichas do IPAC do município ainda ressaltam que as edificações são marcos culturais e religiosos referenciais de Carmo do Cajuru. <http://arquivo.carmodocajuru.mg.gov.br/publicacoes/cultura/fichas-de-inventario.html>

Nas fichas do Inventário de Proteção do Acervo Cultural – IPAC disponível no *website* da Prefeitura do município podem ser percebidos alguns objetos religiosos e/ou que faziam parte de cultos católicos do município de Carmo do Cajuru. Uma das fichas do IPAC em seu inventário, tem enumerado um item pessoal do Pe. João Parreiras, nomeado como “Barrete do Padre João Parreiras Vilaça”⁸, o qual trata-se de um gorro caracterizado como o preferido do antigo e renomado padre, que costumeiramente usava para fins religiosos. Este é o único item de personalidade religiosa encontrado na lista.

Para além de itens pessoais e ritualísticos, as fichas trazem alguns dos imóveis religiosos construídos ao longo da História da cidade. Entre eles, pode-se destacar as grutas, capelas e o Cruzeiro que pertencem à Praça Nossa Senhora Aparecida; a Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, de 1912; a Capela Nosso Senhor dos Passos, de 1962; a Igreja Nossa Senhora do Rosário, datada entre 1875-1889; a Capela de Santo Antônio, de 1929; a Capela do Sagrado Coração de Jesus, reconstruída em 1978, e, por fim, os cemitérios da cidade, o do Bonfim e o de Salgados (CULTURA, s/d). Percebe-se aqui a dedicação à memória religiosa católica de Carmo do Cajuru ao voltar-se para a construção de sua História.

Apesar do grande número de fichas dedicadas a uma história local mais voltada para o religioso no município, o IPAC não deixa considerar a participação do povo para o crescimento da sociedade. Por isso, foram selecionados alguns tipos de construções e objetos para adentrarem as fichas do inventário cajuruense, especialmente quando elas envolvem grandes nomes da história da cidade. Por exemplo, em “Edificação à Rua Aquiles Guimarães nº 0051 - Antiga residência de Aquiles Guimarães”

⁸ O arquivo se encontra no *website* da Prefeitura de Carmo do Cajuru (CULTURA, s/d). <http://arquivo.carmodocajuru.mg.gov.br/publicacoes/cultura/fichas-de-inventario.html>

remete ao homem de mesmo nome, um dentista renomado que cooperou ativamente para a idealização de instituições religiosas e estruturação de órgãos públicos, como a Escola Princesa Isabel, a primeira com sede própria na cidade.⁹ A questão é que a partir do nome “Aquiles Guimarães”, o IPAC desenvolveu outras fichas que se comunicavam, como a ficha da própria Escola mencionada, a ficha da Antiga residência de Godofredo Passos (“Edificação à Rua Aquiles Guimarães nº 0033”) por ter sido seu cunhado, e o Antigo Cine-Teatro Cajuruense (“Edificação à Rua Aquiles Guimarães nº 0399”) que fora construído por Godofredo.

Embora a ideia do IPAC seja de promover essa memória das edificações de personalidade “como propriedade de conservar certas informações” (LE GOFF, 1990, p. 423), essa memória também serve como uma forma de não silenciar grandes nomes e arquiteturas da cidade que permeiam o cotidiano da população sem que elas percebam sua importância na História local. Essas edificações são hoje reconhecidas na cidade pelas suas construções, mas pode persistir um esquecimento de seu processo ou desconhecimento do motivo de serem relevantes no cenário regional.

COLIDINDO FONTES E SISTEMATIZANDO DADOS: A CONTRIBUIÇÃO DOS ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DE MG E AS OBRAS DO PROFESSOR OSWALDO DIOMAR

Apesar de se ter as fichas do IPAC e a produção de Oswaldo Diomar que trazem uma boa quantidade de informação sobre a cidade, o município consta apenas de algumas obras que vêm de voluntariados,

⁹ Além das menções nas Fichas do Inventário de Cultura (s/d), Diomar (2000) também disserta sobre a participação e figura de Aquiles Guimarães em Carmo do Cajuru. O autor não trata especificamente sobre ele, mas traz pequenas informações ao longo de sua obra que permitem o entendimento da importância que foi sua pessoa.

não seguindo padrões técnicos para circular no meio acadêmico. Além destes, também tem a obra de José Demétrio Coelho (COELHO, 2020), o primeiro prefeito da cidade de Carmo do Cajuru, que se dedicou em fazer um trabalho mais específico sobre a emancipação do município.

No município também existem algumas políticas de guarda documental, podendo ser citados aqui nomeadamente o Museu Sacro Histórico de Carmo do Cajuru e a Casa da Cultura, os quais se dedicam à divulgação da memória e história do município. Na verdade, o “documento” aqui não se trata somente de documentos escritos ou fotos, mas sobretudo objetos, roupas religiosas, imagem de santos que são ressaltados nas fichas do IPAC quando são mencionados/retratados a localização e imagens dos itens seriados pelas fichas culturais,

Para além destes, existem outras informações espalhadas pela região e cadernos estaduais que incluem dados sobre Cajuru, apesar de se encontrarem apartados e, naturalmente, de difícil acesso. “Dispersas” porque durante determinados períodos da história de Carmo do Cajuru, o povoado pertenceu a outras cidades, como a atual Pará de Minas e a Itaúna, vizinhas do povo cajuruense. Nesse aspecto, foram encontradas algumas informações acerca de Carmo do Cajuru inseridas em documentos oficiais do estado de Minas Gerais dos anos de 1921, 1937, nas quais a pequena vila se encontrava como distrito de cidades relativamente maiores, e 1948 a 1955, quando já se tornara emancipada.

Conforme o *Anuário Estatístico de Minas Gerais Anno I* lançado em 1926 (1926A) referente à demografia mineira, no recenseamento de 1872 para o quesito de “III - População livre e escrava dos municípios e das freguesias, por sexo” (1926A, p. 14), Cajuru constava como pertencente à cidade Pitangui e, segundo os números apresentados, nesse ano a freguesia cajuruense tinha 339 escravos e 2110 livres. Já no quesito “IV -

População dos municípios, dos districtos e das parochias, por sexos” (1926A, p. 41) sobre o ano de 1890, expõe que Carmo do Cajuru tinha um total de 2752 pessoas de sua respectiva paróquia (N. S. do Carmo do Cajuru, a única da vila).

Uma informação interessante trazida também pelo *Anuário* (1926A) é o número de pessoas segundo seu estado civil no recenseamento de 1920, nesse caso de Cajuru pertencente à cidade de Itaúna. Na soma de homens e mulheres casados, solteiros, viúvos e de estado civil ignorado, a população do município já ultrapassava 6 mil pessoas, mais que duplicando desde o censo de 1890.¹⁰ Desse número, 37 eram estrangeiros e de maioria homens casados, 22 deste último resultado, eram letrados (1926A, p. 563, 748). Apesar de que era uma população já em crescimento, somente 1582 dos mais de 6 mil eram alfabetizados e, mais uma vez, os homens saíram em maior quantidade - 1155 moços (1926A, p. 748); em outras palavras, mais de 75% do povo cajuruense não sabia ler e escrever.

Cerca de 25 anos mais tarde, a população local teve um grande avanço demográfico. No censo de 1955, o *Anuário* lançado em 1957 traz que Carmo do Cajuru tinha 7297 pessoas vivendo no município, além de outras 1562 que faziam parte de São José dos Salgados; ou seja, no total, a pequena cidade já tinha uma população de 8859 indivíduos.¹¹

Diomar (2000, p. 52), em sua obra, traz uma série de informações acerca das construções ao longo da História da cidade. Em contrapartida, a perspectiva em quantidade é bem limitada por ele não exemplificar com números os seus dados. Assim, o *Anuário* (1926A) vem mais uma vez

¹⁰ Mais exatamente, a população nesse recenseamento de 1920 totalizava 6.419 somente em Carmo do Cajuru. Ver mais em (ANUÁRIO, 1926A, p. 496).

¹¹ São José dos Salgados foi contabilizado de forma separada por ser distrito de Cajuru ainda naquela época, e, além disso, nesse censo já se encontra Cajuru como um município independente.

como uma forma de complemento historiográfico na construção de Cajuru. Também em 1920, o censo explorou os tipos de edificações e as propriedades através da pesquisa com o povo. O município constava à época um total de 986 “prédios”, sendo apenas 8 deles de caráter “público”, e 982 térreos, ou seja, de apenas uma pavimentação. Até o momento dessa pesquisa do século XX, o povo cajuruense não possuía “sobrados” ou “assobradados de um pavimento”, o que o diferenciava dos demais distritos de Itaúna – Serra Azul, Itatiaiuçu e Conquista –, em razão de já terem ao menos uma dessas edificações (1926A, p. 871).

Já no *Anuário* de 1926 voltado para a pesquisa econômica, tem-se alguns dados sobre estações de energia elétrica. Nessa obra, se menciona a existência da cachoeira de Coelhos no rio Pará, e, a partir de sua hidráulica, a produção elétrica pela empresa Cia Força e Luz Oeste Minas (1926B, p. 284). Diomar (2000, p. 52) disserta que em 1911 Carmo do Cajuru tinha uma fonte de energia elétrica no fundo da casa do Padre José Alexandre e que em 1912 essa fonte atendia a Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo e o cinema da rua Gonçalves Chaves. É interessante pensar que foi a partir desse padre (e de mais algumas pessoas influentes) que surgiu a hidrelétrica do município, uma vez que ele atuou diplomaticamente para a instalação da usina que foi inaugurada em 11 de novembro de 1920¹² e que atendia tanto o distrito de Cajuru, como também o município de Divinópolis. O autor também não remete em suas obras os Coelhos como uma cachoeira local, e sim como um córrego que corre desde a cidade de Itaúna e, por isso, não se pode afirmar que sejam o mesmo da instalação da hidrelétrica.

¹² Diomar até cita que existe uma confusão acerca do ano real que ocorreu essa inauguração da usina hidrelétrica de Cajuru, mas que afirma que o ano de 1920 é o correto.

No Inventário de Proteção do Acervo Cultural, é possível encontrar uma ficha sobre a atual Represa de Cajuru, que é uma ampliação da antiga usina hidrelétrica e que hoje é cedida para uso da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Segundo o IPAC, a manutenção é de responsabilidade da empresa e, até o momento da pesquisa para o inventário, não havia fatores de degradação. Ademais, a ficha traz um importante seguimento quanto a proteção legal existente sobre a paisagem do município, que é exatamente o Código das Águas e Lei Orgânica de Carmo do Cajuru art. 180 § 9º inciso III e art. 192 inciso III, os quais promovem o tombamento de reservas, proibição do desmatamento de nascentes e córregos. Em suma, a lei propicia que patrimônios locais e o ambiente de matas e rios sejam mais bem conservados pela sua população e pelas indústrias exteriores ao município que atuam dentro de seus limites.

Nesse censo de 1920, Carmo do Cajuru também já tinha uma estação postal atuante que funcionava e atendia a rede Estrada de Ferro Oeste de Minas (1926B, p. 335, 362). Nessa parte do recenseamento, são trazidas informações quanto à “receita arrecadada, por espécies, estradas, linhas e estações” (1926B, p. 472). À vista disso, tem-se dados a respeito da linha Divinópolis-Belo Horizonte, na qual Carmo do Cajuru se insere com um total de 22:270\$100, equivalente a aproximadamente um quarto do valor total trazido pelo município de Itaúna (82:397\$400), que eram bem maior do que a pequena vila. O que mais tinha rendimento na linha que perpassava Cajuru era o volume de passageiros (10:740\$900), seguido pelas mercadorias, bagagens e encomendas, outras origens e, por fim, animais. Nessa obra, também podemos perceber que Itaúna ainda não tinha sua comarca, fazendo parte, portanto, da Comarca de Pará de

Minas, tal como ocorria com Carmo do Cajuru já que era distrito itaunense nesse período (1926B, p. 680).

A estrada de ferro de Carmo do Cajuru foi um momento que é muito elucidado nas obras atuais sobre o município. O IPAC ressaltou um conjunto de construções restantes da antiga estação ferroviária como forma de manter um memorial sobre ela, mas é Oswaldo Diomar quem mais retrata sua ação na sociedade. Existem as fichas da estação em si e da antiga residência do mestre linha (datada pelo ano de 1911) na Praça Presidente Vargas, além da caixa d'água da rede ferroviária (CULTURA, s/d). O professor, por sua vez, traz informações a mais sobre sua construção e o desenvolvimento da cidade. Por exemplo, segundo ele, a comunidade Amoras surgiu exatamente devido ao erguimento da estação e da linha ferroviária, e destacou que o povoado só não teve uma igreja, mas cresceu bastante desde seu surgimento do trem de ferro naquela região (2000, p. 255). Algo semelhante ocorreu com o povoado dos Angicos: esse nome era antes o nome da estação ferroviária. O nome do povoado originalmente era apenas Senhor Bom Jesus e, “Angicos”, foi adicionado posteriormente, estendendo-se para “Senhor Bom Jesus de Angicos”, uma das comunidades que mais crescem em Cajuru¹³. Diomar (2000) também traz relatos das pessoas que incentivaram e criticaram o projeto da linha ferroviária que passaria pelo município, desde o Pe. José Alexandre de Mendonça¹⁴, até as pessoas mais influentes da sociedade.

¹³ Na verdade, o crescimento dessa comunidade não se deu apenas pela presença da linha férrea, mas pelo apelo industrial presente na pequena região. Diomar relata que ali se tinha uma fábrica de laticínios, uma de manteiga, uma máquina de beneficiar e uma outra de limpar o arroz, o que condicionava a prosperidade dos Angicos mais que de outros povoados de Cajuru/Itaúna. Ver mais em DIOMAR, 2000, p. 238.

¹⁴ Pe. José Alexandre de Mendonça começou a atuar como pároco em Cajuru em 1889 e atuou fielmente a Carmo do Cajuru a ponto de se sentir um verdadeiro cajuruense. Ajudou com incentivos a construções, desenvolvimento local, foi vereador e foi a partir de sua casa que saiu a primeira luz elétrica, como já foi

A agropecuária de Cajuru é também de dados bem antigos, mas que pouco aparecem nos anuários. Nos Anuários da década de 20, não existem detalhamentos para separar as informações sobre Itaúna e Carmo do Cajuru, não se sabendo ao certo o volume da produção nesse período. Já no *Anuário* (1957) sobre 1955, pelo fato de Cajuru já ser reconhecida como cidade independente, pode-se afirmar alguns dados a mais sobre o município. Primeiramente é preciso saber que a agropecuária cajuruense nasce desde o período da busca pelo ouro, no século XVIII em Minas Gerais, quando houve a falta de mantimentos e, portanto, a necessidade de produção destes para sustento da população remanescente. A demanda fez com que muitos fazendeiros se “agrupassem”, formando a vila de Cajuru e iniciando o processo de construção da cidade que existe atualmente, a partir do já citado levante da Antiga Matriz. Assim, desenvolveu-se também as mais variadas formas de agropecuária local, destacando-se a lavoura, a produção de carne e leite, e, a partir delas, as indústrias cajuruenses (DIOMAR, 2000).

Carmo do Cajuru foi foco de exportações para cidades maiores, como Belo Horizonte. A edição do *Anuário* (1957, p. 283) sobre 1955, o pequeno município teve um volume de exportação de leite exponencial num período de seis anos: percebe-se que em 1949 de 463.086 litros, enquanto 1955 esse volume sobe para 1.598.152 litros. Oswaldo Diomar (2000, p. 158-159) cita que um desses produtores de leite era Antônio Altivo, que tinha uma fábrica de manteiga desde 1923 e na década de 50, devido à imensidão da empresa, começou a exportar o leite para a capital mineira. Em 1937, Altivo empregava apenas quatro homens, os quais administravam as quatro máquinas ali existentes (ANUÁRIO, 1939).

mencionado. Ele foi o padre que atuou durante o maior tempo no município (47 anos), falecendo em 1936. Ver mais em DIOMAR, 2000, p. 52-54.

Em primeira vista, parece ser um número relativamente pequeno se pensar nas indústrias atuais ou mesmo nas antigas das grandes cidades, entretanto, mostra que o desenvolvimento industrial com o uso de maquinários já havia atingido Carmo do Cajuru na primeira metade do século XX, impactando na produção alimentícia e no próprio crescimento da cidade. Entender a agropecuária como um fator na memória de Carmo do Cajuru é importante para compreendermos como a predominância dessa atividade econômica impactou no desenvolvimento local, assim como ocorreram com as atividades religiosas no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da sistematização das fichas do Inventário de Proteção do Acervo Cultural – IPAC, disponível no *website* da Prefeitura do município, pode-se perceber que das 83 fichas existentes, 42 delas representam e/ou tem ligação com itens ou lugares religiosos. Apesar de serem fontes que trazem informações históricas majoritariamente da fixação e atuação da Igreja Católica de Carmo do Cajuru, essas fichas do Inventário colaboram para o adensamento da História Pública por destacarem uma ideia de identidade social.

Além de objetos de patrimonialização religiosos, o trabalho pode concluir que essas fichas culturais são compostas também pelas categorias: arqueológico, personalidade, religioso, escolar, rural; imóvel escolar, ferrovia e natural. As fichas trazem consigo parte da História local com base nas obras de Oswaldo Diomar, mas também, para os itens mais particulares, uma história oral que se assemelha com a ideia da História Pública sobre a qual o trabalho objetivava.

Fundamentada na pesquisa com os anuários mineiros, as obras regionais e as fichas do Inventário, a pesquisa pode concluir que existem certas políticas de memória no município de Carmo do Cajuru que cooperam (mesmo que indiretamente) para um privilégio da memória sobre sua história. O trabalho, portanto, foi essencial para o adensamento quanto às distinções e favorecimento na observação da política de guarda documental (tendo em vista a atuação do Museu Sacro-Cultural e a Casa da Cultura) e da divulgação da memória e história do município, relacionando-as com o que tem sido valorizado e o que tem sido esquecido ou negligenciado. A sistematização de informações também se mostrou essencial, sobretudo como forma de complemento à História Local quanto aos fatores culturais, políticos e econômicos de Carmo do Cajuru.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História pública: entre as "políticas públicas" e os "públicos da história". *XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal, 2013.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. (Orgs.). Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ANUÁRIO *Estatístico de Minas Gerais Anno 1 – 1921: Situação Physica*. Belo Horizonte: Imprensa Official, Secretaria Da Agricultura, v. I, 1924.
- ANUÁRIO *Estatístico de Minas Gerais Anno 1 – 1921: Situação Demographica*. Belo Horizonte: Imprensa Official, Secretaria Da Agricultura, v. II, 1926A.
- ANUÁRIO *Estatístico de Minas Gerais Anno 1 – 1921: Situação Economica*. Belo Horizonte: Imprensa Official, Secretaria Da Agricultura, v. III, 1926B.
- ANUÁRIO *Estatístico de Minas Gerais Anno VII – 1955*. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas do Departamento Estadual de Estatística, 1957.

ANUÁRIO *Industrial do Estado de Minas Gerais – 1937*. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas do Departamento Estadual de Estatística, 1939.

BOSI, Ecléa. Sobre a memória. In.: *O Tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, p. 11–67, 2003.

COELHO, José Demétrio. *Emancipação de Carmo do Cajuru*: relato histórico. In: FLORA, Flávio (Org.). Divinópolis: Geec Publicações, 2020.

CORGOZINHO, Batistina M. S. Dimensões do Museu no cenário atual e o acervo do Museu em Divinópolis/MG. FUNEDI UEMG: Divinópolis/MG, 2003, p. 76–88.

CULTURA, Fichas de inventário. *Prefeitura Carmo do Cajuru*. Disponível em: <<https://arquivo.carmodocajuru.mg.gov.br/publicacoes/cultura/fichas-de-inventario.html>>. Acesso em: 17 de jul. 2021.

DIOMAR, Oswaldo. *História de Carmo do Cajuru*. Divinópolis: Gráfica Sidil. 2 ed. 2000.

LE GOFF, Jacques. Memória. In.: *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp. 5 ed, p. 429–476, 2003.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *A História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, p. 327–331, 2016.

MENESES, José Newton Coelho Menezes. As leituras públicas da história, a memória social e o patrimônio histórico-cultural. In.: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *A História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, p. 327–331, 2016.

NEVES, Joana. História local e construção da identidade social. *Saeculum – Revista de História*, UFPB, n. 3, 10 dez. 1997.

SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *A História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, p.327–331, 2016.

22

ITAPAGIPE: RACIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NA CIDADE E AS HISTÓRIAS NÃO ESCRITAS

*Maria Rita de Jesus Barbosa*¹

INTRODUÇÃO

As representações da história oficial local da cidade Itapagipe é uma reflexão sobre as muitas outras histórias oficiais. Através de pesquisa em arquivos públicos do município, dos poderes legislativo, executivo, assim como fontes paroquias, as fontes escritas contam a sua história, que é corroborada pelo livro, *Nossa História*², a narrativa corrente nas páginas do livro reproduz a história daqueles que não cessaram de vencer.

Quem são os vencedores na história local? Por que eles continuam vencendo? Qual a relação de quem escreve a história com aqueles que não cessam de vencer? Em suas teses Walter Benjamin aponta que o investigador pode estabelecer uma relação de empatia com o vencedor, essa empatia beneficiaria sempre os dominadores. “Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes.” (BENJAMIN, 1987: 225).

A história oficial foi e é construída a partir da letra grafada em papel, com documentos escritos, textos dos mais diversos, principalmente aqueles assinados por sujeitos que foram ou ainda são detentores de

¹ Historiadora, Mestre, Doutoranda da PUC-SP. E-mail: mariaritabarbosa@outlook.com.

² A única fonte escrita sobre a história local da cidade de Itapagipe-MG. Publicado em 1990, o livro se tornou um manual de referência para o conhecimento da história da cidade, utilizado nas instituições públicas, assim como nas escolas de educação básica do município.

cargos de autoridade, garantindo assim um status de legitimidade a história. Na margem dessa história oficial reflete a necessidade de pensarmos no plural, Histórias, Memórias e Patrimônios, dispensando atenção especial à disputa por diferentes visões, enfatizando que a versão oficial tenta eliminar a emergência de outras Histórias.

Essas disputas não se fazem presente, somente na história geral, mas também nas micro-histórias³, ou seja, nas histórias regionais e locais, que são interconectadas com a história geral. Com essa breve menção as histórias escritas pensemos nas não escritas. Aquelas histórias dos sujeitos podem ser reencontradas nas entrelinhas da própria história escrita e na memória de homens e mulheres que juntaram suas histórias à história do lugar.

Esses sujeitos marginais, com suas vidas paralelas, corpos indóceis e memórias desarmônicas, desdizem o epítome da narrativa de homens brancos, desbravadores, laboriosos da cidade de Itapagipe-MG. Nas narrativas oficiais são reiteradamente recomposta história de heróis brancos, como no livro *Nossa História*.

Esses nossos antecedentes, maioria brancos, conduziram o destino de nossa terra desde os primórdios, enfrentando todas dificuldades até a presente data. São os responsáveis legítimos apenas com o auxílio de outras raças pelo progresso de nossa terra que ora narramos. (LIMA, 1992: 28).

O trecho supracitado descreve como aqueles que não integravam o grupo dos brancos é apresentado na história oficial do Município de Itapagipe, são os outros, aqueles que vivem à margem da história.

³ Para saber mais sobre o conceito de micro-história ver: GINZBURG, Carlo. **O nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico**. In *A Micro-História e Outros Ensaios: Memória e Sociedade*. Tradução de Antônio Narino. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989.

Ampliamos nosso diálogo a partir do conceito de Homi Bhabha entre-lugares. De que modo se formam os sujeitos nos entre-lugares, quem são esses sujeitos? “[...] nos excedentes da soma das “partes” da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero etc.)”. (BHABHA, 2013:20). Esses sujeitos são mulheres, negros, indígenas, aqueles que vivem à margem do poder e do privilégio e com isso perde o direito de integrar os escritos da história, seja nacional ou local.

CIDADE E NARRATIVA

O Triângulo Mineiro, delimitado previamente seja como mesorregião, sua identificação geográfica é facilitada pelo fato de ser banhado ao norte pelo Rio Paranaíba, que serve de fronteira com os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo. O mapa regional apresenta a localização da cidade de Itapagipe no Triângulo Mineiro.

IMAGEM I – Mapa do Triângulo Mineiro



Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br) - adaptado pela autora

A data da fundação do arraial de Santo Antônio do Lageado, continua incerta, fontes cartoriais na cidade de Frutal, a quem Itapagipe foi distrito até 1948 e documentos locais, acessados, como o Dossiê de Tombamento do Conjunto Paisagístico do Córrego Lageado apresenta uma cronologia para momentos significativos na constituição político-administrativa do município, no entanto essas informações não indicam as suas fontes, apontando para o livro Nossa História. No entanto algumas das datas e informações que o Dossiê traz no capítulo Histórico do Município⁴ não consta em nenhuma das páginas do livro Nossa História.

Segundo informações, constante no Dossiê de Tombamento do Córrego do Lageado, o primeiro povoado de que se tem notícia foi formado na região conhecida como Fazenda Lageado, quando as primeiras terras foram formadas principalmente por Vicente Joaquim da Silva, em 1880, para o seu padroeiro Santo Antônio, como era de costume na época. Atraído pela fertilidade das terras, o relevo pouco acidentado e a abundância de água, Vicente se instalou próximo à margem do Rio Grande e cultivou a intenção de povoar a região. A partir de sua doação, não só os padres, mas, também, muitas famílias passaram a se instalar na Fazenda Lageado e juntar forças para erguer a capela ao Santo, que, inclusive, daria o primeiro nome ao povoado de Patrimônio de Santo Antônio do Lageado.

Quanto à evolução política, temos que, no ano de 1892 é oficializada a fundação, consolidando o povoado do Patrimônio de Santo Antônio do

⁴ ITAPAGIPE, Município de. Departamento Municipal de Cultura. **Dossiê de Conjunto Paisagístico do Córrego Lageado**. Itapagipe: 2011. Disponível em: <https://itapagipe.mg.gov.br/uploads/noticia/arquivos/ARRAIA-DO-LAGEADO.pdf>. Acesso em 15 out. 2021.

Lageado. Em 17 dezembro de 1938, fora elevado a distrito, com o nome, somente, de Lageado, integrado a comarca do município de Frutal.

A mudança do nome do distrito para Lageado seria uma referência à típica configuração da região, com rochas planas e duras, chamadas pelos moradores da região de lajes e que também nomeia o córrego que corta a cidade, informação retiradas do Dossiê de Tombamento do Córrego Lageado.

“Em 1943, quando da instalação efetiva do distrito, seu nome foi nome foi mudado nova e definitivamente para Itapagipe. Este, por sua vez, significa “pedra dura” em língua indígena, fazendo também alusão as supracitadas lajes.”⁵ Itapagipe passou à categoria de município, desmembrando-se de Frutal apenas em 27 de dezembro de 1948.

A narrativa sobre a história local de Itapagipe está atravessada por documentos, e principalmente, imagens que fazem uma cronologia dos governos municipais, exaltando seus atos políticos, dando ênfase à gestão do prefeito Antônio Gonçalves de Paula, esposo da senhora Jurani. Para o historiador Raphael Samuel a história local está bastante vinculada à natureza dos documentos que a compõem, variando pouco de um lugar para outro, normalmente, registram atos dos governantes locais, o que ele denomina por tendência administrativa dos documentos. Uma outra dificuldade apontada por Samuel é sobre quem são os produtores dessa história local “[...] circunscrita a um grupo de entusiastas.” (SAMUEL, 1990: 222).

Os entusiastas descritos por Samuel, podem ser aqueles que possuem recursos econômicos e políticos para produzirem e registrarem a história local. Essa história escrita carrega o rastro de

⁵ Ibid., p. 12.

quem ou do grupo que a produziu. Nessas produções determinados grupos tem um lugar no panteão dos heróis municipais, enquanto outros são deslocados para serem os anti-heróis, ou mesmo ao esquecimento.

Em uma parte do livro *Nossa História*, LIMA (1992), descreve sobre a participação social dos grupos humanos na formação da cidade. “Muitos anos depois, sabe-se que o Sr. Juvenal Carneiro Leão possuía alguns escravos africanos, dos quais supõem ter originado a porcentagem da raça negra presente nos dias de hoje.”⁶

Os documentos escarafunchados, por mim, neste período da pesquisa de doutoramento, nos arquivos municipais, alinham-se a narrativa do livro *Nossa História*, permitindo compreender como os heróis locais são gestados e como essa relação herói e poder é acasalada dentro da história.

No decorrer da pesquisa venho compreendendo o alcance de uma narrativa escrita e continuamente reproduzida pelos grupos dominantes da cidade de Itapagipe, a partir da história local, percebendo como ocorre o processo de apagamento das minorias no contexto de formação social, cultural e econômico dentro dessa narrativa oficial. Apagamento este, na escrita da história local, que passa pelos primeiros habitantes da região, os povos caiapós, alcançando marginalização do bairro Pito Aceso, surgido na década de 1970, e seus moradores, sendo reproduzida como verdadeira nas mais variadas instâncias, racializando não somente os corpos como os espaços da cidade. Como a documentação oficial descreve o bairro preto

⁶ LIMA, Jurani Gonçalves. Op. Cit., [1991 ou 1992], p. 27.

da cidade de Itapagipe, o discurso presente nos documentos os lugares de sociabilidade, cultura e lazer.

A história contada pelas fontes escritas de Itapagipe tema do capítulo 3, este capítulo foi sendo gestado no início da pesquisa, naquele desespero sobre o que escrever, como começar, quais seriam as minhas fontes, diante da preocupação com as minhas fontes, e mesmo com as negativas sobre a possibilidade de existir documentos escritos que comprovassem a existência do bairro Pito Aceso, moradia da população preta da cidade de Itapagipe, atualmente COHAB I e II. Inicialmente, trabalhava com a possibilidade de utilizar somente as fontes orais, pois durante o mestrado não tive êxito na minha busca por outras fontes sobre a existência do Pito Aceso e suas mazelas, discurso recorrente para a população de Itapagipe. O Pito Aceso foi e é considerado pela população da cidade, que não habita aquele lugar, como um lugar de pobreza, violência até mesmo promiscuidade.

HISTÓRIAS DA GENTE PRETA

Os colaboradores⁷ desta pesquisa foram escolhidos entre moradores do Antigo Bairro Pito Aceso, atualmente Cohab, e uma colaborador que não mora na Cohab, mas mantém um trânsito familiar e cultural com o Bairro, morador de uma comunidade rural conhecida como Douradinho, região que segundo histórias dos moradores era uma região onde os negros fugiam das fazendas da região e acabam indo para lá. Atualmente muitos itapagipenses acreditam que a comunidade rural

⁷ Para se referir aos entrevistados tomo de empréstimo, o termo empregado por José Carlos Sebe Meihy que substitui entrevistado, testemunha por colaborador ou contador de história.

do Douradinho tenha nascido a partir da presença de escravos aquilombados, mas esse poderá ser tema para outra pesquisa.

A identidade só se afirma como identidade quando comparada as outras identidades, ou seja, entre nós e o outro. Para conceitualizar esta ideia de uma identidade que partilhada coletivamente sobre alguns aspectos que a constitui, mas que por outro lado produz identidades dicotômicas, a partir de uma posição de diferenças apresentadas como inconciliáveis. Um exemplo dessas identidades reafirmadas a partir da diferença é compreendida por Edward Said. “A ideia de uma identidade europeia, por exemplo, defendida por partidos de extrema-direita, surgiu, recentemente, como uma reação à suposta ameaça do ‘Outro’”. (SAID, 2007: 13).

Em sua obra, *Orientalismo*, Said apresenta a tendência da cultura ocidental em produzir um conjunto de representações sobre o Oriente, como um lugar exótico, de fascinação e perigo, mas ameaçador. O que segundo Said, essas representações sobre o Oriente formuladas pelo saber da cultura do Ocidente dizem mais sobre os medos e as ansiedades ocidentais do que sobre a vida dos povos do Oriente e da África do Norte.

O pensamento de Said sobre as construções do Oriente através do saber Ocidental, mesmo dentro de um espaço geográfico e cultural macro pode ser compreendido sob formas mais particulares e em um espaço micro dos territórios urbanos. As identidades atuais que se formam nos coletivos dos bairros urbanos periféricos, como formas de afirmação destes grupos, são consideradas identidades periféricas, diferentes daquelas compartilhadas pelos grupos que habitam nos espaços centrais das cidades.

Esses lugares periféricos, do outro, marcam as identidades, não somente coletivas como individuais. Um morador de Itapagipe, pode ser

identificado não apenas como um itapagipense, mas como um itapagipense morador de onde era o Pito Aceso ou um itapagipense morador da Cohab. O morador de onde era o Pito Aceso ou da Cohab é uma construção da identidade de alguns moradores da cidade de Itapagipe que são diferenciados de outros, a partir do espaço que vivem na cidade.

Para Kathryn Woodward as identidades são construídas, mais comumente, a partir de oposições binárias. “Uma característica comum à maioria dos sistemas de pensamento parece ser, portanto, um compromisso com os dualismos pelos quais a diferença se expressa em termos de oposições cristalinas.” Woodward utiliza dialoga com o pensamento de Derrida e Hélène Cixous, para argumentar que nessa relação entre dois termos de oposição binária existe uma distribuição desigual de poder. Este desequilíbrio é construído entre termos de oposição binária, sempre valorizando um mais que outro, tornando-se a base para as divisões sociais.

Segundo Woodward, apoiada no pensamento de Cixous esses termos que de oposição binária apresentam a partir da noção que um é a norma e o outro é o “outro”, como desviante ou de fora. A cultura é um terreno que podemos compreender o funcionamento dessas oposições binárias em suas relações desiguais de poder, aquilo que é associado como alta cultura e o que é considerado como cultura popular. Outro exemplo que podemos incluir nessas construções binárias que remetem ao poder é a construção simbólica de branco/preto. Podemos pensar nos significados da cor o que cada uma carrega de simbologia.

A caracterização que faz dele tem relação direta com o desejo de identidade, porque entende que deve produzir uma imagem de um coletivo que carece ser situada no tempo e no espaço geográfico,

territorializando o desejo e o localizando. Mostra também uma tradição e uma experiência longa como lugar, dando um caráter de autoridade para falar sobre ele.

ESPAÇOS DE FESTAS E CORPOS RACIALIZADOS

“Eee, minha filha, nossos bailes foi baile da elite. Esse povão aí de baixo, é muita gente boa, gente de família que frequentava o salão.”

(Dona Ivone, entrevista oral, 21, out. 2021)

Entre os lugares de lazer dos moradores da Cohab estava o Salão do Pelé, localizado em um espaço geográfico marginalizado, na cidade de Itapagipe. Conforme Edward Said as fronteiras geográficas acompanham as sociais, étnicas e culturais de maneiras previsíveis.

As fronteiras sejam geográficas, econômicas e culturais, como descritas por Said, parece não poderem ser atravessadas quando os esses atravessadores são a população pobre, moradoras dos territórios marginalizados, percebemos que a população pobre acolhe a presença dos ricos da elite com uma dose de alegria. Começamos este subtítulo com uma fala de Dona Ivone. A Dona Ivone e o senhor Pelé são dois colaboradores desta pesquisa, eles mantiveram um salão de festa ou de forró, como eles gostam de falar e como as pessoas da cidade diziam quando falavam do Salão, o nome era Forró do Pelé.

Desde a minha adolescência ouvia as pessoas comentarem sobre o Forró do Pelé. Era um grande barracão, ainda é, mas atualmente está alugado para terceiros que mantém naquele espaço uma oficina mecânica. O interesse em buscar pelo senhor Pelé para colaborar com a pesquisa surgiu durante a pesquisa que realizei nos arquivos do legislativo municipal, encontrei uma referência sobre um terreno na

Avenida 23, que fazia divisa com o salão, e no documento não citava o nome do senhor Pelé, mas sim vulgo Pelé. O documento é do ano 1982, segundo o senhor Pelé e sua esposa Ivone, eles abriram o salão de festa em 1985, e o mantiveram até de 2014, quando por questões de saúde não foram mais capazes que organizarem os forrós e shows para a população. Os dois são pessoas idosos, ela uma mulher branca de 78 anos, ele o homem negro de 82 anos.

A pesquisa com a metodologia de história oral, talvez, seja uma das mais difíceis, porque diferentemente das fontes escritas ou materiais, que nós não precisamos conquista-las, no sentido de ganhar a sua família, para que assim elas falem conosco. A pesquisa com a partir das fontes orais, ou seja, da fala dos nossos colaboradores exige do pesquisador, não somente o conhecimento metodológico, o conhecimento das técnicas, de gravação, elaboração de um questionário antecipado para ser respondido pelos colaboradores da pesquisa.

O trabalho com história oral exige de nós, pesquisadores, sensibilidade, carisma, fala cuidadosa, paciência e acima de tudo ouvidos atenciosos. A abordagem dos nossos colaboradores é uma das etapas mais importante da pesquisa, como abordamos nossos colaboradores, como explicamos o que os objetivos da nossa presença em suas casas. A confiança e uma certa familiaridade que o colaborador passa a ter com o pesquisador ou pesquisadora pode vencer resistências e contribuir para um desejo recalcado de falar de si, segundo Michelle Perrot. “[...] com o prazer de ser levada a sério e ser, enfim, sujeito da história.” (PERROT, 1989: 17).

Perrot assim como Ecléa Bosi concordam que as pessoas mais velhas, que seriam em principio as depoentes buscadas pelos historiadores, frequentemente não têm quem as escute, ou pelo menos

quem atribua importância à sua fala. Deste modo, a atenção e o interesse do(a) pesquisador(a) são por elas valorizados e, em contrapartida, a investigação se enriquece. No entanto, quando trabalhamos com história oral e memória, somos inqueridos, geralmente, por alguns imbróglios, um deles inquerido à questão da confiabilidade da memória. Alegações de ordem psicológica ou mesmo de ordem biológica são trazidas como a seletividade da memória, a repressão dos fatos indesejáveis, o esquecimento.

Não podemos desprezar essas alegações, mas podemos afirmar que delas não se salvam também os documentos escritos. Conforme sabemos se registra o que se quer registrar, só observamos com atenção aos jornais de hoje, às atas de nossas reuniões escolares, aos relatórios governamentais, abrangendo com amplitude os documentos do passado e do presente observamos que dão uma versão, usualmente é a versão dos grupos hegemônicos. Os esquecimentos e seleção são cometidos na forma escrita ou oral, de modo intencional ou não.

O historiador francês Paul Thompson aponta outro problema, para os pesquisadores que trabalham com a história oral, a representatividade. Para isto ele lembra que a morte ataca com desigualdade e desta forma dificilmente uma amostra aleatória numa pesquisa oral refletiria o passado com precisão. Mas Thompson também chama atenção para o fato de que os documentos que nos foram legados do passado não são, como alguns acreditam, uma amostra acidental do que originalmente existia.

Foram escolhidos para que prevalecessem, normalmente por membros dos grupos sociais políticos ou instruídos, ao supô-los significativos. Refletem, portanto, a estrutura de poder e os preconceitos de sua época." (Thompson, 1984:54)

É importante compreendermos que a questão da confiabilidade da memória que fora e ainda é questionada deve ser aplicada também as fontes escritas, como apontado por Thompson. Há cuidados que podem ser tomados e considerados, certamente, também com relação aos documentos escritos como buscar várias fontes de informação e confrontá-las.

Outro espaço de festejo localizado na região do antigo Pito Aceso, atualmente, Cohab I e II, pelo poder público municipal foi o Barracão da Cohab, demolido pela prefeitura de Itapagipe em 2013.

O salão de Festa da Cohab foi construído no final da década de 1980, a partir das reivindicações da população daquele território, que sabiam da rejeição que enfrentavam por parte dos moradores de outras regiões da cidade e não eram bem-vindos nos mesmos espaços de sociabilidade dos moradores das áreas centrais de Itapagipe. Os moradores da Cohab acumulavam e continuam a acumular alcunhas de briguentos, arruaceiros, “pretaida” que gosta de confusão. Entre os moradores de outros bairros da cidade poucos frequentavam os bailes e festejos que aconteciam no Salão da Cohab, pois não queriam ser mal visto, pois gente de bem não andava pelas aquelas bandas.

As narrativas criadas pelos brancos acerca das manifestações festivas da população negra, no Brasil, é atrelada a um caráter pejorativo, folclórico, remontando ao passado de escravização dessas populações. Segundo Katharina Doring⁸ as várias sonoridades e ritmos africanos foram designados genericamente como batuque. Os festejos e

⁸ DORING, Katharina. As festas negras e a (des-)ordem colonial: territórios, tempos e sonoridades na diáspora africana. **Revista Landa**. Florianópolis, vol.9, n.1. p. 216-252, nov. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/218540/12-%20Katharina%20Doring-%20As%20festas%20negras.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 13 ago. 2021.

as manifestações de festa dos povos africanos se inserem dentro de uma cosmovisão díspar da noção de festa das culturas euro-ocidentais, ao longo dos séculos as festas das populações africanas, no Brasil, se desenvolveram como lugares de contracultura, de rebeldia, inversão da ordem, as culturas subalternas, suas festas foram julgadas com o olhar branco de desdém, tidas como formas de manifestações sexualizadas.

Nesse contexto de distanciamento cultural e segregação, retomo as festas da comunidade do antigo Pito Aceso, tido como um território negro da cidade, os festejos dessa população podem ser pensados, não somente, como de diversão e lazer, mas formas de sobrevivência da comunidade.

Dando continuidade aos espaços de lazer para a população do antigo Pito Aceso e a relevância da religião na vida dos moradores, segundo a fala do pároco, assim como a construção de uma igreja em parte do terreno onde ficava o salão de festa da Cohab.

Recentemente, o tema sobre o restante do terreno tornou-se notícia nos meios de comunicação da prefeitura municipal de Itapagipe, misturado mais uma vez a política local, coincidindo também com a proximidade das eleições estaduais. Os políticos, sejam locais ou regionais, em períodos eleitorais voltam seus cuidados e atenções para esse espaço da cidade, enxergam a possibilidade de conseguir um número expressivo de votos. É bom marcar que o barracão foi demolido em 2013.

IMAGEM 2 – Print de tela. Verba Parlamentar para investir em lazer na COHAB, (2022)

pmitapagipe
Itapagipe, Minas Gerais, Brazil

11:08

Comentários

pmitapagipe Atendendo a um pedido do vereador Sinezinho que conseguiu uma verba no valor de R\$ 300.000,00 por intermédio de uma emenda parlamentar do Deputado Federal Zé Silva, a administração municipal começou a elaborar um projeto de criação de uma área de lazer no local do antigo barracão da COHAB.

A administração municipal têm trabalhado incansavelmente para poder melhorar nossa cidade e proporcionar mais qualidade de vida a todos os itapagipenses.

#TrabalhoComprovado
#EficiênciaETransparência

6 d

paulogabrieleoneel Podia ser feito o velório no local

6 d Responder

Curtido por dianaroborges e outras pessoas

A administração municipal têm trabalhado incansavelmente para poder melhorar nossa cidade e proporcionar mais qualidade de vida a todos os itapagipenses.

#TrabalhoComprovado #EficiênciaETransparência

Ver todos os 3 comentários

Fonte: https://www.instagram.com/tv/CbVQgoUDsWB/?utm_medium=share_sheet
Acesso em: 20 março 2022

Nota: Anúncio de verba, que segundo informações, constante nos meios de comunicação da prefeitura, será destinada para construção de área de lazer no terreno onde se localizava o antigo salão da Cohab.

Outra questão que aparece na postagem, feita pela prefeitura municipal de Itapagipe, é o comentário de um itapagipense. O comentário é curto, mas carregado de significados e representações. Seria o sujeito morador do bairro? Em caso positivo a sua opinião expressaria a vontade de todos os moradores? Segundo as informações na matéria postagem pela prefeitura, o para ser investido em um projeto de lazer.

Mas, não sendo o sujeito, um morador da Cohab, poderíamos pensar em outras questões para a afirmação feita no comentário da postagem, sobre qual o destino do dinheiro. Qual o imaginário ainda persiste na população da cidade sobre os moradores do antigo bairro do

Pito Aceso? Por que o espaço de vivência dessas pessoas precisa ser ocupado pela religião ou por uma rotina que se enlace com a dor da morte? Talvez somente essas perguntas não deem conta da complexidade das relações entre a população central da cidade de Itapagipe e os moradores do antigo Pito Aceso, mas através delas é possível refletir sobre essa dinâmica de significados e representações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O subtítulo, considerações finais, representa melhor a finalização deste texto, pois sendo parte de uma pesquisa em andamento, não é possível trazer ao leitor a conclusão, mas o contexto da pesquisa e algumas questões que a norteiam.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas I*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- DORING, Katharina. As festas negras e a (des-)ordem colonial: territórios, tempos e sonoridades na diáspora africana. *Revista Landa*. Florianópolis, vol.9, n.1. p. 216-252, nov. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/218540/12-%20Katharina%20Doring-%20As%20festas%20negras.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 13 ago. 2021.
- GOMES, Marcos Antônio Silvestre; DANTAS, Sandra Mara (org.). *Olhares Cruzados: política e dinâmicas sociais no Triângulo Mineiro*. 1.ed. Jundiaí, SP: Paco, 2018.
- LIMA, Jurani Gonçalves. *Nossa História*. 1. ed. Belo Horizonte, 1992.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 9 n. 18, p. 09-18, agos.1989, p. 17.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Rosaura Eichenberg. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.13.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, v.9, n.19, p.219-243, 1990. Disponível em: http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3887; acesso em: 28 mar. 2022

SILVA, Tomaz Tadeu da (coord.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p.51.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FONTES

ITAPAGIPE, Município de. Departamento Municipal de Cultura. *Dossiê de Conjunto Paisagístico do Córrego Lageado*. Itapagipe: 2011. Disponível em: <https://itapagipe.mg.gov.br/uploads/noticia/arquivos/ARRAIA-DO-LAGEADO.pdf>. Acesso em 15 out. 2021.

_____, Município de. Departamento Municipal de Cultura. *Registro de Bem Imaterial Forma e expressão Arraial do Lageado*. Itapagipe: 2013, p. 18. Disponível em: <https://itapagipe.mg.gov.br/uploads/noticia/arquivos/ARRAIA-DO-LAGEADO.pdf>. Acesso em 11 nov. 2021.

23

MEMÓRIAS DE VELHOS, HISTÓRIA ORAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

*Andressa Oliveira Boin*¹

*Fernando Cordeiro dos Santos*²

Flávia Lemos Mota de Azevedo

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca expor e discutir alguns aspectos relacionados à produção do curta-metragem, realizado a partir das entrevistas com os Mestres do Saber do município de Igaratinga, Minas Gerais. Essas foram executadas no ano de 2020, no âmbito do Inventário de Patrimônio Cultural do município, com levantamento de dados e mapeamento de bens, tradições e saberes representativos da cultural local, identificados e legitimados pela própria comunidade como parte de sua história. Desta forma, o protagonismo da comunidade foi essencial para o êxito do projeto, em especial das entrevistas com a população, registrando em áudio e vídeo os relatos oralmente transmitidos pelos mesmos.

Inicialmente, serão discutidos alguns pontos sobre a memória – especialmente a memória de velhos, embasado no trabalho de Ecléa Bosi (2013) – e sua relação com a história. Neste mesmo bojo, intimamente relacionada, está a história oral e as potencialidades que pode oferecer

¹ Graduando em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade de Divinópolis. E-mail: andressa.1694313@discente.uemg.br.

² Graduando em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade de Divinópolis. E-mail: fernando.1693683@discente.uemg.br.

aos diversos campos de pesquisa, em especial a do patrimônio cultural, em virtude das novas percepções de patrimônio e do protagonismo da comunidade detentora dos bens e saberes. Dessa forma, buscou-se apontar fatores que não só legitimam a oralidade como fonte, mas também relacionados os aspectos do próprio trabalho e das entrevistas com a discussão teórica.

Posteriormente, será apresentada a metodologia do trabalho, especificando-se o contexto do projeto, quando e como as entrevistas ocorreram, tendo como principal fonte teórica para as discussões sobre entrevistas e a importância da escuta, a partir da autora Marta Rovai (2015). Por conseguinte, também as principais etapas e dificuldades durante o processo de produção do vídeo foram explanadas, este tendo sido o principal resultado do trabalho exposto anteriormente. Por fim, também a difusão e a potencialidade das mídias digitais foram abordadas, já que, como produção audiovisual, seu alcance pode ser considerável, fomentando mais discussões.

Os aspectos técnicos e as informações concretas; desde o início do projeto, da procura pelos entrevistados até a produção e apresentação do curta-metragem foi possível abordar uma imensidão novos ângulos relacionados ao município, ao patrimônio, a produções audiovisuais, a políticas públicas, atuação junto à comunidade e o resgate dos participantes como sujeitos históricos.

RESGATE DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE IGARATINGA

O município de Igaratinga, no ano de 2020, realizou um conjunto de ações direcionadas à proteção do patrimônio cultural local. De modo geral, a principal atividade realizada e executada continuamente de

modo a subsidiar a pesquisa e sistematização de informações acerca da história do município e do seu patrimônio cultural foi a realização de entrevistas com os Mestres do Saber. O objetivo foi a busca de informações sobre o cotidiano, a comunidade, a história, o desenvolvimento do município e suas transformações, além de proporcionar uma reflexão acerca da história rural do próprio Centro-Oeste Mineiro. Dessa forma, foi possível registrar e difundir aspectos fundamentais da história de Igaratinga e do seu patrimônio cultural.

A compreensão acerca do processo histórico de constituição do município através das entrevistas e pesquisas documentais traz consigo uma série de implicações. A primeira delas é a compreensão fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas também nas áreas urbanística, ambiental e turística de acordo com as características locais. As transformações estruturais e de serviços necessárias à cidade podem ocorrer em sintonia com o modo de vida local, respeitando as funções sociais dos espaços, sejam elas simbólicas, contemplativas ou econômicas. Por outro lado, há a manutenção da memória local, com a inserção da comunidade e seus membros como sujeitos constituintes de sua história através do conhecimento que possuem sobre suas origens e de seus bens, historicidade e simbolismo. Assim, o patrimônio cultural possibilita a compreensão do passado da comunidade, seu presente, e ao mesmo tempo projeta possibilidades nas perspectivas futuras.

Cabe destacar a importância do levantamento de dados e da pesquisa de campo em um trabalho como o que foi realizado. O município de Igaratinga, apesar de possuir um acervo imagético e documental rico, possuía poucos documentos com informações concretas a respeito de sua história, seus primórdios e seu patrimônio – dos quais uma parte desses registros se encontra no site da prefeitura.

Assim, os moradores do município se mostraram como os principais portadores de informações relevantes acerca da sua história, fornecendo exposições sobre as tradições do município, locais de memórias e relatos pessoais.

As entrevistas com a população local foram essenciais para coleta dos dados e proporcionaram relações interessantes entre os seus agentes, a saber, o pesquisador e o narrador ou entrevistado. Ter em mente as subjetividades, intencionalidades, posições e vivências únicas de ambos, é fundamental no processo de acesso às suas memórias e histórias. Dessa forma, é preciso aclarar que

Realizar uma entrevista com fins acadêmicos ou comunitários não é apenas uma técnica, que pode ser exercida sem qualquer envolvimento subjetivo do entrevistador. Envolve um processo muito complexo, de relações imbricadas, de expectativas humanas cruzadas e diferenciadas, entre aquele que conta e quem se dispõe a ouvir. Mais do que ouvir, o trabalho com história oral de vida exige a capacidade de escutar, tornar-se cúmplice de quem compartilha suas histórias e significa o mundo por suas palavras. Um encontro com quem narra é marcado por uma rica diversidade de sons, risos, gestos, olhares e cheiros. (ROVAIL e EVANGELISTA, 2009: 3).

Além de compreender estes aspectos acerca de uma entrevista enquanto pesquisa pela História Oral, é necessário que o pesquisador, e no caso das políticas públicas sobre o patrimônio, o Poder Público Municipal e o Estado, ouçam de fato a população. Trata-se de uma escuta ativa, atenta, e não passiva ou que se prenda a academicismo, prismas de intelectualidade e ignore as experiências e entendimentos dos entrevistados:

Ter humildade exige de nós responsabilidade ética para ouvirmos e vermos quantas vezes forem necessárias as performances de nossos entrevistados.

Nosso trabalho trata com fontes vivas, humanas, e que, portanto, devem ser entendidas como mais do que um objeto, um sujeito que pensa, sente, seleciona e interpreta sua própria existência. Como alguém que também nos analisa e que vê em nós a possibilidade de se tornar visível num mundo de excessos de imagens e palavras. (ROVAI, 2015: 113).

A ética da escuta pode informar, sensibilizar, politizar e empoderar. Para isso, ela envolve potencial emotivo, questões de identidade, legado, reparação, tradição, sempre em disputa e, portanto, sempre presentes no fazer história oral. Ouvir não significa apenas assumir uma conversa nem responsabilizar-se pelas histórias contadas, mas colocar-se na condição de pronunciamento contra as violências do presente, as exclusões, a indiferença, contra a passividade diante de um passado só aparentemente distante. Exige de nós transformarmos a informação em conhecimento e afetividade. Ou seja, tornar o que aparentemente é banal, ou invisível, em consciência de existência, consciência histórica. (Id: 119).

MEMÓRIA E HISTÓRIA

O passar do tempo é percebido de múltiplas maneiras pelos indivíduos das sociedades. Entretanto apresenta alguns pontos em comum a maioria delas; sua divisão em dias, meses e anos são impossíveis de serem interrompidos, e as tentativas de serem retardados durante a vida social é extremamente falha.

O tempo, atravessa os corpos sem clemência, deixa marcas não só físicas como também mentais. Essas marcas constroem a memória, a qual é indissociável do tempo, afagando as vivências ou encaminhando-as para o oblívio. “A memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (BOSI, 2013: 53).

Além do mais, a memória evoca a possibilidade de resignificação dos eventos, abordar novos nuances e até mesmo perceber elementos

que constituem o quadro social. Visto isso, “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente os quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (LE GOFF, 1988: 369).

Esses momentos de transbordamento são muito ricos e foram contemplados através das entrevistas realizadas com os Mestres do Saber do município de Igaratinga, Minas Gerais. A rememoração através da escuta atenta, proporcionou momentos únicos do resgate do patrimônio cultural e econômico da cidade:

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda. (BOSI, 2013: 82).

Os mestres do saber que participaram das entrevistas são idosos. Esses residiram a maior parte da vida em Igaratinga. Viveram a emancipação do distrito pertencente a Pitangui e posteriormente a Para de Minas, até a formação da sua atual cidade. Visto isso, acompanharam as sucessivas mudanças que ocorreram na localidade e por essa razão fazem parte da história viva da região.

A urgente necessidade em resgatar a humanidade, pontuada pela autora, é um alerta a crescente desvalorização dos idosos do tempo presente, a escuta dessas memórias encontra-se fragilizado. Como essa “diversidade do passado” seria contemplada sem a escuta? Após à consolidação do capitalismo, o indivíduo tornou-se aquilo que produz, resumindo-se em mais-valia. Com o passar dos anos, a mão de obra encerra o ciclo produtivo, esse valor econômico se personifica no

indivíduo e, portanto, decai. Sendo uma dessas razões as quais colaboram para o intenso abandono dos idosos e a perda do valor de seus corpos e suas memórias no ocidente, suas vivências esmaecem, passam despercebidas, e por fim são apagadas. Bosi pontua:

A moral oficial prega o respeito ao velho mas quer convencê-lo a ceder seu lugar aos jovens, afastá-lo delicada mas firmemente dos postos de direção. Que ele nos poupe de seus conselhos e se resigne a um papel passivo. (...) Em privá-los da liberdade de escolha, em torna-los cada vez mais dependentes. (BOSI, 1994: 78).

Em uma das entrevistas, o senhor Antônio Ferreira dos Santos confirma esse contemto dos mais jovens; “já mudou tudo né, até o povo né? Cadê o respeito, gente? (...) num precisava ser conhecido, via uma pessoa mais velha e tomava dele benção. Hoje cê assusta quando vê um menino dando a benção o pai.” (SANTOS, 2020: 7). O senhor Mozar Gerônimo de Camargos, também pontua as modificações nos comportamentos, afirma: “Uai, o viver de viver antigamente, né? União, trocava dia, fazia aqueles mutirão... Hoje, nem um companheiro num arranja, né?!” (CAMARGOS, 2020: 12). Neste sentido, ambas percepções sobre a vida de antes e de hoje se complementam ao reafirmar a saudade de certos aspectos do passado, principalmente da união da comunidade e do respeito que existia na época e, segundo os entrevistados, já não é mais tão visto atualmente.

Visto isso, percebe-se que a humanidade está perdendo seu lado humano, conforme os indivíduos perdem essa condição, acentua as falhas na comunicação. A qual, na maioria das vezes, não se dá por parte do narrador, já que “Quando os velhos se assentam à margem do tempo já sem pressa – seu horizonte é a morte – floresce a narrativa” (BOSI,

1994: 88). Mas sim por parte do ouvinte, que se recusa em preencher a função. Senhor Antônio reafirma os elementos apresentados acima e pontua a falta de paciência dos ouvintes e a suspensão dessa humanidade; “Qualquer coisinha, mal resposta, ô gente... Naquela época não era assim não, era um povo humilde. E hoje, as coisa boa lá vai cabando tudo” (SANTOS, 2020: 11).

A lucidez do entrevistado em reconhecer as mudanças nos possibilita “através da memória (...), ajudada pelos relatos, os depoimentos e as confidências dos outros, permite-nos fazer uma ideia do que foi o nosso passado” (HALBWACHS, 1990: 71) e o que foi perdido no tempo presente.

Ademais, “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores” (HALBWACHS, 1990: 71). Por esse motivo Antônio Santos traça paralelos do passando-presente, possibilitando a análise dos novos contornos que a sociedade tem seguido e permitindo notar as modificações da história da cidade.

Esses aspectos também podem ser evidenciados em algumas informações, como localizações e medidas. Visto quando Mozar pergunta sobre o nome de uma padaria atual para orientar-se espacialmente na cidade. É curioso notar que ele utiliza de um local, uma referência atual, para buscar um ponto exato no passado em que estava descrevendo. Ou seja, como Halbwachs pontua, o passado e o presente dialogam com frequência nas descrições dos entrevistados. Além disso, o peso/medida do algodão citado por senhor Mozar – 88 arrobas. Isso também é demonstrado pelo Antônio quando fala acerca dos “alqueires de café”, enfatizando a medida utilizada, tentando

fornecer o relato de forma mais verossímil possível. Além do mais, “essa faculdade de lembrar exige um espírito desperto, a capacidade de não confundir a vida atual com a que passou, de reconhecer as lembranças e opô-las às imagens do agora” (BOSI, 1994: 80), tais novas imagens são marcadas por uma ruptura negativa, como aponta Santos, com a perda de valores culturais básicos, como o respeito e a crescente desvalorização dos mais velhos.

“A arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam.” (BOSI, 1994: 85). A tentativa de abranger a riqueza dos relatos através da escrita é um exercício condenado a fracassos. A impossibilidade de captar as nuances das falas, a entonação e musicalidade das palavras, os vícios de linguagem que tornam o relato único e exclusivo da oralidade do entrevistado.

A abundância das narrativas dos mestres do saber prova o que a autora exemplifica, a transformação durante o compartilhamento de suas memórias marcou profundamente os ouvintes que tiveram o privilégio de ouvi-las e ainda terão. A história oral dá um suporte fundamental, que a escrita muitas vezes falha em preencher, “da mesma forma que a memória escrita se vem acrescentar à memória oral, transformando-a, a história vem substituir a memória coletiva, transformando-a, mas sem a destruir” (LE GOFF, 1988: 378). Dentro desse “veio oral”, abarca o tempo individual. A autora Eclésia Bosi pontua como esse é solapado pelo tempo social, tornando-o estereotipado e extremamente comum. Sendo assim, o trabalho que consiste na escuta das memórias dos mais velhos torna-se fundamental para o resgate da singularidade do passado, esse processo não rompe com o tempo social, entretanto possibilita compreender como essa

estrutura foi erguida, pois torna possível a captura dos nuances e recompõe “o contorno borrado das imagens, devolvendo-nos sua nitidez” (BOSI, 2013: 53).

A consciência individual é como um nó dos tempos coletivos. Tais coletividades foram percebidas nos relatos das festas religiosas fundidas no relato do entrevistado Mozar Gerônimo de Camargos; “Uai, desde que eu nasci tem a festa de Santa Cruz (...) e depois a imagem saía de casa em casa, o Coração de Maria. Mudava a noite, aquela quantidade de gente rezando e cantando essa imagem” (CAMARGOS, 2020). Com essa trecho da narrativa foi possível desatar alguns dos nós e compreender um pouco da história regional de Minas Gerais do século XX.

Visto isso, foi possível romper com a história universal hegemônica, através do exercício da escuta dos mais velhos. Esse resgate memorialístico possibilita a democratização do conhecimento popular como valioso e difunde a memória dos mesmos. Ressaltando a relevância do papel desses indivíduos para e na sociedade, possibilitando

ao entrevistado uma reformulação de sua identidade, na medida em que ele se vê perante o outro. Ele se percebe “criador da história” a partir do momento em que se dá conta que, mesmo minimamente, transformou e transforma o mundo (talvez até sem ter a consciência disso), questionando elementos da vida social. (LE VEM, 1997: 220, apud ALVES, 2016: 4).

HISTÓRIA ORAL COMO FONTE

A história historicista do século XIX ainda acompanha alguns historiadores contemporâneos, que desconceituam a história oral como

fonte confiável. De acordo com esses, seria impossível separar a subjetividade do entrevistado aos fatos históricos que deveriam ser analisados. Além disso, valorizavam um passado distante que deveria ser resgatado, já que o passado recente estaria imbricado em política e, portanto, produziria análises manchadas.

Visto isso,

A história oral se desenvolveu em grande medida fora da comunidade dos historiadores. Ainda que guardando as especificidades próprias dos diferentes países com suas distintas tradições historiográficas, o fetichismo do documento escrito, a crença na objetividade das fontes e a concentração do interesse nos períodos mais remotos. (FERREIRA, 2002: 326).

Tal tradicionalismo, ainda vê na fonte documental uma única resposta às lacunas do passado, teceu-se uma supervalorização dessas fontes. Entretanto, os documentos apresentam uma falsa objetividade, já que também carregam tendências ideológicas, manipulação de fatos e até mesmo inverdades de um passado mais distante. O argumento é ultrapassado e vê a fonte oral como um complemento e nunca como foco principal de análise. Felizmente, o século XXI rompe com esses estigmas da fonte. A metodologia que abarca a oralidade pode ser fundamental para compreender o passado recente, além disso possibilita o resgate do sujeito como sujeito histórico, valorizando assim a cultura popular e também o indivíduo.

A história oral possibilita abranger os mais diversos públicos; dos velhos aos marginalizado e iletrados. Tais grupos sociais geralmente excluídos das narrativas tradicionais, são contemplados assim. “Na recuperação da história dos excluídos, os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos, como também constituir-se

em instrumentos de construção de identidade e de transformação social.” (FERREIRA, 2002: 327).

Além da recuperação e reconstrução, a história oral apresenta momentos únicos, algo que a princípio pode parecer simples, mas confere muitos sentidos às falas dos entrevistados, é o riso. Gargalhar em meio às informações diz muito sobre o que está sendo dito e o significado disso para o entrevistado. Os risos vêm nos momentos mais inusitados, são espontâneos e na maioria das vezes, ocorrem quando os entrevistados estão contando algo e, de repente, lembram de uma ocorrência específica, que ilustra o que estavam dizendo, corrobora com o pensamento e também aparenta ter um valor afetivo e simbólico. Visto isso, o senhor Mozar no relato sobre a alimentação, lembra-se da ocasião em que sua mãe colocou muita farinha no copo de leite e tomou aquela mistura, “uma sopa”, diz, gargalhando bastante. Outro exemplo é quando relembram e reproduzem falas ditas na época, entre seus familiares, como quando ele conta acerca da produção de quitandas: “Se a gente fosse comer [os outros diziam]: ‘oia, vamo comer, cabar com esse biscoito que endurece mais pra depois o outro’ (risos)” (CAMARGOS, 2020: 23). Sendo assim, o riso representa uma lembrança boa de algum momento e ilustra o saudosismo desses momentos.

Ademais, a norma escrita configura regras gramaticais que a oralidade não necessariamente segue, tornando os relatos únicos e subjetivos, pois

Elas revelam as emoções do narrador, sua participação na história e a forma pela qual a história o afetou. Isto sempre envolve atitudes de que quem fala podia não estar apto (ou desejar) a se expressar de outro modo (...) tornamos insípido o conteúdo emocional do discurso inclinado para a equanimidade e objetividade do documento escrito. (PORTELLI, 1997: 29).

Tais revelações não poderiam ser alcançadas fora dessa metodologia, afinal os entrevistados “podem ser pobres em vocabulário, mas sempre mais ricos em variações de matizes, volume e entonação” (PORTELLI, 1997: 29). Pontos que serão perscrutados apenas com a fala.

Visto isso, o senhor Antônio Santos possui um vício de linguagem presente em toda a entrevista; “como diz o outro”, em seu vocabulário próprio funciona tanto como conectivo entre as frases e também como argumento para apoiar sua narrativa. Sua subjetividade transborda em todo o relato oral. Assim como Mozar, algumas vezes faz uso da expressão “olha pra ver, gente!”, principalmente nos contextos em que aponta mudanças nos hábitos ou enfatiza algum costume antigo que demandava muito esforço ou era significativo para a comunidade.

Durante as “Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas” (PORTELLI, 1997: 31). Podemos perceber esses elementos ao analisar a entrevista de Mozar Camargos, que pontua elementos do cotidiano de Igaratinga; “O tempo antigo com meus pai, matar porco. Igaratinga era pequenininha. E plantar lavoura, capinar de enxada, andar uns seis, oito quilômetro, olha pra ver com meus pais” (CAMARGOS, 2020).

Logo, a História Oral possibilita vasculhar o passado pelos sujeitos históricos, além disso, valoriza a cultura regional, enfrentando as macro narrativas e histórias hegemônicas. “Ela não teme olhar embaixo. Mas olha do alto, mergulhando para apreender as perspectivas, desdobrar as dispersões e as diferenças, deixar a cada coisa sua medida e sua intensidade” (FOUCAULT, 2014: 75).

METODOLOGIA E PRODUÇÃO DO CURTA-METRAGEM

Ao todo, seis pessoas foram entrevistadas e forneceram seus relatos oralmente, colaborando para a compilação de registros da memória social a respeito do patrimônio imaterial do município. Cabe ressaltar que a seleção das pessoas ocorreu por indicação da própria comunidade, que se manteve como protagonista durante todo o processo. A metodologia da História Oral possibilitou o registro das memórias, histórias do município, dos bens, práticas e manifestações culturais, em especial aquelas que deixam poucos registros escritos. Além disso, houve a escuta da população e equipe de trabalho por parte do Poder Público Municipal, evidenciando a importância do trabalho conjunto com a sociedade civil e a valorização dos saberes e tradições, das memórias, lembranças e histórias diversas que se interpenetram para formar uma teia de elementos que caracterizam e singularizam a cultura e identidade locais.

Após a realização das entrevistas, ocorreu a transcrição literal das mesmas, e posteriormente a sistematização das informações mais objetivas de cada entrevistado acerca da história do município e sua cultura. Embora a metodologia da História Oral possibilite um novo fazer histórico, e ainda mais criativo no quadro das políticas públicas, existem questões pertinentes relacionadas à transcrição das entrevistas, mesmo que esta pareça em si um processo acabado, simples e óbvio:

Um dos grandes nós, no entanto, permanece na questão de como transpor o narrado e acontecido para o código escrito, como ser fiel ao que foi dito pelos entrevistados. Há uma forma mais ética ou mais respeitosa de se transmitir por escrito, de forma cristalizada e racionalizada, uma

performance muitas vezes descontínua, reticente e emotiva? E quanto aos silêncios? Como grafá-los, representá-los? [...] Aquele que conta, faz uma ordenação pessoal, uma criação afetiva dos fatos vivenciados. É possível representar a subjetividade? A fala apresenta um ritmo, uma musicalidade singular, própria do narrador. Às vezes parece ser uma cantiga, um grito, um sussurro. É também silêncio. Ao registrarmos, perdemos as conotações emotivas, subjetivas do enunciado. (ROVAIL e EVANGELISTA, 2009: 3-4).

As reflexões que Rovai e Evangelista (2009) apresentam são muito necessárias na medida em que questionam o fazer historiográfico no âmbito da História Pública e das Políticas Públicas do Patrimônio. Os processos subsequentes às entrevistas e a escuta pelo entrevistador são fatores que impactam diretamente o resultado final ou objetivos aos quais o trabalho se propõe. Logo, trazer uma “narrativa-experiência” e colocá-la como central para a construção de uma “narrativa-histórica” faz parte do reconhecimento de que se trabalha com indivíduos muito complexos em si, nos seus pensamentos, posicionamentos, na seleção de suas memórias e lembranças, e isto promove um contorno totalmente distinto nos frutos da história oral e da proteção do patrimônio.

Foi no bojo dessas “experiências narradas” que a produção do curta-metragem com as memórias dos entrevistados ocorreu. A parte técnica da produção do vídeo foi um aspecto um tanto quanto desafiador, visto que os produtores não possuíam nenhuma experiência ou tinham tido contato com edição de materiais audiovisuais. Entretanto, também foi um processo trabalhoso e demorado optar por um ou outro trecho específico para compor o curta, já que cada entrevista completa tinha mais de uma hora de duração. Dessa forma, não só o aspecto técnico, mas também o conteúdo das entrevistas foi

observado para a produção do vídeo, seguindo o objetivo de mostrar o cotidiano e as transformações do município – obviamente, embebidos das experiências de cada um dos entrevistados.

Quanto aos aspectos técnicos, as maiores dificuldades no momento da gravação se deram devido ao enquadramento da imagem, o posicionamento em relação ao entrevistado, mas também ao áudio dependendo do local da gravação. Já em relação ao momento da produção do curta-metragem, o processo mais demorado e trabalhoso foi o de legendar os trechos escolhidos e, posteriormente, fazer a junção das partes. Assim, apesar das dificuldades encontradas, foi possível finalizar o vídeo como planejado em relação às legendas e aos cortes. Houve bastante aprendizado decorrente desta parte técnica, o que também é muito proveitoso, além da potência vinda da possibilidade de difusão deste material.

Uma das principais formas de manutenção e conservação das histórias e tradições culturais de uma comunidade atualmente é através dos meios digitais, que possibilitam, inclusive, um maior alcance do público. Este também é considerado um ponto positivo em relação ao curta-metragem, visto que, futuramente, poderá ser disponibilizado em diversas plataformas e atingir diferentes públicos. Além disso, as mensagens ali transmitidas, agora serão um registro concreto e terão chances bem menores de se perderem, já que antes não existiam nem registros escritos acerca de muitas daquelas informações. Por fim, tal difusão também possibilita maiores trocas e compartilhamento de experiências, semelhantes ou não, que podem incentivar novos debates e projetos.

CONCLUSÃO

O trabalho com as entrevistas e posterior transformação dessas no curta-metragem, foi extremamente proveitoso tanto no aprimoramento dos aspectos técnicos de edição e filmagem, quanto no processo de aprendizagem sobre a história do município, advindas dessas memórias compartilhadas pelos entrevistados. Dessa forma, muitos são os aspectos a serem destacados, imbricados em cada processo e ação dentro da totalidade do projeto, com seus frutos que se estendem até hoje – dois anos após seu início.

O trabalho com a história oral, e a percepção desta como fonte histórica legítima, tanto teórica quanto prática, foi enriquecedora. Através da oralidade foi possível verificar seu impacto e significado único para cada um dos entrevistados, com suas construções e impressões pessoais singulares. Assim, ocorreu também a valorização das “memórias desses velhos”, de suas histórias e vivências que tão prontamente e gentilmente prestaram a compartilhar. Observar o entusiasmo deles frente à câmera foi, com certeza, concluir que é um trabalho precioso, que deve e precisa ser feito – ainda mais se considerando a ausência de registros escritos acerca da história e do patrimônio em tantas localidades interioranas, que só estão guardadas nas memórias dos velhos, aguardando uma oportunidade de espalharem conhecimento e sensibilidade.

Logo, um dos aspectos fundamentais está na humanização através do trabalho conjunto com a comunidade e com o patrimônio local. Apesar dos cuidados tomados, o contexto pandêmico dificultou os encontros com os entrevistados, mas as vivências advindas do trabalho foram únicas, principalmente por tornar possível a escuta ativa do

outro. Tratou-se de momentos dinâmicos, onde expectativas e surpresas se fundiam durante as entrevistas, onde o compartilhamento de experiências e conhecimentos acerca do município foi intenso, e se pode constatar a importância da atuação mútua entre diferentes sujeitos, a importância do patrimônio cultural e do trabalho historiográfico com a população local.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. *Anais IV Semana de História do Pontal*, Ituiutaba-MG, 2016.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CAMARGOS, Mozar Gerônimo de. *História de Vida*. Entrevista concedida à Flávia Lemos Mota de Azevedo; Fernando Cordeiro dos Santos. Portal EmRedes, CEMUD, 2020.
- EVANGELISTA, Marcela Boni; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Da fala à escrita: processos e procedimentos em busca da construção narrativa. *História Agora*, S.l. 2009.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Paz&Terra, Rio de Janeiro, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- NETO, Antônio José Fernandes. *História de Vida*. Entrevista concedida à Flávia Lemos Mota de Azevedo; Fernando Cordeiro dos Santos. Portal EmRedes, CEMUD, 2020.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História. São Paulo, 1997.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *A ética da escuta: o desafio dos pesquisadores em história oral*. Testimonios, S.l. ano 4, n. 4, p. 109-119, 2015.

24

“LUENA GANGUELA” E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NEGRA POR MEIO DA HISTÓRIA ORAL

*Leonam Maxney Carvalho*¹

*Isabelle Santos Carvalho Lopes*²

INTRODUÇÃO: SER NEGRO(A) NO BRASIL NO SÉCULO XXI

Estabeleceu-se como norte desta pesquisa a seguinte questão: como as identidades negras são construídas quando inseridas em famílias interracialis? Esta pergunta é complexa, assim como suas múltiplas possibilidades de resposta. Para discutir sobre este tema, neste texto, optou-se por apresentar uma análise de caso com ênfase na história de vida de um dos entrevistados: “Luena Ganguela”, conforme será apresentado no último tópico.

Ser negro(a) no Brasil do século XXI é uma construção identitária, que depende de aspectos históricos, sociais e culturais, para além do fenótipo. Não apenas se relaciona a aspectos visuais como à cor da pele, mas também a um posicionamento pessoal. Para apresentar este conceito, iniciamos o debate pela legislação que opera hoje sobre o tema no país. As “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (descritas no Parecer nº 003/2004), instituídas

¹ Professor, membro do Grupo de Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG Divinópolis. Doutor em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: leonam.carvalho@uemg.br.

² Graduada em História – Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG Unidade Divinópolis. Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais. E-mail: isabelle.historia@hotmail.com.

pela Resolução nº 1, de 17 de junho 2004, introduz o tema da seguinte maneira:

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. Por isso, o é quem assim se define. Em segundo lugar, cabe lembrar que preto é um dos quesitos utilizados pelo IBGE para classificar, ao lado dos outros – branco, pardo, indígena – a cor da população brasileira. Pesquisadores de diferentes áreas, inclusive da educação, para fins de seus estudos, agregam dados relativos a pretos e pardos sob a categoria negros, já que ambos reúnem, conforme alerta o Movimento Negro, aqueles que reconhecem sua ascendência africana (BRASIL, 2004).

Documentos como estas diretrizes possuem “dimensões normativas, reguladoras de caminhos, (...) não visam a desencadear ações uniformes, todavia, objetivam oferecer referências e critérios para que se implantem ações, as avaliem e reformulem no que e quando necessário”. Como consequência, e em atendimento a esta demanda, são criadas as ações afirmativas, como a Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012, a “Lei de Cotas”, que “dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio”. Nesta lei, obriga-se que 50% das vagas para estudantes em universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, sejam destinadas para “estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita”, que se autodeclarem “pretos, pardos e indígenas”. O número de vagas assim destinadas, devem obedecer “em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)” (BRASIL, 2012).

“Ser negro” atualmente no Brasil, portanto, está inserido em um contexto de complexidade e de subjetividade, em cujos processos históricos de formação apresentam também múltiplas construções, interpretações e aplicações. Assim, serve de base para implicações legais, como as ações afirmativas, tangenciando e garantindo direitos constitucionais como o de acesso à educação superior pública e de qualidade. E tratando-se de uma questão de autodefinição e de uma escolha política, há a necessidade de se utilizar de uma metodologia que apresente a robustez e a sensibilidade apropriadas, que dê conta de responder às multifacetadas questões que a enredam. Esta é a História Oral.

HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E HISTÓRIAS DE VIDA

De acordo com o historiador José Carlos Sebe Bom Meihy, "chamamos história oral os processos decorrentes de entrevistas gravadas, transcritas e colocadas a público segundo critérios predeterminados pela existência de um projeto estabelecido." (MEYHI, 2000, p. 85). Mas o método vai muito além de uma concepção metodológica, como afirma o autor. A História Oral se apresenta como uma forma de “diálogo com a sociedade mais ampla que a academia”. Ela é interdisciplinar, possui caráter instrumental, é “portadora de denúncias sociais e formuladora de base para políticas públicas” (MEYHI, 2000, p. 85-86). Consolidada na historiografia mundial e brasileira, desde as últimas décadas do século XX,

"O tom político da história oral, portanto, matiza a história oral brasileira como se ela fosse uma nova solução para o entendimento da sociedade, pois superaria as insatisfações das análises sociais moldadas em alternativas

disciplinares que se poderiam enquadrar no conceito de "tradicionais", "conservadoras" e "insuficientes", para apontar alternativas de políticas públicas" (MEIHY, 2000, p.86).

Serão evidenciadas aqui aquelas histórias de pessoas que em algum momento de suas vidas se sentiram deslocadas dos locais que ocupavam devido à exclusão moral causada por relações étnico-raciais. Apropria-se aqui do conceito de “exclusão moral” de Maria Aparecida Silva Bento, que a descreveu como “[...] a desvalorização do outro como pessoa e, no limite, como ser humano. Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados.” (BENTO, 2002, p.5).

Estamos diante, portanto, de lembranças que exigem certo cuidado para serem “resgatadas” da memória do entrevistado. Para Michel Pollak (1989), existem certos tipos de lembranças que estão entre o esquecimento e o silêncio, chamando a atenção para a “função do não-dito” da memória. Podem ser lembranças que possuem “zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. Segundo Pollak,

“As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.” (POLLAK, 1989, p. 8).

As entrevistas de história de vida são pré-estruturadas de forma a buscar na memória dos(as) entrevistados(as), as lembranças sobre a infância, a relação com seus pais e a história mais recente de sua família, até os dias contemporâneos à entrevista. Portanto, registra

reconstruções sobre a infância; relacionamentos sociais, amizades, afetividades e conflitos, opiniões e comportamentos de irmãos(ãs) pais e avós; situações públicas e privadas: em casa, nos comércios, na rua e na vizinhança; e passam pela adolescência e aspectos da vida adulta, como casamento, criação e educação dos filhos, relacionamentos sociais no trabalho, na escola, na universidade; e outras situações diversas do cotidiano.

Lemos, Perazzo e Oliveira escreveram um artigo recente na Revista da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), sobre a importância da História de Vida para a reconstrução da identidade de mulheres negras (LEMOS et. all., 2022). A posição adotada aqui é a mesma assumida nesta pesquisa: “valorizar as histórias das pessoas comuns, inseridas no contexto regional, registrando, por meio de entrevistas gravadas, suas narrativas orais de história de vida (Perazzo, 2015), com base em métodos da História Oral” (LEMOS et. all., 2022, p. 96).

Ao contrário das pessoas entrevistadas pelas autoras, que “muitas vezes, acreditam não ter o que dizer” (LEMOS et. all., 2022, p. 96), as narrativas de nosso entrevistado mostram consciência sobre a importância política, social e histórica de se reconhecer como negro, de se construir sua identidade negra. Apesar desta dessemelhança entre as narrativas, concorda-se com as autoras quando afirmam que

As narrativas orais são unidades de interação social que organizam o discurso e a vida social, descrevem a cultura em que se vive e indicam modos de ação legitimados ou não por essa mesma cultura. Quando os sujeitos contam suas histórias, adquirem conhecimento acerca de quem são e constroem suas identidades sociais (LEMOS et al, 2022, p. 97).

Paul Thompsom (1992), um dos primeiros pesquisadores da História Oral com textos publicados no Brasil³, já evidenciava, desde meados do século XX, a importância das histórias de vida para a produção historiográfica. Segundo o autor, existem alguns cuidados que são importantes para que as narrativas possam resultar em informações, emoções e textos com a qualidade e a seriedade que fontes documentais precisam ter para a produção histórica. Dentre estes, o estudo prévio, por parte do pesquisador, sobre os temas a serem abordados, para assegurar “na medida do possível, de que as perguntas são historicamente relevantes e estão corretamente formuladas para aquele contexto” (THOMPSON, 1992, p. 257). Conforme Thompson,

O argumento em favor de uma entrevista completamente livre em seu fluir fica mais forte quando seu objetivo não é a busca de informações ou evidência que valha por si mesmas mas sim fazer um registro “subjetivo” de como um homem, ou uma mulher, olha pra trás e enxerga a sua própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes. Exatamente o modo como fala sobre ela, como a ordena, a que dá destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe, é que são importantes para a compreensão de qualquer entrevista; mas para este fim, estas coisas se tornam o texto fundamental a ser estudado. Assim, quanto menos seu testemunho seja moldado pelas perguntas do entrevistador, melhor (THOMPSON, 1992, p. 258)

Desta forma, Thompson ressalta a importância de deixar que a entrevista flua, apenas orientando-a com o mínimo possível de perguntas. Isto não significa que a entrevista será totalmente livre de uma condução por parte do pesquisador: “a entrevista completamente

³ O livro “A Voz do Passado: História Oral” de Paul Thompsom teve sua primeira edição publicada em inglês em 1978, em português em 1988. Aqui lançamos mão da segunda edição, de 1992, com tradução de Lólio Lourenço de Oliveira, pela Paz e Terra (Rio de Janeiro).

livre não pode existir. (...) é preciso estabelecer um contexto social, o objetivo deve ser explicado, e pelo menos uma pergunta inicial deve ser feita (THOMPSON, 1992, p. 258). A História Oral, portanto, método já consagrado na historiografia mundial e brasileira, se apresentou como a metodologia mais coerente para se responder às questões propostas nesta pesquisa. Mais detalhes de como foram realizadas as entrevistas foram relatados em tópicos adiante.

FAMÍLIAS INTER-RACIAIS: RACISMO E BRANQUITUDE

Lia Vainer Schucman, caracteriza “famílias interracialis” como um conjunto heteronormativo familiar e racial “[...] em que um dos conjugues fosse considerado socialmente branco e o outro negro.” (SCHUCMAN, 2019, p.32). Uma definição relativamente simples, mas que possui historicidades diversas e intimamente relacionadas com a construção identitária do povo brasileiro.

Schucman questiona o papel desempenhado pelo sujeito negro dentro de uma relação caracterizada pela branquitude, ou seja, por lugares sociais onde existem “privilégios materiais e simbólicos construídos pela ideia de “superioridade racial branca” (SCHUCMAN, 2019, p. 22).

Para Laborne (2014) a branquitude é entendida como um local ocupado pelo sujeito branco enquanto expressão de privilégios sociais, e se estrutura com base em relações raciais do passado, “um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade” (LABORNE, 2014, 152). Enxerga-se no branco um ideal a ser seguido, não só socialmente

como também em relacionamentos pessoais. A autora considera ainda o caráter múltiplo do conceito:

A branquitude é entendida aqui como um modo de comportamento social, a partir de uma situação estruturada de poder, baseada numa racialidade neutra, não nomeada, mas sustentada pelos privilégios sociais continuamente experimentados. Assim, observa-se que a branquitude enquanto esse lugar de poder articula-se nas instituições (universidades, empresas, organismos governamentais, etc.) que são por excelência, conservadoras, reprodutoras, resistentes e cria um contexto propício à manutenção do quadro das desigualdades. Ao mesmo tempo, concordando com as análises de Piza (2005), entendemos que esse conceito nos possibilita incorporar um questionamento do lugar de privilégio associado à identidade branca (LABORNE, 2014, 152).

Schucman apresenta algumas pesquisas que exemplificam, na prática, estes significados. De acordo com as leituras da autora, em casamentos inter-raciais o cônjuge negro tem status socioeconômico superior ao do branco. Isto significa dizer que “O cônjuges negros teriam um status tão baixo no “mercado matrimonial” que seriam obrigados a pagar um alto preço para obter casamentos “vantajosos” (marry up) com parceiros mais claros. (SCHUCMAN, 2019, p. 39).

Relações entre mulheres brancas e homens negros, por exemplo, ocorreriam geralmente, por aquelas não serem interessantes o suficiente para homens brancos. Como consequência da branquitude, para estes homens negros, estes relacionamentos representariam o desejo de ascensão social, apagando a herança negra da família. “Neste jogo, a mulher negra é a figura merecedora do menor valor porque pertence a duas minorias históricas (mulher e negra)” (SCHUCMAN, 2019, p. 40).

Pensando ser “branco” no Brasil, há uma grande diferença quanto a ser “branco” nos Estados Unidos, por exemplo. A formação da população estadunidense foi baseada na mistura entre os europeus de várias etnias enquanto os indígenas e negros viviam de forma segregada. No Brasil, “[...] como “branco contamos aqueles mestiços e mulatos claros que podem exibir os símbolos dominantes da europeidade: formação cristã e domínio das letras”. Ser preto significa não possuir nenhuma destas características “[...] pois carregaria sempre consigo algumas crenças e superstições animistas” (GUIMARÃES, 1999, p.50). Segundo Dzidzienyo (1971):

“[...] nos meios e lugares mestiços do Brasil, somente aqueles com pele realmente escura sofrem inteiramente a discriminação e o preconceito, antes reservado ao negro africano. Aqueles que apresentam graus variados de mestiçagem pode usufruir, de acordo com seu grau de brancura (tanto cromática quanto cultural, posto que “branco” é um símbolo de “europeidade”), alguns dos privilégios reservados aos brancos.” (DZIDZIENYO, 1971, apud GUIMARÃES, 1999, p.51).

Dentro dessa lógica miscigenada imerge-se no paradigma do que realmente representa ser brasileiro e, neste contexto, o que é ser definido como preto e mestiço em contexto historicamente caracterizado pela branquitude. Ainda segundo Dzidzienyo,

“[...] a distorção de que branco é melhor e preto é pior, e que, portanto, quanto mais próximo do branco melhor. A força desta opinião sobre a sociedade brasileira é completamente perversiva e abarca a totalidade dos estereótipos, dos papéis sociais, das oportunidades de emprego, dos estilos de vida e, o que é mais importante, serve como pedra de toque para a sempre observada ‘etiqueta’ das relações sociais no Brasil.” (DZIDZIENYO, 1971, apud GUIMARÃES, 1999, p.51).

Importante salientar que relações inter-raciais ocorrem no Brasil, desde que seu território foi invadido pelos portugueses. Inicialmente e por muito tempo, estas relações se deram por meio do estupro das mulheres africanas e indígenas escravizadas pelos europeus (NASCIMENTO, 1978, p. 20, apud MUNANGA, 1999, p. 91-93).

Segundo Munanga, na virada do século XIX para o XX, o pensamento racista permeava os círculos intelectuais brasileiros. Acreditavam alguns intelectuais que as mestiçagens biológicas (miscigenações) ou culturais (sincretismos) brasileiras resultaria numa sociedade unirracial ou unicultural, “construída segundo o modelo hegemônico racial e cultural branco ao qual deveriam ser assimiladas todas as outras raças e suas respectivas produções culturais” (MUNANGA, 1999, p. 90). Estes tipos de pensamentos guiavam políticas públicas que branqueamento onde se

subentende o genocídio e o etnocídio de todas as diferenças para criar uma nova raça e uma nova civilização, ou melhor, uma verdadeira raça e uma verdadeira civilização brasileiras, resultantes da mescla e da síntese das contribuições dos stocks raciais originais. Em nenhum momento se discutiu a possibilidade de consolidação de uma sociedade plural em termos de futuro, já que o Brasil nasceu historicamente plural (MUNANGA, 1999, p. 90).

Naquela época, circulavam debates sobre a possibilidade de a população brasileira ser “embranquecida”, resultado das “ideologias do embranquecimento”. Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico fundador da antropologia criminal no Brasil, em seu livro “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil” (1894), desacredita esta teoria, prevendo o “enegrecimento” da população e defende a divisão dos mestiços em três estágios para que, perante a lei, fossem avaliados

e tratados da forma diferente: “[...] o mestiço tipo superior, inteiramente responsável; o mestiço degenerado, parcial e totalmente irresponsável; o mestiço instável, igual ao negro e ao índio, a quem se poderia atribuir apenas responsabilidade atenuada” (RODRIGUES, 1894, apud MUNANGA, 2019, p.55). Durante as décadas finais do século XIX e seguindo até meados do século seguinte, no Brasil, houve a construção de um modelo de racismo universalista:

Ele se caracteriza pela busca de assimilação dos membros dos grupos étnico-raciais diferentes na "raça" e na cultura do segmento étnico dominante da sociedade. Esse modelo supõe a negação absoluta da diferença, ou seja, uma avaliação negativa de qualquer diferença e sugere no limite um ideal implícito de homogeneidade que deveria se realizar pela miscigenação e pela assimilação cultural. A mestiçagem tanto biológica quanto cultural teria entre outras conseqüências a destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados, ou seja, o etnocídio (MUNANGA, 1999).

Este “racismo universalista” brasileiro, partiria de institucionalização consciente de ações da administração do estado para “embranquecer” a população, e se consolidaria em formas estruturais, cotidianas de racismo, internalizadas no comportamento da população, e, na maioria dos casos, manifestada de forma inconsciente. Almeida defende a ideia de que o racismo é sempre estrutural, ou seja,

ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e

violência que moldam a vida social contemporânea. De tal sorte, todas as outras classificações são apenas modos parciais – e, portanto, incompletos – de conceber o racismo. Em suma, procuramos demonstrar neste livro que as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade (ALMEIDA, 2019, p. 15).

Almeida vai aprofundar a discussão diferenciando três conceitos que, apesar de interligados, merecem certa atenção em suas dessemelhanças: *racismo*, *preconceito racial* e *discriminação racial*. Racismo é conceituado pelo autor como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2019, p. 22). Enquanto isto, o *preconceito racial* é um

juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avarentos ou orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos (ALMEIDA, 2019, p. 22).

A *discriminação racial* “é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Está relacionada com o uso da força para atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. Pode ser *direta* ou *indireta*. Enquanto a primeira é o “repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial”, a última se constitui de “um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada (...) marcada pela ausência de intencionalidade

explícita de discriminar pessoas (MOREIRA, 2017. p. 102, apud ALMEIDA, 2019, p. 23). A discriminação, entretanto, também pode ser positiva quando atribui

tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa – a que causa prejuízos e desvantagens. Políticas de ação afirmativa – que estabelecem tratamento discriminatório a fim de corrigir ou compensar a desigualdade – são exemplos de discriminação positiva (ALMEIDA, 2019, P. 24).

A partir da segunda metade do século XX, Abdias do Nascimento vai problematizar as questões raciais brasileiras. Em “O Genocídio do Negro no Brasil”, o “mestiço” vai ocupar lugar de destaque. Conforme Munanga,

Para Abdias, o branqueamento da raça negra é uma estratégia de genocídio. Esse branqueamento começou pelo estupro da mulher negra e originou os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o pardavasco, o homem de cor ... "situado no meio do caminho entre a casa grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante, durante a escravidão ele foi capitão-do-mato, feitor e usado noutras tarefas de confiança dos senhores e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo de nossa democracia racial (NASCIMENTO, 1978, p. 69, apud MUNANGA, 1999, p. 93).

No entanto, concordam Munanga e Nascimento, que,

Embora considerado como ponte étnica entre negro e branco, a qual conduziria à salvação da raça branca, o mulato não goza de um status social diferente do negro. Se durante a escravidão os mulatos puderam receber alguns tratamentos privilegiados em relação aos negros, por terem sido filhos dos senhores de engenho, hoje eles são na sua grande maioria filhos

e filhas de pais e mães da classe pobre e, portanto, constituem-se na maior vítima da discriminação racial, devida à ambiguidade cor/classe, além de serem mais numerosos que os "negros" (NASCIMENTO, 1978, p. 69-70, apud MUNANGA, 1999, p. 93-94).

O mestiço, entretanto, possui ainda uma multiplicidade de atribuições de cor de pele e interpretações que precisam ser problematizadas. Aspecto importante para as discussões que se seguem são, então, a diversidade e a historicidade destas identificações raciais e suas formas de autodefinição.

As leituras sobre cor e/ou raça de um indivíduo, variam a partir de quem o lê, ou de como ele próprio o faz. E podem variar de acordo com as percepções subjetivas de cada sujeito. Desta forma, têm-se casos em que uma pessoa seja lida como “parda”, ou “morena” ou “não é preta o suficiente”, mesmo carregando marcadores sociais. O mesmo caso de uma pessoa mestiça que aparentemente não possui marcas raciais evidentes que, mesmo sendo fruto de uma miscigenação entre brancos e pretos, são mais aceitas no meio em que vivem se comparado àqueles lidos como pretos. Erving Goffman (1922-1982) sociólogo, antropólogo e escritor canadense, considera que:

“Quando o defeito da pessoa estigmatizada pode ser percebido só ao se lhe dirigir a atenção (geralmente visual) - quando, em resumo, é uma pessoa desacreditada, e não desacreditável- é provável que ela sinta que estar presente entre normais a expõe cruamente a invasões de privacidade, mais agudamente experimentadas, talvez, quando crianças a observam fixamente. Esse desagrado em se expor pode ser aumentado por estranhos que se sentem livres para entabular conversas, nas quais expressam o que ela, considera uma curiosidade mórbida sobre a sua condição, ou quando eles oferecem ajuda que não é necessária ou não é desejada.” (GOFFMAN, 1963 [2004] p. 17).

A branquitude não diz respeito apenas à cor de pele, mas também a todo conjunto de características físicas e comportamentais que moldam os indivíduos para que apresentem uma imagem social e culturalmente “apropriada” de acordo com o seu meio. A menina que tem cabelo crespo ou cacheado, motivo muitas vezes de curiosidade alheia, se vê obrigada, por uma normatização social e estética, a alisá-los a fim de se encaixar em um padrão em que ela própria não se sente à vontade para pertencer.

Numa das entrevistas que Lia Schucman (2019) realizou com famílias interracialis, foi possível perceber algumas nuances de como o racismo está inserido atualmente no cotidiano da população brasileira. Uma das entrevistadas, ao se relacionar com um homem negro passou a ter consciência de que a cor de pele era um fato primordial na forma que os outros tratavam alguém:

“Logo que comecei a namorar eu achava que a gente era tudo igual, que tanto fazia o branco ou o preto, mas me dei conta que não era nada disso logo na reunião de família [...], e lembro de uma tia falar ‘esse precisa ser bem melhor que qualquer um, ele já é preto’.” (SCHUCMAN, 2019, p.122)

Luena Ganguela, um dos entrevistados em foco neste texto, é membro de família interracial, e se lê como negro. Os acontecimentos, narrados em sua reconstrução por meio de entrevista, exibirão situações diversas, marcadas pelo racismo estrutural e pela busca de uma identidade, ou “de um lugar no mundo”. Estas circunstâncias, ao serem revistas por narrativas de história de vida, passam a fazer parte de um processo de construção da identidade negra destas pessoas, mesmo que, em algum momento narrado, tenham se lido de forma diferente.

LUENA GANGUELA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NEGRA

Neste tópico, apresentaremos uma das reconstruções das histórias de vida dos entrevistados. A entrevista foi realizada por meio de aplicativos via internet, devido à distância geográfica entre entrevistadores e entrevistados, mas principalmente devido à Pandemia do Covid-19, já que esta pesquisa se desenvolveu no ano de 2021.

Os relatos são apenas uma parte da entrevista, que é muito mais rica e extensa. Isto para dar mais autoria às suas histórias e tornar o texto mais fluido já que até aqui, a parte teórica tomou conta do artigo. Os nomes atribuídos são fictícios, para resguardar o entrevistado. Foi escolhido em alusão a região e a um dos milhares de grupos etnolinguísticos centro-africanos: “Luena Ganguela”.

LUENA GANGUELA

Meu nome é Luena Ganguela, sou professor universitário, tenho 42 anos, sou historiador de profissão. Venho de uma família de classe média baixa como se dizia antigamente. Família “remediada”, de mãe negra e pai branco. Meu pai é fenotipicamente branco, de uma família que se diz branca, mas que tem origens multirraciais e que tem questões em relação a isso. Já a família da minha mãe é uma família hegemonicamente negra.

Meu avô materno era um homem negro, um homem preto, que se casou com minha avó, uma mulher parda, de origem multirracial também, porque ela tinha ascendência negra e indígena. Minha avó paterna era uma mulher branca, e meu avô era um homem pardo. Mas

ele meio que se identificava, não como um homem negro/pardo, mas como um homem branco.

Eu estudei durante a minha vida toda em escola pública, do pré-primário até o doutorado, muito em razão das questões econômicas vivenciadas pela minha família. Meu pai é torneiro mecânico, minha mãe contabilista, mas ela deixou de trabalhar nessa condição e passou a atuar como Dona de Casa e Vendedora. Ela vendia roupas em casa e foi fazendo isso até a sua aposentadoria. Meu pai ainda é vivo, tem 69 anos. Minha mãe faleceu ano passado, aos 74. Meu pai veio da zona rural e minha mãe da zona urbana.

Eu nasci em um bairro periférico, que hoje é reconhecido pela Fundação Palmares como um “Quilombo Urbano”, que foi minha primeira morada. Quando meus pais se casaram, em 78, eles foram morar neste bairro. Eu ainda tenho laços lá com diversas pessoas, apesar de eu não ter vivido lá para além do meu primeiro ano de vida. Eu nasci lá! O que pra mim é muito significativo!

E de lá nós nos mudamos para a casa dos meus avós maternos. Nisso meu avô materno já tinha falecido, e nós moramos em um barracão no fundo da casa da minha avó, que tinha três cômodos e banheiro do lado de fora. No meio assim ficava a cozinha, de um lado ficava o quarto dos meus pais e do outro eu dormia com minha irmã. E a gente passou alguns anos ali nesse barracão de três cômodos, nos fundos da casa da minha avó, num período de crise econômica, nos anos oitenta. Talvez o período mais nítido na minha memória de infância eu tenha passado ali.

Então, entre este barracão e a casa da minha avó, as brincadeiras na rua, eu estudava numa escola que ficava no mesmo bairro, próximo de onde a gente vivia. E neste lugar, digamos assim, que eu me pus a

pensar pela primeira vez, entre os seis, sete ou oito anos de idade, em alguma coisa relacionada a minha existência em termos raciais. Porque o meu contexto ali mais vivo, talvez assim, das relações sociais do dia a dia era com pessoas negras da minha família. No entanto, quando você vai pra escola, você tem contato com uma dinâmica social que sai daquilo que é naturalizado no contexto familiar.

Então, questões relacionadas aos atritos raciais já começavam a aparecer de uma maneira muito confusa pra mim, na escola. Hoje, com esta distância de muitas décadas da experiência, eu enxergo aquilo de outra maneira, obviamente. Mas aquilo era muito confuso pra mim, porque existia uma tensão racial muito grande na escola. Os meninos negros sempre eram os piores alunos; os meninos negros eram sempre um perigo pra ordem; eram sempre os indisciplinados, eram sempre os mais castigados, eram sempre aqueles para os quais se apontava o dedo, como aqueles que não deviam estar na escola.

E a escola tinha uma linguagem que não expressava apenas uma violência simbólica, mas uma violência de uma nitidez muito grande em relação aos meus colegas de pele retinta, especificamente. Como eu não era um menino negro, mas um menino pardo, havia esta coisa perversa do racismo, que quanto mais negra é a pele, mais forte é o racismo de fato. Então, muitas vezes eu era tocado por esta violência, mas com uma intensidade menor do que estes meus colegas. E eram colegas que vinham de bairros ainda mais periféricos do que o meu. Então eram pessoas que moravam, por exemplo, em bairros, nos anos 80 do século XX, que não tinham as ruas pavimentadas. Então os meninos chegavam sujos de lama na escola, [quando] chovia. Então eles chegavam obviamente com dificuldade, não tinha transporte escolar, nem nada. Eles saíam de um bairro que era relativamente próximo, mas que não

havia pavimentação, então eles chegavam sujos. E a escola os tratava de uma maneira desumanizadora. Eis a realidade. É a maneira como, eu, hoje, adulto, de meia idade, consigo enxergar aquilo.

Mas aquilo era muito confuso na minha cabeça. Pra entender porque que aquilo acontecia. Mas também sempre havia alguma coisa com que também fazia que eu fosse sempre tocado por aquele tensionamento racial. Então por exemplo, os colegas que eram da classe média, mais bem colocados em termos socioeconômicos, sempre faziam que esta tensão fosse mais nítida, praqueles que não eram brancos, para os não brancos da turma. Mas eu estou falando de crianças, com 7 a 8 anos de idade.

Então, um amigo meu, agora há pouco tempo lembrou disso, dando uma entrevista. Que um dia a gente conversou sobre Michael Jackson, que era uma personalidade das mais reconhecidas e pairava sobre ele uma longa discussão racial. E este meu colega me perguntou o que eu achava daquilo. A sociedade fala pra você que você não é branco. Por mais que você tenha alguma dificuldade principalmente o pardo de se entender onde se localiza nesta invenção das raças, a sociedade fala, em determinado contexto, ela aponta pra você. Então este meu colega me apontou e falou: “você não é branco, você é preto!” Nas palavras dele. “Mas se você fosse Michael Jackson, você faria a mesma coisa que ele fez?”. Diz ele que eu assim respondi: “Não, jamais eu desqualificaria minha própria raça! Eu tenho muito orgulho de ser o que eu sou, etc, etc, pelo contexto no qual eu vivo!”. Ou seja, meu contexto era o de viver no seio da família da minha mãe, que é uma família negra. Mas é uma família com casamentos interracialis, como era o caso da minha mãe com meu pai, mulher negra com homem branco. Como é o caso de outras pessoas da família, minha tia mais velha é casada também com

um homem branco. O único homem irmão da minha mãe que ainda é vivo, também é casado com uma mulher branca. Então esta não era uma questão tabu dentro da família da minha mãe.

Mas pra mim, ali, era muito natural, por mais que eu tivesse dificuldade pra processar a questão racial em si, eu tinha como natural ali que era “ok” que eu vivesse em um contexto negro. Mas ainda não era uma coisa totalmente resolvida na minha cabeça. Porque assim, de criança, também existia outra coisa assim, porque quando eu estava na presença de parentes brancos, como é o caso do meu pai por exemplo, ou dessa minha tia, “tia torta”, casada com meu tio, da gente estar no supermercado, ou numa loja, você se agarra. Eu me lembro, assim, eu criança, eu me agarrava no meu pai, porque eu falava assim, aqui eu estou protegido. Se eu tiver desgarrado, nesse contexto aqui, de uma padaria, de uma loja, um supermercado, etc, eu posso ser visto de alguma outra maneira. Você acaba ficando com isso na cabeça!

Então quando eu era criança, eu tinha este mecanismo de defesa. Assim, eu vou ficar junto do meu pai, como garantia de defesa, porque ninguém vai apontar o dedo pra ele. Mesmo sem entender, mesmo sem raciocinar, efetivamente, ter um pensamento reflexivo, entender a razão daquilo, você acaba gerando esse mecanismo de defesa. E eu lembro que isso aconteceu durante minha infância toda. É um negócio muito absurdo, você precisa desta outra presença pra te garantir segurança. E talvez eu não sentisse a mesma, se eu tivesse na companhia de um outro parente que não fosse branco, por exemplo: as minhas tias, a minha mãe. É um negócio violento, é muito violento, é um negócio terrível!

Certa vez eu estava namorando uma menina branca. Minha primeira namorada inclusive. E aí um primo encontrou com ela na rua.

E este meu primo estava com a mãe dele. E olha que curioso, a mãe desse meu primo é negra. Minha “tia torta”, casada com um irmão mais velho do meu pai. Ela é negra! Meu primo falou, “Essa é a namorada de Luena.”. Minha tia: “Ó ele é metido hein, ela é branca!”.

Entende? Aí obviamente que não estou falando aqui que minha tia fez aqui o racismo reverso, porque isso não existe. Mas essa é uma questão que está ligada ao próprio racismo estrutural. Ou seja, a violência simbólica é tão destrutiva que ela consegue se naturalizar de tal forma que mesmo ela negra, ela vai dizer “olha ele que é negro não podia estar namorando com uma menina branca!”. E ela é casada com um homem branco. Você entendeu com o que a coisa é louca? E vez por outra acontecem coisas neste sentido.

A família da minha mãe, por outro lado que é uma família negra, isso nunca aconteceu. Mas aconteceu coisas interessantes assim, que sempre chamaram minha atenção pra pensar meu lugar racial no mundo.

Nos anos oitenta, uma tia minha, que é a Tia Antonia, esteve muito envolvida com aquela ascensão do movimento negro. Então, aquela efeméride da abolição de 1988, que possibilitou uma reflexão muito profunda por parte do movimento negro brasileiro, a minha tia estava engajada naquilo. Então, foi um momento importante, que eu vi coisas, criança, com oito anos de idade, que mexeram muito comigo.

As minhas tias, numa apresentação daquele que é o primeiro grupo afro daqui de “Luanda”, que foi o Ganga Zumba, que foi criado naquele ano de 1988, teve uma apresentação, senão me engano, foi no parque de exposições daqui da cidade, ou num outro lugar e minha tia foi e tal. Uma outra tia, minha tia (Dora?) que é artista plástica, ela fez um escudo africano, uma representação de um escudo africano. E tinha aquela

coisa, a primeira “vibe” assim, a gente é negro mesmo, e a gente vai usar as roupas que fazem alusão a esta representação africana. Então, de pensar as origens, estas coisas todas. E estava acontecendo na casa da minha avó, por outro lado, na casa da minha avó materna minha vó Maria.

Essa mesma tia, tia Antonia, ela é contadora. E Ela Foi uma das primeiras mulheres a assumirem o escritório de contabilidade em Ponte Nova junto com uma outra colega dela amiga dela que também era contadora. Mas minha tia foi a primeira mulher negra contadora de Ponte Nova, e a primeira a comandar sozinha um escritório de contabilidade. Hoje ela tem mais de 80 anos e ainda está trabalhando, ela tem escritório até hoje. Então, tinha isso também, ela mesma ela tinha uma trajetória de desistência.

Na época nessa mesma época eu tinha nessa a questão da luta contra o apartheid e tinha muito material na casa da minha avó. Então eu era molequinho e eu ficava folheando aquele material sabe, e aquela coisa eu ficava né mexendo ali com minha cabeça eu achava aquilo né ao mesmo tempo muito confuso porque eu tava tentando de fato entender por que que existe racismo mas aquilo foi também assim instigando a pensar nessas questões todas.

Então, na medida que o tempo passa, eu passei por outras escolas, por outras dinâmicas de sociabilidade, etc, e, muitas vezes esta questão racial ganhou outras dimensões, no sentido de não ser uma questão que eu debatesse tanto. Ou que eu ficasse pensando nela constantemente, até a minha adolescência.

Minha adolescência foi muito confusa do ponto de vista da minha autoidentificação como pessoa negra. Eu era adolescente, eu era “roquerinho”, como dizia outro, né. Eu andava de preto, corrente

pendurada na calça, aquela coisa toda. O que aconteceu? O signo estético do rock, apesar de o rock ter uma certidão de nascimento negra, é um signo branco!

Então o que acontecia? Na década de 90, auge do grunge, ainda reflexo do pós punk, como se dizia na época, qual o visual que o fulano ia usar? Não era um cabelo crespo! Não era um cabelo encaracolado! Não era um “black power”! Era um cabelo liso! Há um tempo eu fiquei com muita vergonha disso, e depois eu comecei a pensar nisso como parte do processo: eu alisei o meu cabelo! Apesar de ter usado black power antes, etc. Hoje, com minha cabeça, eu jamais faria isso de novo, de jeito nenhum!

Mas havia essa coisa da estética que é muito forte enquanto violência simbólica, porque nega, vamos dizer assim, a presença estética negra, aquilo que você é! É uma marca das tensões raciais que você acaba absorvendo. Então na adolescência teve isso, de algumas negativas em relação de determinados aspectos daquilo que era, inclusive, a minha origem cultural, que, em vários sentidos, estavam intrinsecamente ligadas à origem negra da família da minha mãe, sobretudo.

Na medida em que você toma contato com determinadas outras questões, da dinâmica social, ou das leituras, e isso foi acontecer na graduação, por exemplo, a coisa vai sendo modificada, assim, em termos daquilo que você pensa com relação a si mesmo. Então, na graduação, um colega nosso, o “Chockwe”, um dia me perguntou assim, “o que você é? Você acha que você é o que? Você acha que você é branco?”. Eu fiquei olhando pra cara dele, e eu fiquei assim, como assim? Eu pensei, eu não sou branco! Eu sou negro! Eu sou pardo! Mas aquilo me deu uma pequena “bugada” assim, porque me chamou a atenção pra necessidade de pensar também nestas questões. Porque na nossa turma mesmo

tinha quantas pessoas não brancas, de quarenta? De 40, talvez você conte 3 pessoas, eu, “Benguela”, e “Cassange”. Isto numa universidade pública, num curso de licenciatura, entre 2001 a 2004, 2005. Tem três pessoas negras numa turma de quarenta. Não é qualquer coisa!

Então, isto paulatinamente foi mexendo comigo, em relação à necessidade de pensar qual era meu lugar no mundo. E a realidade vai te forçando também a fazer isso. Para além desta questão intelectual que faz parte do processo de formação, do trabalho, etc, o que acontece no cotidiano, vai te esfregando isso na cara.

Então, certa vez, ali, durante a graduação, um casal de amigos foi assaltado [perto da república onde eu morava]. Aí chegaram lá em casa falando que assaltaram, e aí eu liguei pra polícia, Eu chamei a polícia. E eu fiquei na porta da “república” esperando a polícia. E eu fiquei, uai, vestido do jeito que eu achava que devia ficar, com uma touca, bermuda e chinelo. E aí eu vi apontando a viatura da PM. Quando a viatura da PM estava chegando perto, eu atravessei a rua, eu dei uma corridinha pra atravessar a rua e mostrar aonde era o lugar que ocorreu o lugar onde ocorreu o assalto pra polícia. A polícia avançou com o carro sobre mim! E os dois policiais, dois PMs apearam rapidinho do carro, da viatura, com as armas em punho, e eu falei: “Fui eu que chamei!”. Aí eu levantei as mãos assim, falei: “Fui eu que chamei ocês uai! Não sou eu o assaltante não! Eu que liguei! É um assalto que vocês vieram atender, não é? Fui eu que liguei!”. Aí um dos PMs virou pra mim e falou assim, “Uai, a gente recebeu uma ligação falando que tinha ocorrido um assalto. Um cara preto de touca corre na frente da viatura, eu achei que era você!”

Aí a realidade te esfrega isso! Às vezes em conversas, né, assim, no cotidiano ali com os colegas de república, etc., essas questões vão

aparecendo, e são amigos seus. Vão te colocando a necessidade de pensar sobre qual é o seu lugar no mundo, sobre o que isso provoca na sua vida, na vida de outras pessoas, e como isso é estrutural. Como a sua própria presença é colocada como a exceção da exceção. Então isso começou a fervilhar na minha cabeça durante a graduação e foi aumentando o ponto de ebulição, na medida que eu fui caminhando até hoje.

A realidade te força isso, a pensar então desde essa coisa da adolescência que eu venho, digamos assim, paulatinamente, fazendo avançar a reflexão sobre a minha existência racial. É um negócio pra pensar.

A estrutura social na qual nós vivemos é uma estrutura racista. A gente está aqui discutindo isso e tal e, tem que parar de naturalizar isso ou de imaginar que isso é um negócio lá do outro lá, do monstro que vive longe. Não! É um negócio que está do seu lado. Dentro da sua própria família. De uma estrutura de relações cotidianas, e tudo o mais. Mesmo por exemplo, ó, “mas como é que fulano é racista?, o filho dele é negro, o sobrinho dele é negro, ele casou com um negro!”. É uma questão estrutural. Não é uma questão só da pessoa. Por isso que uma educação antirracista é um coisa “pra ontem! Pra antes de ontem”. Talvez seja só isso que consiga modificar alguma coisa. Que as pessoas sejam eticamente provocadas a pensarem seu lugar no mundo junto com as outras pessoas. Não sei se eu consegui responder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir-se enquanto indivíduo negro no Brasil é complexo, subjetivo e plural. Isto significa que, muitas vezes pode ser confuso para

um membro de uma família inter-racial conectar o seu eu presente e com seu eu passado, de resgatar a sua ancestralidade e de se adequar ao mundo que o irá enxergar da maneira que melhor lhe convir.

A História Oral e a estruturação de entrevistas de História de Vida se mostraram valiosas para se compreender como a construção da identidade negra brasileira se dá ao longo das experiências pessoais. Quando bem estruturada e organizadas, estas entrevistas absorvem, registram narrativas extremamente ricas neste sentido e podem bem servir para a ampliação da consciência identitária da população negra brasileira. Situações de racismo dentro e fora da família, desde a infância perpassam por toda a história pessoal de Luena Ganguela e influenciam no questionamento sobre seu lugar no mundo. Assim como os contatos com movimentos negros e o ingresso numa universidade, podem gerar situações sistemáticas e cotidianas que impulsionam estas construções.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. (Feminismos Plurais/ coordenação Djamilia Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 003/2004 sobre “*Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*”. 2004.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Branqueamento e branquitude no Brasil*. In: *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, p. 5-58, 2002.

- LABORNE, Ana Amélia de Paula. Branquitude e colonialidade do saber. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 6, n. 13, p. 148-161, 2014.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. SciELO-EDUFBA, 2008.
- GUIMARÃES, Antônio Sergio A. *Racismo e Antirracismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Coletivo Sabotagem, 2004.
- LEMONS, Vilma; PERAZZO, Priscila F.; OLIVEIRA, Rebeca Nunes Guedes. *Educação e trabalho de mulheres negras: histórias de vida na interseccionalidade entre gênero e raça*. In: *História Oral*, v. 25, n. 1, p. 93-113, jan./jun. 2022.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, FERNANDES, Tânia Maria, ALBERTI, Verena. (Org.) *História Oral: desafios para o séc. XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. P. 85-98.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1 ed. 1999.
- _____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 5 ed. 2019.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 20.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. Salvador: EDUFBA, 2018.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos. vol. 2. n. 3. Rio de Janeiro: 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira, pela Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1992.
- _____. *História Oral e Contemporaneidade*. HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n. 5, v. 5. São Paulo: jun. 2002.

ENTREVISTAS

GANGUELA, Luena. [42 anos]. [jan. 2021]. Entrevistador: CARVALHO, L. M. Divinópolis, MG, 24 jan. 2021.

PARTE VI

DIVERSIDADE CULTURAL, EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

25

A TEMPORALIDADE CIRCULAR ENTRE OS GUARANI MBYA: ORIGEM, DESTINO E O GUATA PORÃ

*Tatiana Maciel Gontijo de Carvalho*¹

INTRODUÇÃO: DA TEMPORALIDADE LINEAR DO OCIDENTE E SUA CONTRAPOSIÇÃO À CIRCULARIDADE INERENTE ÀS NARRATIVAS MÍTICAS

Sabe-se a que a concepção da temporalidade linear é uma construção sociocultural predominante na História ocidental. Nesse sentido, a valorização de uma perspectiva marcadamente teleológica e que percorre um caminho composto por passado, presente e futuro, é constitutivo, não somente da nossa herança Iluminista, mas já apresentava suas raízes na tradição judaico-cristã. Segundo Eliade (1969), os hebreus foram os primeiros a ordenar o cosmos com um tempo linear, cuja característica de irreversibilidade e teleologia pode ser observada nos registros das narrativas bíblicas. Posteriormente, os cristãos seguiram os judeus, nessa concepção de um temporalidade linear, marcadamente pautada na esperança da ‘salvação futura’. (BARROS, 2010). Passando por Santo Agostinho, que, na obra *Cidade de Deus*² cria um modelo de história pautada em toda a Humanidade, chega-se, já no século XVIII, com o movimento intelectual do Iluminismo, à concepção de História universal e unilinear, que apresenta-nos, de forma praticamente naturalizada, o transcurso da razão, a qual, teleologicamente triunfaria, sob a égide da liberdade.

¹ Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. E-mail: tatiana.maciel@uemg.br.

² *De Civitate Dei*, 1843.

Acresce-se que, nos séculos subsequentes, o predomínio de uma cultura que privilegia suas bases materialistas, a caminhada triunfal da razão torna-se uma “evidência”, quase nunca contestável, através do progresso e do desenvolvimento tecnológico. A essa altura, a ciência e suas preocupações epistemológicas com o estatuto do conhecimento verdadeiro já não fazem mais tanto sentido, e a Razão, que tão bravamente havia conseguido suplantar as crenças e superstições do mundo antigo e pré-moderno, instrumentaliza-se. Tal é a realidade contemporânea, para a maioria dos povos ocidentais: sociedades tecnológicas, cujo progresso demonstra que não se chegará a lugar algum. Ironicamente, impera, não a liberdade de uma razão que traria a lucidez, mas, ao contrário disso, a alienação, visto que a racionalidade instrumental tomou a técnica como um fim em si mesmo e não um meio para chegar a algum lugar ou, ao menos, a algum outro modo de ser.

Entretanto, apesar da crença ocidental de uma História universalizante, unilinear e irreversível, múltiplas são as possibilidades de se experienciar o tempo, ou, dito de outra forma, são muitas as temporalidades. A exemplo do tema que se pretende desenvolver na presente comunicação, tem-se no tempo mítico, um modelo circular e não linear, onde é possível conceber o futuro como uma volta ao passado, tempo cosmológico e não historiográfico. Segundo Jean-Pierre Vernant (1973), no mito não se tem uma cronologia, mas uma genealogia. Uma genealogia que tem, em sua narrativa, as bases da criação, discurso que reporta, ao mesmo tempo- o tempo mítico - origem e destinação. Já dizia Foucault (1967) em *As palavras e as coisas*, que “[...] é sempre com relação a um fundo já começado que o homem pode pensar aquilo que vale para ele mesmo como origem” (FOUCAULT, 1967: 430).

Disto decorre que as narrativas míticas, especialmente, as cosmogônicas, que contêm um discurso sobre a origem das coisas, fundo e forma vêm juntos, moldando, pois, não apenas o mundo, mas o ser no mundo. “É é justamente nesse intervalo onto-histórico que encontramos uma das fontes primárias da inquietação cognoscente que caracteriza o relacionamento do ser humano com o mundo e consigo mesmo.” (BORGES, 2004:122). Assim, nas culturas em que as narrativas míticas predominam, as cosmogonias destes povos ditam o tom do cotidiano e dão sentido e significado aos acontecimentos. Daí a importância de, ao se estudar uma outra cultura, conhecer seus mitos, principalmente os de criação. Uma vez que operam em uma lógica circular, as narrativas míticas de criação do mundo e dos seres contêm a chave de compreensão do modo de ser e de viver dos povos que sob elas se fiam. Aprende-se, pois, “[...] não só como as coisas passaram a existir, mas também onde as encontrar e como fazê-las ressurgir quando elas aparecem” (ELIADE *apud* LADEIRA, 2007: 80).

A partir da breve caracterização e contraposição de duas modalidades de se experienciar o tempo, supramencionadas, é possível afirmar que, para os Guarani Mbya - povo indígena originário da América do Sul antes mesmo da formação dos Estados nacionais do Brasil e da Argentina.³ - existe uma sobreposição do tempo cosmológico sobre o tempo propriamente historiográfico (BORGES, 2004), pois são um povo de tradição oral e têm como referência para compor o seu “modo de ser”, o *nhandereko*, um conjunto de narrativas denominadas “as primeiras palavras formosas”, *Ñe’ẽ Porã Tenonde*. Além disto,

3Acerca dos Guarani, atualmente dividem-se em Guarani Kaiowá, Guarani Nhandeva e Guarani Mbya. Deste último, objeto de reflexão do presente trabalho, concentram suas aldeias (e seus trânsitos), entre o sul e sudeste do país, além de parte do território Argentino.

existem inúmeras outras narrativas míticas desta etnia, de forma que, para o presente estudo, importa destacar e conhecer alguns aspectos da cosmologia dos Guaraní Mbya contidas nos cantos sagrados ou palavras formosas e no mito do Dilúvio, antes de relacionarmos as noções de origem e destino de forma circular, com o “belo caminhar”, o *guata porã*.

DAS ÑE'Ë PORÃ TENONDE E A TERRA NOVA: MITO, METAFÍSICA E O PRINCÍPIO TEKO

O conjunto de narrativas conhecidas como *Ñe'ë Porã Tenonde*, “as primeiras palavras formosas”, pautadas na tradição oral dos Guaraní Mbya, chegou ao conhecimento do público ocidental a partir da tradução realizada pelo etnógrafo Leon Cadogan, em 1959⁴, publicada sob o título *Ayvu Rapyta* – textos míticos de los Mbya-Guarani del Guairá. Tem-se ainda outras traduções dos cantos sagrados, tais como a do etnógrafo francês Pierre Clastres (2011), a da poeta brasileira Josely Vianna Baptista (2001) e a do indígena Tapuia, abraçado pelos Mbya, Kaká Werá Jecupé (2001). Para a presente comunicação, serão destacados aspectos da cosmogênese contidos em alguns trechos dos cantos sagrados *Ayvu Rapyta*. Optar-se-á, pela tradução de Jecupé (2001) acrescida dos comentários de Cadogan(1959) e Clastres (1990). Além destes trechos, buscar-se-á caracterizar a *Iwy Pyau*, “Terra nova”, também conhecida como Terra má, a qual encontra-se mencionada no mito do Dilúvio⁵, também de tradição oral.

4 Etnólogo paraguaio que fez contribuições significativas para o estudo da língua e cultura guarani. Para conhecer seu trajeto de pesquisa etnográfica, da resistência inicial com os Guaraní Mbya à sua acolhida como um deles, batizado como Tupã Kuchuvi, ver relato de Kaká Werá Jecupé, n apresentação do livro Tupã Tenondé – a criação do Universo, da Terra e do Homam, segundo a tradição oral Guaraní. (2001)

5 Para conhecer o mito do Dilúvio em sua integralidade, ver Clastres (1990) e Cadogan (1959).

Os cantos sagrados dos Guarani Mbya, na tradução de Jecupé (2001) estão expressos em quatro capítulos, quais sejam: “os primeiros costumes do colibri”; “os fundamentos do ser”; “a primeira Terra” e o último, “está-se a dar assento a um ser para alegria dos bem-amados”. No capítulo primeiro, “os primeiros costumes do colibri”, narra-se, na forma de poema – modalidade que perspassa todos os capítulos - o nascimento, sem ser gerado, de Ñamandu, o Pai Verdadeiro, “tecido de vazio e silêncio” (JECUPÉ, 2001: 34). O deus primeiro desdobra-se em dimensões materiais, revelando-se na essência de um colibri, da coruja primordial, dos pontos cardeais, enfim, como descreve Clastres (1990): “No início é o deus. Ele aparece e dilata-se, desdobra-se como uma flor que se abre à luz do sol. Mas Ñamandu é para si mesmo seu próprio sol, é ao mesmo tempo o sol e a flor.” (CLASTRES, 1990: 21).

O capítulo dois, “os fundamentos do ser”, também traduzido por Cadogan (1959) como “os fundamentos da linguagem humana”, apresenta-nos a metafísica dos Guarani Mbya, através da unificação entre a linguagem e o ser, alma e palavra uma só coisa. Nas palavras de Jecupé (2001: 55): “A palavra *ayvu* expressa o espírito como som vivo, sopro-luz primeiro, aquilo que é eterno em cada indivíduo e que vivifica o corpo e manifesta-se no reino humano sob a pele da palavra, pelo sopro que a preenche.” A metafísica se expressa nessa concepção de uma essência humana, a “palavra-alma”, que compartilha da natureza divina. Ao responder a Cadogan sobre o significado de *Ayvu Rapyta*, Kachirito, indígena Guarani Mbya, assim o revela: “o ser fundamenta-se no fato de ter sido desdobrado de nosso Pai Primeiro, o ser fez-se parte da divindade primeira, como medula, palavra-alma, da coluna do Criador (*Ayvu rapyta oguero-jera, oguero-yvára Ñande Ru tenondé ñen’ey mbyterã*)”. (KACHIRITO *Apud* CADOGAN, 1959: 23). Ainda no capítulo

dois também é narrada a criação da hierarquia divina, os Seres-Trovões, que virão a ser os pais e mães dos Guarani-Mbya.

O capítulo três, “a primeira Terra”, discorre sobre o surgimento da primeira Terra, *Yvy Tenondé*, estabelecendo seu centro, os pontos cardeais, as estações. Também é dado a cada um dos Seres-Trovões, uma função. *Karay*, fogo solar, responsável pelo calor e o renascimento regular do divino como natureza. *Jakaira*, a bruma revigorante, a neblina, reúne em si a substância divina do humano, as Belas Palavras. Tupã, que governa sobre o mundo aquático e suas diversas manifestações, deve oferecer o frescor à Terra. Também neste capítulo, narra-se sobre o surgimento de alguns animais específicos, tais como o girino, a serpente, o nhambu, entre outros, de sorte que, tanto a fauna quanto a flora, na primeira Terra são mencionados como os “verdadeiros”. Esta qualificação fica mais clara quando é comparada a tudo o que existe na Terra nova - a que será criada após o dilúvio, e da qual iremos discorrer mais adiante - existem apenas “como imagem”. Aos Seres-Trovões também é dada a tarefa de promover a harmonia e impedir que os guaranis se desviem do verdadeiro amor”. (CADOGAN, 1959).

Por fim, o capítulo 4, “Está a dar-se assento a um ser para a alegria dos bem-amados”, trata do processo da encarnação, ou seja, explicita como ocorre o nascimento de um ser humano, no caso, o *tupy*: “ser em pé”, aquele que recebeu a palavra-alma em seu corpo. Segundo Jecupé (2001), os Seres-Trovões recebem a responsabilidade de gerarem palavras-almas para encarnarem na Terra. Daí a importância primordial que os Guarani Mbya dão à cerimônia de batismo, o *ñemongaraí*. A cada criança que nasce, seu nome é dado pelos deuses, nome que irá revelar a tonalidade de sua essência, manifestada nos dons e no destino a se cumprir.

Embora nos textos das palavras formosas, não se fale da destruição da primeira Terra pelo Dilúvio e da criação da Terra nova, Cagogan faz uma explanação a esse respeito, quando comenta o capítulo três dos cantos sagrados, supradescrito:

Yvy Tenonde, la primera tierra, de cuya creación trata este capítulo, fué destruída por el Diluvio [...] despues de haber ascendido a los paraíso e todos los seres que la poblaban, los virtuosos en forma humana, y los pecadores e metamorfoseados en seres irracionales . Creada Yvy Pyaú, la nueva tierra, la que habitamos, en reemplazo del mundo destruído [...].(CADOGAN, 1959: 34)

Por se tratar de tradição oral, existem várias versões do mito do Dilúvio, como por exemplo a de Leon Cadogan (1959), primeira versão, publicada no capítulo seis da obra supracitada, a versão publicada por Pierre Clastres (1990) e a versão publicada por Curt Nimuendaju (1944). Só para se ter uma ideia das diferenças interpretativas que ocorrem quando se transcreve uma narrativa de tradição oral, pode-se observar um viés mais metafísico na versão de Cadogan, ao contrário da versão recolhida por Clastres, onde optou por manter os aspectos mais mitológicos. Embora não se pretenda apresentar o mito do Dilúvio na íntegra, e discorrer sobre estas diferenças de interpretação⁶, um relato breve da destruição da primeira Terra e da criação da Terra nova se faz necessário, até mesmo para que se destaque o sentido da temporalidade circular em que estão imersos os guaranis. Como vimos, na primeira Terra, havia um estado de harmonia e perfeição entre os seres, por estarem perto dos deuses. Entretanto, após Karaí Jeupié cometer incesto com a irmã de seu pai, as grandes águas foram enviadas por

⁶ Para um conhecimento das três versões mencionadas, ver CLASTRES (1990), *A fala sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios guarani*.

Ñamandu e, aos primeiros humanos que ali habitavam, foram dadas as seguintes destinações: metamorfose em animais àqueles que infringiram as regras do bem viver, dadas pelos deuses, ou o estado de *aguye*, perfeição, aos que se mantiveram firmes em seguir os exemplos de seus pais divinos.

A Terra nova, *Yvy Pyaú*, é a terra perecível, criada após o Dilúvio, onde nascem e vivem todos os Guaranis, é esta terra que caracteriza-se por um estado de imperfeição, considerada até mesmo uma Terra má. Tudo o que aqui existe corresponde apenas a uma imagem das verdadeiras coisas e seres que habitam a primeira Terra. Entretanto, os Guaranis não estão só, mas mantêm um legado, sendo os eleitos e herdeiros dos deuses, de emular a seus pais divinos.

Os nomes são os guias; por essa razão, os Mbya são povos que percorrem longas caminhadas durante a jornada terrena. Esse caminho que percorrem seria a busca do lugar ideal para exercer o modo de ser (*teko*), e também da terra sem mal (*Yvy maraey*). (UHLMANN, 2013: 37).

A cosmogênese dos Guaranis Mbya, assim como as demais narrativas míticas que compõem a tradição oral deste povo, é chamada por Litaif (1996) de “tekologia”, e explicitado por Borges (2004) como um “sistema de pensamento desenvolvido pelos Guaranis, o qual recobre um conjunto de questões especiais para o ordenamento e a justificação da existência [...]” (BORGES, 2004: 122). A referência ao prefixo “teko” corresponde ao modo de ser Guaranis, também expresso na palavra *nhandereko*, “o nosso modo de ser”, para designar o modo de ser guarani. Compreende-se assim, que os Guaranis Mbya guiam suas ações a partir de sua cosmologia. Segundo Clastres (1990) o termo “norma” traduz a palavra guarani *rekoa* e significam as regras que ordenam a existência.

Além disso, estas normas de vida, contidas nas narrativas cosmogônicas, moldam a existência dos Guarani Mbya, definindo-os como “os eleitos dos deuses”.

É pois, na relação de contraponto entre a primeira Terra, sem males, e a terra Nova, perecível e má, que os Guarani Mbya traçam sua caminhada, bela, o *guata porã*, na busca desta complementariedade perdida: o estado de perfeição, *aguyje*. Ora, tudo isto não seria possível se não fossem eles os eleitos dos deuses, dos quais também mantêm uma descendência direta. O princípio *teko*, reúne o conjunto dos princípios e normas para este bem-viver, o *nhandereko*, modo de ser guarani, e permite-lhes vivenciar a temporalidade circular, uma vez que, sob o legado da herança divina, caminham (e vivenciam) a esperança do cumprimento desta promessa: alcançar o estado de antes, iguais aos irmãos mais velhos, seus antepassados divinos, exemplos e guias nesta terra, nesta caminhada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ORIGEM, DESTINO E O GUATA PORÃ

Segundo Borges (2004), que utiliza o termo *oguata porã*, para designar o sentido de uma ‘peregrinação sagrada ou verdadeira’, esta especificidade do processo histórico guarani de estar permanentemente em trânsito, aponta para uma dupla caracterização da ordem social deste povo: uma teleologia e uma heteronomia, sendo esta última determinante da primeira, uma vez que a externalidade divina da norma social (heteronomia) dita o norte, o direcionamento do propósito (*telos*). O trecho de um poema declamado por um indígena guarani Mbya, melhor define este caráter da externalidade instituinte da ordem social e do destino: “*Aipóke, ore Ru Tenonde gua, ndeé rãg engatu ma ore reko kuaá a*

tenonde i/ndéé rãg e ma ayvu rapyta rã reikuaá nde jeupe yvy rupa rorojera e' y re". (ESCOBAR, apud CADOGAN, 1959: 95). Ao qual se traduz: Oh, nosso primeiro Pai! Foste tu quem concebeu antes do princípio as normas para nossa conduta; foste tu quem concebeu a origem da futura linguagem humana antes de haver criado a morada terrenal.

O sentido pois, de *guata-porã*⁷, o belo caminhar, é este retorno às origens divinas, indo de encontro à Terra sem Males, *Yvy Marãey*. A despeito das leituras que se tornaram notórias no início dos estudos acerca dos guaranis, fazendo alusão à busca da Terra sem Males como um profetismo indígena, e mesmo uma fuga, não é neste sentido que pretende-se abordar aqui. Esta caminhada - traduzida por *guata-porã*, - não se perfaz de modo teleologicamente linear, seguindo uma linha de princípio, meio e fim, mas de modo circular, visto que, além do propósito da chegada que aponta para um retorno às origens, esta busca do estado de perfeição, o *aguyje*, faz-se no dia-a-dia, segundo os preceitos do bem-viver, das primeiras palavras, deixadas por *Ñamandu*. Um belo caminhar, que aponta para a superação do estado humano para a recuperação do estado divino, mas que se conquista passo a passo: circularidade e imanência, não uma transcendência metafísica. Aliás, como observado no capítulo dois dos cantos sagrados, se há alguma metafísica na cosmologia guarani, é esta que aponta para a sua descendência com os seres divinos.

Uma vez compreendido que o tempo cosmológico estrutura o conjunto de normas de vida dos Guarani Mbya, a caracterização da circularidade mítica entre as noções de origem e destino e o *guata porã*, passa pelo entendimento de que entre os Guarani Mbya e seus deuses,

⁷ Compreende-se que *oguata porã* e *guata porã* apresentam o mesmo sentido, mas optou-se por esta última grafia, por ser mais predominante nas leituras selecionadas.

existe uma diferenciação *contínua*⁸. O sentido de diferença *contínua* fica melhor apreendido quando se contrapõe ao de diferença *descontínua*. Neste último, há uma ruptura, impedindo qualquer possibilidade de semelhança entre os pares diferenciados; no primeiro, ao contrário a diferenciação pode aumentar ou diminuir, porém jamais acaba. “Há uma continuidade entre os Guaranis e os deuses, pois esses são seus ancestrais, chamados “nossos irmãos mais velhos” (*nhanderuke’y kuery*).” (PIERRI, 2018: 62).

Da circularidade inerente às narrativas míticas, depreende-se que origem e destino possuem um sentido co-participativo. Como dito, faz parte da convicção dos guaranis que os deuses não os abandonaram. Prova disso são as “palavras formosas” de *Ñamandu*, pai primeiro, deixadas a seus filhos para que nunca se esqueçam de sua herança divina e de seus preceitos. Além disso, a lembrança da “bela morada” torna-se também o *dínamo* propulsor de uma escatologia, “a promessa de que em um tempo futuro saberão reencontrar o caminho de sua terra natal.” (CLASTRES, 1990: 114). Em outras palavras, busca-se chegar novamente à origem. Segundo Borges (2004), este processo discursivo de complementação especular entre os pontos de origem e de destino, caracteriza-se pelo deslocamento temporal do princípio cosmológico da perfeição originária, do tempo-zero para o tempo por vir.

O fato dos Guaranis estarem sempre em trânsito, em um constante processo de peregrinação, já foi enfaticamente interpretado pelos primeiros exegetas do tema como uma metafísica próxima ao platonismo, de perspectiva pessimista, como se a busca da Terra sem Males implicasse em uma negação do tempo presente e uma fuga da

8 Termo utilizado por Viveiros de Castro (2011) ao se referir ao “dualismo concêntrico” (que é dinâmico e contrapõe-se ao diametral, estático), elaborado por Lévi-Straus, em *História de Lince*. (1993).

realidade. Entretanto, ainda que este conjunto de interpretações tenha feito sentido em algum momento da história dos guaranis, mas notadamente frente aos confrontos com os invasores europeus, os estudos contemporâneos sobre o modo de vida dos guaranis, especificamente, dos Guarani Mbya, apresentam-nos outras chaves de compreensão. Tal é o sentido em que aqui se aposta, o qual aponta para uma compreensão do *guata porã*, o belo caminhar: uma peregrinação sagrada que traduz a cosmologia teleológica desse povo, cuja ordem social e princípio existencial, procura alcançar a perfeição deixada como exemplo, por seus pais divinos. Por fim, vale a pena registrar a descrição de Pierre Clastres (1990), quando busca refletir sobre o que pensa o pensamento guarani:

Queremos ser deuses e só somos homens. Objeto de nosso desejo: *ywy mara ey*, a Terra Sem Mal; espaço de nossa condição: *ywy mba'e megua*, a terra má. Como isso é possível? Como poderemos reinvestir nossa verdadeira natureza, recobrar a saúde de um corpo aéreo, reconquistar nossa pátria perdida? Que nossa voz se impregne de potência, e as palavras que ela pronuncia, de beleza, a fim de que possa atingir os sete firmamentos sobre os quais reina nosso pai Ñamandu! (CLASTRES, 1990: 13-14).

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Josely Vianna. **Roça Barroca**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. "Os tempos da História: do tempo mítico às representações historiográficas do século XIX". **Revista Crítica Histórica**. Ano I, n] 2, p. 180-208. Dezembro/2010.
- BORGES, Luiz, C. "Cosmologia e sagrado na produção do saber Guarani". **Revista da SBHC**, R.J., V. 2, n° 2, p.120-132. jul/dez. 2004.

- CADOGAN, León. **Ayvu Rapyta - Textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá**. São Paulo, USP. Boletim 227, Antropologia nº 5; 1959. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai.
- CLASTRES, Pierri. **A fala sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios guarani**. tradução Néia Adan Bonatti. Campinas, SP: Papirus, 1990.
- ELIADE, Mirceas. **Le mithe e l'éternel retour**. Paris: Gallimard, 1969.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Portugalia, 1967.
- JECUPÉ, Kaká Werá. *Tupã Tenondé: A criação do Universo, da Terra e do Homem segundo a tradição oral Guarani*. São Paulo: Pierópolis, 2001.
- LADEIRA, Maria Inês. *O caminhar sob a luz: território mbya à beira do oceano*. São Paulo: Unesp, 2007.
- LITAIFF, Aldo. *As divinas palavras. Identidade étnica dos Guarani-Mbyá*. Florianópolis: UFSC, 1996.
- PIERRI, Daniel Calazans. *O perecível e o imperecível: reflexões Guarani Mbya sobre a existência*. São Paulo: Elefante, 2018.
- UHLMANN, Carla L. *As palavras formosas com fundamento do mito e do modo de ser Mbyá-Guarani*. Trabalho de Conclusão de Curso (Literatura e Licenciatura em Língua Portuguesa)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- VERNANT, Jean-Pierre. "Aspectos míticos da memória e do tempo". *Mito e Pensamento entre os Gregos*. S.P.: Difusão Europeia/EDUSP, 1973. p.710112.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "Do Mito Grego Ao Mito Ameríndio: Uma Entrevista Sobre Lévi-Strauss Com Eduardo Viveiros De Castro (com Elsjé Lagrou e Luisa Elvira Belaunde)". *Sociologia & Antropologia* v.01, nº 0, p. 09 – 33. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 2011.

26

NARRATIVAS E CAMINHADAS PATAXÓ: OS MAKIAMI E O RELATO DAS AWĀKĀ'P

Antônio Augusto Oliveira Gonçalves ¹

TER RAIZ E CONHECER HISTÓRIAS²

Para um povo indígena ser reconhecido e ter os seus diretos válidos diante da lei do não índio ele precisa *ter raiz e conhecer* e fazer circular as suas *histórias*. Esse conhecimento é [que] contribui para fazer de um povo guardião da sua própria cultura. Por meio da oralidade essas histórias são contadas e recontadas para todos os membros da comunidade por muitas gerações. (ALVES, 2016: 21, itálicos meus).

Este trecho é parte da monografia de Tary Alves sobre *as histórias dos lugares sagrados*³ do povo pataxó. Tary é morador da aldeia Encontro das Águas – Terra Indígena Fazenda Guarani, em Carmésia (MG). *Raiz e histórias*, duas palavras de Tary, entrelaçam-se num campo semântico do que vem a ser o *território* para os Pataxó e não apenas para fins de regularização e reconhecimento pelo Estado, pela “lei do não índio”. O povo pataxó se faz “guardião da sua própria cultura” na medida em que

¹ Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Divinópolis. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: antonio.goncalves@uemg.br.

² Alguns trechos desse artigo estão em prelo, num artigo de minha autoria na Maloca – Revista de Estudos Indígenas: GONÇALVES, Antônio Augusto O. ‘O que você viu, lá você deixa’: perigo, devoção e encantos de Hamây/Caipora. *Maloca – Revista de Estudos Indígenas*, 2022a.

³ As expressões em português empregues pelos Pataxó do território de Gerú Tucunã (Açucena-MG), bem como as palavras em Patxôhã serão postas em *itálico*. *A retomada da língua pataxó* – o Patxôhã – é resultado de uma série de ações desde 1996 do Atxôhã (BOMFIM, 2012), grupo de pesquisadores/as pataxó da língua no extremo sul da Bahia e em Minas Gerais. Natália Conceição (2016), professora da Escola Indígena Uará Pataxó, em Gerú Tucunã, refere-se a um processo de variação do Patxôhã em Minas Gerais, devido à proximidade e trocas de palavras com os Maxakali.

se envolve nesse duplo agenciamento: o *território é construído*, mantendo viva a *memória dos velhos* pelas *histórias* e deitando raízes no solo pelo plantio de roçados e árvores nos quintais de cada *kijeme* (casa) ⁴. Além disso, pelo que constatei ao longo do campo na aldeia Gerú Tucunã (2018-2020) – Vale do Rio Doce, município de Açucena (MG), a territorialidade se articula com um outro regime implicado, ou melhor, multiplicado nessa *construção*: a *espiritualidade dos caboclos*.

O *território* não se concebe botando cerca, estabelecendo limites na circulação de pessoas e seres, ele é justamente o contrário, demanda multiplicidade pletórica de raízes e presenças (dentre elas, a dos *caboclos*), feita e mediada pelas *caminhadas* dos Pataxó aos roçados e às matas. Nesse sentido, a mudança dos Pataxó da Fazenda Guarani para Açucena é, além da busca de morada num outro lugar, longe da cidade, uma *construção* em porvir, atravessada por dois campos de ação percucientes e internamente articulados: *raiz e histórias; território e espiritualidade; fazer caminhadas e botar roça; brotar e esparramar as ramas, construir* e se preparar para as *lutas*:

Bayara: essa visão que eu vejo hoje dessa memória dos nossos velhos, ela não acabou. Ela não acabou. Essa caminhada que nós fizemos do extremo sul da Bahia na década de 1970 pra Minas, esse encaminhamento que nós mudamos, moramos 30 anos na Fazenda Guarani. Aí fomos pro Espírito Santo, depois pro Espírito Santo voltamos pra Fazenda Guarani e [em] 2010

⁴ Essa concepção, de que tanto o território é *construído*, quanto os/as guerreiros/as em *retomada* nele se fazem, também desponta na resistência de outros povos, a exemplo dos Kaingang: “precisamos do território para existirmos de acordo com nossos costumes, onde somos gerados e criados aprendendo sobre a vida e a morte. Temos uma conexão com nossos territórios, construímos e somos construídos nele”, diz a indígena antropóloga, Joziléia Kaingang (2020: 62).

a gente retornou pra aqui, pra Açucena. A batalha nossa, ela não acabou, ela está começando brotar agora e tem muitas lutas pela frente.⁵

As *ykhã'p* (lutas) a que se refere Bayara, cacique de Gerú Tucunã, são literais e se exprimem nos enfrentamentos e violências que os Pataxó vivenciaram ao longo das suas *trioká'txê'p* (caminhadas). Na vinda a Minas Gerais, algumas lideranças pataxó de Barra Velha foram presas e enviadas ao antigo presídio indígena na Fazenda Guarani (1972-1986), existente na época do regime militar no Brasil. Na década de 1980, a mudança dos Pataxó para a aldeia Pau-Brasil, onde já viviam os Tupinikim no Espírito Santo, é motivada pelos conflitos internos no Guarani⁶, mas, sobretudo, pelo argumento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de que desativaria a “colônia indígena”, devolvendo a posse das terras à jurisdição estadual de Minas Gerais. Fato esse que não se consumou, a TI Fazenda Guarani foi demarcada e homologada em 1991 (ALVES DE SOUZA, 2015), após longa batalha dos Pataxó com apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e contra as vontades expressas do Estado.

O grupo de Bayara retorna dos Tupinikim à Minas em meados de 1983. Permaneceram menos de dois anos em Pau-Brasil (Aracruz-ES) por não se adaptarem à presença endêmica de mosquitos na área e pela falta de insumos para o trabalho nas roças e na produção da farinha. Entre 1986 e 2010, os Pataxó de Minas Gerais, que antes viviam numa única aldeia, a Sede, se dispersaram e constituíram novos aldeamentos em glebas de terras espaçadas dentro do território da Fazenda Guarani.

⁵ Aldeia Gerú Tucunã, relato gravado com Bayara em 16 de novembro de 2019.

⁶ Os Pataxó de Açucena costumam se referir à Terra Indígena Fazenda Guarani como “o Guarani”; “lá no Guarani”. Ao longo do texto, farei uso dessa forma de enunciação em retrospecto para mencionar o período anterior à vinda do grupo para Açucena (1979-2010).

De 1986 em diante, se constituem sucessivamente as aldeias: Imbiruçu, Retirinho, Alto das Posses e o Encontro das Águas, este último lugar é um desdobramento e nova retirada do grupo pertencente à aldeia Retirinho. Ocorreram também dispersões para além da Fazenda Guarani, parte dos Pataxó juntamente com os Pankkararu, remanescentes do presídio indígena desativado, iniciaram um movimento migratório, entre 1994-2005, e construíram a aldeia Cinta Vermelha-Jundiba, no Vale do Jequitinhonha, entre Coronel Murta (MG) e Araçuai (MG). Em 2006, Kanatyó e Clóvis, duas lideranças da aldeia Retirinho, se mudaram para Itapecerica (MG), cerca de 200 quilômetros de Belo Horizonte (MG), e se estabeleceram em Muã Mimatxi (CARDOSO, 2008; SILVEIRA COELHO, 2011; ALVES DE SOUZA, 2015).

No esteio dessa saída, houve dois novos movimentos de migração dos Pataxó a partir da aldeia Sede, em julho de 2010. O grupo liderado por Seu Zuza se direcionou para o Parque Estadual Serra da Candonga, em Guanhães (MG); ainda nesse mesmo mês, Bayara e os/as demais integrantes do Alto das Posses, junto aos Pataxó de outras aldeias do Guarani, pediram ajuda de *parentes* e do Pajé Albino no território ancestral de Barra Velha (Porto Seguro-BA), para construir a nova aldeia numa área de baixada, um talvegue contornado nos seus limites ulteriores por morros e colinas, dentro do Parque Estadual do Rio Corrente, em Açucena (MG).

Nessa *caminhada* da Fazenda Guarani à Açucena, algumas razões se evidenciam na mudança: a contiguidade urbana de Carmésia; a falta de espaço para plantio de roças; a queimada das matas do Guarani durante uma das estações de seca e a vivência da *espiritualidade* no antigo território (GONÇALVES, 2022b). Quando o pessoal de Bayara e do seu sogro Sapucaia realizava os ritos de *encaboclamento* (*receber, representar,*

manifestar os caboclos da mata e da água em ocasiões rituais), eles/as eram alvos de críticas pelos pastores e evangélicos/as:

Sekuái: na época que a gente estava em Carmésia é porque lá era dividido em grupo, lá eram 3, 4 grupos. Na verdade, tinha o Imbiruçu, o Guarani [e] a Sede, e tinha nós que ficava embolado com o pessoal da Sede e tinha o Retirinho. Aí na época a gente trabalhava muito com projeto, só que esse projeto nunca andava porque tinha que consultar um grupo e consultar outro e as ideias nunca batiam ou não davam certo, ou parava no meio do caminho. Na época também tinha pegado um fogo lá e tinha queimado 70% da aldeia de Carmésia. Lá no Guarani não passava rio, passa, mas bem longe lá em Carmésia, é bem longe e ele [Bayara] vinha com o foco também de trabalhar muito essa questão indígena também, que é fazer as festas pra recuperar tudo, recuperar as festas, as comidas típicas, essa coisa da espiritualidade também e como mãe [Dona Branquinha] e tio Bayara recebiam os guias deles, os espíritos, eles criticavam muito lá na onde a gente morava. Eles falavam assim que isso era coisa de macumbeiro, de feiticheiro, esse trem assim. Falava que era isso. Então qualquer ritual que a gente fizesse e eles encaboclassem, os guias deles representasse, aí eles falavam que já era coisa do diabo, falava essas coisas assim. Aí eu falei assim: “então a gente tem que procurar realmente um lugar pra gente fortalecer aquilo que é nosso”.⁷

Inicialmente, os *txihi* (autodenominação dos Pataxó) de Tucunã partiram da Fazenda Guarani em busca de mais espaço para as famílias plantarem e terem seu *sustento garantido* num novo território. Em Carmésia, as famílias viviam próximas umas das outras, sem espaço para as roças e sem acesso à um rio que cortasse aquelas terras. Essa proximidade física também se translada num idioma de fissões e *brigas* entre as lideranças e suas respectivas *turmas*. Os habitantes da aldeia

⁷ Aldeia Gerú Tucunã, relato gravado com Sekuái em 1º de fevereiro de 2019.

Alto das Posses no Guarani, onde vivia parte da família de Bayara, eram alvo de perseguição religiosa. Evangélicos criticavam as *jokanas* (mulheres) do grupo por *receberem os guerreiros da mata e da água (caboclos)* nos ritos na *Casa de religião*. Pastores acusavam-nas de *feitiçaria* e de deixarem que o diabo nelas incorporassem durante os *rituais*. Essas divergências em termos da *espiritualidade dos caboclos*, se acresciam a *brigas* de natureza diversa, casamentos malsucedidos, disputas entre as lideranças na construção de projetos coletivos, dentre outras questões. O povo de Tucunã não tinha espaço para viver livremente longe dos pastores e outros *ixihy* (não indígenas) que transitavam pelas aldeias – a Fazenda Guarani dista menos de sete quilômetros da cidade de Carmésia – assim como queriam se afastar das *brigas* e desavenças dos *parentes* no antigo território.

Foi assim que os Pataxó migraram para o Parque Estadual do Rio Corrente e estabeleceram uma *retomada* em uma área próxima do ribeirão São Félix. Atualmente, vivem mais 20 de famílias, cerca de 70 indígenas em Gerú Tucunã. Ao longo de 12 anos de *retomada*, os *txihi* conseguiram reflorestar parte das nesgas de Mata Atlântica do Parque.

ESPARRAMAR AS RAMAS E CONTAR HISTÓRIAS

Num evento online em favor da luta dos Pataxó, o cacique Bayara disse:

Se nós não tivermos o território o índio fica sem memória, como que ele vai viver no território sem a floresta, sem o rio dele, sem as frutas pra ele fazer

o artesanato, pra ele fazer o arco e flecha, pra ele buscar aquilo que saber fazer, trabalhar nos masaká [colares] dele bonito.⁸

“Se não tivermos o território o índio fica sem memória”, diz a liderança. Isso porque o *hãhãw* (chão, território) não se limita nele mesmo, ele é feito e refeito na labuta diária, nos atos de plantar e colher, no trabalho coletivo nos *mutirões* para abrir os roçados, mas também o *hãhãw* é trabalhado na *ãbakoháy*, na *memória* de toda a geografia e história das terras pataxó, desde a ancestralidade. As suas fronteiras são recompostas nesse exercício de *botar roça e esparramar os frutos*, de expandir os limites entre a aldeia e o Parque pelos cultivos e pelas histórias. Nesse sentido, o *território* é resultado de um trabalho de *coletividade*, as relações estão nele na mesma medida em que ele se constrói pelas relações, afinal o *hãhãw* não termina até onde avança a circularidade da aldeia, o *território* é também uma busca de *conhecimento* e de *dignidade* para as gerações futuras:

[Bayara:] sempre eu falo que o Território, ele num vem de mão beijada, ele vem com luta, ele vem com esperança, ele vem com dignidade, ele vem com esperança muito grande pra uma comunidade que quer ter seu território com conhecimento. Sem conhecimento a gente num ganha nada, com ignorância nós num chega em lugar nenhum. Esse é um ponto de vista que eu tenho, trabalhar a cabeça dos jovens a ideia de que no território a gente a trabalha no sentido da nossa comunidade e não individual, que a Grande Ignorância é a pessoa querer seu trabalho individual. O nosso trabalho, na nossa comunidade, é de coletividade com nossa comunidade, então um trabalho individual só traz divergência. Ele não traz uma esperança, uma

⁸ Relato de Bayara em 26 de fevereiro de 2021 no Café Filosófico/UFCAT, conferir em: PATAXÓ, Bayara; PATAXÓ, Katinã – Natália Braz da Conceição. *História e luta dos Pataxó de Tucunã*, Café Filosófico Virtual, 26 fev. 2021. 1 vídeo (1h: 56 min). [Live]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UHVDCr1QGPc>>. Acesso em: 20 abr. 2021. Canal Filosofia no Cerrado, Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

dignidade pra seu povo. Graças a Deus depois que saímos da Fazenda Guarani, a gente teve muito o pé no chão, esse pé no chão de buscar autonomia própria, de buscar sua capacidade sem prejudicar ninguém. Com nossa autonomia própria, com nossa experiência própria é que a gente faz o trabalho da gente, e não levando nome nem de A e nem de B. Eu como liderança, sozinho, eu não levo nada. Eu tenho que sentar com minha comunidade pra nós defender aquilo que é apropriado pra minha comunidade. Eu sem minha comunidade não tenho força, eu tenho força com minha comunidade. Isso é um pensamento de grande importância pra outras lideranças que só querem trabalhar em [torno do] próprio do umbigo, não em [torno do] próprio umbigo da comunidade. O espírito Pataxó, a nossa caminhada, os nossos velhos já faziam. Eles já eram um povo coletor que, aonde ele ia pescar, lá ele já roçava um pedaço, lá ele derrubava e plantava a mandioca dele. Com um ano que ele voltava lá, e lá ele já fazia a farinha dele. Ai ele andava, andava de novo, lá ele via um lugar que era bom de pescar, lá ele já botava o jequiá dele, o surú dele⁹, então ficava mais seis meses. Essa era vida que eles viviam, tinha muita caça, muito peixe, e a gente tá nesse sentido hoje, Pataxó hoje está nesse sentido, quando ele vê uma coisa boa lá na frente, ele quer fazer uma roça lá. É essa dignidade que os velhos deixaram pra gente, os velhos vêm ensinar pra gente no sonho, no canto, então a gente esta aí, labutando por essa dignidade que é o território. (CONCEIÇÃO, 2021: 24-25)

O excerto acima foi transcrito por Sekuai Conceição, é parte de uma conversa dela com seu tio Bayara registrada em sua monografia na área de Ciências Sociais e Humanidades da Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI/UFMG). Sekuai convidou-me para assistir sua defesa online, em agosto de 2021, dentre um dos membros da banca, estava Bayara. O cacique na arguição reiterou: “é o território que dá dignidade para nosso povo, é ele que dá esperança na luta”. Vê-se logo

⁹ *Jequiá* e *surú* são armadilhas de pesca.

aí que o *hãhãw* (chão) não está necessariamente objetificado em lugares específicos e nomeados. A toponímia é subsumida, no relato de Bayara, pelas relações que ligam os *velhos* aos *jovens*, pelas transformações da *dignidade* deixada pelos ancestrais em *esperança* para os/as seus/as filhos/as e netos/as por meio do caminhar e do plantar. Em parte, porque a vida que se desenrola no *território* é intervalo, é na *caminhada*, nas picadas abertas na *mimatxi* (mata) e deambulações do rio aos roçados que o *hãhãw* *persiste, brota e faz crescer*, assim diz a liderança: “o espírito Pataxó, a nossa caminhada, os nossos velhos já faziam”. Mas esse *território* que se estende em sua profusão, do qual se percorre, cultiva e fisga pescados não está alheio às *lutas*: “o território não vem de mão beijada, ele vem com luta, ele vem com esperança, ele vem com dignidade”. Tanto é assim que a narração de histórias das *trioká'txê'p* (caminhadas) dos mais velhos também é atravessada pelas perseguições dos *massacres*, os silenciamentos e a dispersão dos *txihi* (indígenas):

Bayara: muitos dos mais velhos não falava, mas entendia o que eles falava. Eles foram proibidos de fala a língua. Era perseguido, criticado, reprimido e a língua fico mei esquecido. Mas guardava na memória, nas histórias. A história do povo é contada aos pouquinhos, pra quem ouve não leve tudo. (CONCEIÇÃO, 2016: 35)

No relato acima de Bayara citado na monografia de Katinã (Natália Conceição), a contação de histórias se antepõe num movimento: alguém ouve a *awãkã* (história) do *makiami* (velho, anciã) e a *leva*. Isso é tanto um deslocamento contínuo na teia de relações enlaçadas entre os diferentes territórios, quanto perfaz uma contracaptura. Os *makiami* guardam uma certa reserva em compartilhar suas próprias *awãkã'p* com *pessoas estranhas*, afinal narrá-las é também revelar a *sabedoria dos*

antigos, dos caboclos a desconhecidos. Assim, os relatos das *awākã'p* se fragmentam em unidades parciais, dependentes de outras caminhadas e escutas. Aquele/a que narra, de alguma forma, enfrenta as perseguições dos *massacres* de outros tempos, do que ele/a foi obrigado/a a silenciar em sua *ābakoháy* (memória) pelas *perseguições* e violências do contato. Mas se o *massacre não acabou*, o seu ouvinte, sobretudo estrangeiro, pode se tornar, eventualmente, um *inimigo* e usar esses saberes das histórias contra os Pataxó. Logo, descrever as habilidades dos *caboclos* em *confundir a visão dos inimigos*, em parte, também desvela as táticas de resistência, proporcionadas pela aliança dos Pataxó com determinados seres não humanos, que são, amiúde, agentes das histórias narradas aos *estranhos*. As *awākã'p* não são eventos passados, estão aqui e agora operando contra os perigos na *retomada*. *Ũpútsepây mōdxê* (Dessa forma), a narração acaba se desdobrando em percursos diversos, idas e vindas ao *kijeme* (casa) do/a ancião/ã, em deslocamentos de um território ao outro.

Fabiano Alves de Souza também observou a recalcitrância dos Pataxó em narrar suas *awākã'p* (histórias) a desconhecidos e a existência de porta-vozes autorizados entre os *txihi*:

[...] os Pataxó são por demais “cismados” e zelosos para com estas crônicas biográficas [histórias de seres não humanos contadas por determinado/a *makiami*], pois percebi uma reserva dos Pataxó ao narrá-las para pessoas estranhas. Reconhece-se um “verdadeiro” Pataxó pela intimidade que ele revela com as distintas biografias destes seres encantados. Foi a partir dessas conversas desviantes, bifurcadas mesmo, que fui obrigado a deslocar-me para as outras aldeias Pataxó em Minas Gerais, o que me fez perceber que esses seres não humanos ganhavam donos, porta-vozes entre os Pataxó na medida em que eram narrados. (ALVES DE SOUZA, 2015: 150)

Não parece, contudo, que seja, única e exclusivamente, o *medo dos massacres/guerra* ou os *massacres* propriamente ditos o leitmotiv da fragmentação das *awākã'p* (histórias *txihi*), mesmo porque é comum os *makiami* se recusarem a contar determinada *awākã* para os *taputary*, *tapurumã ùg txawã upã pataxí* (parentes, jovens e crianças da aldeia), designando um/a outro/a velho/a autorizado/a a narrá-la: “quem conta essa história é o Gurujé (Antônio Braz), ele vive lá na aldeia mãe”. Indicações ou omissões nas narrativas *txôg* (aqui), com frequência se atrelam a aberturas possíveis *higwá* (lá) em outros nexos de socialidade nas aldeias de Minas e/ou do extremo sul da Bahia. O “saber andar” é algo que os *txihi* ensinam não só aos seus *tapurumã ùg txawã* (jovens e crianças), mas também entre aqueles/as que tentam *registrar suas histórias*. Fazer um *akuêg* (trabalho, pesquisa) com os Pataxó, frequentemente demanda do/a pesquisador/a que ele/a saiba andar de uma *pataxí* a outra, prescrutando *kuanuk homãk* (saberes antigos) que ora se fecham, ora se entreabrem.

CONFLITOS, CAMINHADAS E HISTÓRIAS: FISSÃO E NEXOS?

Em geral, a correlação dos deslocamentos com os conflitos permeia parte da literatura etnológica dos Pataxó (CARVALHO, 1977; AGOSTINHO DA SILVA, 1993; GRÜNEWALD, 1999; SAMPAIO, 2010; CARDOSO, 2018), com o seu escopo voltado para as questões do contato dos Pataxó com a sociedade nacional e a relação entre dois “eventos críticos” (DAS, 1995; CARVALHO, 2009) – a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal em 1943 e o Fogo de 51 (*Joôpek ùpú 51*)¹⁰ – com a história

¹⁰ O *Fogo de 51*, ou simplesmente o *Fogo*, é conhecido pelo povo de Tucunã como “no tempo dos massacres”, “na época da guerra”. Natália Conceição, neta de Seu Sapucaia, professora de Tucunã, descreve o episódio da seguinte maneira, em sua monografia: “O Fogo de 51’ ou o ‘Massacre de 51’

de dispersão do grupo a partir da aldeia mãe de Barra Velha – Porto Seguro (BA).

Nas seções anteriores, os relatos de Tary e Bayara, contudo, apontam para um sentido mais ampliado e específico nos deslocamentos, isto é, a possibilidade de agenciamento criada pela guerra, o de plantar e *ter histórias* para reverter a “lei do não índio”, de se preparar para as *lutas pelo território*, de se fortalecer espiritualmente num novo lugar. Na medida em que adentramos nas matas, nos rincões do “Leste Etnográfico”¹¹, em direção ao Vale do Rio Doce, passando pela Serra dos Aimorés e nordeste de Minas, vemos que essa imbricação das desavenças com os deslocamentos ganha, cada vez mais, contornos diferentes. As dissidências se tornam internas e seguidas de separação das *turmas* em torno de uma liderança, por vezes, conectadas a redes complexas de vendetas xamânicas e suicídios, vinganças e mortes de *parentes*. Estes aspectos aparecem, de forma compósita, nos diversos casos de deslocamentos pataxó do extremo sul baiano a Minas Gerais e da Fazenda Guarani para as novas aldeias pataxó na região.

Os Pataxó compõem junto com os Maxakali parte de um complexo etnológico e linguístico em comum no Leste. Ambos foram caracterizados pela literatura enquanto bandos de caçadores e coletores em perambulação pelas florestas de Mata Atlântica (METRÁUX; NIMUENDAJÚ, 1946; CARVALHO, 1977; PARAÍSO, 1994). Wied-Neuwied,

ocorrido na aldeia Barra Velha, caracterizado pela ação violenta da polícia baiana que desarticulou a aldeia, dispersando os índios como forma de promover a ocupação ‘civilizada’ na região de Porto Seguro. São atos de violência que marcaram a história do povo [pataxó] física e mentalmente” (CONCEIÇÃO, 2016: 15).

¹¹ Os povos indígenas que vivem entre o rio de Contas, o rio Jequitinhonha e o rio Doce compõem uma área de interesse etnológico denominada de “Leste Etnográfico” (MELATTI, 2016). Até meados do século XIX, esta região entre a Serra dos Aimorés em Minas, o extremo sul da Bahia e o norte do Espírito Santo fora considerada um “bolsão” incólume às frentes da expansão do litoral.

viajante alemão, encontrou os Pataxó na vila do Prado (BA) em 1816, descrevendo-os como: “os mais desconfiados e reservados; o olhar é sempre frio e carrancudo” (1958 [1820]: 215), sendo que os Maxakali mediarão as relações de paz dos Pataxó com os habitantes do vilarejo três anos antes. Às margens do rio Jururuçu, quase um ano depois desse encontro com os Pataxó no Prado, Wied-Neuwied relata:

[...] entre estes [índios pataxó] encontrei uma mulher da tribo dos Machacaris, que entendia perfeitamente a língua dos Patachós, coisa muito rara; porque, sendo os últimos, de todas as tribos aborígenes, os mais desconfiados e reservados, é difícil a uma pessoa, que não pertença à tribo, aprender-lhes a linguagem. (WIED-NEUWIED, 1958 [1820]: 275)

O povo de Tucunã costuma dizer que “os Pataxó são os mesmos Maxakali”, mas a diferença dos Tikmũ’ün (autodenominação dos Maxakali) foi adentrar floresta para se refugiarem das violências e *massacres dos ĩdxihy* (não indígenas, colonizadores) no litoral. Os *txihi* de Açucena seguiram o caminho aberto pelos seus *ihnũy* (irmãos) maxakali, conferindo ao território um lugar menos de condicionamento espacial e mais de nexos topológico das relações (CALAVIA SÁEZ, 2015), espaço de *construção* (plantar e *ter histórias*) e passagem pelas *caminhadas*, mas incessantemente atravessado pela possibilidade de *conflito*, rivalidade entre as *turmas* e divergências de práticas religiosas. Essa proximidade de resistência dos *txihi-tikmũ’ün* apontada pelos Pataxó de Tucunã lança luz sobre o passado conflituoso na Fazenda Guarani e *simul et semel* adensa a possível relação dos Pataxó em Minas Gerais com o modo de circulação e dissidência dos Maxakali (CARVALHO; REESINK, 2018).

Em visita à Fazenda Guarani, a antropóloga Maria Hilda Paraíso (1994) observou a proximidade dos Pataxó e dos Maxakali em contraposição aos Krenak:

[...] como explicar o fascínio dos Pataxó, que habitam a Fazenda Guarani, em Minas Gerais, pelos Maxakali a ponto de sempre procurar usá-los como ponto de referência e, até mesmo, aceitar refugiados Maxakali em sua aldeia, em 1991, quando opõem tanta resistência à família dos Krenak ali refugiados há muitos anos? E por que os Maxakali aceitaram conviver tão tranquilamente com os Pataxó, mas rejeitaram conviver com os Krenak? (PARAÍSO, 1994: 181)

Rodrigo Grünewald (1999), em interlocução com *Guga* (José Augusto Sampaio) e ao fazer trabalho de campo no extremo sul da Bahia, coletou relatos que davam notícias das brigas internas em Carmésia, com determinados grupos acusando outros de serem “macumbeiros, catimbozeiros”:

[...] o pessoal do Manoel começou a chamar o pessoal do Kanatio [Kanatyo] e da Neti [Dona Nety, Sijanete] de macumbeiro, catimbozeiro, que eles queriam voltar ao passado, que eles queriam voltar a viver como antigamente no tempo que o índio andava pelado, que hoje em dia isso não era mais admissível, que é um absurdo, que tudo era uma fraude, o pessoal do Manoel começou a denunciar o Kanatio [Kanatyo] e a Neti [Nety] como sendo fraudadores de tradições indígenas ou como querendo retroceder a um passado irretrocedível, isso instaurou conflito na comunidade. (GRÜNEWALD, 1999: 58)

Se Grünewald soube das desavenças no Guarani conversando com os parentes pataxó de Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabrália (BA), há de imaginar a complexa imbricação relacional, fissão e fusão dos coletivos pataxó em Minas Gerais, registradas em trabalhos posteriores,

mesmo que parcialmente (TORRETTA, 1998; CARDOSO, 2008; SILVEIRA COELHO, 2011; ALVES DE SOUZA, 2015; SANTOS, 2020).

Se aproximarmos essa literatura relativa à Fazenda Guarani com a produção etnológica mais recente entre os Maxakali (RIBEIRO, 2008; TUGNY, 2011; ROMERO, 2015; CAMPELO, 2018; MAGNANI, 2018), veremos que as acusações recíprocas no esteio de conflitos e a migração dos Tikmũ'ũn pelas diferentes aldeias é o modo como os Maxakali mantêm viva a guerra e moventes as fronteiras entre os grupos. É também assim que eles/as se contrapõem à lógica totalizante do Estado e da sociedade envolvente em vê-los como um só povo, quando há, na verdade, distintos coletivos tikmũ'ũn em constante movimento:

Essas guerras intertribais nos assombram pela proporção de mortes que elas podem ocasionar devido à impossibilidade que possuem esses guerreiros em fazer uso do afastamento territorial – sua principal forma de controlar os efeitos devastadores da guerra [...]. No entanto, é necessário atentarmos para duas questões: a primeira é que as guerras mostram bem como os povos tikmũ'ũn não se concebem como um povo, uma comunidade, unitária, e sim vários povos, que observam entre si limites e formas diferenciadas de equiparação, alianças e guerras. Em segundo lugar, cabe-nos entender o quanto a atividade guerreira é sinal da vitalidade de uma sociedade que vem, apesar de tantos séculos de submissão às forças de coerção da sociedade envolvente, lutando contra a centralização do poder, contra a dissolução de todas as suas formas autônomas de se relacionar com o espaço e com os povos que habitam os espaços por onde circulam. (TUGNY, 2011: 53)

Os três aspectos assinalados por Rosângela Tugny (2011), o afastamento territorial, a atividade guerreira e as formas autônomas de se relacionar dos Tikmũ'ũn aparecem para Rodrigo Ribeiro (2008) sob outra ótica. Nela, o contato com as frentes coloniais e com outros povos

autóctones são absorvidas, se tornam agenciamentos na máquina de guerra maxakali:

No caso dos Tikmũ'ün os processos de desterritorialização têm um papel central em seu socius, instaurando uma máquina de guerra como seu fundamento. Em outros termos, este povo é constituído a partir da produção de vetores de desterritorialização e de movimento. [...] a máquina de guerra Tikmũ'ün instaurou-se a partir de uma intensa relação com outras formas de agenciamento, retirando deles elementos pelos quais pôde produzir seu movimento. Assim, foi mediante o contato com as frentes coloniais e com os grupos dos demais povos autóctones que os Tikmũ'ün construíram seu devir e deu movimento ao sistema. (RIBEIRO, 2008: 168)

Os Pataxó e os Maxakali em Minas Gerais, em geral, vivem em pequenas aldeias, cuja existência quase sempre decorre das rivalidades e acusações mútuas entre as *turmas* (RIBEIRO, 2008; TUGNY, 2011). Ao mesmo tempo, que uma *pataxí* (aldeia) se levanta, outras terminam a sua existência, abruptamente, com cada liderança seguindo um caminho distinto com seus *troncos* (famílias) e mais alguns aliados. Os Pataxó que se moveram para Minas, a partir de 1975, na Terra Indígena Fazenda Guarani, nos anos posteriores foram migrando para novas glebas de terras dentro e fora do Guarani. “Hoje tem parente esparramado até no Rio de Janeiro”, dizem os/as guerreiros/as de Tucunã. O contato com madeireiros, plantadores de cacau, cafeicultores, empreendimentos turísticos de Porto Seguro iluminam, em parte, essas *caminhadas*, mas há algo a mais nelas do que as frentes de avanço da sociedade nacional.

Para Carvalho e Reesink (2018), parece existir certa similitude na perambulação e socialidade pataxó-maxakali e, referindo-se aos últimos, enfatizam: “seus agrupamentos são fluídos, mutáveis e

altamente suscetíveis às dissidências. Estas produzem um efeito em cadeia, redundando na recomposição das aldeias” (CARVALHO; REESINK, 2018: 90). “Efeito em cadeia”, termo empregue por Carvalho e Reesink (2018) em referência à migração e fracionamento territorial dos Maxakali é também produtivo para as *histórias das caminhadas* e dos seres não humanos entre os Pataxó.

No meu campo em Tucunã, as lideranças e anciãs/ãos sempre me diziam: “esse velho tem muita história, você precisa falar com ele”; “Antônio, meu tio Domingos Cachimbo sabe muitas histórias, vai lá no Mirapé conversar com ele”; “O Pajé Albino lá em Barra Velha vai saber te contar muita coisa, aquele ali tem muita história viu!”. É como se os Pataxó me dissessem que não bastava eu estar em Tucunã para compreender a sua *caminhada* até lá, era necessário eu mesmo *caminhar, registrar histórias* com as/os anciãs/ãos das outras aldeias *esparramadas* no extremo sul da Bahia e em Minas Gerais.

Esse aspecto do fazer etnográfico caminhando não só envolve questões relacionais dos *txihi*, mas também remete a elementos transformativos: uma *história* quase sempre se abre a outra, o regime de significação se antepõe nos interstícios, nos intervalos de uma *caminhada* percorrida dentro de uma mesma *história*, na diferença estrutural das distintas versões narradas e nas ligações intrínsecas de um conjunto de *histórias* (LÉVI-STRAUSS, 2012 [1955]; CALAVIA SÁEZ, 2002). Além disso, o “efeito em cadeia” das *histórias* se articula ao problema da *guerra* e das violências ocasionadas pelo contato, sem deixar de lado tampouco as intrincadas conexões das *brigas*, ao menos, dentro das aldeias pataxó em Minas Gerais. Essas particularidades etnográficas dos *massacres dos ìdxihi* (brancos) e das desavenças entre os *txihi* (indígenas) se imprimem no campo de relações mais amplo dos

Pataxó, fazem os/as seus/as etnólogos/as terem de se deslocar por diversos lugares e criam um efeito em cascata nas suas *histórias*.

Para citar apenas os casos de etnólogos/as em deslocamento nas aldeias de Minas Gerais, remeto a Pedro Agostinho da Silva, que veio até Governador Valadares (MG), em 1975, para auxiliar duas lideranças na mudança para Carmésia (MG), em razão de envolvimento em conflitos (ALVES DE SOUZA, 2015). Maria Hilda Paraíso, a convite dos Pataxó, participou de um casamento indígena na Fazenda Guarani, se deslocando da Bahia para Minas Gerais em 1991. O primeiro antropólogo do qual obtive notícias a realizar trabalho de campo mais extenso no Guarani foi Alves de Souza (2015). Em 2012, ele esteve por uma semana em Tucunã, em decorrência dessa movimentação de pessoas e *histórias* nos nexos de socialidade pataxó:

[...] ao perguntar sobre a Amesca, uma índia encantada, respondiam-me:

- 'Sim, nós conhecemos, mas quem vai contar direitinho essa história para você é Dona Nete. Ela puxou a rama lá para o Retirinho'.

De outra feita eu questionava sobre o Caburé e o Gavião, ambos os seres míticos e eles me respondiam:

- 'É, eu conheço essa história, mas só quem conta ela é Kanátyo. Ele mora lá na aldeia Muã Mimatxi, na cidade de Itapecerica'.

(ALVES DE SOUZA, 2019: 3)

As *awākã'p* (histórias) são contadas aos poucos de modo que o interlocutor não as carregue, pois a escuta é também um ato de captura e cabe tomar as devidas precauções. Contá-las em fragmentos produz interstícios, espaços entreabertos para a tradução *guerreira* de cada *tapurumã* (jovem guerreiro/a) ao longo de sua *trioká'txê* (caminhada) pelo *hãhãw* (terra). Essa estrutura heteróclita de narração e de proliferação dos relatos, entrecruzando fragmentos e *caminhadas*, é

uma diligência dos próprios Pataxó, porquanto a fragmentação demanda reiteração, é nessa repetição diferencial das *histórias* pelos distintos troncos, os *makiami* (velhos/as pataxó) *esparrados* nas diversas *pataxi'p* (aldeias) da região, que a *caminhada* acontece. “Um esforço necessário, mas colossal, este da memória: cantar noite adentro no *kukex*, não esquecer”, diz Tugny (2011: 55) a respeito das táticas dos Maxakali contra a desmembrança, cantorias ininterruptas na casa de religião (*kukex* em Maxakali); esmero análogo coexiste nas *histórias* dos Pataxó através das suas *caminhadas*.

Florent Kohler (2011) diz o seguinte sobre a vida longa das histórias entre os Pataxó:

[...] les récits véhiculés de génération en génération, illustre bien la difficulté qu'éprouvent les Occidentaux à se représenter les formes que revêt la mémoire des peuples indigènes. L'histoire de Juacema n'est-elle pas, *a contrario*, la preuve que le souvenir des «rudes Tapuias» persiste, et que leurs corps nus, une fois ensevelis, ne se sont pas effacés? Car l'histoire de Juacema, elle, n'est pas morte. (KOHLER, 2011: 123)¹²

Nesse trecho, “rudes Tapuias” é uma alusão crítica de Kohler às descrições de Wied-Neuwied sobre os Abatirá/Bakirá, nação de índios *brabos* que devastou Juacema, um lugar próximo à aldeia mãe de Barra Velha. Seguindo Kohler, cabe enfatizar que *histórias* como as de Juacema¹³ não estão mortas para os Pataxó, elas se movem nas e pelas *caminhadas*.

¹² “[...] as histórias transmitidas de geração em geração, ilustra a dificuldade que os Ocidentais experimentam ao imaginar as formas que a memória assume nas pessoas indígenas. Pelo contrário, a história de Juacema não é a prova que a memória dos ‘rudes Tapuias’ persiste, e que seus corpos nus, outrora enterrados, não são apagados? Porque a história de Juacema não está morta” (KOHLER, 2011: 123, tradução minha).

¹³ Na história dos Bakirá, o *filho do caboclo* tem seu pássaro roubado pelo filho do *ĩdxihy* (branco) e eis que intervém, em favor dos Pataxó, os Bakirá, uma nação de *Tapuyo* sai do subterrâneo para vingar o

O *txihi* sabe certas *histórias*, porque as ouviu de determinadas/as anciãs/ãos, frequentou tais aldeias pataxó na Bahia e em Minas, fez suas próprias *caminhadas*. Ocorrências do passado, narrativas e viagens “se entrelaçam na medida em cada uma se torna ligada à história da outra” (INGOLD, 2015 [2011]: 236). *Trioká* (caminhar) é também uma das maneiras que os Pataxó desbancam as forças de coerção totalizadoras da sociedade nacional. Esta poderia imputar-lhes, como muitos *ídxihy* (brancos) no Leste de Minas o fazem, dizendo que “os Pataxó são um povo sem língua e sem história, vítima do contato com os brancos”; “eles relatam mitos sem coerência!”. Mas as *histórias pataxó* codificam em forma mítica e recontam episódios passados, enfrentamentos reais e que estão em latência no próprio cotidiano de Tucunã.

Ao considerar os deslocamentos *txihihã* (pataxó), dois aspectos se coadunam: os seus elementos produtivos em fazer *awākã’p* (histórias) e a memória continuada que eles engendram. O primeiro deles é que a narração e fragmentação dos relatos no esteio do deslocamentos contínuos é tanto um meio de complementar as histórias que o *txihi xohã* (índio/a guerreiro/a) ouviu dos *makiami* na sua aldeia, quanto enseja a produção de novas, os acontecimentos com os *parentes*, incursões de caça, encontro com *visagens* (espíritos), *conflitos* em outros territórios desdobram as versões, fazem e perfazem novas *awākã’p*, semelhante ao que transcorre com os Yaminawa no Acre:

A proposta aqui seguida – ou aqui encontrada, depois de muitos meandros – é a de entender os mitos como a história mesma, como a história

roubo do bem-te-vi. Os Bakirá matam o *konehō txó ídxihy* (filho do branco), levam seu corpo para dentro do chão, cavando dois buracos que existem até hoje em Juacema, praia nas imediações de Caraíva e Barra Velha, em Porto Seguro (BA). Essa *awākã* (história) deixa evidente a presença do branco na *espoliação* que os Pataxó *sofreram* desde tempos primevos (GONÇALVES, 2022b).

propriamente dita. Os mitos são história porque *perfazem* história. Eles são narrados e mudados no tempo: os Yaminawa migram, trabalham, guerreiam, casam, cuidam dos seus filhos, se perdem na cidade, tomam *ayahuasca*, contam mitos: esse contar mitos não acontece dentro de um parêntese, numa nota de rodapé à história, senão no próprio curso dos eventos, é um desses eventos. E o que caracteriza entre os outros eventos não é necessariamente o fato de servir como um paradigma que os guia e reinterpreta (pelo menos os Yaminawa não têm brincado com essa possibilidade), mas o fato de contá-los, de pô-los na conta. (CALAVIA SÁEZ, 2006: 375-376)

Se o mito é parte da história, tanto quanto a história é refeita pelo mito, talvez a diferença que se instila é que os Pataxó, em geral, não estabelecem nexos causais entre uma caminhada e outra, no lugar de um sujeito histórico transcendente do qual emerge uma grande narrativa englobante, os *txihi esparramam* as convergências possíveis em muitas aldeias e alguns troncos (velhos/as vivos e/ou ancestrais), proliferando as narrações num punhado de vozes. Porém, é válido repetir: *stricto sensu*, *iêp awãkã'p* (as histórias) não são mitos, no sentido depreciativo que lhes atribuem os agressores não indígenas. Para os *txihi*, elas contêm um sentido continuado, falam de coisas que os Pataxó viveram em tempos pretéritos, trazendo uma constelação de gentes entranhadas na sua própria formulação. Exemplo: Bayara sabe as histórias de Hamãy (mãe da mata), porque ouviu de seu pai Gerú, este aprendeu com o avô de Bayara, o Seu Acrísio. A cadeia se expande, retrocedendo de geração em geração, por outro lado, Bayara já viveu perdas na mata e quase *encantamentos* na caçada com o seu pai, há tantos componentes histórico-ancestrais quanto pragmáticos que se entremesclam na enunciação do emissor.

Ailton Krenak, em entrevista concedida a Jailson Silva (2018a; 2018b), segue uma noção próxima aos dos *txihi*. Narrativas, para ele, falam de “coisas que nós vivemos, reconhecidas como história”:

[...] temos que ser capazes de tentar uma memória continuada de quem nós somos. No caso dos povos indígenas a memória continuada tem que visitar um lugar que [os brancos] insistem em chamar de mito, porque querem esvaziar ela de sentido histórico, e, portanto, chamam de mito. Acontece que todas as narrativas míticas anunciam coisas que nós vivemos, reconhecidas como história. Outro dia eu estava me perguntando, que lugar é esse que o mito informa para vocês [brancos]? Como um pensamento se apoia nesse lugar da narrativa do mito para ele pensar e interagir com o mundo? O que me ocorreu é dizer que no tempo do mito a gente ainda não tinha a angústia da certeza. Parece um debate filosófico né? O tempo do mito é quando você ainda não tem angústia da certeza. Você não precisa ter certeza; o mito é uma possibilidade, não uma garantia. Não tem uma garantia de duração, de tempo; ele é mágico. Ele inaugura, abre uma porta para você atravessar e sair no mundo, interagir e se realizar no mundo. Sempre, obrigatoriamente, é uma experiência coletiva. [...] As pessoas pertencem a coletivos, suas histórias são de profunda interação com uma constelação de gente que na base mesmo, costuma estar a sua herança cultural – seus avós, seus ancestrais. (KRENAK, SILVA, 2018b: 3-4)

Essa formulação de Ailton Krenak certamente se estende aos Pataxó de Tucunã. Encontrei Ailton em Governador Valadares, em fevereiro de 2020, havia a pouco se mudado da Serra do Cipó e regressado para a Terra Indígena Krenak, em Resplendor, no Leste de Minas Gerais, mesma região que os Pataxó de Tucunã. Ele sabe, assim como os Pataxó, o que a ganância dos brancos foi capaz de fazer com as paisagens do rio Doce. Remeter aos rompimentos das barragens de Mariana e de Brumadinho entre 2015-2019 no estado é apenas parte de um processo muito mais complexo de violência, desterro e tentativas

literais de extermínio dos povos indígenas do Vale do Rio Doce (KRENAK, 2019). O povo krenak de Resplendor foi transportado à força, em 1972, suas lideranças foram amarradas e jogadas feito animais na traseira de caminhões rumo à Fazenda Guarani. Até meados dos anos 2000, ainda havia *parentes dos Borun* (autodenominação dos Krenak) dividindo espaço com parte dos Pataxó de Tucunã, antes dos últimos partirem de Carmésia para Açucena. Pensando na experiência coletiva e concreta desse *sofrer* no Vale do Rio Doce, teríamos de admitir que as *histórias* pataxó são dotadas de sentido diacrônico, de substrato histórico, uma “memória continuada” de quem somos, de onde viemos, uma cadeia de relações reais, de *velhos* que sabem *histórias* porque experienciaram e ouviram as atrocidades e lutas que os/as anciãos/ãs do seu tempo *sofreram*, do qual eles/as – os/as jovens de hoje e velhos/as de amanhã – não estão completamente isentos de *sofrer* na atualidade.

Em Tucunã, passei por ao menos duas fases na escuta das *histórias*: uma da audição preocupada com a reprodução das coisas, em reter o que se ouve mais do que de fato escutar; outra na qual a gravação é apenas parte de um processo mais complexo de entendimentos parciais, interconexões com outras vivências de campo, relampejos de memória, fios que se materializam no momento da *kōpokisay* (conversa) e logo voltam ao emaranhado de ligações inconscientes. Menos que decompor, armazenando as ondas sonoras pela ínfima abertura do microfone, o silêncio da escuta nos conduz aos inauditos da *caminhada* (*trioká'txê*), em esquecer de si mesmo (BENJAMIN, 1987 [1936]) e deixar-se ser levado pelos/as *velhos/as* conhecedores/as daquela *awākã* (história), pela *trioká'txê* de seus personagens, pela sua reiteração. A névoa de fragmentos e seu remanejamento contínuo na *ābakoháy txóp makiami* (memória dos/as velhos/as) reposiciona as partículas das *awākã'p*

(histórias) em estoques renovados de imagens. “Toda aldeia é cheia de mistérios”, disse-me Domingos Cachimbo, em parte, porque o relato das *awākā’p* também o é.

O pouco que sei sobre os Pataxó me leva a reportar-me em outras fontes, no que os/as velhos/as sabem, no que conta a *juventude guerreira* de hoje, os/as estudantes *txihihã* e os/as professores/as pataxó *retomam* em seus escritos (livros, monografias e dissertações), no que o Patxôhã, uma *língua cortada*, porque *não isolada* (BRAZ, 2016)¹⁴, faz com o *suyhê’txê* (pensamento) daqueles/as que tentam compreendê-la. Percorrendo essas cadeias contínuas da ancestralidade, os *troncos* e as *ramas* se multiplicam e nós, *ixihy* (brancos), tendemos a individualizar aquilo que é vivido em meio a aproximações sucessivas, *histórias* que trazem um *monte de parente* na sua base, deslocamentos coletivos, *sonhos* e *revelações* transmitidos pelos *caboclos*. A migração dos Pataxó da Bahia até o Rio de Janeiro e sua fragmentação de *histórias* contidas dentro de outras, são prova viva disso que vos falo. Esses *kuanuk* (saberes) não estão ali e nem cá, menos que determinar-lhes a *itxenere* (origem), convém seguir seus emaranhados relacionais, suas rupturas e alianças.

Antes de findar esse texto, gostaria de deixar registrada uma *história* que ouvi de Bayara numa das primeiras incursões de campo, no final de 2018:

Bayara: como é que os velhos fazia? Os velhos furava uma cabaça e aí botava um monte de alimento lá dentro dela. Aí o muçum ia comer, ia comer, comer. Enchia ela de muçum. Aí no tempo das festas ou uma luta corporal, os índios ia lá e tomava banho no corpo todo com a gosma dele. Aí ia pra

¹⁴ “Uma língua que não é isolada, uma língua cortada, onde fomos obrigados a não falar e por consequência disso até fomos chamados de povo sem língua” (BRAZ, 2016: 37).

lutar, você batia em mim assim que eu escorregava igual um sabão. Outro batia em outro, escorregava. Você não segura, você não tem força pra segurar o outro por causa da gosma do muçum. Você ia pra uma luta de território, você passava a gosma do muçum no corpo. Então assim, é uma história que nossos velhos se defendia do corpo pra não ofender o corpo. E aí você chegava e plantava um pé de planta dentro de uma cuia. Você tomava um banho do muçum e na mesma cabaça que você usou pra pegar ele, você plantava um pé de árvore. Enchia a cuia de terra e plantava um pé de árvore, como o muçum defende nós estamos soltando esse pé de árvore [no rio] pra ele defender [a gente] aonde que a árvore parasse, aonde que ela parar vai renascer um pé de árvore, aonde ela parar vai nascer outra aldeia, vai brotar outro território indígena.¹⁵

Na situação, os guerreiros produzem para armadilha para capturar o muçum (*Synbranchus marmoratus*) no rio, colocam isca numa cabacinha e lançam água adentro. Os *mukusuy* (peixes, muçuns) são pegos, mas não se tornam *mãgute* (alimento). Há ali uma aliança, uma espécie de uma simbiose produtiva entre a gosma do peixe com a capacidade de *luta do txihi xohã* (índio guerreiro), ao invés de ataques *vis-à-vis*, o corpo escorrega no *kuidã* (corpo) do oponente, a superfície inimiga perfaz um campo de ação para os movimentos sucessivos do guerreiro, ele *desvia* dos contra-ataques pela defesa do *mahã* (peixe, muçum). Na *luta do território* também é assim, os *txihi escorregam* pelas possíveis capturas dos inimigos, desviam delas estabelecendo uma aliança com os *caboclos*, com a *nuhâtê (força) dos velhos*. A mesma cabaça que serviu de armadilha do peixe vira receptáculo para uma muda. Lançada outra vez rio abaixo, onde parar a cabacinha, brota um pé de árvore e nasce uma nova *pataxí* (aldeia).

¹⁵ Aldeia Gerú Tucunã, relato gravado com Bayara em 23 de dezembro de 2018.

Esse relato que ouvi nas vésperas do Natal de 2018, só fui compreender tempos depois quando fui visitar, por recomendação dos Pataxó de Tucunã, Domingos Cachimbo na aldeia Mirapé – TI Ponta Grande, Porto Seguro. Em outubro de 2019, Cachimbo me contou uma outra narrativa sobre um velho que inicia doze guerreiros para se transformarem em futuros pajés, eles perpassam por uma *eketohé'irá* (preparação). Numa delas, besuntam-se com a gosma de muçum e se enfrentam, noutra, apenas três guerreiros são enviados em busca da coisa mais *bayxú* (bonita) que encontrem na *ibá* (mata). O único guerreiro que se torna pajé é aquele que não traz nada após sua *trioká'txẽ*. O velho explica que ele procura pelo *mistério*, pela *sabedoria* no seu coração, aquilo que não se materializa numa flor ou num diamante, os achados dos outros *kroxxí xohã* (dois guerreiros).

Ora, a gosma do muçum ocupa uma posição particular nessas duas *awãkã'p txihi*, ela é liame e força de empuxo, ela escorrega e joga para fora, ela faz o guerreiro se defender na luta e propaga a sua força além do território de origem, ela germina um pé de árvore e brota outra *pataxí* (aldeia) seguindo os flancos do rio. Entre os Guarani Mbya, diferentemente, os *xondaro* adquirem as qualidades do muçum, alimentando-se dele ou produzindo um cinto a partir do seu tegumento:

O peixe mussum [*Synbranchus marmoratus*] não é escamoso e seu couro está coberto por uma substância lubrificante que o torna extraordinariamente escorregadio. Além disso, tem um musculatura forte que faz com que agarrá-lo seja especialmente difícil. Suas características são muito cobiçadas pelos *xondaro* que almejam incorporá-las. Até onde aprendi, isso é possível comendo o peixe e fazendo um cinto com seu couro. (KEESE DOS SANTOS, 2017: 144)

Enquanto os Mbya absorvem as qualidades lubrificas do peixe, deglutindo-o literalmente, os Pataxó procedem por uma aliança, na qual tanto o *mukusuy* (muçum) se alimenta da isca, quanto os guerreiros se preparam para a luta com a substância extraída do seu couro, até mesmo a cabaça que serviu de anteparo para a captura acaba perpassando por outros agenciamentos, dela se produz o pé de arvore, do cultivo surge novo território. Esse encadeamento, do qual se passa, se faz passar, donde pessoas e substâncias frequentemente nos conduzem a roçados, pés de árvores e retomadas, é o que escapa à formulação quando nos prendemos apenas aos extremos do processo. Menos que transformação direta – de presa em alimento, do muçum em cinto dos *xondaro* –, os Pataxó nos ensinam que transformações são transformadas em seus cursos, ora resultam de diferentes agenciamentos, ora são a condição para eles, e só fazem operar suas potências na medida que se articulam a outros corpos, habilidades e espaços. De modo algum o trajeto está traçado *in virtu*, incutido em germe pela gosma do *mukusuy*. O muçum escorrega, *defende* dos inimigos quando se combina com outros elementos – *ter histórias e raízes*; desviar dos *conflitos* e migrar de território; buscar a *força dos velhos* e transpor os seus *kuã’p* (conhecimentos) em *sabedoria para retomada*; se deslocar e ouvir *awākã’p* (histórias). Enquanto isso a caminhada permanece aberta, depende desses ínfimos movimentos, combinatórias e concomitâncias sucessivas por meio das quais ela segue as águas do rio e dissipa suas *ramas*.

O muçum na história de Bayara é o ponto de partida, seguindo os fluxos da *awākã*, navegando nas águas desse rio, sou levado ao Mirapé e ouço de Domingos Cachimbo a história dos doze guerreiros, certamente, um relato elucidado o outro quando lidos em conjunto, entretanto, não é

da exegese das narrações que a significação das *caminhadas* brotaram ante aos nossos olhos, afinal – e insisto nesse ponto – sempre persistirá entre *iêp awākã’p* (as histórias) mistérios, era o que velho pajé tanto procurava nos guerreiros.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO DA SILVA, Pedro. Índios e ambiente: considerações ecológicas no estudo e demarcação de territórios indígenas. In: MAGALHÃES, Antônio Carlos (org.). *Sociedades indígenas e transformações ambientais*. Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Meio Ambiente, 1993. p. 155-184.
- ALVES, Tary F. *Histórias de lugares sagrados*. Monografia (Formação Intercultural para Educadores Indígenas), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- ALVES DE SOUZA, Fabiano J. *Os Pataxó em morros brutos e terras fanosas: descortinando o movimento das puxadas de rama*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- ALVES DE SOUZA, Fabiano J. Os distintos seres pataxó e suas implicações nas “puxadas de rama”. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL (RAM), 13, 2019, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2019, p. 1-14.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas, volume I – Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987 [1936]. p. 197-221.
- BRAZ, Uilding C. *Iô êtxawê ũpú Atxôhã Patxôhã uĩ Kijêtxawê Txihihãĩ Pataxó Arahuna’á Makiami: hâtô uhãdxê ũpú nioniêmã fap’bwá uĩ atxôhã Patxôhã – O ensino de Língua Patxôhã na Escola Indígena Pataxó Barra Velha: uma proposta de material didático específico*. Monografia (Formação Intercultural para Educadores Indígenas), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- BOMFIM, Anari B. *Patxohã, “língua de guerreiro”*: um estudo sobre o processo de retomada da língua pataxó. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

- CALAVIA SÁEZ, Oscar. A variação mítica como reflexão. *Revista de Antropologia, USP*, v. 45, n. 1, p. 7-36, 2002.
- CALAVIA SÁEZ, Oscar. *O nome e o tempo dos Yaminawa: etnologia e história dos Yaminawa do rio Acre*. São Paulo: Editora UNESP/ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.
- CALAVIA SÁEZ, Oscar. O território, visto por outros olhos. *Revista de Antropologia, USP*, v. 58, n. 1, p. 257-284, 2015.
- CAMPELO, Douglas F. G. *Das partes da mulher de barro: a circulação de povos, cantos e lugares na pessoa tikmũ'ün*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- CARDOSO, Juliana S. *Dando com a língua no passado: o ser e não ser marcado em discursos, imagens, objetos e paisagens*. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- CARDOSO, Thiago M. *Paisagens em transe: ecologia da vida e cosmopolítica pataxó no Monte Pascoal*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2018.
- CARVALHO, Maria Rosário G. de. *Os Pataxó de Barra Velha: seu subsistema econômico*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.
- CARVALHO, Maria Rosário G. de. O Monte Pascoal, os índios Pataxó e a luta pelo reconhecimento étnico. *Cadernos CRH*, v. 22, n. 57, p. 507-521, 2009.
- CARVALHO, Maria Rosário G. de; REESINK, Edwin B. Uma etnologia no Nordeste brasileiro: balanço parcial sobre territorialidades e identificações. *BIB*, n. 87, p. 71-104, 2018.
- CONCEIÇÃO, Natália B. *Uma reflexão sobre a variação linguística na língua Patxohã do povo pataxó*. Monografia (Formação Intercultural para Educadores Indígenas), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- CONCEIÇÃO, Sekuai B. da. *A história da construção da aldeia Gerú Tucunã Pataxó: estratégias para nossa permanência*. Monografia (Formação Intercultural para Educadores Indígenas), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- DAS, Veena. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi, India: Oxford University Press, 1995.

- GONÇALVES, Antônio Augusto O. 'O que você viu, lá você deixa': perigo, devoção e encantos de Hamãy/Caipora. *Maloca – Revista de Estudos Indígenas*, 2022a.
- GONÇALVES, Antônio Augusto O. *Trioká xohã* – Caminhar guerreiro: a retomada dos Pataxó de Gerú Tucunã. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022b.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de A. *Os índios do Descobrimento: tradição e turismo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- INGOLD, Tim. Histórias contra a classificação: transporte, peregrinação e a integração do conhecimento. In: INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015 [2011]. p. 230-242.
- KAINGANG, Joziléia D. Mulher kaingang, memória e pertencimento. In: BANIWA, Braulina; KAINGANG, Joziléia; TREMEMBÉ, Lucinha. *Vivências diversas: uma coletânea de indígenas mulheres*. São Paulo: Hucitec, 2020. p. 43-64.
- KESSE DOS SANTOS, Lucas. *A esquiva do xondaro: movimento e ação política entre os Guarani Mbya*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- KOHLER, Florent. *Tombeau des Aymores: le monde souterrain des Indiens Pataxo (BA – Brésil)*. Paris, France: Ed. Peeters, 2011.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, Ailton; SILVA, Jailson de S. A potência do sujeito coletivo. Entrevista – Parte I. *Revista Periferias*, p. 1-20, 2018a.
- KRENAK, Ailton; SILVA, Jailson de S. A potência do sujeito coletivo. Entrevista – Parte II. *Revista Periferias*, p. 1-11, 2018b.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A estrutura dos mitos. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2012 [1955]. p. 293-331.
- MAGNANI, Claudia. *Ũn Ka'ok - Mulheres fortes: uma etnografia das práticas e saberes extra-ordinários das mulheres Tikmũ'ũn – Maxakali*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

- MELATTI, Julio C. Capítulo B2 – Leste. In: MELATTI, Julio C. *Áreas Etnográficas da América Indígena Leste*. Brasília: UnB, retocado em 2016. p. 1-10.
- METRÁUX, Alfred; NIMUENDAJÚ, Curt. The Mashacalí, Patashó and Malalí linguistic families. In: STEWARD, Julian (Ed.). *The Handbook of South America Indians*. Washington, United States: The Marginal Tribes, Smithsonian Institute, v. 1, 1946. p. 541-545.
- PARAÍSO, Maria Hilda B. Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanoxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni: povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, USP, n. 4, p. 173-87, 1994.
- PATAXÓ, Bayara; PATAXÓ, Katinã – Natália Braz da Conceição. *História e luta dos Pataxó de Tucunã*, Café Filosófico Virtual, 26 fev. 2021. 1 vídeo (116 min). [Live]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UHvDCr1QGPc>>. Acesso em: 20 abr. 2021. Canal Filosofia no Cerrado, Universidade Federal de Catalão (UFCAT).
- RIBEIRO, Rodrigo B. *Guerra e paz entre os Maxakali: devir histórico e violência como substrato da pertença*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ROMERO, Roberto. *A errática tikmũ'ün_maxakali: imagens da Guerra contra o Estado*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- SAMPAIO, José Augusto L. “Sob o signo da cruz”: relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Pataxó da Coroa Vermelha. *Cadernos do LEME*, v. 2, n. 1, p. 95-176, 2010.
- SANTOS, Adreano P. dos. *O deslocamento dos Pataxó para Minas Gerais: formação da aldeia Imbiruçu, dentro da Terra Indígena Fazenda Guarani*. Monografia (Formação Intercultural para Educadores Indígenas), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- SILVEIRA COELHO, Luciano. *Infância, aprendizagem e cultura: as crianças pataxó e as práticas sociais do Guarani*. Dissertação (Mestrado em Lazer), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- TORRETTA, Oscar. *Doenças e saúde: duas pesquisas médico-antropológicas entre as comunidades pataxó e maxakali de Minas Gerais*. Relatório de pesquisa.

Departamento de Sociologia e Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

TUGNY, Rosângela P. de. *Escuta e poder na estética tikmũ'ün_Maxakali*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011.

WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil: nos anos de 1815 a 1817*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958 [1820].

27

RESISTÊNCIA AFRICANA NA AMAZÔNIA

*Géraldine Fifamè Dona Fadairo*¹

INTRODUÇÃO

Quando falamos de migração de africanos para o Brasil, a primeira impressão ou talvez a única que nos surge na mente é através da escravidão. É uma hipótese que não se verifica, pois houve registros de processos migratórios de africanos para o Brasil antes e depois da escravidão. Além da escravidão como época marcada especialmente pela exploração da mão de obra de negros trazidos contra própria vontade de diversas terras africanas para o Brasil, outros fluxos migratórios voluntários foram registrados. Dentre desse fluxo, jovens africanos migraram de vontade própria para o Brasil a partir dos meados do século XIX para suas próprias realizações acadêmicas, profissionais.

Segundo informações tiradas da página oficial da Divisão de Assuntos Educacionais (DCE), a partir de 1965, com a globalização e as necessidades crescentes de acordos e relações entre os diversos países e territórios no mundo inteiro, o Brasil teve a ideia de criação de um programa que possa unificar as condições de intercâmbio estudantil e garantia de tratamento semelhante e igual aos estudantes por parte das universidades, lá se criou o PEC-G. O programa PEC-G (Programa de Estudantes de Convenio de Graduação) visa em trazer para o Brasil estudantes de diversos países os quais atualmente 25 países da África,

¹ Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Pará, Mestranda em Diversidade Sociocultural pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)/ CAPES. E-mail: fadairogeraldine@outlook.com.

25 das Américas e outros 07 da Ásia, totalizando 57 países. Ainda salienta que as maiores partes dos estudantes selecionados são oriundas do continente africano com destaque nos países lusófonos do continente.

Esse processo migratório inicia-se a partir do momento onde o próprio candidato nativo de um país X (País deve fazer parte deste acordo bilateral entre Brasil e o mesmo), demonstra interesse em concorrer a uma das vagas oferecida pelo programa, a nível nacional. O candidato em um primeiro momento acompanhará o período de inscrição junto com as autoridades diplomáticas do Brasil em Benim (embaixada brasileira em Benin). Em seguida, entrega a documentação solicitada. Mais adiante, o candidato seguirá todo um processo de entrevista, teste de saúde psicológica entre varias outras fases classificatórias e eliminatórias da seleção. No final da primeira etapa da seleção, ao ser aprovados, ou conseguido uma das vagas, o candidato seguirá na segunda fase, onde deve apresentar capacidade financeira em se manter no Brasil sem precisar trabalhar.

Ao finalizar a etapa da capacidade financeira, o candidato devera providenciar seu Visto e em seguida sua passagem aérea. Bolsistas do governo beninense poder-se-iam ter direito a passagem aérea custeada, o restante deverá providenciar as passagens a custo próprio e em seguida preparar-se para a viagem.

Na data marcada de viagem, cada candidato é acompanhado até o aeroporto pelos seus familiares. Ao preencher todas as formalidades junto com os agentes aeroportuários, o candidato embarcará para destinação da cidade escolhida. De Benim para o aeroporto de Guarulhos, são dezoito horas de voo, dividido em dois dias e ao menos uma escala em países como Marrocos, Etiópia, África do Sul, Turquia, e outros mais.

Maiorias desses futuros estudantes, ao chegarem a território brasileiro, não possuem domínio em língua portuguesa, na exceção dos candidatos oriundos de países lusófonos como Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau, Guiné Equatorial. Os futuros estudantes dos países não lusófonos necessitariam de uma média de oito meses de curso intensivo ministrado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), para obter a proficiência em língua portuguesa que é a condição final para garantir-se a tão desejada vaga nas universidades brasileiras. No caso da escritora aqui, fez-se preciso de oito meses para possuir um domínio intermediário na língua portuguesa, para em seguida passar a prova de proficiência (Celpe-Bras). Com o resultado aprovado, a universidade realizará a efetivação os estudantes nas vagas pré-selecionadas para o programa PEC-G.

Como mencionado anteriormente mais acima, grande parte das universidades federais do país participam do programa, informando as disponibilidades de vaga, acolhimento dos estudantes e acompanhamento até a formatura dos mesmos. No Estado do Pará, a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade da Amazônia (UNAMA), a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) são as três instituições que oferecem vagas para os africanos participantes do PEC-G. Embora a UFPA seja a instituição que oferece aproximadamente 80% das vagas na região norte, as outras instituições citadas acima juntas são responsáveis pelos outros 20%.

Ao chegar ao Pará, o conflito entre a expectativa e a realidade para uns é muito grande, e para outros nem tanto. Em 2013, quando fui acolhida no Pará e pelo Pará, a minha frustração era tão grande que os meus momentos de sono viravam horas de choros, noites em branco, tristeza profunda. Quando olho pela janela da casa onde morava, via

apenas “caras brancas”, pessoas falando idioma novo e diferente, os hábitos vestimentares eram diferentes, cultura alimentar diferente, entre outros. Ao caminhar na rua, sentia-me olhada estranhamente pelas senhoras, senhores, jovens, crianças sentados, de pé, caminhando pelo bairro ou pela cidade. Meu caminhar pesava no solar dos meus pés, sentia vontade em correr, o medo me consumia quando o assunto era trocar ideia com as pessoas, era uma sensação péssima e assustadora para uma estrangeira em solo desconhecido. Quando vestia-me e caminhava pelas ruas, os olhares eram virados para minha direção, me sentia estranha em meio a estranhos me estranhando. Em um primeiro momento não entendia o motivo desses olhares virados para minha direção, e muito menos o sentido deles. Era um olhar de aprovação ou de reprovação, se era uma admiração ou uma crítica, não decifrava. Entre as idas e voltas, fazendo o trajeto Ananindeua (município paraense) até o bairro universitário (Guamá) em Belém, onde era ministrado o curso de português para iniciantes, resolvo questionar um dos docentes responsáveis por ministrar o curso sobre o jeito das pessoas ao esbararem comigo na rua.

Falei a ele, da minha dificuldade em sair e caminhar nos lugares públicos sem perceber os olhares virados para mim. Em resposta, ele: “as pessoas te olham porque você é negra, com características físicas de uma estrangeira e você ainda usa roupas muito diferentes, muito coloridos”. A roupa colorida é característica predominante à cultura africana. O tecido colorido é a marca registrada do africano. Em meu lugar, usamos as roupas coloridas em todas as estações do ano e em todas as ocasiões da vida, é cultura, é arte, é identidade. A partir daquele momento entendi o motivo de tantos olhares, eu só continuei frustrada depois disso porque ainda não conseguia entender bem as conversas das

peessoas que comentavam sobre as minhas características e minhas roupas. Você talvez me perguntasse como me senti ao saber que as pessoas estranhavam minhas roupas, não saberei lhe responder especificamente se isso doeu, me entristeceu ou se me deixou feliz. A verdade é que o que mais importava para minha pessoa eram as próprias impressões que tenho acerca da minha pessoa e das minhas praticas culturais. Jamais esperei que isso agradasse a qualquer pessoa, só não tinha noção do que era o racismo.

Em meu lugar (Benin), o racismo não existe. Talvez você possa me perguntar ou ficar na duvida de existe brancos em Benin, já lhe respondo que não há. Existem migrantes e seus parentes brancos pelo país, mas isso é pouco para se afirmar que o Benin seria um país miscigenado. Em 98% somos negros, os outros 2% seriam dos que chamamos migrantes e seus parentescos. Seria possível imaginarmos um mundo sem racismo? Vejamos bem, a existência de duas ou mais raças em um mesmo lugar deveria ser motivo de racismo, de atos discriminatórios? Creio que não, mas a realidade no mundo diverge das minhas crenças. Como diz Aimé cesaire, o negro foi marginalizado, oprimido e enfrenta as piores violências da historia, graças à escravidão, ao colonialismo e todos os processos de invisibilização da raça negra pelos brancos.

Não tinha noção do que era o racismo, apesar de já ter ouvido na escola que existe outras raças. Jamais tive desejo em saber sobre racismo pois jamais ninguém abordou o assunto perto da minha pessoa. Então quando embarquei para o Brasil, não tinha noção desta realidade. Aqui estranhei, senti vontade em ligar aos meus professores da época e questiona-los sobre a omissão desta informação que todo africano deveria ter em mente antes de embarcar para o ocidente, não importa a

forma de migração. Mas cheguei a pensar que não foi em si uma omissão de informação, e sim uma falta de atualização do sistema educativo.

Embora tenham ensinado para nós no ensino médio sobre a escravidão, os possíveis retornos e a abolição da escravidão, faltou à informação mais atual; o racismo de brancos para com negros. Digo de brancos para com negros, pois uma das pautas bem atuais no Brasil atualmente é sobre o racismo reverso (ver revista *Alma Preta*). Vim saber o que era o racismo ao chegar no Brasil. Hoje afirmo ter um pouquíssimo de noção de como o racismo se manifesta na sociedade brasileira. Em 2013 quando cruzei o mar, até chegar a Belém, decidi me vendar a face, ignorar qualquer situação discriminatória que possa perturbar minha paz psicológica e afetar meus objetivos. E isso funcionou por muitos anos. Em algum momento comecei a sentir-me sozinha e precisei mudar do primeiro lar que me acolheu.

Em Abril de 2013 saio de Ananindeua para morar com outras africanas oriundas do Congo, em Belém. Lembrando, os meus primeiros meses no Brasil, convivi junto com uma família brasileira. Ao morar com as africanas, começaram-se as trocas de experiência. Enfim estava entre “os meus”. Apesar de não sermos da mesma região, do mesmo país, termos crenças diferentes, realidades diferentes em nossas terras de origem, tínhamos algo em comum. Temos uma origem juntas, somos africanas, somos familiares da mesma terra (África) no Brasil, éramos “vizinhos” na África, somos irmãos africanos mesmo não tendo a ligação sanguínea em comum.

A partir desta convivência, sentimos a necessidade de fortalecer esta irmandade apesar dos conflitos culturais entre as próprias culturas africanas, dos conflitos regionais entre países africanos, entre povos africanos, grupos, comunidades, regiões e outros mais. Organizávamos

momentos de encontro, bate papo, comemorações juntos apesar de eu ser a única beninense no meio de dezenas de congoleses. Sentia-me melhor, pois tinha a quase certeza que não serei julgada pela minha origem, crença e muito menos pela minha vestimenta, pois a roupa colorida faz parte da história do africano. Todas as colegas de quarto usavam roupas em tecido africano, nós fazíamos pratos africanos com os ingredientes que compramos na feira, esses momentos me lembravam dos bons tempos com minhas irmãs de sangue em Benin. Sentimos a necessidade em fortalecer nossa negritude africana para “resistir” como diz Leopold Sedar Senghor, Leon Damas, Alioune Diop, Aimé Césaire e a *Presence Africaine*.

Formamos uma família africana frente aos diversos tipos de preconceitos que podíamos sofrer e sofremos quanto estrangeiras, negras, mulheres, usando tranças, roupas diferentes e outras categorias nas quais a gente se enquadra. Como o dizem vários antropólogos e sociólogos como a Manuela Carneiro da Cunha, Roberto Cardoso de Oliveira, Fredrik Barth, Clifford Geertz, cultura é o que caracteriza as pessoas, os grupos sociais, seus hábitos de vida, modos de pensamento, etc. que, sem resistência, influenciam os humanos, e o modo de se falar desse complexo.

Baes (2017) relata parte da vivência de jovens negros advindos dos mais diversos países falantes de língua portuguesa para cursar nível superior e se qualificar no Brasil. O autor ainda relata as dificuldades e preconceito vivenciado por esses jovens que por muitas das vezes precisam localizar outros africanos para conviverem e possibilitar a prática de atividades cotidianas, culturais para manutenção de suas culturas, trocas de experiências como forma de resistência para manter-se ante ao preconceito e racismo vivenciado. Há percepção dos

jovens imigrantes quanto à mídia brasileira pautada no racismo através das suas novelas, onde os negros geralmente vivenciam personagens tidos como inferiores na estrutura social, CANDIDO, CAMPOS, JUNIOR, PORTELA (2021). Os estudantes relatam olhares por parte dos outros como se fossem inferiores, dificuldades em alugar uma casa ou apartamento sem fiador, o dia a dia nos espaços públicos e outros mais, Kabungele (1990).

Para fazer frente a essas situações muitas das vezes constrangedoras, ainda mais quando estamos sozinhos, procuramos conviver com nossos semelhantes, outros africanos, não importa o país de origem. Algo da qual nós africanos tínhamos certeza é que as coisas já estão piores e com certeza melhorariam quando estivermos com pessoas que possuem origem, cultura, educação, estilo de vida, visão semelhante à nossa. Subuhana (2009) relata em seu estudo essas dificuldades enfrentadas e o trajeto de jovens moçambicanos em busca de refúgio no Brasil como também em busca de formação e qualificação de nível superior. Esse movimento de migração ocorre, no entanto, os moçambicanos mantêm suas raízes culturais, através da manutenção dos laços com suas famílias e amigos, através de viagens.

Ao ter pela primeira vez contato com uma das obras bibliográficas da Manuela Carneiro, logo soube que eu precisava estudar as “pessoas”. Você entende comigo que estudar pessoas é complexo, visto que precisaria estudar diversos aspectos sobre os mesmos, o que os move, o que influencia a sua personalidade, sua decisão etc. Cunha soube pontuar esse fato na sua obra *cultura com aspas*, na qual ela nos faz entender a clara diferença entre o termo cultura e “cultura”. Tem coisas que historicamente não fazem parte da nossa vida, mas que acabamos adotando frente a certos acontecimentos que vivenciamos no nosso dia

a dia, as quais precisamos tomar medidas conjuntas ou se unir apesar dos nossos conflitos e diferenças qualquer que sejam para fazer frente as mesmas mazelas que enfrentamos sendo indivíduos negros da diáspora.

Foi a noção clara de que a identidade é construída de forma situacional e contrativa, ou seja, que ela constitui resposta política a uma conjuntura, resposta articulada com as outras identidades em jogo, com as quais forma um sistema (...) percebeu-se também que se a identidade repousa numa taxonomia social, resulta de uma classificação, deriva daí ela é um lugar de enfrentamentos. (CUNHA, 1985, p: 206).

Manuela Carneiro da Cunha na sua obra “Os Negros, Estrangeiros: escravo liberto de volta a África” descreve algumas das atividades relacionadas ao senso da população negra e suas atividades. Apesar de a autora fazer referência ao período escravocrata que essa população negra vivenciou, é possível ver ainda hoje que mesmo que as condições de migração sejam diferentes, a população africana a qual a Cunha faz referência e a população negra africana a qual eu me refiro aqui neste trabalho carrega essas formas de vivencia similares, relação que a autora menciona ao falar de formação de relação por afinidades, costumes e práticas comuns. Acontece que é assim entre nós negros africano em Belém.

Para fazer frente a essas mazelas houve uma quase involuntária vontade de conviver perto dos nossos compatriotas africanos. Em 2014, junto com as moças do Congo mudamos para morar em um conjunto habitacional chamada império amazônico na Avenida Almirante Barroso. O conjunto é conhecido em Belém todo por receber cada ano grande número de africanos recém-chegados na capital paraense. Tem

até algumas pessoas que os chama de império africano. Atualmente no conjunto mora boa parte dos africanos participantes do Pec-G e do Pec-PG (que é outro programa do governo brasileiro também, mas neste caso, para oferecer vagas em pós-graduação) das mais diversas nacionalidades. Em 2018 mudei-me do conjunto habitacional para morar em outro lugar. Não aguentamos bem a distancia dos “nossos” e retornamos morar novamente, eu, minha filha e meu esposo, no mesmo conjunto, pois aqui, mesmo não indo a domicilio dos outros africanos todos os dias, ficamos bem de saber que estamos perto dos nossos e aqui cada africano é um membro da nossa família diaspórica.

Provavelmente em cada um estivesse no seu país de origem o sentimento não seria o mesmo, pois estaremos na nossa zona de conforto, na qual nada mexe conosco. Mas aqui é a família africana, não a família Silva, não a família angolana, ainda menos a família beninense, todo mundo aqui é um membro dessa família. “Mexeu com um, mexeu com todos”, afinal é assim que é a família. Hoje em dia, podemos organizar eventos culturais, comemorativos entre outras para se reunir. Um chama o outro na casa dele para “dividir um prato de comida”, “para conversar”, “beber uma gelada”, passeios em grupo.

Como o diz Manuela Carneiro da Cunha, mais acima, os encontros entre as pessoas fortalecem as relações, a cultura, e um dos momentos que nós africanos temos aproveitado para reunião geral é a semana da consciência negra no Brasil. Das datas 20 aos 23 de todos os meses de novembro, aproveitamos para planejar e organizar atividades culturais com a colaboração de outras entidades administrativas da Universidade Federal do Pará, as quais podem citar aqui a Casa Brasil África (CBA), Pró-reitora de relações internacionais (PROINTER) e a Associação de Estudantes Quilombolas (ADQ) e outras entidades e pessoas sem vínculo

com a universidade, mas que se identificam com a cultura africana. Durante esses 04 dias de evento, atividades como, oficinas, cursos, desfiles de moda africana (com nossas estampas, nossas cores, nosso jeito de vestir), etc. e para fechar no último dia é organizado uma festa africana em uma das casas de festas conhecida da cidade.

As imagens e cartazes usados neste trabalho datam do ano de 2019. Logo após o evento desse ano, veio a pandemia do Corona Vírus (Covid-19) que fez com que as organizações dos anos seguintes ficaram de forma online. Passamos pois anos sem poder organizar a festa africana devido as orientações das autoridades acerca das medidas de combate ao novo Corona Vírus (Covid-19).

O mês da consciência negra para nós africanos é um momento de “apertar novamente as mãos dos nossos irmãos e dizer que esta tudo bem”, Israel Hounsou (presidente da associação dos estrangeiros da UFPA). É momento de reforçarmos nossos laços enquanto “família africana” em Belém. A partir dessa festa, encontramos novos africanos, é tipo reencontrar o seu irmão perdido. A festa é uma celebração independente dos africanos, pensada diante da necessidade em afirmar a nossa negritude africana em meio a negritudes brasileiras; é circunstancial, Cunha (2009).

OFICINAS E MESAS DE DEBATE

Algumas fotos das oficinas, mesas, debate, o envolvimento dos quilombolas e discentes da UFPA em geral virão abaixo para sustentar o argumento de que cultura não é algo estático, em todo instante ele sofre novos ajustes e para manter as bases, é necessário trabalhar para isso, é necessário promove-la porque ela representa a nossa identidade.

Para nossos ancestrais foi negado e tirado o direito de contato a suas identidades e cultura como o diz tão bem Cunha, mas nós como pessoas livres e seres diaspóricos possuímos o dever de não deixar morrer a nossa cultura. Estando no meio de uma cultura diferente, é possível perceber que já estamos incorporando hábitos culturais dos paraenses aos nossos (aculturando), mas mesmo assim a base, a origem, não pode ser esquecida como o diz Roger Bastide na obra “Les Amériques Noires”.



Oficina de tranças, africana trançando, quilombolas sentados e outros aos redores observando.

Fonte: Huxley Gedou

1- Imagens da festa do 23 de novembro de 2019



Grupo de mulheres africanas e brasileira. As africanas com vestimentas já abraçadeiras.

Fonte: Sakanath Chabi



Grupo de africanos de diversas nacionalidades, todos vestidos com roupas em tecido capulano. Alguns deles vieram de outros Estados brasileiros apenas para participar da festa.

Fonte: Exedit Lodeou (Organizador da festa)

2- As comidas típicas de alguns países africanos representados.



Ablo: (receita de bolo de arroz cozida a vapor) acompanhado do molho de tomate e pimenta ao jeito africano, é um prato típico do Togo. Ao lado do ablo, tem o churrasco de frango ao jeito belenense que pode acompanhar o prato africano.

Fonte: Sakanath Chabi



A cachupa, comida típica do Cabo-Verde feito pela autora.

Fonte: Géraldine Fadairo (Autora)



O Acarajé de Benim (o famoso bolinho de massa de feijão frito), só não é recheado igual ao da Bahia.

Fonte: Togbe Luc

3- O desfile



Jovens africanos, quilombolas desfilando na sala da associação de estudantes estrangeiros da UFPA.

Fonte: Huxley Gedou

4- O povão da festa



A festa não é apenas limitada para africanos, em primeiro ela é para todos que se identificam com a nossa cultura ou qualquer pessoa que queira chegar mais perto para entender sobre a cultura, acredito eu que seja um momento dos brasileiros que por meio de nós estão, repensarem em si próprios (se "eu" individual), sua cultura e outros mais (Levis Strauss,1960; Trouillot,2011). Ritmos musicais africanos são privilegiados, entre eles, temos a Afrohouse, Dancehall, Kizomba, Afrobeat, Azonto, Kuduro, Zouk etc. e claro os ritmos brasileiros também.

Fonte: Leal Leal



Registros: Leal Leal

Diante das mazelas cotidianas que enfrentamos nos espaços públicos, nas ruas, nos shoppings, nos supermercados, enquanto negros, estrangeiros, africanos, entre outras categorias, a nossa resposta para a sociedade se dá através esses momentos que passamos em família, para reviver a “cultura africana”, além das nossas decisões, e comportamentos diários como o diz Bastide.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Manoela Carneiro da. *Negros estrangeiros, os escravos libertos e sua volta à África*. 1.ed.São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas: e outros ensaios*. São Paulo, 2009.

BAES, Raquel. Alunos africanos de intercâmbio falam sobre dificuldades e preconceito no Brasil. *G1 São Carlos e Araraquara*. 24 mai. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/alunos-africanos-de-intercambio-falam-sobre-dificuldades-e-preconceito-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 25 de novembro 2019.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: Tomke Lask. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000.

BASTIDE, Roger,1967. *Les Ameriques Noires. Bibliotheque scientifique* , Editions Payot, 1967.

DCE (Divisão de Assuntos Educacionais). Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>. Acesso em: 25 de novembro 2019.

GEERTZ, Clifford. Cap.1. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. Cap.5. Ethos, visão do mundo e a análise dos símbolos sagrados. In: Clifford Geertz. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: Juan Comas e outros. *Raça e Ciência*. São Paulo: Editora Perspectiva. Unesco. 1960.

SUBUHANA, Carlos. *Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro*. Tese (doutorado em Serviço social). Universidade federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social. 2005.

SUBUHANA, Carlos. A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 103-126, jan./abr, 2009.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Cap. 1. La antropología y el nicho del salvaje: poética y política de la alteridad; Cap. 5. *Adieu*, cultura: surge un nuevo deber. In: Michel-Rolph Trouillot. *Transformaciones Globales. La antropología y el mundo moderno*. Popayán: Universidad del Cauca; Universidad de los Andes, 2011.

28

O USO DE FONTES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DO SUJEITO SURDO

*Millena Rezende Carmo*¹

INTRODUÇÃO

Ao longo da história é possível perceber a exclusão do surdo no meio social seja devido a barreira linguística ou a falta de conhecimento ao se relacionar com o sujeito surdo. Os avanços nesse âmbito são recentes visto que a legislação referente a LIBRAS (Língua de sinais brasileira) aceita como língua legal no Brasil remonta a Lei Nº 10.436 em 2002, sendo regulamentada apenas em 2005 pelo decreto nº 5.626.

As línguas de sinais são línguas naturais e complexas que utilizam o canal visual-espacial, articulação das mãos, expressões faciais e do corpo, para estabelecer sua estrutura. Todas as línguas são independentes umas das outras e as línguas de sinais possuem estruturas gramaticais próprias, compostas de aspectos lingüísticos: fonológico, morfológico, sintático e semântico - pragmático (ALVEZ et. al, 2010, p.14).

A presença do sujeito surdo consta em diversos âmbitos sociais, entre eles o ambiente escolar. Baseando-se em estudo da Agência Brasil (2019) diversos surdos apresentam dificuldades na inserção dentro de variados âmbitos sociais, entre eles as instituições escolares, apresentando assim a importância de reavaliar os processos

¹ Graduada em história pela Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: millenarezende13@gmail.com.

educacionais². Podemos perceber que muitas das legislações voltadas a educação do surdo iniciando desde a Declaração de Salamanca (1994), que tem como intuito assegurar a equalização da educação para pessoas com deficiência na busca pela inclusão social, além das diversas presentes na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 não se mostram eficazes em seu exercício. Dessa forma se mostra necessário repensar a prática dessas leis em busca de um melhor processo de ensino e aprendizagem.

Conforme Leão e Osório (2013) a introdução do Surdo nesses ambientes muitas vezes é focada em suas limitações afetando seu processo de ensino aprendizagem tornando assim o discente apenas um depósito de informações. No ensino de história não seria diferente visto que muitas vezes é considerado uma disciplina onde se é necessário apenas o decorar de datas e fatos. Segundo Caimi (2015) as reformas dos anos 1990 e 2000 apresentaram diferentes demandas ao professor de história de como trabalhar o conteúdo com os alunos.

Dessa forma a autora cita que o uso de metodologias que aproximem o discente da práxis do historiador utilizando diferentes fontes, como livros, filmes, música, entre outras é essencial para que se busque um maior protagonismo dos estudantes e assim superar essa perspectiva de memorização tão presente no percurso da disciplina ao longo dos anos. Para Bittencourt (2019) existem diferentes métodos de apresentar os conteúdos aos alunos em diferentes meios de comunicação.

² Segundo a pesquisa, dentre os investigados, 7% possuem ensino superior, 15% concluem o ensino médio, 46% o fundamental e 32% não possuem grau de escolarização (Agência Brasil, 2019).

Os debates metodológicos da atualidade apontam para a necessidade de analisar os elementos constitutivos da aprendizagem: o poder da palavra - a força da narrativa escrita e das informações dos meios de comunicação com seus “efeitos de realidade”; o poder das coisas - objetos, paisagens, museus; o poder das representações culturais - filmes, peças de teatro, músicas; o poder das atividades escolares socializadas - jogos, pesquisas, trabalhos coletivos, experiências. (Bittencourt, 2019, p.166)

Em concordância Bittencourt (2018) cita que “Os materiais didáticos são instrumentos de trabalho do professor e do aluno, suportes fundamentais na mediação entre o ensino e aprendizagem”. Alguns dos exemplos apresentados pela autores são livros didáticos, filmes, excertos de jornais e revistas, entre outros. Além disso a autora afirma que o crescimento do uso dessas matérias dentro das salas de aula é incontestável.

Essa utilização de diferentes fontes no ensino de história auxilia o aluno no desenvolvimento de sua consciência histórica. De acordo com Martins (2019) consciência histórica é vista como tudo que o ser humano adquire e constrói ao analisar sua vida como um todo e sua importância na história numa visão geral. No processo de desenvolver uma consciência histórica o sujeito desenvolve sua identidade pessoal e seu sentido de pertencimento, tão importante para a cultura surda.

Segundo Ferreira e Franco (2009) a história desenvolveu um caráter científico e possuidor de um método específico onde o documento escrito possuía um maior valor entre os outros. Entretanto com o surgimento e difusão de novas fontes a valorização de outros documentos se ampliou. Grande parte dessas novas fontes utilizadas no ensino tem um caráter visual muito presente. Visto que o visual se mostra como algo essencial no ensino surdo para Belaunde e Sofiato

(2019) é necessário se pensar no uso de fontes no ensino de história para esses sujeitos surdos afim de ampliar a qualidade de seu aprendizado.

Por isso é de suma importância que se busque recursos metodológicos que possam auxiliar a utilização de diferentes fontes no ensino de história do sujeito surdo. Conforme Maia (2020) e Alves, Grützmann e Lebedeff (2019) podemos perceber diferentes recursos metodológicos que vêm sendo utilizadas em outras disciplinas que contribuem para o aprendizado do sujeito surdo. Esses recursos, muitas vezes visuais, se beneficiam das especificidades que o sujeito surdo possui e as aproveitam de forma estratégica para que se possam alcançar um melhor aproveitamento no processo de ensino-aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

Tendo como base Lacerda (1998) a história da educação dos surdos se iniciou no século XVI e desde então diversos debates aconteceram acerca das filosofias e metodologias a serem utilizadas com o discente surdo. Marco importante ocorreu em 1880 no II Congresso Internacional em Milão, aonde ficou decidido que a linguagem de sinais não deveria ser ensinada, focando assim em uma filosofia oralista, que contemporaneamente se percebe não ser a mais viável. (CARVALHO, 2015; CAVALCANTE et. al., 2018).

Nesse percurso, concordante com Lacerda (1998), somente na década de 1960 William Stokoe conseguiu apresentar a importância da língua de sinais como natural do surdo. Dessa forma estudou a American Sign Language ou ASL (Língua de Sinais Americana ou Língua Gestual Americana) iniciando estudos na área buscando discutir

diferentes filosofias educacionais que pudessem auxiliar o sujeito surdo no processo de ensino e aprendizagem. Após isso conforme Matos e Souza (2018) em 1971 ocorreu o Congresso Mundial de Surdos em Paris e assim a língua de sinais voltou a ser vista positivamente. Além disso, ainda no âmbito mundial, a Declaração de Salamanca (1994) teve grande influência buscando ampliar os direitos educacionais para sujeitos com deficiência.

Na história da educação dos surdos no Brasil podemos perceber um grande marco com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, em setembro de 1857, até hoje tido como referência nacional. Entretanto é importante ressaltar que até 1931 a instituição era excludente permitindo apenas homens a estudarem. (CAVALCANTE et. al., 2018 apud DÍAZ, 2009; MATOS & SOUZA, 2018).

No século XX, a educação das pessoas com deficiência também aparece e é defendida nos documentos legais; a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 206, traz como pauta a igualdade ao acesso escolar, e trabalha com a liberdade de aprender levando em consideração um pluralismo de ideias e concepções pedagógicas existentes, além de garantir a qualidade do ensino. No Art. 208 do mesmo documento, é apresentado como dever do governo oferecer o atendimento especializado aos alunos com deficiência. Também é apresentado no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), de 1990, no Art. 53 do capítulo IV, a garantia da criança e do adolescente com deficiência ao atendimento educacional especializado.

Ainda se tratando das legislações, existem alguns parâmetros legais de casos específicos para os sujeitos surdos. No âmbito estadual a Lei nº 10.397 de 10/01/91 reconhece em Minas Gerais a LIBRAS. A Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) juntamente com outras legislações citadas acima reforça o direito à educação do sujeito com deficiência. Em seu Art. 59 trata da adaptação dos processos de ensino aprendizagem para que assim correspondam as especificidades dos discentes com deficiência. Na situação que abrange os sujeitos surdos deve se buscar a utilização de LIBRAS e das metodologias visuais. Porém para Leão & Osório (2013) é importante ressaltar que a legislação não é o suficiente visto o preconceito constante em volta da temática.

No âmbito das metodologias visuais se encontram as fontes que podem ser utilizadas no ensino de história. O uso de fontes visuais é essencial para o sujeito surdo não apenas por ser um sujeito visual como também um sujeito multicultural (BERGANO; SANTANA, 2005; STROBEL, 2003) que tem contato com as mídias da cultura ouvinte. Conforme Bergamo e Santana (2005) o surdo é um sujeito bicultural e bilíngue fazendo assim com que ele tenha a necessidade de um espaço bicultural com a presença de duas culturas. Ademais os autores citam que o sujeito bicultural tende a desenvolver estratégias sociais para se adaptarem a sociedade que foi criada para e por ouvintes. Por isso buscar a inclusão do sujeito surdo não apenas nas instituições de ensino, mas também em toda a sociedade.

Visto o aumento no uso de mídias para o ensino de história nos últimos anos deve se buscar medidas para que esses usos se encaixem também ao sujeito surdo. É necessário compreender que a surdez é uma experiência visual. De acordo com Belaunde e Sofiato (2019) é primordial que se busque e utilize as ferramentas visuais que auxiliem o sujeito surdo atingir a sua potencialidade no ensino e aprendizado por meio de diferentes mídias para seu auxílio.

Entretanto, levando em consideração Alves *et. al.* (2019) é importante ainda pensar nesses recursos além de ornamentos complementares, e visualizá-los e avalia-los percebendo o sentido que a mídia possui. Ademais, Cavalcante *et. al.* (2018) cita que muitas pesquisas mostram alunos alfabetizados em um processo utilizado por ouvintes, com o português como primeira língua, visto que muitos dos docentes não conhecem a relevância que se tem a experiência visual no processo de ensino e aprendizagem do sujeito surdo, assim não fazendo uso dessa ferramenta pedagógica de auxílio.

Segundo White (2018) esse uso de novas fontes se deu na historiografia devido à crise do historicismo que atravessou o século XIX e eclodiu no século XX. Visto que antes a forma de escrever história favoreceu apenas as fontes escritas. O autor também afirma que historiografia se tornou algo inútil ao mundo prático ao reprimir o literário e a retórica. Com isso o autor fala sobre o passado prático:

O passado prático é composto por todas aquelas memórias, ilusões, porções de informações errantes, atitudes e valores que o indivíduo ou o grupo convocam das melhores maneiras possíveis para justificar, dignificar, escusar, fazer um alibi ou defender ações a serem tomadas na busca de um certo projeto de vida. (White, 2018, p.16)

E podemos aferir que o passado prático que antes era visto nos romances históricos do século XIX hoje pode ser visto em filmes, na TV, nas músicas e ainda permanece nos livros de forma diferente. Dessa maneira é possível visualizar a importância do uso de fontes no ensino de história nos últimos anos. De acordo com Fonseca (2017)

“A circulação do conhecimento histórico está, portanto, atrelada às maneiras de narrar e comunicar a narrativa. Sob essa perspectiva, é preciso

considerar que, além dos mecanismos tradicionais para se contar uma história, como a escrita, a música e mesmo a iconografia, os registros audiovisuais e tecnológicos adquiriram papel cada vez mais destacado a partir do último quartel do século XX.” (Fonseca, 2017, p.108)

Além disso a autora também cita sobre o surgimento de novos produtos de conhecimento histórico não ligados ao conhecimento acadêmico. Assim como o estímulo para o desenvolvimento desses produtos com o intuito de promover um conhecimento para um público mais amplo e não somente o especializado contando com a participação de outros profissionais como cineastas, arquivologistas, patrimonialistas e literatos.

Devemos ter em mente ao utilizar essas fontes que como Alberti (2019) esclarece existem diferentes abordagens em cada fonte e métodos a ser aplicados sobre elas para se analisar. Por isso devemos trabalhar o máximo de fontes possíveis para apresentar aos alunos as diversas formas de se interpretar um documento. Além de afirmar que o uso de fontes auxilia a ampliar o conhecimento do aluno visando assim ser de grande proveito para um discente surdo visto a importância do visual no seu modo de perceber o mundo.

Para Bittencourt (2018) essas fontes não reproduzem a realidade, mas reconstróem a mesma com sua própria linguagem levando em consideração o contexto histórico em que foi produzida. Além disso para Martins (2019) a história não é aprendida apenas de maneira formal na escola, mas também de forma informal por meio do seu ambiente de vivência. Visto também que esse aprendizado histórico é produzido ao longo do seu desenvolvimento do sujeito fazendo com que o mesmo possa descobrir por meio da consciência histórica ser produtor e produto da história.

Bittencourt (2018) discorre sobre o uso de diferentes fontes e suas aplicações no ensino. As Imagens, por exemplo, são vistas pela autora como um recurso utilizado com muita frequência, principalmente pela sua capacidade de reproduzir o real de forma próxima, sempre levando em consideração a análise feita em cima do documento. Outra fonte que vem crescendo em sua utilização no ensino de história é o cinema e outros meios audiovisuais similares.

Em concordância com Lera e Rosa (2013) pode-se perceber que muitas vezes o cinema é utilizado apenas como divertimento ou ilustrador de conteúdo, entretanto o uso do cinema no ensino de história é bem maior que isso. Ademais os autores ressaltam que os filmes, e outros produtos audiovisuais, devem ser utilizados pensando em metodologias adequadas visando a especificidade dessa fonte que muitas vezes não se tem uma veracidade tão presente além de sua longa duração, buscando assim recortes importantes dentro do material utilizado.

Além disso devemos levantar o debate sobre a inclusão dos surdos ao acesso a essas mídias visto que conforme Anjos (2017) e Melo (2015) isso ainda se mostra um desafio em processo nas mídias audiovisuais com a constante falta de adaptações para os sujeitos surdos. Muitas mídias são desenvolvidas não pensando na questão da representatividade ou da acessibilidade. Dessa forma impossibilitam que o processo de inclusão, tanto educacional quanto social, aconteça de forma eficiente para que assim todos possam ter acesso a ensino de qualidade e que respeite as suas individualidades.

CONCLUSÃO

O sujeito surdo vem sendo negligenciado em diversos âmbitos da sociedade a séculos, porém pode se identificar alguns avanços nas últimas décadas devido a legislações voltadas para a temática. Entretanto ainda podemos perceber visto pensamento de Cruz e Souza (2019) que muitas instituições de ensino regular ainda apresentam dificuldades na escolha de metodologias adequadas aos sujeitos surdos. Sendo assim necessário repensar as metodologias para a educação surda incluindo o uso de fontes no ensino de história.

Visto o aumento no uso de mídias para o ensino de história nos últimos anos deve se buscar medidas para que esses usos se encaixem também ao sujeito surdo. Para Fonseca (2017) não deve se buscar a hierarquia entre o conhecimento desenvolvido por historiadores e outros profissionais, e sim apresentar a importância e impacto que essas produções não acadêmicas podem ter tanto no ensino de história como no meio social. Visto que muito do conhecimento histórico vem de narrativas de outros campos como literatura, música, televisão e cinema.

Deve-se também buscara incitar debates sobre a inclusão visto que algumas das fontes audiovisuais, como os filmes, se mostram fora do âmbito inclusivo dos sujeitos surdos, por isso se busca uma maior democratização dessas mídias. Além disso Alberti (2019) cita que “Quanto mais os alunos e as alunas tiverem oportunidades de trabalhar com fontes, mais poderão progredir na aquisição de saberes e práticas vinculadas a análise e a interpretação de dados a partir da formulação de problemas.” (Alberti, 2019, p.108) Levando assim a reelaboração do pensamento histórico e da consciência história de forma crítica. Além

disso o autor afirma que o uso de fontes pode se mostrar uma abordagem diferente do tradicional assim alcançando um maior interesse dos alunos.

Mediante estas considerações, é possível ser observado como o uso de fontes no ensino de história se mostra de suma importância na atualidade. Dessa forma devemos pensar no âmbito do discente surdo e em como lidar com o uso dessa ferramenta para a melhor qualidade de aprendizagem. Além de buscar cada vez mais a inclusão de meios tão utilizados no ensino docente para todos, independentemente de sua singularidade.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Fontes. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de Oliveira (Org.) *Dicionário de ensino de história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- ALVES, Rozane da Silveira. GRUTZMANN, Thaís Philipsen. LEBEDEFF, Tatiana Bolivar. *Recursos visuais para o ensino de matemática: Uma discussão sobre o Mathlibras*. Rio de Janeiro: INES. Revista Espaço. Nº 52. Jul-dez. 2019.
- ALVEZ, Carla Barbosa. DAMÁZIO, Mirlene Macedo. FERREIRA, Josimário de Paula. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 4. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar)
- ANJOS, Raphael Pereira dos. *Cinema para LIBRAS: Reflexões sobre a estética cinematográfica na tradução de filmes para surdos*. Dissertação de mestrado em estudos da tradução. Universidade de Brasília (UNB), Brasília – DF, 2017.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Editora Cortez, 2018.
- BELAUNDE, Caroline Zimmermann. SOFIATO, Cássia Geciauskas. *O visual na educação de surdo*. Rio de Janeiro: INES. Revista Espaço. nº 52. jul-dez. 2019.

BERGAMO, Alexandre. SANTANA, Ana Paula. *Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas*. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, maio/ago. 2005

BRASIL. Decreto nº.5.626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez.2005.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, nº 9394. Brasília, DF, 1996.

CAIMI, Flávia Eloisa. *O que precisa saber um professor de história?* História & Ensino, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2015.

CARVALHO, Vanessa de Oliveira. *A história de educação dos surdos: o processo educacional inclusivo*. Tese (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Libras). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa (PB), 2015.

CAVALCANTE, Juliana Brito. MOREIRA, Luis Gustavo Guerreiro. PRATA, Daniele Gruska Benevides. SANTOS, Marcos Andrade Alves dos. SILVA, José Kasio Barbosa da. SILVA, José Rafael Moura. *A educação de surdos: um resgate histórico do desenvolvimento das estratégias de ensino aprendizagem para os deficientes auditivos*. In: Organização Atena Editora. *Políticas públicas na educação brasileira: caminhos para a inclusão*. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

CRUZ, Osilene Maria de Sá e Silva da. PRADO, Rosana. *Educação bilíngue e letramento visual: reflexões sobre o ensino para surdos*. Rio de Janeiro: INES. Revista Espaço. nº 52. jul-dez. 2019.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. *Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Espanha, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. FRANCO, Renato. *Aprendendo História: reflexão e ensino*. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Procurando pistas, construindo conexões: a difusão do conhecimento histórico*. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História & ensino de História*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

LACERDA, Cristina B.F. *Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos*. Cad. CEDES vol.19 n.46 Campinas Sept.1998.

- LEÃO, Tatiana Calheiros Lapas. OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Diversidade e educação especial em diálogos: reflexões sobre os discursos da inclusão. *Revista Educação Especial* | v. 26 | n. 47 | p. 685-698 | set./dez. 2013 Santa Maria.
- LERA, Josep María Caparrós; ROSA, Cristina Souza da. O cinema na escola: uma metodologia para o ensino de História. *Educ. foco, Juiz de Fora*, v. 18, n. 2, p. 189-210, jul. / out. 2013.
- MAIA, Graciele Kerlen Pereira. *O ensino de ciências sob o olhar da cultura Surda*. Revista Línguas e letras. Vol 20. n 48. UFMG. 2020.
- MARTINS, Estevão de Rezende. Consciência histórica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de Oliveira (Org.) *Dicionário de ensino de história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- MATOS, Patrícia Teixeira de. SOUSA, Raimunda Aurilia Ferreira de. Inclusão do aluno surdo no ensino regular. In: Organização Atena Editora. *Políticas públicas na educação brasileira: caminhos para a inclusão*. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.
- MELO, Juliana Valeria de. *Percepções do público surdo sobre a acessibilidade no cinema*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) Campinas, SP, 2015.
- País tem 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, diz estudo. *Agência Brasil*. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2019-10/brasil-tem-107-milhoes-de-deficientes-auditivos-diz-estudo>>. Acesso em: 22 de março de 2021.
- STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Ed. Da UFSC.2008.

PARTE VII

ARTE, HISTÓRIA E PODER

29

POLÍTICA E ARTE SE DISCUTEM: CONEXÕES NA SCABI DE PONTA GROSSA/PR

*Isabele Fogaça de Almeida*¹

INTRODUÇÃO

A Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê foi uma instituição criada por um grupo de intelectuais² que tinham por objetivo difundir e incentivar a movimentação cultural, especialmente na área musical, em Curitiba. Essa sociedade, sem fins lucrativos, começou a atuar a partir de 1945³, promovendo apresentações de bailarinos, cantores líricos, orquestras, instrumentistas nacionais e internacionais; bem como cursos e palestras ministrados por renomados intérpretes e compositores, aos associados que contribuía com uma mensalidade.

A pouco mais de cem quilômetros, em Ponta Grossa, cidade que depois de ter passado por um período de franco e visível desenvolvimento econômico, social e cultural, que vinha acontecendo desde o final do século XIX; na década de 1940 acabou perdendo espaço no contexto paranaense para novas cidades do norte e sudoeste.

¹ Doutoranda em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: isabelefogaca@gmail.com.

² Convidados por três agentes, a saber: o intelectual, professor e jornalista Raul Rodrigues Gomes (1889-1975), que participou efetivamente em ações para promoção da cultura, arte e educação no Paraná, ajudando a criar várias instituições; o professor e crítico de arte Adriano Rubine (1902-1982); e o professor Erasmo Pilotto (1910-1990).

³ Juridicamente, ela foi fundada em 1944; porém aqui será considerado o ano em que ela iniciou efetivamente suas atividades culturais, nesse caso, 1945.

Pensando esses processos, intelectuais ponta-grossenses se preocuparam com os rumos da cidade, e passaram a se dedicar a instituições que mantivessem o incentivo principalmente cultural. Entre as instituições criadas estão o Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC) e o seu Museu⁴, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (FAFI)⁵ e a filial da SCABI em 1949.

Identificamos os agentes que dirigiram a SCABI em Ponta Grossa, como sendo um grupo de intelectuais, abrangendo nesse termo, tanto homens como mulheres. Esses e essas intelectuais divulgavam suas ideias a respeito da cultura, produzindo meios de acesso e de assimilação dos bens culturais, a um público-alvo, grupo essencial no processo de mediação, que se identificava e reconhecia esses bens como portadores de um valor simbólico na sociedade.

Através do poder simbólico invisível da cultura, o processo de comunicação mediado por esses (as) intelectuais compreendeu razões coletivas e individuais, valores e princípios em comum, que acabaram por reforçar as barreiras das exclusões simbólicas e sociais; já que os bens culturais divulgados ao grupo de receptores – somente os associados pagantes, estiveram vinculados ao viés erudito.

⁴ Criado em 1948, tendo como fundador e presidente o intelectual Faris Antônio Salomão Michaelle, o CCEC congregou como sócios, agentes representativos na sociedade ponta-grossense, entre os quais, “[...] os mais conhecidos e mais conceituados professores, advogados, militares, médicos, comerciantes, artistas, escritores [...]” (DITZEL, 2007: 65). No decorrer da sua existência até 1985, desenvolveu diversas atividades na direção do seu objetivo, como a publicação de um jornal trimestral - o Tapejara; realização de reuniões, conferências, cursos; a organização de uma biblioteca; e do Museu do CCEC em 1950. Em 1983 o museu recebeu o nome que continua tendo até o presente momento: Museu Campos Gerais (MCG), que atualmente é administrado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais (Proex) da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

⁵ Em 1948 um grupo de intelectuais do CCEC, criou uma Comissão para projetar a fundação da FAFI, como resultado, no dia 8 de novembro de 1949, o Decreto n. 8837 do Governador do Estado do Paraná - Moisés Lupion, autorizou a criação dessa instituição. Posteriormente a FAFI foi incorporada à Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa (1952), a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa (1954) e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa (1966); resultando em 1969 na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Enquanto um campo composto de esforços feitos a partir das distintas abordagens da cultura, a arte erudita intencionalmente propagada pela SCABI demonstra que a predileção por esse tipo de arte, pode servir como uma forma de distinguir as poucas pessoas que têm acesso a ela, das que não têm. A SCABI divulgou a arte erudita para quem fazia parte da elite.

Dentro desse processo, buscou-se entender a figuração social dos (as) intelectuais que constituíam a primeira equipe de direção da SCABI, pois tinham seus pensamentos e formas de atuação atreladas às redes de sociabilidades que constituíam. Foram percebidas entre os intelectuais, algumas características em comum, como a atuação em variados espaços da sociedade ponta-grossense, o pertencimento a elite local, a participação em outras instituições culturais, a atuação profissional na área da medicina e do direito, a propriedade de comércios, relações com a imprensa, e especialmente, a presença em cargos políticos; e as mulheres eram casadas em sua maioria, com homens que tinham algumas dessas características.

Constituem fontes dessa pesquisa relatórios administrativos e recortes de jornais, disponíveis no Acervo da SCABI, que se encontra atualmente preservado no Centro de Documentação e Pesquisa da Casa da Memória da Fundação Cultural de Curitiba (FCC), e também notícias do jornal Diário dos Campos disponível no acervo do Museu Campos Gerais, e do Jornal da Manhã que se encontra no Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH) da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

CONEXÕES ENTRE POLÍTICA E ARTE

Com previsão de mandato de dois anos, a primeira diretoria da SCABI foi eleita no dia primeiro de setembro de 1949, em uma reunião feita no Clube Guaíra⁶, com a presença dos “interessados no desenvolvimento artístico” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1949a), sendo essas, “pessoas de projeção em nossos meios sociais” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1949b); convidados pelo intelectual responsável pela ideia de criar a filial da SCABI em Ponta Grossa, e primeiro diretor da instituição, Adam Polan Kossobudzki.

Kossobudzki era médico, foi professor da FAFI e vereador de Ponta Grossa; alguns dos artistas que vieram se apresentar pela instituição, hospedaram-se na sua casa. Atualmente, um posto de saúde em Ponta Grossa leva seu nome. No seu primeiro discurso enquanto presidente da SCABI, segundo Lavallo (1996: 204), Kossobudzki assegurou a proeminência da cultura erudita, assim como a importância da sua difusão diante “do anseio de progresso e adiantamento espiritual da sociedade”.

De acordo com o trecho desse discurso, as apresentações da SCABI estiveram diretamente ligadas a uma noção de que há uma hierarquia entre as culturas, e a cultura tida como erudita seria a superior, num sentido restrito. Nessa acepção, não se pode perder de vista que “as relações culturais estão submersas em relações de poder” (CARVALHO, 1989: 21).

Para além da cultura erudita ter produções tangíveis utilitárias, ela produz também significados intencionais, que preenchem a

⁶ Fundado em 1896 por imigrantes alemães, com o nome de Germania; é o clube social de Ponta Grossa que mais sediou reuniões e apresentações da filial da SCABI.

necessidade simbólica da elite econômica, e reafirmam a inserção e a legitimação dessa enquanto tal, na sociedade. Além disso, ao se contrapor a popularização da arte, a própria elite se encarrega de criar instituições que reproduzam e consagram esse tipo de cultura, como uma forma de marcador de status social (BOURDIEU, 1996). Assim:

[...] a cultura produz uma representação do mundo social imediatamente ajustada à estrutura das relações sócio-econômicas que doravante, passam a ser percebidas como naturais e, destarte, passam a contribuir para a conservação simbólica das relações de forças vigentes. (BOURDIEU, 1971 apud MICELI, 2015:12).

Complementando essa noção, uma produção artística é uma produção cultural, e só existe socialmente, pois tem um caráter de linguagem que pressupõe um emissor e um receptor; e implica em uma representação do mundo social que precisa ser entendida dentro das dimensões econômicas e sociais. Chartier (1985: 17) caminha nessa linha quando diz que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.

Nesse sentido, demonstram as aspirações de seleção social, os meios de expressão específicos da cultura erudita, como a música clássica e o *ballet* clássico, que propositalmente figuraram entre as apresentações mediadas pela SCABI, na forma relacional de emissão do palco, e recepção da plateia; que eram promovidas regularmente nos clubes sociais da cidade (pois não tinha uma sede própria), ao grupo de associados seletos, que pagavam uma mensalidade. Participar desse grupo de características próprias, respaldava a percepção de distinção presente no coletivo, e promovia a “exibição de uma presença” diante dos pares (CHARTIER, 1985: 20).

Quem pode ter usado intencionalmente a SCABI em seu próprio benefício, para se tornar conhecido, ampliar suas redes de sociabilidades, e conseguir votos para obter um cargo político, pode ter sido o Kossobudzki; já que em 1950, um ano depois da criação da SCABI, se candidatou a Deputado Estadual sem ter sucesso, e em 1951 se candidatou e foi eleito a vereador de Ponta Grossa. Se esse era um dos objetivos de criar a filial da SCABI, ele foi atendido; e se não era, possivelmente a rede de sociabilidades presente na instituição, o ajudou a ser eleito.

Dos nove integrantes efetivos da primeira diretoria da SCABI, sete eram mulheres. Pelas demarcações de gênero, essa informação é no mínimo curiosa. No momento de angariar informações para essa pesquisa específica, saliento que houve dificuldade para encontrar dados sobre essas mulheres, e dos que foram encontrados, as mulheres eram em sua maioria apenas citadas como esposa de determinado sujeito histórico homem atuante na sociedade. O protagonismo dos esposos, e a ausência delas, também nos diz muito a respeito da formação social de Ponta Grossa.

Das integrantes que foram encontradas informações, em geral eram casadas com homens que tinham cargos políticos ou em associações, ou ainda, tinham algum empreendimento comercial; e provavelmente a posição social dos seus maridos era determinante para que ocupassem esses cargos na diretoria.

Não podemos ignorar a existência de algo na composição da estrutura social, que atravessava os códigos de costume e postura da elite a qual pertenciam, que permitiu a predominância das mulheres dessa classe no quadro diretivo da instituição. Precisamos perceber as demarcações de gênero, mas também apontar para os significados das atuações sociais, dentro dos esquemas de hierarquia construídos historicamente.

Nem todos os espaços lhes eram autorizados, por exemplo em cargos políticos, não há registro de participação de mulheres; mas em escolas, em instituições ligadas a filantropia, e como nesse caso específico, à linguagem artística elitizada, sim.

As mulheres desse grupo economicamente privilegiado, estavam presentes nos circuitos da alta sociedade ponta-grossense por vivenciarem o *habitus* constituído pela apropriação de saberes como tocar piano, e outras performances, costumes, comportamentos, e gostos como a arte erudita, em comum. E estar dentro da direção da SCABI, um espaço autorizado de destaque e consoante com o que se pretendia representar, também garantia a visibilidade e a influência dessas mulheres dentro desse grupo, que serviam de modelo social pelos seus modos de vida.

É importante destacar que no momento da fundação da SCABI em Ponta Grossa, a primeira dama da cidade - Argentina Vargas de Oliveira, esposa do prefeito João Vargas de Oliveira (1947-1951) era conselheira

fiscal da instituição. Atualmente, uma rua de Ponta Grossa leva seu nome, e o Hospital da Criança leva o nome do seu esposo. João era Bacharel em Direito, foi deputado estadual (1951-1954, 1959-1962, 1963-1965) e deputado federal (1971-1974, 1975-1978). Foi também, presidente do Rotary Club (1957/1958), diretor e proprietário do Jornal da Manhã, e dono de dois grandes empreendimentos comerciais: as Lojas João Vargas e a Companhia Pontagrossense de Automóveis.

O próximo prefeito (1951), Heitor Ditzel, também estava no quadro da SCABI como suplente do conselho fiscal. Ditzel, além de prefeito, foi membro do CCEC, professor, jornalista, contabilista, vereador (1947-1950;1951-1955) e ocupou a presidência da Câmara Municipal de Ponta Grossa (1948). Uma rua e uma escola municipal da cidade levam atualmente seu nome.

A primeira dama do período de 1951-1954, Hebe Junqueira Santos Fernal, esposa de Petrônio Fernal, também esteve no quadro da primeira direção da SCABI como vice-presidenta. Petrônio Fernal foi Bacharel em Direito, deputado estadual entre 1955 e 1959 e deputado federal em 1959-1965; e também, membro do CCEC, presidente do Guarani Esporte Clube, um dos criadores do Lions Clube Ponta Grossa e o primeiro proprietário do Jornal da Manhã.

O Jornal da Manhã foi fundado em 4 de julho de 1954 pelo então prefeito da cidade, Petrônio Fernal, e não por coincidência, o perfil do público desse jornal fazia parte da elite econômica da cidade. Conforme Merencio (2008), ele fundou o jornal com a intenção de usá-lo a favor de seu mandato, criando um mecanismo para responder seus adversários políticos, em especial, José Hoffmann, que era proprietário do Jornal Diário dos Campos.

Essa sequência cronológica de agentes absolutamente envolvidos com a prefeitura da cidade, que tiveram poder de decisão na sociedade, demonstra mais uma vez as relações entre essa instituição, o poder local e a imprensa; pois vale ressaltar que além de prefeitos, João Vargas de Oliveira, Heitor Ditzel, e o esposo de Hebe Fernal, atuaram diretamente com os jornais, um dos principais meios de comunicação da época.

Também demonstra, os espaços demarcados para cada gênero, à medida que tivemos na história de Ponta Grossa apenas em 2021 uma prefeita mulher⁷, em contrapartida, temos um número de mulheres superior ao de homens na primeira direção da SCABI em 1949.

A rede de sociabilidades do grupo de intelectuais da primeira direção da SCABI, foi essencial para o sucesso do número de associados, que já no primeiro ano contava com 507 sócios contribuintes, em uma população de aproximadamente 53.000 habitantes, número que muito se aproximava aos 544 sócios da matriz de Curitiba, que estava em sua quinta temporada de apresentações em uma cidade com aproximadamente 180.000 habitantes, ou seja, um contingente populacional bastante superior ao de Ponta Grossa.

A arte erudita foi utilizada como forma de socialização da memória e de fundamentação da identidade; e isso contribuiu para que as apresentações tivessem ressonância junto ao público, e para reproduzir determinada estrutura social em Ponta Grossa.

Nota-se que entre os membros da direção citados e os não mencionados, ainda que sejam em sua maioria falecidos, têm seus nomes em voga na sociedade ponta-grossense atualmente; como no

⁷ Professora Elizabeth Silveira Schmidt (PSD).

nome de ruas, hospitais e instituições escolares. Sobre a prática de nomear ruas, Dias (2012: 103) aponta que:

[...] quase sempre identificada como distorção do trabalho dos vereadores, é atividade menos inocente do que se costuma supor. Um olhar atento constata que esse processo é caracterizado pelo esforço de perenização da memória de personagens e fatos da história nacional ou local. Trata-se de recorrente forma de reprodução e perpetuação da chamada história oficial, baseada no culto à genealogia da nação e edificação do Estado nacional, assim como aos fatos e personagens correspondentes.

Esses dados indicam para um esforço de perpetuação de uma memória, que aqui não é considerada uma busca neutra de vestígios no passado. Para constituir o presente através de aparatos empíricos, como com nomes de instituições; a memória é uma das inúmeras leituras que se pode fazer do passado; uma leitura intencional e seletiva. Há objetivos individuais e coletivos a serem seguidos, e uma seleção parcial a partir de demandas externas, de como serão feitas representações do passado. Peter Burke (2000: 73) nos atenta que:

Precisamos identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, e como mudam com o passar do tempo. As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são caracterizadas e, por quem [...].

Nesse sentido, entende-se que a memória é um instrumento de poder na nossa sociedade, que não precisa ter necessariamente relação com a realidade, e pode sofrer manipulações conforme interesses de diversas ordens; e por esse motivo ela é também, um campo de disputa. Assim, “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma

das grandes preocupações das classes, grupos, indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 2003: 426).

Uma consideração que cabe ser acentuada da análise do sociólogo Halbwachs (2006, p. 30) é a de que as imagens do passado não são recordadas por nós como elas realmente aconteceram, mas de acordo como as forças sociais atuais operam sobre nós. O Estado pode ser caracterizado como uma dessas forças, que constrói a “memória oficial” atrelada à visão intencional do grupo que está no poder. Conforme Le Goff (2003: 419), para conservar os traços de qualquer acontecimento de uma dada sociedade no passado, esse grupo fabrica diversos tipos de documento/monumento, acumula objetos, faz escrever a história, construindo um passado coletivo.

Assim, pode ser entendido que os membros da primeira direção da SCABI, dotados de memórias e identidades marcadas pela interação de hierarquias e tensões contraditórias, figuraram entre posições de poder político, econômico e cultural na sociedade ponta-grossense, ou como esposa desses agentes; e representaram uma força social que opera através da memória ainda nos dias atuais em Ponta Grossa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agentes disseminadores de cultura estudados, foram de uma camada da sociedade a qual chamamos de elite, por ter um poder derivado da riqueza econômica, de uma posição política, de um status social reconhecido, ou ainda, da combinação de todos esses elementos. Nesse sentido eles dirigiram seus interesses para conservar suas posições na estrutura social, no poder local, utilizando propositalmente da arte erudita, como uma forma de estabelecer relações, de se

diferenciarem, e diferenciarem as pessoas que tiveram acesso às apresentações promovidas pela instituição.

Foram criadas condições de acesso e de apropriação dos bens culturais carregados de significados, a um grupo seletivo de associados, que reconheciam tais bens enquanto elementos de valor simbólico na sociedade a qual pertenciam. A linguagem artística foi usada como instrumento de socialização da memória e de fundamentação da identidade; juntando num mesmo espaço cultural, pessoas que se aproximavam por sua condição econômica privilegiada, por seus gostos culturais, pelos comportamentos que tinham, pelas roupas que trajavam; e que por todas essas questões, se distinguiam de outros grupos da cidade.

A SCABI funcionou como um marcador de status social e teve uma existência singular na forma de sistematizar, mobilizaram em benefício de interesses particulares e reafirmar a sociabilidade da rede em que os próprios intelectuais faziam parte. De forma alguma se restringiu ao campo artístico; como vimos, questões sociais, econômicas e políticas estiveram emaranhadas dentro dessa instituição.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **As Regras da Arte**: gênese e estrutura do Campo Literário. Tradução de José Serras Pereira. 1. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

BURKE, P. **Variedades da história cultural**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 2000.

CARVALHO, E. A. As relações entre educação e os diferentes contextos culturais. **Didática**. São Paulo, n. 25, p. 19-26, 1989.

CHARTIER, R. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Instituto de Cultura Portuguesa, 1985.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 1º de setembro de 1949a.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 3 de setembro de 1949b.

DIAS, R. B. A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica. *História & Ensino*, v. 6, p. 103-120, 2012. p. 103.

DITZEL, C. de H. M. *Imaginário e representações: o integralismo dos Campos Gerais (1935-1955)*. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LAVALLE, A. M. *Germânia-Guaíra: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa*. Ponta Grossa: Centro de Publicações, 1996.

LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MERENCIO, P. T. *O desafio do jornalismo público no Brasil: proximidades e divergências na proposta do Jornal da Manhã*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Comunicação Social – Jornalismo. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008.

MICELI, S. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

30

PARADOXO DE MORTE E CURA: A CONSTRUÇÃO DO PERSONAGEM HANS VERGÉRUS EM *O OVO DA SERPENTE* (1977) DE INGMAR BERGMAN

Hellen Silvia Marques Gonçalves ¹

INTRODUÇÃO

Ao perpassar pela obra filmográfica do sueco Ingmar Bergman, é evidente o desenvolvimento das características estéticas juntamente com o aperfeiçoamento das proposições filosóficas. Alguns elementos estilísticos como o uso do *close-up*, a obsessão pela *mise-en-scène*² e a luz, além do silêncio e da reciclagem de trechos de música clássica como componentes primordiais da trilha sonora, foram aprimorados simultaneamente com os temas filosóficos que giram em torno da angústia, da morte, da transitoriedade do ser no tempo e da alteridade.

Tais aspectos são presentes desde os seus primeiros filmes, porém somente tomam corpo a partir da década de 1950 através de *Mônica e o Desejo* (1952) e *Noites de Circo* (1953), sendo emancipados com *Sorrisos de uma Noite de Amor* (1955) e alcançando uma maturidade inicial com *O Sétimo Selo* (1956) e *Morangos Silvestres* (1957). Considerado um dos

¹Licenciada e bacharela em História pela Universidade Federal de Viçosa. Mestra em Artes (Linha de Pesquisa: Cinema) e Doutoranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista PROEX/CAPEES. E-mail: hsmgoncalves23@gmail.com.

² Segundo Luiz Carlos Oliveira Jr, a *mise-en-scène* pode ser definida como “um pensamento em ação, a encarnação de uma ideia, a organização e a disposição de um mundo para o espectador. Acima de tudo, trata-se de uma arte de colocar os corpos em relação no espaço e de evidenciar a presença do homem no mundo ao registrá-lo em meio a ações, cenários e objetos que dão consistência e sensação de realidade à sua vida. Expressão cunhada, em sua origem, para designar uma prática teatral, a *mise-en-scène* adquire no cinema essa dimensão fenomenológica: mostrar os dramas humanos esculpindo-os na própria matéria sensível do mundo” (OLIVEIRA JR., 2013, p. 07).

estetas do cinema em decorrência das suas inovações estéticas, também foi conferido ao cineasta a categoria de existencialista, atributo sempre rejeitado por Bergman durante a sua carreira, mesmo sua obra sendo frequentemente analisada a partir do diálogo com Søren Kierkegaard, Jean-Paul Sartre e Albert Camus.

No entanto, a profundidade e densidade existencial do indivíduo explorada pelo diretor abriu uma dicotomia relativa à sua obra, dado que o cinema bergmaniano foi considerado por muitos como apolítico e alienado dos problemas sociais. A filmografia é composta por mais de cinquenta filmes, realizados tanto para o cinema quanto para a televisão, em que apenas dois apresentam um certo conteúdo político explícito: *Vergonha* (1968) e *O Ovo da Serpente* (1977).

A problemática levantada acima expõe algumas contradições, uma vez que o pensamento bergmaniano pode ser descoberto como um intento em recuperar algumas interrogações, que também são encontradas na filosofia, relativas ao homem que gradualmente se aprofunda em si mesmo. Bergman nos leva à compreensão de um certo homem moderno, o que questiona o universo das certezas, logo o infinitamente complexo comportamento humano engloba certamente o âmbito político.

Para corroborar essa confluência entre estilo e filosofia, concomitantemente realizando uma aproximação com o político, torna-se cabível para a análise o filme *O Ovo da Serpente*, que se passa na Berlim de 1923 e situa Abel Rosenberg (David Carradine), um trapezista judeu desempregado, que descobriu recentemente que seu irmão, Max, suicidou. Encontrando Manuela (Liv Ullmann), sua cunhada, eles tentam sobreviver com dificuldade à violenta recessão econômica pela qual o país passa. Sem compreender as transformações políticas em

andamento, eles aceitam trabalhar em uma clínica clandestina que realiza experiências em seres humanos.

Jordi Puigdomènech López em *Ingmar Bergman: El Último Existencialista* estabelece critérios para uma classificação da obra do cineasta com base na análise dos personagens que possuem características peculiares acentuadas de acordo com os momentos do diretor (LÓPEZ, 2007, p. 12-13). Desse modo, cinco períodos³ podem ser distinguidos, sendo o filme citado acima correspondente à quarta fase, nomeada como Obras de Expressão Crítica (1964-1980), em que o cinema bergmaniano caracteriza-se por uma abordagem ao existencialismo agnóstico, processo que se confirmou pela correspondência que o cineasta manteve, em 1960, com Albert Camus. Contudo, longe de consumir a identificação do diretor sueco com esse movimento existencialista, a reflexão depois dessa primeira abordagem leva a um impasse, um amargo desespero e na crítica aberta de valores, ou melhor, a ausência deles na sociedade contemporânea.

O conceito inicial do filme era apresentar uma velha ideia: dois trapezistas não podem continuar atuando devido ao falecimento de um terceiro e ficam retidos em uma cidade ameaçada pela guerra, onde a ruína dos artistas seria intercalada com a destruição da cidade. O argumento daria um terceiro filme, mas houve uma escolha infeliz na fase de produção do roteiro (BERGMAN, 1996, p. 190), pois Bergman havia realizado a leitura da biografia de Adolf Hitler, anotando em uma

³Jordi López em *Ingmar Bergman: El Último Existencialista* discorre que o existencialismo presente na filmografia bergmaniana pode ser encontrado através da análise dos personagens com características peculiares, que são acentuadas de acordo com o momento do diretor, dividindo-se em cinco fases: Obras de Juventude (1945-1948), Obras de Conteúdo Psicológico (1948-1955), Obras de Conteúdo Simbólico (1956-1963), Obras de Expressão Crítica (1964-1980) e Obras de Reconstrução Genealógica (1981-...).

passagem do livro o cerne da narrativa, os nomes dos personagens e suas características (BERGMAN, 1996, p. 191), sendo inserida a figura do médico Hans Vergéus.

As ideias que deram origem ao filme nasceram em um período complicado financeiramente para Ingmar Bergman: o diretor sueco estava sendo acusado por sonegação de impostos, tal processo foi a razão de seu exílio por nove anos em Munique (BERGMAN, 1996, p. 439). Entretanto, na época de concepção do roteiro, o cineasta não havia sido atingido pelas consequências do problema e somente quando veio o colapso e a decisão pela partida, o acaso o levou para a Alemanha com o seu filme de tema alemão (BERGMAN, 1996, p. 201).

Nesse sentido, ao estabelecer um recorte com *O Ovo da Serpente*, inserindo-o como fonte primária da análise, é observável que o filme propõe uma discussão que antecipa a metodologia nazista médica desenvolvida a partir da década de 1930 e um mal-estar visível presente em seus personagens, que desconhecem sua causa e origem. O personagem que recebe destaque é Vergéus, que possibilita entender como o cineasta sueco construiu uma Alemanha pré-nazista por meio do discurso fílmico e compreender a criação do vínculo entre a figura do médico e a atmosfera existente.

CINEMA E HISTÓRIA: ÍNDICES DE METODOLOGIA PARA A ANÁLISE

O historiador francês Marc Ferro, em seu artigo *O Filme: Uma Contra Análise da Sociedade?*, recupera o debate relacionado à noção de documento/monumento desenvolvida por Jacques Le Goff, postulando que o cinema é traçado como testemunha ocular de seu tempo e que deve ser visto também como um agente da história, não apenas como

um produto, já que a relação autor/tema/espectador pode evocar o imaginário social (KORNIS, 2008, p. 26).

O filme tem essa capacidade de desestruturar aquilo que diversas gerações de homens de Estado e pensadores conseguiram ordenar em um belo equilíbrio. Ele destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo conseguiu construir diante da sociedade. A câmera [...] apresenta o avesso de uma sociedade, seus lapsos. Ela atinge suas estruturas. Isso é mais do que seria necessário para que após o tempo do desprezo venha o da suspeita, o do temor [...] A ideia de que um gesto poderia ser uma frase, ou um olhar um longo discurso é completamente insuportável: isso não significa que a imagem, as imagens sonoras [...] constituem a matéria de uma outra história que não é a História, uma contra análise da sociedade? (FERRO, 1992, p. 86).

Para o pesquisador estudar o filme, principal elemento do cinema, torna-se necessário associá-lo ao mundo que o produz e aplicar uma metodologia a cada substância, evidenciando as relações entre os seus componentes, averiguando a narrativa, o cenário, o texto, as relações do filme com o que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime, considerando também a realidade que representa as diversas subjetividades existentes em segundo plano. Somente assim, pode-se chegar a um entendimento da obra e da realidade que ela representa (FERRO, 1992, p. 87), salientando que o cinema pode constituir reveladores privilegiados por meio de lapsos que podem ser deixados pelo criador, ideologia e sociedade. Diferenciar tais lapsos, “bem como suas concordâncias ou discordâncias com a ideologia, ajuda a descobrir o que está latente por trás do aparente, o não-visível através do visível” (FERRO, 1992, p. 88), porém é fundamental reconhecer que existe uma manipulação ideológica prévia das imagens, assim como um vínculo do

discurso cinematográfico⁴ com a produção do filme e com a conjuntura da sua realização (KORNIS, 2008, p. 39).

O autor é considerado um dos pioneiros responsáveis pela reflexão sobre as relações entre cinema e história, sendo a maior parte da sua produção composta por artigos e coletâneas, não tendo sido formulado um trabalho de maior profundidade (MORETTIN, 2003, p. 20). Sujeito a críticas, Mônica Almeida Kornis pondera que a obra de Ferro traz desvantagens em decorrência da recusa de canalizar as imagens em seu aspecto estético, o que incide no debate dos “gêneros do discurso”, questão indispensável para elucidar as ligações entre narrativas audiovisuais e história. Para a autora, apenas a análise fílmica permite esboçar as possíveis inquietações contidas na fonte e a sua relação com os distintos contextos políticos e ideológicos de uma sociedade, contudo o ideário de que o filme pode denotar uma realidade designa o abandono da existência de uma mediação entre o real e o objeto. Essa concepção é o que justifica os termos inseridos por Ferro como imprescindíveis pela busca de uma autenticidade e veracidade do documento fílmico (KORNIS, 2008, p. 30), no qual a sua vulgarização pode levar a uma ilusão por parte do historiador sobre quão autêntico e verídico é um filme (KORNIS, 2008, p. 31).

A dicotomia de visível/não-visível, estabelecida por Ferro, para esclarecer a análise das relações entre cinema e História, é questionada por Eduardo Morettin. A ideia do historiador francês de que o cinema não é uma expressão direta dos projetos ideológicos que lhe dão suporte entra em contradição com as tensões próprias do filme.

⁴O conceito de discurso de cinematográfico foi desenvolvido por Ismail Xavier no livro *O Discurso Cinematográfico – A Opacidade e a Transparência*.

Essas, porém, não devem ser pensadas nos termos de sua inclusão ou no campo da “história” ou de sua “contra história. Por outro lado, afirmar a possibilidade de recuperar o “não visível” através do “visível” é contraditório, já que essa análise vê a obra cinematográfica como portadora de dois níveis de significado independentes, perdendo de vista o caráter polissêmico da imagem. Este raciocínio só tem sentido para aqueles que, ao analisarem um filme, separam da obra um enredo, um “conteúdo”, que caminha paralelamente às combinações entre imagem e som, ou seja, aos procedimentos especificamente cinematográficos. Pelo contrário, afirmamos que um filme pode abrigar leituras opostas acerca de um determinado fato, fazendo desta tensão um dado intrínseco à sua própria estrutura interna (MORETTIN, 2003, p. 15).

Dado que o cinema bergmaniano envolve em sua narrativa qualidades extremamente pessoais e que um dos aspectos mais proeminentes da personalidade de Bergman é a sua habilidade de compreender o seu tempo, englobando um âmbito intelectual que possibilita a compreensão do indivíduo que carrega uma historicidade, alguns pressupostos de Marc Ferro se fazem úteis para empreender uma análise relativa à Alemanha pré-nazista criada por Bergman em *O Ovo da Serpente*. No entanto, visando evitar a separação de significados proposta por Kornis e Morettin, foi empregada a abordagem microfuncional para identificar os aparatos construtores do personagem Hans Vergéus e como a figura do médico estabelece climas e induz emoções na narrativa. Em conjunto, foi utilizada a abordagem macrocontextualista com a finalidade de situar o filme e o próprio cineasta em um contexto histórico específico permeado pelo discurso, evidenciando a relação de interdependência entre indivíduo e sociedade no momento de contextualização da obra.

A FIGURA DE HANS VERGÉRUS EM O OVO DA SERPENTE

Em uma tela preta surge um plano conjunto monocromático de uma multidão (Figura 01) e simultaneamente ouve-se um estrondo ocasionado, provavelmente, pelas teclas de um piano. As pessoas caminham lentamente, sendo possível ouvir de modo tênue um barulho análogo às batidas de um coração, que posteriormente é sobreposto pelos ruídos. Alguns rostos podem ser visualizados, porém o efeito provocado é o de um agrupamento de indivíduos sem identidade e perspectiva de vida. Após um corte seco, os créditos do filme são apresentados na tela, síncrono a um jazz vibrante.

Figura 1: Fotograma do plano conjunto da multidão.



Fonte: O OVO da serpente. Direção: Ingmar Bergman. Suécia: Rialto Film/Dino De Laurentiis Corporation, 1977. 120 min., sonoro, colorido, legendado.

A composição desses dois planos distintos se alterna por três vezes, constituindo o início de *O Ovo da Serpente* e revelando índices de modernidade na estrutura narrativa por parte de Ingmar Bergman. David Bordwell (2005) pondera que, entre todos os modos narrativos, o

clássico conforma-se mais claramente com a história canônica postulada como normal na nossa cultura. O filme clássico respeita o estabelecimento de um estado inicial de coisas que é violado e deve ser restabelecido (princípio, meio e fim) por meio da fórmula do roteiro fechado, que perpassa pelo estágio de equilíbrio, perturbação, luta e eliminação do elemento perturbador. Tais características resultam em uma subordinação ao movimento de linearidade e causa e efeito, em que tudo é intencional e deve servir à narrativa.

Os procedimentos do discurso filmico utilizados por Bergman no começo da película não permitem ao espectador acompanhar com nitidez o desenvolvimento dramático, as mudanças bruscas dos planos comprometem a sensação de fluidez da narrativa, pois não oferecem uma indicação do tempo e contexto da multidão mesclada com os créditos. Todos os sons descritos acima são construídos extradiegeticamente, já que o seu ponto de escuta⁵ não é visível dentro do quadro e apenas o espectador pode ouvi-los (CHION, 2013, p. 73-74).

Um fator interessante é a presença do jazz, já que o cineasta sueco possui uma maior propensão para o uso de música clássica em seus filmes. Segundo Erick Helding, nos filmes de Ingmar Bergman o jazz aparece frequentemente abordado como um derivado corpóreo, poderosamente erótico e culturalmente estrangeiro, levando ao constrangimento social, falha pessoal ou mesmo à tragédia para os personagens envolvidos, aspecto perceptível em *Crise, Rumo à Alegria*

⁵ De acordo com Michel Chion, o conceito de ponto de escuta é delicado e ambíguo, visto que seu estabelecimento é derivado da noção de ponto de vista. No cinema, o ponto de vista pode se dar pela perspectiva do espectador, no sentido espacial do termo; ou pela concepção do personagem, inserindo o significado subjetivo. À vista disso, o autor examina por comparação a noção de ponto de escuta por meio desses dois vieses: o espacial, que se refere à origem da fonte sonora presente no filme identificável pelo espectador e o subjetivo, atribuído a um personagem que em dado momento também se torna ouvinte, assim como o público.

(1949), *Mônica e o Desejo*, *Uma Lição de Amor* (1954), *Sonhos de Mulheres* (1955) e *O Silêncio* (1963) (HELDING, 2011, p. 91).

Em *Lanterna Mágica*, Bergman relata uma visita à Alemanha de 1934 como um aluno de intercâmbio e depois de ter participado de uma celebração do feriado oficial do Partido Nazista em Weimar, ele visitou uma família com uma mãe de língua sueca. O jovem Bergman ficou encantado com a filha da casa chamada Clärchen, tendo posteriormente ido com ela e com seus irmãos para uma sala mais afastada da casa para beber conhaque, fumar cigarros turcos e ouvir *A Ópera dos Três Vinténs* de Kurt Weill e Bertolt Brecht para em seguida o concerto continuar

[...] com Louis Armstrong, Fats Waller e Duke Ellington. Adormeci com excitação e conhaque, mas acordei depois de alguns instantes. Estava deitado em minha imensa cama, um amanhecer suave aparecia através das janelas, e Clärchen estava sentada no pé da cama, com um penhoar cheio de babados e o cabelo preso com papelotes. Ela me observava com o olhar fixo e curioso. Quando viu que eu despertara, fez, sorrindo, um movimento com a cabeça e desapareceu sem ruído (BERGMAN, 2013, p. 139).

Pode-se dizer que esse incidente é suficientemente contraditório, dadas as próprias atitudes puritanas do nazismo, a adoção do racismo científico e a audição da música proibida. Por conseguinte, essa experiência abre a possibilidade de Bergman ter realizado uma conexão entre o jazz, a bebida alcoólica e o sexo, tendo transportado tal ligação para alguns de seus filmes.

No entanto, o jazz ouvido em *O Ovo da Serpente* não abarca essa intencionalidade, sua função é provocar um efeito anempático, em que a música exprime uma indiferença ostensiva relativa à situação, no caso a do plano anterior. Essa condição pode ser corroborada pelo desenrolar da narrativa: o jazz é exibido nos cabarés de Berlim, enfatizando um

sinal de decadência, porém não está diretamente ligado ao nazismo e não foca especificamente na sexualidade feminina, mesmo que o ambiente esteja repleto de álcool, prostituição e pobreza (HELDING, 2011, p. 98).

Após a alternância de planos, em um plano conjunto colorido enxerga-se um homem caminhando por uma rua, em *off screen* ele diz o seguinte: “A cena se passa em Berlim. É noite de sábado, 03 de novembro de 1923. Um pacote de cigarros custa 04 bilhões de marcos e quase todos perderam a fé no futuro e no presente”. Nessa ocasião, o diretor retorna para as regras do cinema clássico, contextualizando o tempo e o contexto para o espectador e explicitando que em sua cinematografia os meios clássicos e modernos convivem de forma exemplarmente harmoniosa (TEIXEIRA, 2014, p. 07).

O homem em questão é Abel Rosenberg, protagonista do filme, que em seguida entra em uma pensão. As pessoas dentro do imóvel cantam uma música alegre, contrastando com a fala anterior do personagem. Uma mulher entrega uma bandeja com comida para ele e diz que seu irmão está em casa, ao passo que Abel sobe as escadas, abre a porta do quarto e se depara com o corpo de Max, que acabara de suicidar.

No dia posterior, Abel vai até ao cabaré em que Manuela trabalha para lhe dar a notícia do suicídio, assim como uma carta e uma quantia de dinheiro que Max havia deixado para ela. Neste ponto e aos dezessete minutos do filme, Bergman introduz a figura de outro homem: em um plano médio visualiza-se um indivíduo de perfil, que está atrás das cortinas do palco observando o espetáculo; é um homem branco de estatura mediana com os cabelos loiros medidamente penteados, que usa óculos e um casaco preto. Abel atravessa a porta e se depara com a figura aparentemente insignificante, vira-se de costas, enquanto o

homem permanece de perfil. O espetáculo continua no fundo da cena, a câmera se aproxima lentamente dos dois e os enquadra do peito para cima:

Homem: É curioso ver as coisas deste ponto de vista. Acho que te conheço. Fumamos nosso primeiro cigarro juntos? Não? Foi em Amalfi, um dia de verão, faz 26 anos. Nossos pais tinham cabanas vizinhas. Tinha uma irmã... espera... Rebeca, certo?

Abel: Poderia me deixar passar? Tenho pressa.

Homem: Sim, claro... Abel Rosenberg.

Há um corte seco assim que Abel sai de cena e em um plano conjunto à medida que o artista sai dos bastidores, o outro homem o observa por uma fresta da cortina como se fosse um *voyeur*. Nessa mesma noite, o protagonista dorme na casa de Manuela em um colchão improvisado, que está localizado atrás de um balaústre de madeira. No decorrer da madrugada, ambos acordam e Abel recorda algumas memórias de infância:

Abel: Costumávamos passar o verão em Amalfi. E mamãe tinha problemas no pulmão. Max e eu brincávamos com um menino, Hans Vergéus. Seus pais eram de Düsseldorf. O pai era muito influente, do tribunal superior ou algo assim. Mamãe não gostava de Hans, aliás ninguém gostava dele. Mas todos achavam que era um gênio. Uma vez... pegamos um gato e o amarramos. Hans o abriu em dois. Ainda estava vivo. Ele me mostrou como batia o seu coração. Rápido, rápido... Voltei a encontrá-lo faz dez anos, em Heidelberg. Quando estávamos com o circo.

Manuela: Sim, eu lembro.

Abel: Hoje voltei a vê-lo.

Manuela: Hans?

Abel: Você o viu? Estava no cabaré.

Manuela: Não.

O personagem visto no cabaré, até então sem nome, que havia sido apresentado através de seu modo comedido de falar, de sua aparência frágil e rebuscada, adquire por meio desta informação um caráter sádico cercado por uma inteligência precoce, contudo ainda sem muita relevância dramaturgica, e a *mise-en-scène* composta durante a fala de Abel provoca um efeito que perpassa a ideia de que o personagem é algum tipo de prisioneiro (Figura 02).

Figura 2: Fotograma de Abel atrás de um balaústre de madeira.



Fonte: O OVO da serpente. Direção: Ingmar Bergman. Suécia: Rialto Film/Dino De Laurentiis Corporation, 1977. 120 min., sonoro, colorido, legendado.

Paulo Emílio Salles Gomes, no capítulo *A Personagem Cinematográfica* que compõe o livro *A personagem de Ficção* organizado por Antonio Candido, pondera que, no Cinema, a arte de personagens e situações que se projetam no tempo vincula-se sobretudo ao Teatro e ao Romance:

Graças, porém, aos recursos narrativos do cinema, tais personagens adquirem uma mobilidade, uma desenvoltura no tempo e no espaço equivalente às das personagens de romance. Romance teatralizado, porque

a reflexão pode ser repetida, desta feita, a partir do romance. É a mesma definição diversamente formulada (GOMES, 2005, p. 106).

No filme, evoluem personagens de espetáculo teatral que têm a mobilidade e desenvoltura de um Romance, uma vez que, como no Teatro, os personagens se encarnam em pessoas, no caso os atores; entretanto, a articulação gerada entre esses personagens encarnados e o público é distinta entre as duas estruturas (GOMES, 2005, p. 112). O autor discorre que o espectador adquire mais intimidade com o personagem no Cinema, pois no Teatro essa relação se estabelece através de um distanciamento inalterável, tem-se sempre o corpo dos personagens por inteiro; diferentemente do que ocorre no Cinema, já que o espectador pode ver o conjunto do corpo, o busto, apenas a cabeça, a boca, os olhos ou somente um olho.

Outra reflexão acerca do tema leva a evocar que no Teatro os personagens realmente estão encarnados em pessoas; enquanto no filme, o espectador não se depara com pessoas, mas com o registro de suas imagens e vozes. Logo, impera no filme (conjunto de imagens, vozes e ruídos fixados) a afligida tranquilidade dos elementos decisivamente organizados; aspecto distinto do Teatro, propenso a um inesperado verdadeiro derivado da possibilidade de um ator ou atriz escapar do personagem por um acidente, como um tropeço ou um esquecimento (GOMES, 2005, p. 113).

Hans Vergéus apenas aparece em quatro cenas do filme, enquanto a cidade e seus habitantes entram em uma decadência moral e miserável, ficando evidente um aparente mal-estar que vai deixando corpos pela tessitura dramática. Na segunda aparição do personagem, ele é facilmente intimidado fisicamente por Abel ao tentar fazer um

gesto de carinho no rosto de Manuela, que posteriormente confessa a Abel que havia tido relações sexuais com Vergérus por pena.

A partir desse ocorrido, Hans executa aparentemente alguns atos de bondade ao ceder uma moradia gratuita para os artistas, assim como os emprega na Clínica Santa Anna, na qual é o chefe e sendo explicitado o exercício da sua profissão como médico. Somente no final do filme, no confronto entre Abel e Vergérus, que este último apresenta suas ideias e seu *voyeurismo*, através das filmagens dos “pacientes”, de modo explícito:

Não sou um monstro, Abel. O que você viu são os primeiros passos de um desenvolvimento lógico e necessário [...]. Estamos adiantados, Abel. Estamos aqui para ser sacrificados. É lógico. Em um ou dois dias, talvez amanhã de manhã, o exército da Alemanha do Sul começará uma revolta, comandados por um demente chamado Adolf Hitler. Será um fiasco descomunal. *Herr* Hitler carece de capacidade intelectual e de técnica e não sabe as forças tremendas com as que se enfrentará. Será arrasado como um grande fiasco no dia em que desatar essa grande tormenta. Abel, observe esta imagem. Observe toda essa gente. São incapazes de uma revolução. Estão muito humilhados, muito temerosos, muito oprimidos. Mas em dez anos... para então... os de 10 anos terão 20, os de 15 terão 25. Eles terão herdado o ódio de seus pais, mas com a adição de seu idealismo e impaciência [...]. A nova sociedade se baseará em um juízo real dos potenciais e limitações do homem. O homem é uma deformidade, uma perversão da natureza. Então nossos experimentos tomam lugar. Lidamos com a forma básica e logo a moldamos. Liberamos as forças produtivas e controlamos as destrutivas. Exterminamos o inferior e aumentamos o útil [...]. É como o ovo da serpente. Através da fina membrana, se pode distinguir um réptil já formado.

A imagem que Vergérus mostra a Abel é a mesma da multidão vista nos planos iniciais e, a partir da construção do personagem (mesmo este

não sendo concebido como um médico nazista), vários aspectos concernentes à medicina nazista já nos é antecipado. Segundo Robert Jay Lifton, em *O Futuro da Imortalidade*, os médicos nazistas representam a encarnação de um determinado comportamento assassino que não precisa ter cara de assassinato, em que se tem a preocupação de mostrar o contexto institucional, ideológico dentro do qual este mal tomou forma. O fenômeno mais amplo de homicídio em nome da cura refere-se ao potencial humano para o extermínio em massa e na transformação de alguém que cura em alguém que mata (LIFTON, 1989, p. 114). No cerne do empreendimento nazista está a perda de uma fronteira entre o curar e o matar, em que o extermínio médico se transforma na fantasia de matar em nome de curar (LIFTON, 1989, p. 118).

O conceito de extermínio médico a partir do personagem Vergéus já nos é perpassado pelos seus comportamentos sádicos, apontadas por Abel, e pela sua burocracia no âmbito de seus experimentos. Nesse ponto, enfoca-se as motivações psicológicas de indivíduos específicos envolvidos no extermínio (LIFTON, 1989, p. 119), a doença como princípio moral do fascismo, o discurso médico como justificativa (LIFTON, 1989, p. 120) e o profissional como alguém que não se preocupa mais com o individual e sim com o coletivo.

Esse paradoxo da morte-cura, primeiro mecanismo psicológico apontado por Lifton, ajuda a compreender os tipos de processos individuais pelos quais os médicos nazistas podiam abolir elementos da consciência em função de um compromisso de aperfeiçoamento da vida, minimizando a sua culpa por participar do processo de extermínio. Tal processo é apontado na fala final de Vergéus juntamente com outro

mecanismo, que no caso seria a sua relação com os fragmentos ideológicos (LIFTON, 1989, p. 136).

A construção do personagem Hans entra em acordo com o conceito de *doubling*⁶ criado por Lifton em *The Nazi Doctors: Medical Killing and the Psychology of Genocide*, no qual para entender o processo do trabalho de um médico nazista é necessário partir de uma divisão do Eu em dois conjuntos funcionais, de forma que um Eu parcial atue como um Eu completo. Dessa maneira, o *doubling* proporciona não apenas o ato ou a contribuição para o assassinato, mas a sistematização silenciosa em nome de um projeto que abrange todas as características comportamentais (LIFTON, 1986, p. 406).

O *doubling* é o meio psicológico pelo qual alguém invoca determinado potencial maligno do Eu, porém esse mal não é inerente ao indivíduo e nem estranho a ele. A escolha pelo *doubling* e a evocação pelo mal é uma escolha moral pela qual se é responsável, seja qual for o nível de consciência envolvido (LIFTON, 1986, p. 411). Através do *doubling*, os médicos nazistas fizeram uma escolha pelo mal, incluindo metas futuras e até mesmo um senso de esperança referente a um projeto. Lifton pondera que os estilos de *doubling* variam em decorrência da criação de um outro Eu a partir de um Eu anterior, no qual cada médico possui sua história particular e seus próprios mecanismos psicológicos. Contudo, quase todos os médicos nazistas compartilhavam o *doubling* pela conexão com a ideologia e pela autoridade geral do nazismo (LIFTON, 1986, p. 412).

Vergéus é apresentado como um indivíduo normal com um corpo frágil e excetuando a lembrança de Abel, o médico não cometeu nenhum

⁶ Tradução nossa: duplicação.

ato sádico e expressou algumas ações de humanidade, como a aparente caridade já mencionada e o impedimento de Abel ser atropelado. No entanto, quando Vergérus mostra a sua outra face no final do filme, tonar-se nítido o *doubling*, o que problematiza sua figura fanática demoníaca com a sua normalidade sempre demonstrada.

O personagem entra em conflito com o movimento de Hitler no início da década de 1920, entretanto percebe-se sua aproximação com alguns fragmentos da ideologia nazista, que são exacerbados pelo propósito de seus experimentos. Tais fragmentos são compartilhados com outro médico, subordinado de Hans, que fala o seguinte depois de um conflito com Abel:

Diferentemente de você, tenho uma convicção. Algo inaudível está acontecendo em Monique. Um salvador está nascendo. Mas seu parto ocorre em meio a sangue e dor. Uma época terrível está a caminho. O que importa 30 ou 40 anos de sofrimento e morte? O que importamos nós, você ou eu? Inclusive, o que importam estes milhões de vidas? Existem muitos humanos, Senhor Rosenberg. Mate-me, Senhor Rosenberg. Não resistirei. Meu corpo está doente, mas minha alma é forte.

Neste ponto, o *doubling* adquire outro patamar importante ao reivindicar a lógica, racionalidade e ciência, aspecto corroborado pelos dois personagens médicos. Essa lógica grotesca e exagerada faz parte do esforço para manter o Eu unido, no qual uma versão coletiva desse padrão é aparentemente vista na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial devido à sensação de ter sido militarmente e psiquicamente aniquilada, possibilitando o assassinato da alma (LIFTON, 1986, p. 426).

A lógica empreendida pelos nazistas dez anos depois postulou a “ciência sagrada” como parte de uma ideologia total, que originou o trauma social original, bem como o argumento e a política invocados

em nome da revitalização, em que a afirmação da lógica e racionalidade era parte da afirmação nazista mais ampla de desenvolvimento direto do laboratório biológico (LIFTON, 1986, p. 426). De acordo com Lifton, essa sistematização da ciência foi empregada de uma maneira apocalíptica e descontroladamente romântica e quaisquer que sejam os absurdos visionários no assassinato projetado, a lógica na visão dos nazistas sempre esteve presente, característica precária e veemente que impeliu a escolha pelo mal e o assassinato.

Ingmar Bergman ao construir uma Alemanha pré-nazista, aquela da República de Weimar, introduz o personagem Hans Vergéus de forma a salientar como a ideologia dominante a partir da década de 1930 começou a se formar ainda em 1923. Uma atmosfera de insatisfação popular, uma falta do sentimento de pertencimento e a formação do inimigo comum, aquele outro que deve ser aniquilado, são perceptíveis no filme; assim como aquele mal-estar construído por toda a narrativa cinematográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao recebimento do público e da crítica, *O Ovo da Serpente* foi um fiasco. Bergman atribui isso à combinação do tema dos artistas numa cidade ameaçada com o tema do médico *voyeur* (BERGMAN, 1996, p. 194). A junção de ambos, de acordo com Bergman, torna-se incompatível, sendo que cada tema seria suficiente para um filme. Outra dificuldade encontrada no momento de produção foi a escolha do ator; depois de várias desistências e atrasos na filmagem, é que David Carradine foi escolhido e aceitou o papel de Abel Rosenberg (BERGMAN,

1996, p. 207). Todavia, o fator principal do fracasso se atribuiu ao fato de que a cidade descrita no filme é a Berlim dos anos 1920:

Se tivesse dado forma à cidade do meu sonho, a cidade que não é, e apesar disso se manifesta com nitidez, cheiro e barulho, se tivesse dado forma a essa cidade, teria, por um lado, me movido em liberdade total e com absoluto direito de cidadania, e por outro, o que é mais importante, teria conduzido os espectadores a um mundo misterioso mas bem conhecido por mim. Infelizmente, deixei-me enganar pela minha excursão nesse dia de verão em Berlim, na metade dos 1930, em que nada aconteceu. Em *O Ovo da Serpente*, apresentei uma Berlim que ninguém reconheceu, nem eu mesmo (BERGMAN, 2013, p. 143).

Essa Berlim da qual Bergman alude em sua autobiografia é a Berlim de 1934, momento em que o cineasta, ainda adolescente, foi mandado para a Alemanha como estudante de intercâmbio. Nesse período, o diretor residiu na casa de um pastor alemão, onde salienta que todos os jovens da casa pertenciam a alguma organização, como a Juventude Hitlerista e a Juventude Feminina Alemã; e que todos participaram, inclusive o próprio Bergman, de uma parada na cidade de Weimar com Hitler à frente (BERGMAN, 2013, p. 131-133).

Essa dança silenciosa de *O Ovo da Serpente* que se comporta como algo entre o onírico e a realidade permeia toda a narrativa do filme. Os personagens são tomados por um mal desconhecido, tal mal atinge seus corpos por um motivo indeterminado. O antissemitismo da República de Weimar é visto desde o início da película, quando Abel é indagado se é judeu; e mais adiante quando um grupo de jovens alemães obrigam dois judeus a lavarem uma calçada com escovas, atitude ignorada pelos policiais que passam e veem a cena. O discurso antissemita envolve toda a película, possuindo seu ponto chave na construção do personagem

Vergéus e em suas experiências, como se o mal e a sua própria justificativa se materializassem em sua figura.

REFERÊNCIAS

FONTE DOCUMENTAL PRIMÁRIA

O OVO da serpente. Direção: Ingmar Bergman. Suécia: Rialto Film/Dino De Laurentiis Corporation, 1977. 120 min., sonoro, colorido, legendado.

FONTES DOCUMENTAIS SECUNDÁRIAS

MÔNICA e o desejo. Direção: Ingmar Bergman. Suécia: AB Svensk Filmindustri, 1952. 96 min., sonoro, preto e branco, legendado.

NOITES de circo. Direção: Ingmar Bergman. Suécia: AB Sandrew-Produktion, 1952. 93 min., sonoro, preto e branco, legendado.

SORRISOS de uma noite de amor. Direção: Ingmar Bergman. Suécia: AB Svensk Filmindustri, 1955. 108 min., sonoro, preto e branco, legendado.

O SÉTIMO selo. Direção: Ingmar Bergman. Suécia: AB Svensk Filmindustri, 1956. 96 min., sonoro, preto e branco, legendado.

MORANGOS silvestres. Direção: Ingmar Bergman. Suécia: AB Svensk Filmindustri, 1957. 95 min., sonoro, preto e branco, legendado.

VERGONHA. Direção: Ingmar Bergman. Suécia: AB Svensk Filmindustri/Cinematograph AB, 1968. 103 min., sonoro, preto e branco, legendado.

CRISE. Direção: Ingmar Bergman. Suécia: AB Svensk Filmindustri, 1945. 93min., preto e branco, legendado.

RUMO à alegria. Direção: Ingmar Bergman. Suécia: AB Svensk Filmindustri, 1949. 98 min., sonoro, preto e branco, legendado.

UMA LIÇÃO de amor. Direção: Ingmar Bergman. Suécia: AB Sandrew-Produktion, 1953. 96 min., sonoro, preto e branco, legendado.

SONHOS de mulheres. Direção: Ingmar Bergman. Suécia: AB Sandrew-Produktion, 1954. 87 min., sonoro, preto e branco, legendado.

O SILÊNCIO. Direção: Ingmar Bergman. Suécia: AB Svensk Filmindustri, 1963. 81 min., sonoro, preto e branco, legendado.

LIVROS E ARTIGOS

BERGMAN, Ingmar. *Imagens*. São Paulo: Martins Fonte, 1996.

BERGMAN, Ingmar. *Lanterna Mágica*. Trad: Marion Xavier. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

BORDWELL, David. O Cinema Clássico Hollywoodiano: Normas e Princípios Narrativos. In: RAMOS, Fernando Pessoa (Org.). *Teoria contemporânea do cinema* - Vol. II. São Paulo: SENAC, 2005.

CHION, Michel. *A Audiovisão: Som e Imagem no Cinema*. Lisboa: Texto & Grafia, 2011. Escala, 2013.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Trad: Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOMES, Paulo Emílio Salles. A Personagem Cinematográfica. CANDIDO, Antonio et al. *A Personagem de Ficção*. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Coleção Debates).

HELDING, Erik. *Music, lust and modernity: Jazz in the films of Ingmar Bergman*. *The Moving Image Review & Art Journal (MIRAJ)*. UK, Vol. 4, Nº 2, p. 89-99, 2011.

KORNIS, Mônica Almeida. *Cinema, Televisão e História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LIFTON, Robert Jay. O Extermínio Médico em Auschwitz. In: _____. *O Futuro da Imortalidade*. Trad. Noemi Cartum. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.

LIFTON, Robert Jay. *The Nazi Doctors: Medical Killing and the Psychology of Genocide*. ISBN 0-465-09094, 1986.

LÓPEZ, Jordi Puigdomènech. Ingmar Bergman: *El Último Existencialista*. 2ª Ed. Madrid: Ediciones JC, 2007.

MORETTIN, Eduardo Victorio. O Cinema como Fonte História na Obra de Marc Ferro. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 38, p. 11-42, 2003. Editora UFPR.

OLIVEIRA JR., Luiz Carlos. *A Mise-en-scène no Cinema: do Clássico ao Cinema de Fluxo*. Campinas/SP: Papirus, 2013.

TEIXEIRA, Antônio Álder. *Estratégias Narrativas na Filmografia de Ingmar Bergman: O Diálogo entre o Clássico e o Moderno*. 2014. 206 p. Tese (Doutorado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

XAVIER, Ismail. *O Discurso Cinematográfico – A Opacidade e a Transparência*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

31

HINOS PARA O SIGMA: O ROCK NEOFASCISTA BRASILEIRO E A PRESENÇA DO INTEGRALISMO NO BRASIL

Pedro Carvalho Oliveira ¹

INTRODUÇÃO

Na noite do dia 24 de dezembro de 2019, a sede da produtora de vídeos humorísticos Porta dos Fundos sofreu um ataque a bombas caseiras que resultou em um incêndio responsável por destruir parte do prédio. Pouco depois, um grupo que se identificou como Comando de Insurgência Popular Nacionalista da Grande Família Integralista Brasileira divulgou um vídeo, no qual três homens mascarados, à frente de uma bandeira integralista, assumem a autoria do atentado. O que motivou o crime, segundo eles, foi a sátira feita pelos humoristas da produtora a textos bíblicos no filme “A Primeira Tentação de Cristo”, lançado na rede de *streaming* Netflix, naquele mesmo ano. Diversos grupos cristãos protestaram contra o filme, que apresenta um Jesus Cristo homossexual.²

A pesquisadora Adriana Dias (2018) observou o crescimento significativo de células neonazistas no Brasil, com acentuada alta a partir de 2016. O interesse pelo integralismo tem crescido no país desde o mesmo ano, como atesta uma matéria publicada no jornal O Estado de

¹ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: pedro.labtempo@gmail.com.

² BARIFOUSE, Rafael. “O que se sabe sobre o atentado à sede do Porta dos Fundos”. **BBC**, 26 dez. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50919841>.

São Paulo em dezembro de 2019.³ O clima político é, sem dúvidas, uma das razões para isso: o antipetismo, conflagrado sobretudo pelo golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff e as denúncias de corrupção feitas ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que acabou preso, geraram forte rejeição a projetos progressistas e a partidos de esquerda de um modo geral no Brasil. Consequentemente, visões reativas a tudo que era equivocadamente associado à esquerda e opiniões conservadoras por parte da população, bem como de políticos tradicionais, ganharam força. Assim, até mesmo a extrema-direita ganhou espaço no debate político e se sentiu à vontade para disputar poder nas instâncias mais diversas da sociedade. O integralismo reemerge neste cenário, como explicam Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto (2020), em livro que busca examinar o renovado ímpeto de movimentos fascistas no presente.

Devemos nos lembrar, inequivocadamente, que o integralismo é a versão brasileira do fascismo que, nos anos 1920, foi embrionado na Itália, chegou à Alemanha sob a forma do nazismo e mais tarde se espalhou pela Europa em meio à crise do liberalismo e do crescimento generalizado de movimentos revolucionários alinhados ao comunismo. O fascismo, que se apresentava como alternativa à política tradicional, desejava ser a base de uma nova sociedade que rejeitava a modernidade – responsabilizada por toda a crise que se instalava no pós-Primeira Guerra – e apelava à tradição como norte, acionando a violência política contra todos que se contrapusessem à ideia de uma nação homogênea, reacionária e belicosa (PAXTON, 2007). O integralismo acompanhava

³ ESTADÃO. "Integralistas estão de volta e resgatam camisetas verdes". *Estadão*, 15 dez. 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,integralistas-estao-de-volta-e-resgatam-camisetas-verdes,70003126265>.

essa visão de mundo e acrescentava a ela elementos particulares do contexto brasileiro.

A ideia de uma sociedade integral, representada pelo sigma (símbolo matemático da soma e adotado pelos integralistas), sintetizava o desejo fascista de eliminar os diferentes – e não as diferenças – e apagar as contradições, unindo a nação na defesa dos princípios mais tradicionais e reacionários possíveis. Essa nação, que deveria – em teoria – incorporar seus sujeitos fundamentais (os brancos descendentes de europeus, os negros descendentes de africanos e os indígenas), precisaria esquecer os traumas perpetrados pelos portugueses aos nativos e escravos africanos e caminhar em direção a uma harmonia social capaz de destruir o liberalismo e afundar a “ameaça comunista”. A Ação Integralista Brasileira (AIB), principal movimento integralista nacional liderado por Plínio Salgado (um conhecido entusiasta do fascismo italiano), foi o cerne do fascismo brasileiro nos anos 1930 e chegava mesmo a imitar os uniformes e as saudações fascistas (BERTONHA, 2014). Também naquele momento, o Brasil vivia o crescente autoritarismo varguista e organizações como a AIB sentiam-se plenamente à vontade para participar da vida política nacional.

Desde a clandestinidade na qual caiu em seu auge, causada pelo golpe do Estado Novo de 1937 (justo quando os integralistas acreditavam que Getúlio Vargas abriria as portas a eles), a AIB se transformou em partido político – Partido de Representação Popular –, seus membros ganharam cargos nos governos da ditadura militar, remanescentes tensionaram a abertura à democracia a partir de 1985 e alguns criaram novas organizações, como a Frente Integralista Brasileira (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020). Essa linha de continuidade é fundamental para

entendermos que o integralismo não ressurgiu das cinzas, mas sobrevive desde o seu surgimento passando por transformações e seguindo trajetórias que possibilitam sua permanência ainda hoje. Por meio da música, por exemplo, as ideias integralistas se alastram ao longo dos anos. Elas nos servirão como registros documentais da atuação do integralismo em nosso tempo.

ROCK NEOFASCISTA: DA GRÃ-BRETANHA À PERIFERIA DE SÃO PAULO

Para sabermos como a música teve um papel importante na sobrevivência dos fascismos, incluindo o integralismo, precisamos retroceder ao final dos anos 1970, quando a Europa vivia os efeitos de uma forte crise econômica que repercutia a instabilidade do setor petrolífero internacional. Na Grã-Bretanha, os trabalhadores perderam qualidade de vida e boas condições de trabalho, disputando com imigrantes pobres vagas de emprego antes rejeitadas pelos britânicos por se tratarem de atividades pessimamente remuneradas e que exigiam forte esforço físico. A Grã-Bretanha vivia sob a aceleração de um processo migratório que levou milhares de paquistaneses, jamaicanos e turcos a aportarem em países como a Inglaterra, onde mais se concentraram (PAXTON, 2007).

No fluxo destes acontecimentos, organizações políticas como o *National Front* convocaram movimentos e figuras públicas da extrema-direita britânica para lutar contra a imigração que, segundo seus membros, era resultado de uma crise criada por liberais no poder e instigada por comunistas, que desejavam se assenhorar das instâncias governamentais britânicas por fissuras criadas pelos problemas sociais (WALKER, 1977). Para a extrema-direita, era necessário eleger

candidatos engajados na luta contra imigrantes que, diziam, não apenas tomavam empregos dos britânicos, mas deformavam a cultura local. Era, portanto, uma reorganização extremista alinhada a princípios racistas de limpeza étnica e aberta à violência contra os que consideravam antípodas da nação que desejavam construir.

Naquele contexto, a subcultura punk estava sob os holofotes da grande mídia por seu caráter rebelde e contestador, o que atraiu jovens membros de outra subcultura, existente na Grã-Bretanha desde os anos 1960: os skinheads. Ao contrário dos punks – geralmente originários da classe média-baixa –, os skinheads eram majoritariamente oriundos da classe operária britânica, a mais afetada pelas décadas de crise do capitalismo moderno (HOBSBAWM, 1995) e alvo principal das campanhas políticas do *National Front*. Com isso, alguns skinheads passaram a se aproximar da organização e aderir aos seus discursos neofascistas. Pouco a pouco, os skinheads assumiram uma postura ainda mais radical e aberta à simbologia fascista tradicional. Como muitos possuíam bandas de rock, logo passaram a tematizar a narrativa ideológica fascista em suas músicas.

A banda *Skrewdriver* foi a pioneira no gênero musical que aqui chamamos de rock neofascista. Suas músicas eram verdadeiros discursos de ódio contra imigrantes e judeus, celebrações ao nacionalismo e à hereditariedade branca britânica, bem como homenagens ao nazismo. O vocalista da banda, Ian Stuart Donaldson, como muitos outros skinheads da época, integrava a *National Front Youth*, ala jovem da organização com a qual romperia mais tarde por ser considerada pelo músico um agrupamento moderado demais, que rejeitava a simbologia clássica dos fascismos. O *National Front* se esquivava de discursos abertamente fascistas porque eles afastavam o

eleitorado, de quem o movimento necessitava para emplacar seus candidatos a cargos políticos (COPSEY, 2004).

Portanto, o rock neofascista é um gênero musical no qual discursos fascistas são modernizados e adaptados a diferentes realidades e contextos sociopolíticos. Um lugar no qual skinheads e simpatizantes dos fascismos idealizam a nação que desejam construir e os antípodas que desejam destruir, alvos de seus frequentes discursos de ódio. É, enfim, uma forma de comunicação que registra as transformações pelas quais os fascismos têm passado ao longo do tempo e quais são suas singularidades em cada território. O rock neofascista pode, assim, ajudar a compreender como os fascismos se comportam no Brasil, especialmente a sua variante tupiniquim, o integralismo.

As primeiras bandas de rock neofascista brasileiras surgiram no início dos anos 1980, quando a subcultura skinhead passava a ser importada por jovens da periferia de São Paulo. Esse processo de importação se deu em um momento onde a difusão de informações era muito limitada, algo que impactou decisivamente o surgimento da subcultura skinhead no Brasil, pois ela veio acompanhada do elemento neofascista, o que não é uma característica intrínseca aos skinheads. Por isso, as primeiras organizações de skinheads paulistas, como os Carecas do ABC e os Carecas do Subúrbio, possuíam forte interesse no nacionalismo e em outros termos comuns entre os skinheads britânicos contaminados por estas ideias. Embora os carecas brasileiros não tenham sido, de imediato (ou mesmo totalmente), neofascistas, incorporaram elementos que permitiram a difusão desse ideário entre outros “carecas”, gerando cisões e divisões entre eles (COSTA, 2000).

Alexandre de Almeida (2017) tem feito um esforço significativo para mapear e catalogar bandas de rock neofascista brasileiras. Embora

seu alvo sejam as bandas de *White Power*, ou seja, que são supremacistas e defendem a ideia de que a raça branca é uma raça superior, seu trabalho tem nos apontado na direção das primeiras bandas neofascistas brasileiras. Neste sentido, bandas como GSB (Grupo Separatista Branco) e Locomotiva são consideradas pioneiras, embora seja possível que outros grupos anteriores não tenham sido registrados, dificultando o acesso a fontes que nos permitam conhecer detalhadamente o surgimento do gênero no Brasil. Portanto, temos em aberto um campo de estudos que precisa ser melhor explorado.

HINOS PARA O SIGMA: O ENCONTRO ENTRE O ROCK NEOFASCISTA E O INTEGRALISMO

A presença de integralistas entre os primeiros skinheads brasileiros é registrada por Márcia Regina Carneiro (2007), que exprime a resistência de muitos carecas em aderirem, de imediato, ao perfil nacional-socialista já bastante difundido entre os skinheads britânicos por se tratar de uma narrativa ideológica europeia, portanto antipatriótica. Isso mudaria bastante ao longo dos anos 1990, quando renomados integralistas como Anésio Lara Campos Jr., intencionando reviver a AIB, demonstrou publicamente seu interesse pelo nazismo. Ainda no final dos anos 1980, muitos skinheads que orbitavam Campos Jr. protagonizaram aparições em canais da televisão aberta nos quais tentavam explicar sua identidade e seus propósitos.⁴ Não era raro que as entrevistas com os carecas fossem intercaladas com entrevistas

⁴ Um desses programas pode ser visto em "Programa Silvia Poppovic debate sobre neonazismo parte 1" – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tBGG0Gr-j0s>.

feitas com Campos Jr., nas quais ele exibia emblemas integralistas, mas também nazistas (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

De todo modo, é notável que skinheads neofascistas e simpatizantes do integralismo mantiveram-se acanhados no decurso das quatro décadas que se seguiram à fundação da AIB, o que mudou significativamente a partir da segunda metade dos anos 2010. Claro, ainda permanecem bastante isolados por aderirem a vieses políticos considerados radicais demais (embora não saibamos até quando), porém ganham espaço conforme o cenário político brasileiro se abre para propostas cada vez mais intransigentes no que se refere a visões de mundo progressistas. O desgaste da imagem pública do Partido dos Trabalhadores e, conseqüentemente, da esquerda, algo que vem ocorrendo desde aproximadamente 2013, acabou permitindo que a extrema-direita ganhasse notoriedade como alternativa emergencial frente ao que parecia ser uma crise política sem precedentes desde 1993, quando Fernando Collor renunciou após sofrer *impeachment*. Então:

Grças à visibilidade que obteve, fruto tanto de uma utilização competente das novas ferramentas tecnológicas quanto pelo espaço concedido nos meios de comunicação tradicionais, a direita extremada, em suas diferentes vertentes, contribuiu para redefinir os termos do debate público no Brasil, destruindo consensos que pareciam assentados desde o final da ditadura militar (MIGUEL, 2018: 23).

Dentro do espectro da direita, existem visões de mundo que coincidem e são compartilhadas entre suas instâncias mais moderadas e mais radicais. Por exemplo, a rejeição à esquerda e a alguns direitos humanos fundamentais é comum entre a direita liberal brasileira (considerando suas especificidades, como uma estranha, contraditória

e frequente preferência por costumes conservadores) e alguns grupos de extrema-direita. Isso permite com que haja fissuras entre um setor e outro deste espectro, aproximando-os e fazendo com que sujeitos possam migrar de um lado a outro do campo da direita. O rock neofascista pode ser um canal para essa passagem.

Em 2015, quando as manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff já ocorriam de forma bastante intensa pelo Brasil, a Frente Nacionalista decidiu que era hora de entrar em jogo. A organização pretendia unir grupos de direita – independentemente do lugar que ocupavam neste espectro – para abrir alas a uma terceira via expressivamente conservadora e reacionária, adepta de certo radicalismo discursivo. O nascimento do grupo seria marcado por um evento chamado Dezembrada, a ser realizado em Curitiba (sede da Frente Nacionalista) e contando com a presença de oito bandas de rock. Dentre elas, a 29 de Dezembro, a Confronto 72 e a Estandarte Patriótico, todas adeptas do integralismo, que, já mencionamos, é a versão brasileira do fascismo.

A banda 29 de Dezembro traz em sua logomarca, que podemos ver abaixo, o sigma integralista, o que por si só exprime a adesão de seus músicos a esta narrativa ideológica:



Figura 3: Cartaz da Dezembrada, congresso de fundação da Frente Nacionalista.

Fonte: <https://m.facebook.com/radiocarecanacionalista/photos/a.246982528836784/443217909213244/?type=3&theater>



Figura 2: Emblema da banda 29 de Dezembro.

Fonte: <https://m.facebook.com/radiocarecanacionalista/photos/a.246982528836784/443217909213244/?type=3&theater>

Além do sigma, o próprio nome da banda faz alusão a um importante líder do integralismo: Gustavo Barroso, nascido em 29 de dezembro. Portanto, não obstante a adesão da banda ao integralismo, o grupo expressa também sua simpatia à ala antisemita da AIB, visto que Gustavo Barroso era um entusiasta do ódio aos judeus e, por isso, um declarado simpatizante dos métodos nazistas de repressão a estes sujeitos. Portanto, a banda acaba se relacionando a um perfil neofascista de caráter internacional.

Outra banda que se apresentou no evento foi a Confronto 72. Novamente, Gustavo Barroso é o homenageado pelo grupo que se refere ao líder integralista pelos números 7 e 2: o número 7 representa a sétima letra do alfabeto (G) enquanto o número 2 representa a segunda (B), iniciais do integralista. Se resta qualquer dúvida sobre a simpatia da banda em relação a ele, vejamos o que diz a música “Gustavo Barroso”, lançada por eles em 2013: “Nacionalista perseverante/Combateu seus inimigos mortais/Levantou a bandeira do Brasil contra os ideais antinacionais/Nacionalista revolucionário/Ele é o alicerce do nosso ideal/Gustavo Barroso, honrado guerreiro”.⁵ Mais uma vez, a adesão ao integralismo é evidente.

A banda paulista “Confronto 72” é razoavelmente nova dentro da cena musical integralista brasileira. Segundo seu canal no YouTube, a banda surgiu em 2011, lançou seu primeiro disco demo em 2013 e tem como objetivo “fortalecer e expandir o sentimento nacionalista entre a juventude brasileira. O ideal do grupo é extremamente alicerçado no Integralismo Brasileiro”. Ainda segundo os criadores do canal, como

⁵ CONFRONTO 72. Gustavo Barroso. In: **Rock anti-comunista**. São Paulo: s/s., 2013, faixa 03. Aprox. 24 min.

consequência disso, “é natural que a exposição e o combate aos reais inimigos da Nação, fiquem em evidência nas letras”.⁶

Isso, de fato, é o que acontece. O próprio título do seu primeiro disco, “Rock Anti Comunista”, define um dos inimigos mais tradicionais dos fascismos clássicos e do próprio integralismo, ontem e hoje. Se os fascismos europeus dos anos 1930 reagiam ao comunismo porque, primeiro, fora forjado pelo materialismo histórico marxista e, segundo, era visto como ideologia internacionalista, sendo, por isso, supostamente antinacionalista; e, terceiro, estimulava a luta de classes em detrimento da narrativa ideológica fascista do Estado corporativo, orgânico e homogêneo (PAXTON, 2007), o integralismo segue esse fluxo. Para o surgimento do Estado integral, tão desejado pelos integralistas, é necessário preservar as estruturas hierárquicas e disciplinares da sociedade, a moral cristã e o nacionalismo, tudo que, segundo seus adeptos, os comunistas rejeitam.

A música acima apresentada é uma versão de uma das faixas do álbum “11 de setembro”, da banda paulistana Anti Narcose, lançado em 2004. Portanto, é evidente o vínculo também desta banda com o integralismo e o antisemitismo de Gustavo Barroso. Além disso, a banda assume outras características dos neofascismos como o ódio aos imigrantes. É o que vemos na música “Imigrantes ilegais”, também do referido álbum: “Abandonam teus países e invadem nossa nação/Trazendo em vossas bagagens máfias e redes de prostituição/Abastecem traficantes com armas e drogas/Lucram milhões e nossa juventude no próprio sangue se afoga/Imigrantes ilegais, saiam de nossa nação”.⁷

⁶ Disponível em: Confronto 72 – Disponível em <https://www.youtube.com/user/CONFRONTO72/about>>. Acesso em 25 jun. 2018.

⁷ ANTI Narcose. Imigrantes ilegais. In: **11 de setembro**. São Paulo: Estandarte Records, 2004, faixa 08. Aprox. 32 min.

Visões deturpadas e preconceituosas contra imigrantes fazem parte do rol de distorções neofascistas causadas principalmente pelo nacionalismo, pela ideia de uma nação homogênea na qual inexistia a presença do “outro”, aquele que é culturalmente diferente e estranho ao que, supostamente, denomina os iguais e superiores. Eric Hobsbawm (2011) é categórico ao afirmar que os nacionalismos estão sujeitos a transformações históricas, o que evidencia suas fragilidades e sua incapacidade de ser aplicado na prática, mesmo que a ilusão de sua coerência cause impactos na realidade. No caso de bandas paulistas, é comum a rejeição aos imigrantes de outras regiões brasileiras, como do Norte e do Nordeste, por serem tratados como sujeitos pertencentes a uma raça inferior, manobra que é parte das inúmeras incoerências dos neofascismos e das suas singularidades contextuais. Os neofascistas paulistas possuem forte vínculo com a história da Revolução de 1932, que creem ter dado a São Paulo o status de nação ou comunidade particular e independente dentro do território brasileiro, embora isso jamais tenha se efetivado.

Outra música da mesma banda, “Protocolos do inferno”, reforça o vínculo do grupo com a ala antissemita do integralismo. Ela diz:

Protocolos elaborados por serpentes infernais
 Igualam a humanidade a um bando de animais
 Mas não nos curvaremos, eles não vencerão jamais
 Lutaremos contra esses monstros com nossa coragem voraz.⁸

Ao falar em “protocolos”, a banda se refere aos chamados Protocolos dos Sábios de Sião, um documento falso produzido no início

⁸ ANTI Narcose. Protocolos do inferno. In: **11 de setembro**. São Paulo: Estandarte Records, 2004, faixa 11. Aprox. 32 min.

do século XX, na Rússia, para convencer a opinião pública de que existia uma conspiração judaica internacional para dominar a imprensa, a economia, a política e, finalmente, o mundo. Essa ideia fez e faz parte do imaginário nazista, sendo uma das bases de sua política de perseguição e extermínio aos judeus. O próprio Adolf Hitler acreditava que a União Soviética era uma das maiores conquistas dessa conspiração, conectando o marxismo ao judaísmo. Gustavo Barroso, homenageado primeiro pela Anti Narcose e depois pela Confronto 72, bem como pela 29 de Dezembro, traduziu o falso documento para o português, tradução esta que foi publicada algumas vezes em formato de livro.

O amor pelo integralismo, por vezes, é mais explícito e não se expressa apenas por meio de tributos aos líderes da AIB. É o caso da música “Eu sou integralista”, da banda Estandarte Patriótico: “Nasci para ser guerreiro, nasci para ser nacionalista/Trago em meu espírito a fé integralista/O integralismo é o único e verdadeiro nacionalismo feito para o povo brasileiro/(...) Deus, pátria e família, meu grito de paz e de guerra”.⁹ Aqui não resta qualquer dúvida de que há um alinhamento com o integralismo, que é exaltado claramente e evocado como forma de nacionalismo incontornável. O lema “Deus, pátria e família”, hoje usado por parte da direita não vinculada ao integralismo, aproxima os ideais da banda a parte da sociedade que não se identifica com os fascismos, fato que representa perigo, pois aproxima diferentes pessoas de uma postura mais radical.

Vemos como nos últimos tempos o integralismo tem emergido como uma alternativa política num contexto violento e autoritário, que

⁹ ESTANDARTE Patriótico. Eu sou integralista. In: **Ensaio**s. Curitiba: Independente, s/d., faixa 01.

difere dos anos 1930, mas sinaliza para o potencial que fornece para o crescimento do radicalismo. O que preocupa é a chance que o integralismo tem de ganhar espaço em uma conjuntura de difusão do autoritarismo. Os discursos das bandas que vimos aqui, e que representam discursos integralistas de um modo geral, podem ter efeito no contexto delicado em que vivemos: por coincidirem com discurso de um setor da direita sem vínculos com os fascismos, podem reduzir a distância entre comportamentos políticos menos radicais e o integralismo, abrindo espaço para a narrativa ideológica integralista. A música é esse instrumento de aproximação, sobretudo entre os mais jovens, que acabam se interessando mais pelo conteúdo pretensamente rebelde do gênero musical. Isso pode, eventualmente, fazer o radicalismo integralista crescer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma forte tendência em atribuir a perfis autoritários, sejam os chefes de família ou chefes de Estado, o rótulo de fascista. O termo se tornou sinônimo de opressão, de restrição de direitos, da imposição por meio da violência e, embora realmente seja, nem sempre ele se encaixa à ocasião. Embora os fascismos incorporem todas essas características, quando passamos a utilizá-los como um adjetivo, desconsiderando sua complexa conceituação histórica, acabamos por esquecer o que de fato ele é e esvaziando-o. Isso pode levar a uma perigosa banalização. Adjetivos considerados pejorativos são frequentemente apropriados por movimentos sociais que lhes dão novo significado, subvertendo seu conceito e se orgulhando de assim serem denominados. Logo, chamar toda a direita de fascista pode levar muitos de seus agentes a abraçarem

a ideia, mesmo que não sejam de fato fascistas. Porém, devemos pensar: esse fato não gera a abertura de frestas por onde os fascismos podem passar e ganhar espaço?

Os limites dos fascismos, como as possibilidades de sua forte radicalização, mais espantam possíveis adeptos do que os atraem porque a simbologia fascista, seja do integralismo ou do nazismo, é fortemente marcada por uma banalização da violência raramente admitida explicitamente. No entanto, quando nos voltamos ao rock neofascista observamos um instrumento com potencial assustador. Seus discursos musicados, permeados por um tipo de música amplamente aceita entre os jovens, pode instigar a aparência de subversão que os neofascismos julgam ter por serem marginalizados socialmente. Como observamos anteriormente, as direitas vivem um momento no qual se sentem orgulhosas de si; as músicas aqui analisadas, e muitas outras, instigam isso em um ponto mais extremo do espectro.

Isso passa por uma adequação de seus discursos ao presente, o que o rock neofascista ajuda em muito a fazer. Quando tratam de temas como os direitos humanos, a identidade, o ódio aos chamados antípodas da nação, estimulam uma aproximação com temas debatidos e criticados por outros setores da direita, mesmo de forma mais amena. Por outro lado, é necessário destacarmos que a violência aos “vilões” criados pelos conservadores e reacionários, responsabilizados por corroerem os sustentáculos morais e os valores da sociedade brasileira (homossexuais, progressistas, defensores dos direitos humanos, estrangeiros, entre outros), por vezes é compartilhada. O desejo de revanche contra estes indivíduos, que de alguma forma ganharam considerável espaço no Brasil, também. Muitas partes da direita e dos neofascistas compartilham a ideia de que foram derrotados pelo “politicamente correto”, pela

democracia e pela esquerda, reagindo com violência verbal e, de quando em vez, também física contra tudo isso. Quando não, dão aval ao Estado e ao seu aparato opressivo para fazer isso.

Existe nesse processo uma série de rupturas e continuidades em relação aos fascismos do passado. Os integralistas, por exemplo, podem incluir em seu arsenal de inimigos setores e personagens da sociedade que não eram destacados pela AIB no passado. Afinal, os neofascistas que aderem a essa linha não estão mais nos anos 1930 e precisam estabelecer novos inimigos com quem antagonizarem para se manterem ativos. Todos eles serão indivíduos não encaixados nos padrões tradicionais da sociedade desejada pelos integralistas, padrões estes definidos pelos valores e pela moral religiosa e social enraizada historicamente, da qual o integralismo é adepto. Entre os nazistas brasileiros, por exemplo, existe a necessidade de rever a ideia de nação e identidade, afinando (ou tentando afinar) sua forma a ponto de se encaixar no modelo nazista alemão. Em momentos de crise, de perda das referências políticas e de medo da violência, como o que vivemos, a identidade local ou nacional surge como mecanismo de defesa, por mais frágil que seja.

Também por isso os discursos entre as direitas mais moderadas e os neofascistas acabam se aproximando, pois entre as ideias neofascistas existentes no Brasil há um considerável número de diferenças. Estando todos à direita, mesmo que em pontas diferentes, é provável que haja mais semelhanças do que diferenças entre suas perspectivas, distintas em cada escala de aceitação. É nesse intermédio que reside o perigo que buscamos aqui evidenciar. Sem contar que, para boa parte da direita é historicamente mais interessante a presença de discursos anti-esquerda do que a esquerda progressista ganhando espaço, o que também cria uma aproximação. O ressentimento quanto à força adquirida por movimentos

identitários (de raça, de gênero, de regionalismo), também. Idem sobre os defensores dos direitos humanos.

O espectro político da direita é muito vasto e complexo. Não é um corpo fascista completo, como muitos podem julgar; também não é uma forma unânime de liberalismo, conservadorismo ou moralismo. Além disso, seus setores liberais, conservadores, entre outros, também são particularmente complexos e possuem nuances causadas pelos processos históricos nacionais. Por esse motivo é possível que fragmentos mais aceitáveis da direita, com mais espaço político, mais visibilidade e aceitação, acabem sendo mais ou menos radicais. Quando são mais, a aproximação com ideias neofascistas é maior. Os neofascistas se aproveitam, conseguem estimular sua presença num momento de ascensão das direitas e se servem disso. Por meio da música exaltam ideias políticas e regimes violentos, sustentados pelo ódio e o ressentimento, pelo medo como disfarce para a aplicação da força. Não é possível que em uma sociedade tão vasta e complexa, ninguém mais fora de seus círculos compartilhem de uma simpatia por eles. Essa simpatia pode permitir uma expansão, mesmo mínima. Nesse caso, o mínimo parece suficiente para causar preocupação.

REFERÊNCIAS

- BERTONHA, João Fábio. *Integralismo: problemas, perspectivas e questões historiográficas*. Maringá: EdUEM, 2014.
- CARNEIRO, Márcia R. *Do sigma ao sigma: entre a anta, a águia, o leão e o galo: a construção das memórias integralistas*. Tese de Doutorado - Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2007.
- COPSEY, Nigel. *Contemporary British fascism: the British National Party and the quest for legitimacy*. Londres: Palgrave Macmillan, 2004.

- COSTA, Márcia R. da. *Os Carecas do Subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. São Paulo: Musa Editora, 2000.
- DIAS, Adriana B. M. *Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- GONÇALVES, Leandro P.; CALDEIRA NETO, Odilon. *Os fascismos em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MIGUEL, Luís F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther S (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-26.
- PAXTON, Robert O. *Anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- WALKER, Martin. *The National Front*. Glasgow: Fontana Paperbacks, 1977.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org

contato@editorafi.org